Isabel de Barros Dias

METAMORFOSES DE BABEL

Tese de Doutoramento em

Estudos Portugueses

Universidade Aberta

2000

Isabel de Barros Dias

METAMORFOSES DE BABEL

A historiografia ibérica (sécs. XIII – XIV): Construções e estratégias textuais

Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses,
na especialidade de Literatura Portuguesa (Época Medieval)

Orientadores: Professor Doutor Hélder Godinho
Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques

Universidade Aberta
2000

dom Afonso, estando em Sevilha, disse em praça
que se elle fora com Deus quando fazia o mundo,
que muitas cousas emendara em que se fezera
melhor que o que se fez
(1344b: IV, 383)

RESUMO

"Metamorfoses de Babel. A historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV´): construções e estratégias textuais" é um estudo que procura salientar algumas características marcantes da historiografia patrocinada pelo rei Afonso X de Castela e Leão e de diversos outros textos posteriores, dela tributários, até à segunda redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Na I Parte são apresentados os diversos textos analisados. A base afonsina é caracterizada a partir de alguns traços determinantes. Seguidamente são apontados os principais elementos que distinguem as diferentes versões castelhano-leonesas subsequentes. Finalmente, é acentuada a forma como os textos portugueses demarcaram o seu "ramo" na "selva" desta textualidade em permanente movimento e evolução. É ainda salientado como, no decurso deste processo de *translatio*, as diversas narrativas estabeleceram entre si diálogos e discussões subtis, decorrentes dos diferentes interesses e ideais que a cada momento e em distintos locais direccionaram a produção historiográfica.

Na II e III Partes é desenvolvido um estudo acerca da forma como os textos em questão lidam com uma série de características inerentes às narrativas de cariz mais marcadamente literário e como se relacionam com a mole das formas textuais "outras" que povoam a produção literária da época. O estudo incide particularmente sobre diversas formas de excesso que a historiografia critica, ou mascara, consoante as circunstâncias. A discussão destas ambiguidades remete para a consideração dos mecanismos retóricos inerentes ao trabalho a que os textos mais emotivos, mais elaborados e mais ambíguos terão sido sujeitos, aquando da sua integração numa narrativa historiográfica que parece caracterizar-se pelo impasse que manifesta relativamente a muitas das fontes que usa.

Com efeito, se por um lado se verifica uma ambição omnívora de integrar todo o conhecimento numa súmula total do saber, este enciclopedismo centrípeto é contrariado por uma recusa (mesmo se retórica, logo denegante) das bases literárias que na prática absorve e imita amplamente. A defesa que consiste nas inúmeras reafirmações de fiabilidade e veracidade revela-se, nestes termos, como uma retórica extremamente elaborada e subtil.

RÉSUMÉ

“Métamorphoses de Babel. L’historiographie ibérique (XIIIe et XIVe siècles): constructions et stratégies textuelles” est une étude qui cherche à souligner quelques caractéristiques marquantes de l'historiographie promue par le roi Alphonse X de Castille et de Léon et de nombreux autres textes postérieurs, bien que corollaires, jusqu'à la seconde rédaction de la *Crónica Geral de Espanha de 1344.*

Dans la première partie, nous présentons les texte analysés, caractérisant la base alphonsine à partir de certains traits déterminants. Nous indiquons, par la suite, les principaux éléments qui distinguent les différentes versions castillo-léonaises tout en mettant l'accent sur la manière dont les textes portugais ont formé leur propre "branche" à partir de la "forêt" que constitue cette textualité en permanente mouvance et évolution. Au sein de ce processus de *translatio*, il faut encore souligner comment les différents récits ont entretenu entre eux des dialogues et des discussions subtils découlant d'intérêts et d'idéaux distincts qui, à chaque moment et en divers lieux, ont orienté la production historiographique.

Dans la deuxième et la troisième parties, nous développons une étude sur la manière dont les textes en question jouent avec toute une série de caractéristiques inhérentes aux récits de nature davantage littéraire et sur le rapport qu'ils entretiennent avec l'édifice gigantesque de ces formes textuelles "autres" qui peuplent la production littéraire de l'époque. Ce travail se centre essentiellement sur les diverses formes d'excès que l'historiographie dénonce ou cache selon les circonstances. La discussion sur ces ambiguïtés renvoie aux mécanismes rhétoriques inhérents à l'effort que les textes les plus émotifs, les plus élaborés et les plus ambigus doivent produire au moment de leur intégration dans un récit historiographique qui semble se définir par l'impasse qu'il manifeste à l'égard des nombreuses sources qu'il utilise.

En effet, si l'on rencontre d'une part une ambition omnivore d'intégrer toute la connaissance au travers d'une somme totale du savoir, cet encyclopédisme centripète est toutefois contrecarré par une résistance (ne serait-ce que rhétorique et sous forme, par conséquent, de dénégation) des bases littéraires qu'il absorbe et imite amplement. La stratégie défensive qui consiste à réaffirmer constamment la fiabilité et l'authenticité se révèle donc, dans ce contexte, comme une rhétorique extrêmement subtile et élaborée.

ABSTRACT

"Metamorphosis of Babel. The Iberian Historiography (13th-14th centuries): Textual Strategies and Constructions" is a study that is searching to point out outstanding characteristics of the historiography patronised by King Alfonso X from Castile and Leon and of other texts, derived from the former, until the second version of the *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

In Part I, the diverse texts are presented and analysed. The alfonsine grounds are characterised from some determined traces. The main elements that distinguish the subsequent different Castilian-Leonese versions are underscored. Finally, the way how the Portuguese texts mark off their "branch" in the "jungle" of these narratives in permanent movement and evolution is emphasised. It is still pointed out how during this process of *translatio*, the diverse narratives establish among each other subtle discussions and dialogues as a result from different interests and ideas that in every moment and in distinct places directed the historiographic production.

In Parts II and III is developed a research on how the texts in question deal with a number of features inherent to the narratives that are more obviously fictitious and how they relate with the mass of the other textual forms that populate the literary production of the era. The study is particularly about various forms of excess that the historiography criticises or masks according to the circumstances. The discussion of these ambiguities leads to a reflection on the rhetorical mechanisms inherent to the work that more emotional, elaborate, and ambiguous texts have been subject to in order to integrate a historiographical narrative that seems to be characterised by an impasse towards many of the sources upon which it draws.

If, on one hand, one can verify an omnivorous ambition that wishes to bring together all knowledge in a complete *summa*, on the other hand, this centripetal encyclopedism is counterweighted by a refusal (even if rhetorical, then a denegation) of the fictitious bases that in practice it extensively imitates and absorbs. The self-protection that consists of innumerable reaffirmations of trustworthiness and veracity reveals itself in these terms as an extremely elaborate and subtle rhetoric.

ÍNDICE

Prefácio---------- i

Nota introdutória---------- 1

I PARTE – Os marcos de Hércules---------- 12

1. Afonso X: ética e estética---------- 20

1.1. Exaustividade---------- 24

1.2. Ordem---------- 30

1.3. Exemplaridade---------- 38

1.4. Verdade---------- 50

2. Radicalização da historiografia afonsina---------- 57

3. Reelaborações do modelo afonsino no âmbito castelhano-leonês---------- 60

4. Reelaborações do modelo afonsino no Ocidente da Península Ibérica---------- 72

II PARTE – As penas de Ícaro---------- 95

1. Os protagonistas do excesso---------- 101

1.1. Modelos básicos de *exempla a contrario*---------- 102

1.2. Rainhas e senhoras “endiabradas”---------- 151

1.3. O excesso submisso e indomável---------- 161

1.4. A sublimação do excesso---------- 179

1.5. Traições por lealdade extrema---------- 204

2. A retórica do excesso---------- 224
2.1. As faces de Judas---------- 227
2.2. O Verbo atraiçoado---------- 252
2.3. Em demanda da transparência...---------- 266
2.4. A colecção dos tempos diversos---------- 286
2.5. O frenesi da exaustividade centrípeta---------- 300

III PARTE – Os fios de Penélope---------- 314
1. Franjas: o presente projectado no passado e no futuro---------- 333
2. A teia tripartida---------- 342
3. A impureza congénita dos tecidos---------- 349
4. O tecer e o bordar dos panos---------- 372

Nota final---------- 388

Bibliografia---------- 396
I Textos---------- 397
1. Textos estudados---------- 397
2. Textos consultados---------- 398
II Estudos---------- 401

NOTA INTRODUTÓRIA

O projecto inicial do presente estudo incidia sobre a épica medieval da Península Ibérica. No entanto, tal análise revelou-se-me uma impossibilidade, dada a forma como actualmente se encontram os testemunhos dos textos que semelhante trabalho teria que abordar.

Apesar de alguns (poucos) ainda se encontrarem na sua forma primeira de poesia narrativa[1], a grande maioria de estes textos foi prosificada nas "Crónicas Gerais" que os recolheram de maneira mais ou menos desenvolvida.

O facto de, por vezes, se ter procedido à reconstrução do poema que, potencialmente, teria servido de base às prosificações que as crónicas exibem pode levar a pensar que estas não teriam modificado significativamente os textos usados. Sendo assim, seria ainda possível estudá-los isoladamente, como narrativas épicas, se bem que prosificadas.

No entanto, uma reconstrução, por mais hábil e criteriosa que seja, não deixa de ser uma hipótese acerca do que "teria sido". Acresce ainda que, independentemente da maior ou menor intervenção que os textos poderão ter sofrido no processo da prosificação, o estudo que empreendi revelou a sua indelével articulação com as crónicas que os integraram, nomeadamente no que respeita à prossecução de intenções e de ideais específicos.

Por outro lado, também persistem dúvidas sobre a forma que muitas de estas narrativas teriam antes da sua prosificação: se seriam cantares de gesta, se romances, se simples lendas, quais seriam as suas dimensões e se se ligavam, formando ciclos[2]. Em determinados casos subsistem, inclusivamente, dúvidas

[1] De salientar que mesmo no caso dos textos que se conservam como "poesia narrativa", esta forma pode ainda encontrar-se em diferentes fases de elaboração. Com efeito, se o *Cantar de Mio Cid* se apresenta em versos assonantes já o texto das *Mocedades de Rodrigo* só sobrevive na sua reelaboração em "quaderna via".

[2] Ciclo dos Condes de Castela (que englobaria os seguintes textos: "Cantar dos Sete Infantes de Lara (ou Salas)", "A Condessa Traidora", "Romance do Infante Garcia", "Cantar de Sancho II" (1ª versão) e "Cantar de Fernão Gonçalves") e Ciclo do Cid (que englobaria os seguintes textos: "Mocidades de Rodrigo", "Cantar de Fernando Magno" ou "Cantar da Partição", "Cantar de Sancho II" (2ª versão), "Jura de Santa Gádea" e "Mio Cid").

sobre se algumas narrativas chegaram a constituir um cantar independente ou se se limitaram ao papel de meras introduções a outros textos, integrando assim um único cantar mais extenso[3].

Dados estes factores, revelou-se-me preferível um estudo integrado das formas que existem no seio dos contextos onde efectivamente se encontram, pois foi em função de esse enquadramento que terão sido prosificadas. A inserção de uma forma textual em outra implica, necessariamente, desvio(s) e deslocação(ões) de sentido(s). Por mais respeitosa que possa ter sido a absorção (uma questão que pode ser objecto de múltiplas dúvidas), as narrativas deixam de ser autónomas, na medida em que passam a participar de um contexto "outro" com o qual interagem. Acresce ainda o facto de, na multiplicidade da cronística que absorveu estes textos, se verificarem, igualmente, inúmeras variações, impossíveis de atribuir com segurança a um único factor. A própria historiografia metamorfoseia-se consoante os lugares e as épocas da sua composição, manifestando diversas manipulações, geralmente decorrentes de ideais e de intenções adoptados pelos cronistas e/ou compiladores que não hesitaram em lançar mão das possibilidades que os textos mais marcadamente literários ofereciam.

Com base nestes elementos, apresentou-se-me como mais exequível estudar a forma como o discurso cronístico absorveu estas narrativas de carácter mais empolado e como tentou, até certo ponto, integrá-las e dominá-las com vista à prossecução e à ilustração de distintas finalidades. Para tal, foi reunido um *corpus* que, apesar de, por vezes, apresentar marcadas diferenças ideológicas, mantém, no entanto, analogias básicas, na medida em que se trata de uma mesma família textual, iniciada sob a égide de Afonso X, rei de Castela e de Leão. Esta família desenvolveu-se em diversos vernáculos, na Península Ibérica, tendo a sua

[3] Caso do "Cantar da Partição" que foi alvo de uma série de hipóteses resumidas por Alan Deyermond, *La Literatura Perdida de la Edad Media Castellana. Catálogo y Estudio – I (Épica y Romances)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, pp. 97-99 ou Carlos Alvar e Ángel Gómez Moreno, *La Poesía Épica y de Clerecía Medievales*, Madrid, Taurus, 1988, pp. 64-65. As diversas hipóteses defendem que se trataria de um poema independente; de uma simples introdução histórica ou de um episódio de enlace entre a "Gesta das Mocidades de Rodrigo" e o "Cantar de Sancho II".

época de maior pujança inovadora sido nos sécs. XIII-XIV. O *corpus* escolhido abarca os seguintes textos[4]:

- *Primera Crónica General de España* (= *Estoria de Espanna* e outros textos);
- *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel;
- *Versión Crítica de la Estoria de España, (desde Pelayo hasta Ordoño II)*;
- *Crónica de Veinte Reyes (= Versão Crítica)*;
- *La Traduccion Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*;
- *Crónica Geral de Espanha de 1344* (1ª redacção);
- *Crónica Geral de Espanha de 1344* (2ª redacção).

Subsidiariamente, foram ainda tidos em conta dois textos em latim, o *Chronicon Mundi*, de Lucas, bispo de Tui e a *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica* de Rodrigo Jimenez de Rada, arcebispo de Toledo, dada a sua importância como precursores das crónicas em língua vernácula que constituem o objecto principal do estudo.

Apesar de também não constituir directamente parte do *corpus* de este trabalho, porque se trata de uma história universal e não de uma história peninsular, mas dada a sua importância no conjunto da produção historiográfica do rei Sábio, foram igualmente consideradas as diversas partes da *General Estoria* editadas.

No decurso do trabalho será possível verificar que as referências e citações se reportam, predominantemente, à edição de Ramón Menéndez Pidal, conhecida como *Primera Crónica General de España*. Esta opção deve-se ao facto de Afonso X ter sido o iniciador do *corpus* historiográfico sobre o qual o estudo incide e ao facto de a referida edição se basear, primordialmente, no texto de um códice que é composto, na sua primeira parte, pelo ms. régio afonsino, ou seja, o texto mais antigo, revisto e aprovado pelo próprio rei Sábio, como será adiante esclarecido em maior detalhe. Trata-se, pois, de uma edição aqui aceite como

[4] As edições usadas são referidas tanto no início do estudo, em nota de rodapé, como na bibliografia final. No que respeita aos diversos mss. existentes e aos que estiveram na base de cada edição remeto para as introduções que precedem cada edição.

uma referência modelar possível. Esta opção é mantida, por questões de coerência e de comodidade, igualmente para os trechos posteriores, que integram o mesmo códice, mas cuja data de elaboração se situa já no período pós-afonsino. As referências ao texto de esta edição também aparecem na primeira coluna das tábuas dos "Anexos", o que facilita o manuseamento dos mesmos, em concomitância com a leitura do estudo. De esta forma, a partir das referências expressas no decurso do trabalho, é possível identificar os pontos onde os mesmos passos ocorrem (ou não) nas restantes Crónicas.

Os diversos textos analisados apresentam uma estrutura base que se mantém relativamente inalterada. No entanto, ocorrem igualmente múltiplas divergências, bastante significativas, nomeadamente no texto português da *Crónica de 1344*, em particular na sua segunda redacção. Estas alterações revelam questões importantes, uma vez que permitem sondar alguns dos procedimentos que terão sido utilizados para antagonizar a linha ideológica inicialmente traçada por Afonso X, bem como colocar hipóteses, como no que respeita a uma maior delimitação da possível data de redacção de este texto.

A atenção particular dispensada a esta crónica poderá contrastar com a dedicada aos outros textos, igualmente considerados, mas bastante menos referidos. A opção deve-se ao facto do ramo português de esta família textual se encontrar ainda relativamente pouco explorado no que respeita às posturas ideológicas que assume, o mesmo não sucedendo com os seus congéneres castelhano-leoneses, a propósito dos quais existem diversos estudos bastante exaustivos, para os quais remeto em sede própria.

Para as características que a *Crónica de 1344* partilha com os restantes textos, são mantidas as referências à edição da *Primera Crónica General* e abstenho-me de mais alusões ao texto português, uma vez que, independentemente de se destacar por algumas manipulações que efectua, trata-se, no entanto, e em grande parte, de um relato subsidiário relativamente ao qual

seria imprudente atribuir os louros de narrativas que, na realidade, consistem em transcrições de excertos já presentes nas fontes usadas[5].

Assim, este estudo, intitulado "Metamorfoses de Babel. A historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV): construções e estratégias textuais" consiste numa análise onde procurei salientar determinadas características marcantes da historiografia patrocinada por Afonso X de Castela e Leão e de alguns outros textos posteriores, de ela tributários, até à segunda redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Na **I Parte** os diversos textos são apresentados e estudados nas suas singularidades. Com efeito, se por um lado se revela importante acentuar os traços de identidade que são comuns às diversas crónicas, não é menos fundamental sublinhar, igualmente, as diferenças. Primeiro, é caracterizada a base textual afonsina a partir do testemunho régio da "versão primitiva". Seguidamente, são apontados os principais elementos que distinguem diferentes versões e crónicas castelhano-leonesas subsequentes. Finalmente, é sublinhada a forma como os textos portugueses demarcaram o seu "ramo" na "selva" de esta textualidade em permanente movimento e evolução. A consideração de estas diferenças permite verificar que estamos perante obras muito empenhadas e subtis nos diálogos e discussões que estabelecem entre si e com os interesses e ideais que, a cada momento, direccionaram os diversos discursos. Torna-se pois fundamental escutá-los e deixá-los falar, procurando, assim, fugir do que Paul de Man qualificou como "cegueira"[6].

---

[5] Cabe aqui salvaguardar que, dadas as características inerentes aos procedimentos cumulativos de fontes e de Autoridades que caracterizam o trabalho de composição textual no período medieval, com particular destaque para a historiografia, o estabelecimento de filiações pode transformar-se num caminho sem fim. Com efeito, a maior parte do que surge nos textos afonsinos deriva, igualmente, das fontes usadas. O facto de aqui se apresentar a *Primera Crónica General* como referência modelar constitui uma opção metodológica uma vez que foi sob Afonso X que se verificou a inflexão significativa que consiste no uso do vernáculo e foi a partir do trabalho desenvolvido sob a égide de este soberano que se desenvolveu a família textual a que pertencem as diversas Crónicas agora estudadas.

[6] Paul de Man, *O ponto de vista da cegueira*, Braga / Coimbra / Lisboa, Angelus Novus & Cotovia, 1999. Nesta obra o autor chama particularmente a atenção para o facto de diversos críticos, contrariando inclusivamente os princípios teóricos que pretendem defender, projectarem com inusitada frequência a sua própria ideologia e/ou emotividade nos textos que analisam, considerando assim que estes dizem, por vezes, exactamente o oposto daquilo que realmente afirmam. Para algumas reflexões sobre a interpretação

Nesta parte, procura-se ainda salientar como as diferentes versões e crónicas apresentadas, com particular incidência para a segunda redacção da *Crónica de 1344*, no processo de revisão e de reorganização dos textos herdados, os manipularam de forma a adequá-los aos diferentes interesses e ideais que, a cada momento, e em distintos locais direccionaram a produção historiográfica.

No caso dos textos portugueses é possível constatar como se verificou uma *translatio* particularmente rica uma vez que esta não se ficou só pelo nível da língua utilizada, como se alargou, também, ao nível de alguns traços ideológicos concretos que, inclusivamente, contrariam as propostas anteriormente veiculadas pelos textos afonsinos, sob cuja autoridade a crónica portuguesa não desdenhou, no entanto, abrigar-se. Emergem, assim, diversas características que parecem apontar para um período específico da história portuguesa que poderá coincidir com o momento da composição de esta redacção.

A integração de comentários, a prática de traduções mais ou menos livres, a reorganização das matérias já existentes, a inserção de textos oriundos de novas fontes ou mesmo de fontes que se relêem e recuperam são procedimentos compositivos comuns no período medieval. No entanto, cabe aqui salientar o impacto de estas práticas no *corpus* textual analisado uma vez que, para além de promoverem um caso muito bem documentado de múltiplas evoluções e desvios textuais, se verifica, ainda, a pertinência pragmática de essas mesmas alterações uma vez que as diversas narrativas parecem estabelecer entre si diálogos e discussões subtis onde cada realização se tem como final sem, no entanto, conseguir, efectivamente, eliminar em absoluto os traços das versões anteriores que, à semelhança de palimpsestos, parecem só esperar uma nova luz que as possa recuperar.

Isola-se, de este modo, um caso bastante concreto de uso pragmático das fontes por parte da historiografia, devido ao seu empenho social e ideológico. Ao procurar constituir-se enquanto espelho / modelo de vida, as crónicas constituem-

---

e seus limites ver também Umberto Eco, *Os limites da interpretação*, Lisboa, Difel, 1992, nomeadamente no que respeita à articulação e ao balancear entre *intentio lectoris*, *intentio auctoris* e *intentio operis*.

se, assim, como um discurso manipulado e manipulador cuja retórica se centra na acção sobre o(s) presente(s) coevo(s).

Na II e III Partes é estudada a forma como os textos em questão lidam com um conjunto de características inerentes a narrativas de cariz mais marcadamente literário e como se relacionam com a mole das formas textuais "outras" que povoam a produção literária da época.

Assim, na sequência da chamada de atenção para a complexidade da composição dos textos em análise, foi desenvolvido, na II Parte, um estudo onde se procurou verificar a forma como esta historiografia lida com algumas características que, em termos absolutos, são tidas como negativas, mas cuja presença é inevitável em textos que, como os historiográficos, procuram, de alguma forma, retratar o Mundo. A análise centrou-se em múltiplas narrativas que relatam situações onde se verificam excessos (e dos quais, frequentemente, decorrem traições) para constatar, mais uma vez, a ambiguidade e o pragmatismo inerentes a estes textos.

Com efeito, se por um lado vemos a historiografia assumir-se como garante da ordem social, criticando casos evidentes de excesso, de violência física, de traições concretas ou de procedimentos e discursos enganosos, por outro lado, vêmo-la elidir ou mascarar esses mesmos elementos sempre que isso, de alguma forma, se justifique.

É o caso, nomeadamente, das narrativas que quase exaltam os comportamentos excessivos de alguns heróis fundadores dado que, obviamente, a legitimação das suas atitudes implica a justeza das suas causas e, consequentemente, o direito à existência dos reinos que fundam.

Verifica-se o mesmo com alguns casos mais subtis associados à linguagem e que parecem contagiar os próprios textos em análise, nomeadamente, o excesso que consiste no que se poderia designar como uma "demanda do Verbo primordial", e que se concretiza na procura de uma linguagem edénica (porque transparente e absolutamente unívoca), bem como, ao nível do discurso, na procura de um texto que apresente os sucessos históricos de uma forma completamente Verdadeira e Final.

Estas características tornam-se paradoxais quando constatamos como os textos, com vista à procura de uma eficiência comunicativa e de um público mais alargado, não hesitaram em usar a língua vernácula, que era então tida como mais um passo na crescente degenerescência das línguas humanas relativamente ao hebreu adâmico e original. Também não hesitaram em integrar narrativas de cariz eminentemente literário que, apesar de veicularem um discurso mais atraente e sedutor são igualmente tidas, com alguma frequência, como fontes menos fiáveis o que, a par com a ambiguidade inerente ao seu discurso, constituem convites abertos à reescrita e à manipulação, ou seja, um caminhar para a dispersão, o sentido oposto ao da procura da unidade.

O paradoxo constatado conduz, assim, à III Parte do trabalho onde se procura ver como esta historiografia integra e se relaciona com uma série de formas textuais "outras" que povoam a produção literária da época. A análise das diversas formas de excesso que a historiografia critica, ou mascara, consoante as circunstâncias, remete, assim, para a consideração dos mecanismos retóricos inerentes ao trabalho a que os textos mais empolados, mais elaborados e mais ambíguos terão sido sujeitos, aquando da sua integração na narrativa historiográfica que parece caracterizar-se pela denegação que manifesta relativamente a muitas das fontes que usa.

Com efeito, por um lado verifica-se uma ambição omnívora por parte da historiografia que procura integrar todo o conhecimento numa súmula do saber, o que a leva a recolher testemunhos das mais variadas origens em manifesta polifonia. Pelo outro lado, este enciclopedismo centrípeto é contrariado por uma "recusa" das bases literárias e retóricas que, na prática, absorve e imita amplamente. A "defesa" que consiste nas inúmeras reafirmações de fiabilidade e de veracidade revela-se, nestes termos, como uma retórica extremamente elaborada e subtil.

Desde as indecisões respeitantes ao modo como designar esta forma textual, em permanente fuga aos termos, sucessivamente, também adoptados pelos relatos literários, esta historiografia revela-se tanto mais rica quanto não consegue ultrapassar o impasse provocado pelos discursos que conquista mas

pelos quais é irremediavel e sucessivamente conquistada, dando provas de uma manifesta incapacidade para mascarar completamente o carácter entrelaçado e poroso que a parece caracterizar.

Para melhor atingir os seus objectivos pragmáticos, a historiografia tem que ser uma "retórica da persuasão". Para tal, o contributo de textos e de processos literários e retóricos é indispensável. No entanto, ao integrar esse manancial, parece ter, simultaneamente, sentido a necessidade de demarcar a sua textualidade. Vai, no entanto, fazê-lo de uma forma contraditória, recorrendo à retórica, graças ao efeito de estilo que finge negar e recusar aquilo que, efectivamente, é parte integrante da sua própria realidade.

Assim, do mesmo modo que estas narrativas se apresentam como o garante da ordem mas se encontram eivadas de excessos, também o seu discurso assente na macro-figura da *praeteritio*, exibindo atracção e repúdio simultaneos pela ficção ou pelo artifício. A meu ver, trata-se de uma característica inerente a esta historiografia, surgindo a múltiplos níveis e de diversas formas, que espero exemplificar no decurso do trabalho. Saliento pois, também aqui, como pelo facto de se constituír como um "discurso de denegação", esta historiografia cai num paradoxo insolúvel mas que, curiosamente, terá sido também, em grande parte, responsável pela sua abertura e, consequentemente, pela atracção que exerceu face aos seus múltiplos e activos leitores que não cessaram de a retrabalhar no que parece ter sido uma série de empresas babélicas, frequentemente terminadas mas nunca acabadas.

No que respeita à nomenclatura usada, cabe esclarecer aqui que, independentemente das considerações tecidas na III Parte sobre o assunto, são usados, de forma indiscriminada, os termos "crónica" e "história" ou "historiografia" precisamente porque as narrativas em questão se situam na encruzilhada de várias formas textuais, o que torna impossível a classificação peremptória só numa destas categorias.

Quanto aos nomes de personagens e de figuras históricas, procurei usar a nomenclatura portuguesa, sempre que possível, tendo, em caso de dúvida, nomeadamente no que respeita aos nomes dos reis Godos, recorrido à grafia

usada por Luís Filipe Lindley Cintra na sua edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

No final de esta Nota Introdutória, importa ainda agradecer a algumas instituições e pessoas sem as quais este trabalho nunca teria sido realizado.

No que respeita a instituições, há que referir a Universidade Aberta, que apoiou a realização de este projecto com a concessão de dois anos de dispensa de serviço. Também saliento a eficiência com que a equipa do "Serviço de Empréstimos Interbibliotecários da Biblioteca Nacional" sempre me atendeu e despachou os inúmeros pedidos de livros e de artigos que apresentei, tendo-me posteriormente chegado às mãos obras dos mais variados locais.

Quanto às pessoas, saliento, em primeiro lugar, o Professor Doutor Hélder Godinho e a Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques pela orientação dada ao longo do processo de elaboração de este estudo. Agradeço sinceramente a disponibilidade que demonstraram sempre que necessário, bem como o apoio, tolerância e paciência de que nunca deixaram de me dar provas.

Ao Professor Doutor Aires Nascimento, tenho a agradecer as críticas, correcções e sugestões feitas ao meu texto "Sincronismos de história antiga em Afonso X, o Sábio" (que integra igualmente esta dissertação), inspiradoras de uma maior atenção e cuidado.

Também não queria deixar de manifestar aqui o meu agradecimento aos membros do júri que, no meio dos seus inúmeros afazeres, se disponibilizaram para ler e criticar a tese que lhes foi apresentada. Além dos meus dois orientadores, já mencionados, cabe aqui referir a presença dos Professores Doutores Maria José Ferro Tavares, Reitora da Universidade Aberta, Inés Fernández-Ordóñez, da Universidad Autónoma de Madrid, António Augusto Tavares, da Universidade Nova de Lisboa, Aires Nascimento e Teresa Amado, ambos da Universidade de Lisboa, Luís Krus e Irene Nunes, ambos da Universidade Nova de Lisboa.

Vários foram os amigos, tanto colegas como familiares, cujo auxílio deve ser aqui recordado. Uma referência especial irá para a Maria João Branco, por ter

partilhado as angústias e as dúvidas que o processo de elaboração de uma tese sempre acarreta; pela sempre disponível consultadoria no âmbito da história medieval; por valiosas trocas de impressões e de sugestões bibliográficas colmatadas ainda pela acuidade com que leu os textos que lhe entreguei. De grande importância foi igualmente a perícia com que a Manuela Granès Gonçalves procedeu à leitura e revisão de este trabalho.

Não podendo, obviamente, agradecer pessoalmente a todas as outras pessoas que, ao longo de este percurso, me apoiaram e/ou ajudaram dos mais diversos modos, com incentivos, com observações e sugestões ou meramente com sua presença solidária e paciente, dirijo uma palavra de reconhecimento e gratidão à família, aos amigos e aos colegas, a quem quero muito bem.

Habet quidem et praeter haec illustres transactorum notitia dotes,
quod ipsa maxime distinguat a brutis rationabiles:
bruti namque homines et animalia unde sint nesciunt,
genus suum nesciunt, patriae suae casus et gesta nesciunt,
immo nec scire volunt.
Henrique de Huntingdon, *Historia Anglorum*

I PARTE

OS MARCOS DE HÉRCULES

Grande parte da prosa cronística redigida na Península Ibérica, em língua vernácula, nos séc. XIII e XIV, surge na sequência do trabalho levado a cabo no *scriptorium* do rei Afonso X de Castela e Leão[1]. Com efeito, o ambiente cultural, rico e complexo, patrocinado pelo rei Sábio terá sido responsável, não só pela pujança intelectual do período, na qual se destaca o valor do próprio soberano, como também terá inspirado muito do que posteriormente se produziu. Esta constatação é particularmente notória no que respeita à historiografia onde o labor de compilação, reelaboração, composição e redacção[2] levado a cabo no

[1] Sobre estas questões, ver Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962 e também, mais recentemente, Diego Catalán, *La Estoria de España de Alfonso X – creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1992, Inés Fernández-Ordóñez (ed.), *Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1993 e Diego Catalán, *De la silva textual al taller historiográfico alfonsi – Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1997 ou ainda a útil síntese de Inés Fernández-Ordóñez, "La Historiografía Alfonsí y Post-alfonsí en sus Textos – nuevo panorama", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, nº 18-19, 1993-1994, pp. 101-132.

[2] Sobre os termos usados para designar, quer os historiadores, quer as obras por eles levadas a cabo, quer ainda as fases e/ou os procedimentos mais importantes para a sua elaboração ver Bernard Guenée, "En guise d'introduction: L'historien par les mots", *Le Métier d'historien au moyen-âge. Études sur l'historiographie médiévale*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1977, pp. 1-17 ou Benoît Lacroix, O. P., *L'Historien au Moyen Âge*, Montréal / Paris, Inst. d'Études Médiévales / Vrin, 1971, pp. 15-16. Ver igualmente Gert Melville, "Le problème des connaissances historiques au moyen-âge. Compilation et transmission des textes", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 21-41 que refere diferentes critérios compilatórios bem como diversos tipos de intervenção / manipulação textual das fontes usadas (adaptação, reorganização, inserção, resumo, adição, supressão, selecção...). A aplicação destes procedimentos (por vezes de forma bastante subtil) oferece possibilidades quase ilimitadas de combinação de versões, podendo dar origem a que determinados textos evoluam em permanente metamorfose, num fluxo contínuo de renovação, o que é

scriptorium, sob os auspícios de Afonso X, marcou indelevelmente a cronística peninsular posterior.

Acresce ainda o facto de as obras historiográficas idealizadas pelo rei Sábio, a *Estoria de Espanna*[3], que se centraria nos acontecimentos mais relevantes para a história peninsular, e a *General Estoria*[4], um texto de dimensões

---

precisamente o caso da família textual que nos propomos aqui analisar. Também Georges Matin, "Cinq opérations fondamentales de la compilation: l'exemple de l'*Histoire d'Espagne* (étude segmentaire)", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 99-109, analisa o que considera como as cinco grandes operações da compilação e que consistem em "reproduire" (não documentos mas "historiogramas", ou seja textos históricos já constituídos, verificando-se aqui o paradoxo que consiste no facto de, na Idade Média, a reprodução ser o meio mais eficaz para a transformação do saber histórico); "réunir" (e, consequentemente, efectuar escolhas de entre as fontes disponíveis); "assembler / bâtir" (ou seja, reduzir a diversidade das fontes à unidade de um texto novo, recorrendo à datação / a um sistema de referências cronológicas e a um sistema de hierarquização interna dos tempos); "assembler / agencer" (proceder ao relacionamento das fontes entre si nomeadamente pela supressão do indesejável ou pela harmonização de divergências num texto de compromisso) e finalmente "réviser" (onde se salientam dois procedimentos: a modificação dos conteúdos por formas diversas e a adição de novos elementos inexistentes na fonte). Para o estudo de um caso concreto de tradução "recriadora" (com omissões, abreviações, alterações, confusões e amplificações manipuladoras) que terá sido levada a cabo no *scriptorium* afonsino ver Mª Carmen Jimenez Vicente, *La razón de estado en Alfonso X el Sabio. Paulo Orosio en la Primera Crónica General*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones Universidad de Valladolid, 1993 ou Pedro Sánchez-Prieto Borja, "La *General estoria* como obra de traducción (a propósito de GE3 Sab.)", María Isabel Toro Pascua (ed.), *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, Biblioteca Española del siglo XV / Departamento de Literatura Española e Hispanoamericana, 1994, vol. II, pp. 923-931 ou ainda Charles F. Fraker, *The Scope of History – Studies in the Historiography of Alfonso el Sabio*, Ann Arbor / The University of Michigan Press, 1996, sobretudo parte 2.

[3] Como representante da *Estoria de Espanna* afonsina foi aqui tido como paradigmático o texto editado por Ramón Menéndez Pidal e reeditado por Diego Catalán, *Primera Crónica General de España*, Madrid, Gredos, 1977. As referências a este texto terão a seguinte forma: **P.C.G.: nº vol., nº pág.** (ou **cap.**). No entanto, há que ter em conta que esta edição se baseou, sobretudo, num manuscrito compósito que congregou textos elaborados em diversas épocas e redigidos por diferentes mãos. Como nem todo o trabalho foi levado a cabo sob os auspícios do rei Sábio, diversos são os trechos cuja importância deverá ser relativizada no seio do conjunto das várias versões. Portanto, só será aqui considerado como texto afonsino "acabado" a narrativa que vai até ao cap. 616 da PCG, momento em que terminaria o MS régio E1(orig.) e que consideramos suficiente para exemplificar as principais características desta obra. A partir do cap. 616 e até ao fim do reinado de Vermudo III o texto afonsino ainda pode ser reconstruído mas a partir dos manuscritos da "versão concisa" que não foram aqui considerados. Sobre este assunto ver Diego Catalán (1962 e 1997).

[4] Apesar não constituírem directamente parte do *corpus* deste trabalho, porque se trata de uma história universal e não de uma história peninsular, mas dada a sua importância no conjunto da produção historiográfica do rei Sábio, foram também consideradas diversas partes da *General Estoria* afonsina já editadas, ou seja:

- *General Estoria – Primera Parte*. Este texto foi editado por António G. Solalinde, *General Estoria, Primera Parte*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1930. As referências a este texto terão a seguinte forma: **GE: I, nºpág.** (ou **cap.**).
- *General Estoria – Segunda Parte*. Este texto foi editado em dois volumes por António G. Solalinde, Lloyd A. Kasten e Víctor R. B. Oelschläger, *General Estoria, Segunda Parte*, I - II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto "Miguel de Cervantes", 1956 e 1961. As referências a este texto terão a seguinte forma: **GE: II, 1/2** ou **2/2, nº pág.** (ou **cap.**).
- *General Estoria – Tercera Parte*, texto parcialmente editado:

enormes e que procurava integrar feitos de todas as épocas e lugares, se encontrarem inacabadas aquando do falecimento do seu principal mentor. Este facto poderá ter sido entendido como um convite, uma porta aberta para múltiplas reestruturações e continuações, mormente no que respeita à *Estoria de Espanna*, provavelmente dado o seu interesse mais imediato para a Península Ibérica.

Esta situação é reveladora de uma postura que encara a construção historiográfica como um acumular de fontes que se reelaboram e continuam, postura esta que não difere do modo como os membros do *scriptorium* afonsino e muitos outros intelectuais anteriores já terão considerado os seus materiais de trabalho[5].

Assim, dadas as múltiplas intervenções a que esta tradição foi sujeita, torna-se bastante difícil estabelecer fronteiras, nomeadamente, no que respeita

---

- Pedro Sánchez-Prieto Borja e Bautista Horcajada Diezma (eds.), *General Estória – Tercera Parte – Libros de Salomón*, Madrid, Gredos, 1994. As referências a este texto terão a seguinte forma: **GE: III, Sal., nº pág.** (ou **cap.**).

- *General Estoria – Quarta Parte*, texto parcialmente editado:

  - Tomás González Rolán e Pilar Saquero Suárez-Somonte (eds.), *La História Novelada de Alejandro Magno*, Madrid, Universidad Complutense, 1982. As referências a este texto terão a seguinte forma: **GE: IV, Alex., nº pág.** (ou **cap.**).

Para uma listagem mais completa das edições da *General Estoria* (texto, microfichas e CD-Rom), ver Inés Fernández-Ordóñez, "Antes de la *collatio*. Hacia una edición crítica de la *General estoria* de Alfonso el Sabio (segunda parte)", Aengus Ward (ed.), *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Birmingham, The University of Birmingham Press, 2000, pp. 124-148 (pp. 141-143). Sobre algumas das características mais destacadas das histórias universais ver Paolo Brezzi, "Chroniques universelles du moyen âge et histoire du salut", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 235-245 ou Hans-Werner Goetz, "On the Universality of universal history", *idem*, *ibidem*, pp. 247-261. Sobre a proximidade entre a *Estoria de Espanna* e a *General Estoria* ver Inés Fernández-Ordóñez, *Las Estorias de Alfonso el Sábio*, Madrid, Istmo, 1992 ou *idem*, "El taller historiográfico alfonsí. La *Estoria de España* y la *General estoria* en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio", Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, 1999, pp. 105-126, particularmente pp. 111-116.

[5] Com efeito, as múltiplas reelaborações desta historiografia seguem, no fundo, o mesmo processo que Afonso X já iniciara com o seu desejo de aperfeiçoamento ilimitado das obras em que mais se terá empenhado (mormente nos campos da historiografia e do direito), o que levou à existência de versões diferentes adaptadas à variação das circunstâncias que rodearam o reinado deste soberano: "Vemos, pues, que tanto en el caso del *corpus* jurídico como en el del historiográfico la necesidad de revisar de forma continua las obras es una respuesta a la evolución política de los acontecimientos, que exige ciertas adaptaciones, ciertas reinterpretaciones de los textos." Inés Fernández-Ordóñez, "Evolución del pensamiento alfonsí y transformación de las obras jurídicas e históricas del rey sabio", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 23, 2000, pp. 263-83 (p. 267).

aos trechos que poderão ostentar a designação de "afonsinos"[6]. Este facto pode ser considerado como limitador. Porém, a multiplicidade de vozes que povoam as diversas continuações e versões da *Estoria de Espanna* pode, igualmente, ser entendida como constitutiva de uma complexificação enriquecedora, uma vez que é graças ao interesse que as gerações seguintes manifestaram por esta historiografia que se construiu toda uma tradição, ornada de múltiplos cambiantes.

É ainda importante referir que a composição das obras no próprio *scriptorium* afonsino também já estaria sujeita à influência de inúmeros factores igualmente passíveis de provocar a coexistência de vozes de diferentes origens. Com efeito, a apropriação das diversas fontes disponíveis nem sempre terá conseguido uniformizar o tom particular de cada relato, ao que acresce o facto de alguns materiais terem sido trabalhados enquanto blocos isolados, de forma a poderem ser integrados em mais do que uma das obras em curso no *scriptorium*[7].

Para além de esta situação, caberá ainda ter em conta que cada realização particular produzida sob os auspícios de Afonso X é parte integrante do conjunto da obra atribuída a este rei. Traduções ou textos de cariz mais original, obras científicas, literárias, historiográficas ou jurídicas, a obra intelectual atribuída directa e indirectamente à acção do rei Sábio apresenta dimensões extraordinárias[8]. Uma vez que os trabalhos realizados pelos intelectuais ao serviço de Afonso X eram geralmente seguidos mais ou menos de perto pelo monarca, não será certamente impossível constatar a recorrência de eventuais

---

[6] Sobre este assunto ver Diego Catalán (1962, 1992 e 1997) e Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.* ou (1993-94).

[7] Traduções, prosificações e provavelmente também blocos narrativos como propõe Inés Fernández-Ordóñez, 1992. Estes materiais estariam à disposição das diversas equipas que elaboravam e redigiam a obra de Afonso X.

[8] Para uma listagem da obra realizada e traduzida por e no círculo de Afonso X, bem como uma enumeração de fontes traduzidas, citadas ou consultadas para a realização da *General Estoria* ver José Perona, "Bilingüismo y traduccion en la Edad Media y en el Humanismo: España, de Alfonso X el Sabio a Antonio de Nebrija", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 177-200 (pp. 177-180). No que respeita às questões de composição / autoria ver Jesus Montoya Martinez, *La norma retorica en tiempos de Alfonso X, el Sabio*, Granada, Adhara S. L., 1993, nomeadamente p. 122-135 ou Jesús Montoya Martínez, "El discurso retórico de Alfonso X", Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, 1999, pp. 271-290, particularmente pp. 279-281.

linhas de força, passíveis de integrar os múltiplos elementos de esta produção tão diversificada, no plano mais global do ideário, nomeadamente ético e político, do soberano, um universo sobre o qual vários estudos têm sido realizados[9].

Procurando delimitar algumas noções no seio do que se revela como uma produção textual extremamente complexa, é um texto afonsino que, na *General Estoria*, enuncia uma definição do que se entende por "autoria" de um texto:

> el rei faze un libro, non por quel el escriua con sus manos, mas por que compone las razones del, e las emienda, et yegua, e enderesça, e muestra la manera de como se deuen fazer, e desi escriue las qui el manda, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro. Otrossi quando dezimos: el rey faze un palacio o alguna obra, non es dicho por quelo el fiziesse com sus manos, mas por quel mando fazer e dio las cosas que fueron mester pora ello; e qui esto cumple aquel a nombre que faze la obra, e nos assi ueo que usamos delo dezir. (GE: I, 477b)

É idêntica a noção de autoria que transparece da imagem que D. Juan Manuel nos dá dos interesses e da actividade intelectual do rei Sábio[10]:

> E esto por muchas razones: lo vno, por el muy grant entendimiento que Dios le dio; lo al, por el grant talante que auie de fazer nobles cosas e aprouechosas; lo al, que auia en su corte muchos maestros de las ciencias e de los saberes a los quales el fazia mucho bien, e por leuar adelante el saber e por noblescer sus regnos. Ca fallamos que en todas las ciencias fizo

---

[9] Sobre este assunto ver, por exemplo, Cayetano Julio Socarrás, *Alfonso X of Castile and the idea of Empire* (New York University, Ph.D., 1969) UMI – Dissertation Information Service, 1990, Francisco Márquez Villanueva, *El Concepto Cultural Alfonsí*, Madrid Mapfre, 1995 ou Charles F. Fraker, *The Scope of History – Studies in the Historiography of Alfonso el Sabio*, Ann Arbor / The University of Michigan Press, 1996. Há ainda a salientar algumas colectâneas como Robert I Burns, S. J., (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castile and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, *idem* (ed.), *Los Mundos de Alfonso el Sabio y Jaime el Conquistador – Razón y Fuerza en la Edad Media*, Valencia, edicions Alfons el magnànim / Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1990, bem como numerosos artigos apresentados em congressos (nomeadamente os da AHLM) e revistas (como por exemplo os *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, entre outras publicações). Ver ainda o artigo de Georges Martin, "El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes", *idem* (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2000, pp. 9-40 que salienta os procedimentos fundamentais usados na adaptação constante das fontes de forma a impregná-las com as concepções e práticas afonsinas de modo por vezes difuso mas omnipresente (sobretudo pp. 17-22).

[10] *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel. Para este texto da *Estoria de Espanna* foi usada a edição de José Manuel Cacho Blecua, "Crónica Abreviada", Don Juan Manuel*, Obras Completas*, II, Madrid, Gredos, 1983, pp. 507-815. As referências a este texto terão a seguinte forma: **CrAbr: nº pág.** (ou **cap.**). Sobre este texto ver Diego Catalán, 1992 (cap. IX: "Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la *Crónica Abreviada*", pp. 197-229) ou Manuel Alvar, "Alfonso X contemplado por Don Juan Manuel",

> muchos libros e todos mui buenos. E lo al, por que auia muy grant espacio para estudiar en las materias de que queria conponer algunos libros. Ca morava en algunos logares vn anno e dos e mas, e avn, segunt dizen los que viuian a la su merced, que fablauan com el los que querian e quando el queria, e ansi auia espacio de estudiar en lo quel queria fazer para si mismo, e avn para veer e esterminar las cosas de los saberes quel mandaua ordenar a los maestros e a los sabios que traya para esto en su corte. (CrAbr: 575-76)

A constatação da medida da intervenção de Afonso X na realização das suas obras remete imediatamente para a questão, amplamente debatida, da divisão medieval entre as dimensões física e intelectual da escrita[11]. No entanto, é difícil considerar esta problemática em termos muito rígidos no que respeita ao *scriptorium* afonsino, cuja actividade já não era dominada pela cópia exclusiva e obediente da Palavra de Deus que caracterizava os espaços monásticos onde a escrita era encarada como uma actividade quase sagrada. Aqui estamos perante um espaço laico, com intelectuais de origens e credos diversos, funcionários que trabalhavam nos projectos idealizados e patrocinados por um rei. Estes intelectuais também não podem ser encarados como meros escribas, tanto quanto Afonso X não pode ser entendido como um simples e distante patrocinador. As citações acima transcritas tornam evidente a atenção dada pelo rei Sábio às obras em curso no seu *scriptorium*. No entanto, apesar do rei participar directamente nos projectos que dirigia e de que se considerava "Autor" / "Ideólogo", também é

Carlos Alvar e José Manuel Lucía Megías (eds.), *La Literatura en la época de Sancho IV*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 1996, pp. 91-106 que analisa precisamente a citação acima transcrita.

[11] Referimo-nos concretamente à oposição que distingue o Autor como ideólogo, criador da obra arquetípica e ideal, do escriba como mero redactor que dá uma forma concreta à "Ideia" inicial. Para uma visão global e multifacetada deste assunto e das suas diversas sobrevalorizações e desvalorizações ver Jacques Stiennon, *L'Écriture*, Turnhout, Brepols, 1995 ou Douglas Kelly, *The Arts of Poetry and Prose*, Turnhout, Brepols, 1991, p. 92 e sgts. Ver ainda Edgar De Bruyne, *Études d'Esthétique Médiévale*, 2 vols., Paris, Albin Michel, 1998 que refere como Carlos Magno é apresentado como o ideólogo dos "livros carolinos", textos que eram lidos, discutidos e reformulados na corte, provavelmente na presença do soberano sendo então conservados em manuscritos oficiais (vol I, p. 261). Para o caso específico de Afonso X é interessante ver como Georges Martin constata como o rei Sábio procura, em algumas obras (mormente nas historiográficas e jurídicas), chamar a si a Autoridade da escrita anulando a figura dos seus intelectuais que se diluem na multiplicidade das equipas que trabalham para o soberano, o que contrasta com a autoridade de que o historiador dava provas ainda durante o reinado do seu pai, Fernando III (caso de Lucas de Tui e de Rodrigo de Toledo). Esta questão é discutida por Georges Martin, tanto em "Alphonse X ou la science politique (Sépténaire, 1-11)", *Cahiers de Linguistique Hispanique M*édiévale, 18-19, 1993-94, pp. 79-100 como em *idem*, "Alphonse X et le pouvoir historiographique", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-Xve siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 229-240 e por Inés Fernández-Ordóñez em 1999, particularmente pp. 105-108.

fundamental salientar o carácter colectivo e a importância do papel dos executantes que elaboravam os diversos textos[12].

A pluralidade e a decorrente ambiguidade da autoria é uma questão que continua a colocar-se no âmbito da fortuna das diversas obras produzidas ou delineadas no *scriptorium* afonsino e que sobreviveram ao ocaso deste, bem como à consequente dispersão dos seus membros, após a morte do rei Sábio. Com efeito, nomeadamente no que se refere aos textos históricos, sobretudo à *Estoria de Espanna*, é patente toda uma série de intervenções, remodelações e reelaborações posteriores causadas por múltiplos manuseamentos mais ou menos hábeis.

Perante estes factos, qualquer estudo sobre a *Estoria de Espanna* afonsina e textos subsequentes deverá iniciar-se com uma panorâmica acerca da forma como o rei Sábio encarava a noção de História e como essa noção se reflecte na exposição textual. A partir do reconhecimento de determinadas características recorrentes a nível textual será possível identificar uma rede de conceitos e de ideais básicos construída por este soberano. Com efeito, a obra afonsina surge-nos marcada por uma interacção de influências mútuas, onde teoria e prática se espelham na construção de coerências conjuntas. Só a partir desta base é possível estudar o modo como esta forma textual se desenvolveu e evoluiu no sentido de se transformar numa intrincada "selva". Indelevelmente marcadas pelo trabalho básico e fundador desenvolvido no *scriptorium* afonsino, as continuações, adaptações e reformulações posteriores são construídas em função da corrente de

---

[12] Sobre o funcionamento do *scriptorium* afonsino ver António G. Solalinde, "Intervención de Alfonso X en la redacción de sus obras", *Revista de Filología Española*, 2, 1915, pp. 283-88 Gonzalo Menéndez Pidal, "Cómo trabajaron las escuelas alfonsíes", *Nueva Revista de Filología Hispánica*, V (4), 1951, pp. 363-380; Diego Catalán, 1992 (cap. II: "El taller historiográfico alfonsi. (métodos y problemas en el trabajo compilatório)", pp. 45-60) ou Jesús Montoya Martínez, "El Scriptorium alfonsí", Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, 1999, pp. ix-xii. Interessante é ainda o artigo de Louis Chalon, "Comment travaillaient les compilateurs de la *Primera Crónica General de España*", *Le Moyen Âge*, 82 (2), 1976, pp. 289-300 que refere autores e textos usados directa e indirectamente defendendo que as intervenções dos próprios compiladores são raras e breves, limitando-se geralmente a chamadas de atenção, precisões, explicações, referências à unanimidade ou divergência entre fontes, aplicação de fórmulas de transição, de introdução... Esperamos, no entanto, demonstrar na sequência deste trabalho que as intervenções dos diversos "autores" que participaram no complexo processo de transmissão a que esta historiografia foi sujeita foram bastante além dos procedimentos referidos neste artigo. Sobre os tradutores da escola de Toledo e a sua obra anterior ao período afonsino ver Luis G. de

autoridade a que se associam, mesmo quando tentam desviar alguns dos seus vectores ideológicos básicos, como é o caso da cronística desenvolvida no Ocidente da Península Ibérica.

Valdeavellano, *Historia de España 2: De los origenes a la baja Edad Media*, Madrid, Alianza, 1980, pp. 537-540 ou Alain de Libera, *La philosophie médiévale*, Paris, PUF, 1993, pp. 309-312, 345-348 ou 383.

1. Afonso X: Ética e Estética

Ao enunciar a sua definição de autoria, Afonso X equipara a obra literária à arquitectura. Esta comparação é significativa, sobretudo porque pode manter-se e desenvolver-se muito para além da questão da autoria. Com efeito, são as mesmas normas e ideais estéticos que regem, seja o discurso, seja a arquitectura, as artes plásticas ou a música numa perpétua alternância entre duas balizas bem demarcadas e que opõem conceitos de cariz mais sereno, tais como a ordem, a harmonia e o equilíbrio, a tendências mais exuberantes que cultivam o virtuosismo e o excesso[13].

Afonso X opta explicitamente por uma estética da medida, onde o número e a ordem constituem as linhas directivas que norteiam fortemente, talvez até limitando-a, a exposição textual. Isto na medida em que, na sequência de toda uma tradição anterior, declara assumidamente a sua preocupação em manter uma sequência cronológica, tão rígida quanto possível, inerente ao discurso historiográfico, funcionando assim como esqueleto, ou seja, como princípio organizador básico da narrativa:

> Agora, porque fueron las Espannas de amos estos principes por sos tiempos departidos, fablaremos aqui algun poco de los fechos dellos, contando las estorias de las Espannas en sos logares o uinieren; e departiremos de los nombres del sennorio de Roma sobrestas razones, et los nombres que llamaron a los sennores quel ouieron, e cuemo sennorearon las Espannas, departiendo de cada unos por sos tiempos. (PCG: I, 56b)

Os ideais de proporção vão, por sua vez, articular-se com a dimensão funcional, também assumida como característica, e sem a qual a simples perfeição física ou formal não tem sentido. A *consonantia* entre estes dois elementos essenciais a qualquer obra de arte é pois básica para que possa haver *convenientia*, ou seja, para que conteúdo e finalidade(s) se espelhem harmoniosamente.

---

[13] Sobre este assunto ver o clássico de Edgar De Bruyne, *op. cit.*. Ver ainda o estudo de Umberto Eco, *Arte e beleza na estética medieval*, Lisboa, Presença, 1989.

A aplicação literária destes princípios converge na noção de *claritas*[14], com base na qual o rei Sábio valoriza a obra do fundador do Império romano, Júlio César:

> Era omne bien razonado a grand marauilla, assi que a los que fueron muy loados de bien fablar en el su tiempo et ante dell, o se les egualo o los uencio a todos; e fizo de sus cosas et de sus fechos libros muy buenos, de que dize Cicero el filosofo que los deuen los omnes mucho ondrar por que se trabaio de los fazer llanos et uerdaderos mas que escuros ni apuestos de palaura. (PCG: I, 93a)

A *claritas* deve, no entanto, ser perspectivada nos seus múltiplos níveis. Com efeito, se o texto histórico pode ser, aparentemente, claro, simples e linear, essas características não devem obstar à sua profundidade. Da mesma forma que a escultura mais singela e harmoniosa à vista pode ser a que, na sua génese, obrigou a uma maior complexidade elaborativa, a todo um caminho de depuração até atingir as formas mais puras, também à obra histórica deverá estar subjacente uma grande complexidade elaborativa que remeterá para leituras mais penetrantes. A essência da obra prima reside, pois, nesse ideal estético que combina a simplicidade aparente com sentidos doutrinais e mensagens em que muitos nem reparam e que são acessíveis somente a quem tiver preparação para os descortinar[15]. O texto assume assim um carácter camaleónico ou em palimpsesto, revelando-se consoante as capacidades de cada receptor. Acessível a todos, revela tanto maior profundidade quanto melhor for a capacidade do leitor para manejar as ferramentas exegéticas tradicionais, um assunto ao qual voltaremos. Afonso X define-se, pois, como partidário da corrente que advoga a

---

[14] Desejável na generalidade dos textos mas sobremaneira em matérias legais, as que menos toleram a ambiguidade: "Conplidas deuen ser las leyes & muy cuydadas & muy acatadas: de guisa que sean con razon & sobre cosas que puedan ser fechas segund natura & las palabras dellas que sean buenas & llanas & paladinas: de manera que todo onbre las pueda entender & retener. E otrosi han de ser sin escatima & sin punto & que no sean contrarias las vnas delas otras." Cynthia Wasick (transcr.), Rolando Cossio, Vicens Colomer (corr.), Alfonso X, *Siete Partidas*, Título I, lei IV, Admyte, Archivo Digital de Manuscritos y Textos Españoles, Micronet S.A., 1994, fol. 3r-v. Foi nossa a opção de omitir o aparato da transcrição diplomática a fim de facilitar a leitura do excerto.

[15] É paradigmática a situação relatada na GE: I, 198 onde a uma leitura literal desadequada se opõe a significação profunda e verdadeira de uma leitura exegética.

possibilidade de aplicação às obras profanas de métodos de leitura anteriormente reservados, exclusivamente, para o estudo dos textos sagrados:

> queremos uos contar aqui dellas segund las cuentan los auctores delos gentiles, e desi diremos en cabo lo que quieren dezir, ca fallamos que tan bien dixieron los gentiles palabras e razones que dizen uno e dan al a entender, como lo fazen los nuestros Testamentos, el de la nueua ley e el dela uieja, que andudo siempre en figura, lo que non faze tanto el nueuo, que anda ya enel fecho dela cosa. (GE: I, 155a-b)[16]

A crónica procura pois atingir a perfeição e a eficácia que as artes plásticas também conseguem, por vezes, alcançar e que pode ser aqui representada, metaforicamente, na história de Eneias que combina harmoniosamente elementos de campos diversos[17]. Com efeito, este herói da Antiguidade é impulsionado a cumprir o seu destino heróico graças à observação de um painel pintado com exemplos de heroísmo:

> En aquella cibdat de Carthago auie un grand templo que fiziera fazer la reyna Dido a onra dEscolapio quando poblara la cibdat; e por que los omnes ouiessen mayor sabor deuen ir fazer y oration, fiziera y pintar muchas estorias de los grandes fechos que acaecieron por el mundo, e sennaladamientre la de Troya que fuera aun poca sazon auie; y estas debuxaduras eran tan bien figuradas e tan ricamientre que meior non podrien seer, y era cada una estoria

---

[16] Esta posição é ainda reiterada na GE: I, 162; GE: II, 1/2, 265 e GE: II, 2/2, 37. Os diversos níveis interpretativos são também referidos na GE: II, 1/2, 262b: "departe el frayre que las razones dessos mudamientos que las unas se esponen segunt allegoria, que es dezir uno e dar al a entender, las otras segunt las costumbres dessas cosas de que son dichas las razones, las otras segunt la estoria; et por estas tres maneras – allegoria, costumbres, estoria – se esponen todos los mudamientos de que Ouidio fabla.". Deverão igualmente ser integrados nesta linha os inúmeros exemplos práticos de explicações exegéticas apresentadas, sobretudo na GE. Estes poderão ir da simples elucidação etimológica (uma das ferramentas mais usadas na procura do significado profundo das palavras, em particular, desde o monumental trabalho de Santo Isidoro) até às mais complexas interpretações por equivalências ou correspondências entre os elementos de uma determinada narrativa e o seu significado. De notar, no entanto, que José Perona, "Lenguas, traducción y definición en el scriptorium de Alfonso X", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 14-15, 1989-90, pp. 247-276 chama a atenção para o facto de muitas das explicações que surgem na obra afonsina já se encontrarem nas fontes usadas.

[17] Uma questão sobremaneira interessante na medida em que, nos manuscritos iluminados, é frequente as miniaturas assumirem uma função de eco ou de *mise en abîme* da narrativa veiculada pelo texto que ilustram. Sobre a eloquência e didactismo das artes em geral ver Edgar De Bruyne, *op. cit.*. Ver ainda o curioso artigo de Francisco Corti, "La guerra en Andalucía: aproximación a la retórica visual de las «Cantigas de Santa María»", Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, 1999,

> fecha por si apartadamientre. E por que la de Troya fizieran apostremas que todas las otras, pintaron la fuera en un portal que era cuemo logar apartado; y Eneas, maguer que muchas uezes uiniera a aquel templo e uiera las otras estorias, no auie uisto la de Troya. Ond acaecio assi, que la reyna su muger leuol alla, e mostrol tod el templo e las riquezas que y auie, e aquellas estorias todas; e apostremas leuol a aquel logar o era pintada ell estoria de Troya, e mostrogela. Y el, quando la uio, ouo ende muy grand pesar. Lo uno por que tan noble cibdat com aquella fuera destroyda e murieran y tantos omnes buenos, lo al por que entendio que los omnes daquella tierra sabien por aquellas pinturas mas de su fazienda que el non quisiera; [...] e puso en so coraçon dirse daquella tierra e numqua tornar y mas. (PCG: I, 39a)

Estes *exempla* em síntese ou *abbreviatio* máximas, e com uma evidente eficácia, vêm, por seu turno, marcar o ponto de viragem na vida daquele herói, corroborando o que um sonho anteriormente lhe revelara:

> en esto adormeciosse, e fuel dicho en suennos que primero casarie con la reyna Dido, e despues irie a aquel logar o el cobdiciaua. (PCG: I, 38b)

Do mesmo modo, o pano que o rei Rodrigo descobre na casa de Hércules reforça a mensagem pictórica com a legenda escrita[18]. Trata-se, também aqui, de uma construção textual onde planos diferentes reforçam e acentuam uma mesma mensagem, com vista a que a sua leitura não corra o risco de ser ambígua, dada a sua extrema concisão. Estamos pois perante um ideal de *abbreviatio* cumulativa ou de súmula de sentido(s) que, espelhando-se nestas situações concretas, vai, de certo modo, também nortear a totalidade da obra que se deseja simultaneamente pragmática e totalizante.

Uma última analogia possível entre texto escrito e iconográfico, pode consistir no facto de ambos manifestarem capacidade para manipular

---

pp. 301-326 que estabelece inclusivamente analogias entre os procedimentos retóricos de determinadas figuras de estilo tradicionalmente ligadas ao discurso verbal e algumas formas de narrativa pictórica.

[18] "E el rey mando la abrir, et non fallaron en ella sinon un panno en que estauan escriptas letras ladinas que dizien assi: que quando aquellas cerraduras fuessen crebantadas et ell arca et el palacio fuessen abiertos et lo que y yazie fuesse visto, que yentes de tal manera como en aquel panno estauan pintadas que entrarien en Espanna et la conqueririen et serien ende sennores. [...] En aquel palacio estauan pintados omnes de caras et de parescer et de manera et de uestido assi como agora andan los alaraues, e tenien sus cabeças cubiertas de tocas, et seyen en cauallos, et los uestidos dellos eran de muchos colores, e tenien en las manos espadas et ballestas et sennas alçadas. E el rey et los altos omnes fueron mucho espandados por aquellas pinturas que uiran." (PCG: I, 307b).

significados, nomeadamente pela omissão de referências a situações menos convenientes. Este procedimento, tão frequente no discurso historiográfico, como adiante veremos em maior pormenor, pode ser exemplificado de forma bem evidente graças à descrição do túmulo de Carlos Magno:

> Et fue y enterrado mucho onrradamient en un sepulcro mucho onrrado et bien fecho en que estauan pintadas todas las batallas que el vençiera; mas en aquella parte del sepulcro que estaua contra los montes Pireneos de Ronçasualles o el fuera desbaratado et vençido de los espannoles, non auie y pintura ninguna. Et esto fezieron por que tornara el sin prez et sin vengança ninguna. (PCG: II, 355b)

1.1. Exaustividade

As finalidades a que Afonso X se propunha, ao dar início à sua *Estoria de Espanna*, estão patentes logo no "Prólogo" desta obra. Apesar de se apoiar no texto do Toledano[19] (DeRH: 5-7), o rei Sábio não se coíbe de reelaborar o relato, expurgando-o do tópico da falsa modéstia, manifestada pelo arcebispo D. Rodrigo, para projectar, sem inibições, a sua intervenção e as suas responsabilidades na construção de uma obra que se pretende exaustiva:

> E por end Nos don Alfonsso, por la gracia de Dio rey de Castiella, de Toledo, de Leon, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murcia, de Jahen et dell Algarue, ffijo del muy noble rey don Ffernando et de la reyna donna Beatriz, mandamos ayuntar quantos libros pudimos auer de istorias que en alguna cosa contassen de los fechos dEspanna, et tomamos [...] las que

[19] No que respeita às fontes cronísticas utilizadas por Afonso X serão aqui tomados em consideração os dois textos que foram usados de forma mais exaustiva:

- *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica*, de Rodrigo Jimenez de Rada, arcebispo de Toledo. Foi usada a edição de Juan Fernández Valverde, *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*, Turnhout, Brepols, 1987. As referências a este texto terão a seguinte forma: **DeRH: nºpág.** (ou **nºlivro, cap.**). Do mesmo autor é a seguinte tradução: Rodrigo Jiménez de Rada, *Historia de los Hechos de España*, Madrid, Alianza, 1989.
- *Chronicon Mundi*, de Lucas, bispo de Tui. Foi usada a edição de A. Scott, "Chronicon Mundi Lucae Tudensis" *Hispaniae Illustratae*, IV, Frankfurt, 1608, pp. 1-116. As referências a este texto terão a seguinte forma: **ChrMun: nºpág.**. Este texto foi traduzido durante o período medieval, tendo esta tradução sido editada por Julio Puyol, *Crónica de España por Lucas, obispo de Túy*, Madrid, Tip. de

> pudiemos auer que contassen algunas cosas del fecho dEspanna, et compusiemos este libro de todos los fechos que fallar se pudieron della, desdel tiempo de Noe fasta este nuestro. (PCG: I, 4a)

Independentemente do *topos* da exaustividade ser um lugar comum bastante frequente da literatura medieval, um dos traços fundamentais da produção afonsina consiste, precisamente, nesta ambição enciclopédica. A sua obra intelectual, não só no campo da história, como numa variedade de outras áreas, caracteriza-se pela vontade de construir uma *imago mundi* ordenada, global e perfeita, seja do passado, por via dos textos históricos, seja do presente graças à produção legal, seja finalmente do futuro por intermédio dos tratados de astronomia e de astrologia[20].

A um nível mais vasto, é ainda possível considerar como vida e obra se desenham em contraponto. Com efeito, os projectos políticos a que Afonso X se propôs não ficaram aquém da sua ambição intelectual, nomeadamente a sua demanda pelas coroas do Sacro Império e do Império Peninsular[21]. Com efeito,

---

la "Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos", 1926. As referências a este texto terão a seguinte forma: **CrEsp: nº pág.** (ou **cap.**).

[20] Poderíamos dizer que Afonso X procurou construir o que seria possível denominar como "discursos de totalidade" numa ânsia de exaustividade e enciclopedismo de acordo com a qual procurou dar forma final e unidade às mais diversas disciplinas (direito, história, astronomia, poesia...). Com efeito, o rei Sábio não se limitava a construir o seu discurso de súmula. Em muitos casos completava esta praxis com observações teóricas sobre normas e métodos, unindo teoria e prática de uma forma que indicia uma "demanda de totalidade". Sobre este assunto ver Diego Catalán, 1992 (cap. I: "Alfonso X historiador", pp. 11-44) ou Georges Martin, (2000) que refere igualmente a ambição totalizadora de Afonso X de procurar, exaustivamente, produzir uma história total, certa e definitiva, numa perspectiva acumuladora da verdade (pp. 16-17), precisamente o que aqui também se salienta. De acentuar, ainda, como Inés Fernández-Ordóñez (1999, particularmente pp. 108-110) equaciona a insatisfação e o desejo de aperfeiçoamento sem limites com o facto de tantas das obras de Afonso X terem sido refeitas, apresentarem diferentes versões e/ou terem permanecido inconclusas.

[21] Sobre este assunto, ver, por exemplo, Cayetano Julio Socarrás, (1990); Francisco Márquez Villanueva, (1995) ou Charles F. Fraker, (1996), nomeadamente, "Alfonso X, the Empire and the *Primera Crónica*", pp. 155-169. Ainda sobre os projectos político e cultural de Afonso X, ver Robert A. MacDonald, "Derecho y política: El programa de reforma política de Alfonso X", Robert I. Burns, S. J. (ed.), *Los mundos de Alfonso el Sabio y Jaime el Conquistador – Razón y fuerza en la Edad Media*, Valencia, edicions Alfons el Magnànim / Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1990, pp. 179-232; Joseph F. O'Callaghan, "Image and reality: the king creates his kingdom", Robert I. Burns, S. J. (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, pp. 14-32 ou igualmente Joseph F. O'Callaghan, *El rey Sabio – el reinado de Alfonso X de Castilla*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1996; Leonardo Funes, *El modelo historiográfico alfonsí: una caracterización*, London, Department of Hispanic Studies / Queen Mary and Westfield College, 1997 e Manuel González Jiménez, "Alfonso X, rey de Castilla y León (1252-1284)", Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, 1999, pp. 1-15.

diversas são as observações verificáveis na generalidade da obra do rei Sábio, mormente na *General Estoria*, que promovem a ideia que o Império Romano, considerado como o antecedente imediato do Sacro Império, era o último dos quatro Impérios mundiais[22]. E como, de acordo com uma das noções mais difundidas da Idade Média, o poder e o saber efectuavam um movimento de translação que, à imagem do sol, partia de Oriente em direcção ao Ocidente, a Espanha (unida e integralmente reconquistada) seria, implicitamente, o destino último da soberania ocidental e que duraria até ao fim do Mundo[23]. Glória máxima seria pois a obtenção do Sacro Império, o colmatar da Reconquista e, finalmente, a reunião do território hispânico sob um mesmo e único imperador[24]. Par de semelhantes feitos, só o domínio incontestado do tempo: passado, presente e futuro, fixados em palavras últimas, definitivas, simultaneamente súmulas e cumes de todo o saber. No fundo, estamos perante o desejo de reencontrar as colunas arquetipais ou, em alternativa, de reescrever o livro do mítico rei Rotas:

---

[22] "Quatro son las partes del mundo segund los sabios antigos las nombraron: Orient, Occident, Septentrion, Mediodia; e segund aquesto fueron quatro los emperios que sennorearon el mundo: el primero Babilonia a parte dOrient en el tiempo del rey Nino; el segundo a parte de Mediodia en Affrica, en Cartago la grand, en tiempo de la reyna Dido; el tercero en Macedonia a parte de Septentrion en el tiempo dAlexandre; el quarto en Roma a parte dOccident en tiempo de Julio Cezar." PCG: I, 15b. As ocorrências deste tema na GE são, no entanto, bastante mais frequentes, caso, por exemplo, de GE: I, 40, 79 ou 81.

[23] "E segund departe otrossi maestre Pedro, en esta prophecia propheto Balaam el sennorio delos romanos que ouieron sobre tod el mundo, e el destruymiento dellos en cabo delos tiempos." (GE: I, 673a).

[24] Um clímax que poria fim a uma sucessão de tempos melhores e piores, sendo, regra geral, estes adjectivos equacionados com situações de união e de divisão (um assunto que será tratado adiante em maior pormenor), e que se terão verificado tanto no Império Romano ("Sobreste crescer e minguar dell imperio de Roma departe la estoria de Orosio en este logar e diz assi: que ell estado dell imperio de Roma la forma troxo de la grand mar, que numqua queda de crecer e minguar, e que assi fizo ell imperio de Roma que siempre crecio e mingo, e numqua souo en un estado. [...] E desta guisa crecio e mingo ell imperio de Roma fasta que es venido el so estado a aquello en que oy esta.", PCG: I, 66a) como na Espanha ("et de estonces, de alli adelante, fue este rrey don Fernando en vno llamado ygualmientre: «rey de Castiella et de Leon», los dos rregnos que el eredo lindamiente de padre et de madre; et commo se partieron despues del enperador estos dos rregnos en don Sancho rey de Castiella et don Fernando rey de Leon, et anadidieron partidos yaquantos annos, assi se ayuntaron de cabo agora desta vez en este rey don Fernando, et del aca andadidieron sienpre ayuntados, et andan oy en dia con este nuestro rey don Sancho el seteno que los mantiene.", PCG: II, 723b). Sobre o percurso histórico de Afonso X e, particularmente, sobre as suas acções e ambições políticas, múltiplas obras foram publicadas, entre as quais podemos referir: António Ballesteros-Beretta, *Alfonso X el Sabio*, Barcelona / Madrid / Buenos Aires / Mexico / Caracas / Bogota / Rio de Janeiro, Salvat / C. S. I.C. / Academia "Alfonso X el Sabio" (Murcia), 1963; José Gómez-Menor, *Alfonso X el Sabio un toledano, emperador de la cultura medieval*, Toledo, Diputación Provincial, 1985 ou ainda Manuel Gonzalez Jimenez, *Alfonso X el Sabio (1252-1284)*, Palencia, Diputacion Provincial de Palencia / La Olmeda S.L., 1993.

> [...] un rey que auie nombre Rocas, y era de tierra doriente a la parte que llaman Eden, alli o dizen las estorias que es el parayso o fue fecho Adam; e tan grand sabor ouo este rey daprender los saberes, que dexo todo so regno e quanto auie, e començo dir duna tierra en outra, parando mientes a aquellas cosas por que podrie mas saber, assi que fallo en una tierra entre orient e cierço, setaenta pilares: los treynta eran da laton e los quaraenta de marmol, y yazien en tierra, e auie escriptas letras en derredor en que yazien escriptos todos los saberes e las naturas de las cosas e cuemo sauien dobrar; e Rocas quando los uio, catolos e trasladolos todos, e fizo ende un libro que traye consigo, por o adeuinaua muchas cosas de las que auien de seer, e fazie tan grandes marauillas que los que lo ueyen tenien que fazie miraglos; e por end uinie toda la gent a el, de manera quel cuytauan tanto, que fuxo ant ellos. (PCG: I, 12b-13a)[25]

Na produção histórica, a faceta enciclopédica, centrípeta, de Afonso X torna-se evidente, não só pelas dimensões monumentais dos projectos em curso, sobretudo da *General Estoria*, mas também por uma série de alargamentos que realiza relativamente às obras anteriores e que, para além do evidente desejo de construir uma súmula de todo o saber anterior e um pouco mais, ainda funciona a outros níveis mais pragmáticos.

Por exemplo, ao optar pelo vernáculo, Afonso X consegue, automaticamente, chegar a um público muito mais extenso[26], operando uma democratização relativa da qual o seu sobrinho D. Juan Manuel se assume como seguidor, opinando a esse respeito no "Prólogo" do resumo que faz da *Estoria de Espanna* de seu tio:

> E por esta razon, los que fazen o mandan fazer algunos libros, mayor mente en romançe, que es sennal que se fazen para los legos que non son muy letrados, non los deuen fazer de razones nin por palabras tan ssotiles que los que las oyeren non las entiendan o por que tomen dubda en lo que oyen. E por ende, en el prologo deste libro que don Iohan, [...],

[25] Estas imagens dos pilares e do livro da sabedoria são analisadas por Charles F. Fraker, (1996), parte 3, que as equaciona com temas recorrentes na literatura hermética islâmica.

[26] Acresce ainda que sempre que se verifica uma citação em latim esta é seguida pela sua tradução em vernáculo, prova irrefutável de que a obra procurava chegar a um público que mal conhecia ou ignorava mesmo a língua latina (ex: PCG: I, 43b). Segundo Inés Fernández-Ordóñez (2000a), pp. 279-81 o público a quem se destinam as histórias de Afonso X é duplo uma vez que as narrativas procuram visar sobretudo a educação dos príncipes vindouros mas também não excluem os notáveis do reino, a classe dirigente que deverá, igualmente, nortear a sua acção pelos exemplos veiculados.

> mando fazer, non quiso poner i palabras nin razones muy sotiles; pero quiso que lo fuesen ya quanto por que, segunt dizen los sabios, quanto omne mas trabaja por aver la cosa, mas la terna despues que la há. E otrosy por que dizen quel saber deue ser cercado de tales muros que non puedan entrar alla los neçios. (CrAbr: 573).

Concomitantemente, o uso do vernáculo, mais concretamente a escolha e a aposta num vernáculo determinado, também tem sido pertinentemente apontada como uma decisão política da maior relevância. Com efeito, ao investir no castelhano, Afonso X não só contribuiu, de sobremaneira, para a implantação de um idioma de cultura, como instaurou um importantíssimo elemento de união "nacional"[27].

Outro elemento terá sido essencial para o alargamento de auditório levado a cabo pelo rei Sábio, constituindo ainda outra faceta do carácter exaustivo da obra deste monarca: a abertura do relato cronístico à absorção de elementos das mais variadas proveniências. Para a concretização desse processo foi, com certeza, fundamental, não só toda a tradição medieval baseada no uso e na expansão das autoridades anteriores, num processo que se pretendia de melhoramento cumulativo[28]; mas também o facto da história ser a matéria que

---

[27] O facto de se verificar aqui uma opção pelo vernáculo indicia (ao contrário do latim) uma aposta ideológica virada para um consumo interno, o que é apoiado pela pesquisa de Bernard Guenée que refere a PCG como um exemplo de texto de circulação restrita à Península Ibérica, onde a sua influência foi no entanto marcante (inclusivamente porque o sucesso de uma obra se mede não só pela divulgação da mesma como também por outros vestígios da sua leitura que se revelam pela existência de interpolações, adições, continuações, empréstimos, traduções, abreviações, adaptações...): Bernard Guenée, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980, pp. 255 e 270-71. Sobre estes assuntos ver ainda Hans-J. Niederehe, *Alfonso X el Sabio y la lingüística de su tiempo*, Madrid, Sociedad General Española de Librería, S. A., 1987; Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985 (sobretudo os artigos de Francisco Abad, de Ricardo Escavy Zamora e de Hans-J. Niederehe); Lloyd Kasten, "Alfonso el Sabio and the Thirteenth-Century Spanish Language", Robert I Burns, S. J., (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and his Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, pp. 33-45; Juan R. Lodares, "Las razones del «castellano derecho»", C*ahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, 1993-94, pp. 313-334 ou ainda Jean-Philippe Genet, "Histoire et système de communication au Moyen Age", *idem* (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 11-29.

[28] Apesar deste "melhoramento" poder ser, em alguns casos, discutível, não há dúvida que esta forma de agir foi uma constante durante todo o período medieval. O texto que melhor exprime este ideal simultaneamente de extrema humildade e de grande orgulho, continua a ser o famoso trecho onde Bernard de Chartres compara os homens da Idade Média a anões aos ombros dos gigantes que seriam os sábios da Antiguidade. Com efeito, apesar da sua dimensão diminuta, os anões, porque encavalitados aos ombros dos gigantes, podem afirmar a sua capacidade para ver mais longe do que os seus admiráveis antecessores.

mais se caracteriza pelo inacabamento. Com efeito, enquanto o tempo e a existência durarem, esta é uma matéria permanentemente em aberto. No entanto, e desde sempre, mesmo nos relatos mais concisos, a intervenção dos sucessivos cronistas raramente se deteve por meras actualizações cronológicas. Além destas, a manipulação do relato do passado tem sido um dos objectos preferenciais de reelaboração com vista à adaptação de cada texto aos interesses e às necessidades de cada presente "actualizador".

Mas a obra histórica de Afonso X caracteriza-se ainda por não se limitar à simples tradução, reformulação e ampliação da anterior historiografia em língua latina. Acresce o facto que o filão erudito foi aqui tomado de abordagem pela tradição popular que, à semelhança da dualidade que também é possível constatar no âmbito do direito, será possível qualificar como sendo de tipo "consuetudinário"[29]. É certo que a historiografia latina já referia sucessos veiculados pela sua congénere. No entanto, essa atenção, eivada de desconfiança, nunca sonhou a dimensão da aceitação que a corrente popular veio a obter nas crónicas subsequentes em língua vernácula.

O trabalho hercúleo de composição e reelaboração de fontes diversas[30], levado a cabo no *scriptorium* afonsino, abriu as portas para um novo tipo de historiografia, pragmaticamente adaptada a um público alargado. O uso do vernáculo foi uma decisão essencial para a difusão mais generalizada desta família cronística. No entanto, a integração extensiva das tradições épico-romanescas tradicionais terá também sido fundamental para o sucesso e para a divulgação de esta corrente textual que não parou de se desenvolver, mesmo após a cessação do seu impulso inicial.

---

[29] Referimo-nos, obviamente, às narrativas épico-romanescas, com particular relevo para as canções de gesta, epopeias que se assumiam como uma verdadeira historiografia popular, fruto de uma memória ancestral que perdurava em tradições orais fortemente enraizadas.

[30] Sobre a questão das fontes ver os estudos e edições de António G. Solalinde, Ramón Menéndez Pidal, Diego Catalán e Inés Fernández-Ordóñez. Também existem trabalhos sobre os fundos de diversas bibliotecas e as obras a que Afonso X terá tido acesso, como por exemplo: Juan Pérez de Guzmán, "La biblioteca de consulta de Alfonso X", *La Ilustración Española y Americana*, IX, 1905, pp. 131-134 ou L. Rubio Garcia, "En torno a la biblioteca de Alfonso X el Sabio", Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempo de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985, pp. 531-551.

1.2. Ordem

Outro elemento caracterizador do trabalho historiográfico levado a cabo sob os auspícios do rei Sábio é a preocupação, quase obsessiva, pela ordenação e sistematização dos acontecimentos[31]. Independentemente de um melhor ou pior entendimento desta faceta pelos membros do *scriptorium* encarregues da redacção dos diversos blocos textuais e responsáveis pelas consequentes discrepâncias no que respeita a cronologias, sincronias e remissões[32], a preocupação com a "ordem" é uma constante ao longo do texto cronístico, patente, sobretudo, nas referências às mais diversas datações que encabeçam a grande maioria dos capítulos.

O "superego" cronológico é particularmente evidente nos momentos em que é confrontado com os variadíssimos desejos de fuga que, pontualmente, assaltam a narrativa ordenada: a tentação da digressão[33]. Esta terá tendência a constituir o que Inés Fernández-Ordóñez denominou como "estorias unadas"[34], ou seja, narrativas mais desenvolvidas e de contraponto relativamente às "estorias departidas" por anos. As "estorias unadas" teriam sido compostas no *scriptorium* afonsino como parte integrante do trabalho prévio à elaboração do

---

[31] O tema da "ordem" / "lugar próprio" (em que Cícero também insiste, como refere Bernard Guenée, 1980, p. 20) que deve presidir à narrativa ocorre na PCG: I, 3 (Prólogo), 56 (cap. 77), 58 (cap. 79), 87 (cap. 109), 212 (cap. 372), 238 (cap. 416), 303 (cap. 546), 304 (cap. 459), 306 (cap. 551) e PCG: II, 321 (intr. vol II), 338 (cap. 595).

[32] Este assunto foi estudado por Inés Fernández-Ordóñez (1992) que se baseou neste tipo de discrepâncias para estabelecer as fronteiras textuais que demarcam os trechos redigidos pelas diferentes equipas de trabalho.

[33] A digressão, em termos genéricos, é entendida como uma forma de *amplificatio*, no que se assemelha à comparação ou à descrição. Pode ser de dois tipos consoante sai do assunto ou antecipa uma questão. De notar, ainda, a diversidade com que os autores das "Artes Poéticas" trataram a questão da digressão e que também não se coaduna com o que os autores Antigos disseram desta figura. Enquanto Godofredo de Vinsauf apresenta uma noção mais lata, considerando comparações ou antecipações; já para João de Garlândia inserir uma descrição ou uma comparação não constitui uma fuga ao assunto, o que só acontece com a inclusão, por exemplo, de uma fábula. Sobre esta questão ver Edmond Faral, *Les Arts Poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*, Genève / Paris, Slatkine / Champion, 1982, p. 74. Sobre o uso da digressão na historiografia medieval e suas justificações ver ainda Benoît Lacroix, O. P., *op. cit.*, pp. 125-128.

[34] "Con el fin de poder exponer de forma comprensible *fechos* complejos de excepcional importancia, rescatándolos así de entre la multitud de acontecimientos simultáneos, los redactores alfonsíes inventaron las *estorias unadas*, unidades narrativas autónomas que, superando la fragmentación analística, concentran en un punto histórico todo el saber vinculado a un suceso o a un personage para realzar estructuralmente su relevancia." Inés Fernández-Ordóñez, 1992, p. 32. Este assunto é ainda desenvolvido nas pp. 53-64.

relato cronístico. Este labor preparatório também teria incluído a tradução das fontes latinas e a prosificação de cantares épicos e romanescos. Para a composição do texto cronístico, os colaboradores de Afonso X disporiam, portanto, de extensos materiais previamente preparados que integrariam nos seus textos, em bloco ou interligados com outros relatos, conforme as circunstâncias. Assim, por um lado, existiriam relatos mais e menos desenvolvidos ou elaborados, com uma narrativa mais rápida e sintética ou que, pelo contrário, se alongariam em digressões ou aprofundariam um determinado ponto. Por outro lado, as duas formas de compilação possível permitiriam ou distribuir essas narrativas alternadamente ou, geralmente no caso das mais importantes ou mais coesas, apresentá-las como um todo[35].

Estes diversos modos de expor os acontecimentos reflectem modelos tradicionais de organização da narrativa que, desde a oposição aristotélica entre *mimesis* e *diegesis*, têm sido objecto de diferentes teorizações e denominações, consoante as formas literárias que os veiculam e o tipo de estudo levado a cabo. Efectivamente, as características mais genéricas da explanação narrativa não deixam de manter semelhanças e identidades que ocorrem independentemente da forma textual que lhes serve de suporte. Daí que seja possível estabelecer inúmeros paralelos como, por exemplo, com a estrutura das tiradas épicas das canções de gesta descrita por Jean Rychner[36]. Com efeito, tanto a *laisse* épica como os capítulos da *Estoria de Espanna* parecem procurar constituir unidades temáticas ou de acção ocorridas num momento determinado. No entanto, tanto num caso como no outro, esta aspiração nem sempre é exequível. O desenvolvimento de uma "estoria unada" por diversos capítulos, onde cada uma das unidades seguintes retoma e desenvolve um pouco mais o anteriormente

[35] Sobre esta questão é interessante ver Gert Melville, (1991) pp. 26-29 que refere duas formas básicas de procedimento compilatório: ou cruzando diferentes fragmentos (o procedimento mais desenvolvido e mais complexo, consistindo num saltitar entre fontes, escolhendo as que se consideram mais fiáveis ou mais ricas para cada trecho) ou encadeando fontes (seguir primeiro uma fonte e depois outra). O autor acentua ainda que os procedimentos compilatórios não se excluem mutuamente, podendo ser usados num mesmo texto e misturar-se em múltiplas variações. Pode também suceder que um texto apresente este ou aquele procedimento porque já o encontrou assim na fonte que manuseou.

[36] Jean Rychner, *La Chanson de Geste – essai sur l'art épique des jongleurs*, Genève / Lille, Droz / Giard, 1955, cap. IV.

narrado, não estará muito distante de uma série de tiradas encadeadas em *continuum* vertical. Do mesmo modo, o repegar sistematicamente, e por ordem, dentro de cada capítulo, de assuntos relativos às mesmas civilizações (caso da muçulmana ou do Império do Oriente) não deixa de se assemelhar, *mutatis mutandis* às *laisses* paralelas e às de retoma bifurcada. É certo que, a par destas semelhanças quanto à estruturação narrativa, também se verificam diferenças, nomeadamente o facto de uma canção de gesta necessitar de um suporte mnemónico e acentuador muito mais cerrado, dadas as contingências da oralidade que permanecem subjacentes, mesmo quando esses textos são postos por escrito. No entanto, o que aqui se pretende acentuar é que os modelos mais básicos da narração, no que respeita aos modos de expor e/ou de dar relevo aos acontecimentos, não apresentam grandes disparidades de fundo independentemente da forma textual que os possa veicular.

O interesse que um determinado assunto suscitou e a consequente vontade de o acentuar, a extensão dos materiais disponíveis e considerados de interesse ou o facto de uma acção se prolongar ao longo do tempo, obrigaram os cronistas a tomadas de decisão relativamente ao modo de expor os acontecimentos, contrariando assim, por vezes, a regra básica da ordenação cronológica a que uma exposição cronística deveria, teoricamente, obedecer. A apresentação de determinados acontecimentos mais extensos, mais complexos ou mais importantes terá, por vezes, tendência para surgir como um bloco mais ou menos desenvolvido[37]. A verificar-se, este desenvolvimento pode insinuar-se, quer por uma questão de gozo estético que transparece independentemente de possíveis intenções didáctico-exemplares subjacentes[38], quer pela necessidade mais

---

[37] O caso mais flagrante de um bloco textual sobremaneira desenvolvido na *Estoria de Espanna* é o trecho que narra a história de Dido e das duas cidades por onde esta figura circulou (Troia e Cartago). De notar, no entanto, que o aspecto tão evidente de interpolação que esta história apresenta, aliado a características que a aproximam mais das narrativas da *General Estoria*, levaram à colocação da hipótese (Inés Fernández-Ordóñez: 1992, p. 88) segundo a qual este trecho da história de Cartago teria sido elaborado para a *General Estoria* mas não tendo sido aí integrado por algum motivo acabou por ser absorvido pela *Estoria de Espanna*.

[38] A estes elementos acresce ainda o desejo de exaustividade que também transparece em vários dos momentos de amplificação textual e que pode mesmo levar à duplicação de um relato com uma versão que se considera menos digna como é o caso da narrativa da versão árabe da história de Moisés contada na GE: I, livro 13 que é justificada com o argumento pouco convincente de se tratar de uma prova que as maravilhas de Deus são faladas em todo o Mundo (p. 363). Na *Estoria de Espanna*, além da inclusão

concreta de manter o nexo de um ponto específico e de longa duração que perde efeito se tiver que ser repartido pelos diversos anos e, em cada ano, ser entremesclado com os outros acontecimentos contemporâneos[39].

No entanto, também não deve ser esquecido o facto de que, quando um todo lógico é separado por segmentos que se entrelaçam com a restante narrativa ao longo de uma série de capítulos, nem por isso a exposição tem necessariamente que perder a sua lógica interna. Pelo contrário, esta pode ser vista como uma forma de manter presente, ao longo da narrativa, um mesmo tema da maior importância, como sucede com o relato da vida de Cristo por entre a história do Império Romano, depois seguida por referências aos sucessos da Igreja católica, geralmente em fim de capítulo[40]. A história Romana é ainda entrecortada com as referências aos reis que os Romanos colocam na Judeia[41]. Mais tarde, a história de Maomé também é um exemplo nítido de relato entrelaçado[42].

A narrativa, cronologicamente organizada, pode ser considerada como uma forma mais simples ou mais primitiva (enquanto menos elaborada) de

---

alargada da carta de Dido a Eneias, diversas são ainda as digressões / amplificações explicativas onde, por exemplo, é exposto o porquê dos nomes dos meses e dos dias da semana (PCG: I, 95 - cap. 118) ou onde são descritos os cargos e as formas de governo em Roma, dado que se diferenciavam do sistema em vigor no momento (PCG: I, 87 - cap. 109) ou ainda onde se discorre acerca das relações entre pai e filho (PCG: I, 150 - cap. 207). A estes casos mais longos acrescem ainda inúmeras pequenas explicações cujos traços gerais são exemplificados (se bem que com base em textos da GE) por Manuel Alvar, "Didactismo e integración en la 'General Estoria' (Estudio del Génesis)", Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985, pp. 25-78.

[39] O exemplo mais flagrante desta forma de narrar baseada em grandes excertos surge com a exposição das histórias dos povos bárbaros. Com efeito, a coexistência do Império Romano com os reinos Vândalo, Silíngio, Alano, Suevo e Godo obrigou a *Estoria de Espanna* a ter, por vezes, de voltar atrás no tempo, a fim de contemporizar o facto de que em cada "senhorio" se narram situações de interacção ou, pelo menos, de sincronia com os protagonistas das outras linhas já referidas ou por referir. Esta característica é patente, nomeadamente, nos títulos dos capítulos que frequentemente obedecem a um mesmo formato segundo o qual se relata o que aconteceu a um povo no tempo de determinado Imperador (ex: PCG: I, cap. 395 sgts). Outro exemplo flagrante será a reiteração das referências à batalha dos Campos Catalães que reaparece no seio de diferentes trechos da PCG: I, 215 (cap. 385), 227 (cap. 402), 235-6 (cap. 413), 237 (cap. 415). Acresce ainda as repetições de questões já tratadas quando a narrativa se debruçava sobre a história de outro povo contemporâneo como sucede na PCG: I, 225 (cap. 399) -> Cf. 208 (cap. 365), 228 (cap. 404) -> Cf. 204 (cap. 355).

[40] A partir do cap. 165 (PCG: I, 116).

[41] Como por exemplo na PCG: I, 120.

[42] A partir do cap. 466 da PCG. A história dos muçulmanos em geral é contada, ora em capítulos alternados, ora congregada em fim de capítulo. Também são narradas de forma entrelaçada as histórias da

exposição, mas também não deixa, por isso, de lançar mão de ferramentas que obstem à diluição de possíveis nexos lógicos de união dos factos dispersos no tempo. No caso concreto da *Estoria de Espanna* é facilmente verificável como esta narrativa cronística está densamente semeada de inúmeras remissões para o que já foi[43], ou será[44], dito, ocasionalmente, ainda acentuadas por analepses[45] e prolepses[46], procedimentos certamente tópicos, por vezes, até pesados, dada a densidade das suas ocorrências, mas que são, indubitavelmente, necessários para situar os acontecimentos que se iniciam ou acabam, no fluir total do devir histórico.

Estamos aqui, *mutatis mutandi*, perante uma dicotomia idêntica à que opõe um discurso baseado na sucessão ou parataxe, que deixa ao leitor o estabelecimento dos nexos, a outro que se socorra da hipotaxe, apresentando, de forma nítida, subordinações e relações causais. Trata-se, no fundo, de duas formas narrativas básicas, cada uma com vantagens e desvantagens, e que constituem as duas faces opostas do sempre difícil compromisso entre uma sequência lógica ou cronológica do discurso. Esta oposição, é articulável com a teoria medieval sobre os inícios "natural" ou "artificial", uma questão que o próprio Afonso X refere:

---

rainha Amalassent (sobretudo a partir do cap. 446 da PCG), das rainhas francesas assassinas (a partir do cap. 463 da PCG) ou ainda da Imperatriz Erena (a partir do cap. 603 da PCG).

[43] A PCG (EE) apresenta múltiplas remissões para sucessos que assume como já referidos – PCG: I, 29 (cap. 47), 49 (cap. 66), 67 (cap. 91), 78 (cap. 101), 98 (cap. 116), 101 (cap. 133), 130 (cap. 180), 142 (cap.192), 172 (cap. 282), 182 (cap. 313), 183 (cap. 314), 193 (cap. 321), 120 (cap. 346), 207 (cap. 365), 208 (cap. 365), 209 (cap. 365), 210 (cap.367), 211 (cap. 369), 214 (cap. 380), 223 (cap. 397), 229 (cap. 405), 232 (cap. 409), 233 (cap. 411), 235 (cap. 413), 237 (cap. 415), 238 (cap. 417), 239 (cap. 419), 240 (cap. 422), 242 (cap. 426), 245 (cap. 430 e 431), 246 (cap. 432 e 434), 247 (cap. 435), 250 (cap. 442), 251 (cap. 443 e 444), 254 (cap. 450), 256 (cap. 453), 257 (cap. 457), 258 (cap. 459), 260 (cap. 463), 269 (cap. 486), 293 (cap. 525), 295 (cap. 527), 304 (cap. 549), 309 (cap. 555), 318 e 319 (cap. 564) e PCG: II, 322 (cap. 566), 326 (cap. 571), 330 e 331 (cap. 580), 337 (cap. 591), 338 (cap. 595), 348 (cap. 614).

[44] A PCG (EE) apresenta múltiplas remissões para sucessos que pretende narrar adiante – PCG: I, 6-7(cap. 3 e 4), 57 (cap. 79), 66 (cap. 90 e 91), 98 (cap. 122), 101 (cap. 130), 103 (cap. 135), 108 (cap. 150 e 151), 110 (cap. 156), 158 (cap. 238), 177 (cap.299), 195 (cap. 325), 197 (cap. 332), 204 (cap. 355), 205 (cap. 358 e 360), 206 (cap. 362), 207 (cap. 364 e 365), 208 (cap. 365), 211 (cap. 368), 212 (cap. 372), 215 (cap. 385), 216 (cap. 386), 222 (cap. 393), 226 (cap. 401), 227 (cap. 402), 242 (cap. 426), 245 (cap. 430), 248 (cap. 437), 249 (cap. 439), 303 (cap. 546), 304 (cap. 459), 306 (cap. 551), 314 (cap. 559 e 560) e na PCG: II, 335 (cap. 588), 338 (cap. 595), 343 (cap. 601), 349 (cap. 616).

[45] Estas ocorrem, por exemplo, na PCG: I, 295 (cap.527), 300 (cap. 538), 310 (cap. 557-8) e na PCG: II, 321 (Intr. vol II).

> De dos maneras demuestra Estaçio en la estoria de Achilles que ouieron los abtores de que vsaron en las entradas de sus razones; e nonbralos el aquellos dos comienços e departelos desta guisa: Diz que al vn comiençó llaman natural de natura, e al otro dixeron comiençó de maestria o del arte. E del comiençó de natura departe el asi: que es començar el estoriador a contar la estoria de la razon donde se leuanta el fecho e donde viene el primero comiençó de la cosa de que fabla en ella. E el otro comiençó, del arte e de la maestria, diz que es quando omne dexa la razon donde nasçe aquello por que ovo a acaesçer aquel fecho de que el a de fablar, e todo lo al que yaze alli fasta donde el toma la razon de lo suyo; e comiença luego en la su razon en aquello que viene luego ante de lo suyo mas de çerca. (GE: II, 2/2, 49a)

Verifica-se aqui, não só a presença de uma consciência desperta para as questões da composição literária, como também o conhecimento teórico das normas retóricas que chegaram à Idade Média vindas da Antiguidade Greco-latina[47]. Não é pois de estranhar que seja possível identificar passagens da *Estoria de Espanna* que terão sido construídas de acordo e segundo os *topoi* e os preceitos recomendados pelos tratados teóricos[48]. Dados estes factos, não será supérfluo lembrar e ter presente que a forma narrativa exibida pelas obras

---

[46] Estas ocorrem, por exemplo, na PCG: I, 27 (cap. 40), 79 (cap.102), 87 (cap. 109), 89 (cap. 112), 97 (cap. 120), 129 (cap. 178), 242 e 243 (cap. 426), 248 (cap. 438), 254 (cap. 451), 282 (cap. 510), 304 (cap. 550), 338 (cap. 595).

[47] A questão dos conhecimentos de Afonso X em matéria de gramática e de retórica tem sido colocada uma vez que o rei Sábio não produziu nenhuma obra sobre estas disciplinas. No entanto, não é menos certo que os textos sobre esses assuntos não lhe seriam estranhos como salientam os estudos feitos sobre as obras a que teve acesso (L. Rubio Garcia, 1985). Acresce ainda a presença de procedimentos e características patentes nos textos elaborados no *scriptorium* afonsino e que demonstram conhecimentos de preceitos retóricos tanto na prática como em diversas alusões teóricas – no que respeita a esta questão ver Ann Garrison Moncayo, *The Use of Rhetoric in Biographical Portraits of the Twelve Roman Emperors in Alfonso the X's Primera Crónica General*, (The University of Michigan, Ph.D., 1993) UMI – Dissertation Information Service 1996 ou ainda Jesús Montoya Martínez (1999b) e *idem*, "La norma retórica en la obra de Alfonso X", Juan Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1995, vol. I, pp. 147-170. Neste último artigo é ainda acentuado o facto de, independentemente de não existir uma obra retórica com a chancela directa do rei Sábio, textos de outros autores terão sido escritos na sequência do seu incentivo, um dos quais lhe terá mesmo sido dedicado - sobre este assunto ver Valeria Bertolucci Pizzorusso, "Un trattato di Ars dictandi dedicato ad Alfonso X", *Studi Mediolatini e Volgari*, 15-16, 1968, pp. 9-88. A questão do início *ab ouo* ou *in media res* é abordada nomeadamente por Horácio na sua *Ars Poetica* (Horácio, "Ars Poetica", *Satires, Epistles and Ars Poetica*, Cambridge / London, Harvard University Press, 1991, pp. 442-489: ed. acompanhada da trad. inglesa de H. Rushton Fairclough), pp. 462-63.

[48] Sobre este assunto ver Ann Garrison Moncayo (1996) onde é posto em evidência o uso de diversos *topoi* retóricos para a composição de retratos que obedecem a preceitos teorizados desde a Antiguidade Greco-latina.

elaboradas no *scriptorium* afonsino, apesar de certamente influenciadas pela estrutura inicial das fontes manuseadas, é também, e sobretudo, fruto de decisões e de opções tomadas conscientemente por intelectuais que não desconheciam as ferramentas e os artifícios transmitidos pela tradição das *Artes*.

É certo que a tessitura geral da *Estoria de Espanna* está longe de ser perfeita, inclusivamente nos trechos para os quais subsiste o manuscrito régio afonsino. Ao que tudo indica, a redacção das histórias no *scriptorium* de Afonso X terá sido levada a cabo em simultâneo e por diferentes equipas que se encarregaram da elaboração de diversas partes de distintas obras. Como consequência, surgem, por vezes, discrepâncias e incongruências que têm servido para estabelecer as fronteiras estruturais que delimitam os diversos blocos constitutivos nomeadamente da *Estoria de Espanna*, um assunto ao qual voltaremos adiante[49].

No entanto, também é evidente que a construção deste texto não é fruto de um mero acumular de elementos. Pelo contrário, obedece a um plano que concorda com as intenções éticas e políticas defendidas pelo soberano / ideólogo. Este insinua-se sabiamente na forma como a história é exposta, graças aos mais variados recursos retóricos, habilmente utilizados com vista à prossecução dos objectivos pretendidos.

Assim, o facto do texto em questão se encontrar eivado de pontos onde o desejo de fuga assedia o cronista que reitera, paradoxalmente, o dever de os dominar, deverá talvez ser perspectivado mais como uma vontade de "parecer" que se deseja fazer com que esses pontos de fuga se submetam à tão importante "ordem". Esta questão, sobre se não estaremos antes perante um artificio retórico, pode colocar-se na medida em que o relato não cessa, de facto, de se ornar com as mais variadas digressões, sejam elas narrativas ou descritivas e que amplificam o discurso em muitos e diversos pontos. Acresce ainda o facto destes

[49] Relativamente a este assunto cabe remeter para os estudos levados a cabo por Diego Catalán (1997) e Inés Fernández-Ordóñez (1992) que salientam diversas incongruências, caso de uma série de remissões para narrativas inexistentes ou de repetições de matéria já anteriormente exposta o que é, por estes autores, considerado como indícios fiáveis de que as diversas equipas tinham conhecimento do plano geral da obra em curso, que teriam acesso aos materiais de base e em elaboração mas que desconheciam o texto final e acabado uma vez que a elaboração de diferentes trechos e obras decorreria em simultâneo.

núcleos narrativos manterem uma certa relação com algumas noções e ideias próximas das defendidas pela ideologia e pela política afonsinas, das quais podem mesmo ser consideradas como representativas[50].

Além disso, há que salientar o pragmatismo que parece ter sempre norteado o projecto cultural de Afonso X. Como expôs Hans-J. Niederehe (1985), apesar de geralmente se acentuar o papel de "unificador linguístico", esse facto foi uma consequência da acção do rei Sábio. Com efeito, as intenções de Afonso X parecem centrar-se, sobretudo, numa procura de clareza e de correcção com vista a uma comunicação optimizada[51]. Terá sido essa a razão de fundo que fez com que o rei Sábio nunca tenha hesitado em usar os mais variados idiomas. A homogeneização linguística decorre, pois, deste desejo de eficiência comunicativa procurada, tanto em extensão, como em profundidade, pois só assim se torna exequível a transmissão de conhecimentos e de valores éticos e ideológicos[52]. Este traço também será grandemente responsável pela atitude aparentemente paradoxal da inserção, na *Estoria de Espanna*, de sucessos que parecem não ter grande relação com a linha historiográfica seguida, mas que não deixam por isso de ser relatados. Mesmo quando rodeados por desculpas, geralmente concretizadas em alusões à "brevidade" com que deverão ser contados, dado o seu carácter mais externo, esses acontecimentos devem ser considerados como acessoriamente válidos, porque, de acordo com as justificações, ou poderão suscitar uma melhor compreensão geral[53], ou serão, de

---

[50] Caso, por exemplo, da história de Tiro, de Dido e de Cartago que concentra em si uma série de temas omnipresentes na *Estoria de Espanna*: traição, heroísmo ou estabelecimento de ligações entre cidades importantes da Antiguidade clássica e cidades espanholas, entre outros.

[51] Paradigmática desta postura é a observação que, na GE, esclarece o leitor sobre o modo como se deve orientar face à prolixidade da obra. "E estos departimientos delas razones desta Estoria por libros son, por quelos quilos leyeren que non tomen ende enoio de luengas razones. Por esta razon misma son los titulos e los capitulos en los libros, e por departir por y razon de razon, e por los titulos yr mas cierto ala razon que omne quiere enel libro." (GE: I, 265a). Ver ainda o passo transcrito adiante, na III Parte, ponto 4 (GE: I, 492b). Sobre o hábito de ajudar o leitor a orientar-se nas obras graças à divisão em capítulos, organização de índices, inserção de notas marginais, tábuas alfabéticas ou ilustrações, ver Bernard Guenée (1980), pp. 227-241.

[52] Sobre este assunto ver Hans-J. Niederehe, "Alfonso el Sabio y la fisionomía lingüística de la Península Ibérica de su época", Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985, pp. 415-435 que acentua o pragmatismo de Afonso X e ao qual contrapõe a postura linguística de Dante Alighieri.

[53] PCG: I, 129 (cap. 178), 209 (cap. 365), 225 (cap. 400).

alguma forma, relacionáveis com a história de Espanha[54], ou, finalmente, porque terão o seu valor enquanto exemplo[55].

1.3. Exemplaridade

> Mas por que los estudios de los fechos de los omnes se demudan en muchas guisas, fueron sobresto apercebudos los sabios ancianos, et escriuieron los fechos tan bien de los locos cuemo de los sabios, et otrossi daquellos que fueron fieles en la ley de Dios et de los que no, et las leys de los sanctuarios et las de los pueblos, et los derechos de las clerezias et de los legos; et escriuieron otrossi las gestas de los principes, tan bien de los que fizieron mal cuemo de los que fizieron bien, por que los que despues uiniessen por los fechos de los buenos punnassen en fazer bien, et por los de los malos que se castigassen de fazer mal, et por esto fue endereçado el curso del mundo de cada una cosa en su orden. (PCG: I, 3b)

Neste pequeno trecho do "Prólogo" à *Estoria de Espanna*, Afonso X consegue congregar e articular uma série de elementos fundamentais: memória, didactismo e pragmatismo. Estes elementos, que, por tradição, eram considerados parte integrante da historiografia[56], tinham já sido referidos em termos semelhantes no "Prólogo" do Toledano (DeRH: 5-6). A cronística em vernáculo continua a atribuir-lhes uma grande preponderância e profundidade, sobretudo na medida em que parece assumir a exemplaridade como um dos fios condutores e unificadores da obra.

---

[54] Caso dos argumentos usados para justificar a inclusão da história de Roma PCG: I, 84 (cap. 107) ou, no caso contrário, para omitir a história de Caco - PCG: I, 10 (cap. 7).

[55] PCG: I, 61 (cap. 84) ou 258 (cap. 459).

[56] As palavras de Santo Isidoro são ilustrativas desta tradição uma vez que este autor pode ser considerado como um elemento de charneira que procura recolher os conhecimentos veiculados na Antiguidade clássica, transmitindo-os à Idade Média: "Multi enim sapientes praeterita hominum gesta ad institutionem praesentium historiis indiderunt, siquidem et per historiam summa retro temporum annorumque supputatio conprehenditur, et per consulum regumque successum multa necessaria perscrutantur.", Isidoro de Sevilla, *Etimologias*, Madrid, B.A.C., 1982, I, 43 (ed. biling. de José Oroz Reta e Manuel-A. Marcos Casquero, introd. de Manuel C. Diaz y Diaz). Muito importante para esta tradição será ainda a posição de Cícero que entende a história como "mestra de vida", valorizando o seu aspecto didáctico e pragmático. Ainda sobre a transmissão e consequente imortalização de histórias de grandes personagens que se têm como exemplares de bom ou mau comportamento a elogiar ou criticar, assim como a dimensão didáctica da historiografia medieval em geral, ver Benoît Lacroix, O. P., *op. cit.*, 1971, pp. 160-176, um texto de síntese amplamente ilustrado com excertos de múltiplas obras historiográficas.

Com efeito, é possível verificar como o relato da *Estoria de Espanna* se articula em torno de verdadeiras espirais de exemplos positivos e negativos (tanto de personagens como de situações), exemplos que vão surgindo de forma diferente ao longo do decurso temporal abarcado pela narrativa, mas sempre carregando valores idênticos, cada um como pré-figuração do seguinte, constituindo assim um conjunto de associações tipológicas seculares[57]. Com base nesta dinâmica, é possível sugerir que a história, para Afonso X, podia inclusivamente ser concebida como uma espiral de momentos positivos e negativos. A ter em conta o ideário político deste soberano, o binómio positivo / negativo é facilmente articulável com os pólos antitéticos que opõem a expansão / unificação territorial à desagregação do território dividido em facções rivais ou mesmo em reinos distintos.

De acordo com esta alternância, a história da Península constrói-se com base numa sucessão de períodos de unificação considerados favoravelmente (como se verifica, para o período mais antigo, com o domínio de Hércules e Espan, com Júlio César e outros Imperadores romanos apresentados de forma positiva ou com os Godos) e de invasões e desagregações, marcadas como calamidades quase à imagem dos castigos e catástrofes que, no relato bíblico, marcam as primeiras Idades do Mundo. O último destes momentos terríveis terá sido precisamente a invasão muçulmana de 711, ainda tão presente, e que renovava a memória de outras situações igualmente destruidoras, associando

[57] A criação de analogias deste tipo foi igualmente constatada por Gabrielle M. Spiegel, *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1999, pp. 91, 97 ou 108. A autora considera que o uso secular desta forma de pensamento pela historiografia constitui uma estratégia eficaz para a criação de relações entre o passado e o presente. Assinala ainda o facto deste tipo de analogia contrariar a progressão linear da historiografia, sendo por isso necessário estabelecer um compromisso ou equilíbrio entre duas tendências opostas: "As evidence of historical continuity, it [Genealogy] lends plausibility to the analogizing tendencies of medieval historical thought, allowing perceived relationships between historical figures and events in the past and present to be viewed as part of one continuous stream of history. It prevents these "typologies" from becoming purely simbolic connections and therefore saves history from allegory." (p. 97). Sobre este assunto ver ainda Inge Skovgaard-Petersen, "Saxo Grammaticus: a national chronicler making use of the genre *chronica universalis*", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 331-340 que refere igualmente a promoção de associações tipológicas.

assim uma série de acontecimentos que, mesmo se afastados no tempo, se aproximam a nível ideológico e/ou emotivo[58].

Compreendida desta forma, a historiografia pode, efectivamente, constituir uma eficiente arma de combate político e ideológico. Com efeito, a ter em conta as ambições do rei Sábio, a elaboração de uma história de Espanha e de uma história universal podem, de facto, constituir obras que se legam para o futuro, a fim de evitar eventuais esquecimentos, como é afirmado no prólogo. No entanto, para Afonso X, também não seria, certamente, de menosprezar se a realização dos seus sonhos e ambições pudesse ter lugar logo no presente coevo.

Os diferentes momentos positivos e negativos que marcam a história peninsular são protagonizados por figuras, também elas, positivas e negativas. A ligação entre estas diversas personagens revela-se, igualmente, fundamental para a manutenção da coerência interna da obra, sendo estabelecida de forma discreta, seja por alusões ocasionais ao valor dos modelos exemplares, seja por comparações explícitas entre situações, feitos e/ou personagens isomorfos, seja, finalmente, pelos sinais que algumas figuras vão deixando para os seus congéneres futuros.

No que respeita às alusões ocasionais ao valor dos modelos exemplares, podemos apontar, como exemplo positivo, a justificação dada para a inclusão da narrativa dos feitos de Pompeu:

> Pues que auemos dicho de la muerte daquel Ponpeyo el grand et del desbarato de las sus compannas, diremos agora de los annos que el uisco et de los fechos granados que fizo en ellos. E esto assi se suele dezir de los grandes omnes en sos acabamientos: lo uno por mostrar la onra dellos, lo al por dar mayores uoluntades a los altos principes et a los otros omnes buenos que lo oyeren, et tomen por y coraçones pora fazer lo meior. (PCG: I, 82a)

[58] Caso das destruições referidas na PCG: cap. 14-15 (pelos "almuiuces", os de Flandres e de Inglaterra) ou das invasões dos vândalos, silingios, alanos e suevos que irrompem pelo Império Romano. Estes momentos podem, de certa forma, reproduzir, à escala da Península, o que catástrofes como a expulsão do Paraíso, o Dilúvio ou a destruição da Torre de Babel terão significado para a Humanidade. Acresce ainda o facto de, no pranto pela destruição da Espanha aquando da invasão muçulmana, além da recordação das outras destruições anteriores, ainda serem estabelecidas comparações com grandes cidades igualmente flageladas como Babilónia, Roma, Jerusalém ou Cartago (PCG: I, 313 – cap. 559).

Cada exemplo torna-se assim um microcosmos representativo das intenções didácticas que norteiam a totalidade da obra[59]. Acresce ainda a afirmação explícita da indiscutível protecção divina que impede a destruição deste tipo de literatura:

> Et cuenta en este logar la estoria de Paulo Orosio que seyen alli en unos palacios bien quaraenta mil libros condesados en que fueran ayuntadas todas las gestas et todos los buenos fechos de los reyes de Egypto et de los otros nobles uarones et de muchos principes de las otras tierras; et daquellos libros los unos fueran alli fechos de las gestas de la tierra, los otros fizieran los reyes dalli adozir de las otras tierras dond quier que los pudieran auer. Et pero que se quemaron las casas, diz que se non quemaron los libros por muchos buenos dichos de castigos et de exiemplos que auie en ellos, et el saber de las antiguedades que era muy noble cosa et non quiso Dios que se perdiesse. (PCG: I, 83b)

O heroísmo é uma das condições necessárias *sine qua non* para atingir o estatuto de exemplo positivo, graças ao qual é possível conseguir um lugar perene nas memórias futuras. As figuras negativas, pelo contrário, podem ter a sorte oposta pois vemos, por vezes, a sua memória ser vítima de boicotes por parte dos seus sucessores[60].

Afonso X, pelo contrário, não procura omitir os casos de comportamentos condenáveis, no entanto, apresenta-os em contraposição aos do paradigma oposto. Surge-nos assim um conjunto de exemplos negativos – mas não nefastos – desde que deles se tire uma lição proveitosa *a contrario*[61]. Neste âmbito, as linhas mais acentuadas são aquelas que unem os diversos casos de traição ou os

---

[59] Podemos ainda relembrar como, para além do elogio ou da crítica explícitos essas características, positivas ou negativas, são, frequentemente, sublinhadas graças a exemplos de casos concretos, sucessos onde as qualidades ou defeitos de uma determinada figura sobressaem, como por exemplo em PCG: I, 93-94 (117) para Júlio César, 111 (cap. 157) para Tibério César, 127 (cap. 178) para Galba, 142 (cap.192) e 145 (cap. 195) para Trajano ou 148 (cap. 198) para Adriano.

[60] Com efeito, é por vezes estabelecida uma contraposição entre figuras positivas cuja memória prevalece como é o caso de Júlio César ou de Augusto que dão nome a meses – PCG: I, 94-95 (cap. 118), enquanto que outros Imperadores marcados pela maldade não conseguem fazer vingar a atribuição do seu nome a um mês, como sucede com Nero ou com Cómodo (PCG: I, 126 - cap. 177 e 156 - cap. 224) ou cuja lembrança em geral se procura posteriormente erradicar (caso de Domiciano - PCG: I, 141 - cap. 189 ou ainda 181 - cap. 310).

elementos desestabilizadores e/ou que provocam divisões territoriais[62]. Qualquer ocorrência de situações deste tipo remete, imediata e automaticamente, para os seus respectivos protótipos proverbiais: Judas e os gigantes de Babel. Independentemente deste factor, a carga negativa que estas personagens carregam pode ser acentuada até pelos termos mais violentos:

> Maldita sea la sanna del traydor Julian, ca mucho fue perseuerada; maldita sea la su yra, ca mucho fue dura et mala, ca sandio fue el con su rauia et coraioso con su incha, antuuiado con su locura, oblidado de lealdad, desacordado de la ley, despreciador de Dios, cruel en si mismo, matador de su sennor, enemigo de su casa, destroydor de su tierra, culpado et aleuoso et traydor contra todos los suyos; amargo es el su nombre en la boca de quil nombra; duelo et pesar faze la su remenbrança en el coraçon daquel quel emienta, e el su nombre siempre sera maldito de quantos del fablaren. (PCG: I, 310b)

Os gigantes de Babel, por seu turno, não se limitam a caracterizar o paradigma do desentendimento em geral. Este converge, e concretiza-se frequentemente, na situação mais precisa da divisão territorial, encarada como consequência do estado de desacordo. Dada esta ligação de causa-efeito, ambos são entendidos no âmbito do estigma do castigo divino[63] e, consequentemente, marcados de forma sobremaneira negativa. Com base neste *a priori* disfórico, decorre todo o peso crítico que condenará os variadíssimos exemplos de guerras civis cujas consequências são sempre apresentadas como sangrentas e funestas, desde o caso mítico dos filhos do rei Rotas ao dos diversos combates que opuseram Pompeu e seus partidários a Júlio César, assuntos aos quais voltaremos[64].

---

[61] No caso dos Imperadores romanos, por exemplo, estes poderão ser alinhados, seja no paradigma positivo, seja no negativo, podendo ainda evoluir de uma soberania inicial justa e positiva para um domínio cruel e arbitrário.

[62] Múltiplas ocorrências de situações deste tipo serão analisadas na II Parte.

[63] Conforme referido no passo adiante citado, na II Parte 2.3. (PCG: I, 4b). Esta imagem punitiva é acentuada, um pouco depois, com o castigo dos judeus, desterrados e cativos pelo mundo após a destruição de Jerusalém pelo imperador Adriano (PCG: I, 148-9 cap. 199).

[64] Depois relembrados explicitamente quando Otão manda matar Galba (PCG: cap. 179). Do mesmo modo num momento em que se verificam desavenças e destruições na Judeia é estabelecida uma comparação com a desordem que sobreveio quando Jesus Cristo foi morto e Barrabás libertado (PCG: cap. 183).

A relação entre personagens de cada paradigma também pode ser estabelecida por comparações explícitas com os antecessores de um passado, tanto mais prestigioso, quanto mais longínquo. É o caso de Júlio César e da estátua de Alexandre:

> y entre otras muchas ymagenes que y auie, fallo una del rey Alexandre, e dizien todos que fuera fecha a semeiança del, de grandez e de fayçon; e quando Cesar la uio, estudo la catando grand pieça cuydando, e depues dixo que si Alexandre tan pequenno fuera de cuerpo e tan feo e tan grandes fechos e tan buenos fiziera, el, que era tan fermoso e tan grand, por que no farie tan grandes fechos o mayores. (PCG: I, 9a)

Encontra-se mecanismo idêntico numa série de remissões e alusões que, ocasionalmente, vão povoando o relato e estabelecendo nexos entre figuras que, apesar de distantes no tempo, podem ser consideradas exemplares na defesa de valores idênticos[65].

Finalmente, o modo mais interessante de relacionar figuras é o que se baseia no recurso à utilização de sinais com mensagens mais ou menos enigmáticas com que personagens emblemáticas do passado mais remoto povoaram o território ibérico. É Hércules quem mais sinais deixa para os heróis vindouros, como seja, mais uma vez, para Júlio César, a estátua e a inscrição com

---

[65] É o caso, na PCG, da comparação entre Júlio César e Alexandre (favorável ao primeiro) acima citada ou de uma batalha entre Júlio César e Pompeu, que se afirma ser superior às travadas por Hércules ou Alexandre (I, 82 cap. 104). Aquando do elogio de Pompeu surge uma comparação com Hércules, Alexandre e Libero (I, 82 cap.105), sendo este considerado o melhor do seu tempo (até Júlio César, depreende-se). Encontramos ainda comparações, por exemplo, em I, 142 cap. 192 (entre Trajano e Alexandre), 145 cap. 195 (entre Trajano e Júlio César) ou 170 cap. 275 (entre Aureliano e Júlio César e Alexandre). Estas comparações parecem tentar criar um linha de heróis exemplares (imperadores / unificadores) como Hércules, Alexandre, Júlio César, o espanhol Trajano (acerca do qual ainda se aponta a ascendência troiana: I, 142 cap. 192)... Para o período do início da Reconquista, saliente-se a eloquente comparação de Pelaio e dos seus homens com os Macabeus. Enunciado em termos muito explícitos, se bem que agora no paradigma negativo, é ainda o facto de se mostrar como Otão associa o seu nome a Nero, de quem fora amigo, pois é por este meio que Otão tenta justificar-se como Imperador uma vez que assumira esta posição sem direito a ela (I, 129-30 cap. 180). Sobre estes assuntos ver Georges Martin, *Histoires de l'Espagne médiévale. Historiographie, geste, romancero*, Paris, Publication du Séminaire d'études médiévales hispaniques de l'Université de Paris XIII / Klincksieck, 1997, particularmente "Temporalités (trois logiques temporelles du récit historique médiéval)" (pp. 57-68) que refere, a par de um tempo da hereditariedade e de um tempo da causalidade factual, a existência de um tempo da exemplaridade onde situações particulares formam classes de equivalência, ilustrando assim o que, de acordo com a ideologia do historiador, se assume como uma lei geral: "*L'exemplarité historique est donc fonction du temps dans la mesure où la fréquence (effective ou virtuelle) d'une configuration factuelle fonde l'induction de la loi qui définit une classe d'équivalence événementielle.*" (p. 66).

que foi assinalado o lugar onde Sevilha seria povoada (PCG: I, 8b-9a)[66]. Do mesmo modo, Pirus, genro de Espan, povoa Toledo no lugar anteriormente marcado pelas torres, fruto da divinamente castigada discórdia que opôs os filhos do mítico rei Rotas (PCG: I, 12b-14a). Idêntica, e ainda mais remota, é a narrativa segundo a qual o rei Rotas teria assinalado o lugar onde Roma posteriormente surgiria:

> Otros cuentan en las estorias antiguas de Espanna que quando el rey Rocas andido por el mundo uuscando los saberes, assi cuemo es ya contado en el comienço desta Estoria dEspanna, que uino por aquel logar o despues fue poblada Roma, y escriuio en dos marmoles cuatro letras: las dos en ell uno et las dos en ell outro, que dizien Roma, y estos fallo y despues Romulo quando la poblo, et plogol mucho por que acordauan com el so nombre; et pusol nombre Roma (PCG: I, 85a)[67]

Note-se que esta interpretação não deixaria de ter a vantagem de ligar aquela que foi centro do Mundo Antigo e sede do Império Romano com a Espanha, graças ao percurso de uma figura de ligação, esse mítico rei da Antiguidade mais remota. Acresce ainda a curiosa nota segundo a qual o primeiro nome de Roma teria sido "Valência" (PCG: I, 84). Estes elementos devem ser inscritos numa linha de criação de "passado" ou de "antiguidade", com vista à dignificação das cidades mais importantes da Espanha, como Sevilha, Toledo ou ainda Cartagena (povoada por Cartagineses - PCG: I, 36-7)[68]. Acresce ainda a esta linha uma

---

[66] Hércules deixa ainda uma segunda estátua, em Cádis, assinalando a sua entrada na Península Ibérica. A tradição textual deste trecho revela-se muito curiosa dadas as modificações e os diversos propósitos que serviu. Sobre este assunto ver Isabel de Barros Dias, "O mundo paralelo dos «Simulacra»", António Branco (coord.), *Figura – Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Faro, Departamento de Letras Clássicas e Modernas – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, 2001, pp. 219-232 e "Dialogue et Confrontation Idéologique", Danielle Buschinger (ed.), *La Guerre au Moyen Age*, Amiens, Presses du Centre d'Études Médiévales: Université de Picardie – Jules Verne, 2000, pp. 47-54.

[67] O trecho anterior que esta referência ecoa encontra-se na PCG: I, 13a: "E uino por aquel logar o fue despues poblada Roma, y escriuio en un marmol quatro letras de la una parte que dizien Roma; y estas fallo y despues Romulo quando la poblo, e plogol mucho por que acordauan con el so nombre, e pusol nombre Roma."

[68] De notar, no entanto, que a "honra e dignidade" da Igreja desta última é absorvida por Toledo graças aos Godos que procedem à sua transferência após a destruição de Cartagena pelo rei Gunderico. Provavelmente com o intuito de não deixar esquecer as associações anteriormente estabelecidas o texto segue com a recordação de diversas lembranças de outras fatalidades anteriores como as efectuadas por

dimensão humana que consiste, basicamente, na construção não só de antiguidade mas também, e consequentemente, de dignidade para o povo Godo, construção que se concretiza numa série de alusões, por vezes bem explícitas, onde se procede a um encadeamento entre este povo e os heróis da Antiguidade:

> Cuenta Orosio en su estoria que a cabo de muchos tiempos los godos ouieron el rey que dixieron Thelepho. A este Thelepho llama Juuenal grand rey. Este fue fijo de Hercules el grand, et caso con la hermana del rey Priamo. Et era el alto de cuerpo, et por end le ouieron todos miedo por la grand ualentia que ouo, ca assi era fuert cuemo Hercules so padre, et semeiaual todo en la cara et en la forma del cuerpo. (PCG: I, 220b)[69]

O mesmo procedimento continuará, posteriormente, com os reis da Reconquista, uma vez que se insiste, por exemplo, que Afonso o Católico provinha da linhagem do "nobre rei Recaredo" (PCG: II, 330), ou seja daquele que procedeu à conversão dos Godos ao catolicismo e que, consequentemente, simbolizará a linha mais virtuosa destes soberanos[70].

Por outro lado, e já numa associação de conotação negativa, é ainda Hércules quem deixa o marco fatídico da casa maravilhosa cuja violação, pelo rei Rodrigo, faz soltar (como se de uma nova caixa de Pandora se tratasse) a notícia

---

Cipião Africano que destruiu Cartago e Cartagena (PCG: I, 211) ou mais adiante a recordação do rei Vândalo Genserico que também destroi Cartago africana (PCG:I, 214).

[69] É ainda possível encontrar, na PCG, diversos outros exemplos, caso da alusão ao valor dos godos que ajudam Pompeu contra César (I, 80-81 cap. 104 relembrado depois em I, 222 cap. 393), a evolução civilizacional dos godos que os faz aproximar dos gregos (I, 217-18 cap. 388), o facto de um dos seus reis, depois de morto, ser contado entre os deuses, o que também sucedeu com diversos imperadores romanos (I, 218 cap. 390) ou de destruírem Tróia, o que faz, automaticamente, lembrar os feitos dos heróis da Antiguidade (I, 224 cap. 397) ou ainda a atitude do rei Ataulfo que vem para Espanha a fim de ajudar os autóctones contra as crueldades dos bárbaros, o que é exactamente a mesma motivação que anteriormente trouxera Hércules à Península (I, 232 cap. 409) e mais tarde também Constantino (I, 196 cap. 329). Ainda sobre a questão da construção de "Antiguidade" ver Aires A. Nascimento, "O Mito de Hércules: Etimologia e Recuperação do Tempo Antigo na Historiografia Medieval Hispânica", *Hvmanitas*, XLVII, 1995, pp. 671-684 ou Robert B. Tate, "Mythology in the Spanish Historiography of the Middle Ages and Renaissance", *Hispanic Review*, XXII (1), 1954, pp. 1-18 que refere como pontos e figuras distintas da herança clássica foram valorizados consoante as ideologias se modificaram.

[70] Esta posição é ainda acentuada em alusões como a que refere que com Afonso II se recupera o "prez" dos godos seja nas lides seja nas obras edificadas.

da eminência da invasão muçulmana, mas cuja boa e respeitosa manutenção seria, implicitamente, o garante da continuidade inabalada do reino godo[71].

Variantes deste último procedimento podem ainda ser consideradas as múltiplas alusões que ligam distintas personagens a diversos monumentos ou locais, ou porque os restauram, ou porque aí celebram alguma solenidade digna de nota. Com efeito, ao interagirem com, ou num determinado espaço físico, cada figura passa, de certo modo, a integrar uma cadeia que une as diversas personagens para cujo percurso aquele espaço, em particular, foi importante, ou, pelo menos, significativo[72].

Outras personagens há que se caracterizam (e se aproximam deste modo entre si) pelo facto do seu percurso procurar abarcar a maior extensão territorial possível e/ou por tentarem estabilizar e/ou ordenar esse mesmo território[73]. Um exemplo deste tipo de atitude será o percurso vitorioso que Júlio César empreende pela Península Ibérica:

> Pues que Julio Cesar ouo tornadas todas las Espannas so el sennorio de Roma et so el suyo, uino a la prouincia de Guadalquiuir, et mudo a Seuilla el nombre, et mando la llamar Julea Romulea. Desi andando por las otras tierras de Espanna, fizo fazer en la prouicia de Guadalquiuir et por ell Andaluzia por nobleza et prez del so nombre las carreras a que agora dizen Arracifes. E fue a Galizia al logar que llaman Crunna, et renouo la torre del faro que fiziera Hercules que era ya lo mas della cayda. (PCG: I, 92a)

---

[71] A casa de Toledo é referida no Toledano (DeRH: IV, xviii) sem que no entanto aí se estabeleça qualquer ligação com Hércules.

[72] Um exemplo bastante evidente será o do aqueduto de Segóvia, mandado restaurar por Afonso X segundo testemunho da GE, associando assim este rei à Antiguidade, uma questão apontada por Francisco Rico, *Alfonso el Sabio y la 'General Estoria'. Tres lecciones*, Barcelona, Ed. Ariel S. A., 1984, p. 120. Este testemunho é semelhante a múltiplas outras associações relativamente discretas. A este respeito poderá ser referido o caso de Espan que termina a obra de Hércules (PCG: I, 11 cap. 9) assim como Julio César que, como Hércules, corre a Península e renova a antiga torre da Corunha (PCG: I; 92 cap. 116). Também a forma como os restos mortais de Júlio César são guardados (PCG: I, 97 cap. 120) é depois ecoada nas exéquias de Trajano (que por sinal, além de imperador, era espanhol) e o único enterrado dentro da cidade de Roma após Júlio César (PCG:I, 145 cap. 195). O rei Bamba também é visto como um restaurador na medida em que é apresentado a reconstruir o que fora destruído na guerra (PCG: I, 292 cap. 523, 293 cap. 525 ou 294 cap. 526).

[73] Como faz Hércules que corre todo o território ibérico e cujo percurso é depois, de certa forma, duplicado por Júlio César, conforme o excerto seguidamente citado. O território é ainda ordenado por Constantino (PCG: I, 196 cap. 329) e posteriormente por Bamba (cap. 527-537).

Ainda de salientar um último factor de união que consiste na aura que rodeia e, consequentemente, marca as figuras consideradas de excepção, como é o caso, mais uma vez, de Hércules[74] ou de Júlio César que tem, precisamente durante a sua estadia na Península, o sonho premonitório da sua glória futura[75] ou ainda de Constantino, responsável pela conversão do Império ao Cristianismo[76]. Esta linha torna-se tanto mais importante quanto frequentemente duplica o paradigma da unificação territorial, uma vez que grande parte destas figuras de excepção, entre as quais circulam, por vezes, "mensagens cifradas", ou seja, os sinais que anteriormente referimos, são precisamente aquelas que se notabilizaram enquanto conquistadores, unificadores ou mesmo imperadores.

Várias outras figuras, mesmo sem o saberem, surgem como personagens que cumprem os desígnios de Deus, nomeadamente no que respeita à Sua vingança contra os Judeus[77]. Podem ainda ser alvo de profecias, agoiros, sonhos,

---

[74] Cujo percurso é guiado de acordo com as profecias do seu estreleiro e cujas relíquias, como se refere mais do que uma vez, são posteriormente objecto de grande devoção PCG: I, 15 (cap. 16), 33 (cap. 51). Referências a profecias relacionadas com Hércules ou com os seus companheiros e seus descendentes surgem na PCG: I, 7 (cap. 4), 8 (cap. 4), 8 (cap. 5) e 11 (cap. 10).

[75] "E cuydando esto fuesse pora su posada, e sonno essa noche que emprennaua a su madre; e otro dia llamo a un so estrellero muy bueno que traye, e dixol lo que cuydara y el suenno que sonnara. Ell estrellero soltol el suenno e dixol que la madre era la tierra; e assi cuemo la metie so si ys apoderaua della, bien assi metrie toda la tierra en so poder e serie sennor de todo." (PCG: I, 9a). Júlio César é ainda rodeado por diversos sinais, visões, agoiros e premonições na PCG: I, 65 (cap. 90), 67 (cap. 92) e 96 (cap. 119).

[76] Ocorrem referências a sonhos, aparições e sinais relacionados seja com Constantino, seja com a sua mãe Helena na PCG: I, 182 (cap. 314), 184 (cap. 316), 192 (cap. 320), 195 (cap. 325) ou 197 (cap. 330).

[77] Esta posição obedece à noção segundo a qual os romanos constituem a encarnação da ordem por oposição às desavenças e destruições que grassam na Judeia e espelham o momento de maior desordem quando Barrabás é solto e Jesus Cristo condenado (PCG: I, 133-34 cap. 183). Acresce ainda o relato vívido de uma guerra civil entre judeus que é apresentada como cúmulo da desordem, quer por se tratar de uma luta fratricida, quer por provocar os exemplos mais *contra natura* como seja o caso de uma mulher que, com fome, mata e come o próprio filho (PCG: I, 135 cap. 183). Esta guerra termina com a destruição completa de Jerusalém, no aniversário da morte de Cristo, levada a cabo por Tito que surge aqui como o executante da vontade divina (PCG: I, 136 cap.183). Também Adriano cumpre os desígnios de Deus (e uma profecia de Daniel) ao destruir novamente Jerusalém que renasce então "limpa" porque já sem judeus, sendo dada agora a povoar a cristãos (PCG: I, 148-9 cap. 199-200). Esta característica também ocorre com o espanhol Nerva (PCG: I, 141 cap. 190 e 142-43 cap. 192), com Trajano, também espanhol (PCG: I, 145 cap. 195), com Adriano (PCG: I, 148 cap. 198) ou, evidentemente, com Constantino (PCG: I, 183 cap. 314) ou ainda, posteriormente, com os Godos (PCG: I, 231 cap. 408). Alguns imperadores ou outras personagens consideradas dignas também recebem visões divinas que os informam de algum acontecimento (PCG: I, 237 cap. 415, 251 cap. 444, 276 cap. 499) ou lhes ordenam como devem proceder (PCG: I, 253 cap. 449,).

sinais ou milagres[78], como o próprio Afonso X, que surge como o destino implícito da explicação de um fenómeno que se realiza aquando do nascimento de Jesus Cristo[79], remetendo-o para o tão ambicionado Império e que já surgia no Tudense (ChrMun: 29), mas sem as explicações agora verbalizadas que, mesmo omitindo o nome do rei Sábio, não deixam de constituir uma alusão bastante eloquente, uma vez que as ambições imperiais deste soberano são sobejamente conhecidas[80]:

> Otrossi fallamos en las estorias que a aquella ora que Ihesu Cristo nascio, seyendo media noche, apparescio una nuue sobre Espanna que dio tamanna claridat et tan grand resplendor et tamanna calentura cuemo el sol en medio dia quando ua mas apoderado sobre la tierra. E departen sobresto los sabios et dizen que se entiende por aquello que, despues de Ihesu Cristo, uernie su mandadero a Espanna a predigar a los gentiles en la ceguedat en que estauan, et que los alumbrarie con la fe de Cristo; et aqueste fue sant Paulo. Otros departen que en Espanna auie de nascer un princep cristiano que serie sennor de tod el mundo, et ualdrie mas por el tod el linage de los omnes, bien cuemo esclarecio toda la tierra por la claridat daquella nuue en quanto ella duro. (PCG: I, 108)

---

[78] Além de Hércules e Júlio César, já referidos, também Adriano cumpre uma profecia de Daniel (PCG: I, 148 - cap. 199) e Bamba é agraciado seja com sinais como o da abelha (I, 284 cap. 513) seja com milagres (I, 323 cap. 568). Mais referências a agoiros, sonhos ou sinais dirigidos a personagens diversas, positivas ou negativas, surgem na PCG: I, 25 (cap. 37), 38 (cap. 57), 97 (cap. 122), 115 (cap. 164), 118 (cap. 166), 120 (cap. 169), 127 (cap. 178), 201 (cap. 349), 255 (cap. 452), 269 (cap. 487) ou 274 (cap. 494). Surgem ainda previsões marcadas pela chancela da falsidade e que dizem respeito àquelas que o astrónomo divulga acerca de Maomé (PCG: I, 261 cap. 467, 262 cap. 469 ou 263 cap. 472).

[79] O nascimento de Jesus Cristo e o advento do Cristianismo são, obviamente, dos momentos mais intensamente marcados graças a uma grande quantidade de sinais e profecias, como se pode verificar na PCG: I, 98 (cap. 123), 101 (cap. 130), 108 (cap. 151), 109 (cap. 152), 114 (cap. 161) ou 164 (cap. 262).

[80] Este assunto já foi estudado por Charles F. Fraker (1996), nomeadamente em "Alfonso X, the Empire and the Primera Crónica", pp. 155-169. Segundo este autor, a *Estoria de Espanna* seria, simultaneamente, uma história peninsular e uma história imperial, duas linhas que convergiriam, no final do texto, na pessoa de Afonso X. Uma vez que as circunstâncias históricas impossibilitaram o final desejado pelo rei Sábio, o texto incompleto acabou por ser terminado de forma diferente, perante a qual os elementos referentes à história romana perderam a adequação e o significado que teriam se o projecto inicial tivesse podido ser levado a bom termo. Ver ainda Leonardo Funes, "Nuevas y viejas lecturas de la historiografía alfonsí", *Incipit*, XVII, 1997, pp. 255-273 que, concordando com a hipótese em como a *Estoria de Espanna* previa a junção final de dois fios narrativos, contesta, no entanto, a associação entre o fim do sonho político de Afonso X e a cessação do trabalho nesta obra (o que aliás é contrariado pelos estudos levados a cabo sobre a "versão crítica" que mostram como até à morte de Afonso X o texto ainda continuava a ser revisto): "Probablemente esta vinculación causal entre fracaso político e interrupción de la labor redactora se deba a una concepción demasiado instrumentalista de la función ideológica o política de los textos. La funcionalidad ideológica persiste en lo esencial: búsqueda de consenso mediante la difusión de una percepción histórica de los actos políticos del rey. Lo que el fin de la empresa imperial trajo fue un cambio de signo: de una fundamentación positiva a una justificación reivindicativa; un sesgo ideológico este último suficientemente probado en el caso de la 'versión crítica de la EE'." (p. 262).

A eloquência política e ideológica deste excerto é ainda corroborada pela referência a uma curiosa linhagem que, na *General Estoria*, procura ligar os antepassados imperiais de Afonso X[81] à linha mais ilustre da Antiguidade clássica. Esta construção parece constituir um fio privilegiado de figuras excepcionais no seio do paradigma positivo. À semelhança da rememoração dos bons exemplos que visa, em última análise, a sua superação no presente, também a linha de excepção apontada remeteria para um representante coevo ímpar, um papel ao qual Afonso X provavelmente não se furtaria[82]:

> Et de Juppiter et desta reyna Niobe uinieron Dardano et Troo, que poblaron, Troya, assi como diremos adelant en su tiempo e en su logar. Et del linage deste Juppiter uino otrossi el grand Alexandre, ca este rey Juppiter fallamos que fue el rey deste mundo fastal dia doy que mas fijos et mas fijas ouo, e condes de muy grand guisa todos los mas, e reynas, como uos contaremos en las estorias delas sus razones; e del uinieron todos los reyes de Troya, e los de Grecia, e Eneas, e Romulo, e los cesares, e los emperadores; e el primero don Frederico, que fue primero emperador delos romanos, et don Frederic, su nieto el segundo deste don Frederic, que fue este otrossi emperador de Roma que alcanço fastal nuestro tiempo, e los uienen del linage dond ellos e los sos, e todos los altos reyes del mundo del uienen; et por tan grand saber e poder, e por tantos bienes et muchos mas quelos que auemos contados aqui que auie en el rey Juppiter, fue el sennor de toda Europa e de todos los pueblos della, assi como

---

[81] A quem já não teria sido estranho esta forma de utilização da historiografia, uma vez que Bernard Guenée (1980), p. 110, ao referir alguns casos de príncipes cultos que mantêm *ateliers* e patrocinam a redacção de crónicas, fazendo precisamente convergir os seus projectos historiográficos e políticos, menciona concretamente o Imperador Frederico I, membro memorável da linhagem imperial de Afonso X, e cuja ambição é exaltada, nomeadamente, na obra de Otão de Freising. A referência afonsina a esta linhagem bem como a sua lógica no âmbito dos interesses imperiais do rei Sábio são salientadas por Francisco Rico (1984), pp. 114-15.

[82] De referir ainda que Leonardo Funes, no seu artigo "Alfonso el Sabio: su obra histórica y el 'fecho del Império'", *Exemplaria Hispánica*, 2, 1992-93, pp. 76-92, aponta igualmente alguns sinais e a rede de analogias que se estabelece entre determinadas figuras heróicas e "Senhores do Mundo". A mesma questão surge em Leonardo Funes, 1997a, p. 37. Ver ainda Fernando Gómez Redondo, (1997) que defende que os capítulos iniciais da história afonsina concentram as bases ideológicas e analógicas que o restante texto desenvolve. Também Luís Krus, *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, Redondo, Patrimonia Historica, 1994 (nomeadamente em "Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*", pp. 129-142) articula a memória de diversos heróis da Antiguidade histórica e mitológica (Tubal, Hércules, Hispano, Júlio César, Augusto) com Afonso X e os seus interesses no que respeita ao Império.

> dixiemos, e onrraron le todos los mayores reyes delas tierras e todas las yentes; elos gentiles, por todas estas cosas, llamaron le dio, maguer que el era omne. (GE: I, 200-201).[83]

1.4. Verdade

O desejo de exaustividade que levou Afonso X a recolher toda a informação possível nem sempre provocou um processo simples de integração harmoniosa. Algumas, ou mesmo muitas, das fontes usadas coincidiam nos relatos que apresentavam, cimentando assim a ideia de que a identidade podia ser entendida como um garante indiscutível de "Verdade". Esta noção era ainda acentuada pela imagem arquetípica que consiste na tradução da Bíblia pelos "setenta", processo que se revela milagrosamente coincidente[84].

No entanto, uma vez que nem todas as fontes coincidiam em todos os relatos que faziam dos acontecimentos, a questão da "verdade" complexificava-se necessariamente, mediante a incontornável interrogação sobre qual seria a versão mais fidedigna. Haveria, paralelamente, que questionar as outras versões

---

[83] Este tipo de procedimento parece, no entanto, não ser estranho aos membros da linhagem imperial de Afonso X. Sobre este assunto ver José Manuel Nieto Soria, "El imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político", Eloísa Ramírez Vaquero (ed.), *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1997, pp. 403-440: "Para el caso de los Staufen, se encontrarán mitificaciones del tenor de la ofrecida por Godofredo de Viterbo, quien, hacia los años ochenta del siglo XII, defenderá la existencia de un solo linaje imperial, ya desde los días de Troya, formándose entre todos los poseedores del título una sola cadena y un secreto vínculo de sangre, siendo precisamente los Staufen el último eslabón de esa cadena." (p. 421). Com efeito, a criação de genealogias repletas de antepassados tão ilustres quanto possível a fim de legitimar ou aspirações ou uma posição alcançada de forma menos óbvia era prática comum, mesmo com a inclusão de figuras lendárias, míticas ou nitidamente de ficção como é o caso das narrativas melusinianas. Para alguns exemplos deste tipo de atitude ver ainda, por exemplo, Ángel Martín Duque, "Singularidades de la realeza medieval navarra", Eloísa Ramírez Vaquero (ed.), *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1997, pp. 299-345; Jean-Marie Moeglin, "Le pouvoir princier face au pouvoir impérial dans le Saint Empire à la fin du Moyen Âge", Eloísa Ramírez Vaquero (ed.), *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1997, pp. 373-401 ou ainda Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Laudrie, "Mélusine maternelle et défricheuse", *Annales*, 26e année, 1971, pp. 587-622 que refere os usos linhagísticos desta figura bem como a sua presença nas tradições orais.

[84] A própria PCG: I, 156 (cap. 223) dá a coincidente e básica "tradução dos Setenta" como bitola relativamente à qual as novas traduções se devem aferir. Outras referências a esta convicção de que a identidade é sinónimo de verdade ocorrem na PCG: I, 50 (cap. 67), 93 (cap. 117), 101 (cap. 130), 109 (cap. 151), 155 (cap.220), 217 (cap. 387). Sobre a importância e as dificuldades no que respeita ao estabelecimento da verdade, para os cronistas medievais, ver a síntese de Benoît Lacroix, O. P., *op. cit.*, 1971, pp. 133-139.

alternativas, uma vez que também estas poderiam ser portadoras de alguma(s) verdade(s). Estas e outras perguntas terão, certamente, provocado múltiplas hesitações e dúvidas que, consoante os casos, suscitaram resoluções diferentes.

A tradução do relato do Toledano constituiu a espinha dorsal da *Estoria de Espanna*, o fio condutor ao qual os elementos de outras origens foram sendo entrelaçados numa *colatio* certamente muito complicada, dada a quantidade de fontes que terão sido utilizadas[85]. Em primeiro lugar, é importante salientar que, na sequência do que frequentemente já fora verbalizado na literatura anterior, os textos afonsinos manifestam um inegável respeito pelo texto escrito[86]. No que respeita a fontes particulares, de um modo geral, as versões dadas pelo arcebispo D. Rodrigo são as mais creditadas, sobretudo quando apoiadas pelas do bispo de Tui[87]. No entanto, quando estas discordam entre si, distintos procedimentos podem ser adoptados. As discrepâncias são por vezes meramente apontadas[88], mas, também se pode verificar que, de acordo com a preferência acima apontada, a versão do Tudense pode ser referida e, seguidamente, preterida[89]. Por outro lado, e com alguma frequência, quando se verificam discrepâncias, nota-se ainda a tendência para desvalorizar algumas fontes com a introdução de frases tópicas do tipo "dizem alguns..." ou "segundo outros...", expressões que fazem com que a ambiguidade da referência se matize automaticamente com um travo de suspeição que não deixa de trazer à mente a sugestão de um boato[90]. Esta

---

[85] No entanto, Afonso X também se distanciou de algumas das opções narrativas do Toledano, sendo o caso mais flagrante a integração da história romana na *Estoria de Espanna*, um assunto com óbvio interesse no que respeita às ambições do rei Sábio. Neste ponto, Afonso X aproxima-se mais da narrativa do Tudense do que da de Rodrigo de Toledo que optou por contar a história romana numa obra separada.

[86] De notar, por exemplo, as referências tópicas do tipo "encontramos escrito..." ou a que surge com relativa frequência em final de capítulo afirmando que, para aquele momento, não se encontraram mais coisas escritas que sejam de contar (ex PCG: I, 143 cap. 192).

[87] Ocorrências na PCG: I, 244 (cap. 430), 255 (cap. 453), 259 (cap. 461), 278 (cap. 503). No que respeita à preocupação pela escolha da melhor fonte ver PCG: I, 88 (cap.111).

[88] Ocorrências na PCG: I, 259 (cap. 460), 307 (cap. 553) e PCG: II, 344 (cap. 605).

[89] Como por exemplo: "Despues de la muert del rey Athanagildo, ayuntarontaron se los godos en Narbona e alçaron por rey a uno que auie nombre Luyba; e regno tres annos assi como diz ell arçobispo don Rodrigo; mas don Lucas de Thuy diz que regno en las Gallias en uida de Athanagildo syete annos, et despues en Espanna tres, assi como dixiemos; e nos contamos aqui la estoria segund que la cuenta ell arçobispo don rodrigo, et dezimos que fueron tres annos." (PCG: I, 259a).

[90] Ocorrências na PCG: I, 52 (cap. 70), 116 (cap.166), 160 (cap. 249), 200 (cap. 347), 244 (cap. 430), 272 (cap. 491), 308 (cap. 554), 318 (cap. 563), 323-4 (cap. 568).

preocupação pode ser indício, igualmente, da vontade de impor a autoridade de um texto que, mesmo demarcando-se da tradicionalmente desvalorizada historiografia consuetudinária em verso, a absorvia, espelhando-a ainda no facto de se constituir em língua romance. Numa sociedade onde o latim era equacionado com uma maior verdade e seriedade, a opção de redigir em vernáculo obriga à acentuação de outros indícios de credibilidade, donde, eventualmente, esta sobrevalorização da selecção e da consideração séria das fontes. Sendo o romance uma língua de alteridade que se opunha ao latim, em que a maioria das fontes tinham sido elaboradas, abria-se uma fissura graças à qual era possível chegar a um público mais numeroso, mas criava-se, também, a necessidade de demarcação das outras formas historiográficas populares, o que se verifica, no caso presente, pelo uso da prosa (em contraste com o verso) e da escrita (por oposição à oralidade).

A tomada de posição, com maior ou menor convicção, a favor ou contra o que as diversas fontes veiculavam está ainda dependente dos interesses e convicções defendidos, sejam eles políticos[91] ou religiosos[92].

Quando, pelo contrário, não se verifica qualquer interesse pela defesa de uma posição, quando as fontes já transmitem a dúvida ou ainda quando as diferentes versões parecem merecer igual credibilidade, as diversas posições podem coexistir em paz, sendo referidas a par e sem serem objecto de uma tomada de posição valorativa relativamente a uma delas[93], como se verifica com a questão do destino do rei Rodrigo:

> Non sabe omne que fue de fecho del rey Rodrigo en este medio; pero la corona et los uestidos et la nobleza real et los çapatos de oro et de piedras preciosas et el su cauallo a que dizien Orella fueron fallados en un tremedal cabo del rio Guadalet sin el cuerpo. Pero diz aqui don Lucas de Thuy que cueda que murio alli lidiando mas non que ciertamientre lo

[91] Caso da opção por uma versão que menos denigra a imagem de um Imperador cuja acção se considera positiva (PCG: I, 137- cap. 185).

[92] Caso da exposição de versões de fontes pagãs e cristãs seguidas da óbvia defesa da verdade transmitida pelas últimas – PCG: I, 154 (cap. 217), 201 (cap. 348).

> sopiesse el, et po ende lo pon en dubda. E dalli adelante nunqua sopieron mas que se fizo, si non que despues a tiempo en la cibdad de Viseo en tierra de Portogal fue fallado un luziello en que seye escripto: "aqui yaze el rey Rodrigo, el postrimero rey de los godos". (PCG: I, 310)[94]

A procura da verdade pode ainda assumir um carácter de investigação crítica que se projecta em curiosos interrogatórios das fontes e em questões dialécticas onde a proeminência dada ao raciocínio lógico não deixa de sugerir alguma analogia com eventuais académicas discussões escolásticas[95]. É, no entanto, curioso constatar como, nem sempre, as vozes de maior autoridade são suficientes para calar as outras, em particular, quando estas últimas são apresentadas para, logo de seguida, serem denegadas, numa *occupatio* ou *praeteritio*[96]. Com efeito, pelo simples facto de ser apresentada, a versão recusada corrói aquela que se apresenta como "Verdadeira", como é o caso das dúvidas relativas à filiação de Vitiza, onde, aliás, a versão desautorizada é precisamente a que vem, paradoxalmente, acompanhada por uma referência de autoridade:

> et Oppa fijo del rey Egica que fuera arçobispo de Seuilla. Pero dize aqui don Lucas de Thuy que fue fijo de Vitiza, (PCG: II, 321b)

e que, talvez por isso, volta a ser retomada e acentuada adiante:

---

[93] Outros casos de desacordo sem tomada de posição surgem, por exemplo, na PCG: I, 51 (cap. 69), 52 (cap.70), 80 (cap. 104), 160 (cap. 250), 232 (cap. 409), 272 (cap. 491), 275 (cap. 495), 282 (cap. 510), 308 (cap. 554) e PCG: II, 339 (cap. 595), 344 (cap. 605).

[94] Neste caso, a dúvida já se encontra no relato do Toledano: DeRH: III, cap. xx.

[95] Um exemplo bastante desenvolvido deste processo de interrogatório e de análise crítica de fontes pode ser encontrado na PCG: II, 326 (cap. 571).

[96] Sobre as figuras retóricas que veiculam a denegação (*occupatio*, *praeteritio*), um procedimento que consideramos sobremaneira importante para a compreensão do discurso das crónicas em análise, onde se finge ignorar ou prestar menos atenção a questões que, paradoxalmente, se revelam essenciais, ver Edmond Faral, *op. cit.*, nomeadamente pp. 52, 329 ou 354. Para uma definição desta "figura de expressão por oposição" ver Pierre Fontanier, *Les figures du discours*, Paris, Flammarion, 1977: "La Prétérition, autrement dite Prétermission, consiste à feindre de ne pas vouloir dire ce que néanmoins on dit très-clairement, et souvent même avec force." (p. 143).

> Oppa en este comedio fue preso del rey don Pelayo. E algunos dizen que fue fijo de Vitiza, et otros que hermano del cuende Julian, mas lo que es uerdad fue fijo de Egica et hermano de Vitiza; e de qualquier destos que fuesse, sabida cosa es que fue arçobispo de Seuilla et despues de Toledo, (PCG: II, 341b-342a)

Concomitantes à apresentação de versões divergentes, encontram-se duas importantes características que parecem marcar a actuação do rei Sábio e, por consequência, as obras por ele orientadas: a capacidade para aceitar a diversidade e a convicção de que é possível encontrar elementos de verdade nos mais variados locais[97]. Estas características, aproximáveis do já referido desejo de exaustividade, por estranho que pareça, não entram em colisão com o intuito de dar a última palavra nos mais variados domínios. Com efeito, Afonso X acolhia em torno de si intelectuais das mais distintas procedências e credos, com vista ao aproveitamento do melhor que cada um lhe poderia fornecer[98]. O soberano não deixa de considerar elementos hebraicos, judaicos ou pagãos, só por estes serem, eventualmente, pouco ortodoxos. Pelo contrário, tenta aproveitá-los e integrá-los na sua súmula do conhecimento e da verdade. Não hesita, paralelamente, em narrar alguns acontecimentos com o evidente intuito de manifestar onde, como e por que razão são falsos, como é o caso dos excertos relativos à vida, obra e doutrina de Maomé[99].

Vários outros elementos são integrados graças a explicações, por vezes, bastante fantasiosas, mas que não deixam de constituir tentativas de verosimilhança, como é o caso das explicações evemeristas com que são resolvidas algumas das histórias da mitologia Antiga, mormente na *General*

---

[97] Paradigmática desta posição será a narrativa das diversas possibilidades de explicação do nome "César" que conclui com a conciliação e aceitação de todas as hipóteses – PCG: I, 89-90 (cap.113). Também concorre para esta noção o facto de, ocasionalmente, se afirmar que mesmo os espíritos de mentira por vezes diziam verdades, quando o espírito da Verdade a isso os constrangia: PCG: I, 107 (cap. 145), 108 (cap. 151) ou 164 (cap. 262).

[98] Procedimento um pouco à semelhança da atitude de Frederico II com a sua corte das três culturas, o primo a quem Afonso X gostaria de ter sucedido à cabeça do Sacro Império.

[99] Que surgem entrelaçados com a história dos Godos nos caps. 466-467, 469, 471-472, 475, 478, 483, 486-489 e 493-494 da PCG. A história culmina com a situação grotesca em que Maomé toma veneno para ressuscitar ao terceiro dia, acabando por morrer, cheirar mal e ser comido por cães (PCG: I, 274 cap. 494). Afonso X também não hesita em afirmar peremptoriamente a verdade do Catolicismo relativamente à falsidade inerente a diversas outras correntes, religiões ou heresias: ver, por exemplo, PCG: I, 150 (cap. 204), 172 (cap. 281), 264 (cap. 476).

Estoria que recorre, frequentemente, a explicações baseadas em comentários e glosas com que se procurou cristianizar os textos Antigos[100]. Na mesma linha destes esclarecimentos[101], surgem ainda variadíssimas amplificações explicativas, sejam elas lexicográficas, exegéticas ou etimológicas[102]. Estes elementos são fruto da aplicação de ferramentas de análise e crítica que eram obviamente familiares aos membros do *scriptorium* afonsino. Curioso é ainda verificar que, da mesma forma que estes intelectuais conhecem e aplicam as ferramentas críticas, de análise e explicativas que já estariam, igualmente, patentes em algumas das fontes manuseadas, essa capacidade, por vezes, também extravasa os próprios limites do texto, em flagrante desafio exegético ao público, a quem se chama didacticamente a atenção para as múltiplas possibilidades de leitura que uma narrativa pode ter, e nas quais poderão residir, em última instância, as "Verdades" mais puras:

> e que la entiendan mejor los que la quisieren oyr (GE: II, 2/2, 1a)

Só com base na maior pluralidade de elementos poderia Afonso X elaborar uma súmula que, decorrente de uma ambição, de certa forma, semelhante à dos gigantes de Babel, aspirasse à reconstrução de um saber total, a recuperar a síntese que o livro do rei Rotas representa. Só desta forma a "Verdade" poderia ser atingida, não tanto uma verdade dada em asserções dogmáticas, mas sobretudo aquela que ultrapassa a pluralidade das versões para as reunir e incorporar na completude do Saber supremo.

---

[100] "E los sus clerigos sabios de los gentiles contaronlo despues en latin, e pusironlo en libros que fizieron deso e de otras cosas; mas dixeronlo tan encubiertamente, e por tales razones e tan estrannas que semeja fablilla. E nos despues non pudimos pasar de lo non dezir, ca las fallamos en los fechos de Ercules. Queremos lo contar, e diremos primero aquel encubrimiento commo lo dixeron los autores de los gentiles; e despues departiremos segunt lo fallamos departido por los nuestros sabios que quieren mostrar, ca vno dize e al muestra." (GE: II, 2/2, 37a).

[101] Que na PCG surgem, por exemplo em I, 7 (cap.3), 9 (cap. 7), 218 (cap. 388), 219 (cap. 390), 235 (cap. 413).

[102] Ocorrências, por exemplo, na PCG: I, 7 (cap.4), 35 (cap. 53), 57 (cap. 78), 84-6 (cap.108), 89 (cap. 113), 90 (cap. 114), 95 (cap.118), 99 (cap. 125), 102 (cap. 135), 103 (cap. 135), 109 (cap. 151), 136 (cap. 183), 141 (cap. 190), 147 (cap. 196), 188 (cap. 318), 218 (cap. 388), 266 (cap. 478). Ainda sobre este assunto, ver Manuel Alvar (1985).

Paradoxal e irónico será, pois, verificar como tal obra, ficando inacabada e, provavelmente, também dispersa numa quantidade de cadernos de trabalho[103], foi posteriormente continuada, reelaborada e reformulada nos contextos mais diversos e com vista à defesa das ideologias mais díspares.

[103] Sobre este assunto ver Diego Catalán (1962, 1992 e 1997) e Inés Fenández Ordóñez (1992 e 1993-94).

2. Radicalização da historiografia afonsina[104]

O material historiográfico afonsino caracteriza-se por protagonizar um conjunto de reelaborações sucessivas. Até ao momento, procurámos apontar algumas características que considerámos marcantes do trecho que os estudos filológicos levados a cabo por Diego Catalán e pela sua escola, com particular ênfase para os trabalhos de Inés Fernández-Ordóñez, indicaram como mais genuinamente afonsino. Este texto, convencionalmente denominado "versão régia", abarca, na edição de Ramón Menéndez Pidal, toda a primeira parte da *Primera Crónica General* até ao cap. 616. No entanto, subsistem ainda testemunhos do arquétipo desta redacção mais antiga (datada como anterior a 1270) para a narrativa até ao reinado de Vermudo III[105].

Além desta, em tempos de Afonso X, ainda foram realizadas mais duas versões da *Estoria de Espanna*.

A segunda versão, conhecida como "versão emendada após 1274", apresenta uma redacção alternativa da parte da história gótica, mas que não implica uma mudança radical do modelo historiográfico afonsino.

A modificação mais drástica terá lugar com a última reformulação do material afonsino, realizada ainda durante a vida deste rei: a "versão crítica"[106]. Esta foi redigida, provavelmente, entre 1282-84 por um membro do *scriptorium* que terá fielmente acompanhado o monarca no seu exílio. As características

---

[104] Este ponto foi redigido com base nos estudos levados a cabo por Diego Catalán e Inés Fernández-Ordóñez, com particular ênfase para a síntese elaborada por esta última em Inés Fernández-Ordóñez, "Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la *Estoria de España*", Georges Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2000, pp. 41-74.

[105] O texto da "tradição troncal" que até à narrativa da morte de Afonso II era representada pela denominada "versão régia", a partir deste ponto passa a estar mais próxima dos testemunhos da denominada "versão concisa" (até Vermudo III).

[106] Para esta versão da *Estoria de Espanna* ver a ed. parcial de Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, pp. 355-561. A *Crónica de Veinte Reyes* é também representante desta "versão crítica". Para esta última foi aqui usada a transcrição de José Manuel Ruiz Asencio e Mauricio Herrero Jiménez, *Crónica de Veinte Reyes*, Burgos, Ayuntamiento de Burgos, 1991. As referências a estes textos terão a seguinte forma: **VersCrit: nº pág.** e **Cr20R: nº pág.** (ou **liv.** e **cap.**) respectivamente. Sobre as particularidades desta última relativamente à PCG, ver Theodore Babbitt, *La Crónica de Veinte Reyes. A comparison with the text of the Primera Crónica General and a study of the principal latin sources*, New Haven / London, Yale University Press / Humphrey Milford / Oxford University Press, 1936.

principais desta versão, que reformula sistemática e globalmente os textos anteriores, foram analisadas e apresentadas por Inés Fernández-Ordóñez[107]. Em traços gerais, e de acordo com os estudos realizados pela referida autora, que passamos a referir de forma sintética, trata-se de um texto austero e sóbrio que reorganiza profundamente o material afonsino, se bem que frequentemente de costas para as fontes, isto com vista a melhorar a coerência interna do texto e ao "estabelecimento científico da verdade"[108]. Verifica-se uma maior preocupação com a datação, em detrimento da narrativa dos factos, que tende a resumir. Além disso, diminuem igualmente as explicações e as referências às fontes. Este posicionamento, mais estreito e mais dogmático, provoca, com alguma frequência, indícios de intolerância contra as fontes tidas como menos preferíveis e das quais se destacam, particularmente, as de origem popular e jogralesca[109]:

> Mas commo quier que en el cantar del rrey don Sancho diga que luego fue sobrel rrey don Garcia, fallamos en las estorias verdaderas que cuenta y el arçobispo don Rrodrigo, e don Lucas de Tuy, e don Pero Marques, cardenal de Santiago, que ovieron sabor de escudriñar las estorias por contar verdaderamente la estoria d'España, que sobre el rrey don Alfonso fue luego que estava en comedio, e esta fue la verdat. (Cr20R: 183a)

No que respeita ao aspecto ideológico, a "versão crítica" caracteriza-se por espelhar uma radicalização do pensamento político afonsino, o que se coaduna com a difícil situação vivida pelo soberano nos seus últimos tempos, quando se refugiou em Sevilha. Concomitantemente, verifica-se o domínio de um espírito

---

[107] Sobretudo em Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, mas igualmente em Inés Fernández-Ordóñez, "La *Versión Crítica*. Presentación y Reconstrucción textual de una nueva versión alfonsí de la *Estoria de España*", Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, 1993, vol. III, pp. 91-96 ou *idem*, 2000b (ponto III).

[108] Com o qual se pode certamente relacionar as múltiplas referências que acentuam a verdade do que se afirma ou de uma das versões relatadas - Cr20R: VII, vi (p. 151 e 152), VIII, xiiii (p. 173), xvi (p. 177), IX, ii (p. 181), iiii (p. 183), ix (185), ix bis (p. 185), xxvi (p.194), X, xxxviii (pp. 221-2) ou XI, vi (p. 256). Comparativamente, os momentos em que diferentes versões são apresentadas a par sem que seja tomada uma posição são relativamente diminutos - Cr20R: VIII, vi (p. 168) ou IX, xii (p. 186).

[109] Como sucede na Cr20R: VII, vi (p. 151), VIII, xiii (p. 173, duas vezes) e IX, iiii (p. 183) ou ix (p. 185). No caso de outras situações de desacordo não é feita uma referência explícita a fontes orais o que não implica, porém, que essa possibilidade seja de descartar, como se verifica na Cr20R: VII, vi (p. 152), VIII, xvi (p. 177) e IX, ii (p. 181) ou xxiiii (p. 192).

mais estreito e mais duro, cujo posicionamento difere de forma considerável daquele que norteou a anterior historiografia afonsina, como seja o espírito enciclopédico ou o respeito pela estrutura das fontes[110]. As características ideológicas mais marcadas vão assim reflectir a política de Afonso X no que respeita, quer à Igreja, quer à nobreza rebelde. A "versão crítica" apresenta, pois, um texto que não hesita em transformar, ou em omitir, relatos, a fim de exortar a um ideal monárquico onde se procura por todos os meios preservar a dignidade real[111]. Também é acentuada a defesa de princípios do direito romano, da indivisibilidade do reino e ainda, paradoxalmente, dada a situação do soberano no momento, as aspirações imperialistas[112].

[110] Apesar de ainda apresentar as mesmas técnicas e conceitos idênticos aos aplicados no *scriptorium* afonsino. Estas características são apontadas por Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, I, 3.

[111] Nomeadamente ao procurar suprimir atitudes reprováveis anteriormente aceites na sua qualidade de exemplo. Sobre este assunto ver Inés Fernández-Ordóñez, 2000b, ponto III.

[112] Estas características são estudadas com maior detalhe e dados alguns exemplos em Inés Fernández-Ordóñez, (ed. "vers. crit."), *op. cit.* e 2000b (ponto III).

3. Reelaborações do modelo afonsino no âmbito castelhano-leonês

A obra de Afonso X parece ter sido vítima dos seus próprios méritos e aspirações. Apesar do fechamento ideológico que se verificou nos textos do período final da vida deste soberano, a capacidade para incorporar versões de diferentes origens, sobretudo no que respeita à abertura do relato cronístico a narrativas de cariz mais acentuadamente literário, constituiu um apelo irrecusável à inserção de novos elementos, bem como a actualizações ou reelaborações dos anteriores e, finalmente, a manipulações e modificações de alguns conteúdos ideológicos mais profundos, com vista ao seu uso em contextos histórico-culturais diferentes[113].

É, portanto, inegável a forma como a vitalidade desta família textual não decaiu aquando da morte do seu primeiro impulsionador. Pelo contrário, esse vigor está patente de sobremaneira na sua capacidade de adaptação a tempos, lugares e interesses diversos, o que permitiu que a *Estoria de Espanna* (entendida aqui no seu sentido mais lato de grande família textual) se desenvolvesse numa autêntica "selva", tornando-se um dos, senão "o" texto mais "Autorizado" da Idade Média peninsular. Concomitantemente, e de forma quase paradoxal, subjacente a toda esta pujança actualizadora, as diversas crónicas, apesar das múltiplas reelaborações, continuam a veicular, de forma perene e evidente, muito do trabalho prévio realizado no *scriptorium* afonsino. Com efeito, independentemente das inúmeras modificações, a base destas "Crónicas de Espanha" é idêntica, o que faz com que seja possível identificar um pano de

[113] Sobre este assunto, será interessante ver o artigo de Hans-Erich Keller, "La technique des mises en prose des chansons de geste", *Olifant*, 17 (1-2), 1992, pp. 5-28 que compara a forma como vários trechos épicos foram prosificados (e alterados) por distintos autores, concluindo, a propósito dos diferentes níveis de intervenção constatados: "Mais il en ressort tout de même que chaque auteur d'une mise en prose peut être un remanieur à un moment donné et un dérimeur à un autre. Tout dépend de son intérêt personnel, de l'importance qu'il attache à l'épisode en question pour l'actualité du jour et finalement des espérances du patron respectif par rapport à l'oeuvre commandée." (p. 13). É ainda importante salientar que Keller salvaguarda a margem de incerteza que consiste no facto de praticamente nunca se saber exactamente qual terá sido o manuscrito que esteve na base de cada prosificação (p. 17), um factor básico e que pode efectivamente ser pertinente no que respeita à determinação da extensão da(s) manipulação(ões).

fundo que marca indelevelmente as mais díspares reelaborações com o que poderíamos denominar um "ar de família" comum.

A quarta e última versão da *Estoria de Espanna* afonsina terá sido realizada já em tempos de Sancho IV. Elaborada a partir de um texto da redacção mais antiga, esta versão é conhecida como "versão retoricamente amplificada" e engloba acontecimentos desde o reinado de Ramiro I até à morte de dona Urraca[114]. O distanciamento que este texto assume relativamente ao pensamento político de Afonso X é manifesto, tanto em glosas e comentários que acrescenta, como em passagens que omite[115]. No entanto, esta variação apresenta um sentido oposto ao da "versão crítica", uma vez que, apesar de também procurar racionalizar algumas contradições, reflecte um sistema de valores diferente. De acordo com os estudos já realizados, a acentuação afonsina, no que respeita a questões dinásticas e de soberania, é enfraquecida neste texto que parece não se opor, por exemplo, à divisão de um reino, ou que apresenta, como igualmente reprováveis, os maus comportamentos tidos tanto por nobres como por reis. Certamente reflectindo a situação histórica vivida sob Sancho IV, esta versão reconsidera o papel da autoridade real, também em termos textuais, procedendo a uma democratização relativa, na medida em que considera igualmente os méritos dos grandes senhores e a sua participação nos feitos e acontecimentos históricos. Neste novo sistema de valores, a nobreza já não surge com o mero dever de se submeter ao seu senhor natural, pelo contrário, colabora com ele de acordo com um sistema de "pacto de entreajuda". Também patente será uma posição contrária ao neo-goticismo afonsino que defende que a Reconquista é uma tarefa dos "naturais", à qual se acrescenta o que parecem ser traços de "castelhanismo"[116].

A partir destas quatro versões de que temos vindo a enumerar e a identificar sucintamente as características mais marcantes, foram surgindo uma

---

[114] Esta versão encontra-se inserida no códice E2, tendo por isso integrado a edição que Ramón Menéndez Pidal efectuou como *Crónica General de España*.

[115] Estas variações foram estudadas por Inés Fernández-Ordóñez (2000b, ponto IV).

multiplicidade de crónicas compostas com base na junção de blocos de origens por vezes idênticas, outras vezes diferentes. Acresce ainda a anexação de textos inicialmente ausentes, como seja, por exemplo, a totalidade do complexo lendário relativo ao Cid[117] ou da *Crónica Particular de San Fernando*, usada geralmente como *terminus* textual. A multiplicidade das variantes[118], bem como a diversidade de títulos com que essas diversas reescritas foram dotadas pelos investigadores que as estudaram[119], complexificaram de sobremaneira o seu estudo. No entanto, verifica-se que há um conjunto de tendências e coerências que marcam, de forma mais ou menos acentuada, algumas dessas realizações ou, pelo menos, aquelas que se ligam a determinados contextos ideológicos e culturais mais específicos.

Com efeito, e colocando em prática, até certo ponto, a convicção, segundo a qual, quem domina o passado poderá, de alguma forma, determinar o futuro[120], as crónicas continuam a veicular muitos dos traços ideológicos anteriormente apresentados, acentuando este ou aquele consoante as suas conveniências. Um exemplo desta tendência poderá ser o aumento de protagonismo por parte dos

---

[116] Sobretudo no que respeita a situações de enaltecimento ou desculpabilização de Fernão Gonçalves e omissões de referências à submissão original a Leão. Estas e as outras características anteriormente enumeradas são estudadas com maior detalhe e exemplos em Inés Fernández-Ordóñez, 2000b, ponto IV.

[117] A "versão crítica" não transcreve os acontecimentos que rodearam a morte do Cid, remetendo os seus leitores para o local próprio a fim de evitar o sobredesenvolvimento da história: "e porque en la su estoria se contiene de cómmo murió e lo que acahesçió a la su muerte, por esso non los pusimos aqui por non enbargar esta estoria." (Cr20R: 243b). Menos ainda são as crónicas que transcrevem as aventuras de juventude do herói castelhano.

[118] Para uma relação ordenada das versões e variantes das diversas partes constituintes da *Estoria de Espanna* consultar o Apêndice 18 organizado por Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit.", *op. cit.*, pp. 315-332) bem como a síntese exposta pela mesma autora em (1993-94) e *idem*, "Apéndice – La transmisión textual de la «Estoria de España» y de las principales «Crónicas» de ella derivadas", *idem* (ed.), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000, pp.219-260.

[119] Casos típicos são, por exemplo, o da perdida *Tradução da Variante Ampliada da Crónica Geral de Espanha*, segundo Luís Filipe Lindley Cintra mas que para Diego Catalán já recebe a denominação de *Versão Galaico-Portuguesa da Crónica Geral de Espanha*. Outros casos paradigmáticos serão a *Crónica* de Ocampo (também conhecida como *Tercera Crónica General* e que é composta pelas denominadas *Crónica General Vulgata* e *Crónica Ocampiana*) ou as *Estorias del fecho de los Godos* (também conhecidas como *Cuarta Crónica General* ou como *Traducción Interpolada del Toledano*).

[120] Como é explicitado no texto adscrito ao início do ms. E1: "Onde si por las cosas pasadas quiere alguno saber las venideras, non desdenne esta obra, mas tengala en su memoria. Muchas vezes conviene esto leer, ca podemos muchas cosas ver, por las quales te aprouecharas et en las cosas arduas ensennado te faras; ca ssaberas qualquier cosa si es açepta la tal o si es ynepta, vayas ante al fin, o el fin a las muy buenas cosas se mueua, por el qual fuyendo de las cossas peores tomaras las meiores." (PCG: I, 2).

magnates da alta nobreza, o que se verifica, certamente, na sequência das modificações levadas a cabo aquando da elaboração da "versão retoricamente amplificada". O espaço textual dedicado aos feitos dos grandes senhores aumenta nos períodos mais conturbados de disputa pelo poder durante a menoridade de alguns soberanos, o que, de certa forma, até seria justificável, ou de esperar, dado o grau da sua intervenção nesses momentos[121]. No entanto, o acréscimo também se verifica no que respeita às façanhas guerreiras que tiveram lugar nas conquistas mais recentes[122]. É certo que estes desenvolvimentos não ofuscam as amplificações retóricas e os louvores que cercam os reis, sempre que os seus actos (ou reinados em geral) se inscrevem numa política de unificação peninsular, como se verifica, nomeadamente, com Fernando I, "Par de Emperador", com o seu filho, o rei Afonso VI, com o imperador (mesmo se auto-proclamado) Afonso VII e com Fernando III, pai do rei Sábio. O tema do louvor generalizado aos soberanos é um tópico presente em todas estas realizações cronísticas. Surge nas fontes de Afonso X, é acentuado pela teia de alusões imperiais do rei Sábio e nunca é abandonado pelo imaginário geral deste tipo de texto. No entanto, o tema acaba por ter, igualmente, que ombrear com os feitos levados a cabo por vassalos guerreiros e/ou, sobretudo, por membros de ordens religiosas em quem o poder real também, progressivamente, se ia apoiando, nomeadamente no que respeita à prossecução do movimento de Reconquista.

Outra forma de afastamento relativamente ao espírito do trabalho afonsino consiste na desconstrução do modelo neo-gótico. Também na esteira das

---

[121] Caso do período da menoridade de Henrique I ou de Fernando III. Note-se, no entanto, que, durante estes períodos, não podia deixar de se esperar um maior protagonismo por parte dos nobres quando estes disputaram a tutela dos reis menores. É, porém, de salientar que os trechos em questão são acentuados e desenvolvidos (nomeadamente no que respeita a lutas entre facções) muito para além da simples menção ou descrição rápida pela qual poderiam, certamente, ter optado as crónicas.

[122] Sobretudo nas conquistas que tiveram lugar durante o reinado de Fernando III. Também o acréscimo das dimensões da narrativa das façanhas do Cid em algumas variantes pode ser vista como uma realização desta tendência. Acresce, ainda, a propensão para incluir longas listas com os nomes dos que participaram em cada feito, como por exemplo na PCG: II, 395 (cap. 691), 402 (cap. 699), 404 (cap. 700) ou, na Cr20R: X, 207-8 cap. xiii ou XIII, 284 cap. xxxii. Para uma resenha dos traços dominantes que marcaram a historiografia posterior a Afonso X, nomeadamente a fase onde predominou uma visão pró-aristocrática liderada por D. Juan Manuel e à qual se seguiu uma reafirmação da realeza com a emancipação de Afonso XI (e que vai procurar recuperar a tradição afonsina), constituindo-se assim duas correntes historiográficas antagónicas, ver Ludwig Vones, "Historiographie et politique: l'historiographie castillane

modificações já verificadas na elaboração da "versão retoricamente amplificada" e igualmente fruto da evolução social e das mentalidades da época, esta tendência cristaliza-se na reorganização do manuscrito régio escurialense, em tempos de Afonso XI. Com efeito, e como demonstrou Diego Catalán (1997), o que anteriormente fora encarado como um *continuum* e que constituiria o ms. E1(orig.) foi, em tempos de Afonso XI, truncado, de forma a formar dois códices, um de material originalmente afonsino, mas que terminaria com a invasão muçulmana (ms. E1), e outro (ms. E2), cujo início é ainda composto pelo resto do que teria sido o ms. E1(orig.), logo seguido da "versão retoricamente amplificada" e mais textos. Este segundo códice relata exclusivamente os acontecimentos que tiveram lugar durante a Reconquista cristã, operando assim uma fronteira anteriormente desconhecida.

Provavelmente na sequência deste espírito, algumas crónicas circularam só com a narrativa do período da Reconquista. Apesar de um certo número de textos ainda continuar a manter excertos sobre uma antiguidade mais ou menos remota[123], é inegável a tendência geral para a acentuação e para o desenvolvimento dos acontecimentos mais próximos. É verdade que esta é uma característica que pode ser entendida no âmbito de uma constante inerente aos relatos historiográficos pois, quanto mais recentes são os factos narrados, mais e maiores são as fontes disponíveis. Por isso, o relato dos momentos mais recentes pode ter tendência para ser empolado em detrimento dos períodos mais antigos, que se vão diluindo ou mesmo esquecendo. Mas esta acentuação é tanto mais notória quando vemos que alguns dos ramos textuais levam esta tendência ao ponto de ignorar completamente o passado mais remoto, como sucede com a *Crónica de Veinte Reyes*[124]. Este pormenor basta para que toda a rede de alusões

---

aux abords du XIVe siècle", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 177-188.

[123] Caso da *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel (e, logicamente, daquela que teria estado na sua origem, a **Crónica Manuelina*). Para uma visão panorâmica da quantidade de mss. que mantêm os trechos mais antigos da história peninsular e os que se limitam a narrar os acontecimentos mais recentes consultar os dados apresentados por Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, pp. 315-332 (Apêndice 18).

[124] Apesar da pertinência da distinção entre "crónicas" e "versões" desenvolvida por Diego Catalán (nomeadamente em 1962 e 1997) e sumariada por Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit.", *op. cit.*, I, 1), a *Crónica de Veinte Reyes* continuará aqui a ser denominada como tal independentemente de se tratar de

imperiais, sabiamente tecida nos capítulos iniciais, seja destruída. Com efeito, o Sacro Império e o Império Hispano não coincidiram, em glória, na pessoa de Afonso X, o que, logicamente, não pôde constituir o final apoteótico talvez planeado para a *Estoria de Espanna*[125]. Os anos que se seguiram ao reinado de Afonso X viram, pelo contrário, como esses ideais se desmoronaram, seja pela forma como a história internacional se desenrolou, tendo o Sacro Império sido alcançado pela casa de Habsburgo, com Rudolfo I, seja porque a afirmação e independência dos cinco reinos peninsulares impossibilitava qualquer hipótese hegemónica peninsular.

Perdidas as ilusões imperiais, o texto cronístico centra-se sobretudo no seu aspecto didáctico. A formação moral e ética do público é um dos traços que a produção literária vai acentuar sob Sancho IV[126]. Vemos assim como os paradigmas de exemplos positivos e negativos, já bastante salientados nos textos afonsinos, continuam e desenvolvem-se nos relatos posteriormente retrabalhados ou elaborados como continuação.

Na prossecução destas intenções, como exemplo do paradigma positivo, são elucidativos os argumentos que Fernão Gonçalves usa para incentivar os seus homens ao combate, lançando mão para isso, como não poderia deixar de ser, da narrativa de exemplos de glória e heroísmo:

> Quando el rey Rodrigo perdio la tierra, assi como sabedes, non finco en toda Espanna tierra de cristianos sinon Asturias et Castiella Uieia sennera; et es esta en que nos uiuimos agora, et

---

uma representante da "versão crítica" afonsina, como o demonstrou Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*. Apesar das variações que apresentou no seu título (*Once* ou *Veinte Reyes*), este ramo textual tem por tradição características definidas dado que circulou independentemente com dimensão e constituição próprias.

[125] Esta hipótese foi colocada por Charles F. Fraker (1996), nomeadamente em "Alfonso X, the Empire and the Primera Crónica", pp. 155-169 e resumida na p. 113. Sobre o assunto, ver o que já foi referido na nota 80 de esta I Parte. No que respeita à questão da convergência dos ideais romano-visigodos de uma Espanha unida no projecto afonsino ver ainda Roberto Julio González-Casanovas, "Alfonso X's Concept of Hispania: Cultural Politics in the Histories", Simon Forde, Lesley Johnson e Alan V. Murray (eds.), *Concepts of National Identity in the Middle Ages*, Leeds, Leeds Texts and Monographs, 1995, pp. 155-170.

[126] Rei que liga o seu nome a uma das produções do género, os *Castigos y Documentos para bien vivir ordenados por el rey don Sancho IV*. No entanto, há que acentuar que este traço não consistia numa característica menor já nos trechos afonsinos, muito pelo contrário, podendo aí ser igualmente encontradas referências a espelhos de príncipes, como por exemplo no caso da alusão à obra de Plutarco,

> la que nuestros auuelos deffendieron com muy grand lazeria, ca fueron muy affrontados por que eran pocos et tenien muy poca tierra, et padescieron mucha lazeria de guerra et de fambre. Et com todo aquello, de lo ageno siempre ganaron, et de lo suyo non perdieron; et por miedo de muerte non quisieron fazer yerro nin cosa que les mal estidiesse. Et por esta carrera uencieron sos enemigos. Et lo que ellos fizieron deue a nos uenir emient, et acordandonos dello et guardandolo, nuqua erraremos. (PCG: II, 393a)

O heroísmo continua pois a ser aqui apresentado como uma atitude quase "contagiosa", passível de expansão graças ao exemplo de feitos anteriores. Cada façanha é mais um passo, não só na conquista das Espanhas, como também numa espiral heróica que tenta, perpetuamente, ultrapassar-se.

Por outro lado, e no que respeita ao paradigma dos exemplos negativos, a condenação da guerra civil e da divisão territorial também é um traço que, sobremaneira acentuado na "versão crítica", se mantém na maioria das variantes. O eco destes valores está patente, de forma bastante nítida, na narrativa das dissensões que opõem os filhos de Fernando I depois da partição do reino. Com efeito, este relato é antecedido, em alguns testemunhos, por uma série de referências que, de forma provavelmente não inocente, relembram os primórdios da dispersão dos gigantes pelo Mundo em consequência do castigo divino sobre Babel (PCG: II, 492b-493a). Concomitantemente, as alusões mais subtis são acentuadas, agora de forma explícita, por diversos relatos e alusões que põem de manifesto o repúdio pela guerra entre cristãos em geral, mormente entre irmãos de sangue e sobre cujos actos pendia uma maldição paterna (PCG, II, 494a-496b e 597b-498b), como adiante será analisado em maior detalhe.

Não será certamente impossível que estejam subjacentes a estes textos alguns materiais afonsinos já preparados ou, em alternativa, que quem elaborou tais narrativas estaria ainda bastante imbuído pelo sistema de valores construído em tempos do rei Sábio uma vez que, com frequência, os textos se enquadram tão perfeitamente na lógica dos relatos anteriormente aduzidos.

---

amo de Trajano: "E este Plutarco fizo a Traiano ell emperador un libro muy noble dell ensennamiento de las buenas costumbres en que muestra qual deue seer todo sennor;" (PCG: I, 143a).

O que sucede com os exemplos positivos e negativos verifica-se igualmente no que respeita a outras características que certamente também dependem de bases textuais de elaboração afonsina. É o caso de ocasionais, mas bastante recorrentes, alusões ao passado godo com vista ao estabelecimento de associações que, dada a mentalidade evidenciada em modificações posteriores, teriam bem menos razão de ser no âmbito dos períodos em questão. No entanto, várias foram as referências que essas narrativas não escamotearam, fossem elas mais negativas, como sucede com a justificação do carácter violento de Sancho II com base no argumento da persistência do sangue godo nas suas veias[127], fossem elas de carácter positivo, como se verifica com reiteradas alusões tópicas aos diversos reis que ao longo do tempo vão confirmando as leis godas[128]. No que respeita a este último paradigma de associações, a sua manutenção poderá, em grande parte, dever-se ao facto de ele constituir uma peça muito importante na construção da série analógica do conjunto dos soberanos preocupados com a manutenção da ordem, o que reenvia, de novo, à cadeia das figuras positivas.

O facto dos textos reelaborados só manterem ou continuarem parte da teia lógica preparada pelo rei Sábio faz com que os relatos assumam um carácter misto. No caso do neo-goticismo, a truncagem parcial levada a cabo no que respeita às alusões ao estatuto dos cristãos da Reconquista como herdeiros do reino godo unificado, não colide, de forma drástica, com a manutenção de diversas alusões legais ou genéticas. Uma vez que não é proposto nenhum contra argumento, o neo-goticismo é meramente atenuado por omissão.

---

[127] A fonte latina deste trecho encontra-se no Toledano onde é evidente um tom de crítica muito acentuada à ambição e violência de Sancho II (DeRH: VI, xiiii). Esta posição é posteriormente transformada num texto onde a crítica à violência é atenuada em prol de uma acentuação da questão da herança do sangue godo, de cariz mais explicativo que de desaprovação, o que se coaduna com noções defendidas por Afonso X (caso do neo-goticismo e do direito do primogénito à sucessão) mesmo quando transmitido por textos posteriormente reelaborados: "Et porque assi como dize ell arçobispo don Rodrigo, el sennor non quiere otro par en el sennorio, otrossi los menores non quieren otro mayor de si; et los reys de Espanna uinieron de la fuerte sangre de los godos, por que acaescio muchas uezes que los reys godos se mataron hermano a hermano por esta razon; este rey don Sancho descendiendo del linnage de los godos, et seyendo el fijo mayor et herdero del rey don Fernando, non se touo por complido con el regno de Castiella nin de quanto tenie de Nauarra, et quiso cobrar lo que tenien los hermanos et mostrosse por muy fuerte contra ellos, non queriendo que ellos ouiessen ende mas de quanto les el diesse por su mesura." (PCG: II, 495a). Para a Cr20R: VIII, xviiii.

[128] Este tema ocorre seja na Cr20R: 142 (VI, xvii) ou 165 (VIII, i) seja na PCG: II, 463 (cap. 776) ou 483 (cap. 802).

No entanto, verificamos outros casos onde os desacordos se tornam mais evidentes, traço que se concretiza numa maior tendência para o dialogismo entre as fontes utilizadas, patente nos textos mais reelaborados[129]. Esta característica poderá, talvez, dever-se a modificações do processo elaborativo, uma vez que o sistema de tratamento prévio e a miscigenação progressiva das fontes, próprios do *scriptorium* afonsino, seria demasiado difícil de manter a partir do momento em que o trabalho deixou de ter por base essa estrutura de apoio, que se concretizava num esforço colectivo e de equipa, levado a cabo em etapas sucessivas, e que permitia realizações mais complexas. Sendo a uniformização textual mais superficial, as diversas vozes subjacentes adquirem maior nitidez provocando, por vezes, fricções. Estas poderão verificar-se um pouco na esteira da "versão crítica", no âmbito do embate entre os relatos orais e escritos. As fontes jogralescas, se por um lado são cada vez mais bem vindas pela vivacidade e emoção que dão ao relato, tornando-o assim mais atraente, não deixam, no entanto, de ser frequentemente desvalorizadas face às autorizadas fontes escritas, consideradas como dignas de maior crédito[130]. No entanto, também continuam as dissensões entre fontes escritas que se opõem lançando dúvidas entre si:

> Et pero que asi sea la verdat commo el arçobispo don Rodrigo dize, cuenta don Lucas de Tuy que [...] (PCG: II, 357a)[131]

Concomitantemente, outras características já constatadas nos textos afonsinos são mantidas, por vezes, com bastante zelo, como seja a preocupação

---

[129] A título de curiosidade, podemos indicar algumas passagens que no II volume da PCG apresentam ou referem diferentes versões acerca de um facto ou acontecimento. PCG: II, 351 (cap. 617), 354 (cap. 619), 355 (cap. 622), 356 (cap. 623), 357 (cap. 623), 358 (cap. 626), 365 (cap. 639), 375 (cap. 655), 376 (cap. 655), 408 (cap. 706), 471 (cap. 788), 491 (cap. 810-11), 501 (cap. 822), 515 (cap. 840), 521 (cap. 847), 527 (cap. 855), 547-48 (cap. 877), 648 (cap. 966)...

[130] "Pues non ueemos nin fallamos que Carlos ganasse ninguna cosa en Espanna, ca bien a quatrocientos annos que el murio; onde mas deue omne creer a lo que semeia com guisa et com razon de que falla escritos et recabdos, que non a las fablas de los que cuentan lo que non saben." (PCG: II, 356b).

[131] Surgem ainda elementos idênticos aos já referidos anteriormente como momentos de contraposição de versões sem tomada de posição: PCG, II, 326 (cap. 571), 354 (cap. 619) ou 649 (cap.966).

com o fio da história[132], que é, no entanto, cada vez mais desafiada pela tentação da digressão, pela dispersão, que vai tomando contornos progressivamente mais e mais literários. Esta última tendência é particularmente aparente graças à integração extensa de relatos épicos que, por exemplo, no caso do Cid, passam gradualmente a integrar infâncias[133] e o que, à semelhança do que sucede com os cantares de gesta franceses, poderíamos denominar de "moniage"[134]. Acresce ainda o acentuar do carácter extra-humano que vai rodear certas personagens, apresentadas como seres de excepção, "eleitos de Deus"[135], receptáculos de comunicações e de ajudas divinas[136], quando não destinatários de agoiros, profecias e sonhos premonitórios[137]. Esta inclinação atingirá o seu culminar na *Crónica Fragmentária* que eleva consideravelmente o espaço textual dedicado a textos de carácter mais marcadamente literário e novelesco. Na base deste processo teria estado a denominada **Grande Estoria de los Reyes Moros que ovo en África [que aseñorearon a España]* do mestre Sigisberto, hoje perdida. Esta "Estoria" desenvolveria diversos temas épico-lendários, seja de inspiração

---

[132] Donde a preocupação com a ordem, com o contar no "lugar conveniente" que surge, por exemplo, na PCG: II, 430 (cap. 734), 442 (cap. 743), 454 (cap. 764), 473 (cap. 790), 475 (cap. 792), 653 (cap. 973)... além de inúmeras referências remetendo para o que foi ou terá sido dito ou contado antes ou o será posteriormente.

[133] Ausente da PCG, da CrAbr e da Cr20R, o relato dos feitos de juventude do Cid durante o reinado de Fernando I surge na TradGall: caps. 178-180, 183-185 e 187; na 1344a: caps. 336-340, 343-345 e 347 e na 1344b: caps. CDXLV-CDXLVII, CDL-CDLII e CDLIV.

[134] Ausente da Cr20R, o trecho que relata os acontecimentos guerreiros e miraculosos que rodearam a morte do Cid e os tempos que se lhe seguiram surge na PCG: cap. 951-955; na CrAbr: caps. CLIIII-CLVIII; na TradGall. caps. 444-450; na 1344a: caps. 606-610 (trunc.) e na 1344b: caps. DCLXXIII-DCLXXXIX.

[135] O que vem, de certo modo, substituir a noção anterior e pagã de "cavaleiro fadado". Esta cristianização pode ser encontrada, por exemplo, no relato da história de Fernão Gonçalves (Cr20R: III, 11 – cap. 106) ou na do Cid (Cr20R: X, 214 – cap. xxiiii).

[136] Tanto Fernão Gonçalves como o Cid estabelecem contactos com o divino, recebendo ordens, informações, manifestações várias ou mesmo ajuda efectiva (geralmente concretizada no exército de anjos brancos conduzido por Santiago "matamouros"). Cr20R: III, 98 cap. iii, 100 cap. iiii, 102 cap. vi, X, 206 cap. x, 232 cap. lxi. Mais anúncios e ajudas divinas verificam-se na Cr20R: VIII, 168 cap. vi e 172 cap. xiiii (para Fernando I), X, 245 cap. lxxxviii (Afonso VI), XII 266 cap. xvi (Afonso VII), XIII, 275 cap. xi (para Fernando II de Leão) e ainda 283 cap. xxxi, 284 cap. xxxii e XIV, 308 cap. xxiii.

[137] Os agoiros surgem, por exemplo, nas histórias dos sete infantes de Salas (Cr20R: V, 123 cap. ix) ou na do Cid (Cr20R: X, 205 cap. ix, 225 cap. xlvi). No que respeita a profecias, a mais forte será, certamente, a de Arias Gonçalo relativamente às lutas fratricidas que se seguiram à divisão dos reinos por Fernando I (Cr20R: IX, 182 cap. iiii ou 183 cap. vi) assim como as que se referem a Fernão Gonçalves (Cr20R: II, 89 cap. vi). Finalmente, quanto a sonhos premonitórios, pode ser apontado o do rei mouro de Toledo relativamente ao futuro Afonso VI (Cr20R: IX, 186 cap. xiii). Ver ainda o que foi referido na nota 78 de esta I Parte.

francesa, seja mais exclusivamente peninsulares e terá influenciado a redacção das diversas crónicas e versões com que entrou em contacto desde os tempos do rei Sancho IV (último quartel do séc. XIII)[138].

No entanto, podemos, ainda, verificar que, independentemente de algumas modificações mais ou menos extensas, em termos gerais, as preocupações básicas subjacentes às múltiplas reelaborações continuam a remeter para questões idênticas às que ocuparam os membros do *scriptorium* afonsino, como seja a ética, a estética e a didáctica. No momento em que termina o relato do Toledano que, até aí, tinha servido de base estrutural à composição, surgem algumas considerações de índole teórica, reiterando o velho *topos* do *docere et delectare* que, desde a Antiguidade, caracterizava as finalidades mais altas do discurso retórico e que são aqui equacionadas com os dois procedimentos básicos da *dispositio*: a *amplificatio* e a *abbreviatio*, elementos essenciais para a construção de qualquer discurso que se queira retoricamente eficiente:

> Manera es de los estoriadores et de todos quantos començadores de razones et de grandes fechos estorialmiente quisieron departir, de emendar sienpre en las razones pasadas – que fallaron daquellos que ante que ellos dixieron, sy les vino a punto de fablar en aquella misma razon – alguna mengua, et de escatimar y et conplir lo que en las dichas razones menguado fue. (PCG: II, 737a)

Deste modo, as intervenções são encaradas como lícitas, quando não, mesmo desejáveis. Na sequência da imagem de Bernardo de Chartres, os anões continuam a subir aos ombros de gigantes. No entanto, nesta escalada que, no fundo, espelha o processo de formação e consolidação das autoridades medievais[139], tanto os gigantes como os anões vão evoluindo. Incorporado ao

---

[138] Esta fonte e os textos historiográficos por ela influenciados foram estudados por Diego Catalán (1992, cap. VII: "La 'Estoria de los Reyes Moros que ovo en África que aseñorearon a España' de Sigisberto y la 'Crónica Fragmentária'", pp. 157-183).

[139] Sobre a questão da "autoridade", da reelaboração sucessiva e do inacabamento característico dos textos medievais de maior sucesso, ver Mary J. Carruthers, *The Book of Memory. A study of memory in medieval culture*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, sobretudo cap.6: "Thus, both "authority" and "author" were conceived of entirely in textual terms, for an "auctor" is simply one whose writings are full of "authorities". And an "author" acquires "authority" only by virtue of having his works retained "sententialiter" in the memories of subsequent generations [...] Both the word *auctor* and the later

próprio devir histórico que tentou dominar, Afonso X passa a integrar o passado e, consequentemente, a ser personagem (seja como autoridade textual seja como protagonista) das histórias que ele próprio desencadeou e que nem sempre o tratarão como ele, certamente, o teria desejado. Na verdade, os textos posteriores, umas vezes por incompreensão, outras vezes devido a modificações sociais, políticas e ideológicas, acabaram por esquecer, ou modificar, alguns dos marcos que Afonso X semeou para o futuro, já não como estátuas bem visíveis, em pedra perene, mas em ideias e noções dirigidas aos olhos do espírito[140].

synonym, *originalis*, are related closely to the traditional metaphor of literature as a great river flowing over time from a *fons* or "source"." pp. 190-91.

[140] "mas pero Esiodo dize enel cabo que estas palabras de nuestro sennor Dios e de Moysen, que se deuen catar e guardar segund aquello que quieren dar a entender spirital mientre, e por esta razon son de tener por buenas aquellas pallabras dela Biblia e lo que nos sobrellas departimos." (GE: I, 574a).

4. Reelaborações do modelo afonsino no Ocidente da Península Ibérica

No extremo ocidental da Península Ibérica, é possível identificar um ramo relativamente circunscrito de "Estorias de Espanha" [141]. Este grupo de manuscritos caracteriza-se, de forma evidente, pelos seus traços linguísticos, uma vez que se trata de traduções da anterior historiografia, em castelhano, agora vertida, primeiro, para o galego[142] e, posteriormente, para o português[143].

---

[141] Deste grupo serão aqui considerados os seguintes textos:

- *Tradução Galega*. Para este texto foi usada a edição de Ramón Lorenzo, *La Traduccion Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", 1975). As referências a este texto terão a seguinte forma: **TradGall: nº pág.** (ou **cap.**). Saliente-se que esta edição se baseou num ms. que, começando por seguir uma *Primera Crónica General*, interrompe esta cópia para passar a seguir a sua refundição conhecida como *Crónica de Castilla*, completada, por sua vez, com a *Crónica Particular de San Fernando* (segundo o texto da *Primera Crónica General*). O trecho que cobre o período de Fernando I a Afonso VI foi ainda objecto da Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, em 1958, por Jorge Manuel de Morais Gomes Barbosa com o título "Crónica de Castela (ms.8817 da Biblioteca Nacional de Madrid", composta por 3 volumes: 1 – Elementos para o estudo linguístico, 2 – Texto e 3 – Glossário.
- *Crónica de 1344* (1ª redacção). Para esta redacção foi usada a edição parcial de Diego Catalán e María Soledad de Andrés (Diego Catalán e María Soledad de Andrés (eds.), *I Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970). A continuação desta crónica foi consultada graças ao microfilme do ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca. As referências a este texto terão a seguinte forma: **1344a: nºpág.** ou **nº fol r** ou **v**, consoante os casos, ou **cap.** (a minha numeração dos capítulos do ms. 2656 da B.U.S. continua a numeração da edição parcial).
- *Crónica de 1344* (2ª redacção). Para esta redacção foi usada a edição de Luís Filipe Lindley Cintra (Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, lisboa, I.N.-C.M., 1954-1990). As referências a este texto terão a seguinte forma: **1344b: nº vol., nº pág.** (ou **cap.**).

[142] Foi traduzida para galego uma versão da *Estoria de Espanha* (entendida aqui *lato sensu*) e cujas características são apontadas na introdução à edição aqui utilizada. A tradução parcial do primeiro livro da *General Estoria* foi editada por Ramón Martinez-Lopez, *General Estoria – Version Gallega del siglo XIV*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1963. No que respeita aos testemunhos mss. existentes, a sua listagem está integrada na base de dados BITAGAP acessível na seguinte morada: http:// sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP.html.

[143] Trata-se das duas redacções da *Crónica de 1344*. Salvaguarde-se, no entanto, que, no caso da primeira redacção, não subsistem mss. em português. Só existem textos mais ou menos incompletos e em castelhano, ou seja, fruto de uma tradução posterior e de sentido inverso. No que respeita à *General Estoria* só subsistem fragmentos do que teria sido uma tradução para o português levada a cabo, provavelmente, nos finais do séc. XIV. Sobre este assunto ver Mário Martins, "Fragmentos medievais portugueses", *Brotéria*, L (4), 1950, pp. 403-14; Luís Filipe Lindley Cintra "Sobre uma tradução portuguesa da 'General Estoria' de Afonso X", *Boletím de Filologia*, XII, 1951, pp. 184-91 e, mais recentemente, Ramón Lorenzo, "General Estoria" Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org. e coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 291-293. No que respeita aos testemunhos mss. existentes, a sua listagem está integrada na base de dados BITAGAP acessível na seguinte morada: http:// sunsite. berkeley.edu/ Philobiblon/ BITAGAP. html.

Esta particular sub-família textual distingue-se, igualmente, a nível ideológico, graças a um crescendo que tem o seu início na *Traducción Gallega*, e que atinge o seu apogeu na segunda redacção da *Crónica de 1344*[144], uma narrativa que tanto tem sido considerada como "a mais antiga refundição da Crónica de Afonso, o Sábio"[145], como o último texto cronístico a pôr em prática métodos de composição historiográfica[146]. Com efeito, sendo mantidos diversos traços comuns e sem que se perca o "ar de família" que une os múltiplos ramos desta intrincada e frondosa árvore textual, as crónicas do Ocidente da Península Ibérica são, também, indelevelmente sectárias, sobretudo no escamotear dos ideais imperiais anteriormente realçados por Afonso X.

A *Tradução Galega*, ligada provavelmente a um centro intelectual sediado em Mondoñedo[147], recolhe um texto já bastante reelaborado e que ignora a história anterior ao início do reinado de Ramiro de Leão. Apesar de começar por seguir a versão da *Primera Crónica General*, fá-lo já para um momento em que esta crónica representa a "versão retoricamente amplificada", logo posterior aos trechos que veiculavam o texto da "versão régia" da *Estoria de Espanna*[148]. Esta tradução inscreve-se, pois, nos ramos da família textual que optaram por ignorar

---

[144] Salvaguarde-se que de acordo com os estudos levados a cabo, nomeadamente por Diego Catalán, 1992 (cap. VIII: "La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo historiográfico *Estoria de España* – nuevas precisiones", pp. 185-196) e 1997, o texto galego aqui utilizado não é a fonte directa da *Crónica de 1344*, papel que terá sido desempenhado sim pelo seu arquétipo. Saliente-se também a existência de uma historiografia portuguesa anterior já marcada por uma forte identidade e que contrasta com as teses defendidas pela corrente historiográfica asturiana. Sobre esta questão ver Pierre David (ed.), "Annales Portugalenses Veteres", *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa / Paris, Portugália / Les belles lettres, 1947, pp. 257-340. Cabe ainda salientar que os textos portugueses não foram os únicos que, na Península, se terão apropriado do fundo historiográfico afonsino a fim de o manipular em proveito próprio. O mesmo se verifica, por exemplo, com a *Crónica d'Espayña* de García de Eugui que, na última parte do séc. XIV, usa amplamente os materiais afonsinos como fonte de uma narrativa onde se procura valorizar o estatuto peninsular de Navarra, conforme é salientado no estudo que antecede a edição do texto: Aengus Ward (ed.), *Crónica d'Espayña de García de Eugui*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1999, pp. 102-104.

[145] De acordo com Luís Filipe Lindley Cintra que refere as opiniões de Ramón Menéndez Pidal, na Introd. à ed. da *Crónica de 1344*, vol. I, p. CXCIII.

[146] "No hay, pues, en las crónicas por lo general (con la honrosa excepción de la crónica del conde don Pedro de Barcelos) composición historiográfica, sino simple colación de textos preexistentes." (Inés Fernández-Ordóñez: 1993-94, p. 125).

[147] Hipótese colocada por Diego Catalán: 1997, p. 240.

[148] O primeiro capítulo da TradGall editada corresponde ao cap. 628 da PCG, posterior pois ao fim do que seria o ms E1(orig) que terminaria no cap. 616 da PCG.

o passado peninsular mais remoto (com toda a construção ideológica que lhe estava subjacente) para insistir numa história centrada na Reconquista cristã.

Já a primeira versão da *Crónica de 1344* evidencia um certo sentimento de falta relativamente a uma história da Antiguidade. Independentemente de ter integrado uma primeira tradução galega, hoje perdida, o labor historiográfico levado a cabo por D. Pedro Afonso, conde de Barcelos (morto em 1354), filho bastardo de D. Dinis, por seu turno, neto de Afonso X, vai tentar recuperar alguns elementos do passado mais distante ausentes das fontes manuseadas para os períodos posteriores[149]. No entanto, e certamente por uma questão de exiguidade de fontes, este primeiro texto em português acaba por exibir um carácter misto, na medida em que resolve a falta de material afonsino para as épocas mais antigas com outras fontes, de tipo distinto, ou seja, uma série de listagens genealógicas de carácter muito tradicional, à imagem das cronologias de Eusébio-Jerónimo[150].

Este facto contrasta com a hipótese colocada por Diego Catalán segundo a qual o ms. E1(orig.) teria estado em Portugal durante algum tempo. Esta possibilidade baseia-se numa referência que surge no testamento da infanta D. Branca de Portugal, neta de Afonso X, por parte de D. Beatriz, filha bastarda, mas favorita, do rei Sábio e segunda mulher de Afonso III de Portugal, igualmente, mãe de D. Dinis. No entanto, se este ms. esteve em Portugal, não se verifica qualquer indício desse facto, uma vez que D. Pedro Afonso não terá tido acesso nem a essa obra, nem a uma qualquer cópia que tivesse sido levada a cabo em Portugal, uma vez que teve que proceder a todo um trabalho de base para o período mais antigo.

---

[149] Salvaguarde-se, no entanto, que o texto que terá servido de base ao trabalho historiográfico de D. Pedro Afonso seria um ms. * hoje perdido, presumivelmente também o mesmo que esteve na base do ms. A1 (em Galego) que, no entanto, terá feito uma cópia mais descuidada (Diego Catalán: 1997, pp. 292-93). Depreende-se pela ausência dos trechos relativos à história mais antiga na TradGall e pelos acrescentos levados a cabo na 1344a que este ms. * estaria também truncado no que respeita aos períodos mais remotos. Ver ainda José Mattoso, "Sur les sources du comte de Barcelos", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., 1991, pp. 111-116.

[150] No que respeita às fontes desta crónica ver o estudo introdutório à sua edição parcial por Diego Catalán e María Soledad de Andrés (eds.).

Acresce ainda o facto que, como refere Diego Catalán[151], D. Beatriz, uma vez morto o seu marido (em 1279), terá regressado a Castela e acompanhado o seu pai, em Sevilha, até à sua morte, em 1284. Somando a estes dados uma referência a D. Branca que surge no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[152] e que sugere uma muito longa estadia desta infanta fora de Portugal, torna-se possível pôr em dúvida se alguma vez este ms. terá realmente estado em Portugal. Mesmo se durante algum tempo permaneceu neste país, dada a duração da estadia das suas presumíveis possuidoras fora de Portugal, essa permanência foi, provavelmente, tão fugaz que não terá dado azo à subsistência de traços da sua passagem na historiografia portuguesa, ao contrário do que se verifica com o ramo da "versão crítica"[153].

Com efeito, será só na sua segunda redacção que a *Crónica de 1344* recuperará a versão afonsina dos períodos mais antigos, apresentando, por isso, um texto estilisticamente mais elaborado e mais uniforme, uma vez que já não se verifica a mudança brusca de tom que a primeira redacção evidenciava ao saltar da organização analística para um discurso mais descritivo e detalhado. No entanto, parece que o reformulador desta crónica também não terá conhecido o referido ms. E1(orig), uma vez que a divisão de capítulos que o seu texto apresenta parece aproximar-se mais da distribuição patente nos representantes da "versão vulgar"[154].

---

[151] Diego Catalán (1997), p. 260.

[152] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (editado por José Mattoso, "Livro de Linhagens do Conde D. Pedro", *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, 2 vols – daqui em diante **LLCDP**) 7C9: "a ifante dona Branca, que morreo nas Olgas de Burgos, onde foi sempre senhora, e i jaz, ca nunca quis seer casada.".

[153] Com efeito, cabe aqui referir que este percurso por Portugal também poderia ser atribuído a um manuscrito da "versão crítica", sobretudo porque essa tradição se reflecte, efectivamente, na historiografia portuguesa em questão, como o próprio Diego Catalán refere (1997), por exemplo, na p. 229, e que foi amplamente demonstrado pelos estudos de Luís Filipe Lindley Cintra no que respeita às relações entre a *Crónica de 1344* e a *Crónica de Vinte Reis* (mormente na Introd. à sua ed. da *Crónica de 1344*). Além desta filiação textual concreta, acresce ainda o facto de D. Beatriz ter acompanhado os últimos anos de vida de Afonso X, momento em que, de acordo com a investigação de Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, a "versão crítica" teria sido composta.

[154] Uma característica verificada igualmente por Diego Catalán (1997), pp. 67 e 72. Para uma resenha das principais características e diferenças no que respeita à narrativa do período da história mais antiga, tendo em consideração o texto editado como PCG e as duas redacções da *Crónica de 1344*, ver António Fournier, "A primeira parte da *Crónica Geral de Espanha de 1344*: o texto e a sua construção" (Tese de

É ainda de sobremaneira interessante verificar como a segunda redacção da *Crónica de 1344*, ao recuperar a narrativa dos tempos mais antigos, fá-lo de forma sobremaneira hábil, na medida em que trunca sistematicamente a sua fonte, de modo a elidir as múltiplas alusões imperiais que povoavam o texto anterior. É certo que afirma em jeito de desculpa o que se segue:

> E, por que esta estoria dos que conquistaron as Spanhas ataa os Godos, fala de muytos que en ella veheron a conquistar, he forçado, por a hordenança da storya hir dereita, que, daqueles principes que en ella veheron e fezeron grandes feitos, que nos os metamos na estoria algũas vezes, tomando hũas cousas pequenas que fazem hordenãça na scriptura, ainda que non tangam muyto aos feitos d'Espanha, e leixando algũus outros grandes feitos que elles fezeron que non pertençẽa esta estoria. (1344b: II, 76).

Assim se opõe à posição anteriormente defendida por Afonso X, segundo a qual,

> Mas por que en los fechos de los romanos tanne mucho de los de Espanna, por esso non podemos escusar que no fablemos dellos. (PCG: I, 84b)

No entanto, e paradoxalmente, a crónica portuguesa copia detalhes exteriores[155] e esquece variadíssimas referências à *Hispania* e aos imperadores de origem ibérica[156]. Porém, esta incongruência ganha sentido quando se constata que é graças à supressão massiva do texto afonsino que se torna possível desconstruir (por omissão) a argumentação e as diversas alusões de carácter imperialista anteriormente construídas por Afonso X. Do mesmo modo, enquanto o rei Sábio apresenta Hércules como o primeiro unificador da Península, a segunda redacção da *Crónica de 1344* dramatiza e amplifica os contornos cavaleirescos da narrativa

---

Mestrado em Literatura Portuguesa Medieval, Lisboa, Universidade Clássica de Lisboa – Faculdade de Letras, 1996).

[155] Caso da enumeração das diversas batalhas que opuseram Aníbal aos Romanos (1344b: II, 84-86).

[156] Nomeadamente Galba, que é eleito Imperador (em oposição a Nero) em Espanha (PCG: cap. 178). Os bons Imperadores Nerva e Trajano (PCG: caps. 190-91) eram naturais da *Hispania*, assim como o "sábio e estudioso" Adriano (PCG: caps. 196, 198). A PCG faz ainda referência a outras figuras ilustres como Quintiliano, "sábio espanhol" (cap. 179) ou Paulo Orosio (cap. 357) depois igualmente esquecidos.

apresentando quase um germe de "Romance Antigo" no qual se diluem os anteriores significados construídos por Afonso X[157].

Esta subtil vontade de sublimar a anterior argumentação afonsina de cariz imperialista, aliada a outras questões a seguir apresentadas, conduz à possibilidade de considerar que a segunda redacção da *Crónica de 1344* possa ter sido levada a cabo não tanto cerca de 1400, como por vezes é referido, mas, mais provavelmente, numa data anterior, no entanto sempre durante o último quartel do séc. XIV. Cabe aqui relembrar que Luís Filipe Lindley Cintra, aquando do estudo que levou a cabo sobre esta redacção, abriu um leque temporal bastante amplo no que respeita à sua datação, inclinando-se, no entanto, para "finais do século XIV"[158]. Desta forma, não seria impossível estabelecer um paralelo com o *Livro de Linhagens* do mesmo autor, que teria sido reformulado até 1383[159]. O tom que a segunda redacção da *Crónica de 1344* exibe evidencia uma atitude de resposta à ideologia afonsina e pós-afonsina[160] que se coaduna com a situação de profunda crise económica e política vivida, em Portugal, nos anos 80 do séc. XIV. No momento em que a primeira dinastia via aproximar-se o seu fim e em

---

[157] Este assunto é analisado com maior detalhe em Isabel de Barros Dias, "Le Duel des Géants", Rosanna Brusegan, Alessandro Zironi, Anne Berthelot e Danielle Buschinger (eds.), *L'Antichitá nella Cultura Europea del Medioevo*, Greifswald, Reineke-Verlag, 1998, pp. 195-205 onde é salientado o tom mais romanesco do texto da *Crónica de 1344* que, ao acentuar uma imagem onde Hércules surge como um exemplo de cavaleiro valoroso, acaba por mitigar a sua dimensão de primeiro unificador do território peninsular que era certamente muito mais atraente para os interesses ideológicos do rei Sábio.

[158] "E de quando data esta segunda redacção? Só se pode responder a esta pergunta com hipóteses de base pouco firme.

A reconstituição da árvore genealógica dos manuscritos leva-nos a supor, como veremos, a existência de um ou talvez de dois códices anteriores a L que, datando seguramente do primeiro quartel do século XV, parece ser o mais antigo dos manuscritos conservados. É esta uma indicação vaga, mas que nos assegura pelo menos que, se o arquétipo da segunda redacção não foi anterior ao início do séc. XV, como é mais provável, pouco posterior poderia ter sido ao ano de 1400.

Por outro lado, verificaremos adiante que o mais antigo texto baseado nesta *Crónica Geral* e já na sua segunda redacção, parece ter sido o da *Crónica de Portugal*, datada de 1419. Os primeiros vestígios da sua influência em textos castelhanos pertencem à primeira metade do século XV. Estes factos também nos fazem pensar como data provável desta redacção da Crónica nos primeiros anos do século XV ou, como me inclino mais a crer, nos fins do século XIV." (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol. I (Introd.), p. XL (sublinhado nosso). Acresce ainda o facto de Lindley Cintra, no fim deste seu estudo continuar a referir: "Na segunda redacção, de fins do século XIV" (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol. I (Introd.), p. CDXVIII. Só posteriormente é que a datação tem sido, genericamente, referida como sendo de *circa* 1400.

[159] O LLCDP terá sido refundido em 1360-65 e logo de novo em 1380-83. Sobre este assunto ver a introdução à edição aqui considerada, pp. 41-50.

[160] Note-se que o texto português manuseou variantes com reescritas que também dificilmente seriam do agrado de um cronista português. Saliente-se a este respeito a constatação de Inés Fernández-Ordóñez (2000b, pp. 56-58) segundo a qual a "versão crítica" parece opor-se à independência portuguesa.

que os perigos de uma invasão castelhana se tornavam cada vez menos hipotéticos para desenvolver os contornos bem definidos de um perigo real e concreto, seria absolutamente inconveniente traduzir *verbaliter* um texto que fazia a apologia de um Império Ibérico e/ou a supremacia de Castela. Um pequeno reino que não tinha cessado de lutar para aumentar o seu território (mormente a sul, contra os muçulmanos) e para manter a sua independência relativamente a vizinhos cristãos consideravelmente mais poderosos (Leão ou Castela-Leão, consoante os períodos), teria forçosamente que reflectir, também ao nível textual e ideológico, uma das questões fundamentais para a Península Ibérica: a afirmação da existência (e do respectivo direito à existência) dos diversos reinos autónomos, em oposição às teorias que defendiam a união sob um Império.

Acresce ainda um pormenor que também poderá apoiar a possível circunscrição da data da elaboração da segunda redacção da *Crónica de 1344* aos anos 80 do séc. XIV. Referimo-nos ao facto de um número significativo de indícios apontar no sentido desta composição poder radicar a sua origem num momento em que seria actual e útil sobrevalorizar o papel de algumas rainhas "perversas", uma característica que indica, de forma bastante sugestiva, o período onde a contestação da influência de D. Leonor Teles se terá feito sentir com maior acuidade.

Não se pretende com esta hipótese contrariar a datação proposta por Lindley Cintra mas sim circunscrevê-la a um período mais curto, com base em indícios que apontam para um período histórico preciso. Estes indícios, independentemente de veicularem uma ideologia misógina, característica de toda uma época, permitem ir mais além na medida em que reflectem, com particular ênfase e de forma bastante específica, as necessidades políticas de um momento determinado. Deste modo, a historiografia cumpre a sua função pragmática mais premente de discurso político interveniente.

Com efeito, o texto em questão nunca omite, procurando inclusivamente acentuar, a presença de relatos que põem em cena situações onde um marido cai em erro devido à má influência que a sua mulher exerce sobre ele, ou onde uma

senhora manifesta um carácter excessivamente ambicioso e/ou despótico[161]. Como exemplo deste particular misoginismo, é possível referir diversos trechos. Alguns encontram-se presentes nas duas redacções da crónica portuguesa, como é o caso da actuação da mulher do conde Julião, ao incentivar o marido e os seus homens à traição, o que desencadeará a invasão muçulmana[162], ou a cena onde Rui Vasques se lamenta por ser um traidor, atribuindo essa situação ao facto de ter dado ouvidos à sua impetuosa mulher – excerto que parece ser exclusivo dos textos portugueses[163]. Outros trechos encontram-se ausentes da primeira redacção da *Crónica de 1344*. É o caso da integração do final da história de uma pérfida rainha de França que sofre um merecido e exemplar castigo, referido de forma mais ou menos sucinta pela tradição afonsina e que a segunda redacção do texto português absorve, independentemente de se tratar de um caso ocorrido em território extra-peninsular[164]. Outra passagem significativa encontra-se na sequência da morte misteriosa do marido de D. Urraca, a rainha de Leão que era tia de Afonso Henriques:

> Depois que se el rey partyo de Bayona, chegaronlhe novas que lhe entrara grande hoste de mouros pella terra. E elle foy logo pera alla e achousse con elles en hũu logar que chaman Fraga e aly ouve sua lide con elles e foy vençido. Mas aquy desacordam os estoriadores, dizendo algũus que esta maa ventuyra lhe aveo por que consentyo en Leon britar as egrejas e tomar o que achavon dentro. Outros dizem que quis Deus delle tomar vingança por que leixou sua molher soltar a todo mal e que porem foy vençido e morto en aquella lide. Otros dizem que nõ morreo hy mas que se foy a perder como el rey Rodrigo. Otros dizem que se

---

[161] A narrativa destas situações será retomada adiante na II Parte 1. quando procuraremos isolar alguns elementos caracterizadores do modelo do traidor veiculado pelas crónicas em análise.

[162] As intervenções da condessa verificam-se, para a 1344a, nos caps. LXXXII e LXXXIV e para a 1344b nos caps. CXCV e CXCVII. Segundo Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344: A Lenda do Rei Rodrigo*, Lisboa, Verbo, 1964, este trecho terá sido uma das ampliações / inovações introduzidas por Gil Peres, tradutor português da *Crónica do Mouro Rasis*, fonte da *Crónica de 1344* (p. 16).

[163] Os lamentos de Rui Vasques surgem na 1344a: f.131v (b)-132r (a) (cap. 255) e na 1344b: III, 143 (cap. CCCLXXV). O excerto encontra-se ausente da Cr20R, da PCG e da Trad.Gall que referem o episódio de forma genérica e resumida, omitindo os lamentos de Rui Vasques.

[164] A história desta rainha surge esporadicamente (geralmente entre os diversos sucessos referidos em fim de capítulo) na PCG: I, 260 (cap. 463), 262 (cap. 469) e 267 (cap. 482). A 1344b recolhe o fim da história e a punição exemplar da rainha no vol. II, 207 (cap. CXXXVIII), num período onde muitos outros assuntos são esquecidos. A 1344a omite todo o período em questão.

> fez romeu e que depois a grande tempo se mostrou a muytos de Castella e que o conheçerom e que depois se mostrou en Aragon a algũus, dizendolhe algũas cousas que ouveram con elle per que o conhecerõ. Mas el rey dom Afõsso, filho do conde dom Reymon de Barçellona, que reynava empos elle, quando ouvyo dizer como era vivo o rey seu anteçessor e que era no reyno e que muytos o criiam, pesoulhe muyto e, temendosse delle, mandouho prender e matar. E dizem que o enforcaron como falsairo que se fazia quem nõ era. E o arcebispo dom Rodrigo diz en sua estoria que morreo dependurado. (1344b: IV, 205-6)

Este trecho é tanto mais interessante quanto se trata de um excerto presente em diversas outras crónicas que, no entanto, omitem, tanto a comparação com o rei Rodrigo, como a questão da relação do rei com a sua esposa[165].

Por outro lado, D. Teresa é descrita como senhora de um carácter violento e excessivo, nomeadamente nos episódios onde exprime a sua vontade de liderar os destinos do reino, em oposição aos interesses do próprio filho. Com efeito, se a primeira versão da *Crónica de 1344* acaba truncada antes de chegar a este ponto do relato, a *Crónica de Veinte Reyes* já apresenta D. Teresa como uma mulher ambiciosa e arrebatada, apesar de não incluir o discurso onde Egas Moniz procura desculpabilizar o seu amo por manter a mãe presa[166]:

> E, quanto he por o fecto da reỹa sua madre, nõ o devees culpar, ca elle fez o que devya, ca ella o quisera matar ou desherdar da terra que seu padre gaanhou aos mouros e que el rey dom Affomso, vosso avoo e seu, lhe leixou. (1344b: IV, 219-220)

Podemos assim constatar a existência de uma tendência da segunda redacção da *Crónica de 1344*, que consiste em, não só não esquecer, mas inclusivamente em ampliar os trechos que insistem na crítica a eventuais arrebatamentos femininos, ou que põem em evidência os perigos da má

---

[165] As passagens correspondentes encontram-se na PCG (II, cap. 966), na Cr20R (XI, vi) e na 1344a (cap. 621). Cabe ainda aqui referir os trechos da Cr.Esp: 384 e sgts. (tradução vernácula do Chr.Mun.) que apresentam um ponto de vista diametralmente oposto, procurando desculpabilizar as acções de Urraca pela atribuição de eventuais culpas a quem a aconselhava mal, elementos entre os quais inclui o conde D. Henrique de Portugal.

[166] A narrativa dos embates de Afonso Henriques com a sua mãe surgem na Cr20R: XII, v (pp. 260-61) e na 1344b: DCCV (IV, 216-18).

influência das mulheres sobre os respectivos maridos. Considerando o facto de esta historiografia constituir uma literatura marcada pelo didactismo e pelo pragmatismo, a junção destes dois factores indica-nos que os referidos temas deveriam ser pertinentes para o momento da composição do texto.

A acentuação deste *topos* teria sido muito actual precisamente na década de 80 do séc. XIV, quando se terá feito sentir a forte personalidade de D. Leonor Teles (c. 1350-1386). Tratava-se de uma rainha particularmente influente face a seu marido, Fernando I (1345-1383), ambiciosa e, segundo se fazia constar, criminosa e lasciva, contra quem foi feita uma verdadeira campanha de depreciação. Acresce ainda que a filha única do casal real (cuja legitimidade também era posta em causa) fora dada em casamento ao rei de Castela, facto que pôs em risco a independência portuguesa, salva *in extremis* pela guerra civil, reflexo da guerra contra Castela. Estes acontecimentos viriam a dar origem ao início da segunda dinastia[167].

Todo este processo de crise e de profunda mudança carecia, seguramente, de pontos de apoio tão sólidos quanto possível, pelo que não será irrealista a possibilidade de conceber o uso da historiografia enquanto arma eficaz, tanto na detracção, como na legitimação de personagens e atitudes.

Independentemente da depreciação de D. Leonor Teles ter sido um facto a partir do fim do seu "reinado", é de salientar que quanto mais distantes estivessem os anos de crise, tanto mais o partido vencedor estava definido e estabelecido, logo, maiores seriam as possibilidades de efectuar críticas directas. No entanto, não é o que sucede aqui. Em nenhum momento vemos uma comparação directa a estabelecer um nexo entre uma destas rainhas negativas e Leonor Teles, uma associação que seria incontornável num texto redigido cerca de 1400. Pelo contrário, temos uma crítica subtil, indirecta e levada a cabo pela sugestão de analogias discretas que funcionam como exemplos (uma arma importante do raciocínio retórico, uma vez que facilita a transmissão, compreensão e interiorização de noções e conceitos). E, com efeito, é

[167] Para algumas precisões sobre este período de crise ver José Mattoso, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 263-293.

precisamente aquando de uma maior proximidade dos acontecimentos que se verifica, por um lado, uma vontade mais aguda de criticar, e, pelo outro lado, o medo e a consequente prudência que leva a que essa crítica não se faça tanto de forma assumida e directa mas, pelo contrário, de um modo velado. Simultaneamente, a proximidade temporal relativamente ao problema torna a sua crítica tanto mais pertinente e premente.

Neste período de charneira, a par de uma série de modificações sociais e ideológicas, a historiografia também terá sofrido uma viragem significativa no sentido de uma cada vez maior restrição geográfica[168] e temporal[169]. No entanto,

---

[168] Sobre este assunto ver Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Vencer ou morrer. A batalha do Salado (1340)", Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro, 1987*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, pp. 505-514: "Tal como Lindley Cintra acentuou, a tendência para a restrição do campo historiográfico às fronteiras nacionais, bem patente na *Crónica de 1419*, igualmente chamada dos *Sete Primeiros reis de Portugal*, de que a *Crónica de Afonso IV* é parte constitutiva, marca uma significativa mutação face à anterior perspectiva presente na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, na qual a história do reino de Portugal se integra na história geral peninsular, como de resto sucede com Aragão e Navarra. Lindley Cintra localiza o ponto de viragem na crise de 1383-1385, pelo contributo fulcral desta para a cristalização do que designa por sentimento de independência e consciência de nacionalidade.

Sabendo que a elaboração do relato incluído no *Livro do Conde D. Pedro* foi anterior àqueles eventos e dado que, como já assinalámos, o ponto de vista que enforma a narrativa sublinha o papel crucial dos portugueses, é possível fazer recuar um pouco mais no tempo essa inegável alteração nos critérios delimitadores do campo histórico." (p.512).

[169] Na sequência da tendência de redução das crónicas universais para regionais (uma situação visível inclusivamente na reelaboração da *Crónica de 1344* onde o carácter ainda universalista da primeira redacção se retrai para se concentrar, predominantemente, na história peninsular) e logo a centrarem-se na história de uma determinada nação, a *Crónica de 1419* (Adelino de Almeida Calado (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998), pode ser considerada como um texto de charneira. O seu interesse pela história de Portugal já era, de certa forma, anunciado pela truncagem que evidenciam as "Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra" ao procurarem isolar narrativas da história nacional. Porém, o tipo de texto que verá a sua consagração com o cimentar da segunda dinastia é ainda mais restrito uma vez que se centra na história de um rei ou de um grande senhor ou mesmo de um feito em particular, narrado por cronistas oficiais, caso de Fernão Lopes (com as crónicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*) ou Gomes Eanes de Zurara (com a continuação da *Crónica de D. João I* ou a *Crónica da Tomada de Ceuta*). Para dois exemplos particulares deste tipo de crónica, podemos referir Duarte Galvão, *Crónica de El-rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, I.N.-C.M., 1995 ou a *Crónica de Alfonso X* (editada por Manuel González Jiménez), Murcia, Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998. Para uma apreciação genérica sobre a historiografia mais circunscrita espacialmente ver Elisabeth M. C. van Houts, *Local and Regional Chronicles*, Turnhout, Brepols, 1995. Ver ainda Robert B. Tate, "La historiografía en la España del siglo XV", *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, Madrid, Gredos, 1970, pp. 280-296; Fernando Gómez Redondo, "Historiografía medieval: constantes evolutivas de un género", *Anuario de Estudios Medievales*, 19, 1989, pp. 3-15; Fernando Gómez Redondo, "La crónica particular como género literário", María Isabel Toro Pascua (ed.), *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, Biblioteca Española del siglo XV / Departamento de Literatura Española e Hispanoamericana, 1994, vol. I, pp. 419-427 ou Fernando Gómez Redondo, "De la crónica general a la real. Transformaciones ideológicas en *Crónica de tres reyes*", Georges Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2000, pp. 95-122. Para alguns exemplos de momentos e obras onde se verificaram igualmente estreitamentos espaciais, temporais e/ou temáticos da universalidade cronística, mesmo se para uma época anterior, ver Pedro Juan

as crónicas anteriores não terão, por isso, sido esquecidas, como comprova a persistência da sua tradição manuscrita[170], tendo certamente continuado a cumprir com as funções didácticas e exemplares a que sempre foram votadas. Com efeito, a rememoração e a crítica de situações semelhantes é um procedimento bastante persuasivo quando se pretende provocar, graças a uma analogia mais ou menos subtil, a depreciação (ou o elogio) de uma figura contemporânea, mormente quando um dos casos apresentados é precisamente o dos embates do rei fundador contra a sua "pérfida" mãe. Torna-se pois inevitável a decorrente exaltação daqueles que se opõem às figuras marcadas como negativas, o que certamente não seria de desdenhar pelos novos detentores do poder, que, à imagem de qualquer nova dinastia, procuraram legitimar tal poder.

Esta situação compreende-se, com maior clareza, perante os capítulos que, no ms. P[171], continuam a história dos reis de Portugal, até Afonso V, e que, evidenciando a sua pertença a um paradigma completamente diferente, narram a ligação entre Fernando I e Leonor Teles com um tom próximo do apocalíptico, o que se torna perfeitamente compreensível dada uma maior distância dos acontecimentos, distância esta que permite a crítica directa, uma vez excluída a possibilidade de qualquer *volte-face* e consequentes retaliações:

> Ysto acabado, rodeou a cega fortuna e os pecados e desavẽtura del rey dõ Fernãdo que, leixando sua omrra, e esquecẽdo fama e cõçiẽçia, se casou cõ dona Lyanor Tellez, molher de Johã Lourenço da Cuynha. E liousse cõ os ingreses e renovou a guerra cõ os castelãaos. El rey dõ Emrrique de Castela entrou per Portugal e passou per Santarém onde el rey dõ Fernãdo estava e foy çercar Lixboa. E pousou ẽ Sam Frãçisco e mãndou roubar a çidade e queymar parte dela. (1344b-cont. ms. P: IV, 539)

Galán Sánchez, *El género historiográfico de la chronica. Las crónicas hispanas de época visigoda*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1994.

[170] Que, como refere Luís Filipe Lindley Cintra na sua Introd. à ed. da *Crónica de 1344*, *op. cit.*, vol. I (Introd.), p. CDLXXXIX, se estende até ao séc. XVII.

[171] Este ms. P. (Bibl. Nac. de Paris, port.4) é estudado e descrito por Luís Filipe Lindley Cintra na Intr. à sua ed. da *Crónica de 1344*, vol. I, pp. DII-DXVIII. Segundo Lindley Cintra, este códice terá sido compilado entre 1456 e 1464 para o Condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro e neto de D. João I de Portugal e foi denominado "Crónica de 1457" por Carolina Michaëlis (p. XLI).

Com efeito, o texto em questão procura, concretamente, em diversas alusões bem explícitas, denegrir a rainha e exaltar D. João, mestre de Aviz, como se pode verificar nos passos que se seguem:

- Dhy a pouco partyo el rey de Santarẽ e foy a Evora. Hy mãdou prender dõ Johã, que ja era meestre de Avis, seu irmãao bastardo, e Gonçalo Vaaz d'Azevedo, seu privado. E ysto dizẽ que foy per aazo da rainha dona Lyanor, a qual per dous falssos alvaraaes ẽviados a Vasco Martĩiz de Melo, lhe quisera logo fazer cortar as cabeças. Mas forõ lyvrados per Deus asy da morte como da prisam, na qual esteverõ vĩite dias. (1344b-cont. ms. P: IV, 540)

- Em isto, dõ Johã, meestre d'Avys, matou Johã Ferrnandez Andeyro, cõde d'Ourẽ , nos paaços onde a rainha pousava e se agora faz a rolaçõ. E dizem que o matou por que, em vida del rey, seu irmãao, fazia trayçam cõ a raynha. Partyosse a rainha dona Lyanor depoys algũus dias e foyse a Alãquer. E cõ ela seu irmãao, dõ Johã Afomso Tello, e outros muytos fidalgos.

  O meestre quysera yrsse pera Yngraterra, reçeando a malquerẽça da rainha e o grande poder del rey de Castela. Foy delo estorvado per Deus e per algũas boas pessoas. E, depoys que asessegou sua võotade ẽ ficar, chamousse regedor e deffensor dos reynos de Portugal. (1344b-cont. ms. P: IV, 541-42)

Como já foi anteriormente referido, esta questão desenvolve-se em paralelo com outra guerra ideológica que a *Crónica de 1344* evidencia nas suas diversas redacções e que consiste na defesa de um ideal de partição territorial que contrasta com a, já referida, teia de alusões imperialistas, ou, pelo menos, de união ibérica, esboçada nos relatos afonsinos[172]. Os processos retóricos usados na prossecução desta contenda são as ferramentas habituais da *dispositio*, já anteriormente postas em prática no *scriptorium* de Afonso X para acentuar os momentos que se consideravam mais relevantes: inserções, supressões, amplificações, resumos... só que usadas aqui de forma a minar a construção textual que o "Modelo" apresentava. Mesmo não se assumindo textualmente

[172] A questão da defesa de uma monarquia absoluta e do domínio universal (na falta do qual se faz o elogio dos reinos fortes e unidos em detrimento dos fracos e fragmentados) é também apontada por Inés Fernández-Ordóñez (2000a), pp. 274-78 como uma das características que transparecem tanto na obra historiográfica como na legal deste soberano.

como glosa, mas como cópia[173], uma estratégia subtil mas bastante comum de validação, a *Crónica de 1344* é, no entanto, igualmente interpretação, comentário, diálogo e recriação do *corpus* afonsino, quer ao nível textual, na medida em que age efectivamente sobre a narrativa, reescrevendo-a, quer, sobretudo, ao nível ideológico, consequência directa das manipulações textuais efectuadas. Desta forma, a *translatio* que o texto português leva a cabo cobre diversos dos sentidos do termo uma vez que se verifica, não só um processo de tradução, como igualmente uma deslocação do acento ideológico no âmbito de uma reescrita que não estará muito distante das identificadas por Rita Copeland:

> while medieval vernacular translation is motivated by the aim of displacement, that motive is often obscured, because so much vernacular translation was produced within the economy of exegesis, and represented itself as a form of exegetical service to an authoritative text. This brings us to the crucial difference between classical and medieval models of translation. In ancient Rome the dominant critical discourse was rhetoric, and the ideal of translation carried an explicit agenda of rivalry with the source through the force of rhetorical invention. But in the Middle Ages, the dominant discourse has become hermeneutics, which – in the absence of a strong rhetorical practice – has assumed the rhetorical function of a productive application to discourse. It is also hermeneutics that gives rhetoric new life, that restores the power of rhetoric by redefining *inventio* as hermeneutical inquiry, as the discovery of the meaning of inherited textual matter. Rhetorical production represents the elucidation of that discovered meaning. The tradition of vernacular translation that emerges from academic hermeneutical practice achieves these aims under a very different aegis, a strong exegetical directive.[174]

---

[173] Sobre a glosa e a sua capacidade dialógica de reescrita re-criadora ver o interessante artigo de Paul Zumthor, "La glose créatrice", Gisèle Mathieu-Castellani e Michel Plaisance (eds.), *Les commentaires et la naissance de la critique littéraire. France / Italie (XIVe-XVIe siècles)*, Paris, Aux Amateurs de Livres, 1990, pp. 11-18 que refere ainda que: "jusqu'au XVe siècle, les traducteurs d'ouvrages latins se considèrent comme interprètes et glossateurs." (p. 18).

[174] Rita Copeland, *Rhetoric, Hermeneutics, and Translation in the Middle Ages. Academic traditions and vernacular texts*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 222. Esta autora, a partir da oposição entre a tradução "palavra a palavra" (que considera como de substituição metafórica) e a "de sentido por sentido" (que qualifica como de tipo metonímico), valoriza o papel da *inventio* no processo da tradução medieval, identificando diversos estádios de reescrita: "In this and the previous chapter we have considered some texts that I have classified under the rubric of "primary translation": translations that identify themselves with exegetical service to an authoritative text. This form of vernacular translation carries the force of the disciplinary alliance of rhetoric and hermeneutics. Such translation emerges out of hermeneutical practice and carries the contestative, rhetorical motive of hermeneutics; it is for this reason that it works to displace the Latin academic traditions that it proposes to serve. By taking over the role of academic criticism vernacular translation embodies that privileged institutional discourse within itself. It

Independentemente da recuperação da já consagrada historiografia afonsina, também para o período mais antigo, a segunda redacção da *Crónica de 1344* prossegue e acentua o tom pró-português que já se verificava no texto elaborado por D. Pedro Afonso. Desta forma, a *Auctoritas* do prestigioso filão afonsino é aproveitada[175], integrada mesmo, embora simultaneamente desviada, no sentido, ou de acentuar a presença dos diversos reinos peninsulares[176], ou, sobretudo, de tentar enxertar a história de Portugal no devir histórico predominante na Península Ibérica, como se torna evidente na forma como a contagem dos reis é efectuada:

> foron reis de Castella e de Leom trinta e sete. E, cõ os reis godos, que foron trinta e seis, fazem sateenta e tres. E, com el rey don Garcia e com outros sete que forom reis de Portugal, foron per toda conta oytẽta e hũu, ataa a era de myl e trezentos e oyteenta e dous annos que este livro foy feito, feria quarta, viinte e hũu dias de Janeiro da dita era (1344b: II, 380)

Passa-se aqui simplesmente em branco a existência dos outros reinos peninsulares mais periféricos, em prol da valorização de Portugal e dos seus reis, aqui inscritos no filão neo-gótico, anteriormente cultivado, precisamente, pela historiografia astur-leonesa, e adoptado, em termos não muito díspares, pela castelhana, em vernáculo, com Afonso X[177]. A melhor maneira como Portugal

---

is here that we see the greatest implications of rhetorical *exercitatio*, in both interlingual and intralingual contexts. Vernacular translation can transform academic modes of reading into modes of discursive production.

It remains now to extend these arguments to the problem of rhetorical invention itself, and to those translations which define themselves expressly in terms of rhetorical performance." (pp. 149-150).

[175] A *Crónica de 1344* não deixa de acentuar a Autoridade afonsina do texto, nomeadamente na cópia integral do prólogo onde, no entanto, procede à modificação das referências de autoria da primeira para a terceira pessoa.

[176] Com efeito, o texto sobre os reinos periféricos de Aragão, Navarra e Portugal são apresentados numa versão continuada, ausente seja da PCG seja da Trad.Gall (1344a: caps. 312 e 321-331; 1344b: caps. 429, 437-442 e 705-727). Este aumento torna-se ainda mais significativo quando se verifica que muitas das narrativas mais ou menos elogiosas relativas aos soberanos mais recentes de Castela e Leão são frequentemente abreviadas.

[177] No que respeita ao acentuar do neo-goticismo, é de reparar como, na PCG, se verifica a preocupação em introduzir os reinados dos diversos soberanos com uma referência à sua sucessão relativamente a Pelaio (ex: "El regnado del rey don Ramiro el IIº, et XVII despues del rey don Pelayo, se comiença." PCG: II, 389b) e, significativamente, depois de Afonso VII, também se acentua a relação com o "Imperador": "Del regnado del rey don Alffonsso, fijo deste rey don Sancho et nieto dell emperador, que regno treynteno despues del rey don Pelayo" (PCG: II, 668a). Ainda sobre esta questão do neo-goticismo

poderia impor ideologicamente a sua presença no espaço Ibérico consistia, pois, na tomada de posse de um lugar nesse passado, ou seja, enxertar a sua presença numa tradição que a historiografia afonsina consagrava com a sua autoridade.

No fundo, Portugal, sendo o reino mais recente da Península, está aqui a pôr em prática o mesmo procedimento anteriormente levado a cabo relativamente a Castela. Inicialmente marcada por um estado de vassalagem, como Portugal[178], Castela conseguiu prestigiar o seu passado igualmente graças ao labor historiográfico, seja pelo recurso às tradições épicas, seja por também se associar à anterior linha sucessiva que procurava ligar, quase sem perturbações, os reis godos aos asturianos, leoneses e, finalmente castelhanos[179].

Verifica-se, pois, como o trabalho de justificação ideológica levado a cabo pelos cronistas portugueses não difere muito do anteriormente realizado pelos seus modelos textuais. No entanto, as circunstâncias políticas do momento não deixaram de impor algumas variantes dado que, ao contrário do que sucedeu com Castela, não se pretende aqui absorver a tradição anterior para assumir o seu

---

ver as considerações de Diego Catalán (1997) acerca da mentalidade subjacente à elaboração do ms. E1(orig). Ver ainda o artigo de Roberto Julio González-Casanovas, (1995). Sobre a continuação do espírito neo-gótico concomitante com a divisão da história peninsular nos dois grandes períodos de pré e pós invasão muçulmana ver Luís Krus, (1994b) nomeadamente "Tempo de godos e tempo de mouros – as memórias da *Reconquista*" (pp. 103-127) e "Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*" (pp. 129-142). Sobre estas questões ver ainda as observações dos editores das diversas crónicas asturianas, bem como os respectivos textos: Yves Bonnaz (ed.), *Chroniques Asturiennes (fin IXe siècle)*, Paris, C. N. R. S., 1987 e Juan Gil Fernandez, Jose L. Moralejo e Juan I. Ruiz de la Peña (eds.), *Cronicas Asturianas*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985 ou ainda Georges Martin, 1997a ("Un récit (la chute du royaume wisigothique d'Espagne dans l'historiographie chrétienne des VIIIe et IXe siècles)", pp. 11-42.).

[178] Conforme referido na própria *Crónica de 1344*, num excerto citado adiante, na II Parte, início do ponto 1.5 (1344b: IV, 4).

[179] Com efeito, e apesar da desconstrução já apontada, o neo-goticismo está longe de desaparecer, inclusivamente nas crónicas produzidas em zona de influência castelhano-leonesa onde surge frequentemente aliado à nostalgia da união ibérica. Relativamente a esta questão podemos relembrar a existência de um *topos* narrativo presente, por exemplo (e paradoxalmente se considerarmos o que foi dito acerca da "versão retoricamente amplificada"), na PCG onde, sempre que um novo rei é introduzido, é-lhe atribuído um número de ordem que o vai relacionar com o primeiro rei da Reconquista cristã, obviamente um nobre godo escolhido por Deus para comandar as forças cristãs de resistência à invasão muçulmana reatando assim a ligação privilegiada que unia Deus ao povo godo (o que de certa forma vai espelhar o povo eleito bíblico) e associar os soberanos da Reconquista a estes antecessores, baseando assim o argumento que justifica a Reconquista como recuperação de uma herança usurpada. Quando Castela passa de condado a reino e adquire importância é associada a esta linha. Nos períodos durante os quais Leão e Castela não se encontram unificados sob um mesmo soberano, os reis correspondentes, apesar de serem contemporâneos recebem, no entanto, números de ordem seguidos como é o caso de Sancho III de Castela (28º) e de seu irmão Fernando II de Leão (29º).

comando, mas sim aproveitar o que dela possa convir aos interesses coevos, se possível, em detrimento do prestígio dos vizinhos mais fortes e ameaçadores.

Para o período da Reconquista, a *Crónica de 1344* continua a cópia dos seus modelos. É, no entanto, mais parca no elogio dos reis que conseguiram unificar reinos. Simultaneamente, não esquece o menor episódio mais duvidoso ou humilhante veiculado nas crónicas anteriores como seja, por exemplo, a jura de Santa Gádea quando o Cid não hesita pôr em dúvida os meios mais ou menos lícitos graças aos quais o futuro Afonso VI teria chegado ao trono[180].

O texto português procede pois, com alguma frequência, à *amplificatio* de narrativas onde os lados mais nebulosos ou discutíveis dos soberanos castelhanos e leoneses são apresentados, o que tanto pode ser entendido como fruto de uma postura anti-imperialista como, mais genericamente, como decorrente de uma ideologia pró-senhorial, consoante os contextos ideológicos que terão rodeado a redacção das duas versões[181].

Este procedimento retórico é, por vezes, acompanhado (e/ou baseado) na inserção ou no desenvolvimento de excertos épicos e romanescos, o mesmo procedimento anteriormente utilizado para acentuar os pontos de maior interesse, chamando assim a atenção do público para algumas figuras que se pretendia fazer sobressair. Por exemplo, a divisão da Espanha por Fernando I encontra-se de sobremaneira abreviada na *Primera Crónica General*, é um pouco mais desenvolvida na *Crónica de Veinte Reyes* mas atinge a sua maior expressão nos textos portugueses. As crónicas castelhanas, paralelamente, insistem sobretudo

---

[180] Caps. 845 da PCG; XLIIII da Cr.Abr; X, I-II da Cr20R; 250-53 da Trad.Gall; 416-18 da 1344a; e DVIII-DX da 1344b.

[181] Com efeito, a ter em conta que a primeira redacção da *Crónica de 1344* terá sido elaborada pelo conde Pedro Afonso de Barcelos, tido como o porta-voz da classe aristocrata, que, à semelhança de outras personagens como D. Juan Manuel, não deixaram de marcar ideologicamente a sua obra intelectual; tendo ainda em conta como algumas das reelaborações mais tardias do *corpus* afonsino já se encontram igualmente marcadas por uma postura pró-aristocrata, é possível, neste contexto, entender as manipulações em causa como fruto e/ou desenvolvimento dessa mesma corrente ideológica. No entanto, para a segunda redacção, e aceitando a hipótese colocada segundo a qual a reelaboração se situaria nos anos 80 do séc. XIV, quando a ameaça de hegemonia castelhana se colocava com bastante premência, os referidos excertos podem facilmente coadunar-se para servir uma ideologia anti-imperial. Sobre a questão do antagonismo entre a classe senhorial e as tendências centralizadoras da realeza, ver, para o contexto português, Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / J.N.I.C.T., 1994 ou José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos sécs. XI-XII*, Lisboa, Guimarães editores, 1998.

na negatividade da divisão e no mal que provoca ao país o facto do seu rei se ter, progressivamente, tornado indeciso e influenciável. Os trechos em questão deverão, pois, ser inscritos no paradigma dos exemplos negativos, já referido. Quando a *Crónica de 1344* se confrontou com estas passagens, terá encontrado algumas dificuldades. Com efeito, aquando da divisão territorial, Garcia, o filho mais novo de Fernando I, é agraciado com um reino independente constituído pela Galiza e pela parte conquistada de Portugal, o que forneceria a este reino um pouco mais de antiguidade e um precedente de independência. No entanto, o cronista português fica ainda um pouco preso da tradição negativa que as crónicas castelhanas tinham tecido contra Garcia[182] e acaba por decidir optar pela defesa da honra dos portugueses em geral (mais uma vez pela truncagem, sempre que possível, de uma série de alusões disfóricas), em detrimento da reabilitação de Garcia, feito que só será levado adiante pelo refundidor do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, um assunto ao qual voltaremos na II Parte.

No que respeita às interpolações, a *Crónica de 1344* recolhe as tradições mais longas dos episódios que relatam as rebeldias de alguns cavaleiros, realçados em detrimento da imagem e do valor dos reis que serviam. É o caso da inserção da história das "Mocidades de Rodrigo", onde o futuro Cid, ainda jovem, domina um rei Fernando I, temeroso e indeciso, que só se torna "Par de Emperador" graças à intervenção do fiel vassalo, que o agracia com a vitória sobre as forças papais e imperiais[183]. É igualmente o caso do momento onde

---

[182] Sobre este assunto ver Ramón Menéndez Pidal (1992) que refere as versões mais antigas que narram as lutas fratricidas de outra forma, bem como o que parece ter sido a sequência histórica dos acontecimentos daquele período. Para um estudo das perspectivas e manipulações deste complexo lendário no centro e no ocidente da Península Ibérica ver Isabel de Barros Dias, "Os Impossíveis Grilhões do Futuro" uma comunicação apresentada no "6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas", organizado pela A. I. L., pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal Fluminense e que teve lugar no Rio de Janeiro, de 8 a 13 de Agosto de 1999. O texto encontra-se disponível na seguinte morada: http://www.geocities.com/ail_br/ail.html

[183] O texto deste poema encontra-se perdido sob a forma primeira de cantar de gesta mas subsiste ainda numa versão poética tardia: "Rodrigo y el Rey Fernando", Ramón Menéndez Pidal (ed.) e Diego Catalán (reed.), *Relíquias de la Poesia Épica Española*, Madrid, Gredos, 1980, pp. 257-289. A narrativa das façanhas de juventude do Cid foi acolhida pela *Crónica de Castilla*, passando daí para o ramo ocidental destas crónicas. A PCG, a CrAbr e a Cr20R omitem este relato, interpolado entre os caps. 803-4, 804-5, 809-10 e 810-11 da PCG.

Afonso VI se vê obrigado a ceder face ao Cid devido ao medo que lhe inspirava a possibilidade de poder ter que vir a defrontar o seu vassalo[184].

Finalmente, a história do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques[185], também é um texto (ou conjunto de textos) de cariz épico-romanesco que apresenta o Imperador das Espanhas, Afonso VII, sob um ponto de vista muito desfavorável, sobretudo no que diz respeito à sua ausência de sagacidade e de competência enquanto estratega militar. Com a inserção destes relatos, a Crónica portuguesa está a fazer o mesmo que antes fora realizado com Fernão Gonçalves, cuja tradição épica foi aproveitada para a construção de um passado glorioso para Castela. Do mesmo modo, e apresentando traços que posteriormente mais se irão assemelhar ao protótipo castelhano[186], as lendas relativas a Afonso Henriques construirão o suporte e a justificação do direito de Portugal à sua independência[187].

O texto histórico torna-se assim reflexo das tensões que efectivamente ensombreciam, com relativa frequência, as relações entre os diversos reinos ibéricos. A enorme difusão desta família textual na Península Ibérica não é certamente independente, seja do facto que o didactismo da exposição facilita a interiorização por parte do público dos valores propostos, seja, sobretudo, desta capacidade de adaptação por parte do discurso histórico que é passível de se

---

[184] Esta narrativa foi interpolada entre os caps. 895 e 896 da PCG. Está ausente também da CrAbr e da Trad.Gall. A Cr20R refere os conflitos entre o Cid e Afonso VI mas não os completa com qualquer cedência por parte do rei (Cr20R: X, XLVII bis-LIII). A narrativa mais extensa encontra-se assim na 1344a: caps. 490-97 e 1344b: caps. DLXXXIII – DLXXXIX.

[185] Esta interpolação, que corresponde aos caps. DCCV-DCCXV da 1344b, surge entre os caps. 979 e 980 da PCG. Esta crónica, na esteira do DeRH, limita-se a resumir a história do surgimento e dos primeiros tempos de Portugal sem entrar em quaisquer desenvolvimentos épicos ou lendários, história que a TradGall pouco desenvolve. A Cr20R já apresenta de forma mais extensa alguns aspectos deste complexo lendário, mas omite, convenientemente, o trecho onde o Imperador é enganado. Na 1344a é infelizmente impossível saber como surgiria o relato pois o ms. 2656 da BUS termina truncado imediatamente antes deste trecho. Também o LLCDP e as *III* e *IV Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* apresentam testemunhos mais ou menos desenvolvidos destas lendas. As quatro "Chrónicas Breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra" foram editadas nos *Portugaliae Monumenta Historica*. *Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856, pp. 23-32 (daqui em diante **NºCrBr**).

[186] Sobre os desenvolvimentos posteriores das lendas sobre Afonso Henriques ver Luís Filipe Lindley Cintra, "A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal (origens e evolução)", *ICALP Revista*, 16-17, 1989, pp. 64-78 ou António José Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1998, nomeadamente "A primeira narrativa do milagre de Ourique" (pp. 163-166).

adaptar pragmaticamente à defesa dos mais díspares interesses políticos. A permeabilidade deste tipo de texto também não se dissocia do facto da história ser um discurso continuamente em aberto, sempre falho de terminação. Trata-se, portanto, de um texto permanentemente carente de actualização. Por isso, e de acordo com as necessidades sentidas em diferentes lugares e épocas, assim o texto destas crónicas foi sendo actualizado cronologicamente e, concomitantemente influenciado pelos diversos contextos, que se manifestaram na manipulação do anterior conteúdo veiculado, a fim de justificar e prover de sentido cada presente, graças a cópias que nada têm de servil relativamente aos seus modelos.

Os textos produzidos no Ocidente da Península Ibérica inscrevem-se ainda e acentuam a tendência, já apontada, para o acréscimo da participação do romanesco, com seu carácter marcadamente mais literário. Além da influência da *Crónica de Castilla*, verifica-se como alguns elementos são ainda acentuados, graças, por exemplo, ao recurso a fontes literárias orais, possivelmente, e em versões desconhecidas de outras crónicas, como sucede com a história de Fernão Gonçalves ou com a lenda dos sete infantes de Lara, particularmente estudada por Ramón Menéndez Pidal[188]. Acrescem ainda características mais pontuais que surgem nos diferentes relatos, como é o caso da tendência para a inclusão do tópico do disfarce. Este tema surge com uma certa frequência em relatos de sucessos mais recentes[189] mas, por outro lado, também surgem ocorrências novas em relatos anteriores, nomeadamente nos de cariz épico. Com efeito, tanto na história de Fernão Gonçalves como na do Cid além das situações de disfarce que integram os diversos testemunhos da lenda, as duas redacções da *Crónica de 1344* insistem em acrescentar novas ocorrências deste tópico[190].

---

[187] Sobre este assunto ver Isabel de Barros Dias, "Ares, Marte, Odin...", Aengus Ward (ed.), *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Birmingham, The University of Birmingham Press, 2000, pp. 80-98.

[188] Ramón Menéndez Pidal, *La Leyenda de los Infantes de Lara*, Madrid, ed. Hernando S. A., 1934.

[189] 1344b: IV 361 (cap. DCCLXXXI), 363 (cap. DCCLXXXII), 403 (cap. DCCCII), 421 (cap. DCCCVIII).

[190] Com efeito e no que respeita à história de Fernão Gonçalves, além da habitual cena em que o conde de Castela foge da prisão fazendo-se passar pela sua mulher, D. Sancha (1344b: III, 94 cap. CCCLIV), as crónicas portuguesas inserem mais duas situações de disfarce. A primeira ocorre aquando da primeira

A Crónica portuguesa, além de também evidenciar a preocupação com o fio cronológico da "estorya dereita" (1344b: III, 291)[191], vai-se igualmente acentuando como "manual de bons exemplos", característica que aponta, essencialmente, para a inspiração de feitos futuros. Este factor vai concretizar-se, de sobremaneira, na acentuação dos momentos de aconselhamento teórico que, à imagem de pequenos *specula principorum*, semeiam a narrativa com uma densidade cada vez maior. É exemplo disso a disparidade no que respeita aos conselhos que Teuderigo dá a Amalarigo relativamente ao texto que surge na *Estoria de Espanna*, onde se trata de uma breve anotação na qual o velho rei aconselha o neto a manter sempre boas relações com Roma e com o seu Imperador (PCG: I, 250 - cap. 443). Na *Crónica de 1344*, o trecho é completamente modificado, expandindo-se numa série de conselhos genéricos acerca do comportamento do bom soberano (1344b: II, 168-69), o que também sucede com uma interpolação às cenas da divisão dos reinos por parte de Fernando I onde o velho rei moribundo aconselha os filhos acerca das melhores formas como eles deveriam agir e governar (1344b: III, 346-7).

Talvez decorra das características acima apontadas o facto de, na *Crónica de 1344*, se poder notar, ainda, o surgimento de uma postura, de acordo com a qual, a narrativa ganha distância relativamente ao próprio texto. Com efeito, em mais do que um momento, surgem curtas interpolações onde os feitos heróicos de algumas personagens, anteriormente narrados pela própria crónica, são evocados em alusões simultaneamente inter e intratextuais[192], a fim de estimular o

---

prisão de Fernão Gonçalves, quando o conde e os seus homens se refugiam numa ermida e são ajudados pelos seus escudeiros disfarçados de romeiros. Esta situação verifica-se na 1344a: f.103r. cap. 222 e 1344b: III, 69 cap. CCCXLIV mas já não se encontra na TradGall (cap. 84). A segunda situação tem lugar quando o conde e a condessa, em fuga, são atacado por um arcebispo. Segundo as crónicas portuguesas, após a sua morte, os condes tomam também as roupas do arcebispo – 1344a: f.106r. cap. 225 e 1344b: III, 77 cap. CCCXLVIII; pormenor igualmente ausente da TradGall (cap. 87). No que respeita à história do Cid, tanto a TradGall (cap. 410) como a 1344a (cap. 569) limitam-se a comentar que o Cid manda Ordonho seguir as suas primas que partem com os infantes de Carrión, devendo fazê-lo de forma discreta e a pé. No entanto, a 1344b acrescenta que o Cid o manda também mudar os "panos" (IV, 129 cap. DCXLI). Ver ainda a nota 226 da II Parte.

[191] Outras ocorrências surgem, por exemplo, na 1344b: II, 76 (cap. XLVIII) ou IV, 214 (cap. DCCIV) e 382 (cap. DCCXCI).

[192] Com efeito, por um lado, a *Crónica de 1344* está a assumir a *Auctoritas* da sua própria família textual e de toda a tradição épica que lhe está subjacente. Por outro lado, uma vez que esta Crónica também se

heroísmo de figuras mais recentes. Isto verifica-se com Álvaro Perez[193], bem como na narrativa do reinado de Fernando I:

> Elles assi vivẽdo em esta vida, segundo avedes ouvido, levantousse contra el rei terra d'Alcubaria e de Carpentanea, nõ lhe querendo conhocer senhorio nem dar o trebuto que lhe soya de dar. Mas el rei dõ Fernando, como era ja homẽ de grandes dias, nõ dava por ello nada. E a raynha, quando vyo que nõ curava daquello, pesoulhe muito e contoulhe sobre ello muitos enxemplos, dizendolhe que nõ minguasse nẽ hũa cousa ẽ sua honrra, o que nũca fezera, e que, se a esto nõ tornasse, que daria de sy maao enxẽplo. E tanto o rogou que lhe prometeo de tornar a ello. (1344b: III, 331)[194]

Chegamos pois ao limiar da passagem da narrativa histórica ou romanceada para a sua concretização numa realidade posterior, no fundo, a realização mais ambicionada e da qual temos, por vezes, testemunhos fortuitos como os que narram a influência dos romances de cavalarias na corte portuguesa da segunda dinastia[195], a história dos amores de Paolo e Francesca que tiveram início por causa da leitura da história de "Lancilotto"[196] ou, finalmente, a cena caricata do "auto de fé" dos livros de D. Quixote na intenção de sanar a sua

---

integra na mesma família, narrando *grosso modo* as mesmas histórias, também se está a referir aos acontecimentos que ela própria narrou anteriormente.

[193] De acordo com um texto citado adiante na III Parte 3 (1344: IV, 396). Para uma análise mais detida das variantes textuais deste excerto, ver Isabel Barros Dias, "Modelos Heróicos num fluir impuro", Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira (coord.), *O Género do Texto Medieval*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 105-112.

[194] A referência aos exemplos que a rainha teria contado também surge na TradGall: 344 cap. 202 e na 1344a: f.210r cap. 362. A PCG: cap. 812 e a CrAbr: III, xi limitam-se a referir que foi a rainha "com as suas boas palavras" que convenceu o rei e a Cr20R: VIII, xiii omite completamente a intervenção da rainha.

[195] "A *Crónica do Condestabre de Portugal*, aparecida em manuscrito em 1433 e impressa em 1526, diz que o jovem Nun'Álvares 'usava muito de ouvir e ler livros de histórias, especialmente usava mais ler a estoria de Galaaz em que se continha a soma da Távola Redonda' (cap. IV). E Fernão Lopes conta, na *Crónica de D. João I*, que os guerreiros de D. João I, gracejando, se comparavam a Galaaz, a Tristão, a Lançarote e a outros companheiros da Távola Redonda, dizendo que só faltava ali o bom rei Artur (2ª parte, cap.76)." António José Saraiva, (1998), p. 72. Ou ainda, referido um pouco antes *idem, ibidem*, p. 57: "Segundo a *Crónica do Condestabre*, Nun'Álvares 'usava muito de ouvir e ler livros de estórias; especialmente usava mais ler a estória de Galaaz em que se continha a suma da Távola Redonda; e porque em ela achava que, por virtude de virgindade que em ele houve e em que perseverou, Galaaz acabara grandes e notáveis feitos que outros não puderam acabar. E ele desejava muito de o parecerem alguma guisa, e muitas vezes em si cuidava de ser virgem, se a Deus prouvesse. E por isto ele era mui afastado do que lhe seu pai falara em jeito de casamento'.".

[196] Segundo o que refere Dante Alighieri na *Divina Comédia*: Dante Alighieri, *The Divine Comedy* (text and translation by Geoffrey L. Bickersteth), Oxford, Basil Blackwell, 1986 (Inferno, canto 5).

influência nefasta, causa mais que provável da denominada "enfermedad caballeresca" que parecia atacar o velho fidalgo[197].

[197] Miguel de Cervantes Saavedra, "Don Quijote de la Mancha", Angel Valbuen Prat (ed.), *Obras Completas*, Madrid, Aguilar S. A. ediciones, 1952, pp. 1026-1524. O trecho referido encontra-se na p. 1053b, integrado no cap. VI ("Del donoso y grande escrutínio que el cura y el barbero hicieron en la librería de nuestro ingenioso hidalgo", pp. 1051-1054).

«Ecco Dite» dicendo «ed ecco il loco
ove convien che di fortezza t'armi».
Com'io divenni allor gelato e fioco
nol dimandar, lettor, ch'io non lo scrivo,
però ch'ogni parlar sarebbe poco.
Io non morii e non rimasi vivo;
Dante, *Divina Comédia*, "Inferno": XXXIV, 20-25

II PARTE

AS PENAS DE ÍCARO

As narrativas historiográficas, em língua vernácula, elaboradas, durante os sécs. XIII e XIV, a partir do trabalho marcante levado a cabo sob os auspícios de Afonso X, o Sábio, procuraram construir *imagines mundi* coerentes, senão mesmo ideais, como também reconhece Georges Martin:

> A la différence de Luc et de Rodrigue qui prétendaient révéler ce qui est en narrant ce qui fut, les historiographes alphonsins montrent dans ce qui fut ce qui doit être.[1]

É certo que os textos afonsinos foram frequentemente reformulados, por vezes com bastante profundidade, de acordo com os momentos, os espaços e os interesses que rodearam o desenvolvimento das diversas manifestações textuais desta extensa família. No entanto, e independentemente das múltiplas variações decorrentes, regra geral, de condições contextuais, mormente sociais e políticas, muitos são também os elementos que se mantiveram estáveis, no que respeita à valorização de uma série de noções éticas a transmitir.

Assim, e ainda segundo Georges Martin, será possível considerar, como "traço caracterizador"[2] deste grupo cronístico, a acentuação de um ideal de

---

[1] Georges Martin, *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck, 1992 (Annexes des *Cahiers de Linguistique Hiapanique Médiévale*, 6), p.382.

construção / transmissão de uma "ordem do mundo", anelo este que é ainda complementado por cambiantes moralizadores e didácticos. Assim, e na medida em que este tipo de texto se lança, também, em direcção ao futuro, os elementos acima referidos terão igualmente uma face, até certo ponto, profética ou, pelo menos, no caso de bem transmitirem os seus valores, desejavelmente profética[3].

Ao articular as intenções didácticas com a construção de uma ordem do mundo, ideal em perfeição e harmonia, a historiografia depara com a árdua mas inevitável questão da representação dos valores negativos. Ao aspirarem à construção de "discursos de totalidade", as crónicas aqui em análise têm, forçosamente, que incluir o reverso do que veiculam com a chancela do positivo. Como nas restantes artes[4], a harmonia implica a coexistência do feio e do mau a par do belo e do bom, pois os primeiros são essenciais para a apreciação devida dos segundos. Além disso, o mau, ou o feio, só estão bem representados quando exibem a sua verdadeira negatividade, pois só assim se alcança a tão procurada harmonia entre o conteúdo ou a intenção e a sua expressão artística.

O facto da harmonia mais completa implicar a coexistência do desigual reflecte-se, nestas crónicas, de forma bem evidente, precisamente na apresentação de exemplos negativos a par dos positivos. Esta característica

---

[2] Note-se que esta proposta de "traço caracterizador" não se refere a "exclusividade" ou a "inovação" radicais. Efectivamente, os elementos em causa já se encontram presentes em textos anteriores. O que se pretende aqui acentuar é o maior espaço e a maior atenção atribuídos, comparativamente a textos mais antigos. Note-se ainda que Georges Martin propõe esta distinção relativamente à historiografia imediatamente anterior (Tudense e Toledano) que caracteriza como propostas de reflexão política representativas de correntes ideológicas presentes na corte de Fernando III e que eram expostas com bastante liberdade pelos cronistas mesmo quando escreviam a mando de um rei. Assim, o historiador assume-se como interlocutor do soberano propondo estratégias de poder: Lucas de Tui manifesta uma desconfiança extrema contra a aristocracia leiga, no que é contrariado por Rodrigo de Toledo, um grande senhor de procedência nobre, que se mostra favorável à acentuação da harmonia fundamental e básica que deveria unir a coroa e a aristocracia, modificando assim o propósito socio-político de Lucas de Tui. Em contraposição, no trabalho realizado sob a tutela de Afonso X, a figura do historiador dilui-se perante a autoridade régia e manifestam-se intenções didácticas viradas para um público mais alargado, ou seja, uma elite de suporte de uma monarquia centralizadora. Estas distinções são apresentadas por Georges Martin, 1997a ("Paraphrase (transcription / traduction; approche lexico-sémantique)", pp. 69-105) ou ainda em *idem*, (1992), lv. II ("Idéologiques").

[3] Cabe aqui relembrar a noção em como a "profecia" é a "história do futuro", não se verificando diferenças de natureza entre estes dois géneros que se distinguem unicamente na medida em que os factos relatados pela história, porque já passados, são datáveis. Sobre este assunto, ao qual voltaremos, ver Bernard Guenée, *Politique et Histoire au Moyen Âge. Recueil d'articles sur l'histoire politique et l'historiographie médiévale (1956-1981)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981, (14: "Temps de l'histoire et temps de la mémoire au Moyen âge" pp. 253-63).

[4] Sobre este assunto ver Edgar de Bruyne, *op. cit.*, nomeadamente vol. II, p. 118.

encontra-se subjacente não só à produção mais chegada ao *scriptorium* afonsino como também aos diversos testemunhos que, mesmo quando reformulam de modo mais profundo o seu modelo, não parecem modificar, na sua essência, as distinções básicas entre os valores positivos, a propor, e os negativos, a veicular para futuro reconhecimento e prudente salvaguarda e afastamento. Do mesmo modo, nunca deixa de ser reafirmado o papel e a função pragmáticos da historiografia na difusão didáctica destes princípios, seja pela reiteração de excertos já presentes em narrativas anteriores[5], seja pelo seu desenvolvimento, graças à introdução de passos novos que reformulam, mas, ao mesmo tempo reiteram e glosam, acentuando assim as mesmas noções, como sucede com o excerto introduzido aquando do rearranjo dos códices E1-2[6] ou ainda com outro trecho que surge na *Crónica de 1344*:

> Mas algũus reprehendem em este logar os compoedores das estoryas, por que entremeterõ, ẽ meo dos regimentos dos reys, os concelhos geeraaes, ca esto he cousa que perteence a feyto de clerigos; ca ẽnos livros das cronicas melhor era de se screpver as nobres cavallaryas e as boas façanhas que fezeron os reis e os castigos e exemplos que de si deron a seus poboos, ca de encher folhas de estoryas de bispos e clerigos. E a esto responde desta guysa: que esto foy feyto por duas cousas. A primeyra, por que, despois que o papa Silvestre recebeo do emperador Costantim o dote da igreja, segundo avedes ouvydo, muytos bispos e clerigos se estenderõ de fazer algũas cousas que nõo eram pertẽecentes aa fe catholica nẽ ao proveyto das suas almas; e otrossy d'antr'elles foron levantadas muytas e grandes heresias, assi como de Arrio e doutros semelhantes, aas quaaes cousas os sanctos bispos que zelavam a ley de Deus e a fe de Jhesu Cristo nõ podyam per si nem per suas pregaçõoes poer cobro. E, pera esto, espertavam os reys que sentyam seer bõos catholicos e conformes com a ley de Jhesu Cristo, per suas pregaçõoes e per seus conselhos, que restrãgessen as maldades dos que mal obravam e destroissen aquellas peçoentas heresyas e que fezessem ẽ cert logar ajuntar todollos bispos do seu senhoryo, pera seer con elles feito concelho do regimẽto das vyrtudes

[5] Como sucede com a reiteração do prólogo afonsino, nomeadamente do trecho citado na I Parte: 1.3 (PCG: I, 3b). Por sua vez, e como também já foi referido, o texto afonsino ecoa a história do Toledano (DeRH: 5-6).

[6] O excerto em questão, introduzido no início do códice E1, inclui a seguinte passagem: "Onde si por las cosas passadas quiere alguno saber las venideras, non desdenne esta obra, mas tengala en su memoria. Muchas vezes conviene esto leer, ca podemos muchas cosas ver, por las quales te aprouecharas et en las cosas arduas ensennado te faras; ca ssaberas qualquier cosa si es açepta la tal o si es ynepta, vayas ante al

> e do esquyvamento dos pecados. E os reis, veendo o maao viver dalgũus deshonestos e que aquello era servyço de Deus, faziam vĩir os bispos per sy ou per seus procuradores a Tolledo ou a Sevylha ou a outro logar e ally ordenavam suas cousas o mais sanctamente que podiam, segundo o que ja avedes ouvydo. E a segunda cousa, por que forõ postos ẽos livros dos reis, foy por elles saberen os regimentos e constituçõoes que em estes concelhos eram feytos ãtre os clerigos e os leigos e pera os fazerem guardar, que nem hũus delles nõ passassem os limites e termhos que lhes eram postos. E, desque o soubessen, que os fezessen guardar. (1344b: II, 214)

Torna-se, no entanto, necessário acentuar que o procedimento didáctico de veicular valores por meio de exemplos ultrapassa largamente o simples *corpus* dos relatos aqui em questão. A sua presença e utilização ultrapassa ainda, e de forma bem extensa, quer a tradição das fontes manejada por esta historiografia, quer todo e qualquer desenvolvimento ou reelaboração posterior destes textos. Com efeito, a eficiência deste tipo de apresentação de valores éticos atravessa toda a literatura da época. A um nível mais explícito, a literatura moralista, ou sapiencial, com as suas recolhas de sermões, contos exemplares, vidas, milagres, "castigos", ou mesmo lendas, constitui um manancial de *exempla* úteis, seja para os regimentos de príncipes, seja para a educação religiosa, seja para a ilustração geral de um público mais alargado. Também na prosa e poesia narrativas, bem como na lírica, ou ainda em disputas ou encenações teatrais, independentemente destas formas poderem apresentar facetas, umas vezes mais ortodoxas, outras vezes mais profanas ou mesmo transgressoras, e apesar de frequentemente o aspecto didáctico ser aqui menos assumido, vários são, no entanto, os valores e modelos que não deixam de ser retratados e transmitidos. Finalmente, a própria regulamentação jurídica teórica ou a prática social dão provas da coincidência entre os valores que vemos serem transmitidos e os exercidos.

Numa sociedade dominada por uma cultura predominantemente oral, frequentemente orientada por exemplos conhecidos de todos, rara era a história que, aludida, não desdobrava, no mesmo instante, em cada ouvinte, o mundo da sua narrativa, implicitamente carregada dos valores éticos que tradicionalmente

---

fin, o el fin a las muy buenas cosas se mueua, por el qual fuyendo de las cossas peores tomaras las

ilustrava[7]. Ainda no âmbito das características marcantes desta oralidade norteada por valores e estruturas mais ou menos fixos, é interessante recordar a capacidade para compor, nomeadamente um determinado tipo de textos épicos onde, subjacente ao "improviso" levado a cabo pelos seus recitadores / "autores", se verifica a segurança de uma "rede" de técnicas compositivas e de situações e estruturas pré-concebidas a que o cantor pode sempre lançar mão[8]. A um nível mais erudito, é ainda esta capacidade mnemónica e o seu exercício aturado que explicam a capacidade de muitos autores medievais para memorizar e citar de cor (se bem que de forma nem sempre isenta de falhas) passagens de extensão por vezes considerável[9].

A cronística ibérica aqui analisada surgiu e evoluiu imersa neste tipo de sociedade, comungando deste fundo cultural, aspirando, concomitantemente, à criação de modelos sociais e de comportamento. Perante a permeabilidade que se verifica entre o imaginário, a sociedade e a literatura, três níveis distintos mas que se espelham e interagem em permanência; perante também o facto destas

---

meiores." (PCG: I, 2).

[7] Sobre a oralidade subjacente à cultura medieval, ver os clássicos de Paul Zumthor como o *Essai de poétique médiévale*, Paris, Seuil, 1972; "Pour une poétique de la voix", *Poétique*, 40, 1979, pp. 514-524; "Le discours de la poésie orale", *Poétique*, 52, 1982, pp. 387-401; *Introduction à la poésie orale*, Paris, Seuil, 1983, *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale*, Paris, PUF, 1984; "Litteratus / illitteratus – remarques sur le contexte vocal de l'écriture médiévale, *Romania*, 106, 1985, pp. 1-18 ou ainda *La lettre et la voix de la 'littérature' médiévale*, Paris, Seuil, 1987. Ver igualmente Ramón Menéndez Pidal, *Poesía Juglaresca y Juglares*, Madrid, J.A.E.I.C.-C.E.H., 1924, particularmente no que respeita ao estudo sobre os jograis de poesia narrativa (III) ou, para um estudo mais concreto, Edmund de Chasca, *El arte juglaresco en el "Cantar de Mio Cid"*, Madrid, Gredos, 1967. Sobre sistemas de memória bem como o trabalho e a função destes na sociedade medieval ver ainda Mary Carruthers, *op.cit.*(1992) ou Janet Coleman, *Ancient and Medieval Memories. Studies in the reconstruction of the past*, Cambridge / New York / Port Chester / Melbourne / Sydney, Cambridge University Press, 1992, um estudo sobre o pensamento, a memória e a reminiscência segundo os autores Antigos e os seus leitores medievais.

[8] A constatação destas características estiveram na base do desenvolvimento da corrente conhecida como "tradicionalismo americano" ou "oralismo". Esta corrente teve como impulso inicial o trabalho e as teses de Milman Parry e Albert B. Lord elaboradas nos anos 60 do séc. XX a partir do estudo da "epopeia viva", com especial incidência para a análise das técnicas formulárias usadas pelos cantores jugoslavos e pelos povos da Ásia central, onde procuraram confirmar as conclusões a que tinham chegado na sequência do estudo do estilo homérico. Para os oralistas, a recitação é feita em quadros mais ou menos independentes, cada quadro sendo formado por elementos menores, numa organização de tipo molecular: cada tema é constituído por motivos e cada motivo por *clichés* ou fórmulas, peças pré-fabricadas que o cantor adapta às suas necessidades. Esta teoria explica o facto dos cantores jugoslavos conseguirem recitar longas canções depois de as ouvirem uma única vez: bastava decorar o fio narrativo, não era necessário memorizar as palavras porque as cenas eram descritas segundo as estruturas preexistentes e a sensibilidade poética de cada um.

[9] Sobre diferentes técnicas de memorização e capacidades mnemotécnicas excepcionais ver, ainda, Mary Carruthers, *op. cit.*.

narrativas procurarem transmitir uma ordem do mundo, torna-se fundamental tentar verificar como é que os textos em questão lidam com aqueles valores que são frequentemente assumidos como declaradamente negativos. É certo que a forma mais evidente de os apresentar é como *exempla a contrario*[10]. No entanto, múltiplos casos e situações não deixam de sugerir uma série de facetas mais nebulosas ou de ser veiculados, por vezes, sob pontos de vista mais ambíguos, apresentações estas que poderão depender, quer do carácter e da influência das fontes utilizadas, quer das intencionalidades que o próprio texto cronístico pretender atribuir a determinados trechos, e que poderão variar de acordo com múltiplos factores. Dado o trabalho que a narrativa de algum tipo de situações mais incómodas terá, certamente, dado aos cronistas ibéricos dos sécs XIII-XIV, esses extractos revelam-se terreno fértil para identificar características dos processos criativos e retóricos subjacentes à elaboração de esta historiografia, nomeadamente no que respeita às formas como integrara trechos e personagens mais acentuadamente ficcionais e/ou excessivos. Estes procedimentos são, muitas vezes, marcados por uma conveniente "cegueira" dado que, como por *praeteritio* ou *denegatio*, com frequência, exibem e exaltam precisamente o que, em termos mais teóricos ou mais estreitos e lineares, pretendem censurar.

[10] Esta técnica foi teorizada desde os mais antigos testemunhos gregos, como seja, por exemplo, em Aristóteles, *Retórica*, Lisboa, I.N.-C.M., 1998, Livro I, 2 ou Livro II, 20.

1. Os protagonistas do excesso

O contexto ordenador e moralizante acima esboçado permite colocar uma série de questões que convergem na problematização de uma das características fundamentais da família textual em causa: a integração e desejável harmonização entre a produção analística e os relatos mais desenvolvidos épico-romanescos. Como já foi apontado, a crescente absorção destes últimos até quantidades inauditas ao momento, terá sido um dos factores que estiveram na base da extensa divulgação e aceitação dos produtos afonsinos e seus derivados. Porém, ao dar abrigo a relatos menos factuais e mais literários a historiografia afonsina abriu as portas, não só à sedutora e desejada vivacidade de esta narrativa mas, também, a outro traço fundamental do texto literário que consiste na ambiguidade. A pluralidade das leituras possíveis que caracteriza estes textos facilita a sua utilização com vista a fins diversos. Espada de dois gumes, a integração revela-se problemática na medida em que terá obrigado as equipas afonsinas e subsequentes reformuladores a consideráveis esforços retóricos com vista a um nem sempre conseguido "domínio da literatura". Se por um lado a maior vivacidade e emotividade são fundamentais para o cativar de um público alargado (o que consequentemente possibilita a transmissão mais ou menos pragmática de valores e ideais), a sua ambiguidade básica é também um convite permanente à manipulação.

A partir da articulação do contexto ético e moralizante desta historiografia com a absorção de relatos épicos e romanescos, seguidamente serão analisadas algumas formas e estratégias retóricas que os cronistas dos sécs. XIII e XIV acharam por bem pôr em prática no processo de incorporação e de adequação de uma série de personagens que, pelo menos em princípio ou teoricamente, se apresentam como marcadas por traços valorizados negativamente. Será também possível verificar como o tratamento dado a estas personagens e situações varia consoante se alteram os interesses que terão presidido à sua integração e/ou modificação.

1.1. Modelos básicos de *exempla a contrario*

Os traços que a construção de uma "ordem do mundo" pode valorizar negativamente são múltiplos e variáveis consoante as finalidades que cada "ordenamento" se impuser. Porém, tanto no contexto mais restrito da historiografia (e desta historiografia em particular), como no mais alargado da mentalidade medieval cristã, e sem nunca esquecer a permeabilidade constante entre estes dois níveis que acabamos de apontar, é possível constatar que algumas das características mais estigmatizadas são-no de uma forma que se apresenta como imutável e perene. Tal é o caso do excesso, bem como da traição que frequentemente daí decorre. Equacionadas ambas com o demoníaco, estas "falhas" e/ou "perfídias" concentram em si grande parte dos terrores que povoaram o imaginário medieval, sendo entendidas como as piores ameaças à ordem social e ao sistema de valores vigente.

Inútil será insistir na importância, durante a Idade Média, da integração de cada indivíduo nos grupos sociais[11]. A cristandade, o companheirismo guerreiro, a coesão familiar ou artesanal, definem cada pessoa, atribuindo-lhe um lugar bem determinado na sociedade e uma razão de ser. Tendo ainda em conta que estamos a lidar com uma civilização que mantém uma certa tradição de fechamento decorrente de situações e momentos de maior insegurança que terá vivido ou que eventualmente ainda se arrisca a viver, a coesão, o respeito pela hierarquia e a

[11] Sobre a questão da importância da comunidade e da exclusão na Idade Média ver Jacques Le Goff (1983 e 1984), vol. II, pp. 34-36, 75-85 e *idem*, *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, Ed. 70, 1989, pp. 169-75. Para algumas noções básicas e gerais acerca da civilização medieval e mais concretamente sobre os laços de dependência e fidelidade inerentes a essa sociedade ver Aron Gurevitch, *As categorias da cultura medieval*, Lisboa, Caminho, 1990 (particularmente pp. 183-243); Marc Bloch, *Mélanges Historiques*, Paris, École Pratique des Hautes Études / Centre de Recherches Historiques, 1963 (sobretudo a III Parte: "Les Institutions Féodales", pp. 177-258); *idem*, *A sociedade feudal*, Lisboa, ed. 70, 1987; Jacques Le Goff, *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, Lisboa, Estampa, 1980 (para o ritual simbólico da vassalagem, pp. 325-385); *idem*, (1983 e 1984); Georges Duby (1989); Adalbert Dessau, "L'idée de la trahison au Moyen Âge et son rôle dans la motivation de quelques chansons de geste", *Cahiers de Civilisation M*édiévale, 2, 1959, pp. 23-26 ou ainda, para o caso específico de Portugal, José Mattoso, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987. No que respeita à evolução social verificada na passagem para o período pós-feudal e o papel que a literatura desempenhou nesse processo, nomeadamente no que respeita ao controlo / sublimar da violência social, ver o estudo de R. Howard Bloch, *Medieval French Literature and Law*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1977.

estabilidade, só podiam ser considerados bens fundamentais. Daqui decorre que a expressão de uma qualquer diferença, frequentemente associada a manifestações de excesso, possa ser entendida como uma tentativa de ultrapassar a condição atribuída aquando do nascimento e seja, consequentemente, vista como um ataque contra o frágil equilíbrio social. Assim, perante um *status quo* onde o desejo de estabilidade não seria um elemento menor, qualquer manifestação contrária ao prosseguimento da "boa harmonia" era, naturalmente, entendida como atentatória à sociedade no seu todo e não são poucas as obsessões e as desconfianças decorrentes de tais situações. No entanto, e por outro lado, o excesso e seus derivados são características universalmente presentes e recorrentes no decurso normal da humanidade, permanentemente afastada dos ideais de uma sociedade perfeita, e por isso, por mais que os textos tentem apresentar o que "deve ser", têm igualmente que contemporizar com "o que é" e "foi" sob pena de total inverosimilhança.

Inúmeras vezes interrelacionados, traição e excesso são, com bastante frequência, características exibidas por personagens que integram narrativas épicas. O predomínio da "traição" constituiu traço distintivo suficiente para classificar um subgrupo das canções de gesta francesas[12] e o "excesso" tem sido apontado como uma característica inerente ao herói épico[13]. Era impossível que a cronística ibérica, dos sécs. XIII-XIV, ao integrar extensivamente múltiplas manifestações do *corpus* épico-romanesco tradicional, pudesse ignorar características deste tipo e importância. Ao absorver as violentas narrativas conhecidas de todos e que punham em cena os casos mais extremos, seria impensável não integrar as múltiplas cenas de traição e de excesso sob pena de

[12] Referimo-nos, obviamente, ao ciclo dos barões rebeldes. A distinção a que nos referimos e que remonta à proposta de Bertrand de Bar-sur-Aube (fim séc. XII – in. séc. XIII) tem por base, precisamente, as preocupações ideológicas dominantes em cada grupo de canções.

[13] Sobre este assunto ver Micheline de Combarieu du Grès, *L'idéal humain et l'expérience morale chez les héros des chansons de geste: des origines à 1250*, Aix-en-Provence / Paris, Université de Provence / Champion, 1979 que estuda as diversas formas que o excesso pode tomar numa sociedade obcecada pela imobilidade social. É possível que a rebelião épica comece por um desejo de independência, uma busca de liberdade, uma afirmação de si próprio, mas esta pode gradualmente ir alterando a personalidade do herói que procura constantemente ultrapassar-se, desafiar os homens, a sociedade e, em última instância, mesmo Deus. Este guerreiro orgulhoso e excessivo que quebra todos os limites opõe-se ao herói exemplar cujo comportamento procura servir o interesse geral da comunidade e de Deus.

promover o seu menor reconhecimento e, em consequência, a desconfiança por parte do público.

Resta pois ao cronista absorver os diversos casos com que depara nas suas fontes. Mesmo que opte por ignorar alguns, a grande maioria terá sido integrada, se bem que muitas vezes na sequência de um tratamento retórico que os ajuste às finalidades morais e didácticas a que o relato historiográfico pretende obedecer. Este tipo de actuação verifica-se, nomeadamente, com Afonso X. É curioso constatar, por exemplo, como, neste caso, a historiografia se articula inclusivamente com a obra legislativa, procurando estabelecer linhas de conduta para que os súbditos saibam exactamente como respeitar e servir o rei e os seus mais próximos familiares e servidores[14].

A forma mais simples de retratar as personagens de cariz negativo é, como já referimos, a sua apresentação como *exempla a contrario*. Este modo de tratamento concentra-se, regra geral, em traidores, retratados no pior de si mesmos, não se poupando os textos aos insultos mais violentos. Estes podem ir desde as piores maldições[15] até apodos que passam a fazer parte dos nomes das personagens[16]. Em oposição[17], verifica-se o louvor incondicional da "fé" e da "lealdade" elogiadas numa glosa ao Toledano (DeRH: VII, xviii):

---

[14] Sobre esta questão ver Aquilino Iglesia Ferreiros, *Historia de la Traición. La traición regia en Leon y Castilla*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1971. Este autor, analisando as codificações relativas à traição com base numa perspectiva da história do direito, aponta precisamente como a evolução da noção de traição se insere no contexto da luta pelo poder entre nobreza e monarquia, ou seja, um ponto fundamental que marcou a tanto a historiografia afonsina como os seus desenvolvimentos posteriores. No que respeita ao "apport" legislativo de Afonso X ver sobretudo o cap. IV. Também J.G. Bellamy, *The Law of Treason in England in the Latter Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970 refere a existência de duas doutrinas da traição, uma veiculada pela realeza e seus conselheiros e outra dominante entre os barões e a população em geral (pp. 209-210).

[15] Como seja a maldição do arcebispo de Santiago contra aqueles que o acusaram falsamente e que é extensiva à linhagem dos ofensores: "En el linaje que vinier de Çadón e de Cadón e de Ausilón, nunca mengüe y malato e gafo, nin coxo nin çiego, nin manco, nin vil" (Cr20R: 120), ecoada nas restantes crónicas.

[16] Como por exemplo "Roy Blasquez el traydor" (PCG: II, 441a), "el traydor de Vellid Adolffo (PCG: II, 512a) ou "el traydor del conde Roy Uela" (PCG: II, 471a).

[17] Oposição manifesta sobretudo em alguns discursos de líderes, como Petreo (PCG: I, 73-74 – cap. 98) ou nos diálogos de Fernão Gonçalves com os seus homens (PCG: II, 401 – cap. 698). O par temático surge igualmente nas palavras do conde Malrric: "Si yo so leal o traydor o aleuoso, non lo se;" (PGC: II, 670b) onde também está subjacente a fragilidade da fronteira que separa estas noções, um assunto que será retomado adiante.

> El arçobispo don Rodrigo de Toledo que fue, departe en este logar de la fe et de la lealtad, et dize assi: que ninguna cosa non es de mayor gloria nin de mayor preç que la fe et la lealtad. Et la fe et la lealtad una cosa quieren ser et en uno se tienen, pero con tanto departimiento como uos agora aqui pornemos: que esta palabra "fe" es dicha por aquello que creemos Padre et Fijo et Spiritu Sancto, et las cosas que a esto pertenesçen. Et deste nombre "fe" uiene este otro nombre que dezimos "fieldad" et "fiell"; et aquel omne es fiel que guarda la fe a Dios et a los omnes et a su alma, et las cosas que la fe manda. Otrossi este nombre que dezimos "lealtad" nasçe deste otro que dezimos "ley", e otrossi "leal"; et leal es aquel que guarda la ley a Dios et a ssi et a los omnes, et lealtad es aquella guarda. Et fe es la creençia, et ley las buenas costumbres della; et fe es el bien, et ley es las buenas costumbres por o ell alma ua a aquel bien que es la fe. Por que dezimos que fe et fiel et fieldad, et ley et leal et lealtad, en uno se tienen et a un bien uan. Et dize aun sobresto ell arçobispo que ninguno non puede fazer plazer a Dios que sin fe fuere. (PCG: II, 671b-672a)

Esta reflexão remete-nos para a dimensão religiosa subjacente aos termos em questão. Com efeito, as expressões negativas também carregam, com frequência, uma dimensão religiosa a par da moral, o que as torna tanto mais ofensivas e pesadas[18]. Por isso, mesmo se ocasionalmente e em situações determinadas, as expressões disfóricas referidas possam constituir meras palavras de injúria ou ofensas genéricas[19], na grande maioria dos casos, são usadas com respeito a personagens efectivamente apresentadas como possuidoras dos defeitos em questão. Assim, perante a panóplia das ocorrências destes traços, é

[18] Com efeito, é possível estabelecer um paralelo entre a traição de tipo humano (social, política, pessoal...) e a de nível religioso, praticada contra a divindade, frequentemente reflexo de um comprometimento humano que se quebra (sempre que se verifique um juramento, do qual Deus é testemunha). Enquanto que a primeira pode ter como castigo o exílio, ou seja a expulsão de um determinado território, a segunda, pode implicar a excomunhão, o afastamento da comunidade cristã. É possível referir ainda um terceiro nível de exclusão social que consiste no escorraçar dos leprosos. Com efeito, a lepra é o equivalente físico e corporal da "doença" metafórica, ética e/ou espiritual, que provoca os outros dois tipos de expulsão, sendo-lhe, por isso, frequentemente, comparada. Como exemplo da carga simbólica que esta doença carrega enquanto reacção exterior e visível a erros e culpas (nomeadamente de traição), é possível referir o caso de Fruela II: "Pues que el rey don Fruela ouo regnado un anno et dos meses, quanto auemos dicho suso que regnara, engafecio; ca los malos non quiere Dios que lleguen a la meatat de sos dias. Et por ende perdio muy ayna el regno, ca fizo grand pesar a Dios porque mato los omnes que lo non merecieran, et echo de la tierra al obispo don Frominio, " (PCG: II, 388b).

[19] Como se verifica na história de Fernão Gonçalves que chama traidor ao arcebispo («don traydor» PGC: II, 414a) – apesar de este nunca ser apresentado a matar ninguém à traição (bem pelo contrário), é, no entanto, caracterizado como "omne malo et desonrrado" (*idem, ibidem*) – ou, ainda, nos insultos que os homens do Cid chamam aos mouros: "«falsos traydores renegados, dat la villa al Çid Ruy Diaz," (PCG: II, 574b).

possível traçar um quadro geral das formas e níveis que, tanto a traição, como as restantes características que lhe costumam ser contíguas podem tomar no contexto do imaginário subjacente a este *corpus* textual. Há, no entanto, que acentuar a ambiguidade e variabilidade que iremos encontrar no tratamento destas questões. A origem mais acentuadamente literária da maioria dos relatos que veiculam este tipo de situações poderá justificar a característica acima apontada. No entanto, também é possível referir a presença de indefinições legais e de nomenclatura, fruto da coexistência de tradições e concepções distintas[20].

Na sequência da "tradução" / "glosa" da reflexão do arcebispo de Toledo, acima transcrita[21], é possível retomar a discussão acerca dos matizes religiosos que integram a semântica do vocabulário da traição[22]. Com efeito, os protótipos deste tipo de atitude são, regra geral, as figuras negativas veiculadas pela religião cristã e acentuadas pelo imaginário popular. Referimo-nos, obviamente, primeiro a Lúcifer, o traidor primordial, colocado por Dante no mais profundo do inferno. Seguidamente, perfila-se a figura de Judas que, por ter traído Cristo, passou

---

[20] Sobre a natureza vaga e a flexibilidade na jurisdição, procedimentos, punições, confiscações e perdão dos crimes de traição ver S. H. Cuttler, *The Law of Treason and Treason Trials in Later Medieval France*, Cambridge / London / New York / New Rochelle / Melbourne / Sydney, Cambridge University Press, 1981 bem como J. G. Bellamy, *op. cit.*, 1970 e Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, 1971. Por exemplo, no que respeita aos castigos, é possível encontrar referências a inúmeras práticas como a decapitação, o afogamento, o arrastamento, o esquartejamento ou o queimar seguido do espalhar das cinzas... Cuttler, *op. cit.*, sobretudo no cap. 5, refere ainda as variações no que respeita ao castigo solidário da família (pela corrupção do sangue) que pode ir até uma relativa impunidade (que não isenta, no entanto, da infâmia e de limitações no que respeita à aceitação social). Sobre este ponto, ver concretamente Aquilino Iglesia Ferreiros *op. cit.*, pp. 142 e 246 ou S.H. Cuttler, *op. cit.*, p. 8). Curioso é ainda referir que, de acordo com algumas codificações, a traição (nomeadamente a traição régia) é o crime cujos autores podem inclusivamente ser julgados e condenados mesmo após a sua morte (Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, pp. 172, 234-36, 245). Cabe ainda aqui lembrar como a Humanidade pode ser vista como a família solidariamente castigada por causa da traição de Adão a Deus.

[21] Sobre a questão da liberdade interpretativa das traduções medievais ver o que já foi dito sobre o assunto na I Parte (nomeadamente nas notas 173 e 174). Também neste caso será pois adequado o uso do termo "transposição livre", uma noção que designa um trabalho onde se combinam traduções mais literais com paráfrases livres e inserções textuais. Sobre este assunto ver A. Vernet, "Les traductions latines d'oeuvres en langues vernaculaires au moyen âge", G. Contamine (ed.), *Traduction et traducteurs au moyen âge*, Paris, 1989, pp. 225-241 (p. 228) uma vez que o texto afonsino não se coíbe de alargar o excurso do Toledano conforme a sua vontade, como constata Peter Linehan, "From Chronicle to History: Concerning the *Estoria de España* and its Principal Sources", Alan Deyermond (ed.), *Historical Literature in Medieval Iberia*, London, Department of Hispanic Studies / Queen Mary and Westfield College, 1996, pp. 7-33: "In the *Estoria de España* there was more of it – as for example in the extension of Rodrigo of Toledo's disquisition on the subject of *fides* and *fidelitas* in his account of the faithless early years of the reign of Alfonso VIII to embrace the theme of 'ley' and 'lealtad' as well." (p. 11).

[22] Sobre a questão do surgimento da noção de traição em ambiente feudal e do seu aproveitamento no âmbito religioso ver Alain Boureau, "De la félonie à la haute trahison", *Le Genre Humain*, 16-17 ("La Trahison"), 1988, pp. 267-91.

igualmente a encarnar o paradigma dos traidores exemplares. Finalmente, Maomé também não deverá ser esquecido, uma vez que se trata de uma figura habitualmente apresentada com os piores defeitos, onde se pode destacar a sua falsidade, capacidade para enganar, ligação ao demónio e vontade de distorcer a religião cristã[23]. Com efeito, Maomé, dada a expansão da religião por ele difundida, pode ser ainda considerado como o protótipo de todos os heresiarcas, solidariamente empenhados na traição da ortodoxia.

Será assim possível falar de uma estrutura triangular encabeçada por Lúcifer, a encarnação primordial do mal, e que se revela como o primeiro traidor (relativamente a Deus) e enganador (relativamente ao pecado original de Adão e Eva). Logo no patamar seguinte, Lúcifer estará ladeado pelo traidor Judas e pelo enganador Maomé. A partir destes, formam-se as constelações ideológicas disfóricas que vão denegrir os respectivos povos: judeus e muçulmanos, bem como, por extensão, os heréticos em geral. Cria-se assim uma estrutura especular onde cada um destes grupos humanos, marcados negativamente, espelham os defeitos daquele que é tido como o seu protótipo, o qual, por seu turno, concentra em si o conjunto das características disfóricas que, de forma mais ou menos dispersa, marcam o seu povo[24].

Considerados como os representantes coevos de traições e enganos primordiais, os seguidores destes credos não podem deixar de carregar nos seus ombros esses mesmos defeitos que fazem deles traidores e enganadores por natureza[25]. No entanto, verificam-se excepções. Por um lado, a historiografia,

---

[23] Estas características encontram-se presentes na história de Maomé relatada na *Estoria de Espanna* (caps. 466-67, 469, 471-72, 475, 478, 483, 486-89, 493-94).

[24] É interessante salientar, no que respeita à criação de protótipos, a existência de códigos que, tanto a nível das descrições textuais como a nível iconográfico marcam determinadas figuras, sendo o traidor um destes casos. Surgem, no entanto, por vezes, algumas situações curiosas como seja, por exemplo, no caso dos traidores, estes serem tão frequentemente apresentados como ruivos que por vezes os artistas têm tendência a preferir o estereótipo em detrimento da verosimilhança, aplicando essa característica a muçulmanos.

[25] É bastante frequente a noção segundo a qual Judas é o modelo do povo judeu. Sobre este assunto ver Jean R. Scheidegger, "Traître ou sauveur? Judas dans les traditions chrétiennes et juives du moyen âge", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 21-34 (p. 21) ou Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, 1971, pp. 90-93 e 123 que refere como Judas foi visto como o protótipo do traidor e como se verificou a evolução histórica que conduziu à associação entre "traição" e "infiel". Ver ainda Marta Madero, *Manos violentas, palabras vedadas – La injuria en Castilla y León*

apesar de comungar e, até certo ponto, espelhar estas noções genéricas, não deixa de apontar alguns casos onde, geralmente um muçulmano, se apresenta como uma personagem leal[26]. Dada a proximidade dos reinos mouros bem como o decorrente conhecimento e a permeabilidade social e política que se ia verificando entre as diferentes etnias, seria impossível um retrato inteiramente disfórico sob pena do texto incorrer em inverosimilhança. Acresce ainda a utilidade comparativa da apresentação de tais personagens que pode servir, por contraste, para marcar o "mau comportamento" de outras figuras que se deseja denegrir até à exaustão[27]. Também no caso de se verificar uma conversão, o

---

(siglos XIII-XV), Madrid, Taurus, 1992, pp. 127-129. Na *Estoria de Espanna* são patentes, sobretudo na narrativa dos períodos mais antigos, várias invectivas contra os Judeus, face aos quais os romanos se apresentam como instrumentos da vingança de Deus contra aquele povo, como se pode verificar, por exemplo, na PCG: I, 133-34 (cap. 183), 135 (cap. 183), 136 (cap. 183) ou 148-9 (caps. 199-200), ou II, 380 (cap. 661). As diversas seitas heresiarcas também não são poupadas, sobretudo nestas narrativas de períodos mais distantes, concentrando-se as invectivas geralmente no final dos diversos capítulos como por exemplo PCG: I, 151 (cap. 206), 155 (cap. 219), 166 (cap. 265), 171 (cap. 277), 172 (cap. 281), 194 (cap. 324), 197 (cap. 330), 197 (cap. 332), 198 (caps. 334-5 e 339) ou 205 (cap. 357), entre outros. Do mesmo modo, Maomé pode ser considerado como modelo para os Muçulmanos cujo carácter enganador e traiçoeiro é tão frequentemente apontado nas narrativas da Reconquista cristã, como se pode verificar na PCG: I: 277 (cap. 501), 280 (cap. 505), 320 (cap. 565) ou PCG: II, 327 (cap. 574), 351 (cap. 618), 334 (caps. 586 e 87), 335 (cap. 588), 336 (cap. 589), 337 (cap. 590), 338 (cap. 594), 349 (cap. 615), 354 (cap. 620), 357 (cap. 624), 358 (cap. 625), 372 (cap. 653), 377 (caps. 656 e 57), 378 (cap. 659), 451-3 (caps. 759 e 762), 455 (cap. 766), 457 (cap. 768), 460 (cap. 771), 461 (cap. 772), 461 (cap. 774), 462 (cap. 774), 463 (cap. 775), 464-5 (cap. 777), 465 (cap. 779), 466 (cap. 780), 567 (caps. 898 e 99) ou 722 (cap. 1037) onde se narram as mais diversas traições perpetradas entre mouros com revoltas assassinatos, batalhas e castigos. Estas múltiplas ocorrências servem para acentuar a deslealdade inerente a este povo e que se concretiza com uma certa frequência, seja relativamente aos habitantes de alguma terra em particular como os de Toledo (PCG: II, 547 – cap. 877) ou os de Córdova de quem é dito que têm o mau costume da traição e da covardia (PCG: II, 458 – cap. 769 ou 465 – cap. 767), seja no geral em expressões do tipo: "contra los moros desleales de Cristo" (PCG: I, 678b) ou "la deslealdat et la suziedat de aquella yente desleal" (PCG: II, 721b), seja ainda num caso particular mas exemplar como o de mouros que mentem e mudam de suserano conforme as ameaças e as conveniências (PCG: II, 395 – cap. 692 ou 676 – cap. 996). Saliente-se ainda a existência de algumas situações onde judeus e mouros são vistos como aliados, o que se encontra bastante explícito na PCG: I, 316 – cap. 561 ou 325 – cap. 571 onde os judeus não só são traidores como ajudam os mouros, uma aliança que se prolonga em PCG: I, 317 – cap. 562. No entanto, esta atitude não se verifica exclusivamente contra os povos ditos "infiéis", pois é possível encontrá-la também relativamente a populações da mesma religião como é o caso dos Galegos, cuja fama é referida por Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, 1971, pp. 129-130.

[26] Sobre este assunto, ver o esquema elaborado por Paul Zumthor, (1972), p. 326, onde se coloca em perspectiva o bom e o mau cristão e o bom e o mau pagão. As personagens só podem transitar entre os campos "bom" e "mau" quando são arrependidos ou pagãos de boa natureza ou então cristãos de má índole. No entanto, dada a diversidade das situações possíveis, as fronteiras não se apresentam sempre com esta limpidez.

[27] Com efeito, o que pode ser mais abjecto do que um cristão que consegue ser mais vil do que um muçulmano? Deste procedimento retórico, que consiste em pôr em paralelo muçulmanos "bons" e cristãos "vis", o melhor exemplo surge na história dos "Sete infantes de Salas" quando os mouros contra quem os infantes se batem dão provas de *pietas* em contraste com a crueldade e traição de Rui Vasques (PCG: II, 440 – cap. 742). Também poderá ser aqui referido Avegalvón, o amigo do Cid que acolhe os infantes de Carrión e suas mulheres imediatamente antes da afronta de Corpes e contra quem os condes manifestam o seu carácter mau e traiçoeiro apesar de este os hospedar. A estratégia surge de forma bem

mouro em causa surge sempre como um exemplo de bom carácter. Esta situação é representada de forma paradigmática pelos dois servidores do corpo do Cid no relato do seu "Moniage"[28]. Em oposição, o cristão renegado ocupará o degrau mais ínfimo da escala de valores, pois, apesar de se limitar a fazer o mesmo que o convertido, fá-lo em sentido contrário. De acordo com o maniqueísmo ideológico no que respeita a estes assuntos, enquanto que o converso passa da esfera negativa para a positiva, o renegado efectua o percurso oposto. Este será tanto mais de criticar porque, ao contrário de quem nasceu integrado em grupos de outros credos, o cristão que renega fá-lo apesar, e depois de ter conhecido a ortodoxia. Trata-se de uma atitude voluntária do positivo para o negativo e que só se verifica nos casos mais extremos, frequentemente na sequência de uma série de faltas onde a traição não costuma ocupar um lugar menor. Como exemplo deste tipo de actuação é possível referir Burdino, que se torna antipapa após uma sequência bastante extensa de deslealdades[29]. Já de sinal contrário será a falsa acusação perpetrada contra o arcebispo de Santiago, mas que, no entanto, é ilustrativa de como as fronteiras são permeáveis e da facilidade com que se passa da traição religiosa para a política e vice-versa:

> tres sieruos que eran de la companna de la eglesia de Santyague, [...], que acusaron de grand culpa contral rey a Athaulfo su arçobispo, et dixieronle que auie el prometido a los moros que recibrie el la ley de Mahomat et que les darie toda tierra de Gallizia. (PCG: II, 443b)

---

explícita no *Cantar de mio Cid*, ed. de Ramón Menéndez Pidal (prosificação moderna de Alfonso Reyes e Introdução de Martín de Riquer), Madrid, Espasa Calpe, 1976, estr. 126-128. Porém, na historiografia o papel desempenhado por esse mouro tem tendência a diminuir como se pode verificar na *Primera Crónica General*, cap. 933 ou na *Crónica de 1344*, cap. DCXLI.

[28] Com efeito, após o segundo casamento das filhas do Cid, Abucax, o mouro que ajudava o herói no governo de Valência decide converter-se, recebendo então o nome de Gil Dias. Esta personagem passa a ser íntima do Cid, acompanhando os seus derradeiros momentos, preparando o seu corpo já morto para poder presidir à última vitória sobre Búcar e servindo-o até à sua própria morte. Nesta última tarefa, Gil Dias é ainda acompanhado por um judeu que também se converte na sequência de um milagre ocorrido após uma tentativa de afronta por parte deste contra o Cid. O judeu recebe o nome de Diego Gil e prossegue a tarefa dedicada de Gil Dias após o seu falecimento (1344b: caps. DCLXXIV-DCLXXXIX).

[29] Na sequência da deslealdade inicial levada a cabo pelos cónegos de Toledo contra o seu primaz Bernardo, que substituem mal este se afasta para participar numa cruzada, Burdino, "omne artero et trauiesso et reboltoso" (PCG: II, 544b), trazido de Limoges pelo primaz de Espanha e honrado por este, intriga contra o seu benfeitor junto do Papa com vista a tomar o lugar de primaz. Não o conseguindo acaba por aliar-se ao imperador Otão tornando-se Papa (aliás, antipapa) com o seu apoio. Burdino acaba a sua vida na prisão. PCG: caps. 873-74; Cr20R: X, xxxv; e correspondentes nas restantes crónicas referidas nos quadros em anexo.

Esta instabilidade também é evidente nos casos das múltiplas personagens que, após terem cometido alguma traição, ou sofrido uma afronta por parte dos seus senhores, têm os seus bens confiscados e vêem-se obrigados ao exílio[30]. As constantes mudanças de alianças facilitam a possibilidade de levar uma vida de mercenário, seja junto de outros reis católicos[31], seja junto de soberanos muçulmanos[32]. No entanto, verifica-se, com alguma frequência, que, em diversos casos, não se dá qualquer absorção religiosa e que se mantém acesa a nostalgia do retorno às terras cristãs, como é patente no caso do exílio do futuro Afonso VI[33], no jogo duplo a favor dos cristãos a que se presta D. Lourenço Soares[34] ou na situação que opõe o Cid a Sancho II:

> El Çid tornado con la respuesta de la mandaderia, pues que dixo al rey don Sancho lo quel respondiera donna Vrraca et los de Çamora et quel non darien la villa en ninguna guisa, el rey quando aquello oyo et que la villa non le darien, fue muy yrado contral Çid, et dixol: «Vos conseiastes a mi hermana que fiziesse esto porque fuestes aqui criado con ella; et si non fuesse por que mio padre me uos dexo en comienda, yo uos mandaria agora matar por ende. Et mandouos que daqui a nueue dias que me salgades de toda mi tierra en guisa que uos non falle y». El Çid fuesse luego pora su tienda, et demando por sus uassallos et por sus atenidos et sus amigos, et fuesse luego essa noche albergar a Castro Nunno; et ouo su

[30] Note-se no entanto, que estes exílios são apresentados por vezes como justos, outras vezes como injustos, como se pode verificar nomeadamente nos casos relatados para as épocas mais recuadas. Aí são referidos exílios diversos que tiveram lugar na história de Roma – PCG: I, 27 (cap. 40), 41-2 (cap. 59), 53 (cap. 74), 67 (cap. 91), 176 (caps. 294 e 297) ou II, 350 (cap. 616). Neste período são ainda referidos múltiplos desterros de judeus: PCG: I, 148-9 (cap. 199), 293 (cap. 525); de cristãos: PCG: I, 162 (cap. 258), 242-3 (cap. 426), 246 (cap. 434), 250 (cap. 441), 255 (cap. 452), 262 (cap. 470), 280 (cap. 505); de hereges PCG: I, 192 (cap. 319), 250 (cap. 444), 253 (cap. 448) ou ainda entre os Godos: PCG: I, 303 (cap. 546), 304 (cap. 549).

[31] Caso dos filhos do conde Vela (PCG: II, 465 – cap. 778) de D. Diogo da Biscaia (PCG: II, 684 – cap. 1005) ou ainda, agora na 1344b: IV, 204 (cap. DCXCIX): de D. Pedro de Lara e 305 – cap. DCCL: de D. Diogo.

[32] Caso do bispo grego Theodisto (PCG: I, 278 – cap. 504); de Carlos Magno (PCG: II, 340 – cap. 597); do conde Vela acossado por Fernão Gonçalves a quem recusava obedecer (PCG: II, 409 – cap. 707, 424 – cap. 725, 445 – cap. 747); de Ordonho o mau (PCG: II, 409 – cap. 708); de D. Sisnando (PCG: II, 487-8 – cap. 807); do futuro Afonso VI (PCG: II, 503 – cap. 826); de Fernão Ruiz de Castro (PCG: II, 673 – cap. 994); do conde D. Fernando (PCG: II, 717 – cap. 1033); do conde D. Gonçalo (PCG: II, 719 – cap. 1035) ou, agora na 1344b, de uma ida de vassalos cristãos para terras de mouros: III, 308 – cap. CDLII ou IV, 293 – cap. DCCXLVIII: caso de D. Diego Lopes. Surgem ainda situações de exílios entre árabes, como por exemplo, na PCG: II, 330 (cap. 579).

[33] Sentimento que é visível por exemplo na PCG: II, 503-4 (cap. 826-7).

[34] PCG: II, 732 – cap. 1046.

> conseio de yrse pora Toledo a moros do era el rey don Alffonso. Quando aquello uieron los condes et los ricos omnes de la hueste, fueronse pora el rey don Sancho et dixieronle: «sennor, non deuiedes querer perder tal uassallo como el Çid por ninguna guisa, et enuiad por el et non le quitedes de uos, ca mucho perderedes y». El rey entendio quel dizien uerdad, et mando llamar un cauallero que dizien Diago Ordonnez, que era [...] et dixol: «yd priuado, et dezid al Çid quel digo yo que se uenga pora mi; et si lo fiziere que fara como uassallo bueno et leal, et yo quel dare de mi tierra otro condado et quel fare mayor de toda mi casa» Diag Ordonnez caualgo luego et fuesse quanto pudo empos el Çid. El Çid quandol uio, recibiol muy bien et perguntol como uinie; et respusol don Diago: «el rey uos enuia dezir que uos tornedes a el, et con lo que tenedes que uos dara otro condado en su tierra, et que uos fara siempre muy grand algo et mayor de toda su casa; et lo que uos el dixo quel saliessedes de tierra que lo non fizo sinon con la muy grand sanna que auie de donna Vrraca su hermana». Respuso entonces el Çid a Diag Ordonnez que se fablarie con sus uassallos, et como le conseiassen, que assi farie. Desi mandolos llamar, et contoles aquel mandado quel auie dicho Diag Ordonnez de parte del rey, et sus uassallos conseiaronle que se tornasse al rey, pues que el enuiaua por el, ca mas ualie que fincasse con su sennor et en su lugar, que non que fuesse a tierra de moros desterrado et ueuir en tierras agenas. El Çid touo quel conseiauan bien sus uassallos, et llamo a don Diago et dixol que querie fazer lo que su sennor le mandaua. Et don Diago enuiolo luego dezir al rey adelant; et el rey salio a recebir al Çid bien con D caualleros a dos leguas. Et el Çid quando uio al rey, decendio del cauallo et fuel besar la mano, et pidiol merced quel otorgasse lo quel enuiara prometer con Diag Ordonnez. Et el rey otorgogelo luego alli delante todos sus caualleros, et dixol que le farie sienpre grand algo. (PCG: II, 508a-b)

Apontemos ainda a sábia procura de conciliação de Ramiro II relativamente a antigos revoltosos e aliados de mouros[35]:

> Estos ricos omnes se alçaron todos en uno contral rey don Ramiro; mas el rey trabaiose por su sabiduria de tornarlos assi et de meterlos en el so amor, ca non querie el que tantos omnes buenos como estos fuessen contra la cristiandad nin que fiziessen ninguna cosa contra Dios. (PCG: II, 400a)

[35] Atitude esta que é reiterada outras vezes, como se verifica na PCG: II, 450 (cap. 756) ou 674 (cap. 995) ou ainda na 1344b: IV, 58-60 – caps. DLXXXVIII-IX

Estas atitudes são, por sua vez, resumidas no argumento que os fidalgos expõem ao rei Afonso VIII de Castela relativamente ao seu vassalo D.Diogo:

> disseron a el rey que tal homẽ como dõ Diogo nõ era pera andar fora da terra e mais que o nõ podia escusar nẽa casa de Castella (1344b: IV, 305)

Cabe ainda aqui chamar a atenção e acentuar a recorrência de um traço significativo mais genérico do que a traição em concreto (mas que lhe costuma estar na base) e que também se associa aos casos de exílio: trata-se do orgulho ou da soberba[36]. Reencontramos, neste ponto, a questão, já referida, do desejo de singularização, de ser diferente dos outros, que foi considerado, durante a Idade Média, como uma, quando não, a falta mais grave, nomeadamente na medida em que habitualmente despoleta as acções concretas mais criticáveis de que temos vindo a apontar os contornos. Foi precisamente esta vontade de ultrapassar a sua natureza, ou o seu lugar, que esteve na base do primeiro exílio, o de Adão e de Eva, que quiseram ser iguais a Deus. Neste *corpus* historiográfico, também Burdino é um caso de ambição desmedida, querendo ser primaz e depois Papa, acabando, no entanto, preso, o que pode igualmente ser considerado como um tipo de degredo[37]. Com efeito, tanto o exílio como a prisão são formas de marginalização que procuram excluir um indivíduo determinado do convívio com a sociedade humana, donde decorrem também algumas associações possíveis com a animalidade, uma questão que será tratada adiante em maior detalhe. A expressão extrema deste tipo de atitude pode ser encontrada, mais uma vez, ao nível religioso, e consiste na excomunhão, que se destina a castigar o individualismo e a ousadia nomeadamente do herético, privando-o da salvação eterna.

---

[36] Característica que marca, por exemplo, Paulo (PCG: I, 285 – cap. 515); Abderrahman (PCG: II, 332 – cap. 584), num trecho onde se afirma: "Dios, a qui pesa con la soberuia" (332b); Mauregato (PCG: II, 345 – cap. 605); o mouro de linhagem goda que quer ser o terceiro rei de Espanha (PCG: II, 365 – cap. 639); um rei mouro almóade (PCG: II, 682 – cap. 1003) ou ainda D. Álvaro (PCG: II, 710 – cap. 1026) entre outros.

[37] PCG: II, 544-45 – cap. 874.

Torna-se assim vão procurar traçar uma fronteira que separe a traição nos mundos leigo e religioso[38]. Como em múltiplos outros casos, a noção parece constituir, ideologicamente, um todo coerente de onde se podem destacar diversas facetas e inúmeras possibilidades de actuação que não deixam de se associar e espelhar indelevelmente. E aqui é possível estabelecer paralelos que vão ao encontro da estrutura apresentada por Dante na *Divina Comédia*, quando coloca, no mais profundo do Inferno, Lúcifer com Judas, acompanhado por representantes da traição civil: Bruto e Cássio, os assassinos de Júlio César, o primeiro Imperador romano – logo traidores contra o poder e a ordem instituídos e desejados por Deus. *Mutatis mutandis*, quem atenta contra o(s) representante(s) de Deus para o governo da Terra não pode deixar de renovar o acto primordial de Lúcifer contra Deus, espelhado pelo de Judas contra Cristo[39]. O mesmo se verifica com quem, por alguma razão, comete excessos ou traições mais genéricas: estará implicitamente a ofender a ordem social querida e estabelecida por Deus[40].

Neste nível bastante concreto, a historiografia ibérica dos sécs. XIII-XIV é pródiga na apresentação de personagens que encarnam a figura arquetipal do traidor como perfeitos *exempla a contrario*. A sua traição pode dar-se seja contra o seu senhor e seu rei, como sucede com o conde Julião ou com Velido Adolfo, ao longo de um período maior ou menor de tempo, contra sucessivos senhores, como se verifica com os Vela, ou ainda em círculos mais circunscritos, contra membros da mesma família, caso de Rui Vasques. Estas são as figuras que nesta

---

[38] Uma noção já enunciada na história do Mundo Antigo: "ca dizie que no eran pora seruir sennor, ni serien leales all emperador los que eran falsos et traidores al su Dios."(PCG: I, 180a).

[39] Com efeito, surgem referências a Judas (ex: PCG: II, 401 – cap. 698) mas sobretudo ao demónio quando se faz alusão a questões de traição ou a traidores, como se pode verificar, por exemplo, na PCG: II, 323 (cap. 568), 410 (cap. 709), 608 (cap. 932), 689 (cap. 1010) 696 (cap. 1015) ou 697 (cap. 1016). Acresce ainda o paralelo que se estabelece, na historiografia afonsina, para fundamentar a autoridade dos senhores, entre o poder temporal e o espiritual uma vez que se defende que o poder do "senhor natural" é de origem divina e a ordem terrena foi estabelecida à imagem da celeste, como aponta Inés Fernández-Ordóñez, (2000a), pp. 268-270.

[40] Destes excessos, perfídias, crueldades e defeitos mais genéricos, abundam exemplos nas descrições dos diversos Imperadores romanos ou na dos invasores bárbaros, como por ex. na PCG: I, 65 (cap. 90), 66 (cap. 91), 68 (cap. 93), 72 (cap. 97), 116 (cap. 166), 119 (cap. 167), 122-23 (cap. 172), 124 (caps. 173-74), 126 (cap. 177), 130-31 (cap. 181), 132 (cap. 181), 176 (cap. 295), 209 (cap. 366), 212 (cap. 371)...

historiografia encabeçam o paradigma do "traidor"[41]. No entanto, no decorrer dos acontecimentos surgem múltiplas alusões menores a casos concretos de traições que podem ir desde a morte ou tentativa de assassinato[42] até a revoltas[43]

---

[41] Cabe aqui notar que o facto dos relatos que veiculam as histórias destes traidores apresentarem um tom mais empolado e literário terá, certamente, contribuído para a acentuação da negatividade dos seus retratos. Nomeadamente no caso dos Vela e de Velido, verifica-se a insistência na acentuação da traição física com a existência de um juramento. Com efeito, pode dar-se uma traição independentemente de haver juramentos ou não entre as partes. A vassalagem não obrigava a juramento, ao contrário da constituição de um feudo. A obrigação de lealdade pode, igualmente, decorrer da situação das partes, podendo existir, e tendo realmente existido, mesmo sem juramento, pois só o vínculo de "natural" já implicava obrigações mútuas, sem que haja lugar a homenagem. No entanto, havendo um juramento, do qual Deus é testemunha, isso implica que o traidor, além de traidor, seja igualmente perjuro. Sobre este assunto ver Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, pp. 125, 130-140, 191 ou 253. Sobre a vizinhança entre os crimes ou pecados de perjúrio e a heresia ver Carla Casagrande e Silvana Vecchio, *Les péchés de la langue*. *Discipline de la parole dans la culture médiévale*, Paris, Cerf, 1991, pp. 187-212. Sobre os usos e as implicações dos termos "natura", "natural" e "naturaleza" no contexto ideológico afonsino, onde se equacionam e aproximam figuras de autoridade como "o Senhor", "o pai" e "Deus" ver Georges Martin, "Alphonse X ou la science politique. (Septénaire, 1-11)" (suite), *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 20, 1995, pp. 7-33 ou ainda Carlos Heusch, "Les fondements juridiques de l'amitié à travers les *Partidas* d'Alphonse X et le droit médiéval", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, 1993-94, pp. 5-48.

[42] Como exemplo de personagens mortas à traição é possível referir o caso de Viriato (PCG: I, 29 – cap. 44), de Asdrubal (PCG: I, 48 – cap. 64, rememorado na p. 49 – cap. 66), de Sertório (PCG: I, 56 – cap. 77), de Júlio César (96 – cap. 120), de Calígula (PCG: I, 118 – cap. 166), de Cómodo (PCG: I, 157 – cap. 229), de Hélio Pertinax (PCG: I, 157 – cap. 230), de Macrino e seu filho (PCG: I, 160 – cap. 249), de Gordino (PCG: I, 163 – cap. 261), de Tácito e Floriano (PCG: I, 172 – cap. 280), de Probo (PCG: I, 173 – cap. 286), de Numeriano (PCG: I, 174 – cap. 288), de Alexandre (PCG: I, 221 – cap. 392), de Ataulfo (PCG: I, 232 – cap. 409), de Sigerico (PCG: I, 233 – cap. 410), de Turismundo, morto por um criado mas a conselho dos irmãos Friterico e Teuderico (PCG: I, 238 – cap. 416), de Teuderico, morto também por um irmão (PCG: 241 – cap. 423), de Teudio (PCG: I, 250 – cap. 453), de Teodisclo (PCG: 257 – cap. 455), de Liuva (266 – cap. 479), de Viterigo (PCG: I, 267 – cap. 481), de Constantino (PCG: I, 276 – cap. 497), de Teodosio, morto pelo irmão (PCG: I, 280 – cap. 507), de Constante (PCG: I, 282 – cap. 510), do rei Sancho I (PCG: II, 423 – cap. 723), do filho do rei Garcia de Navarra (PCG: II, 473 – cap. 790), do rei Sancho, o Maior, morto por um peão (PCG: II, 481 – cap. 800). No que respeita às traições levadas a cabo por muçulmanos ver a nota 25 de esta II Parte.

[43] As referências a revoltas e/ou tentativas de tomada de poder são muitíssimo comuns na história do período Antigo: PCG: I, 16 (cap. 17), 26 (cap. 39), 27 (caps. 39, 40 e 41), 28 (caps. 42 e 43), 29 (cap. 45), 32 (cap. 50), 45 (cap. 61), 57 (cap. 78), 58 (cap. 80), 60 (cap. 84), 61 (cap. 84), 63 (caps. 87 e 88), 64 (cap. 89), 100 (cap. 127), 101 (cap. 132), 102 (cap. 135), 106 (cap. 141), 107 (caps. 146 e 148), 113 (cap. 157), 126 (cap. 177), 126-27 (cap. 178), 129-30 (cap. 180), 124 (cap. 173), 144 (caps. 193 e 94), 148 (cap. 199), 153 (caps. 213 e 217), 158 (caps. 234, 35 e 36), 159 (caps. 241 e 42), 160 (cap. 248), 161 (caps. 253, 54 e 55), 162 (cap. 257), 163 (caps. 259 e 60), 167 (cap. 268), 168 (caps. 270 e 71), 169 (caps. 272 e 73), 170 (cap. 276), 163 (cap. 259), 168 (cap. 270), 166 (cap. 266), 170 (cap. 277), 172 (cap. 281), 173 (caps. 284, 86 e 87), 174 (cap. 290), 175 (caps. 291 e 92), 176 (caps. 293, 94, 96, 97 e 98), 196 (cap. 328), 198 (cap. 334), 199 (cap. 341), 200 (cap. 346), 202 (cap. 351), 204 (cap. 356), 206 (cap. 364), 269 (cap. 487) mas não o são muito menos no período conturbado das invasões bárbaras e da instalação Goda: PCG: I, 238 (cap. 417), 244 (cap. 429), 258 (cap. 458), 259 (cap. 460), 260 (cap. 462), 261 (cap. 467), 272 (cap. 490), 304 (cap. 549), 306 (cap. 552), 314 (cap. 560), 344 (cap. 603). Para o período da Reconquista, podemos ainda referir, por exemplo, a revolta dos "altos homens" contra Afonso II (PCG: II, 347 – cap. 613), o caso de Nepociano contra Ramiro I (PCG: II, 358 – cap. 628), o do conde Alderedo e do rico-homem Priviolo com seus sete filhos (PCG: II, 363 – cap. 633), o de Fruela Vermudes contra Afonso III (PCG: II, 368 – cap. 645), o do conde Eylon (PCG: II, 368 – cap. 645), o dos filhos do rei Fruela (PCG: II, 390 – cap. 685), o de dois ricos-homens, Fernando Gonçalves e Diego Nunes contra Ramiro II (PCG: II, 399-400 – cap. 697), o dos Galegos contra Ordonho (PCG: II, 407 – cap. 704), o de Ordonho o mau (PCG: II, 409 – cap. 708), o de D. Gonçalo (PCG: II, 423 – cap. 723), o dos condes

ou simples deserções[44] e que, em cada ocorrência, não deixam de rememorar e remeter para os casos mais desenvolvidos e/ou para as figuras arquetipais já referidas.

De um modo geral, os grandes traidores caracterizam-se por uma acumulação negativa de defeitos na sua pessoa e/ou na sua linhagem[45]. Como exemplo desta característica, é possível referir os Vela, onde a propensão para a traição se transmite de pais para filhos[46] ou Velido Adolfo de quem é dito:

---

galegos contra o rei Ramiro (PCG: II, 430 – cap. 735) ou ainda contra Fernando III (PCG: 719 – cap. 1035), entre outros.

[44] No que respeita ao mau comportamento de homens que se deixam vencer ou que desertam, além da referência de alguns casos concretos, como por exemplo PCG: I, 181 (cap. 309) ou II: 502 (cap. 823) devem ser acentuadas as palavras de Fernão Gonçalves aos seus homens, num passo citado adiante, na II Parte, no início do ponto 2.1 (PCG: II, 401b), noção que é reiterada na p. 402, na 416 ou ainda na p. 697 onde falsos cristãos, inspirados pelo diabo, abandonam a hoste cristã e passam-se para os mouros. A solução que Aníbal encontra para evitar que vassalos seus que não o querem ajudar também não ajudem os seus inimigos é a sua decapitação (PCG: II, 25 – cap. 37). É ainda de salientar o carácter tradicional da referência a Judas como insulto: "Y esta intuición encontró apoyo en la fórmula corriente en los documentos medievales de amenazar a los transgresores de lo establecido con las penas del infierno, en compañia de Judas" (Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, 1971, p. 90).

[45] Caso de Odoacro, rei dos Hérulos que se revolta em Ravena. Depois faz as pazes com o rei ostrogodo Teoderico a quem presta homenagem, mas revolta-se novamente e Teoderico mata-o "de má morte" (PCG: I, 244 – cap. 429). Este é ainda o caso de um mouro que se revoltara contra o seu senhor mas sem obter resultados, vindo acolher-se junto de Afonso II, contra quem posteriormente também se revolta, sendo finalmente vencido e morto por este rei (PCG: I, 358 – caps. 625-26). Uma situação semelhante é referida na PCG: II, 377 – cap. 656. Fernando Gonçalves também se revolta, é perdoado e presta juramento ao rei mas volta a revoltar-se (PCG: II, 399-400 – cap. 697). D. Gonçalo revolta-se contra o rei Sancho I, é perdoado, presta homenagem e depois trai encobertamente provocando a morte do rei com uma maçã envenenada (PCG: II, 423 – cap. 723). No âmbito desta questão, cabe ainda relembrar a confluência de tradições negativas que nas "Vidas" de Judas o apresentam como parricida e incestuoso, além de traidor – sobre este assunto ver Jean-Pierre Perrot, "La trahison et son imaginaire: le cas de Judas", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 9-20 (p. 14). Ainda sobre as semelhanças entre as histórias de Judas e de Édipo ver Mário Martins "Édipo e a lenda de Judas, num *Flos Sanctorum* em português de quatrocentos", *Brotéria*, LXIII, 1956, pp. 537-42; Ramón Menéndez Pidal, *La Epopeya Castellana a través de la literatura española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1959, pp. 117-18 ou ainda Marijke de Visser-van Terwisga, "Oedipe, victime du destin, homme perverti ou prefiguration du divin?", Danielle Buschinger e Wolfgang Spiewok (eds.), *Sexuelle Perversionen im Mittelalter – Les perversions sexuelles au Moyen Âge*, Greifswald, Reineke-Verlag, 1994, pp. 57-69. No que respeita à traição que perpassa entre elementos de uma mesma linhagem, além dos casos a seguir referidos, cabe ainda relembrar a cena onde Alexandre castiga os habitantes de Tiro pela traição perpetrada pelos seus antepassados (PCG: I, 32-33 – cap. 50), bem como as canções de gesta francesas onde a linhagem do traidor Ganelon era tradicionalmente considerada como formada por muitos traidores e maus conselheiros. Sobre este assunto ver Adalbert Dessau, 1959, p. 25.

[46] Achando-se tão ou mais nobre que Fernão Gonçalves, o conde Vela recusa obedecer-lhe e é exilado para terra de mouros (PCG: II, 409 – cap. 707 reiterado em 424 – cap. 725 e 445 – cap. 747), volta num momento onde se procura proceder à reunião das forças cristãs com vista a impedir que estes exilados ajudem os mouros (PCG: 450 – cap. 756). Posteriormente à morte deste primeiro conde Vela ficam três filhos que repetem, em segunda geração, os actos do pai, recusando obedecer ao conde Sancho de Castela – são exilados e recebidos por Afonso de Leão (PCG: II, 465 – cap. 778). Posteriormente, beijam a mão ao infante Garcia de Castela que lhes devolve as suas terras. No entanto, com a desculpa de se vingarem da desonra que o conde Sancho, pai do infante, lhes teria feito, assassinam Garcia que era o seu senhor.

> Este Vellido Dolfos fiziera ya ante desto otra trayción, que matara al conde don Nuño en Toro, que era su señor, así commo non deuiera e echárale en el rrío. (Cr20R: 191a)[47]

Isto vem ao encontro da noção genérica, segundo a qual não se pode confiar em quem já traiu, mesmo quando se é favorecido por essa perfídia, como sobressai na atitude exemplar de Alexandre Magno na *Genral Estoria*:

> Estonces los muy nemigaderos matadores del rey Dario, Besso e Narbozones, vinieron de su talent atrevuda mient ante Alexandre e dixiéron-le: «Muy grand emperador, nos somos aquellos que a Dario matamos». Mandó-los estonces Alexandre prender e atar-los bien e adozir-los al luziello de Dario e descabeçar-los ý. E ellos começaron essa ora a dar grandes vozes e dezir: «Muy grand emperador, cata tú con jura yureste a nos por los poderosos diosses et por la salud de la tu amada madre que pareciéssemos ante ti e tú que nos fariés algo, ca servicio te fiziéramos. E nos fiando en la tu yura e en la tu promesa viniemos a ti, e tú agora quiéres-nos matar, e tú cata si es lealtad e derecho o qué fazes». Respúso-les Alexandre: «Non conviniera a mí fablar a tales como vos, mas por el pueblo que está aderredor óve-vos de fablar, e digovos que este vuestro manifestamiento que por ninguna guisa non fuera fecho, si yo tal yura non oviesse enviada en mis cartas. E el mio pensamiento tal fue del comienço d'este fecho, que si los que a Dario mataron fuessen fallados e tomados, que fuessen descabeçados por ello: ca los que a so señor natural mataron, al estraño ¿qué'l farién?» Pues que Alexandre ovo razonado esto contra aquellos traydores, começaron los perssianos a dar bozes entre sí e bendezir a Alexandre como a dios. (GE: IV, Alex, 141 e 143)

É ainda a noção da transmissão genética da predisposição para a traição que torna credível a difamação perpetrada contra o arcebispo de Santiago:

> Et el rey crouoles daquello quel dizien, porque aquell arçobispo era fijo del princep que al rey don Sancho diera en la maçana las yeruas con que murio. (PCG: II 443b)

Esta traição torna-se tanto mais chocante quanto Rui Vela seria padrinho do infante (PCG: II, 470-71 – cap. 788).

[47] No âmbito deste assunto, a continuação da história dos reis de Castela e Leão própria do ms. P da *Crónica de 1344* refere ainda Álvaro Nunes, um bom exemplo da persistência de más inclinações numa mesma linhagem: "Hy o cõvidou el rey dõ Afonso e matouo per cõsselho d'Alvaro Nunez, o qual foy ẽ sua morte. Este Alvaro Nunez d'Osoyro dizẽque era da linhagẽde Velido, que matou el rey dõ Sancho. E, asy como viinha de sua linhagẽ, assy avya ẽ sy as suas maliçias e trayçõoes." (1344b: IV, 517).

A tendência cumulativa encontra-se igualmente patente no próprio desenvolvimento cronístico que parece ter tendência para acentuar esta característica uma vez que Rui Vasques surge nas crónicas portuguesas não só como traidor relativamente aos seus familiares mas também como traidor do seu senhor, Garcia Fernandes, conde de Castela[48]. Acresce ainda que as crónicas portuguesas parecem tentar dar um tratamento específico seja a esta figura seja ao conde Julião. O tratamento particular consiste não necessariamente na sua desculpabilização mas, em todo o caso, numa atenuação das suas faltas graças à acentuação da culpa das respectivas mulheres que os empurram a empreender os actos que farão deles traidores, como reconhece Rui Vasques:

> – Cativo, como sõo malandante pollo maao feito que fiz, ca hei perdudos quantos amigos e parentes avya e daquy adyante cristãaos nẽ mouros nõ fiaram de mỹ, por que fiz tam grãde treiçom! Mas, pois que assy he, alçarm'ey com as fortellezas ao conde dõ Garcia Fernandez e nõ mas poderá tolher em toda mynha vida, elle nẽ outrem. Maao foy aquelle dya em que foy creer dona Lambra, que em minha vida me fez treedor! E, pois que a feita hey, bastecerey todollos castellos que tenho do conde e andarey per elles come per meus e nõ os darey a nem hũu. (1344b: III, 143)

Esta postura poderá estar ligada a circunstâncias bastante concretas associáveis à reelaboração da *Crónica de 1344*, já referidas na I Parte (ponto 4). No entanto, e dado que esta acentuação em particular se verifica logo na primeira redacção, deve salientar-se a concomitância do espírito misógino de suspeição relativamente à mulher. Aqui, o processo inicial pelo qual estas duas personagens se tornam traidoras procede do desejo de vingança relativamente a eventuais afrontas familiares associadas às mulheres das famílias em questão. Rui Vasques torna-se traidor para vingar os excessos de D. Lambra, cujo nome é sobejamente elucidativo do seu carácter. Também o conde Julião, assim como os seus

[48] Assim como a referência a Álvaro Nunes referida na nota anterior, este traço de Rui Vasques parece ser exclusivo dos textos portugueses, à semelhança do que já foi apontado, na I Parte, ponto 4., nomeadamente na nota 163.

vassalos, nas versões portuguesas[49], são empurrados pela condessa para a vingança contra o rei Rodrigo. Esta situação reflecte-se, provavelmente, no facto da *Crónica de 1344*, apesar de continuar a considerar o conde como protótipo do traidor, não apresenta trechos tão duros como os que se verificam em outras versões onde lhe é atribuída a plena responsabilidade pela traição[50].

Este misoginismo já se encontra, no entanto, esboçado nas variantes castelhanas, graças, sobretudo, à ambiguidade latente no comportamento de Urraca de Zamora, com particular destaque para o seu relacionamento com Velido Adolfo, patente nas suas próprias palavras:

> Vellid Adolffo, dezirte la palabra que dixo el sabio: Bien mierca ell omne con el torpe et con el cuytado; et tu assi faras comigo. Pero non te mando yo que tu fagas nada del mal que as penssado; mas digote que non ha omne en el mundo que a mio hermano tolliesse de sobre Çamora et me la fiziesse descercar que yo non le diesse quequier que me demandasse. (PCG: II, 510a)

A ambiguidade prolonga-se nas diversas narrativas sobre esta personagem, frequentemente acusada, se bem que geralmente de uma forma velada. Os discursos de elisão que a circundam são pródigos no suscitar de dúvidas, seja sobre a natureza da crítica que se adivinha subjacente mas que nem sempre é explicitada, como sucede quando se refere a sua faceta de irmã dedicada e conselheira de Afonso VI[51], seja ainda sobre a sua eventual participação na

---

[49] 1344a: cap. LXXXIV; 1344b: cap. CXCVII. O texto encontra-se ausente da PCG.

[50] É nestas versões que geralmente surgem as invectivas mais violentas como a foi citada na I Parte 1.3. (PCG: I, 310b).

[51] Dedicação que se concretiza no apoio incondicional que Urraca sempre manifesta a este irmão que, nas partições, assume a protecção das irmãs, e a quem Urraca depois ajuda na fuga para Toledo, enviando-lhe ainda alguns homens de confiança que o acompanhem. Posteriormente, é ainda Urraca quem promove e apoia o retorno de Afonso VI à soberania. O aconselhamento é posto de manifesto nos textos mas não sem uma crítica bastante explícita mas mal explicada: "Este rey don Alffonso luego en comienço de su regnado, mando llamar a su hermana donna Vrraca, et por que era ella muy sesuda duenna et de muy buen entendimiento, fazie el con conseio della quanto auie de fazer et de enderençar en el regno; pero que gelo tenien todos por non bien, cal estaua mal." (PCG: II, 520a). Mantém-se a ambiguidade relativamente ao motivo destas críticas – será porque um rei adulto não se deve deixar guiar por uma mulher? Semelhante postura colidiria, um pouco adiante, com os elogios à rainha Berenguela e aos seus sábios conselhos que ajudam no governo do reino. Por outro lado, as críticas poderão também sugerir a reprovação de um relacionamento moralmente duvidoso que teria unido os dois irmãos. Sobre este assunto ver Marjorie Ratcliffe, "Urraca: de heroína épica a heroína romántica", Juan Paredes (ed.),

traição que vitimou o seu outro irmão, Sancho II, em contraste com a afirmação peremptória que surge no epitáfio deste[52]. Os textos historiográficos preferem espalhar indícios mais e menos explícitos, como seja o facto de facto de Velido Adolfo, após ter cometido a traição, ir buscar refúgio junto de Urraca[53] ou ainda a referência às palavras que esta teria afirmado quando Sancho II cercou Zamora[54], o que, no entanto, também pode ser atribuído à emoção do momento, não implicando necessariamente uma colaboração na futura traição propriamente dita.

Esta postura de crítica não deixa de ter as suas raízes num substrato misógino bastante extenso que considerava as mulheres, genericamente, como criaturas malévolas, permanentemente associadas ao comportamento primordial de Eva relativamente a Adão. Para traçar as linhas de força deste contexto, é essencial fazer referência às invectivas da Igreja contra as mulheres, cuja beleza pode esconder o feio pecado, na medida em que é passível de desviar o homem do amor de Deus, o que dá origem a um paradoxo relativamente à beleza física, que seria valorizada umas vezes de forma positiva, outras de forma negativa.

Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, Granada, Universidad de Granada, 1995, vol. IV, pp. 113-122 ou Charles F. Fraker, (1996), pp. 47 ou 87. Ver ainda a opinião do historiador Bernard F. Reilly, *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI: 1065-1109*, Princeton, Princeton University Press, 1988 que refere, na p. 74, as suspeitas de incesto entre Afonso VI e Urraca, salientado a inexistência de provas convincentes.

[52] "Sanctius, forma Paris et ferox Hector in armis, / Clauditur hac tumba jam factus pulvis et umbra / Femina mente dira, soror, hunc vita expoliavit / Iure quidem dempto, non flevit, fratre perempto. / Rex iste occisus est proditore consilio sororis suae Urracae, apud Numantiam civitatem, per manu Belliti Adelfis, magni traditoris. In era MCX, nonis octobris, rapuit me cursus ab horis." *apud* Ramón Menéndez Pidal, *La España del Cid*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1943, p. 125. Sobre as suspeitas acerca da morte de Sancho II que recairam igualmente sobre Afonso VI ver Bernard F. Reilly (1988), p. 70.

[53] "Pves que Vellid Adolffo fue dentro en Çamora, con el grand miedo con que yua fuesse pora la infante donna Vrraca, et metiosele so el manto." (PCG: II, 511b). Esta atitude pode ser considerada como uma prova de culpa ideológica (mandato), como confirmam as palavras de Diego Gonzalez, um dos infantes de Salas / Lara ao procurar esclarecer uma eventual ofensa: "Et tomemos por ende agora nuestras espadas so nuestros mantos, et uayamos contra a aquell omne, et si uieremos que nos atiende et non a miedo de nos, entendremos que fue cosa fecha por iuego, et dexarlemos; mas si fuxiere contra donna Llambra yl ella acogiere, assi sabremos que por conseio della fue esto, et si assi fuere, non nos escape a uida, [...] Et ell omne, quando los uio uenir, fuxo pora donna Llambla, et ella cogiol so el su manto." (PCG: II, 433b-434a). O relato da situação entre Velido Adolfo e Urraca provavelmente não deixaria de ecoar e fazer recordar esta outra situação, com a pérfida dona Lambra, bem como eventuais costumes ainda relativamente difundidos ou pelo menos identificáveis.

[54] Palavras essas que são transcritas apesar do distanciamento cuidadoso que a expressão "segund dizen" implica: "Et con la grand sanna que auie, dixo assi, segund dizen, contra su hermano el rey don Sancho: «yo mugier so, et bien sabe el que yo non lidare con el, mas yol fare matar a furto o a paladinas»." (PCG: II, 507b). No entanto, a narração da *Crónica Najerense* refere o acordo de Velido Adolfo com D. Urraca segundo menciona Aquilino Iglesia Ferreiros, *op. cit.*, 1971, p. 103.

Com efeito, uma aparência bela e harmoniosa pode provocar o excesso que é a paixão, o qual, enquanto comportamento imoderado, pode ser valorizado negativamente e tido como merecedor de críticas. Esta construção teórica esteve na base de diversas ambivalências e de polémicas religiosas e leigas sobre a posição e o valor da mulher na sociedade [55].

Protagonista de algumas visões fabulosas, a mulher, instrumento do mal, pode revestir as formas mais espantosas, como seja o caso da pecadora sentada sobre uma besta no *Apocalipse*, comentado pelo Beato de Liébana[56]. Estas figurações reflectem-se no imaginário literário e/ou pseudo-científico da época onde as mulheres, meio-peixe ou meio-pássaro, representam sempre uma animalidade perigosa e ameaçadora. Sob uma forma mais humana, mas nem por isso necessariamente menos perigosa, há que referir o imenso paradigma da mulher má que, dotada de poderes sobrenaturais ou não, provoca todo o tipo de maldades ou calamidades e que, desde sempre, tem um lugar assente no imaginário colectivo. A mitologia greco-latina consagra a figura da guerreira no mito das Amazonas, também referido na historiografia afonsina[57]. O feminino agressivo, por vezes mesmo assassino surge, igualmente, em textos de cariz mais tradicional. Nas canções do "Romanceiro" podemos encontrar, seja a imagem da mulher que mata por ciúmes[58], seja a da guerreira[59]. Do mesmo modo, os contos

---

[55] Desde as dúvidas sobre se as mulheres teriam ou não alma até aos múltiplos argumentos que animaram alguma da poesia de debate provençal e às polémicas que opuseram o continuador do *Roman de La Rose* a Christine de Pisan, entre outras.

[56] Joaquin Gonzalez Echegaray, Alberto del Campo e Leslie G. Freeman (eds.), *Obras Completas de Beato de Liebana*, Madrid, Estudio Teologico de San Ildefonso / Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, p. 65. Na PCG, este misoginismo genérico surge particularmente no relato acerca do sábio que, no tempo do Imperador Adriano, se destacava pela recusa em falar. Essa recusa provinha do facto de ter provocado a morte da própria mãe quando tentava, sem sucesso, verificar se haveria ou não alguma mulher que fosse casta. A esta história acresce ainda a definição de mulher, dada pelo sábio: "«¿Que es la mugier?» «Cofondimiento dell omne, bestia que numqua se farta, cuydado que no a fin, guerra que numqua queda, periglo dell omne que no a en si mesura.»" (PCG:I, 147a).

[57] As Amazonas são apresentadas como sendo as mulheres dos Godos – PCG: cap. 390.

[58] É o caso, por exemplo, da mulher sedutora e envenenadora que protagoniza o Romance "O veneno de Moriana" Paloma Díaz-Mas (ed.), *Romancero*, Barcelona, Crítica, 1994, pp. 322-24 ou João David Pinto-Correia, *Romanceiro Tradicional Português*, Lisboa, Comunicação, 1984, pp. 269-73.

[59] Caso do Romance "Donzela guerreira" – Paloma Dáz-Mas, *op. cit.*, pp. 359-61 ou João David Pinto-Correia, *op. cit.*, pp. 346-57; ou ainda do "Romance de la Reina de las Amazonas", Juan Alcina, *Romancero Viejo*, Barcelona, Planeta, 1987, pp. 271-72.

populares são, não raras vezes, frequentados por mulheres más[60] e, à imagem do paradigma shakespeariano, o comportamento mais admirado é o do marido que consegue domar uma esposa selvagem[61].

Também o *corpus* historiográfico em questão apresenta testemunhos deste tipo de mentalidade ao transcrever cenas onde algumas mulheres surgem precisamente como *exempla a contrario*. Mas dadas as exigências de verosimilhança deste tipo de literatura, os textos são parcos na apresentação de monstros e prodígios, limitando a sua presença (no que respeita aos elementos femininos) à transcrição da presença de um grupo de guerreiras de aspecto relativamente assustador que integrava o exército do rei Bucar[62]:

> et traye consigo vna mora negra que traye trezientas moras negras consigo, et todas eran trasquiladas, sinon sennas vedijas que trayen encima de las cabeças; et esto era en razon de commo que vinien en romeria et commo a perdon; et todas muy bien armadas de lorigones et de arcos torquis. [...] et fueron luego a ferir en los moros, et dieron luego primeramiente en las tiendas de aquella mora negra que estaua delante; et tan rezia fue el espoloneada, que mataron de aquellas moras bien çiento, ante que se vuiassen armar ni caualgar. Pero diz la estoria que aquella mora era tan aperçebida et tan maestra de tirar del arco torqui, que era marauilla, et por esta razon diz que la llamauan los moros en arauigo nugeymath turquia, que quiere dezir «estrella de los arqueros de Turquia»; et ella fue la primera que caualgo, et con ella las otras çient moras sus companneras, et fizieron yaquanto danno en la companna del Çid; mas commo las mugeres por natura se quexan con la muerte mas que los varones, ovierongelo a entender, et la primera que murio fue ella que era su cabdiello, et las otras començaron a yr fuyendo por las tiendas. (PCG: II; 636a-b e 637b)

---

[60] Além dos exemplos conhecidos um pouco por todo o Mundo, também é possível referir casos menos conhecidos como seja o da "Mulher Assassina" que mais parece narrar um caso real e concreto de uma mulher que mata o marido: Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho, *Contos Populares Portugueses (inéditos)*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos / I.N.I.C., 1986, vol II, p. 710.

[61] "A Rapariga Má", Alda da Silva Soromenho et Paulo Caratão Soromenho, *op. cit.*, pp. 95-99.

[62] Este excerto, encontra-se também na 1344b: cap. DCLXXIX mas está ausente da Cr20R. O tema das temíveis guerreiras muçulmanas surge ainda, por exemplo, na *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 19 ou em Duarte Galvão, *op. cit.*, pp. 50 e 66. Também de referir, na PCG, diversas alusões a mulheres que, na Antiguidade, de alguma forma, cometeram traição (familiar, política ou ambas), caso de PCG: I, 52 (cap. 70), 94 (cap. 117) ou 108 (cap. 149), bem como a uma "mulher brava" (PCG: I, 116-17 – cap. 166) e a Zenobia, uma mulher guerreira (PCG: I, 170 – cap. 276).

Bastante mais atenuada será a faceta da mulher armada, sobretudo quando é representada pela figura da dama inofensiva que se faz passar por homem a fim de impressionar o inimigo[63].

Já consideravelmente diferente será a senhora que surge como instigadora, quando não participante nos casos de justiça mais sangrenta. Estas situações cristalizam momentos de vingança de traições anteriormente perpetradas. As mulheres que as inspiram dão provas de um carácter, no mínimo, tão violento quanto o do ofensor inicial, manifestando uma índole nitidamente excessiva e arrebatada. É o caso de Rui Vasques que, preso após uma perseguição por parte de Mudarra Gonçalves e subsequente derrota em combate, é colocado à mercê da sua própria irmã, igualmente mãe dos sete jovens traídos, como relata a *Crónica de 1344* em termos particularmente duros:

> – Senhora, vedes aqui o treedor. Ora o mandaae justiçar como vos prouguer.
>
> E o treedor çarrou os olhos e nõ a quis olhar.
>
> E catouho dona Sancha ally onde jazia e vio que corria sangue delle. E entom disse:
>
> – Louvado seja sempre o nome de Deus e muitas graças lhe dou eu do bem e mercee que me fez, ca agora seera solto o meu sonho, ca beverey do sangue deste treedor.
>
> E entõ pos os geolhos em terra pera lhe bever do sangue.
>
> Mas dom Mudarra Gonçalvez a tomou pello braço e alevantouha da terra, dizendo:
>
> – Nom queira Deus, madre senhora, que tal cousa passe, que sãgue de homen assy treedor entre ẽ corpo tam leal e bõo como o vosso he! Mas exlo ẽ vossas mãaos! Mandadeo justiçar segundo vos prouguer!
>
> Entom foy grande contenda antre as companhas, dizendo algũus que lhe cortassem os nembros e outros diziã que o queymassem e outros que o apedrassem. E dona Sancha disse a todos que lhe gradecia o que deziam, mas pero que esta justiça ella a querya fazer a toda sua voontade; e que esto agradecia muito a dom Mudarra. E porem que ella queria seer alcayde deste feito; e que mandaria em aquellas vodas fazer armar hũu tavollado, por que a treiçom que elle fez foy começada sobre tavollado em Burgos, quando elle casou com dona Lambra «e sobre esto se alevantou a trayçom per que depois foy meu marido metido em cativo e meus filhos mortos».

[63] 1344b: cap. CCIV. Este engano já surge, por exemplo, na *Crónica Seudo Isidoriana* (ed. Antonio Benito Vidal), Valencia, ed. de autor, 1961, pp. 52-53.

E entom mandou poer duas vigas muy altas ẽ meo de hũu campo, ambas bem juntas, e mandou ally enforcar o treedor per so os braços e pellos pees. E entõ mandou que todos os que erã parentes dos que foron mortos ẽna batalha com seus filhos e outros quaaesquer a que elle mal merecesse, que vehessẽ a elle com lanças ou com dardos ou com azcumetas ou cõ varas de lançar ou per outro qual quer modo, ẽ tal maneira que as carnes do treedor fossem todas partidas em pedaços; e que, despois que caysse, que entõ o apedrassem todos.

E assy foy todo comprido como ella mandou, por que as companhas erã muytas. E foy logo todo espedaçado e despois ajuntarom os pedaços e lançarom sobre elle tantas pedras que tudo foy cuberto dellas; e jazem sobre elle mais de dez carradas. E, oje em dya, quantos per hi passã, em logar de lhe dizerem oraçom pola alma, lançam todos sobre elle senhas pedras e dizenlhe:

– Maao segre aja a sua alma! Amẽ.

E por esto he maldicto qual quer que treiçom faz, ca des ally adiante nũca se nẽ hũu quer chamar do seu linhagem, assy como foy deste. (1344b: III, 169-70)[64]

Este excerto é particularmente curioso na medida em que procura separar nitidamente a linhagem / o sangue de dona Sancha do do traidor quando, na realidade, eles eram irmãos. Considerando como esta historiografia tenta, de uma forma genérica, apresentar modelos de comportamento, podemos colocar a hipótese de estarmos aqui perante uma concretização bastante nítida de um traço que desejavelmente caracterizaria as figuras femininas dignas dos maiores elogios.

Na sequência do trabalho de Georges Duby sobre a mulher medieval[65], tem sido salientada a sua função de promotora de alianças e de paz entre linhagens distintas. Em alguns excertos de estas crónicas é, precisamente, acentuada esta função conciliadora, que se baseia na entrega de uma mulher para

[64] Já a PCG apresenta uma narrativa consideravelmente mais suave da situação onde o traidor morre logo no primeiro embate, vítima de uma autêntica espadeirada épica: "et en passando Roy Blasquez, salio Mudarra Gonçalez de la celada, et dio uoses, et dixo yendo contra ell: «morras, aleuoso, falsso et traydor», et en diziendo esto, fuel dar un tan grand colpe de la espada quel partio fasta en el medio cuerpo, et dio con el muerto a tierra." (PCG: II, 448a). Para uma noção das diversas variantes (inclusivamente no que respeita às mortes de Rui Vasques e de D. Lambra) ver Ramón Menéndez Pidal, *La Leyenda de los Infantes de Lara*, Madrid, ed. Hernando S. A., 1934 que edita múltiplas manifestações desta lenda.

[65] Sobretudo o estudo *O cavaleiro, a mulher e o padre – o casamento na França feudal*, Lisboa, dom Quixote, 1988.

concretizar uma aliança política[66]. No entanto, o que parece estar em causa no trecho citado é antes o modelo ideal de comportamento feminino no caso de uma dissensão entre as linhagens que deveria unir. Com efeito, o que aqui parece defender-se é que a mulher casada, em caso de tensão, não só deve a sua maior lealdade à linhagem do marido, como se considera efectivamente "absorvida" ou "integrada" no sangue deste. Já com Rui Vasques e D. Lambra, o casal que constitui o pólo oposto, onde se congregam os traços dignos de repúdio, verifica-se precisamente a "absorção" contrária, uma vez que aqui é o marido que passa a viver em função das intrigas e do temperamento da mulher, o que o leva pelo caminho da exemplaridade *a contrario*[67]. Acresce ainda que, vista deste ponto de vista, a perfídia de Rui Vasques não se limita unicamente aos actos concretos perpetrados contra o cunhado e os sobrinhos, ou ainda contra o seu suserano (e também familiar, por parte da mulher), mas é igualmente uma traição aos seus deveres de marido, de quem se esperaria o domínio e a integração do feminino, e não o contrário, donde também a solidariedade (forçada) de D. Lambra no castigo de Rui Vasques:

> Quando a aleyvosa de dona Lambra soube esto [o castigo de Rui / Rodrigo Vasques], veeo pera o conde, cuydando que acharya em elle cobro, por que era sua parenta. E ella tragia em seus vestidos grandes doos e os rabos das bestas talhados. E disse ao conde:
>
> – Mercee, senhor! Filha som de vossa prima. Se dom Rodrigo algũa cousa fez, eu nõ sõo em culpa. E nõ me desemparees, ca poucos seeram os meus dyas!
>
> Entom o conde dom Garcia Fernandez lhe disse:
>
> – Vos mẽtides come grãde aleyvosa, ca vos bastecestes todas estas treiçõoes e males que elle fez! E vos erades senhora e raynha das mynhas fortellezas! Daquy adyante vos desafio o

[66] Sobre este assunto ver, por exemplo, os argumentos usados pela rainha de Leão quando propõe a Fernão Gonçalves o casamento com a sua sobrinha Sancha (PCG: II, 410 – cap. 709) ou os usados para sugerir a D. Vermudo de Leão o casamento da sua irmã D. Sancha com D. Fernando, filho do rei D. Sancho de Navarra (1344b: III, 251 – cap. CDXXVIII) ou ainda aquando do casamento entre Berenguela, filha de Afonso VIII de Castela, dada a Afonso IX de Leão para manter a paz entre estes reinos (PCG: II, 682 – cap. 1004).

[67] Sobre esta questão ver José Mattoso, "Sangue e família no «Cantar dos Infantes de Lara»", *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988, pp. 207-216 que atribui a origem deste drama familiar ao facto de Rui Vasques ter infringido as leis da solidariedade consanguínea em nome das obrigações conjugais, preferindo assim o bando da mulher ao da irmã (pp. 208 e 211).

corpo, ca eu mandarey as vossas carnes espedaçar a cães. E a vossa alma seera perduda pera sempre!

Quando ella vyo que assy era desemparada do conde, fugio de noite de pee, cõ hũa manceba tam sollamente e mais nõ, e assy andou grande tempo ataa que morreo o conde dom Garcia Fernandez.

E, despois que foy morto o conde, dom Mudarra Gonçalvez a mãdou espedaçar, ben assy como foy feito ao treedor do seu marido Ruy Vaasquez. E jaz soterrada ẽ Vella. Maao segre aja a sua alma! Amen. (1344b: III, 170-71)[68]

Um castigo solidário de que ficaram praticamente isentos os homens de Rui Vasques:

Entõ os mandou dõ Mudarra todos prender, ataa que lhe disserom quaaes eram os alcaydes das fortellezas do cõde e otrossy das outras fortellezas do treedor. E entom soltou os outros e disselhes que fossem buscar senhor que lhes algo fezesse, ca enno conde dom Garcia Fernãdez nunca acharyã cobro nem na casa de Castella – e esto porque forom ajudadores do treedor que se alçara ao conde com as fortellezas cujos naturaaes erã e outrossy por que virom matar, e o consentirom, a seus irmãaos a grande treiçom. E assy se partiron delles e levou os alcaydes presos, como dito avemos, per os quaaes despois cobrou todallas fortellezas que elles tiinhã. (1344b: III, 168-69)

Este dever de lealdade e integração da mulher (ou a sua falta) também estará subjacente a uma grande parte dos casos de traição feminina, habitualmente caracterizados pela duplicação da traição familiar a par da política[69]. Neste paradigma, a noção de feminino negativo e ameaçador pode ainda ser acentuada pela desconfiança relativamente a tudo o que é estranho, inseguro, desconhecido e, geralmente, também longínquo, uma vez que, regra

[68] Este castigo também surge em moldes distintos na PCG: "Empos esto, a tiempo despues de la muerte de Garçi Fernandez, priso a donna Llambla, mugier daquel Roy Blasquez, et fizola quemar; ca en el tiempo de conde Garçi Fernandez non lo quiso fazer porque era muy su parienta del conde." (PCG: II, 448a).

[69] Sobre este assunto ver Marta Madero (1992). Segundo esta autora, enquanto que a traição masculina se distingue por ser exclusivamente política, a feminina é, regra geral, doméstica, salvo na alta sociedade, retratada nos textos épicos, onde pode ser política, se bem que, por vezes, duplicada pela traição doméstica.

geral, as mulheres em questão vêm ou vão de ou para além fronteiras, no que se assemelham à figura do exilado.

Estas mulheres que chegam de além fronteiras e que, ao invés de se integrarem, se revelam desleais, vêm muitas vezes de França. É o caso das duas esposas do conde Garcia Fernandes de Castela. A primeira, Argentina, foge com um conde conterrâneo. A segunda, Sancha, filha do conde que levara Argentina (e a quem Sancha não hesita em trair para fugir, por seu turno, com o conde Garcia Fernandes), após uma primeira fase de entendimento, acaba por provocar a morte do marido e ainda tenta envenenar o filho, a fim de ficar livre para poder casar com um mouro[70]. O paradigma da noiva francesa negativa encontra ainda ecos em algumas alusões disfóricas a casos concretos ocorridos, seja em solo ibérico[71], seja mesmo em França[72], verificando-se, no entanto, também a referência a um caso de inocência mas que ocorre numa situação onde a pedra de toque é uma questão religiosa[73].

Outra situação semelhante, mas mais velada, pode ser encontrada nas reticências à imposição de costumes de além-Pirinéus trazidos por uma rainha francesa[74]. Estas alusões poderão vir na linha de uma vontade, por parte dos reis de Espanha, de se imporem face a um vizinho poderoso que não deixava de

---

[70] Esta história consiste num interpolação tardia no ms. E2 (MS. E2(orig.)-corr). Sobre esta questão ver Catalán (1997), pp. 381-89 que considera que: "el desarrollo de la leyenda de La condessa traidora no fue obra de poetas épicos, sino de narradores en prosa erudita de carácter historiográfico. Tanto el creador del núcleo primitivo de la leyenda, como los refundidores posteriores, construyeron el relato con tópicos procedentes de una cultura historiográfico-folklórica y no relacionados con los conflictos éticos del mundo vasallático-feudal como es lo ususal en la poesía épica." (p. 382n). O texto corresponde aos caps. 730-732 e 763-64 da PCG, cujo primeiro bloco ainda se encontra ausente da Cr20R.

[71] Caso da mulher de Afonso III que era francesa e de linhagem real mas de quem é dito que era cruel, não amava o marido como devia, fomentou dissensões e difundiu maus costumes (PCG: II, 369 – caps. 646 e 382 – cap. 666).

[72] Caso das intrigas, assassínios e lutas pelo poder, em França, relatadas na PCG: I, 260 (cap. 463), 262 (cap. 469) e que culminam em apoteose: "Otrossi fizo destorpar dell un pie et dell una mano a la reyna donna Brunichilla, et fizo la arrastrar a cola duna yegua braua fasta que fuesse toda desmenbrada, ca dizie que diez reys fueron muertos por ella." (PCG: I, 267b).

[73] Caso de Amalarigo que trata muito mal a mulher Clotilde (francesa) que é católica. Posteriormente ela queixa-se ao irmão Childiberto que vem, combate e mata Amalarigo (PCG: I, 249 – cap.440 e 251-2 – cap. 445).

[74] A rainha Constança, mulher de Afonso VI, é partidária da introdução do ritual romano (ou de França) em detrimento do antigo Toledano. As diferentes provas a que os dois ofícios são submetidos, apesar de se decidir por uma vantagem do francês, são, na realidade, inconclusivas. Esta rainha também incorre na ira do seu marido quando procede à cristianização da mesquita de Toledo, quebrando assim o acordo que Afonso VI fizera com os mouros. PCG: II, 540-43 (caps. 871-72).

procurar ter influência no território ibérico[75]. Neste caso, os trechos referidos seriam de aproximar, igualmente, da corrente da épica anti-francesa liderada por textos como o "Bernardo do Carpio" e as "Mocidades de Rodrigo", adiante consideradas em maior detalhe.

Outro traço que costuma caracterizar a mulher desleal, pode ser exemplificado por D. Sancha, mulher do conde Garcia Fernandes. Trata-se da explicitação da vontade de casar com um mouro. Esta característica é também partilhada pela rainha Alda ou Aldora, mulher do rei Ramiro de Leão e protagonista da "Lenda de Gaia", um caso relatado já não nestas crónicas mas nos *Livros de Linhagens*[76].

A situação oposta, onde um cristão se relaciona com uma muçulmana, surge igualmente nestes textos e as formas que toma também não estão isentas de ambiguidades. Assim, se por um lado a moura que procura consolar Gonçalo Gustios na prisão e que ele não traz para o mundo dos cristãos quando retorna, cumpre uma função positiva ao dar à luz Mudarra, o herói que posteriormente vingará as traições de Rui Vasques, o mesmo já não se poderá dizer, por exemplo, da moura Zaida (PCG: II, 553-4 – cap. 883). Com efeito, a sua união com Afonso VI esteve na origem da invasão dos Almorávidas, fazendo assim recordar, com relativa coincidência, o caso do rei Rodrigo com a filha do conde Julião, uma cristã, é certo, mas proveniente de além-mar, de um enclave em terras mouras, e que terá provocado a primeira invasão muçulmana de 711. Igualmente negativa (e aqui reencontramos o duplo *parti-pris* religioso já apontado) será a judia de Toledo que terá "encantado" o rei Afonso VIII, sendo, posteriormente morta pelos seus homens para o bem do reino, conforme relatado

---

[75] Sobre a questão do afluxo de franceses e da sua influência em território ibérico ver Marcelin Defourneaux, *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siécles*, Paris, PUF, 1949. No que respeita à reacção / recepção literária da tradição rolandiana em Espanha, nomeadamente com o "Bernardo do Carpio" ver Jules Horrent, *La Chanson de Roland dans les littératures française et espagnole au moyen âge*, Paris, Les Belles Lettres, 1951, particularmente pp. 427-436, 462-483 e 495-502.

[76] Os "Livros de Linhagens" apresentam duas versões desta lenda, a primeira no "Livro Velho de Linhagens", Joseph Piel e José Mattoso (eds.), *Livros Velhos de Linhagens*, Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, vol. I, 2A1 (pp. 47-50), a segunda surge em LLCDP: 21A1 (pp. 205-11). Note-se, no entanto, que a maioria das narrativas deste título 21 foram produzidas aquando de uma reelaboração (cerca de 1380). Sobre esta questão ver a "Introd." à edição (p. 41).

na *Crónica de 1344*[77]. No fundo, e independentemente das situações concretas a que a narrativa se possa ligar, estas mulheres acabam por assumir aqui o papel do feminino fatídico, enquanto figuras paradigmáticas e exemplares de uma imagem mental específica, reencontrando assim as personagens arquetipais de Eva ou da sua congénere greco-latina, Pandora.

Em oposição às figuras femininas que, seja por determinação, seja por fraqueza, não guardam lealdade aos respectivos maridos, temos o caso exemplar de uma outra D. Sancha, a noiva do infante Garcia. Mesmo sem ter chegado a casar, esta senhora toma a si a vingança contra os traidores, ou seja, os Vela e o seu aliado Fernando Laines, o que, lido de acordo com as considerações anteriormente aduzidas, pode ser interpretado como a recusa de iniciar uma nova aliança matrimonial sem antes provar a sua capacidade de lealdade – e, consequentemente, de vingança – ante os que atentaram contra o que teria sido a sua linhagem de adopção e contra si própria:

> Et dixo estonces Diago Uela contra los otros: «digouos, hermanos, que estos non uienen por al sinon por uengar la muerte dell inffant Garcia». Quando aquello oyo el traydor de Fernand Llaynez, caualgo un potro brauo sin siella, et saliose de la hueste en guisa de rapaz, su capiella puesta en la cabeça por quel non connosciesse ninguno, el alçose en las Somoças de Ouiedo. Los reys cercaronlos estonces a los otros condes, et quemaronlos y luego, faziendoles antes muy grandes penas como a traydores que mataran a su sennor. [...] Et pues que ouieron fecho este desposamiento, dixo la inffant donna Sancha contral rey don Sancho que si la non uengasse del traydor Fernant Laynez que fuera en la muerte del inffant Garçia et diera a ella una palmada en la cara et la messara de los cabellos, que nunqua el su cuerpo antes llegarie al de don Fernando su fijo. Mando estonces el rey don Sancho cercar toda la montanna, et escodrinnaronla por Fernant Laynez, et fallaronle, et tomaronle, et prisieronle, et aduxieronle a la inffante donna Sancha, et metierongele en las manos diziendo que ella fiziesse dell lo que quisiesse et la justicia que touiesse por bien. Estonces donna Sancha tomol et fizo justicia en el qual ella quiso, et fizola en esta guisa: tomo un cuchiello en su mano ella misma, et taiole luego las manos con que el firiera all inffant et a alla misma, desi taiol los pies con que andidiera en aquel fecho, despues sacole la lengua con que fablara la traycion; et desque esto ouo fecho, sacole los oios con que lo uiera todo. Et desquel ouo

[77] 1344a: cap. 491; 1344b: cap. DCCXLI. O trecho encontra-se ausente dos restantes textos considerados. Este assunto será retomado adiante.

> parado tal, mando adozir una azemila et ponerle en ella et leuarle por quantas uillas et mercados auie en Castiella et en tierra de Leon do el fiziera aquella trayción, diziendo et pregonando sobrel lugar que por la muerte que aquel Fernant Laynez basteçiera al inffant Garcia et fuera ell en ella, padescie ell aquello. (PCG: II, 472a-b)

Pode ainda verificar-se que, face aos castigos mais simples de Mudarra contra D. Lambra ou à descrição elisiva das penas que o rei Sancho de Navarra e seus filhos teriam aplicado aos Vela, opõem-se as punições muito mais elaboradas e amplamente descritas das duas D. Sanchas, entre outras. Com efeito, é possível encontrar, neste *corpus* historiográfico, traidores de cujo castigo pouco ou nada é dito, como sucede com o conde Vela, que se refere simplesmente que morreu[78]. Do mesmo modo, os castigos dos seus filhos são praticamente omitidos e a *Crónica de Veinte Reyes* opta por elidir, igualmente, o castigo de Fernando Laines[79]. Também de Velido Adolfo nada é dito, além de que foi preso, o que talvez se possa relacionar com o medo de escavar demasiado na questão da morte traiçoeira de Sancho II. Com efeito, após a prisão do traidor "de facto" são múltiplas as suspeitas que se levantam e que ficam em suspenso relativamente a eventuais mandantes ou aliados, como evidencia o repto levantado contra Zamora (que dá origem a duelos judiciários que se revelam inconclusivos), as múltiplas suspeitas e indícios que recaem sobre D. Sancha ou ainda as últimas dúvidas contra Afonso VI e que suscitam a "Jura de Santa Gádea"[80].

Tendo em conta a violência dos castigos que foram descritos em pormenor, torna-se estranho verificar como o conde Julião, que constitui o paradigma do traidor na Península Ibérica, e que é a personagem mais

---

[78] PCG: II, 450 (cap. 756) e 465 (cap. 778) e equivalentes nos restantes textos. No entanto, salvaguarde-se aqui que esta morte ocorre depois do conde ter voltado do exílio ao abrigo de uma política de congregação de guerreiros cristãos, tendo sido então reintegrado no sistema social contra o qual anteriormente se rebelara.

[79] "e prisieron a aquell Ferrand Flayno e troxiéronlo a la infanta doña Sancha e diérongelo. E ella fizo en él su justiçia, qual touo por bien, así quel mató con sus manos mesmas. Mas agora dexaremos aquí de fablar desto" (Cr20R: 152b).

[80] PCG: II, 511-14 (caps. 837-39) e 515-19 (caps. 841-45) e equivalentes nos restantes textos.

amaldiçoada nesta historiografia[81] sofra (pelo menos na Terra) uma punição relativamente simples:

> Cuando Alohor, rey de Cordoua, oyo dezir de la mortandad de los moros et de la malandança que ouieron, sospechando que fuera por conseio de los fijos de Vitiza et del cuende Julian, cebanto el pleyto que ellos pusieran con Tarif, et mandolos luego descabesçar. (PCG: 324a)

Será que esta situação se deve ao facto de Julião ser agora a personagem que é traída? Será porque a morte lhe é infligida pelos mouros que, sendo aqueles de quem Julião se serviu para concretizar a sua traição, não terão propriamente legitimidade para vingar actos nos quais eles próprios participaram? No entanto, vários são os episódios que deixam bem claro como a traição também era severamente castigada entre os muçulmanos[82]. Por outro lado, o fim do conde Julião retrata ainda, e com bastante clareza, a noção genérica, já referida, que não se pode confiar em quem já traiu – pois a índole subjacente deixa permanentemente em aberto a possibilidade da reincidência.

Porém, os silêncios agora em análise tornam-se particularmente estranhos se relembrarmos o carácter exemplar inerente a esta historiografia, perante o qual se poderá, no entanto, pôr a hipótese de uma eventual pressão de sentido contrário decorrente de um possível pudor em apresentar cenas demasiado sangrentas. A constatação da presença de um princípio de *decorum* a par do da exemplaridade já foi verificada por Inés Fernández-Ordóñez, no que respeita à historiografia afonsina[83]. No entanto, a *Estoria de Espanna* também não se coíbe

---

[81] O trecho mais ofensivo (PCG: I, 310b) já foi citado na I Parte 1.3. No entanto, verifica-se ainda que este é acentuado por alusões como a seguinte: "ca bien sabes como tu et tu hermano Vitiza assannastes a Dios malamientre por los uuestros peccados que fizieste con el cuende Julian sieruo de Satanas yl mouistes a sanna," (PCG:II, 323) além de diversas outras referência a esta traição que também pode ser entendida na sua dimensão de marco histórico, como por exemplo na PCG: I, 4 (Prólogo).

[82] A violência, as traições e respectivos castigos também são uma constante entre os muçulmanos como se pode verificar na PCG: II, 330 (cap. 579), 331 (cap. 580) ou 457 (cap. 768) e é referido, explicitamente, que o apedrejamento é o castigo que a lei moura aplica a quem mata o seu senhor (PCG: II, 591 – cap. 920).

[83] "El requisito de exhaustividad que exigía conocer todos los hechos pasados, tanto de los buenos como de los malos, se corrige con los principios de decoro y ejemplaridad exigibles a la Historia. Así, mientras que se escriben los hechos buenos de los buenos y los malos de los malos, sistemáticamente se encubren u ocultan los hechos malos de los buenos y los indecorosos en general.", Inés Fernández-Ordóñez (1993-94), p. 114. Alguns exemplos mais concretos deste procedimento são apresentados em *idem*, "El tema epico-legendario de *Carlos Mainete* y la transformacion de la historiografia medieval hispanica entre los

de apresentar, com bastante pormenor, o castigo daqueles que, sendo vassalos de Bamba, se revoltaram contra esta personagem, salientando de seguida o carácter exemplar da descrição[84]:

> Los caualleros fizieron como les mando el rey, e sacaron a Paulo et a todos los otros sus companneros de las cueuas et de los soterrannos del castiello o se auien asconduдos, e derribaron a Paulo por cuerdas de somo del muro et pusieron le fuera, e dos ricos omnes del rey prisieronle por los cabellos et leuaronle muy desonrradamientre antell. [...] e todos los ricos omnes et los altos sennores et los alcades del palacio dieron por iuyzio et por sentencia por traydores a Paulo et a todos los suyos por que fueran contra su sennor et se yuraron en su muert et destroyran la tierra, et dieron todos por iuyzio que deuien perder las cabezas. [...] Quando llego a dos leguas de Toledo fizo tresquilar en cruz a Paulo et a sus companneros, et raer las baruas, et sacar les los oios, et uestir les de margas por fonta et desonrra, et poner los en somo dunos camellos, descalços et malandantes. E a Paulo, que era por mayoral de los otros et se alçara por rey, pusieron le una corona de pez en la cabeca, e yua delante todos, et los otros empos el, uno empos otro atados en una soga; e assi entraron los mezquinos malandantes en la cibdad de Toledo por traydores et escarnidos et fechos risos et denosto de todos, et fueron metidos en carcel para siempre. E esto fizo el rey fazer por exiemplo, por que aquellos que se quisieran alçar sobre si mas de su derecho, que yagan et sean senneros en tiniebra et podrescan en mezquindad. (PCG: I, 291b-292a, 293a e 294a)

Independentemente de eventuais pudores, a *Estoria de Espanna* afonsina não deixa pois de relatar situações sangrentas, se isso convier à exemplaridade que se quer transmitir, e que é dirigida precisamente a todo aquele que se queira elevar acima da sua condição, como se verifica na moralidade explicitamente enunciada.

No entanto, não deixa de ser possível constatar uma maior presença de descrições sangrentas, relatadas em pormenor, nos textos desenvolvidos em épocas posteriores[85]. Este facto poderá, talvez, prender-se também com questões

---

siglos XIII y XIV", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 89-112 (particularmente pp. 90, 96 ou 100) ou em *idem*, 2000b.

[84] Note-se ainda que antes de este castigo se verificaram já diversas alusões à prisão de algumas personagens como os duques Ranosindo e Ilderigo (PCG: I, 287 – cap. 518), o falso bispo Ramiro (PCG: I, 287 – cap. 519) e Victimiro, com outros, que também são açoitados (PCG: I, 288 – cap. 519).

[85] Nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento do castigo de Rui Vasques e mulher na *Crónica de 1344* ou ao de Fernando Laines, abreviado na *Crónica de veinte reyes* (note-se que, para este trecho, a

de modificação das sensibilidades em geral e/ou das formas de redacção em particular. Com efeito, a grande vulgarização e difusão desta historiografia poderá ter implicado um acréscimo dos elementos espectaculares e impressionantes, para agradar a um público sequioso deste tipo de cenas – no fundo, um pouco à semelhança da tendência que se verificou no romance cortês e nas canções de gesta, em França. Acresce ainda o facto de estas narrativas surgirem, frequentemente, na Península Ibérica, integradas, precisamente, na historiografia que, deste modo, assume para si a popularidade mas também muitas outras características destes géneros literários (um assunto ao qual voltaremos).

Cabe, no entanto, salvaguardar que este paradoxo, segundo o qual os textos parecem calar os castigos de alguns traidores que mais se evidenciaram, quando outras personagens menores sofrem punições, por vezes, razoavelmente elaboradas, pode igualmente ser associado à falta de fontes que forneçam maiores informações a esse respeito, como se pode verificar numa alusão presente na *Crónica de 1344*:

> Em todo esto, prendeo el rei dom Paayo Epa, o arcebispo, mas a estoria nõ conta como o matou nẽa morte que lhe deu. (1344b: II, 384)

Por outro lado, também não se pode descartar a possibilidade do relato narrar um castigo simples e ser essa a forma como o mesmo efectivamente decorreu, não se verificando manipulações ou eventuais excursos tão impressionantes quanto exemplares.

No entanto, também é inegável que, para que as personagens negativas, mormente as traidoras, cumpram com eficiência a sua função de *exempla*, a sua eficácia intensifica-se se os seus actos se virem coroados com os piores castigos.

PCG apresenta a "versão amplificada"). Referimo-nos aqui e sempre a questões de amplitude e de incidência, o que obviamente não implica que textos anteriores tenham descurado questões deste tipo. Por exemplo, João de Bíclaro (séc.VI) recolhe na sua crónica só uma notícia de rebelião interna, mas a amplitude e o tom com que narra, nomeadamente o castigo dos rebeldes, é ilustrativo da forma como este autor defende a ordem estabelecida contra qualquer atentado. Sobre este assunto ver Pedro Juan Galán Sánchez, (1994), p. 130.

Inclusivamente no que respeita às punições de figuras menos destacadas pela narrativa, a sua exemplaridade é um elemento permanentemente subjacente.

É ainda interessante verificar como os castigos, de um modo geral, giram um pouco à roda de um número limitado de procedimentos. Os mais comuns são a prisão e a decapitação, por vezes associadas a um termo genérico como "torturas" ou a uma consequência como "ser morto"[86]. Já outras punições revelam-se como mais exemplares, caso das que implicam uma amputação que marque o traidor na sua própria figura[87], ou, sobretudo, quando se procura recriar o crime na punição[88]. Na sequência deste último ponto, é importante salientar a analogia que se pode estabelecer entre os castigos narrados em maior pormenor e a traição que os suscitou. Com efeito, a maioria destas punições procura reflectir, não só as condições, mas ainda rememorar e mimetizar os acontecimentos que lhe estiveram na base, o que, de certa forma, poderá ser entendido no âmbito de uma função catártica, de "emenda" e/ou de "equivalência". Esta atitude provém, certamente, da tradição, comungada por Dante, segundo a qual os castigos eternos dos diversos crimes corresponderiam às faltas cometidas.

As punições serão ainda tanto mais exemplares quanto, para além de rememorarem e actualizarem, mimetizando (se bem que agora em sentido contrário, porque é o antigo agressor que é agredido) o crime cometido, também

---

[86] Os descendentes dos servos de Tiro são decapitados e torturados por Alexandre (PCG: I, 33 – cap. 50), alguns revoltosos são mortos (PCG: I, 173 – cap. 284, 199 – cap. 342 ou 244 – cap. 429), o imperador Justiniano, ao conseguir voltar do degredo e recuperar o Império, decapita aqueles (Leo e Tibério) que tinham, sucessivamente, tomado o Império pela força (PCG: I, 303 – caps. 545-56), Nepociano é preso e são-lhe tirados os olhos, dando entrada numa ordem religiosa (PCG: II, 358 – cap. 628), o rico-homem Priviolo e os seus sete filhos ficam sem cabeça (PCG: II, 363 – cap. 633), Fruela Vermudes é morto (PCG: II, 368 – cap. 645), o conde Eylon é preso (PCG: II, 368 – cap. 645), os dois ricos-homens, Fernando Gonçalves e Diego Nunes são presos mas posteriormente reintegrados (PCG: II, 399-400 – cap. 697). Estas descrições podem ser mais ou menos amplificadas mas estão, obviamente, dependentes de narrativas anteriores como sucede, por exemplo, com o caso de Privolo relatado já na *Crónica de Afonso III*, um texto asturiano de fim do séc. IX: "Chronique d'Alphonse III", Yves Bonnaz (ed.), *Chroniques Asturiennes (fin IXe siècle)*, Paris, C.N.R.S, 1987, p. 54.

[87] O Imperador Constantino, suspeitando de uma conjura por parte dos irmãos corta-lhes os narizes (PCG: 282 – cap. 510), o patrício Leo, toma o Império à força e corta o nariz e a língua ao Imperador, que ainda desterra. Posteriormente, verifica-se uma revolta e agora é Leo que é preso e tem o nariz cortado (PCG: I, 302 – cap. 543). O imperador Justiniano, ao conseguir voltar do degredo e recuperar o Império, tira os olhos, exila e mata vários inimigos (PCG: I, 303 – cap. 545-56), a Nepociano também lhe são tirados os olhos (PCG: II, 358 – cap. 628), bem como ao conde Alderedo (PCG: II, 363 – cap. 633).

[88] Alguns dos assassinos de Júlio César são mortos com as mesmas armas com que cometeram o crime (PCG: I, 96 – cap. 120), Viterigo, porque matou com a espada, é justo que morra do mesmo modo (PCG: I, 267 – cap. 481).

rememorarem e actualizarem as figuras tutelares da traição já referidas. Estas equivalências podem, efectivamente, verificar-se, tanto ao nível da falta propriamente dita, que, em cada caso particular, actualiza a traição arquetipal, como, também, ao nível dos castigos que, por vezes, espelham igualmente as condenações atribuídas a essas mesmas figuras paradigmáticas.

Assim, um dos castigos usados, o fogo, espelha a noção genérica dos castigos infernais, fogo este que se encontra sobejamente exemplificado na iconografia relativa ao assunto. A morte por enforcamento marca o fim de Judas. Finalmente, com Maomé, deparamos com a morte por envenenamento seguida de desmembramento, provocado pelos cães que o devoraram, como surge relatado no excerto que se segue:

> Mahomat, auiendo ya diez annos que fuera alçado rey de los alaraues en Damasco, vn su disciplo que auie nombre Albimor quiso prouar si resuscitarie Mahomat de muert a uida a tercer dia assi como dixiera, ca ell auie dicho que despues que los diez annos fuessen complidos de su regnado que morrie, et desi que resuscitarie al tercer dia; e por ende aquel su disciplo destempro un uenino et diogelo a beuer muy encubiertamientre. Mahomat, assi como lo beuio, mudosse le luego a soora toda la color, e por que ell entendio que su muerte era ya llegada, dixo a aquellos moros que estauan y con el que por agua serien saluos et aurien perdon de sus pecados. Assi como lo dixo, dio luego ell alma al diablo, et murio. E sus disciplos guardaron bien el cuerpo cuedando que resuscitarie al tercer dia, assi como les el dixiera; mas pues que ellos uiron que non resuscitaua et que fedie ya muy mal, desampararonle et fueronse su uia. Desi a cabo de los onze dias pues que el muerto, uino Albimor, aquel su disciplo, ueer de como yazie, e segund cuenta Lucas de Thuy, fallol tod el cuerpo comido de canes. Albimor cogio estonces todos los huessos del et soterrolos en *Medina rasul*, que quiere dezir en el lenguage de Castielle tanto como “la cibdad de los mandaderos”. Aqui se acaba la estoria de Mahomat. (PCG: I, 274a-b)

Assim, Maomé assemelha-se ainda a uma outra figura paradigmática, agora de sexo feminino, e veiculada pela Bíblia: a rainha Jezabel, uma mulher ímpia e despótica, que exerce uma influência nociva sobre o marido e que, como

consequência do seu comportamento, sofrerá uma morte terrível, defenestrada e comida por cães[89].

Na sequência de esta situação, cabe aqui relembrar outra característica frequentemente associada à questão da traição e que consiste na animalidade, com a qual se relaciona, também, de forma mais ou menos estreita, um dos castigos mais comummente aplicados aos traidores, ou seja, o já referido exílio[90]. Com efeito, no plano do imaginário, um desterrado era um marginal relativamente a esta sociedade, donde a facilidade da comparação com os animais selvagens que, também eles, vivem no exterior da civilização[91]. Neste contexto, o facto de muitos exilados se dirigirem para terras muçulmanas ganha um redobrado sentido pois, na literatura cristã medieval, frequentemente, os mouros não eram considerados como seres absolutamente humanos[92].

O excesso e a traição integram-se assim numa constelação ideológica muito extensa, com múltiplas ramificações, dado que podem assumir um leque bastante dilatado de actuações passíveis de crítica e que, por seu turno, poderão ser castigadas de variadíssimas formas. Este facto poderá dever-se, em parte, às

---

[89] Reis, livro III, caps. xvi-xviii, xix-xxii; livro IV, caps. ix-x. Ainda relativamente ao desmembramento cabe relembrar como o apedrejamento era a punição que, segundo a lei muçulmana, estava reservada aos traidores: cf. nota 82 de esta II Parte.

[90] Para um estudo mais detido desta questão ver Isabel de Barros Dias, "Exilés au royaume de Nabia", Danielle Buschinger e Wolfgang Spiewok (eds.), *Hommes et animaux au Moyen Age*, Reineke-Verlag, Greifswald, 1997, 1-9.

[91] Relativamente a este assunto, cabe aqui relembrar a etimologia que Isidoro de Sevilha dá para "exílio": "Exilium dictum quasi extra solum. Nam exul dicitur qui extra solum est." (*Et*: V, 27).

[92] Sobre estas estruturas do imaginário segundo as quais os muçulmanos são vistos como animais ou monstros, ver, Henri Dontenville, *Mythologie française*, Paris, Payot, 1986, pp. 233-36 ou Philippe Walter, *Mythologie Chrétienne*, Paris, Entente, 1992, pp. 103-4. No que respeita a exemplos ibéricos concretos ver, por exemplo, Juan Victorio (ed.), *Poema de Alfonso Onceno*, Madrid, Cátedra, 1991, estrs. 805-6, 1244-5, 1819-39 ou, ainda, o seguinte excerto do Romanceiro popular: "Tres hijuelos había el rey, tres hijuelos que no más; / por enojo que hubo d'ellos todos maldito los ha: / el uno se tornó ciervo, el otro se tornó can, / el otro se tornó moro, pasó las aguas del mar" Paloma Diáz-Mas (ed.), *op. cit.*, p. 252. Outra característica que alguns muçulmanos evidenciam e que por vezes é posta ao nível da animalidade é o gigantismo pois os gigantes são habitualmente vistos como figuras excessivas e de transgressão, semeando o terror e a destruição até que algum herói os mate. Por isso, eram frequentemente integrados nos "Bestiários" ao lado dos monstros e dos animais, como refere Eugene Vance, *From Topic to Tale*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987, p. 91, e Isidoro de Sevilha não hesita em classificá-los entre os seres prodigiosos (*Et*: XI, 3). Encontram-se infiéis de proporções gigantescas no *Poema de Fernán González*, ("Poema de Fernán González", Ramón Menéndez Pidal (ed.) e Diego Catalán (reed.), *Reliquias de la Poesia Épica Española*, Madrid, Gredos, 1980, pp. 34-153 – daqui em diante **Poema**), estr. 494, no *Poema de Alfonso Onceno*, estr. 808 ou ainda na 1344b: III, 55 (cap. CCCXLI).

oscilações que se verificaram no modo como a noção de traição foi entendida ao longo do tempo, um assunto que será retomado adiante (II Parte: 2.1.).

No entanto, parece-nos importante referir, desde já, a modificação fundamental que se terá verificado com a passagem de uma monarquia electiva, como sucedia no período godo, para uma monarquia hereditária, o que terá provocado uma crise da noção anterior de fidelidade como base do equilíbrio social[93]. Esta desvirtuação terá levado à procura e/ou aceitação e acentuação de pontos teoricamente acessórios, mas emocional e ideologicamente importantes, para a manutenção da importância (negativa) do crime de traição[94]. Cabe ainda salientar a articulação de esta extensa gama com todo o universo das associações, acima referidas, ao nível do imaginário, o que concorre para uma ainda maior complexificação e relevo. Esta acentuação, a vários níveis, foi fundamental, a partir de determinada época, para revitalizar a importância do binómio lealdade / deslealdade, uma vez que esta antinomia se revela essencial para a manutenção da ordem pública, nomeadamente no que respeita ao controlo político da obediência dos nobres perante uma monarquia que aspira à obtenção de lealdades incondicionais[95].

Finalmente, outro factor essencial e, até ao momento, só esboçado, mas ao qual voltaremos, será ainda a constatação de que o âmbito das acções que podem

---

[93] "La idea de fidelidad, que encuentra su más cabal expressión en una monarquía electiva, no dejó de sufrir como consecuencia de la conversión de la misma en una monarquía hereditária, donde el monarca se consideraba vicario de Dios, elegido por éste para gobernar el reino. No es ya la relación de fidelidad establecida entre el pueblo que elige al monarca y el elegido el fundamento de poder del monarca, sino que éste encuentra su razón de gobernar en sí mismo, en ser heredero del monarca anterior.", Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), p. 174.

[94] "Pero si la lealtad se presenta en las Partidas como confianza que se tiene en una persona, no deja de existir también alusiones a la misma en que aparecen elementos espúreos al auténtico vinculo de fidelidad. La traición no alude de manera única al rompimiento de la fidelidad establecida, sino que se hace mención también a la manera como se ha llevado a cabo esta ruptura del vinculo. Se muestra ahora clara la evolución que ha llevado a considerar la infidelidad, aleve o traición, no como una ruptura de fidelidad, sino como un comportamiento engañoso." (Aquilino Iglesia Ferreiros, 1971, p. 181) e adiante: "Por un lado mantiene esta ley el critério tradicional de que la traición es deslealtad, pero agrava la traición el hecho de cometerse encubiertamente." (*idem*, *ibidem*, p. 184).

[95] Com efeito, numa sociedade dominada pelos deveres e obrigações mútuas, a reciprocidade da lealdade é um ponto assente, na medida em que se apresenta como base evidente da ordem social e, consequentemente, fonte de paz e de benefícios. A partir do momento em que o soberano assume o seu cargo com base na hereditariedade e se procura, por vezes, acentuar que o castigo das deslealdades do monarca cabem exclusivamente a Deus, algo se rompe ou desvirtua no que respeita ao equilíbrio anterior, baseado na reciprocidade. Sobre este assunto ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), nomeadamente pp. 185-187.

ser consideradas como traição se encontra frequentemente dependente do ponto de vista adoptado.

Assim, dada a sua extensão e ambiguidade, é possível salientar, na sequência de Jean Dufournet, que a noção de traição pode constituir uma utilíssima arma de governo:

> Le concept de trahison a fini par recouvrir un large éventail de cas, désignant tout ce qui pouvait nuire au roi, à sa lignée, à son royaume, tout ce qui diminuait l'autorité de la couronne. C'était un moyen très pratique pour punir ou pour dissuader toute déloyauté et toute opposition, pour maintenir l'ordre public.[96]

Este comentário refere-se a textos e situações do séc. XV, o que coincide com o culminar de uma evolução que terá tido o seu início, em França, na segunda metade do séc. XIII, e que consistiu no desenvolvimento que a noção feudal de infidelidade sofreu ao ver-se, de certa forma, reforçada, mas, também, desviada pela introdução da noção romana de lesa-majestade[97]. Deparamos, pois,

---

[96] Jean Dufournet,"«Environ ce temps je vins au service du roi» (Philippe de Commynes, livre III, ch.XI)", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 469-480. O leque dos comportamentos considerados como traição são ainda enumerados: "l'introduction d'hommes armés dans Paris, l'occupation sans autorisation de places fortifiées, l'incitation à la sédition, la levée de troupes sans permission du roi; l'usurpation de l'autorité politique; la reddition des places aux ennemis ou le refus de les rendre au roi; l'adhésion ouverte aux ennemis, la désertion sur le champ de bataille, l'obstruction à l'action du roi ou à l'aide à ses ennemis (envoi d'argent et de munitions, transmission de secrets), le meutre d'officiers royaux. Une opposition quelconque à l'autorité royale est une trahison qu'on peut commettre en acte ou par omission; il en est de même quand on ne défend pas le roi." e adiante "Relèvent de la même accusation de trahison les guerres privées et le brigandage qui remettent en question l'autorité royale, la désertion et le refus de répondre au ban et à l'arrière-ban, la violation des trêves, la complicité dans la prise de places fortes [...], la négligence dans la défense des villes [...]. On peut être considéré comme traître quand on aide l'ennemi par les armes mais aussi par le commerce et les prêts d'argent [...] quand on réside chez lui alors qu'on possède des biens en France, quand on usurpe le pouvoir royal en convoquant des assemblées ou en négociant avec les ennemis [...] quand on s'en prend au représentant du roi ou à ses emblèmes par la parole ou par le geste, quand on incite à la sédition ou qu'on sème la discorde entre le roi et ses sujets, ou son armée, ou son fils." (pp. 470 e 471).

[97] "On en a affiné le concept, de plus en plus à partir de la seconde moitié du XIIIe siècle où la notion romaine de lèse-majesté a commencé à jouer un rôle central et à supplanter la notion même d'infidélité. Si la trahison peut être commise contre quiconque, le crime de lèse-majesté peut être commis seulement contre le roi, la couronne et le royaume." Jean Dufournet, (1997), p. 469. Este autor baseia-se aqui em S. H. Cuttler que afirma: "Unlike murder, rape, assault, theft or arson, treason is not easy to define, for it is conceived in abstract political terms. 'Treason', wrote Maitland, 'is a crime which has a vague circumference and more than one centre'. In later medieval France, although specific decrees identified specific offences as treasonable, there was never any precise delimitation of the crime, and what definition there was could be extended by construction. Treason was not just betrayal; it was an injury against public authority as represented by the person of the king and as symbolized by the crown. A

aqui, com um momento de encruzilhada. Por um lado, existe uma tradição, neste caso, a da noção feudal de laço / contrato entre dois indivíduos, cuja eventual rotura unilateral pode verificar-se independentemente da posição dos seus protagonistas na escala social. Pelo outro lado, a noção romana de lesa-majestade passa a privilegiar a figura central do rei e do seu reino. Esta situação de encruzilhada também não parece ter sido estranha, seja a Afonso X, seja à Península Ibérica, já no séc. XIII.

Com efeito, é possível verificar que, tanto na obra historiográfica do rei Sábio, como na legal[98], independentemente das perspectivas mais abrangentes não deixarem de ser contempladas, há uma preocupação especial em centrar as atenções na figura real[99]. Este facto pode ter na sua origem motivações diversas,

---

felony yet more than a felony, treason was the political crime *per exellence*." (S. H. Cuttler, *op. cit.*, p. 1) e adiante retoma: "From the beginning of the period under review in this study, the interrelated notions of sovereignty and obedience had become integral parts of the law of treason. However imprecisely defined, that law thus expressed the nature of political authority. Since the king was sovereign, all the inhabitants of France were his subjects and owed him absolute obedience; furthermore, since he embodied public magesty, any treason against him was treason against the realm, and conversely any treason against the realm was treason against him. One need not belabour the fact that injured majesty was the central, all-encompassing aspect of treason in latter medieval France; and that betrayal, though primordial, was but a subordinate one. *Trahison* could be committed against anybody, whereas *lése-majesté* could be committed only against the king, the crown or the kingdom. [...] the law of treason provided for the monarchy a most important legal justification with which to anticipate charges of arbitrary repression or personal vengeance. [...] More severe than those of other crimes, the penalties for treason were intended to deter, control and influence as much as to punish effectively." (p. 238).

[98] Sobre este assunto ver Joseph F. O'Callaghan (1996), quando refere a questão da tirania e da traição no cap. 2 ("La ideología de gobierno") e afirma, com base nas *Sietes Partidas*, no *Espéculo,* no *Fuero Real* e outros autores que: "El *crimen lesae maiestatis* del derecho romano se describe como un crimen contra la persona del rey. La traición era una ofensa contra Dios, el rey y todos los hombres. Y se oferecen diversos ejemplos de traición que van desde el intento de matar al rey o privarle de su honor y majestad, hasta el complot para poner a otro en su lugar. También eran traición pasarse en una guerra al bando de los enemigos del rey, alentar una rebelión, impedir que otros gobernantes se sometiesen al rey o le pagasen sus tributos [...]. Igualmente lo era la rendición indebida de un castillo a los enemigos del rey o el abstecimiento de un castillo en daño del rey. Abandonar al rey en el campo de batalla, pasarse al enemigo o descubrir sus planes a los adversarios eran condenados también como actos de traición. La misma consideración tenían rebelarse o conspirar contra el rey, dar muerte a oficiales reales, violar el seguro real, matar a rehenes del rey o ayudarles a escapar, librar a alguien acusado de traición o negarse a abandonar un cargo cuando el rey hubiese designado a otro para que lo desempeñase. Completan la lista la destrucción de la imagen del rey y la falsificación de su moneda y sellos. Todos estos actos iban contra el rey, el *señorío* y el bien común del reino. Los castigos más comunes para ellos eran la confiscación de bienes, la muerte y el desheredamiento de los herderos del culpable." (p. 53). Com efeito, uma busca de ocorrências do termo "traição" nas *Siete Partidas*, Madrid, Admyte I – Micronet, 1994 revela diversos momentos em que se refere e legisla a questão em termos genéricos, como é o caso de: p. 328 (f. 164v, tit. 6), p. 357 (f. 179r, tit. 12 e 13), p. 408 (f. 204v, tit. 18), p. 436 (f. 218v, tit. 22), p. 453 (f. 227r, tit. 3 sgts.), mas uma grande parte das situações centra-se efectivamente na figura do rei, caso de: p. 173 (f. 87r, tit. 9), p. 186 (f. 93v, tit. 13), p. 187 (f. 94r, tit. 13), p. 188 (f. 94v, tit. 13), p. 192 (f. 96v, tit. 13) p. 218 (f. 109v, tit. 19), p. 220 (f. 110v, tit 19), ou p. 221 (f. 111r, tit. 20).

[99] "Alfonso X al centrar su obra sobre la idea de fidelidad debida al monarca, provocó la extensión de la calificación propia de la ruptura de la fidelidad a toda infidelidad. No siempre de una manera concreta,

das quais podemos referir o interesse com que este monarca procurou coligir e divulgar normas do direito romano, ao que se poderá somar a sua própria política centralizadora e a estreita ligação que uniu os seus projectos político e cultural. Acresce ainda o facto de estas duas tradições, acima apontadas, terem sido, com alguma frequência, entendidas de modo confuso e indiscriminado:

> Si tanto traición como *crimen maiestatis* se centran en la persona del rey y del emperador, respectivamente, responden a principios completamente distintos. El *crimen maiestatis*, su denominación lo resalta, tiene su razón de ser en la *maiestas* del emperador violada, mientras la traición encuentra su fundamento en el incumplimento de unos deberes recíprocos. La identificación entre *crimen maiestatis* y traición supone así desvirtuar el auténtico sentido de la traición.[100]

Assim, no que respeita à historiografia em análise, uma vez que a sua narrativa se centra, em especial, nas histórias dos feitos dos diversos reis, é possível constatar uma inevitável incidência nos casos de traição régia. Esta tónica verifica-se, particularmente, nos textos mais próximos do *scriptorium* afonsino que, na sequência do Toledano (DeRH: III, xxii), insistem, por exemplo, não só na narração mas também na rememoração sintética dos crimes

---

pero sí de forma que puede llevar a confusión", Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), p. 212. Acresce ainda a concepção orgânica formulada de variadíssimos modos, centrando-se sempre, porém, na metáfora que faz com que o rei seja percebido como cabeça do corpo que é o reino, pelo que ir contra a cabeça é o mesmo que ir contra o reino e vice-versa. Sobre este assunto ver *idem*, *ibidem*, p. 240 ou ainda, e sobretudo, Ernst H. Kantorowicz, *The King's Two Bodies. A study in mediaeval political theology*, Princeton, Princeton University Press, 1997. Sobre a concepção e as imagens corporativas da monarquia em Castela ver José Manuel Nieto Soria, *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*, Madrid, Eudema, 1988, pp. 90-98.

[100] Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), p. 228. Na sequência de esta citação, ver, também, *idem*, *ibidem*, cap II (particularmente pp. 33, 34-36, 43, 55-59, 79, 81) onde o autor refere os antecedentes visigodos da noção de traição e como estes se opunham às anteriores noções romanas. Com efeito, uma vez desaparecida a *maiestas* romana, também se desvanece a noção de *crimen maiestatis* (apesar da noção ainda subsistir em alguns autores como Isidoro de Sevilha). Enquanto o castigo romano dos crimes contra o imperador se baseava na majestade violada, a noção goda de traição assenta no crime de violação da fidelidade, que era o fundamento da vida social. A única semelhança entre estas duas noções reside no facto de os godos também atribuírem um valor religioso, de sacrilégio, a esta perfídia. Com efeito, a traição tinha, na sua base, a violação do juramento prestado ao rei, o qual não se esgota na fidelidade pessoal, englobando também a estabilidade da terra e das gentes godas (povo e pátria) e quem atentasse contra ele cometia anátema contra Deus (dado que Deus era testemunha do juramento). São os pressupostos visigodos que vão servir de base ao conceito cristão medieval de traição independentemente dos múltiplos cambiantes da sua evolução. Sobre os conceitos de *fides* e de *fidelitas* ver ainda Joseph Canning, *A History of Medieval Political Thought: 300-1450*, London / New York, Routledge, 1996, pp. 59-64.

dos Godos, acentuando, igualmente, como o povo em geral se dilui enquanto espelho das características do respectivo rei, e colocando a traição em lugar de destaque, enquanto desencadeadora do castigo que a invasão muçulmana constituiu:

> E digamos agora onde le uino esta cueta et este mal et por qual razon: Todos los omnes del mundo se forman et se assemeian a manera de su rey, e por ende los que fueron en tiempo del rey Vitiza et del rey Rodrigo, que fue el postrimero rey de los godos, et de los otros reys que fueron ante dellos et de quales algunos fueron alçados reys por aleue, algunos por taycion de muerte de sus hermanos o de sus parientes, non guardando la uerdad nin el derecho que deuieran y guardar por quexa de ganar el sennorio mal et torticieramientre como non deuien, por ende los otros omnes que fueron otrossi en sus tiempos dellos formaron se con ellos et semeiaron les en los peccados; e por esta razon auiuose la yra de Dios sobrellos, et desamparoles la tierra que les mantouiera et guardara fasta alli, et tollio dellos la su gracia. E pero que Dios les sofrira en la heregia arriana desdel tiempo dell emperador Valent fastal tiempo del rey Recaredo, como dixiemos ya ante desto en la estoria, essora fue ya yrado por las nemigas de Vitiza et por las auolezas de los otros reys, et non les quiso mas sofrir nin los quiso mantener. E nos por ende touiemos por bien sobresta razon de poner agora aqui los nombres de los reys godos que moriron a espada o en otra manera desaguisada. Adaulpho rey de los godos fue muerto a traycion en Barcilona, et matol un su uassalo o seye fablando en su solaz; a Sigerico otrossi mataron le sus uassalos; Thurismundo fue muerto en Tolosa et matol un su sergent por conseio de su hermano; a Theoderigo matol su hermano Eurigo; a Amalarigo mataron le sus uassallos en Narbona estando en medio de la plaça; a Theudio matol uno, que se fazie sandio por tal de auer entrada a ell; a Theodisclo matol un su uassalo en Seuilla o seye comiendo; a Aguila mataronle sus uassalos en Merida; Leouegildo mato a su fijo Ermenegildo por que non querie consentir con ell en su heregia; Luyba fijo del rey Recaredo, matol Viterigo a traycion; a Viterigo mataron unos, que se yuraron contra ell, o seye comiendo; a Vitiza cegol el rey Rodrigo; al rey Rodrigo cuedan quel mato el cuende Julian; Ffruela mato a su hermano Vimarano con sus manos – et esto uiene adelante aun en la estoria – e despues sus uassallos mataron a Ffruela en Cangas por uengança dell hermano. (PCG: I, 314a-b)

Daqui procede também uma associação que, talvez de forma um pouco subliminar, estabelece uma relação de causa – efeito entre traição e divisão ou

partição[101], seja ela familiar, seja no interior do reino, ou ambas, dado que se afirma que foi a divisão que esteve na base da perda de Espanha:

> Pues este regno tan noble, tan rico, tan poderoso, tan onrrado, fue derramado et astragado en una arremessa por desabenencia de los de la tierra que tornaron sus espadas en si mismos unos contra otros, assi como si les minguassen enemigos; et perdieron y todos, ca todas las cibdades de Espanna fueron presas de los moros et crebantadas et destroydas de mano de sus enemigos. (PCG: I, 312a)

Este ponto vê-se ideologicamente reforçado pela recorrência de múltiplos pequenos casos, narrados por esta historiografia, onde se verifica a oposição entre pais e filhos ou entre irmãos. Estas situações, de nível familiar e mais íntimo, tornam-se de sobremaneira graves nas famílias reais, pois aí surgem, forçosamente, consequências ao nível do reino. Do mesmo modo, mas a um nível mais alargado, a existência de partidos ou bandos e de eventuais revoltas subsequentes contra o poder real têm como consequência a desorganização e partição do território, o que implica a consequente fraqueza perante os inimigos:

> Et despues de la muerte de Abenhut, partiose aquella tierra en muchos pequennos reys, et apartada de los moros almohades, que fue pro et bien a lo que los cristianos tenien en los coraçones: esto es, ganar dellos la tierra; (PCG: II, 722a)

Constituindo um mal em si, a divisão é, no entanto, útil entre os inimigos, na medida em que provoca a sua fraqueza e permite a vitória dos cristãos[102]. O

---

[101] Acresce ainda à força deste *topos* a sua antiguidade, pois ocorre em obras bem anteriores. Como exemplo, podemos relembrar Orosio, outro autor peninsular que, no início do séc. V, é bastante explícito nas suas acusações: "Et tamen horum omnium malorum initium superbia est: inde exarserunt bella civilia, inde iterum pullularunt.", Orosio, *Le storie contro i pagani*, ed. de Adolf Lippold, Verona, Fondazione Lorenzo Valla / Arnoldo Mondadori Editore, 1998, II vol., p. 200. Para um estudo acerca da evolução teórica e prática das relações entre Papa, Imperador e reis equacionada com o binómio universalidade *vs* partição / pluralidade, ver Joseph Canning, *op. cit.*, 1996. Para o caso específico da Espanha, *idem*, *ibidem*, pp. 80 e 165. Interessante será ainda recordar como o castigo de alguns traidores se centra, por vezes, precisamente no desmembramento ou no esquartejamento, o que, tendo em mente a noção que o castigo deve mimetizar a falta, pode ser elucidativo, por um lado da associação mental entre traição e divisão, e, pelo outro lado, da tentativa de dividir e dispersar o mal como forma simbólica de o enfraquecer.

[102] Casos de rivalidades e desavenças entre muçulmanos são ainda apontadas na PCG: I, 299 (cap. 537), 318 (cap. 563) e II, 322 (cap. 566), 334 (cap. 587), 336 (cap. 589), 459 (cap. 770), 548 (cap. 877), 559

avanço da Reconquista depende, pois, em grande parte, da maior ou menor união dos muçulmanos que, apesar de carregarem em si o germe da divisão (uma vez que, pela oposição das duas linhagens vivem, no fundo, em permanente oposição fratricida), passaram também por vários momentos de força:

> Cuenta la estoria que desdel tiempo de Mahomat, el propheta de los moros, fasta aquella sazon en que murio Moran, tan bien los alaraues dallend mar como los daquend, todos obedescien a un sennorio et a un amiramomelin; ca los del linnage de Abenhumaya desapoderaran a los de Benalabeci, et echaronlos del poder et del sennorio que auien, et mataran quantos fallaran que de su linnage eran. Humaya et Benalabeci uinien del linnage de las fijas de Mahomat, el su grand propheta de los moros; e duro mui grand tiempo entre amos estes linnages daquellas dos hermanas enxeco et contienda. Algunos dizen que Mahomat non ouo mas duna fija sola que ouo nombre Ffatima, e fue casada con Ali Abutalip, que era su escriuano, que fue el IIIº rey despues del, et regno quatro annos et ocho dias; pero que lo non fallamos en toda la estoria, assi como lo auemos dicho ante desto, el quarto rey que fue despues de Mahomat ouo nombre Moabia. E deste Ali e daquella Ffatima salieron estos dos linnages, segund dizen, et que siempre ouieron contienda et pelea unos con otros, assi como dixiemos. E despues de la muerte de Mahomat los del linnage de Humaya, que morauan aquend mar, partieronse del sennorio de Affrica so que eran, et fizieron cabeça de su regno en Cordoua, assi como agora diremos adelante. Pues que fueron departidos los unos de los otros por sennorios, mantouieron siempre guerra et enxeco unos contra otros, et desamaronse, et uuscaronse mal quanto pudieron. E duroles aquel desamor fastal tiempo de los almorauides, que fueron sennores de Espanna et la metieron so el su sennorio et touieron toda la tierra a su mandar. Despues de los almorauides, uinieron los almohades, et echaron de Espanna et de Africa a los almorauides, et tomaron toda la tierra et metieronle so el su sennorio, e mantouieronla fastal tiempo del rey don Ffernando, en cuyo tiempo fue Abenhut. Este Abenhut echo los almohades todos de Espanna, et ouo el solo tod el sennorio daquend mar. (PCG: II, 338b-339a)

Esta narrativa não pode deixar de trazer ao espírito as divisões e antagonismos primordiais protagonizadas por Eva e por Caim. Desde que Eva constituiu o fim da unidade de Adão, essa situação não deixa de se multiplicar, cristalizando-se no entanto, em dois momentos básicos, de sinal contrário,

---

(cap. 889), 574 (cap. 908) ao que se opõem os períodos de maior unidade como se verifica sob os Almorávidas (PCG: II, 557 – cap. 886) ou sob os Almóadas (PCG: II, 558 – cap. 887). Sobre a questão da

vividos, numa primeira fase, por Abel e Caim, posteriormente, por Caim e Set, bem como pelas respectivas linhagens[103].

Depois da destruição provocada pelo Dilúvio, a renovação também não deixa de apresentar facetas onde a soberba e a ambição imperam. Com a construção da torre de Babel, o castigo imposto aos gigantes vai ainda acentuar as divisões e provocar a dispersão destes pelo Mundo. Será, igualmente, ignificativo relembrar como Nemrot, o gigante que promoveu a construção da torre, governava a linhagem de Cam, uma vez que, também entre os filhos de Noé, as descendências de Sem e de Jafet são valorizadas relativamente à de Cam, dada como serva das outras. Daqui decorre a justificação de amizades e inimizades naturais que, supostamente, perduram até ao presente desta historiografia:

> Onde tenemos nos, segund este derecho e priuilegio, que Noe nuestro padre nos dexo alos de Sem e de Iaphet, dond nos uenimos, que toda cosa de tierra e de al que nos delos de Cam de Affrica, e dond quier quelos moros sean en quales quier otras tierras; ca pues que moros son, todos son de Cam, et si pudieremos algo leuar dellos por batalla o por qualquier fuerça, e aun prender a ellos e ferlos nuestros sieruos, que non fazemos y pecado, nin tuerto nin yerro alguno. [...] Pero el dicho dela maldicion de Noe, que era el padre, que es como priuilegio de enemiztad, por siempre finco e finca entre nos e los de Cam, e aun que esta enamiztad que es ya fecha como natural entre nos e ellos. Mas entre nos los cristianos e los gentiles, que son aun y delos de Sem, e si algunos y a otrossi en ellos delos de Japhet, dezimos que deuie seer amiztad e aun que se faze como natural segund los dichos de Noe, e sobre todo con el debdo que auemos dicho que dixo Noe enel noueno capitulo dela Biblia, que morasse Japhet enlas tiendas de Sem, semeia que non deue auer entre nos e ellos enamiztad natural, como entre nos e los moros. (GE: I, 53a-54a)

Assim, qualquer reiteração de dissensões, mormente familiares, de uma maneira ou de outra, acaba por associar-se a esta questão da divisão, encarada como basicamente negativa.

---

desunião ver ainda os múltiplos casos de revoltas entre mouros apontados na nota 25 de esta II Parte.

[103] A questão das divisões primordiais é referida, sobretudo na *General Estoria*, onde, de forma bastante significativa, se afirma, relativamente a Caim que "El fue el primero quela tierra partio por terminos;" (GE: I, 11a).

Particularmente acentuadas na "versão crítica", como as condições da sua produção facilmente justificam, as atitudes dos filhos que se rebelam contra os pais são olhadas sob um ponto de vista eminentemente crítico[104]. Esta postura torna-se clara quando vemos que, mesmo a questão religiosa, deixa de ser relevante quando a ortodoxia é defendida por um filho que se revolta contra o pai, como sucede entre o ariano Leovigildo e o seu filho Hermenegildo[105]. A negatividade deste tipo de momento é ainda acentuada pelo facto das desavenças entre Sancho e o pai, o conde Garcia Fernandes (PCG: I, 453 – cap. 763), serem dadas como razão para o enfraquecimento cristão, o que levou os mouros a aproveitar e atacar. Acresce ainda a constatação de que esta última situação de desavença se integra numa série mais extensa de traições familiares pois este D. Sancho é o filho da segunda "condessa traidora", pelo que voltamos a deparar com núcleos de recorrências de perfídias, mesmo se sob formas diferentes, no seio de uma mesma linhagem.

Estes indícios solidificam-se ainda mais quando se estuda a narrativa da divisão dos reinos pelo rei Sancho, o Maior, de Navarra (PCG: I, 475 – cap. 791).

---

[104] Com efeito, na "versão crítica", a rebelião de um filho contra o pai é equiparada à usurpação e ao regicídio, como constata Inés Fernández-Ordóñez (2000b), p.50. Sobre este assunto ver ainda *idem*, (2000a), p. 267n: "Después de enumerar, de acuerdo con el Toledano, los regicidios cometidos por los godos como razones que motivaron la destrucción de España por obra de los invasores árabes, la *Versión crítica* añade tres casos más de actuación contra un rey de derecho en un pasaje adicional, que destaco en cursiva: "Al rrey Rodrigo cuedan quel mato el cuende Julian. Fruela mato a su hermano Vimarano con sus manos – et esto viene adelante aun en la estoria – e despues sus vasssallos mataron a Fruela en Cangas por vengança del hermano. *El infant don Garçia tomo el regno por fuerça a su padre el rrey don Alfonso el Magno. Al rrey don Sancho et matol Velit Adolfez a trayçion, siendo su vasallo. Al rrey don Alfonso, fijo del rrey don Fernando el que gano Seuilla, tolliol el rregno su fijo el infante don Sancho. E alçaronse con don Sancho todos los del rregno, e ajuramentaronse contra el rrey para prenderle et echarle de la tierra. Mas ayudole Dios e los de Seuilla e el rrey Abeneniufal de los abonmarines a ese rrey don Alfonso, asy commo adelante lo diremos en su logar*" [ms. Ss (40, Caja de Ahorros de Salamanca), f.66v]". Este facto poderá dever-se, precisamente, às condições nas quais esta última versão da *Estoria de Espanna* afonsina foi redigida (sobre esta questão ver Inés Fernández-Ordóñez: ed. "vers. crit.", *op. cit.*), ou seja, quando, na sequência da morte do filho mais velho, Afonso X se viu obrigado a enfrentar as rebeliões do futuro Sancho IV que se impôs como soberano, contrariando assim os direitos sucessórios dos seus sobrinhos, ainda menores, bem como as posições teóricas anteriormente defendidas pelo seu pai. Sobre esta questão ver também Robert A. MacDonald, (1990), pp. 179-232. Já D. Pedro Afonso parece apresentar uma postura de conciliador na medida em que, nos relatos das dissensões que opuseram o seu pai ao seu meio-irmão, por um lado parece apoiar D. Dinis, e, por outro lado atribui a culpa do "desvio" de D. Afonso IV aos seus maus conselheiros. Sobre este assunto ver Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.* (Introd.), pp. CLI-CLXII e CLXIX.

[105] PCG: I, 260 (cap. 465) e 261 (cap. 467). Uma situação idêntica onde um filho se rebela contra o pai e seguidamente é preso acabando por morrer é relatada na PCG: II, 478 (cap. 796). Sobre este assunto ver, igualmente, Pedro Juan Galán Sánchez (1994), pp. 145-163 que refere como já João de Bíclaro, no séc.

Com efeito, também aqui se verificam deslealdades múltiplas que começam com a falsa acusação da rainha D. Elvira pelo próprio filho, por despeito[106]. Esta atitude levará à posterior discriminação de Garcia, o filho mais velho, por parte da mãe, aquando da divisão dos reinos. Segue-se um período de guerras fratricidas que se desenvolvem independentemente da anterior existência de um pacto de não agressão entre os irmãos[107]. Primeiro, a guerra dá-se entre Garcia (que ficara com Navarra e Cantábria) e Ramiro, o filho bastardo do rei, mas que, por ter defendido a rainha, é agraciado com Aragão (PCG: II, 481 – cap. 800). Posteriormente, verificam-se atritos entre Garcia e Fernando, o filho mais novo, que ficara com Castela, e que se prolongam até à morte de Garcia (PCG: II, 484-5 – caps. 803-4). Os reinos reúnem-se, finalmente, sob Fernando I que também ganha Navarra, Portugal, Galiza e Astúrias, e herda Leão por parte da mulher (PCG: II, 483 – cap. 802), sendo por isso tradicionalmente apelidado "Par de Imperador"[108].

Fernando I, por seu turno, dá igualmente origem a uma situação idêntica na medida em que também divide os reinos pelos filhos, provocando uma série de lutas fratricidas que se desenvolvem independentemente de todos os juramentos de não agressão que o pai obriga os filhos a fazer ou das maldições que profere (PCG: 493 – cap. 813 e sgts). Quem mais se opõe a esta divisão é Sancho que argumenta com a tradição goda[109]:

VI, defende a ordem estabelecida, optando por ignorar o catolicismo de Hermenegildo para acentuar as motivações políticas da rebelião contra aquele que era simultaneamente rei legítimo e pai natural.

[106] Note-se ainda como esta narrativa reproduz a estrutura de um *topos* literário muito comum que é o da dama falsamente acusada. Este *topos* pode também ser encontrado, nesta historiografia, no estratagema que o conde Álvaro arranja para incriminar D. Berenguela, forjando uma carta onde esta mandaria dar veneno ao irmão, pelo que seria mandante de uma traição (PCG: II, 711 – cap. 1027).

[107] E onde não deixa de ser apontada a influência do demónio (PCG: II, 484 – cap. 803).

[108] "Este fue el primero rrey que don Ferrando ouiese nonbre e fue llamado por sobrenonbre Magno, que quier dezir grande, por muchos fechos grandes e buenos que fizo, e avn llámanle en las canciones par de enperador." (Cr20R: 165a).

[109] O que não deixa de ser curioso na medida em que a partição na sucessão se liga ao direito germânico em oposição ao direito romano. Sobre este assunto, e sobre a defesa de um espírito contrário a partições, sobretudo na "versão crítica", ver Inés Fernández-Ordóñez, (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, p. 174 e sgts. Os argumentos de D. Sancho deverão ser lidos no âmbito de uma recuperação saudosista da ideia de um reino godo unido, à imagem da *Hispania* romana. Sobre esta questão ver Roberto J. González-Casanovas (1995).

> Sancho, que era el mayor hermano, non lo touo por bien; ante le peso, et dixo a su padre que lo non podie fazer ca los godos antiguamientre fizieran su postura entresi que nunqua fuesse partido el imperio de Espanna, mas que siempre fuesse todo de un sennor, et que por esta razon non lo deuie partir nin podie, pues que Dios lo auie ayuntado en el lo mas dello. (PCG: II, 494a)

Tal posição terá adiante as suas consequências.

> el rey don Sancho pues que fue regnando et andando por su regno, mesuro et uio como era el primero fijo et el heredero, et como auie su padre partidos todos los regnos que ayuntara Dios en el, et que los ouiera a dexar a ell et heredarlos ell otrossi todos, et que non heredaua ende ell sinon el terçio, et aun aquel non bien complido; et pesol et fue sannudo, et non lo quiso sofrir. Et porque assi como dize ell arçobispo don Rodrigo, el sennor non quiere otro par en ell sennorio, otrossi los menores non quieren otro mayor de si; et los reys de Espanna uinieron de la fuerte sangre de los godos, por que acaescio muchas uezes que los reys godos se mataron hermano a hermano por esta razon; (PCG: II, 495a)

Com efeito, a narrativa do período conturbado das invasões bárbaras, a que se segue a fixação dos Godos, exemplifica bem a tensão que nesta historiografia se pode constatar entre períodos de união e de divisão territorial. Numa primeira fase, verifica-se um momento marcado pela divisão e pelas guerras, seja com os Romanos e Godos, seja entre si[110]. Posteriormente, alguns líderes vão alcançando a supremacia, à qual geralmente se alia um período de paz[111]. No entanto, as questões que se colocam, neste período, não diferem das referidas na história do domínio romano ou, ainda antes, na narrativa das desavenças entre os filhos do rei Rotas (PCG: I, 13-14 – cap. 13). No que respeita a estas últimas, tratando-se da primeira luta fratricida a assombrar o

[110] "E desta guisa fue menuzado el sennorio dEspanna et partido entre gentes estrannas et crueles." (PCG: I, 210a). Mais referências a esta situação de divisão e de combates podem ser encontradas na PCG: I, 209 (cap. 366), 210 (cap. 366), 210 (cap. 367), 211 (cap. 368), 212 (cap. 372), 212 (cap. 373), 230 (cap. 407), 240 (cap. 421), 252 (cap. 446), 259 (cap. 461). São ainda apontadas as subdivisões de algumas tribos, como sucede com os Vândalos e os Silíngios (PCG: I, 207 – cap. 365) ou entre Visigodos e Ostrogodos (PCG: I, 227 – cap. 403) apesar da sua origem ser comum (PCG: I, 216 – cap. 386).

[111] Caso de Requila, rei dos Suevos que domina Alanos e Slíngios, ficando "senhor de toda a Espanha" (PCG: I, 213-14 – caps. 377-78), de Teodorico (PCG: I, 238 – cap. 417), de Leovigildo (PCG: 259 – cap. 461) ou sobretudo de Suintila (PCG: 273 – cap. 492).

território Peninsular, a sua descrição encontra-se, compreensivelmente, carregada de avisos de negatividade. É o caso das alusões à construção de torres e ao castigo divino, ou da descrição de uma seca que provocou o êxodo das populações e que não se afasta muito do tom de alguns relatos bíblicos mais terríveis.

No que respeita ao período romano, há imperadores que associam um filho ou um familiar ao Império, sem que o seu governo pareça sofrer com isso[112]. No entanto, é sobejamente acentuada, nas narrativas sobre este período, desde a oposição que se verificou entre César e Pompeu[113], a forma como cobiças, invejas, bandos e partidos podem provocar discórdias, revoltas e guerras[114].

Este tipo de situação encontra o seu oposto positivo sempre que as divisões são ultrapassadas e o poder se concentra nas mãos de um único senhor, frequentemente denominado "senhor do Mundo" ou outra expressão alternativa[115], uma noção inerente à explicação que é fornecida a propósito do termo "Imperador":

> En latin dizen *parare* por appareiar, et esta palabra *parare*, segun cuenta Hugutio, componese con *in*, et dizen *imperare*. Et es *imperare* en el nuestro leguage tanto cuemo mandar sobre otros et sennorear. E deste *imperare* por tal mandar uiene este nombre *imperator* que es por emperador, por que ell emperador es sennor que manda et sennorea sobre otros et sobre reys. Dotra manera semeia que esta palabra *imperare* tanto quiere mostrar cuemo despareiar se o desegualar se dotros, et quiere dar a entender que ell emperador no a par nin deue auer qui

[112] Como se verifica na PCG: I, 107 (cap. 148), 152 (cap. 209), 152 (cap. 211), 187 (cap. 317), 190 (cap. 319), 193 (cap. 321) ou 137 (cap. 184).

[113] Com a consequente divisão das conquistas para Ocidente e Oriente até às batalhas que opuseram os dois partidos e que incluíram aliados de todo o Mundo conhecido, como se pode verificar na PCG: I, 57 (cap. 79), 62 (cap. 86), 65 (cap. 90), 68 (cap. 93) ou 78 (cap. 102). Esta primeira divisão das conquistas vai, de certa forma, prefigurar a futura divisão do Império (PCG: I, 180 – cap. 308, 179 – cap. 306, 204 – cap. 356) na sequência da qual se verificaram as invasões bárbaras.

[114] PCG: I, 66 (cap. 91), 91 (cap. 115), 98 (cap. 122), 100 (caps. 126 e 128), 118 (cap. 167), 129 (cap. 179 e 180), 118 (cap. 167), 129 (cap. 180), 180 (caps. 308 e 309), 133 (cap. 183), 140 (cap. 189), 174 (cap. 289), 181 (cap. 312) ou 197 (cap. 331). Estas referências, poderão ainda ser completadas pelas alusões a revoltas referidas na nota 43 de esta II Parte.

[115] Referências a estes períodos de união, geralmente acompanhados de paz e estabilidade, podem ser encontradas na PCG: I, 56 (cap. 77), 84 (cap. 107), 90 (cap. 113), 92 (cap. 117), 101 (cap. 133) 102-3

> sea so egual entre los otros principes. O aun *imperare* es estar apareiado contra los qui se le enfestaren; e por tal dixieron los sabios en sos escriptos emperador. (PCG: I, 90b)

Assim, independentemente de, por vezes, se verificarem partições ou governos conjuntos onde se verificam entreajudas[116], o mais comum e mais acentuado parece ser o contrário – conflitos e desuniões[117], mesmo se por vezes só adivinhadas[118]. A acentuação dos malefícios deste tipo de situação leva, por exemplo, à transcrição de uma curiosa etimologia, segundo a qual a própria designação de um território, neste caso da França, estaria marcada pela chancela da divisão, um passo que fora necessário dar para pôr fim às lutas pela supremacia entre os irmãos Carlos, Luís e Lotário:

> Et desta partida adelant ouo nombre Francia aquella tierra; et esto quiere dezir Francia: franta, fascas "crebantada et partida". Et este nombre le fue dado de *frangere* que dizen en el latin por franner o crebantar. Et entendet que fue dicha assi Francia fascas "crebantada", non porque los reys della nin los omnes nin la tierra sean crebantados, mas por que la tierra fue partida en estas tres partes, et fecha piesças por paz et abenencia de los reys et pro de los omnes, et bienparança de las partidas dessas tierras. (PCG: II, 368a)

Veja-se ainda outro exemplo: o sinal apocalíptico que, na *General Estoria*, anuncia a morte de Alexandre Magno, senhor de uma das quatro monarquias universais:

> Seyendo Alexandre en la cibdad de Babiloña, parió una mugier una criatura en que avié d'ello omne e d'ello como d'otros bestiglos apegados con lo del omne. E la mugier pues que lo ovo parido e los vio, maravilló-se d'ello cuemo de cosa que no viera nunqua fasta aquella

---

(cap. 135), 105-6 (cap. 140), 107 (cap. 145), 110-11 (cap. 157), 150 (cap. 204), 178 (cap. 303), 186 (cap. 316) ou 310 (cap. 558).

[116] Como se verifica, por exemplo, na PCG: I, 48 (cap. 64), 70 (cap. 96), 259 (cap. 461) ou II, 361 (cap. 630) ou 655 (cap. 976).

[117] Mais conflitos entre irmãos podem ser encontrados na PCG: I, 197 (cap. 331) – divisão do Império entre os filhos de Constantino; PCG: II, 398 (cap. 682) – desavenças entre Afonso IV e Ramiro II ou ainda PCG: II, 407 (cap. 703) – conflitos entre Ordonho III e o infante D. Sancho. Também Afonso III cega os seus irmãos porque estes o quiseram trair (PCG: II, 376 – cap. 656), assim como Ramiro II que prende e cega o irmão e os sobrinhos (PCG: II, 390-91 – cap. 685).

> ora, e mandó-lo luego man a mano poner en un tajadero muy fermoso e crubir-lo con unas tavajas muy blancas e envió-lo en poridad a Alexandre. E era aquella criatura omne acabado de la cabeça fasta el embligo, e del embligo fasta los pies era partido en figuras de bestias fieras, e lo que parecié omne yazié muerto, e lo que bestias fieras bivo e bullién todas. Alexandre, quando vio aquella cosa tal, maravilló's mucho, e mandó luego venir un sabio adevino, que adevinava en las cosas que assi acaescién e parecién, e apartósse luego con él e mostró'l aquello en poridad. El sabio luego que lo vio, començó a sospirar e emer e dixo: «Muy grand emperador, alléga-se la tu fin en que deves morir». Dixo estonces Alexandre al adevino: «Depárte'n agora e di-me en qué lo entiendes tú esso e lo vees». Dixo él: «Essa maytad dell cuerpo, que vees que semeja omne, significa a ti, e esta otra meytad, que vees en figuras de bestias, da a entender los reys que an de venir después de ti; e assí como ninguna otra animalia nin vale nin es en ondra como el omne, assí nin los reys que passaron fasta agora en Macedonia nin en Persia nin los que serán d'aquí adelant non yguaron nin yguarán contigo, e quanto más vale el omne que la bestia, tanto vales tú más que non los que después de ti vernán; e aquello al que vees que es omne en esta criatura e yaze muerto, da a entender que la tu fin viene muy acerca, e aquesto al que vees que aquestas bestias son bivas e bullen e travan unas con otras, muestra que aquellos reys que después de ti vernán bivos son, e que trabarán e avrán guerras e lides unos con otros entre sí sobre las tus conquistas e sobre lo tuyo». (GE: IV, Alex, 215-16).

Todas estas referências e alusões, significativas na medida em que razoavelmente recorrentes, concorrem para acentuar uma mesma conclusão que encontra a sua fórmula mais sintética nas palavras do rei Tireso:

> E aquel rey, com era omne de buen seso, respusol en pocas palauras, e dixol «que por desacuerdo se perdien las cosas, e por acuerdo se deffendien». (PCG: I, 30b)

Esta noção encontra-se, pois, amplamente ilustrada nesta historiografia sob formas relativamente variadas mas que concorrem todas para acentuar a mesma ideia geral que consiste na apologia da união. Assim, a um nível mais evidente, temos diversas alusões críticas às desavenças entre cristãos, porque

---

[118] Como sucede, por exemplo, com o Imperador Constantino que, ao suspeitar que os irmãos lhe queriam tomar o reino, corta-lhes os narizes (PCG: I, 282 – cap. 510).

abrem a porta às incursões mouras[119], contra as quais só o acordo entre os soberanos cristãos poderá fazer face de forma vitoriosa[120]. De entre estas desavenças, as lutas familiares, mormente na família real, constituem o grau mais grave. Por outro lado, de uma forma mais subtil, podemos encontrar algumas narrativas que, de modo relativamente mais indirecto, também lamentam a noção de divisão, remontando, inclusivamente, à rememoração do castigo de Babel, como se verifica, por exemplo, no trecho que antecede a partição dos reinos por Fernando I (PCG: II, cap. 812). Ao recuperar os dados mencionados no início da Crónica, pela referência à questão da divisão na sua forma mais antiga e primordial, marcada negativamente, associa-se aqui as diversas ocorrências deste tipo de situação ao respectivo momento arquetipal. Estabelece-se assim uma relação de reforço mútuo entre as circunstâncias do relato bíblico e as diferentes vicissitudes históricas que o recuperam. A eficiência que se cria, graças à multiplicação das associações, é ainda reforçada por eventuais pequenas alusões, como é o caso da descrição dos mouros de Valência, desamparados da ajuda dos seus, e que não deixa de fazer recordar a situação do castigo de Babel ou o Dilúvio:

> Et vinoles mandado commo acordaran los almorauides de non venir a Valencia, et que se tornauan daquel lugar atras. Estonces se touieron por muertos, et andauan assy commo bebdos, de guisa que non entendie el vno al otro, et denegrescieron sus rostos assi commo si fuessen cubiertos de pez, et perdieron toda la memoria assy commo el que cae en las ondas del mar. (PCG: II, 574b)

Esta acentuação ideológica, levada a cabo pelas múltiplas repetições e variantes apontadas, verifica-se nas distintas manifestações desta historiografia, podendo, facilmente, ser integrada no princípio essencial do desincentivo a qualquer atitude passível de afectar a boa união social. Nos textos mais próximos da historiografia afonsina, é ainda possível entender estes elementos, também, no

---

[119] Como se pode verificar na PCG: II, 408 (cap. 705), 453 (cap. 763) ou 648 (cap. 966).

[120] Relativamente a este assunto ver PCG: II, 445 (cap. 747), 449 (cap. 755), 459 (cap. 770) ou 483 (cap. 802).

âmbito de uma ideologia imperialista de união territorial que, no entanto, já não é sublinhada em diversas redacções posteriores[121].

Assim, independentemente do modo e das circunstâncias em que os acontecimentos relatados poderão ter, efectivamente, decorrido (ou não), procurámos aqui dar relevo à sagacidade com que os cronistas terão utilizado os materiais que se encontravam ao seu dispor. A partir de um certo número de fontes, do seu uso ou abandono, assim como de eventuais manipulações retóricas, os diversos intervenientes neste processo de múltiplas construções textuais, apesar da sua ocasionalmente maior ou menor habilidade, construíram, efectivamente, textos cuja eficiência ideológica é inegável, nomeadamente no que se refere à elaboração de *exempla a contrario*.

Seguidamente, passaremos em revista alguns casos particulares onde a subtileza dos diversos compiladores intervenientes pode ser apontada em maior pormenor e que nos provam como noções teoricamente negativas são susceptíveis de serem retoricamente trabalhadas, podendo, deste modo, ser adaptadas a pontos de vista específicos[122].

1.2. Rainhas e Senhoras "endiabradas"[123]

Um destes casos específicos consiste na forma como, particularmente as crónicas mais recentes, retratam as duas meias irmãs Urraca e Teresa. Filhas de Afonso VI, as suas vidas assemelham-se em múltiplos aspectos, sobretudo no que respeita à sua ambição pelo poder. Nomeadamente, no caso de Urraca, esta parece ter sido uma mulher forte e decidida que tomou posse e que governou

---

[121] Sobre este assunto ver Isabel de Barros Dias, "Cantares de unificação e de partição", *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, 1, 1999, pp. 153-163.

[122] Caso, por exemplo, de Commynes, como é apontado por Jean Dufournet, (1997), pp. 469-480. Também Madeleine Jeay, "Christine de Pizan: chroniques de la trahison", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 453-463 (p. 461) acentua como Christine de Pisan propõe Medeia, a par de Dido e de Penélope, como modelos de lealdade feminina.

com tenacidade o reino que lhe cabia por direito próprio. Tendo, efectivamente, reinado sobre Leão e Castela, esta rainha acedeu ao trono em 1109 e não perdeu a influência política até à sua morte em 1126, apesar de, a partir de 1111-1116, ter associado o seu filho ao governo[124]. A sua meia-irmã Teresa não terá sido menos sedenta de poder, tendo, no entanto, sido bastante pior sucedida nas suas ambições[125].

Trata-se, pois, de incontestáveis figuras históricas. No entanto, independentemente das situações concretas que terão protagonizado no decurso das suas vidas, o que aqui vamos procurar salientar é o facto de estas duas "rainhas"[126] serem apresentadas, em alguns textos, de acordo com os traços tradicionais habitualmente utilizados na criação de tipos femininos literários de cariz negativo, mais precisamente, como figurações do protótipo da rainha má e excessiva que alia a ambição, o desregramento sexual e uma grande falta de escrúpulos[127].

---

[123] Este ponto consiste numa versão revista de uma comunicação intitulada "«Senhoras endiabradas» / reines «endiablées» dans quelques chroniques ibériques des XIIIe et XIVe siècles": Isabel de Barros Dias (2001b).

[124] Para uma ideia mais detalhada do que terá sido o percurso histórico desta "rainha indomável" que governou efectivamente impondo-se aos interesses tanto do seu antigo marido como do seu filho, ver Bernard F. Reilly, *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca: 1109-1126*, Princeton, Princeton University Press, 1982.

[125] Sobre este assunto ver Maria João Violante Branco Marques da Silva, "Portugal no Reino de Leon. Etapas de uma relação (866-1179)", *El Reino de León en la Alta Edad Media. IV: La Monarquía (1109-1230)*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» / Caja España de Inversiones / Caja de Ahorros y Monte de Piedad / Archivo Histórico Diocesano, 1993, pp. 535-625 onde é apresentado um panorama do percurso de Urraca e de Teresa, particularmente no que respeita aos seus embates e às suas acções políticas (sobretudo pp. 593-604).

[126] Como é justificado no próprio texto: "Em aquell tempo era costume que todallas filhas dos reis eram chamadas raynhas e assi se chamava esta dona Tareyja." (1344b: IV, 4).

[127] Sobre esta questão ver Martha G. Krow-Lucal, "The Jezebel Paradigm: Construction of an Image for Doña Lambra and Doña Urraca", Mishael M. Caspi (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature. Essays in Honor of Samuel G Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., 1995, pp. 353-383 que defende ser suficiente a presença de alguns traços de um determinado paradigma numa personagem para que as restantes características do tipo se incorporem paulatinamente. A autora salienta ainda como a ambição de poder tem um lugar de destaque na construção ideológica em causa: "The woman who wants not only the title but the power that it entails tends to provoke outrage in many quarters and to attract a cluster of narrative *topoi* whose common denominator is the transgression of fundamental sexual, social, and religious codes of the society. Such stories are not told about queens, even all ruling queens. It is when the woman is perceived as desiring and usurping the legitimate prerogatives of a specific male that she becomes anathema." (p. 377). No caso de D. Lambra ver o artigo de John R. Burt, "The bloody cucumber and related matters in the *Siete Infantes de Lara*", *Hispanic Review*, 50, 1982, pp. 345-352 que aponta diversas metáforas associadas predominantemente a uma sexualidade impura e desregrada.

De acordo com as crónicas em análise, Urraca provoca toda uma série de dissensões internas aquando da separação do seu segundo marido, o rei Afonso I de Aragão. Ao reclamar para si própria o governo de Castela, provoca, igualmente, inúmeros problemas de fidelidade aos seus vassalos que também tinham prestado juramento ao seu antigo marido[128]. Os castelhanos, além de terem que enfrentar este dilema, ainda são obrigados a suportar o orgulho e as pretensões dos amantes da rainha. A estas questões há que acrescentar a existência de um partido, primeiro galego, mas logo, sucessivamente, também leonês e castelhano que apoiava o futuro Afonso VII, filho do primeiro casamento de Urraca com Raimundo de Toulouse. Esta facção acaba por se consagrar vitoriosa e Urraca é presa. Após restabelecer a paz nos reinos, Afonso VII liberta a mãe que, desde então, passa a liderar uma oposição violenta. Para manter o seu exército, a rainha recorrerá, inclusivamente, às riquezas eclesiásticas, o que lhe valerá a morte por castigo divino:

> E chegou aa çidade de Leon e demandou aos monges de sancto Ysidro que lhe fezessem ajuda. E elles disseron que non tiinham que lhe dar. E ella, con grande sanha, mandou a seus cavaleiros que entrassem e tomassen quanto achassen. E os cavaleiros lhe disseron:
>
> – Senhora, entrade vós allo e dadenolo aca.
>
> E ella, como molher endiabrada chea de soberva, entrou dentro con suas donas e tomou quanto achou. E, en saindo con todo pella porta da egreja e teendo hũu pee fora e outro dentro, quebrou per meo do corpo e morreo maa morte. E dizem que esto non foy por o tesouro que ella tomava, mas por que o queria pera maaos husos e o degastar en desonrra de Deus, ca Deus mais se paga da alma de hũu justo que de todos os metaaes que son sobre a terra. Mas, por que ella cometeo grande soberva, deulhe Deus muy forte pẽedença.
>
> E desta guisa morreo a raynha dona Orraca e soterrarõna logo hy. E, quando cobriron o muymento, quebrou a cobertoira de çima per meo e nũca Deus quis que se aquelle muymẽto mais çarrasse e asy está. (1344b: IV, 207)

Nestas crónicas, o percurso de Teresa é muito semelhante. Casada com Henrique de Borgonha, primo de Raimundo de Toulouse, o casal recebera, de

---

[128] Sobre esta questão ver Isabel de Barros Dias, "Modèles de dévotion", *Etudes Médiévales*, I, 1, 1999, pp. 287-294.

Afonso VI, um condado formado pela Galiza e pela parte então já conquistada de Portugal. Depois da morte deste primeiro marido, Teresa tenta apoderar-se do condado com a ajuda do amante, o conde Fernando Peres de Trava, que a tinha tomado ao seu próprio irmão, Vermuim Peres de Trava, com quem a rainha se tinha casado em segundas núpcias e a quem, posteriormente, dará a sua própria filha, Teresa Henriques, em casamento. Após esta sequência marcadamente incestuosa, D. Teresa também demonstra a sua ambição quando reclama "Mynha he a terra, ca meu padre, el rey dõ Affomso, mha leyxou.". Tem assim início uma guerra civil que opõe os direitos da mãe aos do seu filho, Afonso Henriques. A rainha Teresa é feita prisioneira, como sucedera com a sua meia irmã Urraca, mas, ao contrário do que fizera o seu primo Afonso VII, os textos não referem que Afonso Henriques tenha alguma vez liberto a sua mãe. Pelo contrário, dão a entender que a levava consigo, presa, aquando das expedições militares contra as praças fortes anteriormente fiéis à rainha:

> E, despois que venceo a batalha, foise d'alli e conquistou todas as fortallezas de Portugal que eram contra elle assy como se fossem de mouros e levou cõsigo sua madre presa. (1344b: IV, 218)

O carácter violento de D. Teresa é ainda manifesto quando esta expressa o desejo de participar na batalha contra o seu próprio filho[129] ou quando não hesita em amaldiçoá-lo no momento em que se vê presa[130]. A rainha procurará ainda todos os meios para se libertar, angariando, para isso, inimigos que o seu filho terá que enfrentar. Numa primeira fase, será Afonso VII, então "Imperador das Espanhas" (se bem que auto-proclamado) a quem D. Teresa prometera o reino em troca da sua liberdade, um acto já anteriormente reprovado nestes textos[131]. Posteriormente, é o próprio poder eclesiástico e respectivas excomunhões que

---

[129] "- Conde, cõvosco quero hir na aaz e averees que fazer por meu amor!" (1344: IV, 217).

[130] "- Meu filho dom Affomso, prendestesme em ferros e desherdastesme da honrra que me leixou meu padre e quitastesme de meu marido. E eu rogo a Deus que vós sejaaes preso como eu som e, por que metestes ferros em minhas pernas, ferros quebrantẽ as vossas." (1344: IV: 218). Uma maldição que, de acordo com os relatos, acaba por concretizar-se no fim da vida de Afonso Henriques.

[131] No fundo traição, e profundamente reprovada, seja na história de Bernardo do Carpio, seja ainda, mas sob o ponto de vista contrário, nas "Mocidades de Rodrigo", como será adiante referido em maior detalhe.

Afonso Henriques terá que enfrentar, dada a sua persistência no pecado que consiste na prisão da própria mãe.

O carácter de excepção de Urraca e de Teresa é acentuado, sobretudo, pelo facto de elas surgirem em passagens de tom mais emotivo e literário, bastante afastadas da aridez que, por vezes, marca alguns trechos cronísticos. Refira-se, no entanto, que, neste aspecto, as duas meias irmãs se integram perfeitamente no ambiente épico-romanesco que parece envolver toda a sua família. Com efeito, elas são filhas de Afonso VI, o suserano do Cid. Os seus tios e tias são os protagonistas dos confrontos fratricidas que animam o "Cantar da Partição" e o "Cantar de Sancho II". Sobretudo a sua tia, Urraca de Zamora, é outra mulher forte que recusa submeter-se e entregar as suas terras, mas sobre quem as Crónicas perpetuaram uma memória ambígua e repleta de insinuações, seja no que respeita à hipótese da sua cumplicidade na traição que vitimou o seu irmão Sancho, seja no que se refere à sua conduta moral, como já foi apontado[132]. Finalmente, a violenta relação familiar entre D. Teresa e o seu filho, Afonso Henriques, é motor e justificação para uma série de aventuras que o jovem herói terá que enfrentar, e que formam um complexo épico-lendário, construído em torno do primeiro rei de Portugal, com vista a estabelecer a legitimidade deste herói fundador, o que adiante será visto em maior detalhe.

É pois evidente que a integração de Urraca e de Teresa em narrativas de carácter mais literário não constitui um caso particular nesta historiografia. Além dos exemplos agora referidos, é ainda possível relembrar toda uma série de personagens femininas de cariz negativo, que povoam as narrativas épico-romanescas, recolhidas desde os primeiros textos e rascunhos produzidos no *scriptorium* do rei Afonso X, uma característica que não deixou de se reforçar e

---

[132] No que respeita às variadíssimas insinuações quanto ao comportamento moral e ético de Urraca, nomeadamente ao tipo de relações que terá estabelecido com o Cid, o traidor Velido ou mesmo o seu irmão, o futuro Afonso VI, ver Marjorie Ratcliffe (1995), pp. 113-122 ou Charles F. Fraker (1996) p. 47 ou 87. Urraca também é uma mulher capaz de vociferar uma maldição contra um parente próximo, neste caso o rei Garcia, que, de acordo com algumas versões, foi o primeiro dos irmãos a atacá-la: "Deseredado sea él en este mundo e en el otro!" (Cr20R: 182a). Esta passagem encontra-se, também, na PCG: cap. 817 ou na 1344b: cap. CDLXXVII. No entanto, esta última é menos violenta pois Garcia foi rei da Galiza e de Portugal, o que faz dele, de certa forma, uma pré-figuração de Afonso Henriques, inclusivamente no aspecto da maldição. Sobre este assunto ver adiante, ponto 1.4, ou Isabel de Barros Dias, "Os impossíveis grilhões do futuro" (texto disponível em www., no *site* indicado na bibliografia).

desenvolver ao longo dos sécs. XIII e XIV, como pode ser verificado no ponto anterior, onde procurámos delinear alguns dos seus traços mais significativos. Tendo em consideração este complexo ideológico, é possível identificar um paradigma de personagens femininas que provocam conflitos por causa do seu carácter excessivo, seja ao nível da sexualidade, de uma ambição mais geral ou, o mais frequente, das duas[133].

Por outro lado, as duas figuras agora estudadas também não estarão tão distantes, quanto à primeira vista se poderia supor, de outras personagens cujo comportamento moral parece exemplar mas que nem por isso são menos sanguinárias. É o caso das duas D. Sanchas que provocam os castigos exemplares, já mencionados. Com efeito, a análise da figura da mulher excessiva e vingadora pode e deve ter em conta a ambiguidade que lhe pode estar inerente, sobretudo se considerarmos, por exemplo, que o que a mulher do conde Julião pretende, basicamente, é a vingança de uma afronta feita à sua família[134]. Já um pouco diferente será D. Sancha, a mulher do conde Fernão Gonçalves, que apresenta ainda alguns traços de desmesura mas não os dirige senão para a salvação do seu marido, que consegue carregar às costas depois de o ter libertado da prisão[135].

Sobejam, pois, os modelos literários para a formação das personalidades de Urraca e de Teresa, inclusivamente, na própria historiografia que, numa fase mais avançada, acabará por também integrar e desenvolver as suas próprias histórias. O paradigma da mulher negativa e/ou desmesurada, nos seus traços genéricos, adapta-se perfeitamente ao comportamento de estas duas rainhas. Com efeito, as suas condutas contrariam completamente as funções e as posturas ideais que a sociedade, nomeadamente a sociedade medieval, atribuía, impunha

---

[133] Um paradigma no qual se deverá ainda considerar a figura da rainha Semiramis, descrita na *General Estoria* como uma mulher igualmente "endiabrada", guerreira, falsa e cruel que acaba morta pelo próprio filho, que era louco, e com quem estabelecera uma relação incestuosa (GE: I, 100-105).

[134] Note-se, particularmente, que em mais de uma circunstância se referem vinganças sob o tom da maior legalidade, como se pode verificar, por exemplo, na PCG: I, 32-33 (cap. 50), 98 (cap. 122); 174 (cap. 289) e II: 447 (cap. 751), 572 (cap. 906) ou 590 (cap. 919).

[135] "Et porque el conde non podie andar por los fierros que eran muy pesados, ouole la infant a leuar a cuestas una grand pieça;" (PCG: II, 413b). Para a Cr20R: III, vii e para a 1344b: cap. CCCXLVII.

mesmo, por vezes, às mulheres[136]. Podem ter sido usadas como objecto de troca em alianças políticas, mas isso não as obrigou à subordinação, pelo contrário, são mulheres que lutam pela sua autonomia. Também não podemos dizer que promovam a paz porque, na realidade, provocam confrontos. Manifestam sede pelo poder e ambições políticas, uma vez que tentam manter, a todo o custo, o domínio total dos seus territórios. Acresce ainda que, para levar as suas pretensões a bom termo, ultrapassam o nível da traição doméstica, aquela que, de um modo mais geral, costuma ser atribuída às mulheres[137]. Este afastamento da ordem e das normas sociais é, inclusivamente, duplicado pelos desregramentos sexuais uma vez que nunca procuram dissimular os seus desejos que, ainda por cima, assumem, frequentemente, facetas incestuosas. São apresentadas como mães desnaturadas, uma vez que não hesitam em contrariar os interesses dos próprios filhos, chegando mesmo ao extremo de os guerrear. Esta inversão do mundo fica completa quando as vemos integrar um exército ou forçar a entrada em locais onde nem mesmo os guerreiros ousam penetrar.

Acresce ainda que, como já foi amplamente referido, uma vez que estes textos se integram a si mesmos na tradição segundo a qual a historiografia seria um transmissor de modelos éticos de bom e de mau comportamento, a presença destas figuras deverá também ser considerada de acordo com a sua dimensão mais pragmática. Com efeito, e independentemente da função ou funções que a imagem da mulher excessiva tenha tido nas diversas fontes, épico-romanescas ou outras, usadas pelos cronistas, a partir do momento em que as narrativas são integradas no fluxo historiográfico, os seus fins sofrem, igualmente, um processo de apropriação. A absorção textual não se realiza de modo inocente ou acrítico. Exemplo de este tipo de procedimento será o modo como os trechos sobre

---

[136] Ver a obra de Georges Duby sobre este assunto, nomeadamente (1988); *Dames du XII^e siècle*, Paris, Gallimard, 1995 e 1996 (3 vols.) ou ainda, em colaboração com Michelle Perrot, *Histoire des Femmes*, Paris, Plon, 1990 e em colaboração com Philippe Aries e Jean Bottero, *Amour et Sexualité en Occident*, Paris, Seuil, 1991. Ver ainda André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen e Françoise Zonabend, *Histoire de la Famille*, Paris, Armand Colin, 1986, José Mattoso, *A Escrita da História – teoria e métodos*, Lisboa, Estampa, 1988, nomeadamente "A Mulher e a Família" (pp. 181-194) e Christiane Klapisch-Zuber, "A Mulher e a Família", Jacques Le Goff (dir.), *O Homem Medieval*, Lisboa, Presença, 1989, cap. VIII, pp. 193-208.

[137] Sobre este assunto ver Marta Madero (1992) e a nota 69 de esta II Parte.

Afonso Henriques são transmitidos (ou, na maior parte dos casos, não o são) pelas crónicas redigidas em zona de influência castelhana ou leonesa e naquelas produzidas no ocidente da Península Ibérica. Estas últimas, obviamente, favoráveis ao herói português, como adiante será apontado em maior detalhe. Outro exemplo, agora no âmbito da apresentação das figuras femininas excessivas, poderá ser o facto do texto acima citado, que mostra Urraca a forçar os monges de santo Isidro a darem-lhe as suas riquezas e o respectivo castigo divino, ser frequentemente omitido, talvez por uma questão de pudor ou *decorum*[138].

Por outro lado, as personagens desmesuradas assumem um carácter ainda mais extremo quando confrontadas com o paradigma oposto, ou seja, neste caso, o das figuras femininas positivas. É interessante constatar que as filhas e/ou mulheres de rei descritas com os adjectivos mais grandiosos e elogiosos são aquelas que, sendo herdeiras de um reino, cedem a direcção do seu governo ao marido ou a um filho. É o que sucede com ainda outra D. Sancha que, ao herdar Leão, apresenta o seu marido, Fernando I, como soberano[139]. Também considerada exemplar é Berenguela[140], que consegue fazer com que o seu filho, Fernando III, se torne rei de Castela (de que ela era a herdeira), em oposição ao seu antigo marido, o rei Afonso IX de Leão[141]. Mantendo-se como eminência parda do governo do filho[142], a rainha Berenguela é o motor que o impulsionará a tomar, também, o reino de Leão, aquando da morte de Afonso IX, contra as

---

[138] A passagem acima citada (1344b: IV, 207) também se encontra na 1344a: cap. 622 e na Cr20R: XII, ii mas é omitida na PCG e restantes textos considerados neste estudo.

[139] PCG: cap. 802, Cr20R:VIII, i, 1344b: cap. CDXLIV.

[140] Em todo caso, a insistência nos elogios a esta rainha deve ser posta em perspectiva uma vez que o arcebispo de Toledo, fonte principal de Afonso X, escreveu a sua *Historia de Rebus Hispanie* durante o reinado de Fernando III, filho de Berenguela e, independentemente de ter sido o rei a solicitar a obra, conforme se revela no "Prólogo", as narrativas relativas à rainha mãe apresentam sempre um tom profundamente elogioso e reverente (DeRH: IX).

[141] PCG: cap. 1029, Cr20R: XIV, i; 1344b: cap. DCCLXXVIII, sobretudo: "Et alli ante toda la gent recibio la reyna dona Berenguella de todos otrossi el regno por suyo, como herdera linda quel deuie auer por natura et por derecho; et alli luego otrossi ante todos, dio ella luego el regno a su fijo el rey don Fernando." PCG: II, 714a.

[142] "el noble rey don Fernando de Castiella ouo su regno en paç et en folgura, ordenando y todauia la noble reyna donna Berenguella con el todas las cosas et todos los fechos del regno." (PCG: II, 718a).

pretensões das filhas que este rei tivera da sua primeira mulher, D. Teresa, e que designara como herdeiras[143].

É, portanto, possível que o sucesso das histórias de Urraca e de Teresa, nesta historiografia, provenha também e, sobretudo, do facto de elas serem excelentes *exempla a contrario* do que se esperaria da mulher na ordem do mundo que estas crónicas tentam construir. É por isso que o seu fim tem forçosamente que ser lamentável. Os textos em questão são pródigos em críticas, frequentemente bem ferozes, contra os maridos que não souberam controlar as suas mulheres como sucede com o de Urraca na *Crónica de 1344*[144], o que remete para a questão da culpa conjunta anteriormente referida. Com efeito, e dadas as dimensões do pecado da insubordinação feminina (o que consiste num perigo para a ordem do mundo), os respectivos maridos são frequentemente considerados igualmente responsáveis.[145] Como também já foi referido, o mesmo verifica-se contra os maridos que se deixam levar pelas influências nefastas das suas mulheres.

Este grupo de personagens forma, pois, um complexo ideológico particular na cadeia mais extensa e mais geral das personagens negativas veiculadas por estas crónicas. De um modo discreto mas constante, várias situações criticáveis do passado são assim tornadas presentes face a um público que, a bem entender a mensagem didáctica em causa, fará o que puder para evitar quaisquer repetições no futuro.

A pertinência de estes *exempla a contrario* ainda se torna mais aguda quando se considera uma problemática bastante actual na época: a possibilidade e/ou capacidade de uma mulher para suceder e governar um reino. Teoricamente e segundo os usos consuetudinários, as mulheres podem, quer ser candidatas, quer constituir um meio legítimo de sucessão, pelo que os seus descendentes

---

[143] "et dixieron esos mandaderos al rey don Fernando quel rey don Alfonso, su padre, mandara el regno a sus fijas, las que feziera en donna Teresa. Onde la noble reyna donna Berenguella, su madre del rrey don Fernando, con cuedado de madre, salio al rey don Fernando bien aca al camino por o venie, por acuçiarle que fuese quanto mas podiese a reçibir el regno de ssu padre, ante que nasçiesse y por ventura algun estoruo." (PCG: 722b). Para a Cr20R: XIV, xvi e para a 1344b: cap. DCCXCIV.

[144] Como se pode verificar num trecho já citado na I Parte: 4 (1344b: IV, 205-6).

[145] Sobre este assunto ver Christiane Klapisch-Zuber (1989), p. 207.

também podem, mediante as circunstâncias apropriadas, aspirar ao poder. No entanto, por norma, mesmo sendo herdeiras, estas damas não passam, efectivamente, de meios para que os seus maridos ou outros possam governar por elas[146]. Afonso X reitera estes princípios quer na sua obra historiográfica[147] quer na legislativa[148]. Trata-se de uma tomada de posição importante na medida em que o pensamento jurídico deste rei sofreu a influência dos princípios do direito romano, difundidos pela universidade de Bolonha, tendo feito por inseri-los no *corpus* legal hispânico, ao qual procurou dar uma forma homogénea graças à produção de diversas obras jurídicas (*Setenario*, *Fuero Real*, *Espéculo*, *Siete Partidas*)[149]. No entanto, longe dos excessos da lei sálica em França[150], o rei Sábio aceitava que a sucessão podia passar por mulheres se bem que esta devesse ser considerada como a última das hipóteses. Em todo o caso, tratava-se de uma situação e de um procedimento válidos. Esta posição pode ser relacionada com o facto que, no que respeita à sua vida pessoal, era graças à mãe que Afonso X podia aspirar à coroa do Sacro Império[151]. Dada a sua própria situação linhagística, não espanta que Afonso X, mesmo sendo partidário dos princípios do direito romano, não tenha querido levar esta questão a extremos. No entanto, e considerando os dois paradigmas de exemplos positivos e negativos, torna-se

---

[146] No entanto, é indispensável que a herdeira saiba escolher aquele a quem entrega o governo do seu reino para que não lhe suceda como à rainha Amalassent, exilada e morta por ordem daquele a quem ela tinha confiado o poder (PCG: cap. 447-48 e 1344b: caps. CXII-III).

[147] De acordo com as prescrições bíblicas (nomeadamente Num., cap. xxxvi), Afonso X afirma na sua história universal: "E por esta razon delas fijas de Salphat mando nuestro Sennor otrossi alli a Moysen, que diesse esta ley delos heredamientos alos fijos de Israel: que quando muriesse ell omne sin fijo varon, que heredasse la fija." (GE: I, 683a).

[148] "E porende estableçieron que si fijo varon y no ouiese la fija mayor heredase el reyno. & avn mandaron que si el fijo mayor ante que heredase si dexasse desu muger legitima que aquel o aquella lo ouiesse & no otro ninguno." Alfonso X, *Siete Partidas*, (Admyte I) f. 99r (II Partida, tit. XV, lei II).

[149] Foram aqui defendidos princípios como os da indivisibilidade dos reinos ou o direito de sucessão do filho mais velho. No entanto, estas convicções trouxeram bastantes desilusões a Afonso X nos últimos tempos da sua vida, o que parece reflectir-se nos contornos mais estreitos da "versão crítica" estudada por Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*.

[150] Sobre as interpretações e utilizações desta lei, que chegou a impedir qualquer sucessão não só de mulheres mas inclusivamente por via feminina, ver Colette Beaune, *The Birth of an Ideology – Myths and Symbols of Nation in Late-Medieval France*, Berkeley / Los Angeles / Oxford, University of California Press, 1991, cap. 9.

[151] A mãe de Afonso X, Beatriz, era filha de Filipe da Suábia, logo neta de Frederico Barbaroxa. Aquando da morte de Frederico II, em 1250, Afonso X torna-se candidato ao Sacro Império primeiro contra Ricardo da Cornualha, posteriormente contra Rudolfo de Habsburgo.

evidente que o facto de aceitar a sucessão por uma mulher ou por via feminina está muito longe de ser sinónimo de uma contemporização com situações de ambição política explícita por parte destas.

Iniciada pela retórica elaborada sob Afonso X, esta ideologia que contraria as situações nas quais as mulheres reclamam e/ou tomam o poder (excepto, bem entendido, no caso mítico das Amazonas), constitui um assunto que não se desvaneceu no século XIV. Bem pelo contrário, longe dos constrangimentos político-linhagísticos de Afonso X, o tema desenvolveu-se nas crónicas posteriores. O facto do problema ser colocado através de textos de tom mais literário e emotivo implica uma vivacidade que provoca uma maior atenção por parte do receptor, que integrará assim mais facilmente um juízo de valor sobre as situações protagonizadas por estas figuras exemplares *a contrario* e que se tenta veicular da forma mais odiosa, viciosa e ignóbil possível de acordo, mais uma vez e sempre, com as diferentes necessidades políticas de cada momento, com especial atenção para as variantes portuguesas, de acordo com o que já foi referido na I Parte (Ponto 4).

1.3. O excesso submisso e indomável

Bastante interessantes são igualmente as histórias de Bernardo do Carpio e de Rui ou Rodrigo Dias de Vivar, o Cid. Trata-se, em ambos os casos, de narrativas centradas em aventuras, não de reis, mas de súbditos. O Cid é habitualmente apresentado como o vassalo modelo que, mesmo na adversidade, mantém a fidelidade ao seu senhor. Bernardo, pelo contrário, costuma ser apontado como um exemplo de rebeldia contra o seu suserano, independentemente da justeza das suas razões. Porém, apesar de tanto os afastar, os percursos de Bernardo do Carpio e do Cid também têm muito em comum.

À tradição manuscrita dos relatos das histórias de ambos estão subjacentes alguma polémica e diversas organizações textuais. A narrativa da história de Bernardo do Carpio situa-se imediatamente após o fim do ms. E1(orig), uma

fronteira que demarca o texto régio afonsino do relato reelaborado que constitui o ms. E2. O facto do texto afonsino se deter imediatamente antes da integração de uma prosificação que, como veremos, seria problemática, levou à colocação de uma hipótese segundo a qual a interrupção da elaboração da versão oficial, no cap. 616, seria devida a dificuldades causadas pela absorção dos textos épicos[152]. Apesar de discutível[153], tal proposta não deixa de pôr em relevo o facto de esta prosificação ter provavelmente levantado alguns problemas de integração, dos quais o mais evidente consiste na indecisão cronológica que leva à repartição da narrativa pelos reinados de Afonso II, o Casto e de Afonso III, o Magno, como se verifica no relato do texto editado como *Primera Crónica General*. Em reformulações posteriores esta história foi, por vezes, total ou parcialmente omitida, como é patente, por exemplo, nas crónicas redigidas no Ocidente da Península Ibérica[154].

Às indecisões cronológicas poderá estar subjacente a existência de tradições diferentes, senão opostas, não só entre si, mas que, por vezes, também entrariam em conflito com a historiografia erudita, como facilmente se deduz das frequentes contraposições, explicitadas, nesta historiografia, entre os "cantares" e os "livros verdadeiros". Esta oposição está presente nos diversos textos, mas na

---

[152] Hipótese colocada por Leonardo Funes, (1997a).

[153] Sobre este assunto, ver a crítica de Inés Fernández-Ordóñez, "Los frutos del análisis discursivo: a propósito de una caracterización reciente del modelo historiográfico alfonsí", *Incipit*, XVII, 1997, pp. 249-53 ou ainda Isabel de Barros Dias, (1999a).

[154] A narrativa das aventuras de Bernardo do Carpio reparte-se, na PCG, entre uma primeira secção constituída pelos caps. 617, 619, 621 e 623 e uma segunda secção constituída pelos caps. 651-52 e 654-56 havendo ainda referências dispersas em capítulos circundantes. Esta forma narrativa, em duas sequências, também se verifica na Cr.Abr. (como se pode constatar nas tábuas em anexo) e na Ver.Crit: caps. LIV-LVI e LXXXV-LXXXVIII (Cf. Inés Fernández-Ordóñez, (ed. "vers. crit.), *op. cit.*). Para estes trechos, as diferenças pontuais relativamente à *Estoria de Espanna*, levadas a cabo na redacção da "versão crítica", são apontadas em detalhe por Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, pp. 345-46 e 349. Note-se, no entanto, que a narrativa das aventuras de Bernardo do Carpio são omitidas no ramo da Cr20R a que pertence o texto transcrito utilizado, dado que este tem o seu início em período posterior. Um caso semelhante verifica-se na Trad.Gall. que tem o seu início entre as duas secções e por isso limita-se a transmitir a segunda parte da narrativa. Já as duas redacções da *Crónica de 1344*, apesar de terem início muito antes, também omitem a primeira secção da narrativa. É certo que este facto pode dever-se a uma opção consciente de emendar a distribuição da narrativa por dois reinados relativamente distantes mas também não será de descartar a hipótese de um hiato entre as fontes usadas que poderiam terminar antes (como o ms. E1(orig.) ou outro semelhante) ou começar depois da primeira tranche da história de Bernardo do Carpio (caso da Trad. Gall. ou da Cr20R). Para um percurso pelas diferentes versões da história de Bernardo do Carpio ver D.G. Pattison, *From Legend to Chronicle. The Treatment of Epic Material in Alphonsine Historiography*, Oxford, The Society for the Study of Mediaeval Languages and Literature, 1983, pp. 11-22.

"versão crítica", dado o seu carácter assertivo e dogmático no que respeita ao seu posicionamento contra as fontes orais, atinge níveis particularmente nítidos graças a expressões como:

> Mas esto non podrie ser. Et por esto, non son de creer todas las cosas que los omnes dizen en sus cantares, ca la verdat es segunt que vos auemos ya dicho, segunt que fallamos en las estorias verdaderas, las que fizieron los omnes sabyos. (Vers.Crit: 461)

Observem-se ainda reiterações do tipo:

- Mas algunos dizen que en la çaga firieron el et el rrey Marsyl, mas non fue verdat (Vers.Crit: 467)

- Pues mas deue omne creer a lo que semeja con guisa et con rrazon et de que falla omne escriptos et rrecabdo, que non a las fablas de los que cuentan lo que non saben, (Vers.Crit: 473)

No que respeita à narrativa propriamente dita das aventuras protagonizadas por Bernardo, os diversos textos são bastante semelhantes, quer nos episódios apresentados, quer nos termos e expressões com que os enunciam. A excepção mais marcante estará porventura na "versão crítica" que omite o episódio do confronto entre Bernardo e o seu primo francês Boisso, o que, no entanto, não parece ser um episódio essencial no contexto total deste conjunto épico.

À semelhança da história de Bernardo do Carpio, que se situa num momento de charneira textual, também as narrativas referentes às aventuras do Cid situam-se num ponto onde deixa de ser possível agrupar com segurança os diferentes códices em grupos mais extensos de versões[155]. Porém, apesar de

[155] Sobre este assunto ver Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, apêndice 18, pp. 328-332. Como exemplo de esta situação, podemos referir que, para estes últimos trechos, a PCG (ms. E2) apresenta textos de proveniência diversa redigidos pelas mãos terceira, quarta, quinta e sexta. Ver ainda Diego Catalán, "Monarquía aristocrática y manipulación de las fuentes: Rodrigo en la *Crónica de Castilla*. El fin de modelo historiográfico alfonsí", Georges Martin, (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2000, pp. 75-94 que refere diversas variantes das narrativas sobre o Cid e salienta: "Son varias las causas que contribuyen a la desorientación crítica: 1º

algumas variações, as diversas histórias seguem sensivelmente o mesmo fio narrativo. As diferenças mais substanciais situam-se, sobretudo, ao nível de blocos de episódios que são, ou não são, referidos. No âmbito do conjunto dos textos considerados, é possível constatar um aumento progressivo das dimensões textuais das histórias referentes aos sucessos da vida do Cid. Relatada com alguma concisão na *Crónica de Veinte Reyes* que, a partir de certa altura, remete o leitor para sede própria[156], a narrativa das aventuras do herói castelhano encontra-se já amplificada no texto da *Primera Crónica General*[157] e depois, ainda mais, nos textos do ramo mais ocidental, como seja a *Traducción Gallega* e as duas redacções da *Crónica de 1344*, textos que vão integrar e, progressivamente, desenvolver as "infâncias" / "mocidades"[158] e o "moniage"[159] do Cid.

Desde Fernando I carecemos de representantes manuscritos directos de la redacción primigenia de la *Estoria de España* de c. 1270 que, sin embargo, sabemos incluía esta parte; tenemos que conformamos con la existencia de la *Versión crítica*, de la *Versión amplificada* y de una *Versión mixta* que, a trechos se hermana con la amplificada y a trechos parece heredar un texto anterior al utilizado por la *Versión crítica* y, por lo tanto, relacionable con la versión de c. 1270 perdida. 2º A mitad del capítulo «de los castiellos que pechauan al Çid, [...]» (PCG, c. 896) se interrumpe la *Versión amplificada* y sólo existe, como herencia del proyecto alfonsí, la *Versión crítica*; la *Versión mixta* (de la que es también representante la mano del s. XIV que «completó» el texto del ms.E2) oferece en este lugar una «Interpolación cidiana» basada en la perdida **Estoria caradignense del Cid* del pseudo-Ibn Alfaraŷ, obra forjada a partir de la historia de Valencia de Ibn Alqama (que Alfonso X utilizó también) y de materiales épico-legendarios cidianos no alfonsíes; para mayor confusión, tal como figura el relato en la «Interpolación» de la *Versión mixta*, es preciso reconocer en esos materiales cidianos dos relatos llenos de contradiciones entre sí, mal combinados por uno de los posibles responsables del texto: el monje de Cardeña que compiló la **Estoria* o el interpolador de la **Estoria* en la *Versión mixta*. 3º Acabada la «Interpolación», resurge el panorama textual anterior hasta el fin del reinado de Urraca (PCG, cap. 966 [=967]); pero, a partir de este punto, esto es, con el comienzo del reinado de Alfonso VII, la interrelación de los diversos textos cronísticos antes conocida caduca: sobreviven sí, la *Versión amplificada* y la *Versión mixta*, que son muy coincidentes, y están basadas en una redacción previa alfonsí de c. 1270; pero ni su texto ni esta redacción alfonsí previa fueron conocidos por la continuación que presentan los manuscritos basados en el prototipo de la *Versión crítica*, continuación que sólo se relaciona con el texto de la *Versión amplificada* y de la *Versión mixta* a través de las fuentes." (p. 77). Para um percurso pelas variantes que surgem nas narrativas sobre o Cid, ver D. G: Pattison, (1983), pp. 81-91 ("Mocidades") e 115-142 (Cid adulto). Para uma noção do que terá sido o percurso histórico de esta personagem, ver Ramón Menéndez Pidal (1943), onde se procura destrinçar um pouco a fábula dos acontecimentos efectivos. Ver ainda Luis G. de Valdeavellano, *op. cit.*, pp. 348-350, 361-365 e 372-384 ou Bernard F. Reilly (1988), sobretudo pp. 129-133, 203-205 e 228.

[156] Como se pode verificar no trecho citado na nota 117 da I Parte (Cr20R: 243b).

[157] Para o reinado de Fernando I e para a história do Cid, a PCG inclui textos redigidos pela mão terceira ("versão retoricamente amplificada") e quarta (fragmento interpolado baseado na história cidiana de "Albenalfarax e Gil Dias" que consiste numa refundição do texto do árabe Ibn'Alqama prolongado com o "Cantar refundido do Cid" e com a "Lenda de Cardenha"). Sobre este assunto ver Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, p. 329.

[158] A narrativa das "Mocidades de Rodrigo" é escamoteada do texto editado como PCG ou na Cr20R. Surge já em textos posteriores como a Trad.Gall. (caps. 178-85, 187, 191, 196, 198-99), na 1344a (caps.

Como já foi referido na I Parte (ponto 4), esta progressivamente maior absorção de relatos, eventualmente, mesmo de anedotas dispersas sobre o Cid pode concorrer, mormente em textos portugueses, para uma construção anti-castelhana. No entanto, esta não terá sido a única utilização destes textos. Com efeito, e por exemplo, as "Mocidades de Rodrigo", já se encontram prosificadas na *Crónica de Castilla,* onde dificilmente poderiam ter uma função anti-castelhana[160]. Neste contexto, o que poderá ser acentuado é um posicionamento progressivamente mais pró-nobiliárquico, característico da historiografia pós-afonsina. O mesmo se poderá dizer para o episódio da "Jura de Santa Gádea". Esta postura ideológica encontra-se patente, tanto na obra de D. Juan Manuel, como na do conde de Barcelos, autores que escrevem, em vernáculo, para os seus pares e para os nobres em geral, frequentemente de acordo com um ponto de vista aristocrata[161]. Na sequência da vontade de justificar o papel da nobreza face ao poder real, a inclusão das aventuras do Cid de uma forma tão extensa ganha sentido. Com efeito, apesar de descender de um dos juizes de Castela e de estar ligado a linhagens reinantes, este herói nunca foi, de facto, rei, o que, em princípio, deveria limitar o seu protagonismo numa "história oficial". No entanto, esta questão já não se coloca no âmbito de um texto que procura mostrar à instituição monárquica como precisa da ajuda e do apoio dos seus nobres mais valorosos e que, por isso, deve impor limites a eventuais actos irreflectidos como seja o exílio indiscriminado e impetuoso de vassalos imprescindíveis.

337-345, 347, 351, 356, 358-9) e na 1344b (caps. CDXLVI-CDLII, CDLIV, CDLVI, CDLXI, CDLXIII-IV).

[159] O texto que continua, após o processo jurídico do Cid contra os infantes de Carrión, pode ser considerado, adoptando a nomenclatura francesa, como um "moniage" dadas as marcas religiosas que o texto exibe. Nas narrativas mais antigas, este excerto encontra-se ausente (Cr20R) ou menos desenvolvido (PCG: cap. 947 e sgts.), enquanto que em textos posteriores o "moniage" é amplificado: Trad.Gall: cap. 439 e sgts.; 1344a: cap. 600 e sgts. e 1344b: cap. DCLXVII e sgts.

[160] Sobre este assunto ver Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.* (Introd.), pp. CXVI e CXCVI onde se refere a existência de uma prosificação das "Mocidades de Rodrigo" na *Crónica de Castilla*, de onde derivará a versão portuguesa.

[161] No caso de D. Pedro Afonso podemos referir o seu *Livro de Linhagens* bem como a anuência em incluir muitos dos trechos que nas Crónicas anteriores já apresentavam este ponto de vista pró-nobiliárquico. D. Juan Manuel, por seu turno, tem sido não poucas vezes apresentado como porta-voz na defesa e justificação da aristocracia perante o poder real. Sobre este assunto ver o artigo de Ludwig Vones (1991), pp. 177-187.

São exemplo deste tipo de postura as narrativas que nos mostram o Cid a ser sucessivamente exilado por Sancho II[162] e por Afonso VI[163], mas logo reintegrado. Os reis mostram assim a sua fraqueza, dado o medo que demonstram do poder bélico que o seu vassalo representaria, uma vez exilado, e o Cid, perante a humildade que os reis são obrigados a mostrar-lhe, pode assumir um papel moderador de futuras leviandades ou impetuosidades régias[164]:

> Veendo el rei dõ Afomso que os seus ricos homẽes nõ se ousaram embaratar con o Cide, ẽ tendeu que fora mal consselhado em se perder cõ o Cide, ca, quando com elle vyvya, era temudo de cristãaos e de mouros. E por esto lhe ẽvyou logo seu recado ẽ que lhe mandava dizer que lhe perdoava todo o mal que em sua terra fezera e que o nõ avya por culpado em nẽ hũa cousa, mas que elle conhecia bem a culpa deste feito seer sua. E, quando se quisesse tornar pera Castella, que lhe prazeria ende muyto e que acharia livre toda sua terra e seu desembargo. E o cide, quando lhe este recado del rey chegou, foy muy ledo com elle e mandoulhe sua resposta de grandes mesuras e tevelho em grande mercee, dizendolhe que dally en diante nõ creesse maaos consselheiros, ca elle sempre seeria a seu serviço. (1344b: IV, 59-60)

Contrariamente à imagem mais difundida do Cid, esta cena de perdão tem lugar após um período em que este ataca as terras do rei Afonso VI com ajudas muçulmanas:

> Mas o Cide mãdou logo por todollos seus homẽes e ouve d'Abeuque, senhor de Lerida, e del rei de Saragoça muytos cavalleiros e homẽes de pee. E ajuntou muy grande hoste e foi correr a terra a el rey dom Afomso e entrou per Callaforra ataa Navarra, queymando e estragando quanto achava e fazendo quanto mal podya. (1344b: IV, 58)

---

[162] Esta cena encontra-se na sequência da mensagem de Sancho II que o Cid leva a D. Urraca e cuja resposta não agrada ao rei que acusa o mensageiro de conluio com a sua irmã – PCG: II, 508 – cap. 833 (trecho citado anteriormente nesta II Parte 1.1.).

[163] Trecho interpolado entre os caps. 895-6 da PCG e ausente, também, da Trad.Gall. Corresponde aos caps. 490-97 da 1344a e DLXXXIII-DLXXXIX da 1344b. A Cr20R fala dos conflitos entre o Cid e Afonso VI mas sem referir nenhuma cedência por parte do rei (Cr20R: X, xlvii-liii).

[164] Cabe aqui relembrar os termos por vezes tão violentos da "Jura de santa Gadea", não só nas versões cronísticas mas igualmente no Romanceiro como salienta Ramón Menéndez Pidal, "Poesia popular y Romancero", *Revista de Filologia Española*, I, 1914, pp. 357-377.

Também Bernardo do Carpio, tendo sido exilado, obriga Afonso III a ceder às suas exigências, uma vez que as suas forças conseguem fazer frente e vencer o exército real (PCG: II, 373-75 – caps. 654-55). Porém, contrariando igualmente a imagem mais difundida que a tradição guardou deste herói, Bernardo também tem uma fase na qual, apesar de atacar as forças régias, mantém o respeito pela figura do rei:

> Mas pero si el rey uiniere contra nos, como quier que me el quiere mal, non alce ninguno de uos la mano contra ell por ninguna guisa, ca mucho me pesarie ende si alguno lo fiziesse. Mas quantos de los otros pudieredes alcançar, todos los metet a espada et todos los matat, que non finque ninguno a uida. (PCG: II, 374a)

Acresce ainda o facto da sua primeira reacção à prepotência régia ter sido a submissão:

> Et dixol Bernaldo: «rey sodes et sennor, faredes y lo que uos touierdes por bien, et ruego a Dios que uos meta en coraçon de sacarle ende; ca sennor, non dexare yo por eso de seruiruos quanto mas podiere» (PCG: II, 355a)

Vemos assim como, apesar das imagens que preponderaram destas personagens, também se verificam diversas semelhanças entre as duas histórias e as duas figuras. Além das já referidas, é ainda possível mencionar como, nas aventuras de ambos, se verifica um forte espírito anti-francês, aliado a questões de fraqueza régia[165]. No entanto, se nas "Mocidades de Rodrigo" o herói se limita a dirigir e dominar um Fernando I indeciso e atemorizado, já Bernardo, muito mais violento, lidera o grupo dos nobres que obriga Afonso II (sob ameaça de expulsão) a revogar a proposta de entrega do reino a Carlos Magno em troca de ajuda no combate aos mouros. Com efeito, apesar de aqui se tratar de uma inserção das Espanhas no renovado Império, esta seria impensável na posição

[165] Presente também no "Romanceiro" popular, como se pode verificar, por exemplo, no romance "Rey don Sancho, rey don Sancho" onde o Cid (à semelhança do seu papel nas "Mocidades") se impõe face ao poder do Papa e do rei de França: Juan Alcina (ed.) (1987), pp. 207-8.

subalterna de um reino que se entrega (ao invés de assumir a liderança desse mesmo Império...).

Os dois heróis partilham, pois, o facto de serem "bons vassalos de maus senhores"[166], na medida em que ambos revelam facetas de grande submissão perante senhores injustos e prepotentes. Porém, tanto o Cid como Bernardo apresentam, igualmente, traços mais nebulosos, como seja as suas eventuais associações com muçulmanos ou o facto de atacarem os respectivos soberanos – no fundo um pouco à semelhança de Fernão Gonçalves, imediatamente antes de conseguir libertar Castela da tutela de Leão. Mas, ao contrário do primeiro conde de Castela, nem o Cid nem Bernardo do Carpio estabelecem os fundamentos de um reino. No entanto, não deixam, por isso, de ter a possibilidade de o fazer, constituindo ameaças concretas para os respectivos reis. Estas ameaças, num primeiro nível, cristalizam-se no valor e no poder guerreiro que estes vassalos detêm e com que podem antagonizar o poder instituído, o que certamente estará na base da relação de aliança, eivada de temor, que os soberanos parecem, com alguma frequência, manter com os referidos vassalos. No entanto, também se pode constatar uma outra ameaça, mais profunda e mais perigosa, que reside no facto de estas duas figuras poderem constituir eventuais hipóteses dinásticas para os respectivos territórios. Assim, o Cid, à semelhança de Fernão Gonçalves, descende de um dos Juizes de Castela pelo que podemos considerar as suas linhagens como equivalentes. Bernardo, por seu turno, tem sangue real, sendo filho de uma irmã de rei, mesmo se bastardo, e mesmo verificando-se indecisões acerca da identidade do rei de quem a mãe de Bernardo seria a irmã[167]. O sangue

---

[166] Como se afirma no *Cantar de Mio Cid*: "«Dios, qué buen vassallo, si oviesse buen señore!»" (v. 20).

[167] Como se pode verificar nos seguintes extractos: "demientre que el rey don Alfonso fazie todos los bienes que auemos ya contados ante desto, donna Ximena, su hermana, casose a furto del con el conde San Diaz de Saldanna; et ouieron amos vn fijo a que dixieron Bernaldo." (PCG: II, 350a) e logo adiante: "Et algunos dizen en sus cantares et en sus fablas que fue este Bernaldo fijo de donna Timbor hermana de Carlos rey de Francia, et que viniendo ella en romeria a Santiago, que la conuido el conde San Diaz et que la leuo pora Saldanna, et que ouo este fijo en ella, et quel reçibio el rey don Alfonso por fijo, pues que otro non auie que reynase en pos el." (PCG: II, 351a). Muito curiosa também é a tradição tardia que atribui a Fernão Gonçalves uma mãe duvidosa mas que lhe fornece uma ascendência real e que é transmitida por Ramón Menéndez Pidal, *La Épica Medieval Española*, Diego Catalán e María del Mar de Bustos (reeds.), *Obras Completas de R. Menéndez Pidal*, *XIII*, Madrid, Espasa-Calpe, 1992: "A fines del siglo XIV o comienzos del XV la leyenda de los dos jueces o alcades seguía refundiéndose entre los juglares. El cantar de las *Mocedades de Rodrigo*, en su prólogo prosístico, da una versión muy

dos dois heróis apresenta-se, assim, como sendo do mais alto extracto, perigosamente próximo de um qualquer trono.

Por isso, a pouca clareza que rodeia o nascimento de ambos pode ter leituras diferentes. Além do facto de (no caso de Bernardo do Carpio) se verificarem duas tradições distintas em paralelo[168], além da inserção das dúvidas, no texto historiográfico, poder ser entendida como uma tentativa para criar um óbice a eventuais ascensões sociais superiores às desejadas (caso do Cid), também se está aqui a inserir estas personagens no âmbito de uma tradição literária bastante difundida. Com efeito, a ambiguidade subjacente ao nascimento pode reflectir a tradição dos heróis de origens desconhecidas ou ambíguas, bastardos ou fruto de nascimentos múltiplos (o que, segundo as crenças da época, seria sinónimo de uma dupla fecundação), uma marca evidente de excepcionalidade[169].

No seio da cronística em análise, o facto de se apresentarem as versões mais dúbias, mesmo se logo descartadas (como no caso do Cid), constitui, igualmente, um indicador da progressiva abertura destes textos ao literário e, consequentemente, à ambiguidade que lhe é inerente. Com efeito, verifica-se aqui um jogo retórico particularmente hábil, uma vez que os compiladores do texto historiográfico optam por transmitir uma tradição (que poderiam perfeitamente ter ignorado e omitido), para logo a denegarem de uma forma que, no entanto, se revela insuficiente para voltar a esconder as sombras anteriormente levantadas, como se pode verificar no seguinte excerto da *Crónica de 1344*:

---

desbaratada, lacónica y arbitraria, en la que sin embargo se perciben los rasgos esenciales: en tiempo del rey de León don Alfonso, nieto del rey Pelayo, [...] y se refiere después que el hijo de este Nuño Rasura, Gonzalo Núñez, fue «malo e traviesso», lo que le llevó a vivir con el rey moro de Madrid, donde conoció a la princesa Aldara de Navarra «que andaba mala mugier con los moros», y se casó con ella; de sus tres hijos, «los mayores non valieron nada, e el menor fue el conde Fernand González»" (pp. 419-420).

[168] "De todas las cuestiones que suscita, una de las más importantes es la derivada de la heterogenidad del contenido mismo según nos lo han conservado las crónicas. En este sentido, hay que señalar la existencia de dos tradiciones distintas, por lo menos, que hacen de Bernardo hijo de Jimena, hermana del rey de España, y del conde San Díaz; o bien lo convierten en hijo ilegítimo de Tíber, hermana de Carlomagno, y de un conde español. Es decir, en el primer caso se trataría de un héroe hispánico, mientras que el otro es medio francés.", Carlos Alvar e Ángel Gómez Moreno (1988), p. 62.

[169] Este *topos*, frequente no romance cortês, também se verifica na canção de gesta, da qual é possível referir, como exemplo, o caso de Roland, sobrinho de Carlos Magno e de quem Bernardo do Carpio terá sido o correlato ibérico. No entanto, a situação ocorre um pouco nos mais diversos âmbitos, sendo uma

> Hora vos dissemos o linhagem onde veeo Roy Diaz, o Cide. E algũus dizen que o Cide era de barregãa. Esto nõ he verdade. E a maneira por que o cuydam he esta: Diego Laindez, seu padre do Cide, ante que casasse, emprenhou hũa vilãa de hũu filho, em dya de Sanctiago, per força. E era casada. E o marido emprenhoua logo em esse dya doutro filho. E, ao tempo do parir, naceu o filho do cavaleiro primeiro; e bautizarõno e poseronlhe Fernã Diaz. E os que nom sabem a estorya dizem que foy o Cide, mas em esto erram. Despois casou Fernam Dyaz con a filha d'Antoliiz de Burgos e fez em ella Martỹ Antoliiz e Pero Vermuiz e Meen Fernandez e Fernand'Afonsso e Ordonho, o meor. E estes forom os sobrinhos do Cide Roy Dyaz. (1344b: II, 480)[170]

Outros elementos menores de semelhança entre as histórias das duas personagens aqui em análise serão ainda algumas expressões que poderíamos aceitar como formulárias[171], a descrição do modo como, por vezes, combatem e conquistam[172] ou ainda a estratégia de enviar presentes aos respectivos reis, a fim de captar a sua benevolência[173].

Dadas as ambiguidades e as semelhanças subjacentes a alguns relatos acerca destas duas personagens, é curioso constatar que uma se tornou o paradigma do "bom e leal vassalo", enquanto que a outra se transformou no

---

das lendas mais conhecidas a que na mitologia Antiga explica o nascimento jumelar de Hércules e do seu meio-irmão humano.

[170] Estes elementos estão ausentes da linhagem apresentada na PCG: II, 387 (cap. 678). Encontram-se no entanto subjacentes às insinuações de vilania por parte dos condes de Carrión e seus partidários, mormente à explosão do seu tio contra o Cid tal como se verifica no *Cantar de mio Cid*: "Quién nos darie nuevas de mio Çid el de Bivar? / Fosse a Rio d'Ovirna los molinos picar / e prender maquilas, commo lo suele far! / Quil darie con los Carrión casar?" (vv. 3378-81). Sobre as implicações e consequências deste tipo de situação ver Joseph J. Duggan, *The 'Cantar de Mio Cid'. Poetic creation in its economic and social context*, Cambridge / New York / New Rochelle / Melbourne / Sydney, Cambridge University Press, 1989, pp. 52-56. Ver ainda Samuel G. Armistead, "Dos tradiciones épicas sobre el nacimiento del Cid", *Nueva Revista de Filología Hispánica*, XXXVI (1), 1988, pp. 219-248 que analisa a oposição entre a tradição mais ilustre e a da bastardia, frequentemente recalcada. O autor apresenta ainda uma lista de personagens da literatura medieval tidas como ilegítimas ou de nascimento duvidoso.

[171] Caso do uso de expressões como "tornaronse muy onrrados et con grand ganancia" ou "ricos et abondados", sobejamente atestadas em narrativas relativas ao Cid. Sobre o tema da riqueza no *Cantar de mio Cid* ver Joseph J. Duggan (1989).

[172] Com efeito, para combater o rei, Bernardo segue uma estratégia semelhante à que o Cid também usa em algumas das suas conquistas e que consiste em provocar um primeiro embate seguido de uma simulação de fuga para atrair o adversário a uma emboscada. Esta estratégia é usada por Bernardo na PCG: II, cap.654 e pelo Cid na PCG: II, cap. 854.

[173] Estratégia graças à qual o Cid obtém o seu perdão mas que se revela infrutífera no caso de Bernardo, quer quando devolve os prisioneiros que fizera entre os homens do rei (PCG: cap. 654), quer quando, por acordo, lhe entrega o castelo do Carpio (PCG: cap. 655).

protótipo do "rebelde" quando, com efeito, em ambos casos, existem traços ou estratos de insubmissão e rebeldia, em concomitância com outros, de benevolência e submissão. Paralelamente, em nenhum dos casos o excesso assume contornos que poderíamos qualificar como suicidas, à imagem do que se verifica com os sete infantes de Lara ou Salas. Porém, enquanto que, com Bernardo, se verifica uma queda em crescendo, no caso do Cid, apesar de ocasionais explosões, a história tende a apresentá-lo como um exemplo de domínio e submissão de um excesso potencial.

Esta característica encontra uma expressão bastante nítida na forma como o Cid e Bernardo do Carpio enfrentam, entendem e vivem os respectivos degredos, dois momentos que vão, de certa forma, espelhar duas situações míticas de sinal oposto igualmente transcritas nesta historiografia. Trata-se dos casos dos reis Taço e Rotas, duas personagens marcadas pelo exílio e pela animalidade que lhe pode estar e que tantas vezes lhe está subjacente[174].

O rei Taço assume o paradigma do ser meio-humano meio animal que vive isolado nas montanhas e/ou nas florestas de onde só sai para fazer o mal[175].

---

[174] Sobre este assunto ver, por exemplo, Bronislaw Geremek, "O marginal", Jacques Le Goff (ed.), *O Homem medieval*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 233-248 que faz precisamente a aproximação entre a condição de exilado e a animalidade. "Nas «leis bárbaras» e nas tradições jurídicas da alta Idade Média, o exílio surge rigorosamente como exclusão. Substitui o sacrifício da própria vida, que poderia servir de reparação pela violação de uma ordem sagrada. O exílio é, portanto, exclusão do direito à paz e significa despojar o homem dos seus direitos naturais, privá-lo da sua verdadeira condição. A *Lex Salica* (55,2) determina que o exilado «vagus sit», o que quer dizer que é tratado como um lobo e, por conseguinte, escorraçado da colectividade humana; matá-lo seria um acto de legítima defesa. Mas, também neste princípio de direito consuetudinário se constata que o homem, fora dos seus laços sociais e da sua «pátria», exposto aos perigos de um ambiente selvagem e sujeito às regras da vida na floresta e nos locais ermos, se transforma quase num lobo, num homem-lobo: o papão das histórias corresponde, na vida real, ao homem social que transgrediu as normas da vida em sociedade e foi colocado à margem" (p. 235). Para um estudo mais pormenorizado sobre a questão do exílio do Cid e da animalidade que lhe está subjacente ver Isabel de Barros Dias (1997b).

[175] Este tipo de figura surge, com alguma regularidade, na literatura assim como na mitologia ou em ritos e crenças, como é o caso dos Sátiros e Ninfas na Grécia; Faunos e Silvanos em Roma e seus paralelos em diversas mitologias pagãs autóctones. Estes elementos de mitologia autóctone foram banidos pelo cristianismo, sobrevivendo, no entanto, sob formas diversas, frequentemente ambivalentes, como se pode verificar, por exemplo, em textos que descrevem monstros selvagens cuja fealdade corporal reflecte a maldade natural enquanto que outras destas figuras, pelo contrário, são belas e protegem os humanos a quem trazem riquezas ou uma possibilidade de explicação de linhagem. Os seres selvagens que encarnam as forças da natureza assombraram o imaginário medieval. Sendo temas provenientes de um paganismo pré-cristão, ressurgem, no entanto, um pouco por todo o lado nos mitos, nas leis, na hagiografia, na literatura. Estas tradições das criaturas da floresta permanecem ainda no imaginário popular ibérico na forma dos lobisomens, das serranas ou das moiras encantadas. Sobre estes assuntos ver Henri Dontenville, *op. cit.*, Philippe Walter, *op. cit.*, Julio Caro Baroja, *Ritos y Mitos equívocos*, Madrid, Istmo, 1989 (sobre as serranas pp. 259-95), J. M. Blázquez, *Religiones en la España antigua*, Madrid, Cátedra,

Depois de ter sido vencido por Hércules, esta figura refugia-se no monte Aventino:

> ally se meteu con medo em hũa cova muy funda e çarrouha cõ hũa pedra muy grande e pos de dentro grandes cadeas de ferro. E desy saya de noyte a fazer quanto mal podia pella terra e tornavasse ally e çarrava sua cova. E, por que era ligeiro e corredor mais que outro homen, tomava muytos homeens e muytas bestas e cortavalhes as cabeças e penduravaas aa porta da cova, da parte de fora. E as gentes cuydavã que elle comya as gentes assy como as bestas e por esso diziam que era meo homẽ e meo besta. E em aquella cova esteve grande tẽpo ataa que veeo Hercolles que o matou em aquella cova, (1344b: II, 28)

No extremo oposto, encontra-se o rei Rotas, a figura enigmática e primordial, vinda do Oriente, que se expatriou voluntariamente, a fim de percorrer o Mundo em busca do saber total. Enquanto o rei Taço se deixara dominar pelos instintos mais básicos, tornando-se mau, violento e cruel, Rotas, em oposição, é o exemplo do homem superior. Também vive numa caverna mas, mesmo que, pela aparência física, se possa assemelhar a um selvagem, guarda sempre um traço distintivo de ligação à humanidade, a capacidade discursiva[176]:

> E a esto chegou aquelle cavalleyro que viinha empos elle [um urso] e entrou ẽna cova. E, quãdo os ambos assy vyo estar [o urso que se ajoelhava perante Rotas], foy espantado sobreguysa mais por parte de Rotas que do usso, por que o vyo con muy longa barba e cuberto de cabellos ataa terra, ca cuydou que era homen selvagem. E pos a seta ẽno arco por o feryr. E elle rogouho por amor de Deus que o nõ matasse. Entõ Tarcos, quãdo ho vyo fallar, preguntoulhe quẽ era ou como andava assy. (1344b: II, 36)

1991, Jacques Le Goff (1983 e 1984), pp. 107-150 (sobre o romance cortês), Jacques Walter, *op. cit.* (sobre as transferências entre os imaginários pagão e cristão) ou ainda Luís Krus (1994b), pp. 171-195 (sobre as narrativas de fundação melusinianas de que podem ser encontrados exemplos nos "Livros de Linhagens").

[176] O facto do Homem se distinguir dos animais graças à sua capacidade discursiva é uma especificação referida por Cícero no *De Inventione*, Cambridge / London, Harvard University Press, 1960, I, iv, 5, que foi uma das retóricas que terá sido conhecida na Espanha medieval como referido na nota 115 da III Parte. A mesma questão surge igualmente nas *Siete Partidas* (II, 21). Ainda sobre algumas distinções medievais entre os sons produzidos pelos animais e o discurso humano racional ver Umberto Eco, Roberto Lambertini, Costantino Marmo e Andrea Tabarroni, "On animal language in the medieval classification of signs", Umberto Eco e Costantino Marmo (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1989, pp. 3-41.

A capacidade discursiva era considerada apanágio da humanidade, na medida em que era produto da alma racional. Contrariamente aos animais, que só possuem uma alma sensitiva e são, por isso, incapazes de emitir mais do que sons, os seres humanos estão dotados de razão, e podem não só emitir sons como também atribuir-lhes um sentido mental específico, um conteúdo linguístico[177]. O rei Rotas, dada a sua situação de "sobre-homem", vai ainda mais longe, pois possui a faculdade "maravilhosa" de falar com os animais. É o que sucede com o dragão com quem partilha a caverna e que lhe traz comida, ou com o urso que lhe presta homenagem e a quem Rotas protege do rei Tarcos – o que nos leva a considerar mais um traço que distingue Rotas de Taço, pois enquanto este último era um déspota que matava homens e animais, o primeiro é, pacificamente, o "senhor" dos animais e protege-os enquanto que estes, por seu turno, servem-no como vassalos.

O *topos* do domínio sobre os animais pode ser reencontrado na história do Cid. Com efeito, o facto do leão reconhecer o senhorio do Cid, indicia que o exílio de esta personagem se poderá assemelhar ao do rei Rotas. Apesar do degredo do Cid não ser voluntário, também não se pode dizer que se trate de uma expulsão justificada por acções negativas, como se verificara com o rei Taço. A meio caminho entre estes dois extremos, podemos verificar como o Cid se esforça por criar bases civilizacionais a fim de não terminar num exílio de crueldade como o que, durante algum tempo, domina Bernardo do Carpio.

---

[177] Sobre a questão da distinção entre homens e animais com base nas respectivas capacidades linguísticas ver Irène Rosier, *La parole comme acte. Sur la grammaire et la sémantique au XIIIe siècle*, Paris, Vrin, 1994, sobretudo caps. 2, 3 e 6. Esta característica também funciona como traço distintivo numa outra situação narrada, agora, na *General Estoria* e que descreve o momento em que Lamech matou Caim: "E Lamec andando a caça e su moço con el, atrauessaua Caym dela una parte del monte ala otra por vn sendero que uinie por esse monte, todo fecho uelloso, cubierto de cabellos como una animalia e otra andando siempre fuyendo e morando todo lo mas por los montes e por los yermos; [...] e ellas quando uieron tal omne e tan estranno, e los oios todos cubiertos de cabellos delas pestannas e aun la faz, ca tan luengos eran otrossi los otros cabellos de todo el cuerpo en su guisa, e espantaron se del e dieron bozes; e el moço e Lamec oyeron las, e el moço pregunto les que auien; et ellas dixieron le que uieran una animalia uellosa como bestia estranna queles atrauessara la carrera, e que se metira de cerca alli en una mata; [...] e Lamec tiro del arco e firio a Cayn de muerte enla mata con la saeta. E Cayn, con la ferida dela muerte, dio una boz; e Lamec entendio que aquella boz de omne era e espauoreçio, et començo de asmar e pesar le de aquel colpe que fiziera." (GE: I, 16a-b). Trata-se de uma situação que, apesar de ter um final distinto (mesmo porque o protagonista é absolutamente diferente), não deixa de, até certo ponto, ecoar *a contrario* o trecho sobre o rei Rotas que "era de tierra doriente a la parte que llaman Eden, alli o dizen las estorias que es el parayso o fue fecho Adam;" (PCG: I, 12b).

Banido, o Cid vê-se forçado a empreender uma vida de mercenário. No entanto, os textos acentuam sempre como este herói procura não abandonar deveres e relações religiosos[178] e sociais, nomeadamente no que respeita à família[179], aos companheiros[180] ou ao suserano, com quem evita combater, e partilha os ganhos[181]. Acresce ainda a confiança, que manifesta, num desfecho feliz, independentemente dos sofrimentos passados durante o exílio:

> yremos nos guaresciendo, ca esta uida auremos nos a fazer fasta que Dios quiera, assi como omnes que an yra de su sennor et andan echados de tierra (PCG: II, 534a)

Os traços que primordialmente caracterizam esta personagem são a sabedoria, a sensatez, a justiça e a bondade, mesmo relativamente aos adversários[182]. No fundo, uma série de elementos que o impedem de cair no excesso de cariz negativo.

Já com Bernardo do Carpio, constata-se precisamente o contrário, na medida em que esta figura cai, progressivamente, num exílio profundo e violento. Após uma primeira fase mais construtiva, quando Bernardo se torna senhor do Carpio, verifica-se uma derrocada no momento em que esta personagem se vê despojada do seu território, sem que, com isso, tenha conseguido libertar o pai, que estava preso e, entretanto, morrera. Segue então para França, onde também não encontra o apoio, nem os laços familiares que procura, uma vez que o seu meio-irmão lhe recusa o parentesco, o que leva Bernardo a atingir o cume desta espiral:

> Otro dia mannana salio de Paris Bernarldo et fue andar por la tierra, et començo a fazer muchos males por todos los logares por o andaua. Et andando de la una et de la otra parte corriendo et robando quanto fallaua, llego a los puertos de Aspa et poblo y la canal que dizen

---

[178] Como se pode verificar na PCG: II, 524 (cap. 851) ou 593 (cap. 923).

[179] Caso da PCG: 524 (cap. 851), 594 (cap. 923) ou 595 (cap. 924).

[180] Como por exemplo na PCG: II, 523 (cap. 851), 525 (cap. 853) ou 607 (cap. 931).

[181] Caso de PCG: II, 525-26 (cap. 854), 530-31 (caps. 856 e 858), 593 (cap. 923), 598 (cap. 926) ou ainda 624 (cap. 945).

[182] Como se pode verificar na PCG: II, 525-6 (cap. 854) ou 530 (cap. 857).

> de Jaca. Et tan grand era el miedo et ell espanto que dell auien las yentes, que non sabien que se fazer ant el. (PCG: II, 375b)

Porém, contrariamente ao rei Taço, a história de Bernardo não termina com uma morte violenta, mas de uma forma mais positiva, com a construção de uma família, num território próprio:

> Et todas estas fronteras mantenie el muy bien et esforçadamientre. Despues desto caso Bernaldo con una duenna que auie nombre donna Galinda, fija del conde Alardos de Latre et ouo en ella un fijo a que dixieron Galin Galindez, que fue despues muy esforçado cauallero. (PCG: II, 376a)

As ambiguidades mantêm-se, pois, dando provas da existência de camadas ideológicas diversas, onde a manipulação terá sido uma constante, sem que, no entanto, as reformulações sejam suficientemente profundas para cobrir completamente os outros extractos. Assim, se por um lado a historiografia nos apresenta Bernardo como um exemplo do vassalo rebelde castigado e repudiado por todos, que cai num frenesi violento, também podemos vislumbrar os traços de um herói independentista que faz frente aos franceses. Acresce ainda a imagem do rebelde com razão que consegue conquistar um espaço próprio.

O complexo lendário que rodeia o Cid também não está isento de ambiguidades e ambivalências deste tipo. Como já foi referido, este herói é descendente de um dos juizes de Castela, como Fernão Gonçalves, que deu início à independência de Castela. O Cid, por seu lado, apesar de nunca se assumir como rei ou procurar acentuar a autonomia do seu território, é, no entanto, o "«mio Çit Canpeador, sennor de Valencia»" (PCG: II, 592a), expressão à qual se poderá somar outra referência, sobremaneira ambígua:

> et que el rey Rodrigo que fuera sennor dell Andaluzia que non fuera de linnage de reys, et pero que rey fue et regno, et que assi regnarie ell et que serie el segundo rey Rodrigo (PCG: II, 564b)

Porém, este trecho pode ser atenuado pela tradição que direcciona a comparação para o âmbito do poder bélico do herói castelhano:

> Si por culpa de un Rodrigo habian entrado los moros en España, otro Rodrigo los arrojaria[183]

Podemos, no entanto, verificar como estas facetas mais obscuras apontam para um eventual lado rebelde do Cid, de acordo com o qual, este herói, mesmo sendo apresentado como nunca procurando o estatuto de rei[184], também não se coíbe de impor limites ao poder instituído que, por seu turno, o procura integrar ou dominar.

Em razoável contradição com os traços rebeldes, vários trechos historiográficos e, em particular, o *Cantar de mio Cid* procuram apresentar este herói como um modelo de vassalagem[185], inclusivamente, de submissão, como se pode verificar na forma como o *Cantar* descreve a cena do perdão real, que aqui antecede o primeiro casamento das filhas do Cid:

> Los inojos e las manos en tierra los fincó,
> las yerbas del campo a dientes las tomó,
> llorando de los ojos, tanto avié el gozo mayor;

---

[183] Este ditado acerca do Cid é referido por Manuel Milà y Fontanals, *De la poesía heróico-popular castellana*, Barcelona, Librería de Alvaro Verdaguer, 1874, p. 226.

[184] Sobre este assunto cabe relembrar o artigo de Roger M. Walker, "The role of the king and the poet's intentions in the *Poema de mio Cid*", *Medieval Hispanic Studies presented to Rita Hamilton*, London, Tamesis Books, 1976, pp. 256- 66 onde se são apontadas diversas alterações históricas e invenções de episódios e personagens que promovem a substituição de algumas verdades históricas por bem mais inspiradas verdades poéticas. É ainda aqui acentuado que o Cid pode aproximar-se do rei em riqueza e poder mas nunca é sugerido que se aproxime no estatuto precisamente porque isso perturbaria a harmonia natural da hierarquia (p. 260). Ainda sobre as facetas mais indómitas do Cid ver Diego Catalán, "El *Mio Cid* y su intencionalidad Histórica (Versión Anotada)", Mishael M. Caspi (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature*. *Essays in Honor of Samuel G Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., 1995, pp. 111-162 ou Beatriz Mariscal, "El Héroe Moderno: Actualización vs. Idealización", Mishael M. Caspi (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature*. *Essays in Honor of Samuel G Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., 1995, pp. 401-414 que referem diversos desvios, adaptações e manipulações do *corpus* cidiano decorrentes de diferentes intencionalidades sociais e políticas. Ver ainda Edmund de Chasca, "The King-Vassal Relationship in *El Poema de Mio Cid*", *Hispanic Review*, XXI, 1953, pp. 183-192.

[185] Sobretudo na *Crónica de Veinte Reyes*, cuja disposição abertamente pró-afonsina é comentada por Nancy Joe Dyer, "Crónica de Veinte Reyes' use of the Cid epic: Perspectives, Method, and Rationale" *Romance Philology*, XXXIII, 4, 1980, pp. 534-44, onde refere como os cronistas manipularam e expurgaram a lenda autóctone do Cid, focando primordialmente os aspectos positivos da sua campanha para reganhar a "graça" de Afonso VI (p. 544).

assí sabe dar omildança a Alfons so señor. (CMC: vv.2021-4)

Nas versões das crónicas, este encontro não passa de uma reunião entre um senhor e o seu vassalo perdoado[186]. Verifica-se sempre uma extrema humildade. Porém, no *Cantar* podemos mesmo visualizar um rebaixamento bastante loquaz, na medida em que, dos actos do Cid, ressaltam traços de animalidade, uma vez que o herói parece aqui mimetizar a postura de um ruminante. Seguidamente, a gestualidade da cena mostra o Cid a elevar-se paulatinamente, pois o cavaleiro cai aos pés do rei até que este lhe diga que se levante e lhe beije a mão, perdoando-o assim e deixando-o livre de voltar ao reino. Em suma, o Cid age como um animal até que o rei o promova novamente à condição de ser humano, reintegrando-o na sociedade civil organizada, de que é o soberano. A partir deste momento, o Cid insere-se no grupo que Isidoro de Sevilha designa como "regressados do *postliminium*"[187], ou seja, aqueles que, vítimas de injustiça provada, são autorizados a voltar aos seus antigos territórios. No caso presente, deverá acentuar-se, sobretudo, o facto do exilado ter conseguido superar com êxito a prova que o degredo constituiu, enquanto momento de afastamento da sociedade humana e de ligação (pelo menos ideológica) à animalidade[188].

Tendo em conta o que já foi dito acerca do exílio e da animalidade, podemos ver o Cid como um caso exemplar. De acordo com a estrutura ideológica já exposta, serão os seus esforços para a manutenção de ligações com o colectivo humano que o parecem impedir de cair no abismo. Assim, uma vez que todo o mal parece nascer da falta de humildade e do individualismo, em oposição à comunidade, que se pretende o mais universal possível, e todos os que

---

[186] Aqui, a gestualidade da cena do encontro, em Toledo, limita-se ao facto do Cid tentar beijar o pé do seu senhor, mas Afonso VI diz-lhe que beije antes a mão e o vassalo obedece. A cena onde o Cid mastiga a erva é eliminada, provavelmente devido à sua aparente incongruência (PCG: cap. 927; Cr20R: X, lxxii ou 1344b: cap. DCXXXIII).

[187] "Vnde postliminium redeuntibus, hoc est de exilio reducendis, qui sunt eiecti in injuria, id est extra limen patriae" *Et*: V, 27.28.

[188] Do mesmo modo, os guerreiros da Reconquista reclamam-se herdeiros dos antigos Godos que, exilados aquando da invasão muçulmana, tiveram que se refugiar na "cueva" de Covadonga (PCG: II, 322 – cap. 567). O *Poema de Fernán González* também conta como o primeiro chefe das forças cristãs foi encontrado pelos seus homens "en cueva" (v. 117), termos que, no fundo, não deixam de continuar a

queiram suplantá-la estão destinados à solidão, o Cid estará aqui, precisamente, a assumir o paradigma contrário.

Forçado a um exílio entendido como injusto, este herói encara as zonas selvagens como desertas e hostis: "La tierra es angosta e sobejana de mala" (CMC: v. 839). A sua vida de exilado é uma luta constante e permanente contra o isolamento social e religioso a que os expatriados são votados. Entendido como um desafio às suas capacidades de sobrevivência, o exílio não é, neste caso, senão uma situação intermédia, um limbo onde o Cid recusa permanecer indefinidamente – como o castelão D. Marcos Guterres que, na impossibilidade de manter a sua palavra, por causa do rei de Leão, exibe à corte a animalidade a que estaria votado se o rei não intervier:

> E o cavaleiro, quando aquello ouvyo têvesse por doestado e veosse logo pera el rey de Leon. E, quando hy chegou, non quis asseentarsse a comer con os cavaleiros nen escudeiros mas assentousse a comer vestido en burel negro cõ os cãaes. E os do paaço, que o assy viron seer, forõno dizer a el rey. E elle mandouho hir ante sy e preguntoulhe por que fezera aquello. E elle disse:
>
> – Senhor, eu fuy en outro tempo Marcos Goterrez de Bunhate, vosso natural.
>
> E entom lhe contou ordenadamente todo o que ouvera con dom Diego. E entom lho pediio por mercee que non quisesse que el andasse treedor pelo mundo. (1344b: IV, 295-96)[189]

A questão do exílio parece, pois, estar estreitamente ligada, tanto ao imaginário da animalidade, como à oposição entre individual (enquanto colocação à margem da sociedade, por razões de orgulho) e colectivo (enquanto expressão da estabilidade e da ordem social). Trata-se de uma expulsão política mas que dá igualmente prova da fragilidade das fronteiras que dividem a sociedade organizada dos locais selvagens.

---

associar o exílio a uma certa animalidade, uma vez que aqui os exilados se vêem obrigados a habitar em refúgios de animais.

[189] Porque os traidores provados devem ser exilados, como se afirma no livro "De Batalla", Pere Bohigas (ed.), *Tractats de cavalleria*, Barcelona, Barcino, 1947, p. 95: "E d'açò destreye'l la Postat con baara manifest, e, vençut de tal bohia qui redèger e esmenar no.s pusque, no deu romanir en terra d'òmens leals."

Apesar da existência de um esquema mental bem nítido que opõe a civilização ao selvagem, as fronteiras entre estes dois estados não são sempre evidentes ou definitivas. Os excertos que vimos fornecem-nos bastantes exemplos que provam a facilidade com que os limites entre os mundos humano e animal podem ser transpostos. O exílio revela-se assim uma situação complexa, associada a um estado intermédio entre a humanidade e a animalidade, e cujo desfecho varia consoante os casos. Se o rei Taço se vê obrigado a um exílio forçado, mas justo, que durará até à sua morte, o rei Rotas expatria-se voluntariamente – é o degredo do sábio. O início e a duração de este exílio depende exclusivamente da vontade de quem o pratica[190].

Entre estes dois casos extremos, onde as figuras se aproximam da animalidade por causa de uma "sobre" ou "sub" humanidade, situam-se personagens como o Cid ou Bernardo do Carpio. Colocados à margem da comunidade humana, também não serão propriamente animais, mesmo quando os seus actos o possam dar a entender. Porém, a forma como cada um vive essa provação poderá ser fundamental para a sua futura reintegração na sociedade organizada.

1.4. A sublimação do excesso

Casos há, também, onde o excesso, sendo assumido em absoluto, é igualmente alvo de justificações superiores que anulam tudo o que de negativo ou de reprovável poderão ter as acções das personagens que as executam e cujos exemplos mais acabados, nas crónicas em estudo, serão Fernão Gonçalves e Afonso Henriques. Independentemente das dúvidas que os múltiplos actos destas figuras possam suscitar, a historiografia castelhana e, posteriormente, a portuguesa, procuraram ultrapassar diversos traços que, em outras situações, não hesitaram em criticar. Esta parcialidade deve-se ao facto da glorificação de estas

[190] Com efeito, Rotas expatria-se uma primeira vez para ir correr mundo à procura do saber total. Vive algum tempo numa caverna, com um dragão. Depois, volta à civilização graças ao pedido do rei Tarcos que lhe dá a sua filha em casamento. Rotas herda o reino de Tarcos e governa durante algum tempo. Um

personagens ter constituído uma forma eficaz de justificação da eclosão e da manutenção da existência e consequente independência dos respectivos reinos. Afonso Henriques e Fernão Gonçalves são líderes que conduzem os seus territórios pelo caminho da independência. Contrariamente a Bernardo do Carpio ou ao Cid, nunca os vemos compactuar com Muçulmanos. Pelo contrário, na linha de Pelaio, dão forma e acrescentam os respectivos territórios, com a ajuda de Deus. E mesmo quando são excessivos e, vítimas ou não de injustiça, combatem os seus senhores, nem por isso são considerados vassalos rebeldes ou fontes de desordens[191].

Tanto Fernão Gonçalves como Afonso Henriques são comummente associados a relatos épicos, hoje perdidos, à semelhança do que aconteceu com tantos outros textos épico-romanescos ibéricos[192]. No que respeita aos relatos sobreviventes, no caso do primeiro conde de Castela, além das versões prosificadas e integradas na historiografia, subsiste ainda uma versão erudita que terá sido redigida por um monge de S. Pedro de Arlanza, em meados do séc. XIII, em "cuaderna vía" / "mester de clerecía"[193], o *Poema de Fernán González*[194], onde não podem ser ignoradas diversas intervenções de proveniência clerical.

Quanto a Afonso Henriques, independentemente da forma ou formas que as lendas sobre o primeiro rei de Portugal poderão ter tido; independentemente

---

dia lembra-se da sua vida anterior e refaz o percurso ao contrário: volta à caverna para aí viver algum tempo. Depois constrói uma torre e vai, de novo, percorrer o Mundo (1344b: II, 35-37).

[191] Cabe aqui uma chamada de atenção para a distinção apresentada por Élisabet Gaucher, "Du bon usage de la trahison, dans l'historiographie des XIVe et XVe siècles", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 499-507 que separa a traição levada a cabo pela má natureza de quem a pratica (consideradas como figuras irrecuperáveis ligadas a estereótipos do passado) daquela que se pratica ocasionalmente e é devida a circunstâncias pontuais e/ou inconsequências da Fortuna. Deste último grupo, umas traições são desculpáveis, outras mesmo admiradas, caso das traições consideradas absolutamente legítimas sempre que a violação do sistema se dá a bem dos interesses do reino. A subversão pode ser mesmo levada ao extremo da valorização da dissimulação e da traição, como artes, em consequência de uma moral cada vez mais leiga e pragmática.

[192] Sobre este assunto, ver o clássico de Ramón Menéndez Pidal (1992) ou Alan Deyermond (1995).

[193] Sobre o "mester de clerecía" e a "cuaderna vía", termos que têm servido, de maneira indistinta, para designar um determinado estilo, escola e/ou género, ver Carlos Alvar e Ángel Gomez Moreno, *op. cit.*, p. 74 e sgts.

das intenções e tradições que lhe terão estado subjacentes[195], o material com que actualmente se pode contar também é relativamente restrito. As narrativas caracterizam-se pelo facto de não apresentarem sempre o mesmo bloco lendário. Esta falta de uniformidade, que pode dever-se, seja à coexistência de versões distintas, seja a um processo de congregação paulatina de tradições independentes e de origens díspares, permite, igualmente, verificar como diferem os distintos pontos de vista com que o complexo lendário, que se formou em torno do primeiro rei de Portugal, foi narrado[196].

Ao relato lacónico e essencialmente factual transmitido pelo arcebispo de Toledo[197] e reproduzido no texto editado por Menéndez Pidal[198], outras crónicas começam a acrescentar dados de proveniência diversa. É o caso da *Traduccion Gallega* que, transmitindo um texto frugal, idêntico aos anteriormente referidos[199], não deixa de lhe modificar o sentido ao acrescentar uma alusão ao "engano" que Fernando II de Leão teria sofrido por parte de Afonso Henriques.

---

[194] Este poema seria a reformulação erudita e cristianizada de um antigo e jogralesco "Cantar de Fernão Gonçalves", actualmente perdido. Para um percurso pelas variantes das narrativas sobre Fernão Gonçalves ver D. G. Pattison (1983), pp. 23-42.

[195] Sobre este assunto ver José Mattoso, "As Três Faces de Afonso Henriques", *Penélope*, 8, 1992, pp. 25-42, onde se distingue com muita clareza três tradições diferentes que convergem no conjunto de lendas que rodeiam a figura de Afonso Henriques. As três imagens apontadas são associadas a outros tantos meios sociais: o religioso (de Coimbra), o dos cavaleiros companheiros de armas de Afonso Henriques (também de Coimbra) e o da velha nobreza senhorial nortenha. Sobre as intenções que poderão ter estado subjacentes à formação dos textos ver José Mattoso, *Portugal Medieval – Novas interpretações*, Lisboa, IN-CM, 1985, nomeadamente "João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz" (pp. 409-435) onde se coloca a hipótese do desenvolvimento das tradições épicas sobre o aio de Afonso Henriques ter sido levado a cabo pelo trovador João Soares Coelho (séc. XIII), membro de uma linhagem bastarda que procurava assim dignificar-se e legitimar-se.

[196] Sobre este assunto ver Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd.), António José Saraiva, *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1979 e José Mattoso (1985, pp. 509-435 ("João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz") e 1992). Para um estudo mais englobante sobre as tradições subjacentes a Afonso Henriques ver ainda Isabel de Barros Dias (2000d), artigo onde são igualmente expostas muitas das conclusões aqui referidas.

[197] DeRH: VII, cap. 5-6, 19 e 23. O Toledano limita-se a referir a genealogia do primeiro rei de Portugal acentuando como o seu pai, o conde D. Henrique, mesmo sendo um guerreiro que agia por conta própria, sempre respeitou os laços vassálicos que o uniam ao sogro (Afonso VI). Quanto a Afonso Henriques, refere que foi o primeiro a usar o título de rei de Portugal sem, no entanto, relatar as circunstâncias que o levaram a tal. Limita-se a citar laconicamente as cidades que conquistou e as obras que fez. No que respeita às fricções com Fernando II de Leão refere, por duas vezes, que o rei português foi preso tendo sido posteriormente solto graças à magnanimidade do seu então ex-genro. Esta narrativa é manifestamente favorável ao rei leonês, cujo carácter generoso é sobejamente elogiado e cujas atitudes agressivas contra Portugal são desculpadas pelo recurso ao argumento do "mau aconselhamento".

[198] PCG: I, 650-52, 672 e 675-76.

[199] Trad.Gall: 689-91 e 720-22.

Com esta inserção, repetida duas vezes, o tom do episódio muda radicalmente[200]. Segundo a versão do Toledano e da PCG, Afonso Henriques toma Badajoz aos mouros sabendo que essa cidade era conquista atribuída a Leão, pelo que a sua posse pelo rei português não é lícita. Fernando II cerca-o e, ao sair para combater, Afonso Henriques parte uma perna sendo subsequentemente preso pelo seu antigo genro. O rei português vê-se obrigado a reconhecer a sua culpa e a devolver todas as terras que tomara indevidamente, chegando mesmo a oferecer-se a si e ao seu reino como reparação, o que Fernando II recusa, com magnanimidade, libertando de seguida o antigo sogro que não volta a poder montar por causa da fractura que sofrera. A *Traduccion Gallega* acrescenta um novo dado, afirmando que Afonso Henriques não volta a montar para não ter que cumprir o juramento que fizera ao genro, de voltar para a sua prisão "tal ora coñ̃o fosse são, que caualgasse en besta" (Trad.Gall: 691). Um simples pormenor, mas que é suficiente para instaurar a dúvida, no que respeita à pretensa piedade de Fernando II, e para reverter a postura de submissão de Afonso Henriques que, nesta versão, se limita a pedir perdão sem oferecer qualquer reparação.

Já na *Crónica de Veinte Reyes*[201] este "engano" é amenizado, pois, apesar da promessa do rei português ser referida, a crónica atribui o facto de ele nunca mais cavalgar ao estado da perna que partira[202]. Há, no entanto, que salientar que esta versão já apresenta um texto consideravelmente mais desenvolvido do que as anteriores, anexando as narrativas sobre os primeiros anos de Afonso Henriques e sobre a sua posição de força relativamente ao clero. São, no entanto, minorados os relatos onde Afonso Henriques se impõe face ao primo, o Imperador Afonso VII. Apesar de ser mantida a referência à batalha de Arcos de Valdevez, onde o poder de Castela, Leão, Aragão e Galiza é vencido pelo rei português, é omitida a

---

[200] Tanto na história de Afonso Henriques como na de Fernando II: Trad.Gall: 691 e 722. Esta cena e suas implicações textuais e ideológicas já foram estudadas por Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd), pp. XC, CCCLXI-XII e CCXXXVIII-CCXL.

[201] Cr20R: XII, caps. 4-10 e XIII, caps. 13-14. As características deste texto, no que apresenta ou omite, são tanto mais importantes quanto se deve ter em mente as ligações entre esta versão e a *Crónica de 1344* estudadas por Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd.) e Diego Catalán (1997).

[202] "El rrey don Alfonso de Portogal fuese entonçes para Coynbria e por achaque de la pierna nunca quiso caualgar en todos sus días nin salió de Coynbria fasta que murió." (Cr20R: 276b).

narrativa da subsequente tentativa de vingança por parte do Imperador que vem cercar o primo em Guimarães, onde é "enganado" por Egas Moniz.

Muito semelhantes ao anterior são os relatos veiculados no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[203] e na *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*[204]. Estes três textos distinguem-se pelo facto de darem ao aio de Afonso Henriques o nome de Sueiro Mendes, e não Egas Moniz[205]. O relato do *Livro de Linhagens* é o que apresenta a narrativa mais resumida[206]. A *IV Crónica Breve* acrescenta o relato dos milagres que rodearam a tomada de Santarém por Afonso Henriques e a subsequente construção do mosteiro de Alcobaça, oferecido a S. Bernardo, abade de Claraval e intermediário do favor divino que bafejou a referida conquista[207].

As narrativas mais desenvolvidas surgem na *III Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* e na segunda versão da *Crónica de 1344.* A marcada semelhança entre os dois textos indicia que o primeiro é provavelmente um fragmento de um exemplar do segundo[208]. Estes testemunhos veiculam os elementos presentes nas outras versões mas, regra geral, um pouco mais desenvolvidos e empolados. Para além disso, são ainda integradas as cenas do cerco de Guimarães pelo Imperador Afonso VII, o seu "engano" por Egas Moniz e o subsequente pedido de desculpas formal do aio, bem como a narrativa mais desenvolvida da vitória na batalha de Ourique, momento em que Afonso Henriques se assume, definitivamente, como rei de Portugal[209]. Infelizmente, não

---

[203] LLCDP: 7B2-13.

[204] "A *IVª Crónica Breve*, conforme o demonstrou Diego Catalán Menéndez Pidal, consiste na cópia de um fragmento da hoje perdida *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* (a chamada *Crónica Galega* por Cristóvão Rodrigues Acenheiro), um texto de 1341-1342 de que o *Livro das Lembranças* reproduziu a parte relativa à história dos reis de Portugal," Luís Krus, "Crónicas Breves de Santa Cruz", Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p.194.

[205] Sobre este assunto, ver Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd.), p. CCCLXXXIX e António José Saraiva (1979), pp. 21-27.

[206] Este texto omite os embates entre Afonso Henriques e o clero assim como o desastre de Badajoz.

[207] IVCrBr: 30-31. Segundo António José Saraiva, este trecho estará ligado a tradições clericais distintas de qualquer poema jogralesco sobre Afonso Henriques: António José Saraiva (1979), p.91.

[208] Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd.), pp. CCCLV-CCCLVI.

[209] António José Saraiva defende que este episódio, que considera como sendo de origem clerical e originalmente sem relação com o poema jogralesco sobre Afonso Henriques, teria sido intercalado

nos é possível saber como seria o texto da primeira versão da *Crónica de 1344*, porque o ms. mais completo acaba truncado, imediatamente antes de dar início a este trecho[210].

As narrativas dos feitos de Fernão Gonçalves mantêm um núcleo central bastante mais constante. No entanto, é possível verificar algumas incorrecções históricas, convenientemente ficcionalizadas[211], bem como duas correntes que distribuem esta narrativa pelo fio narrativo histórico de modo diferente[212]. Além de diversas e inevitáveis diferenças de pormenor, as distinções mais significativas encontram-se nos trechos do início e do fim do relato. O *Poema de Fernán González* tem início com um extenso excerto sobre as origens de Castela e de Fernão Gonçalves, o que não teria lógica inserir em crónicas que mencionaram esses mesmos acontecimentos em narrativas anteriores. É, no entanto, importante referir que, neste trecho introdutório, se procura traçar uma

---

precisamente para justificar o título de rei posteriormente atribuído (1979, pp. 59 e 91). Sobre o sucesso deste trecho ver Luís Filipe Lindley Cintra (1989), pp. 64-78.

[210] O penúltimo cap. do ms. 2656 da B.U.S. anuncia, à imagem da Trad. Gall., que vai contar a história dos reis de Portugal mas deixa então de seguir a Trad.Gall que, efectivamente, faz aí um resumo da linhagem dos reis de Portugal e das batalhas de Afonso Henriques (semelhante à PCG). O texto do ms. 2656 salta esses dois caps. e a partir do início do seu último cap. retoma o texto, idêntico ao cap. 474 da Trad.Gall e ao cap. 702 da 1344b, terminando de seguida. Torna-se assim muito difícil saber se a história narrada em 1344b também se encontraria em 1344a (nos mesmos moldes ou em moldes diferentes). Por um lado, a omissão dos dois caps., anunciados à semelhança da Trad.Gall, pode fazer pensar que sim, por outro lado, a grande colagem do texto de 1344a a uma narrativa semelhante à veiculada pela Trad.Gall pode fazer suspeitar que não. Acresce ainda que este lapso narrativo, que consiste em anunciar um acontecimento na sequência de uma fonte para depois não o desenvolver, também não deixa de ser estranho. Com efeito, ou se trata de um notório desleixo por parte do copista ou estaremos talvez face a uma narrativa que se baseou num texto ainda em processo de construção ou que, pelo contrário, estando construído, foi truncado neste ponto.

[211] Diversas desordens e anacronismos que, desde o primeiro relato, na *Crónica Najerense*, se foram verificando na narrativa da vida do primeiro conde de Castela, foram constatadas por Ramón Menéndez Pidal (1992), p. 441 e sgts. Sobre o processo de transformação do material histórico em ficção épica, rearranjando episódios ou omitindo pormenores desfavoráveis que poderiam denegrir a imagem do conde, que na realidade parece ter sido um barão rebelde, faceta que esta literatura se esforça por eliminar, ver J. P. Keller, *The Poet's Myth of Fernán González*, Potomac, Scripta Humanistica, 1990; *idem*, "Inversion of the prision episodes in the *Poema de Fernán González*", *Hispanic Review*, XXII, 1954, pp. 253-63 ou ainda *idem*, "The structure of the *Poema de Fernán González*", *Hispanic Review*, XXV, 1957, pp. 235-46 onde se procura salientar a harmonia da estrutura minuciosa que estaria subjacente à construção dos episódios constitutivos desta narrativa. Ver ainda Roberto Julio González-Casanovas, "La recepción ejemplar de Fernán González en Épica y Crónica", Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, 1993, vol. IV, pp. 275-281 que salienta como as narrativas acerca deste herói se adaptaram ao serviço de ideologias particulares, religiosas ou políticas. No que respeita ao percurso histórico desta personagem ver Luis G. de Valdeavellano (1980), pp. 122-141 (cap. VII).

linha que remonta até aos godos mais antigos[213]. Segue-se uma série de alusões ao que certamente seria considerado como os "pontos altos" da história peninsular e que assim se procura integrar, enquanto antecedentes da história de Castela: depois de referir vários reis godos, relata-se a fatalidade da invasão muçulmana, a inversão da sorte com Pelaio, bem como os actos heróicos de Bernardo do Carpio na defesa da Espanha contra os franceses. No fundo, procede-se aqui, *mutatis mutandis*, da mesma forma que nas Crónicas a que nos temos vindo a referir. Enquanto os relatos historiográficos que remontam mais longe começam com questões relacionadas com o Mundo conhecido para depois restringirem o relato à Península, o *Poema de Fernán González* começa com a questão das origens mais distantes do povo que lhe interessa valorizar, no âmbito de uma política de acentuação do neo-goticismo, e, em simultâneo, refere alguns pontos mais conhecidos da história peninsular, para seguidamente restringir o relato a Castela, a zona que será o foco do interesse subsequente, como se torna patente no elogio que faz dela, na sequência e como coroa do elogio geral das Espanhas:

> Pero de toda Spaña Castiella es mejor,
> por que fue de los otros el comienço mayor,
> guardando e temiendo sienpre a su señor,
> quiso acreçentar la assi el Criador.
>
> Aun Castiella Vieja, al mi entendimiento,
> mejor es que lo al, por que fue el çimiento,
> ca conquirieron mucho, maguer poco conviento,
> bien lo podedes ver en el acabamiento. (*Poema*, estrs. 157-8)

Este tipo de postura pró-castelhana também é particularmente visível na *Crónica de Veinte Reyes*, dada a forma truncada com que este texto circulou e

---

[212] Como pode ser verificado nos Anexos, a partir do cap. 686 da PCG, as crónicas apresentam duas organizações distintas. O modelo seguido pela PCG, Cr.Abrev e Trad.Gall não é idêntico ao da Cr20R, 1344a e 1344b.

[213] "Venieron estos godos de partes d'oriente, / Cristo los enbio, est pueblo descreyente; / del linax de Magog vino aquesta yente, / conquirieron el mundo, esto sin fallimiente." (Poema, estr. 15).

cujo sucesso não se pode considerar propriamente como diminuto[214]. Com efeito, esta crónica opta por esquecer o passado mais longínquo, iniciando-se no momento em que o condado de Castela se encontra prestes a eclodir como região progressivamente mais e mais autonomizada.

Por outro lado, no que respeita aos trechos finais do relato acerca dos feitos de Fernão Gonçalves, cabe salientar como, na *Crónica de 1344*, a narrativa dos embates decisivos entre o conde de Castela e o rei de Leão são consideravelmente mais desenvolvidos e violentos. O conde assume uma posição de supremacia e de arrogância quando pede ao rei o pagamento pelo cavalo e o açor[215], bem como quando ambos se encontram em Carrión:

> – Callade, rey Sancho Ordonhez! Nõ digades pallavras tã vãas, ca, ẽno que dizedes, dariades pouco recado quando comprisse! Ca digo a Deus verdade que, se nõ fosse por essas tregoas que dizedes que antre nos meteu esse abbade de Sam Fagundo cõ os outros homẽes bõos, assi como vos dizedes, que vos cortaria a cabeça e que do sangue do vosso corpo yria esta auga tynta. E tiinhao muy bem guisado pera ho fazer, se ha tregoa nõ fosse. Ca eu estou ẽ cima deste cavallo e tenho esta spada cinta; e vos andades em hũa mulla e tragedes esse açor ẽna mãao. (1344b: III, 99)

A versão portuguesa também diverge no que respeita às infâncias do herói. No relato do *Poema* (estr. 177-84), Fernão Gonçalves é raptado e criado longe da civilização por um carvoeiro. O retorno só se dá aquando da morte do seu irmão Rodrigo, momento em que o jovem poderá voltar e tomar o poder. Esta situação adquire alguma verosimilhança se colocada no contexto de uma sociedade onde a sorte dos irmãos dos governantes pode ser, por vezes, bastante cruel, razão pela qual o afastamento pode ser entendido como um acto de protecção. Na *Crónica de 1344* (1344b: caps. CCCXXII-III), é dito que Fernão Gonçalves era o mais novo de três irmãos, mas que os outros dois morreram cedo. O jovem é criado longe, por decisão do pai, por um cavaleiro que o educa para o seu futuro estado.

---

[214] Inés Fernández-Ordóñez refere onze manuscritos (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, pp. 322-24).

[215] 1344b: III, 92 (cap. CCCLIII) citado adiante (ainda nesta II Parte: 1.4).

Estas diferenças têm sido explicadas com a existência de versões diferentes do jogralesco e perdido "Cantar de Fernán González", recolhidas, em épocas distintas, pela historiografia[216]. Porém, também não é impensável considerar, igualmente, uma evolução na historiografia que, consoante os interesses de cada momento, reelaborava mas também aceitava e absorvia, da épica, dados que anteriormente ignorara, por não os considerar convenientes[217]. Neste contexto, seria possível entender as modificações verificadas na *Crónica de 1344* (sobretudo no que respeita aos momentos finais do relato), mais uma vez, como reflexo da postura tendencialmente pró-senhorial de D. Pedro Afonso.

Além das múltiplas semelhanças e diferenças que as distintas versões destes relatos podem exibir, além de eventuais interferências textuais entre a história de Fernão Gonçalves e a de Afonso Henriques[218], outros elementos há

---

[216] Este assunto já foi estudado, nomeadamente, por Juan Bautista Arvalle-Arce, "El Poema de Fernán González: clerecía y juglaría", *Philological Quarterly*, 51, 1971, pp. 60-73 que acentua o facto da história de Fernão Gonçalves, segundo a versão da *Crónica de 1344*, diferir do texto da *Primera Crónica General* que é, no geral, o seu modelo. Coloca seguidamente a hipótese do texto português derivar de uma gesta popular (o desaparecido "Cantar de Fernão Gonçalves") pois mesmo as assonâncias reflectidas na versão de 1344 são diferentes e o tom, nomeadamente das infâncias, reflecte mais uma tradição épico-cavaleiresca.

[217] Hipótese esta já esboçada por Georges Martin (1992) quando discute o tipo de relação textual que os textos historiográficos mantêm com as suas fontes e que denomina como "discurso de recuperação": "Mais patron et auteur rencontraient une troisième puissance, non plus personnelle mais culturelle: le discours historique antérieur. Des contraintes techniques (absence, inorganisation, secret des archives), intellectuelles (respect des autorités) et mentales (statut spirituel du réel renfermé dans la lettre) ont circonscrit l'activité des historiens dans un discours préconstitué où leur intervention, quoique délibérée et cohérente, consiste surtout à retoucher un tissu de signes qui, de l'un à l'autre, se maintient. Dans ce sens, le discours historique médiéval a un mode d'existence proprement *textuel*. Il ne réinvente pas le savoir; il remanie les écrits. On rencontre, certes, de grandes ruptures: le *Liber regum* brise le schéma dominant de l'historiographie astur-léonaise, le *Chronicon* marque une brusque mutation de la Légende des Juges tant sous le rapport des circonstances et des implications historiques de l'épisode que sous celui de son champ de signification. Mais aussitôt après, le discours historique renoue avec ce qui fait l'essentiel de son destin sémiologique: être variation au sein d'une permanence. Tissant dans l'ancien le nouveau, s'autorisant de ce qu'il trahit, il est, dans tous les sens du terme, un discours de *récupération*. Sur ce jeu d'ancrages et de glissements relativement aux formations discursives antérieures se fondait la pluralité et la capacité à évoluer de l'histoire au moyen âge." (p. 607). Ver ainda *idem*, "Du récit héroique castillan. formes, enjeux sémantiques et fonctions socio-culturelles", *Les Langues Néo-Latines*, 286-287, 1993, pp. 15-28 ou David G. Pattison, "Leyendas epicas en las cronicas alfonsies: enfoque de la cuestion", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 77-87 que também defende a possibilidade de alguns cronistas recuperarem narrativas anteriormente preteridas.

[218] Sobre este assunto ver Luís Filipe Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1957, pp. 168-215, que acentua que as inovações que se verificam na "lenda de Ourique", presente na *Crónica de 1419*, se baseiam em relatos da "lenda de Fernão Gonçalves" (sobretudo pp. 208-214). Note-se, no entanto, que este estudo se refere particularmente a textos posteriores aos aqui tratados.

que merecem ser acentuados. Com efeito, a impressão de *déjà vu* que a leitura destes textos pode provocar tem muito que ver com o facto de ambos apresentarem traços tópicos, bastante frequentes, que provêm, certamente, do fundo comum épico-romanesco onde mergulham as suas raízes, e que são, nos dois casos, aproveitados para legitimar o processo pelo qual um condado se autonomiza e/ou passa a reino [219].

O episódio do "bispo negro", onde o primeiro rei de Portugal se impõe face ao poder eclesiástico, em termos bastante violentos mas eficientes, e do qual não se verificam paralelos nestes textos[220], constitui uma excepção relativamente à maioria da matéria agora em análise. Com efeito, a maior parte das narrativas acerca destes dois heróis, apresenta situações e figuras mais ou menos tradicionais que remetem para outras passagens também presentes nestas crónicas. O momento no qual o jovem Afonso Henriques se vê obrigado a enfrentar a mãe e o padrasto para não perder os seus direitos ao território[221] espelha a situação de Afonso VII contra a voluntariosa D. Urraca e o seu amante, um *topos* cujo contexto ideológico já foi referido. Ainda neste âmbito, cabe

---

[219] Como já foi verificado por Elisa R. P. Nunes Esteves, "Relações entre as lendas de Fernão Gonçalves e Afonso Henriques", Juan Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1995, vol. II, pp. 229-35. Saliente-se, no entanto, que, no que respeita aos textos portugueses, este estudo debruça-se essencialmente sobre a *Crónica de 1419*. No entanto, vários pontos são igualmente válidos para textos anteriores "Trata-se em ambos os casos, de estratégias postas ao serviço da glorificação destas personagens extraordinárias, heróis da fundação da independência dos respectivos territórios." (p. 233). Sobre o sentimento nacionalista castelhano e a construção do seu passado heróico ver o artigo de Gifford Davis, "National sentiment in the *Poema de Fernán González* and in the *Poema de Alfonso Onceno*", *Hispanic Review*, XVI, 1948, pp. 61-68.

[220] Neste episódio, Afonso Henriques enfrenta o poder eclesiástico que tenta dominar o seu carácter excessivo. Numa primeira fase, quando o bispo de Coimbra excomunga a terra porque Afonso Henriques recusara uma ordem pontifícia para libertar a mãe, o rei português substitui-o impondo aos cónegos de Coimbra um bispo negro, de ascendência muçulmana. Numa segunda fase, o Papa manda um cardeal a Afonso Henriques para verificar se ele deverá ser considerado herege ou não. O enviado é recebido com frieza e ameaças de violência pelo que se decide pela excomunhão e fuga. Ao saber do sucedido, Afonso Henriques persegue o cardeal e por pouco não o mata. Confisca-lhe então as riquezas que levava e obriga-o a comprometer-se em como o país não voltará a ser excomungado enquanto ele viver. Finalmente, mostra-lhe as cicatrizes que marcam o seu corpo e que são para o rei prova suficiente de não ser herege, pois cada uma é testemunho e símbolo de combates contra os muçulmanos em defesa da fé católica, um assunto ao qual voltaremos. Segundo António José Saraiva, a tradição do "Bispo Negro" também foi um elemento anexado posteriormente à gesta de Afonso Henriques (1979, pp. 66-67); José Mattoso associa-a ao ambiente leigo do bando dos cavaleiros de Coimbra que constituíam o núcleo do exército de Afonso Henriques e cujo poder pretendiam exaltar (1992, pp. 34-5).

[221] Sobre a questão do embate entre os direitos da mãe e do filho ver Pedro Picoito, "Espaço e Poder na Épica Medieval Portuguesa", *Colóquio – Letras*, 142, 1996, pp. 65-81.

também referir a situação da princesa que se antagoniza com os seus para seguir o futuro marido[222]. A maldição parental inscreve-se igualmente neste tipo de situações: encontramos ocorrências associadas não só aos relatos épicos e romanescos (como é o caso de D. Teresa contra Afonso Henriques ou de Fernando I aquando da partição dos reinos, mormente contra o futuro Sancho II), como também a ocasiões reais e concretas, como a de Afonso X contra o seu filho Sancho.

Outra situação bastante recorrente é a do "engano" que se verifica contra Fernando II e contra o Imperador o que, de acordo com o ponto de vista oposto, também pode ser entendido como uma ajuda incondicional de Egas Moniz ao seu criado[223]. Esta situação também se encontra nas narrativas sobre Fernão Gonçalves, de uma forma mais subtil, no "bom negócio" da venda do cavalo e do açor[224], e, de modo mais evidente, na segunda fuga da prisão, de onde o conde se evade graças à troca de roupa com a sua mulher. A atitude da condessa, bem como a de Egas Moniz ou outras, como adiante será visto em maior pormenor, acabam por ser aceites como correctas mesmo por aqueles contra quem foram perpetradas. Apesar de cada caso ter as suas particularidades, o tema do "engano" é dos mais recorrentes e verifica-se, igualmente, tanto em textos de fundo épico, como os referidos, como acaba por contagiar e dar forma a atitudes e/ou situações que, apesar de dificilmente poderem estar ligadas a qualquer fonte épico-lendária, são descritas pelos cronistas já de acordo com o quadro tópico

---

[222] Caso de D. Urraca, futura mulher de Fernão Gonçalves, como já verificou Ramón Menéndez Pidal (1992), pp. 445-48. Ainda sobre esta questão ver os casos mais violentos apontados anteriormente.

[223] Porém, neste caso, o trecho em questão parece ter constituído um relato independente ao qual se tem dado o nome de "Gesta de Egas Moniz", uma narrativa onde o aio fiel seria o protagonista imprescindível para os sucessos do jovem rei. Sobre este assunto, ver Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd.), pp. CCCLXXXIX-CCCXCI. Também é importante referir aqui o testemunho dos "Livros de Linhagens". Com efeito, enquanto que o LLCDP omite, na história de Afonso Henriques, o episódio de Egas Moniz e apresenta o aio de Afonso Henriques como "Soeiro Meendez" (LLCDP 7B6), a lenda de Egas Moniz já é, no entanto, conhecida no anterior *Livro de Linhagens do Deão*: "E este dom Egas Moniz criou el rei dom Afonso de Portugal, o primeiro que i houve, e fez erguer o emperador que jazia sobre Guimarães com companha a guisa de lealdade. E fez senhor do reino o criado, a pezar de sa madre, a rainha dona Tareja, de cuja parte o reino vinha." ("Livro de Linhagens do Deão", Joseph Piel e José Mattoso (eds.), *Livros Velhos de Linhagens – Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, 9A2). A questão das relações entre os diversos "Livros de Linhagens" é abordada nas "Introduções" das respectivas edições.

preexistente[225]. Vizinho deste, o *topos* do "disfarce" é outra constante, particularmente acentuada na versão da história de Fernão Gonçalves da *Crónica de 1344*[226].

Ainda no relato dos feitos do conde de Castela, o tema da caçada que conduz o herói a um local predestinado, além das múltiplas ocorrências inseridas em relatos assumidamente de ficção, também se verifica posteriormente, numa narrativa referente ao rei Sancho de Navarra[227]. Do mesmo modo, as situações onde o conde é receptáculo de premonições ou quando se estabelece, de alguma outra forma, uma relação privilegiada entre o herói e o mundo divino, estes elementos não são estranhos, seja a estes relatos cronísticos, seja a narrativas hagiográficas[228].

---

[224] PCG: cap. 709, 717 e 720. Acresce ainda outras situações como a cena onde Carlos Magno abandona a corte de Galafre fingindo ir caçar (PCG: II, 342 – cap. 599), o que não se afasta muito do estratagema usado por Afonso VI para sair de Toledo (PCG: II, 515 – cap. 840).

[225] Caso da promessa que Roy Gutierrez é obrigado a fazer segundo a qual deveria voltar à prisão de Fernão Ruiz logo que enterrasse o seu irmão Alvar: "Mas Roy Gutierrez era omne sabidor, et luego que fue en su logar, metio a su hermano Aluar Royç en un ataud et dexol por enterrar, et si Fernand Royç le enuiaua dezir que guardasse ell omenage et se tornasse a la prision como era puesto, enuiaual el dezir que non auie aun enterrado a su hermano Aluar Royç. Et Fferrand Royç, non auiendo carrera por o passar a el nin reptarle por ello, dexolo assi estar." (PCG: II, 674b).

[226] Com efeito, na *Crónica de 1344*, encontram-se quatro situações de disfarce: o escudeiro do conde disfarça-se de romeiro para poder ter acesso a Fernão Gonçalves cercado na eremida (1344b: cap. CCCXLIV); disfarce de Fernão Gonçalves com a roupa do arcebispo morto (1344b: cap. CCCXLVII); disfarce de dona Sancha de romeira para libertar o conde e finalmente o duplo disfarce de Fernão Gonçalves e da mulher que trocam de roupa (ambos na 1344b: cap. CCCLIV). Parece ainda que os dois primeiros casos poderão ser exclusivos da *Crónica de 1344*. O *Poema* não apresenta nenhuma destas cenas e na PCG só surgem os dois últimos disfarces (cap. 718), o mesmo se verificando na Cr20R e na Trad.Gall. Ver ainda o que já foi dito na I Parte, ponto 4., e, particularmente, na nota 190 dessa mesma I Parte.

[227] A narrativa do milagre de Palência é contada na PCG: cap. 799 mas nas Crónicas portuguesas é referida anteriormente, como se pode verificar nos Anexos (1344a: cap. 309; 1344b: cap. CDXXVII). As semelhanças vão ainda mais longe como se pode constatar na tradição segundo a qual o rei D. Sancho de Navarra teria sido criado na montanha por um rico-homem, à semelhança de Fernão Gonçalves, como verificou Alan D. Deyermond, *Epic poetry and the clergy: Studies on the 'Mocedades de Rodrigo'*, London, Tamesis Books, 1968, pp. 83 e sgts. e 96. Sobre esta questão ver ainda o artigo de J. P. Keller, "The hunt and prophecy episode of the *Poema de Fernán González*", *Hispanic Review*, XXIII, 1955, pp. 251-58, onde são apontadas as semelhanças entre esta narrativa e a lenda da vida de Santo Eustáquio bem como os fins propangadísticos que poderão ter estado subjacentes à inserção do trecho.

[228] No caso da história de Fernão Gonçalves é possível referir a profecia de frei Pelaio (Poema: estrs. 238-46, PCG: cap. 690), a visão de frei Pelaio e S. Milham (Poema: estrs. 410-15; PCG: cap. 698), o exército de cruzados celestes (Poema: estrs. 560-3, PCG: cap. 700), a cisão do altar que, em algumas versões, também, por vezes, se estende à própria igreja (Poema: estr. 604; PCG: cap. 709) Para mais exemplos deste tipo de situações, nestas crónicas, ver ainda Isabel de Barros Dias, "Pax, Lux, Lex, Rex", *Die Ritterorden im Mittelalter – Les ordres militaires au Moyen Âge*, Greifswald, Reineke-Verlag, 1996, pp. 31-45.

Este tipo de ligação com o divino tem como consequência o engrandecimento da personagem que se quer veicular como heróica[229]. Fernão Gonçalves e, em menor grau, Afonso Henriques, pelo simples facto de saírem vitoriosos dos combates que empreendem, vão formando ao seu redor a crença numa aura de protecção divina que, mesmo quando não é efectivamente expressa, nunca deixa de estar subjacente. São igualmente *topoi* bem enraizados nas mentalidades a imagem do rei batalhador que defronta e vence vários reis mouros[230] assim como a noção que o combate contra os muçulmanos é uma forma de honrar Deus e a cristandade[231], a defesa de questões de direito[232] ou ainda a capacidade de levar um condado à independência graças ao valor pessoal e ao assentimento divino que, em última análise, justifica, sem apelação, o direito à existência do novo reino.

Em concomitância, verifica-se, particularmente nos relatos sobre o conde de Castela, a apresentação de um conjunto de situações onde exposições retóricas são postas em cena. Nesses momentos, Fernão Gonçalves ou reza ou dirige-se aos seus homens reiterando constantemente uma série de tópicos relativamente usuais como seja o desejo de fama, o pedido de protecção divina ou a confiança nessa mesma protecção[233]. Mas estes elementos são ainda articulados com outros

---

[229] Sobre esta questão ver José Manuel Nieto Soria (1988), que refere como a figura do guerreiro cristão que corre em defesa do cristianismo ou a aura da protecção divina são noções intimamente ligadas à legitimação do poder régio, frequentemente entendido e acentuado como sendo de origem divina (pp. 51-90).

[230] Presente nas narrativas épicas sobre Afonso Henriques mas com mais ocorrências, bem nítidas, em outras épicas como as "Mocidades de Rodrigo" (1344b: III, 298).

[231] Com efeito, esta noção está subjacente à defesa de Afonso Henriques perante a suspeita de ser herege e justifica o facto do rei confiscar os tesouros eclesiásticos que considera necessários à manutenção da guerra contra os muçulmanos (1344b: IV, 227-229). A mesma noção pode ser encontrada em relatos relativos ao Cid (PCG: II, 624b ou 1344b: IV, 157), e nas "Mocidades de Rodrigo", onde também se verifica o seu equacionar com a questão da isenção tributária (1344b: IV, 328-329).

[232] Caso dos problemas que surgem no que respeita ao embate de interesses entre mãe e filho relativamente à questão sobre qual dos dois deverá herdar o território ou, ainda, de questões sobre o direito a "enganar" ou a quebrar um juramento por lealdade extrema ou até que ponto um vassalo poderá ou deverá revoltar-se quando é agredido ou maltratado por aquele que deveria ser o seu senhor o que é uma das questões mais recorrentes da épica medieval (cf. também as canções de gesta francesas, nomeadamente, as do ciclo dos vassalos rebeldes).

[233] Sobre as características genéricas deste tipo de discurso ver Maria Alexandra Rodrigues Gouveia Lopes, *O discurso do chefe militar antes da batalha na cronística medieval portuguesa*, Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas, 1995. Como exemplo de algumas situações de discursos seja em situação de alocução às tropas ou inseridos em conselhos, é possível indicar PCG. I, 47 (cap. 64), 67 (cap.

mais específicos que dirigem logicamente o leitor / ouvinte para uma consciencialização da inevitabilidade da independência de Castela[234].

Fernão Gonçalves é apresentado como um ser extra-ordinário, um enviado, escolhido por Deus, com a missão de cumprir a Sua vontade na Terra, e a quem foi concedido o dom da invencibilidade[235]. Graças a este conjunto de elementos, estabelece-se uma relação directa, de tipo vassálico, entre Fernão Gonçalves e Deus. O conde serve o Senhor e, em compensação, Deus protege-o, agindo por seu intermédio, graças à acentuação de uma colagem segundo a qual os inimigos de Fernão Gonçalves são assumidos como inimigos de Deus:

> Sennor, con grand amor de seruir a ti suffro yo mucha lazeria et dexo mucho uicio et so en muy grand enemizdad con los moros et con los cristianos; ca los reys de Espanna, con miedo de los moros, oluidaron a ti que eres so Sennor, et tornaronse sus uassallos; et yo, quando ui que ellos con miedo de la muerte errauan tan malamientre contra ti et fazien lo peor, nunqua quis su companna nin su amor, et finque yo solo desamparado. Et quando uieron que assi me apartara dellos, fuy de todos mal quisto et desamado; et otrossi quando los moros sopieron que los yo non queria obedecer ayuntaron grandes poderes dallend mar et daquend mar, et felos aqui do uienen sobre mi. Et Sennor, con la tu merced et con la tu ayuda uençi yo otra uez ya a este moro Almançor que aqui uiene agora sobre mi, et crebante tod el so poder et

92), 73 (cap. 98), 75 (cap. 99), 185 (cap. 316), 285 (cap. 516), 286 (cap. 517), 289 (cap. 520), 290 (cap. 521), 319 (cap. 565); II, 392-3 (caps. 688-89), 396-7 (cap. 694), 398 (cap. 696), 401 (cap. 698), 405 (cap. 700), 414 (cap. 712), 419 (cap. 717), 497 (cap. 817), 500 (cap. 821)...

[234] Sobre a questão da legitimação das origens de Castela bem como os processos graças os quais se pode construir antiguidade e raízes para um reino mais recente ver Charles F. Fraker (1996), pp. 40-41. Tanto Fernão Gonçalves como Afonso Henriques se enquadram no modelo dos heróis / antepassados fundadores graças aos quais reinos e/ou famílias procuram integrar prestígio e antiguidade. Outro caso que podemos referir é Hércules, que a *Estoria de Espanna* tenta propor como o herói ancestral de uma Península Ibérica unida. Sobre esta questão ver Isabel de Barros Dias, (1998). Sobre outros heróis fundadores e a construção dos respectivos mitos (propaganda, elaboração de documentos falsos, promoção de dimensões heróica e/ou religiosa...) ver, por exemplo, Laurent Theis, "Dagobert, Saint-Denis et la royauté française au Moyen Age", e Colette Beaune, "Saint Clovis: Histoire, religion royale et sentiment national en France à la fin du Moyen Age" ambos em Bernard Guenée (ed.), *Le métier d'historien au moyen-âge. Études sur l'historiographie médiévale*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1977, respectivamente pp. 19-30 e 139-156 ou ainda Dominique Boutet, *Formes littéraires et conscience historique aux origines de la littérature française (1100-1250)*, Paris, PUF, 1999, pp. 53-74 (cap. III: "l'histoire entre péché et renovatio") e pp. 119-120 (Eneias como herói fundador).

[235] Fernão Gonçalves encontra-se fadado ou predestinado a não ser vencido (Poema: estr. 191, 547, 768; PCG: cap. 716), sendo só preso desarmado, sem combate, à traição (em Navarra – Poema: estr. 595-6; PCG: cap. 709) ou por obediência (em Leão: PCG: 717). Neste aspecto, este herói assemelha-se ao Cid a quem um anjo garante uma vida de sucesso (PCG: cap. 852), que se encontra com S. Lázaro, sob forma de "gafo", nas "Mocidades de Rodrigo" (1344b: cap. CDL) e que tem uma visão de S. Pedro, que lhe garante a vitória póstuma sobre Bucar (PCG: II, 633 – cap. 952). Também o herói épico francês por

> mate y muchos de los moros. Et Sennor, tu lo dexiste por el tu propheta Ysayas que nunqua fallesçries a los tus sieruos; et yo a todos los otros desampare por fazer a ti serviçio; et pidote por merced que aya yo la tu ayuda et que defendas a Castiella, ca toda tierra de Affrica es uenida sobre mi, et que me des seso et esfuerço porque yo pueda uencer al moro Almançor et a todo su poder (PCG: II, 400b)[236]

Ao assumir esta posição de vassalo directo de Deus, Fernão Gonçalves está, implicitamente, a escamotear a sua ligação a um senhor na terra, nomeadamente, ao rei D. Sancho de Leão. Teoricamente, é aos elementos mais altos da hierarquia que cabe o papel de ligação com o divino, sendo o rei, supostamente, o lugar-tenente de Deus na Terra. No entanto, quando estes elementos não assumem devidamente as suas funções reais, tanto guerreiras[237], como religiosas[238], o espaço fica aberto e vazio para o surgimento de uma nova figura real. Os próprios súbditos de D. Sancho verbalizam esse anelo quando são libertados pelo vassalo do seu senhor: "¡Fernan Gonçalez, dexe te Dios reignar!" (Poema: estr. 739). É ainda o incumprimento dos deveres por parte do rei que torna lícito (leia-se "serve de argumento") o abandono do suserano por parte do conde:

---

excelência, Roland, surge no "Romanceiro" como "fadado": "y aun mi brazo derecho, Mahoma, no lo traigo aquí; / cortómelo el encantado, ese Roldán paladín," Paloma Dáz-Mas, *op. cit.*, p. 207.

[236] Ao que a *Crónica de 1344* ainda acrescenta: "E, Sennor, dadme esforço e siso e poder per que eu possa vẽcer e matar os ẽmiigos da tua santa fe!" (1344b: III, 47 – cap. CCCXXXIX)

[237] Este rei precisa da ajuda do vassalo para combater o rei mouro de Córdova (Poema: estrs. 729-31; PCG: cap. 715) cujos soldados só fogem quando sabem que é Fernão Gonçalves que os vem combater, o que evidencia a falta de respeito que têm pelo rei, em contraste com o temor pelo conde. De um modo geral, a imagem que transparece do rei de Leão não é de força, mas de conformismo e de um apaziguador, como se pode ver quando acalma os leoneses que a rainha atiçara contra os castelhanos. Do mesmo modo, quando se coloca a questão do pagamento da dívida, o rei aceita entregar Castela só porque os intermediários decidem que a culpa é sua e por isso, se tentasse combater, Deus não estaria do seu lado na batalha (1344b: cap. CCCLVII), uma cena que nos apresenta o rei não só como conformista mas, sobretudo, como um não-eleito de Deus. Na PCG (cap. 720) não há intermediários religiosos e a violência é muito menor. Ao tomar conhecimento do volume da dívida, o rei limita-se a reunir o seu conselho e decidem aí entregar o condado. O rei aceita sem discutir.

[238] Sobre este ponto cabe relembrar como Fernão Gonçalves conta a Deus que os reis da terra se aliam aos árabes pelo medo que lhes têm (trecho citado acima – PCG: II, 400b) ou como o rei de Navarra aparece indigno e sem ética ao prender o conde. Este rei provoca o desgosto de Deus porque age à traição e combate um local sagrado, sendo ainda acentuado que não entra na eremida onde Fernão Gonçalves se refugiara não por respeito mas porque esta estava fortemente fechada (Poema: estr. 602; PCG: cap. 709; 1344b: cap. CCCXLIV).

> Ca eu, senhor, nõ me vos alcey con a terra, ca per lealdade e per manhas tenhome por cavalleiro comprido. Mas daquy da vossa corte fuy muy deshõrrado dos Leoneses, da outra vez que aco vĩi a vosso mandado; e por esto nõ vĩi aas cortes. Pero ha hy razom que, se me eu alçasse con a terra, nõ farya sem guisa, ca me teendes meu aver forçado, que ouverades a dar bem ha tres annos e nõ mho destes como mho ouverades a dar; ca ben sabedes vos as firmidões que antre mỹ e vos ha feitas, que, nõ mas dando aaquele dya que foy posto, que fossem cada dya dobrados ao gallarim. E vos dademe fiadores que me paguedes este aver, e eu darvos hey fiadores outrossy que vos ẽmende quantas querellas avedes de mỹ, assy como vossa corte mandar. (1344b: III, 92)

Eis o que, posteriormente, fará com que Fernão Gonçalves não fique, efectivamente, com outro senhor na Terra além do representante de Deus:

> Et el conde fallo que mercaua muy bien en aquelle pleytesia, et tomogele de grado, et demas touose por guarido por ello porque ueye que salie de grand premia, et por que non aurie de besar la mano a omne del mundo si non fuesse al Sennor de la Ley; et este es ell apostoligo (PCG: II, 422b)

Estamos pois perante uma história profundamente parcial com vista à promoção de Castela e do seu primeiro conde. Sobram aqui as alusões a Fernão Gonçalves como libertador de uma Castela oprimida[239] e são escamoteadas eventuais falhas, seja de Fernão Gonçalves, seja de outros castelhanos, dadas como ultrapassadas[240].

Se a tradição épica sobre Fernão Gonçalves pode ser usada para criar um passado glorioso para Castela, outras narrativas, igualmente épicas, também são

---

[239] Como por exemplo: "E después quél fue conde, quedaron los rreyes de León de fazer a Castilla los tuertos e los agravios que solían, ca rrefrenólos él," e pouco adiante, numa oração do conde: "Señor, tú me vala e tú me ayuda. Dadme esfuerço e grand poder que yo pueda sacar a Castilla de la premia en que está, e dadme seso e entendimiento cómo lo yo pueda fazer en manera porque tú te tengas de mí seruido, e que cobren los castellanos alguna cosa de lo que perdieron." (Cr20R: 83a).

[240] "El rrey don Rramiro non quiso estonçes menbrarse del mal que le fizieran los rricos omnes de Castilla en alçar conde sin su mandado e demás que lo non podían ellos fazer con derecho por sy se mesmos, ca ninguno non puede ser conde si el rrey non lo faze, e sacó su hueste muy grande e fue ayudar al conde Fernand Gonçales," (Cr20R: 83b). Acresce ainda o facto do processo de afastamento de Castela relativamente a Leão, com a eleição dos juizes, ter tido a sua origem num acto de traição dos mais nefandos, por parte do rei Ordonho II, que, tendo convidado os condes de Castela para um encontro, aproveita a ocasião para os prender e matar (PCG: II, 386 – cap. 676), uma atitude que se repete adiante mas entre mouros (PCG: II, 722 – cap. 1037).

passivas de ser acrescentadas aos relatos historiográficos de forma a contribuir para que um pequeno reino periférico que se tenta inserir na "Autorizada" corrente textual afonsina possa pôr em cena relatos que defendam o seu próprio direito à existência. Os procedimentos usados são exactamente os mesmos que foram postos em prática na criação e inserção dos relatos sobre Fernão Gonçalves. Assim, a *Crónica de 1344* obviamente que não apresenta *verbaliter* os trechos onde Afonso Henriques enfrenta situações mais humilhantes e, pelo outro lado, não é parca a inserir relatos que glorifiquem o primeiro soberano português. É certo que é, efectivamente, possível que, neste caso, os trechos lendários de tom mais acentuadamente pró-português não circulassem na zona de influência castelhano-leonesa, sendo, por isso, dificilmente recolhidos pelos compiladores aí sediados. No entanto, apesar da composição de cada novo texto ser feita graças ao recurso aos materiais disponíveis, nunca deverá ser subvalorizado o papel da escolha e selecção dessas informações pois é aí que cada cronista tem a possibilidade de construir a sua originalidade. A própria *Crónica de 1344* omite algumas tradições relativas a Afonso Henriques que seria muito difícil desconhecer mas que se encontram compreensivelmente ausentes na medida em que iriam denegrir a imagem do primeiro rei de Portugal, seja por darem dele a imagem disfórica de um rei fraco e atemorizado perante uma nobreza poderosa[241], seja por levantarem reticências acerca dos seus actos e direitos relativamente a Portugal[242].

Perante este uso de materiais indiscutivelmente tópicos aliado à diversidade que caracteriza as múltiplas versões apresentadas pelos distintos testemunhos deste complexo lendário, cabe relembrar a questão do uso pragmático das fontes por estas crónicas. Com efeito, tendo em conta os textos aduzidos, é possível corroborar, mais uma vez, a hipótese de que existiria uma

---

[241] Sobre este assunto ver José Mattoso (1992, pp. 37-38). As narrativas onde Afonso Henriques é ridicularizado e maltratado terão a sua origem no âmbito da alta nobreza senhorial nortenha. É muito difícil alegar desconhecimento relativamente a estas histórias porque elas são veiculadas pelos "Livros de Linhagens", inclusivamente pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ou seja do mesmo autor da primeira versão da *Crónica de 1344*.

[242] Cf. trecho citado na nota 223 de esta II Parte. Esta questão já foi apontada por José Mattoso (1985, p.116).

fronteira não só geográfica mas também ideológica entre o ocidente e o centro peninsulares. As crónicas procedentes da zona central tendem a insistir, ou numa narrativa factual e desapaixonada, ou na apresentação de trechos que podem ser encarados como exemplos genéricos de situações de bom ou mau aconselhamento, de embate de direitos sucessórios, de combate glorioso contra os muçulmanos, de um rei voluntarioso que impõe as suas vontades ao clero ou, finalmente, do rei de um país periférico que é vencido e obrigado a reconhecer a sua ousadia para poder ser agraciado com um gesto de tolerância e clemência. Face a estes relatos, as crónicas do ocidente da Península Ibérica apresentam alguns textos ainda relativamente próximos dos das suas congéneres[243] mas também não podemos deixar de verificar a existência de uma tendência pró-portuguesa que se acentua desde a *Traducción Gallega* até aos testemunhos mais desenvolvidos que surgem na *III Crónica Breve* e na segunda redacção da *Crónica de 1344*. Nestes textos, são acrescentadas narrativas e explicações que procuram enaltecer a figura de Afonso Henriques, apresentando-o como um guerreiro valoroso e astuto, protegido por Deus, que leva a melhor, quer do Imperador das Espanhas, quer do clero e, por metonímia, do próprio Papa, fazendo vingar um novo reino livre de submissões ou tributos, leigos ou religiosos "ca eu o gaanhey com esta minha espada" (1344b: IV, 229).

No fundo, a historiografia portuguesa faz com Afonso Henriques o que não teve coragem de levar a cabo com Garcia, o filho mais novo de Fernando I, "Par de Emperador". As narrativas que rodeiam esta personagem são também paradigmáticas na medida em que ilustram, com muita clareza, o modo como os relatos se podem afastar do que teria sido a sequência histórica dos acontecimentos[244] para serem mais ou menos distorcidos e manipulados,

---

[243] Com efeito, os textos apresentados pelo LLCDP e pela IVCr.Br. estão mais próximos do relato da Cr20R do que dos veiculados pela IIICr.Br. e pela 1344b. Saliente-se, no entanto, a origem portuguesa destas lendas que foi atestada, independentemente da sua ocorrência em textos castelhano-leoneses. Sobre este assunto, ver Diego Catalán (1962: p. 269).

[244] No que respeita aos acontecimentos que historicamente se terão verificado e à sua comparação com as diferentes versões cronísticas, ver Ramón Menéndez Pidal (1992) pp. 531-551. Com efeito, Sancho parece ter sido o primeiro agressor, não contra Garcia, mas contra Afonso de Leão, o que, em termos estratégicos e territoriais, parece bastante mais verosímil, uma vez que assim se daria uma conquista sequencial do território (também é esta a ordem apresentada pelo relato do DeRH: VI, xvii). Já Luis G. de Valdeavellano, *op. cit.*, defende que as conquistas de Sancho II se deram de forma menos sequencial (pp.

consoante os interesses políticos subjacentes à elaboração de cada narrativa historiográfica[245].

Com efeito, o período conturbado das guerras fratricidas entre os filhos de Fernando I foi narrado de modo muito distinto, nomeadamente, no que respeita ao ponto de vista adoptado[246]. A cronística em língua vernácula terá construído os seus relatos com base em textos anteriores, em latim e, possivelmente, em cantares de gesta, hoje perdidos, ao primeiro dos quais têm sido dados nomes diversos como "Cantar de Fernando o Magno", "Cantar da Partição do Reino" ou "D. Fernando, Par de Imperador", cujas características têm sido objecto de bastantes conjecturas[247] e ao qual se seguiria o "Cantar de Sancho II". O texto editado como *Primera Crónica General*[248] apresenta uma versão concisa mas não tanto como a que surge na sua fonte principal, a *Historia de Rebus Hispanie* do arcebispo de Toledo. Já os relatos da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica de 1344*[249] são consideravelmente mais desenvolvidos, ao contrário da versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[250], relativamente abreviada.

No que respeita ao início das hostilidades, o relato mais antigo da *Crónica Najerense* aponta o irmão mais velho, Sancho II de Castela, como o responsável.

312-323). Bernard F. Reilly (1988), por seu turno, considera que Sancho terá derrotado primeiro Afonso e só depois atacado Garcia (p. 32). Sobre Garcia e as suas dificuldades em controlar o reino que lhe fora atribuído ver ainda *idem*, *ibidem*, pp. 14-34 (sobre os três reinos, pp. 14-67). Para um percurso pelas diferentes formas como este período de lutas fratricidas é narrado em diferentes crónicas ver D. G. Pattison (1983), pp. 93-114.

[245] Para uma análise pormenorizada dos relatos que rodearam esta figura ver Isabel de Barros Dias, "Os impossíveis grilhões do futuro" (texto disponível em www).

[246] E ainda no que respeita à sua distribuição no *continuum* interno das próprias crónicas, pois as várias versões apresentam, por vezes, reajustamentos cronológicos, deslocando, por isso, alguns dos acontecimentos narrados.

[247] Sobre este assunto consultar Alan Deyermond (1995), pp. 97-99 ou Carlos Alvar e Ángel Gómez Moreno, *op. cit.*, pp. 64-65 que fazem um ponto da situação no que respeita aos vários autores que se debruçaram sobre esta questão e quais as hipóteses que defenderam, nomeadamente, que se trataria de um poema independente; de uma simples introdução histórica, ou de um episódio de enlace entre a "Gesta das Mocidades de Rodrigo" e o "Cantar de Sancho II". Sobre este último, ver Charles F. Fraker (1996), parte 1.

[248] Neste momento, o texto da PCG transcreve a denominada "versão retoricamente amplificada", elaborada em tempos de Sancho IV: Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, p. 329.

[249] Será aqui usado, essencialmente, o texto da segunda redacção. A primeira redacção é, nos seus traços gerais, bastante semelhante, limitando-se, por vezes, a modificar a distribuição da matéria, repartindo-a por um número superior de capítulos. Só por uma vez se verifica a deslocação de um capítulo.

Já o texto da *Primera Crónica General* e o da *Crónica de Veinte Reyes*, atribuem esse papel a Garcia, rei da Galiza e da parte conquistada de Portugal[251]. Esta modificação vai no sentido de preservar um pouco os reis de Castela e Leão relativamente aos reiterados conselhos, ameaças e, finalmente, maldições vociferadas por Fernando I e consequentes juramentos de não-agressão mútua por parte dos filhos[252]. Quando posteriormente há que optar entre Sancho II e Afonso VI, umas crónicas serão mais marcadamente pró-leonesas outras pró-castelhanas[253]. No entanto, é Afonso VI quem, como parte sobrevivente e vitoriosa do conflito, é natural e usualmente apresentado como o mais virtuoso dos três irmãos.

Dada esta tradição de base, os cronistas portugueses depararam com uma matéria problemática a resolver. Com efeito, se, por um lado, Garcia não surge como uma figura simpática, por outro lado, é a primeira personagem da história peninsular que pode ostentar o título de "Rei de Portugal". No entanto, Garcia acaba por ceder à vassalagem quando se vê vencido por D. Sancho (Cr20R: IX, ix), o que obviamente era contrário aos interesses portugueses. Acresce ainda a falta de sintonia que parece ter havido entre o soberano e as elites autóctones. Perante estes antecedentes, e dadas as dificuldades evidentes em proceder à reabilitação do rei Garcia sem desvirtuar completamente as fontes manuseadas, a *Crónica de 1344* opta por uma posição intermédia, atenuando algumas referências menos elogiosas[254]. Acaba por decidir assumir de forma veemente a

---

[250] LLCDP: 21G7. Há no entanto que voltar a salientar que "os principais trechos narrativos do título XXI" são obra do refundidor que retrabalhou este *Livro de Linhagens* entre 1380 e 1383. Sobre este assunto ver "Introd.", pp. 41-42.

[251] Sobre esta questão, ver Ramón Menéndez Pidal (1992). A *Crónica Najerense* parece ter recolhido uma primeira versão jogralesca, do séc. XII, segundo a qual Sancho seria o iniciador das lutas fratricidas, prendendo Garcia não numa guerra mas graças a um estratagema baseado na simulação de uma peregrinação. Posteriormente, já no séc. XIII, os jograis teriam alegadamente construído uma nova versão por sua vez absorvida pelas crónicas em vernáculo.

[252] No que respeita à reprovação das lutas fratricidas ver o que já foi dito nesta II Parte (nomeadamente nos pontos 1.1 e 1.4). Acresce ainda as diversas referências às previsões funestas de Arias Gonzalo (esta "profecia" é explicitada na Cr20R: VIII, cap. XVII).

[253] O que se torna aparente quando se verifica, por exemplo, como algumas crónicas insistem, particularmente, em insinuações contra a idoneidade moral de Afonso VI e da sua irmã Urraca, uma questão que já referimos anteriormente. Sobre o assunto ver Ramón Menéndez Pidal (1992).

[254] Caso da admissão de culpa por parte de Garcia quando se vê atacado pelo irmão Sancho e que a *Crónica de Veinte Reyes* apresenta em termos muito violentos: "Señor Ihesu Christo, miénbrate el pleito

defesa da fama dos portugueses, truncando sistematicamente (com uma única excepção) os passos que os denigrem e que, nos outros textos, preparam a forma inglória como termina o reinado de Garcia[255]. No fundo, o procedimento aqui posto em prática assemelha-se, àquele que se verifica, na *Estoria de Espanna*, quando este texto se esforça por defender os autóctones ibéricos, mesmo quando estes se revoltam contra o poder imperial dos romanos[256].

Já o refundido *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* não parece apresentar qualquer prurido em manipular mais profundamente estas tradições em prol dos seus interesses. Rodrigo Foiaz, é aqui apresentado como um líder autonómico que remonta aos tempos do rei Garcia[257]. Estabelecendo com este rei uma relação de supremacia, de protecção heróica abnegada e mesmo de moralização (nomeadamente no que respeita ao prevalecimento da sua posição de força contra o mau conselheiro de Garcia) em muito semelhante àquela que o Cid mantém com Sancho II e, posteriormente, com Afonso VI, Rodrigo Froiaz é o campeão daqueles a quem o texto chama obstinadamente de "mui boos fidalgos portugueses". À semelhança da *Crónica Najerense*, o *Livro de Linhagens* apresenta uma versão segundo a qual Sancho seria o agressor de um pacífico rei Garcia que se mantém vencedor incontestado até ser derrotado por uma série de infortúnios dos quais o maior é certamente a morte de Rodrigo Froiaz, devida ao excesso combativo do herói. A este factor acresce a fuga de D. Sancho,

---

e la jura que fezimos al rrey don Ferrando, nuestro padre, quel que pasase su mandamiento e fuese contra su hermano que fuese traydor por ello [...] e que oviese la yra de Dios e la suya, e, malos mis pecados, yo fuy el primero que lo pasé," (Cr20R: 183a), um discurso que a PCG apresenta em termos idênticos (PCG: II, 498b). mas que a *Crónica de 1344* tenta atenuar: "– Senhor Jhesu Cristo, nembrete o preyto e juramẽto que fezemos a nosso padre, como quer que eu fuy per minha maldade o primeiro que o britey," (1344b: III, 355).

[255] Este tema ocorre na PCG: caps. 821 e 823; na Cr20R: VIII, cap. XIV e IX, caps. VII e IX. Na 1344b só ocorre no cap. CDLXXXI.

[256] Caso da revolta contra Nero, justificada pelas desmesuras e crueldades deste. Acresce que a resistência de Córdova verificou-se por conselho dos seus sábios (PCG: I, 124 – cap. 173). Ainda sobre o tratamento de excepção dado, na *Estoria de Espanna*, à Península Ibérica, ver Isabel de Barros Dias, "«Romanos, senhores de toda a terra»?", Isabel Allegro de Magalhães, João Barrento, Silvina Rodrigues Lopes e Fernando Cabral Martins (coord.), *Literatura e Pluralidade Cultural. Actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 527-537.

[257] Sobre este assunto, ver Luís Krus (1994a), pp. 281-286.

anteriormente preso[258], e, finalmente, a chegada do Cid e dos seus homens que provocam o reinicio dos confrontos contra um exército português já exausto. Aqui, o tom pró-português é levado consideravelmente mais longe. Garcia é apresentado como um rei que, apesar de, por vezes, se deixar influenciar mal, não é, por isso, pior servido pelos seus vassalos, fiéis e dedicados até às últimas consequências. E se o seu fim se revela trágico, esse facto não foi causado por falta de esforço mas pela confluência de uma série de sucessos infelizes.

Estes vários exemplos dão prova da razoável facilidade com que foi possível à historiografia manipular diversos acontecimentos a fim de os fazer concordar com os interesses mais relevantes de cada momento. A estes procedimentos não será, certamente, estranho o facto de os relatos procederem de fontes épico-romanescas, relativamente às quais se verificava uma certa desconfiança – o que, certamente, seria um incentivo ou, pelo menos, uma facilidade no que respeita a eventuais aproveitamentos menos respeitosos. Concomitantemente, é muito difícil, senão completamente impossível, eliminar a ambiguidade inerente ao texto literário. Mas é também graças ao facto de estes textos não terem uma única e unívoca leitura que se torna mais fácil (e, simultaneamente, mais aliciante) a sua manipulação com vista à tentativa de obtenção de efeitos diversos. Daí que as mesmas imagens e valores possam ser inseridas numa variedade de situações. Com efeito, independentemente destas se alicerçarem em momentos históricos, mais ou menos concretos, a sua narração não deixa de ser transmitida de acordo com os muito batidos *topoi* tradicionais e de forma a apoiar intenções que nem sempre são coincidentes.

As narrativas relativas ao rei Garcia, a Fernão Gonçalves ou a Afonso Henriques são, precisamente, exemplos paradigmáticos da existência de substratos mal camuflados que podem abrir brechas em relatos menos uniformizados ou de serem retomados para usos de sentido oposto. Com efeito, todas estas personagens integram características que as tornam passíveis de serem veiculadas seja como heróis (no caso de Fernão Gonçalves e Afonso

[258] Que aqui foge devido ao descuido dos seus guardas e não graças à intervenção heróica de Álvaro Fernandes Minaia (PCG: cap. 822; Cr20R: IX, viii; 1344b: cap. CDLXXXI) ou, segundo outros relatos,

Henriques) ou vítimas (caso de Garcia) seja como transgressores e/ou traidores e excessivos[259].

O desvio a que os textos procedem com vista à glorificação, sobretudo de Fernão Gonçalves e de Afonso Henriques, não impede, no entanto, que se vislumbre, ocasionalmente, um substrato composto por algumas características, geralmente tidas como negativas. Ambos são, por vezes, excessivamente orgulhosos e irreverentes em relação às leis sociais e religiosas[260]. Este ocasional bordejar do excesso é uma característica épica e consiste numa vertigem permanente na fronteira entre a desmesura e a sensatez (que equilibra *fortitudo et sapientia*). Esta instabilidade está subjacente a atitudes paradoxais como a irreverência e o orgulho que Fernão Gonçalves demonstra perante os reis e mesmo face a Deus, que ousa desafiar quando Este não lhe assiste como desejaria[261], em contraste com a *pietas* com que trata os adversários mortos[262]. No *Poema*, além do excesso no combate com o conde de Toulouse[263], vemos, numa das cenas de indignação dos guerreiros, surgir textualmente o argumento da demasia, do frenesi guerreiro, quando transparece uma alusão ao carácter pretensamente demoníaco do conde: "el semeja a Satan e nos a sus criados" (Poema: estr. 340) e quando um vassalo o avisa contra a possibilidade de errar por excesso (Poema: estrs. 344-50). No entanto, esta imagem (ausente da *Crónica de 1344*, mas presente na PCG) é logo ultrapassada pela reiteração das grandes

---

do próprio Cid (PCG: cap. 822).

[259] O mesmo se verifica na história de Bamba, de cujos guerreiros é dito que pareciam mais diabos que homens quando atacavam – 1344b: II, 245 – cap. CLXII.

[260] Sobre este assunto ver, por exemplo, Georges Dumézil, *Mythes et dieux des Indo-européens*, Paris, Flammarion, 1992 que refere o excesso que caracterizava alguns reis de Roma segundo os seus primeiros historiadores mas cujo carácter é posteriormente retocado devido a modificações de interesses (p. 223).

[261] Fernão Gonçalves discute com Deus o serviço que Ele lhe presta quando é preso em Navarra (Poema: estrs. 606-8; PCG: cap. 709) e, de forma mais ténue, no fim do segundo combate com Almançor (Poema: 552-59, PCG: cap.700).

[262] Veja-se o respeito pelos inimigos (cristãos) mortos, como o rei navarro (Poema: estr. 332, PCG: cap. 694) e, sobretudo, como honra o corpo do conde de Toulouse (Poema: estrs. 379-85, PCG: cap. 696). Neste ponto, o herói castelhano assemelha-se a outras figuras grandes da história universal, sendo possível salientar o exemplo de Alexandre Magno que, na *General Estoria*, também presta homenagem e se emociona perante o corpo do inimigo morto (GE: IV, Alex, 139).

[263] Caso do duelo com o conde de Toulouse, onde é dito no *Poema*: "El conde don Fernando, omne sin crueldat, / olvido con la ira mesura e bondat: / fue ferir al buen conde d'ira e voluntat, / non dudo de ferir lo sin nulla piedat. " (estr. 375). Esta violência encontra-se bastante atenuada nas crónicas, como se pode verificar na PCG: cap. 696.

qualidades do conde, que o reconduzem de novo à sobriedade da *fortitudo et sapientia* (Poema: estr. 351).

Também Afonso Henriques desafia a dignidade e o poder eclesiásticos na cena do "bispo negro", combate e prende a própria mãe e pode ser considerado um rebelde relativamente a Afonso VII. No entanto, exceptuando a concretização da maldição materna[264], o rei português sai, não só incólume, mas mesmo vitorioso dos excessos que pratica.

Assim, nestes casos, o que em outras circunstâncias poderia ser tido como característica determinantemente negativa[265], é aqui sublimado de forma a tomar as dimensões exactamente opostas. Graças às suas vitórias, estes heróis fundadores, à semelhança da maioria dos seus congéneres, são, simultaneamente, "culpados e predestinados"[266], mas, uma vez assumidos como figuras que se situam acima das leis humanas, vêem estabelecida, não só a sua própria legitimidade, como a dos seus territórios, ambos sancionados pela vontade de Deus.

Se em algumas situações, como vimos, a historiografia em vernáculo vai conseguir absorver e, até certo ponto, tentar dominar este excesso, a fim de criar normas de conduta que beneficiem e satisfaçam os ideais e as necessidades da sociedade de então, outras situações há onde o que poderia ser encarado como

---

[264] "– Meu filho dom Affomso, prendestesme em ferros e desherdastesme da honrra que me leixou meu padre e quitastesme de meu marido. E eu rogo a Deus que vós sejaaes preso como eu som e, por que metestes ferros em minhas pernas, ferros quebrantẽ as vossas." (1344b: IV, 218). Esta maldição, segundo as crónicas, vai concretizar-se no desastre de Badajoz, o qual fica assim, de certo modo, justificado: "E entom foy comprida a maldiçõ que lhe lançou sua madre quando lhe disse que ferros lhe quebrassem as pernas e preso fosse como ella era." (1344b: IV, 236). Esta associação de causa-efeito serve ainda para aproximar os acontecimentos do início e do fim do reinado, abraçando os sucessos mais ou menos díspares integrados pelo meio.

[265] Ainda sobre estes assuntos, é interessante constatar como, na *General Estoria*, o desassossego (tremores e incapacidade de estar quieto num lugar, o que, no fundo, equivale a um exílio eterno) são marcas que caracterizam Caim (GE: I, 11) e também Cam (GE: I, 60).

[266] Sobre esta questão ver Laurence Mathey-Maille, "Mythe Troyen et Histoire Romaine: de Geoffroy de Monmouth au *Brut* de Wace", Emmanuèle Baumgartner e Laurence Harf-Lancner (eds.), *Entre Fiction et Histoire – Troie et Rome au Moyen Âge*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1997, pp. 113-125 (p. 115). São ainda aqui referidos dois planos que caracterizam o mito troiano e que consistem nos aspectos guerreiro e civilizador (fundação e fortificação de cidades, intervenção ao nível da legislação e da língua), elementos habitualmente usados com vista ao acréscimo do prestígio nacional, dada a sua dimensão de "missão" que garante ou, pelo menos, faz adivinhar um futuro de excepção – no fundo características que não deixam de também marcar, com maior ou menor intensidade, os múltiplos heróis fundadores que, desde Hércules, surgem ao longo desta historiografia.

negativo passa a ultra-positivo. A partir dos traços característicos das figuras épicas (da sua força e tenacidade inabaláveis, da sua capacidade combativa que os impulsiona sem descanso, frequentemente, até ao frenesi e/ou ao destino trágico que muitas vezes os acompanha)[267], graças a uma série de estratégias retóricas, estas figuras de heróis fundadores acabam por ultrapassar o fado que os poderia levar a soçobrar, para se elevarem a um excesso superior, porque entendido como desejado, ou, pelo menos, aceite por Deus, justificando, assim, tanto as suas atitudes, como a legitimidade da independência dos seus territórios. Explica-se, também, deste modo, a ambiguidade subjacente à sua desadequação e a ansiedade relativamente ao Mundo em que vivem, como se encontra patente, sobretudo no movimento frenético, na energia estranha que, por vezes, parece dominar Fernão Gonçalves. Apesar de ser entendida como demasiada e demoníaca para os seus homens, simples mortais (logo, em termos relativos), e, paradoxalmente, como débil e lenta para a divindade (logo, em termos absolutos)[268], a ausência de paragens na actividade combativa do conde consiste, no fundo, numa corrida contra a morte e contra o esquecimento[269]. Fernão Gonçalves corre sem perda de tempo para aumentar o espaço conquistado e conseguir um lugar na memória, a única e mais perene forma de ultrapassar o esmagamento pela temporalidade e consequente desaparecimento da memória[270]. Este parece ser o destino, simultaneamente benção e praga, do herói épico, desde a Antiguidade: revelando-se superior aos homens comuns, no entanto, ainda fica

[267] Sobre este assunto ver Micheline de Combarieu du Grès, *op. cit.*.

[268] Como se pode verificar pelos incentivos do monge Pelaio e de S. Milham para que o conde se apresse a ir combater os infiéis (Poema: estr. 410 e 417, PCG: cap. 698).

[269] Como se encontra patente em diversos dos seus discursos: para Fernão Gonçalves, dado que a morte é inevitável, há que obter fama para estar à altura dos antepassados e ser digno da memória dos descendentes (Poema: estrs. 209-24, 352-60 ou PCG: cap. 689), um ponto onde voltamos a reencontrar a questão da exemplaridade nas suas duas vertentes: seguir os exemplos antigos e deixar tantos ou mais para o futuro.

[270] Curioso será aqui referir como um dos traços que perdurou do conde de Castela foi precisamente a sua combatividade imparável na construção da fama guerreira, como se pode verificar nos exemplos relatados por D. Juan Manuel, "El conde Lucanor", José Manuel Cacho Blecua (ed.), *Obras Completas II*, Madrid, Gredos, 1983, exemplo XVI (pp. 132-33) e XXXVII (pp. 305-6).

aquém do divino, permanecendo na indecisão que provoca a tensão da sua vivência[271].

1.5. Traições por lealdade extrema

As fronteiras entre traição e lealdade podem, pois, revelar-se de sobremaneira ténues. Além dos casos protagonizados pelos heróis fundadores, é possível isolar múltiplas outras situações que tornam patente a fragilidade da divisão que separa estas duas características à partida tão díspares (opostas mesmo). Paralelamente, é importante verificar como esta distinção se encontra dependente do ponto de vista de quem a observa e da complexidade das relações e dos interesses que se vão jogando nos diversos representantes desta historiografia.

Um dos casos mais flagrantes deste tipo de situação pode ser exemplificado pelo "engano" perpetrado por Egas Moniz, contra o Imperador Afonso VII, a fim de salvar o seu "criado" Afonso Henriques[272]. Estando o príncipe cercado em Guimarães pelo primo que reclama ser reconhecido como suserano por Afonso Henriques, Egas Moniz intervém a fim de impedir que o seu "criado" venha a sofrer um fim trágico. Graças à eloquência dos seus argumentos[273], o aio consegue convencer o imperador a abandonar o cerco, tendo, no entanto, para isso, que empenhar a sua palavra.

---

[271] No que respeita a estas questões cabe aqui relembrar a noção de "*Aevum*", caracterizada por Ernst H. Kantorowicz, *op.cit*, pp. 84 ou 279-81. Entre a dualidade *Tempus* e *Aeternitas*, o *Aevum* é uma categoria temporal associada ao que se mantém entre Deus e os Homens, aplicando-se ao estatuto independente dos Anjos, das Ideias ou dos Protótipos. Cabe pois perguntar até que ponto é que estes heróis que, apesar de transgressores, se revelam capazes de ultrapassar o que, para outros, seria uma falta e se assumem como figuras exemplares, não poderão, de certa forma, também integrar esta temporalidade "outra".

[272] Sobre as versões e os estudos realizados sobre a denominada "Gesta de Egas Moniz" ver as notas 195 e 223, ambas de esta II Parte. Para uma análise mais detalhada desta situação ver Isabel de Barros Dias, (1999b) onde são apresentados alguns dos pontos aqui também focados.

[273] "- Senhor, vós nõ fezestes cordura de viir aco, ca, se vos alguẽ disse que ligeiramẽte poderiades tomar esta villa, nõ vos disse verdade, ca çerto seede que ella sta açalmada do que há mester pera dez anos. E bem sabees vós que jaz hi o principe vosso primo, que he muy bõo fidalgo, cõ muytas cõpanhas e muy bem guisadas pera guerra, por a qual razõ non poderees fazer o que querees. E, em stando aquy, poderees receber dampno dos mouros em vossa terra. E, quanto he por o facto da reỹa sua madre, nõ o devees culpar, ca elle fez o que devya, ca ella o quisera matar ou deserdar da terra que seu padre gaanhou aos mouros e que el rey dom Affomso, vosso avoo e seu, lhe leixou. Mas, quanto he do que dizees que he razõ de vos conhecer senhorio e hir a vossas cortes, e eu assy o tenho que he bem, mas vós nõ o devees

Se, por um lado, o juramento constituiu um estratagema para salvar o seu senhor, o que é louvável, por outro lado, Egas Moniz também engana aquele de quem Afonso Henriques, efectivamente, devia ser vassalo. Com efeito, quando o rei Afonso VI dera à sua filha Teresa o condado Portucalense, fizera-o com a imposição de deveres de vassalagem extensivos à sua descendência, como se encontra relatado na própria *Crónica de 1344*:

> Outrossi ao conde dom Ãrrique – que era casado cõ dona Tareyja – deulhe el rey dõ Affomso Coymbra cõ toda a terra que elle avya ẽ Portugal ataa o castello de Lobeira, que he aalẽ de Ponte Vedra hũa legoa, e fezelhe, de todo, condado. E deulho cõ esta condiçon que, quando a elle comprisse serviço, que lho vehesse fazer cõ trezẽtos cavalleiros que entõ avya no condado de Portugal; e que fosse aas suas cortes cada que elle mandasse chamar e, se allo nõ podesse hyr por embargo d'algũa door, que entõ lhe ẽvyasse os cavalleiros e algũu homẽ bõo, dos melhores que ouvesse, por caudel; e que ficasse obrigado pera sempre, qualquer que fosse senhor do dicto condado de Portugal, a fazer este trebuto a todollos reis de Castella e de os servyr em algũas cõquistas, se as fezessem aos mouros. (1344b: IV, 4)

Daqui pode concluir-se que, no fundo, o Imperador não estava senão a reclamar o que lhe era devido. Por esta ordem de ideias, Afonso Henriques é um vassalo rebelde e Egas Moniz o seu instigador. Apesar de um vassalo não dever, necessariamente, fidelidade ao senhor do seu senhor[274], o aio é, no entanto, responsável pela palavra que empenhou. Por isso, uma vez resolvida a situação de perigo, para se libertar do falso juramento, Egas Moniz procederá a um já conhecido ritual de humilhação e submissão:

> Ante tomou seus filhos e sua molher cõ todas as cousas que lhe compriam e foisse pera Toledo [...]. E, ante que chegasse ao paaço em que stava o emperador, decerom das bestas e desvestironsse de todos os panos senõ do linho e descalçarõsse senõ tã soomente a dona que levava hũu pellote muy ligeiro e poserom senhos baraços nas gargantas e assy entrarõ per o

---

culpar ca os seus mesteres forom tantos que nõ pode al fazer. Mas, se vós ho quiserdes segurar e alçarvos daquy e hirvos pera vossa terra, eu vos farey que hũu dia qual vós quiserdes que vaa a vossas cortes onde vós divisardes. E desto vos farey menagem." (1344b: IV, 219-220).

[274] Como decorre, de forma evidente, da argumentação de Fernão Gonçalves, referida em maior pormenor adiante neste ponto.

paaço de Galiana honde stava o emperador cõ muytos nobres fidalgos. E, quando forom ante elle, poseronse todos ẽgiolhos. E entom disse dõ Egas Muniz:

- Senhor, stando vós ẽ Guymarãaes sobre o principe dõ Affonso, vosso primo, vos fiz menagem, como vós sabees, e esto fiz eu por que o seu feito stava aaquela sazon em grande perigoo, ca nõ avya mãtiimento senõ pera poucos dias em tal guisa que o poderees tomar muy ligeiramẽte. E eu, porque o criey des sua nacença, quando o vy ẽ tal pressa, tyve por bem de viir a vós, sem sabendo elle parte. E entom devisou perante todos o fecto como passara e disse:

- Senhor, aquestas mãaos cõ que vos fiz a menagẽ, eylas aquy, e a lingoa cõ que vollo disse otrossy. E mais tragovos aquesta minha molher e estes meus filhos. De todo podees tomar ẽmenda qual for vossa mercee. (1344b: IV, 222-223).

Após um primeiro momento de cólera, o Imperador acaba por perdoar e mesmo elogiar Egas Moniz. Para este desfecho concorrem os conselhos dos nobres que lembram ao soberano que "se elle fora enganado, que o nõ fora se nõ per si meesmo" (1344b: IV, 223).

Este expediente encontra o seu paralelo mais próximo no pedido de desculpas de Pero Ansures a Afonso I de Aragão[275]. Na sequência de uma série de incidentes, este conde, amo da "endiabrada" dona Urraca, vê-se preso entre dois laços de fidelidade. Obrigado a escolher, Pero Ançores decide a favor da rainha que educara, apesar do mal que ela antes lhe fizera e das graças que recebera do rei de Aragão. Sente-se, então, no dever de ir falar com o rei, protagonizando uma cena em tudo semelhante à de Egas Moniz. O conde Pero Ançores dirige-se a Afonso I montado num cavalo branco e com uma corda ao pescoço, ou na mão, segundo as variantes. Explica-lhe que entregou à rainha Urraca a terra pela qual lhe tinha, também, prestado vassalagem a ele, mas põe-lhe à disposição o corpo, as mãos e a cabeça com que tinha jurado. A reacção do rei é idêntica: exalta-se mas os seus vassalos lembram-lhe que o conde procedera lealmente relativamente a ambos e o rei muda de opinião:

---

[275] PCG: II, 646; 1344b: IV, 200-201. Nas continuações da *Crónica de 1344* encontra-se ainda outra cena de pedido de desculpas em tudo idêntica à de Egas Moniz (excepto no que respeita às personagens pois aqui refere-se a um filho que pede o perdão do seu pai) – trata-se de mais um expediente com evidentes intenções dramáticas (1344b: IV, 513).

> Et fue este fecho muy loado de todos a don Per Assurez, et diol el rey don Alffonsso sus donas, et onrrol mucho, et enuiol muy onrradamientre et sin danno. (PCG: II, 646b)

Estes passos podem ser encarados como variantes da situação tópica que consiste na expressão da grande lealdade que diversos aios revelam na protecção das crianças que lhes foram confiadas[276]. No entanto, é mais complexa que a grande maioria dessas situações. Acresce ainda o facto de se verificarem casos semelhantes, fora do âmbito da relação aio-criado, como se verifica na história de Fernão Gonçalves, quando o conde é preso pela segunda vez e, pela segunda vez, libertado pela sua mulher, D. Sancha, com quem troca de lugar. A condessa, que fica na prisão, conta ao rei de Leão como procedera e, depois de um interessante diálogo, onde D. Sancha não deixa o rei esquecer os riscos em que incorreria se se deixasse levar por uma reacção demasiado violenta, este vê-se obrigado a reconhecer que a condessa fizera toda a sua obrigação e a honrá-la em conformidade[277].

Estes três soberanos vêem-se assim constrangidos pela astúcia dos seus interlocutores a homenagear a fidelidade de quem age contra os seus próprios interesses. Isto verifica-se porque os reis ficam presos dos valores que habitualmente exaltam a seu próprio favor. A teoria pode, pois, tornar-se incómoda quando confrontada com casos práticos mais problemáticos. Com efeito, é a fidelidade vassálica que neste período sustém qualquer soberano no seu trono. Por isso, mesmo no caso de se encontrar perante um caso de fidelidade a outrem que, por sinal, até é seu inimigo, um rei não se pode deixar levar a

---

[276] Caso de Munho Salido que não hesita em sacrificar-se ao lado dos sete infantes de Lara mesmo depois de estes terem desprezado os seus conselhos (PCG: II, 436a-441a; 1344b: III, 130-142). Caso, também, do aio do rei Garcia de Navarra (que se entrega ao seu fim em batalha para não assistir à morte do seu senhor e criado que, contra os seus conselhos, decidira empreender uma batalha suicida – PCG: II, 485a; 1344b: III, 309-310) ou do do rei Afonso VI (o conde Garcia de Cabra não hesita, igualmente, em sacrificar-se numa batalha para proteger o seu "criado" – PCG: II, 554b-555a; 1344b: IV, 35). Alvito, amo de Munho Fernando, filho do rei Garcia de Navarra, por seu turno, incita o seu "criado" a vingar-se de Sancho II (Cr20R: VIII, xvi; 1344b: III, 343-344). Arias Gonçalo, aio de Urraca de Zamora, também não se poupa na ajuda e protecção da sua "criada" (PCG: II, 505 e sgts.; 1344b: III, 336, 342, 375 sgts.). Sobre a figura do aio e o seu papel nestas crónicas ver ainda Isabel de Barros Dias, "On royal Infallibility", *Portuguese Studies*, 15, 1999, pp. 42-51, Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol I (Introd.), pp. CCCLXXXIX-CCCXCI ou José Mattoso (1985: "João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz", pp. 409-435).

[277] PCG: II, 421b; 1344b: III, 95-96.

ponto de criar um mártir da fidelidade e, consequentemente, agir contra os valores sobre os quais repousa a sua própria dignidade. Assim, se alguém é suficientemente corajoso para se apresentar perante o soberano cujos interesses lesou, esse monarca não pode passar sem dar provas de generosidade, quanto mais não seja, a bem da ordem e dos valores estabelecidos.

A complexidade ideológica destas narrativas faz com que a sua utilização, nesta historiografia, assuma um carácter equívoco, uma vez que os textos poderão ser lidos tanto ao nível da sujeição extrema e da defesa incondicional da monarquia, como ao nível da possibilidade de fazer face ao poder, obrigando-o a ceder perante actos que lhes foram contrários.

Assim, um vassalo poderá, deverá mesmo, teoricamente, fazer qualquer coisa para ajudar o seu senhor (mesmo quando este é um rebelde), pois existem valores superiores (caso da lealdade vassálica) que se situariam acima do bem e do mal, razão pela qual um vassalo que comete uma falta para salvar o seu senhor se encontra plenamente justificado. Torna-se objecto de elogios e passa a campeão de fidelidade, no paradigma dos exemplos positivos, das figuras dignas de serem imitadas.

Ainda no que respeita a este ponto, cabe relembrar a argumentação de Fernão Gonçalves a este respeito quando se dirige aos seus homens, em vésperas do seu segundo aprisionamento. O conde tentara, por todos os meios, subtrair-se à vassalagem devida ao rei de Leão. Quando se vê obrigado a apresentar-se na corte, sob pena de ver a sua lealdade posta em causa, reúne os seus homens para lhes explicar a situação. Como em todo o processo de cisão entre Fernão Gonçalves e o rei de Leão, também nesta situação predominam os raciocínios de aparência absolutamente lógica e bastante subtis. Em traços gerais, o conde conta aos seus homens que o rei D. Sancho lhe mandara entregar a terra e explica que deve obedecer porque senão seria traidor e isso mancharia a sua honra, podendo ser desafiado, com razão, preferindo, por isso, ser preso a agir mal. Mas, como é tão errado perderem aquilo por que lutaram e sofreram tanto, apela aos homens que, como seus vassalos, caso ele seja preso, o procurem libertar pois é essa a sua obrigação:

> Et amigos, sobre todo a mester que guardedes lealdad, ca maguer que muere la carne, la maldad que omne faze nunqua muere, et fincan dell sus parientes con muy mal heredamiento. Assaz uos e mostrado carreras por o seades buenos et uos guardedes de caer en yerro, ca bien se que ante de pocos dias seredes en tal cueyta que auredes mester seso et esfuerço. Et uos todos sabedes que el rey me quiere muy grand mal, et cierto so que non podre escapar que non sea preso o maltrecho, et alli uere yo como me acorredes o que conseio auredes pora sacarme ende. (PCG: II, 419b)

Estamos pois perante um discurso muito astuto que joga com os deveres da vassalagem, assumindo que os guerreiros, sendo homens do conde, já o não são do rei, podendo agir contra os seus interesses. São assim afirmados dois princípios complementares, segundo os quais,

1) os vassalos não devem lealdade ao senhor do seu senhor
2) o dever dos vassalos consiste, acima de tudo, na defesa do seu senhor.

Fernão Gonçalves, apesar de estar, de facto, a apelar aos seus vassalos contra Leão, fá-lo com um discurso retoricamente hábil onde procura manter intacta a sua imagem de súbdito fiel. O discurso encontra-se suficientemente bem construído para libertar Fernão Gonçalves de qualquer culpa em caso de ataque contra o rei, quando, na verdade, este caso é bastante discutível dado que toda a iniciativa parte do vassalo directo pois é ele que incita os castelhanos contra o seu próprio suserano[278].

---

[278] Sobre este assunto é interessante verificar igualmente as possibilidades de argumentação teórica e consequente maior ou menor flexibilidade na condenação de atitudes deste tipo. Sobre este assunto, S. H. Cuttler, *op. cit.*, refere: "The first French jurist to take up the interrelated notions of obedience, sovereignty and war was Jean de Blanot, who was almost certainly at one time a *magister* in the legal *studium* at Bologna. [...] Then he posed an hypothetical problem: a baron rebels against the king, enjoining his vassals to come to his aid by virtue of their oath of fidelity to him. Are they obliged to obey him? At first Blanot suggested that it would seem so because, as he argued, it would indeed be a serious offence to break one's oath, especially one that had not excluded the king. But Blanot was only playing the devil's advocate here. A baron who rebelled against the king, he stated, would be guilty of treason under the *lex Julia maiestatis* 'because he is deemed to have plotted the death of a magistrate of the Roman people, or more correctly, because he is deemed to have acted directly against the *princeps*, for the king of France is a *princeps* in his own kingdom, since he does not recognize a superior in temporal matters'. Clearly, as far as Jean de Blanot was concerned the king of France was wholly independent *de iure* as well as *de facto*; and, as the equal of a *princeps*, he ruled not as *primus inter pares* but as a sovereign over subjects. With this status of sovereign came the attributes of the Roman emperor, among which was *maiestas*. Since the hypothetical baron had no right to levy war, his action would be lese-magesty, and his vassals would naturaly in this case be absolved from their oaths of allegiance.

Verificamos, ainda, que os princípios enunciados por Fernão Gonçalves também corroboram a validade da atitude de Egas Moniz, pelo que o seu "engano" e o juramento falso podem, de acordo com os princípios teóricos acima enunciados, ser considerados como atitudes absolutamente lícitas no seio da mentalidade e das formas feudais de actuação.

A outra face do carácter equívoco dos textos referidos consiste no facto de estas construções também carregarem em si o germe da sua própria contradição. Com efeito, as estratégias retóricas utilizadas pelos cronistas não foram suficientes para apagar o carácter dúbio destes episódios que, numa primeira fase, não seriam, talvez, senão relatos romanescos ou épicos que cantavam os feitos de alguns vassalos rebeldes ou, como no caso de Egas Moniz, de um vassalo sem o qual o suserano estaria perdido[279].

É ainda importante salientar que este tipo de cenas assume uma maior representatividade nos textos menos antigos, o que pode corroborar a hipótese, já referida, segundo a qual esta historiografia, de acordo com as modificações contextuais subjacentes (ideológicas, sociais e políticas), foi absorvendo elementos que antes teriam sido considerados inconvenientes e, por isso, abandonados. Do mesmo modo, e como já foi apontado, à medida que os textos vão assumindo uma postura mais acentuadamente pró-nobiliárquica, o que se verifica, tanto em Castela[280], como em Portugal, com o conde de Barcelos, vai aumentando o espaço dedicado a figuras menores (entenda-se aqui "menores" como "de estatuto inferior ao de rei"). Em articulação com este facto, verificamos que a aceitação e/ou desenvolvimento de situações como as que agora

---

This passage from the *Commentaria* is in stark contrast to the discussion of the same problem in the *Etablissements de Saint Louis*. There it was stated that the baron's liege men must first seek an audience with the king in order to find out whether or not there had been a *déni de justice*. If there had been, they could then join their lord; but if not, they must abstain from all hostile activity." (pp. 10-11).

[279] No caso da "Lenda de Egas Moniz" e independentemente do traço que, na *Crónica de 1344*, se evidencia como o mais marcante ser a apologia de uma submissão extrema e sem condições, também haverá que apontar a existência de eventuais intenções particulares e familiares que poderão ter estado na origem da primeira elaboração de um texto épico que sublimaria a coragem e a devoção de este vassalo. Para um estudo mais aprofundado de estas questões ver José Mattoso (1985: "João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz", pp. 409-435). Também não será aqui extemporâneo aproximar estes diversos extractos dos já observados relativamente às lendas acerca do Cid.

[280] Sobre este assunto ver, por exemplo, Inés Fernández-Ordóñez (1993-94).

consideramos, dependerá, de sobremaneira, da maior ou menor consciência da necessidade e da importância do apoio dos soberanos pelos seus vassalos.

Esta questão também se torna pertinente quando consideramos os trechos que apresentam alguns nobres a intervir junto do seu rei para impedir o exílio de um vassalo valoroso (como no caso dos exílios do Cid, já referidos). A par, podemos ainda recordar os passos que retratam o procedimento, já apontado, das ocasionais reincorporações de guerreiros anteriormente exilados, a fim de estes não servirem de ajuda e/ou apoio a eventuais incursões muçulmanas.

O paroxismo de estas situações é atingido quando os vassalos agem contra o próprio rei, justificando as suas atitudes com o argumento da lealdade – agora já não relativamente ao soberano, mas com respeito ao reino que lhe é anteposto. A questão surge, na *Crónica de 1344*, quando os vassalos de Afonso VIII matam a judia de Toledo que "encantara" o rei e que, segundo os súbditos, prejudicava o governo do reino. A atitude dos vassalos é ainda sancionada por Deus:

> Despois que el rey dom Afonso foy casado como ja ouvistes, esteve en Burgos quanto tempo lhe prouve e despois foisse pera Tolledo con sua molher. E, estando hy, vyo hũa judya que era mui fremosa e pagousse tanto della que leixou a raynha, sua molher, e ẽçarrousse cõ a judya hũu grande tempo, en tal guisa que o non podyam della partir nem se pagava tãto doutra cousa como della. E, segundo conta o arcebispo dom Rodrigo, esteve ençarrado con ella sete meses, assi que se non nembrava de sy nem de seu reyno nem de outra cousa. E dizem algũus que este tam grande amor que elle avya a esta judya que non era se non por feitiços que lhe ela sabya fazer.
>
> Mas os condes e cavaleiros e ricos homeens, veendo como o reyno estava en grande perigoo por esta razom, ouveron seu acordo como posessem em recado este feito tam maao e assy sem cõciencia. E o acordo foy que a matassen. E com esta entençõ entraron onde el rey estava, fazendo finta que lhe queriam falar. E, despois que todos foron ante el rey, entretanto que hũus falavõ con elle, os outros entraron onde estava aquela judya e acharõna seer en muy nobres estrados e degolaron ella e quantos con elle estavam. E desy foronse logo.
>
> E, quando el rey esto soube, foy tam coitado que non sabia que fazer, ca tanto a amava que se queria perder por ella. Entõ o tomarõ algũus de seus vassalos e levarõno fora de Tolledo a hũu lugar que chamã Yliescus que son seis legoas da cidade.
>
> E, el rey estando hy e jazendo hũa noite cuydando en feito daquela maldita judia, apareceulhe hũu angio que lhe disse:

– E como, Afonso, ainda estás cuidando no mal que has feito, do qual Deus recebeu gram desserviço? Mal fazes, ca sabe por certo que caramente o demandará a ty e ao teu reyno.

E el rey lhe preguntou quẽ era. E elle lhe disse que era angio de Deus que era envyado a elle con aquella messagen. El rey, quando esto ouvyio, pos os geolhos en terra e pediolhe mercee que rogasse a Deus por elle. E o angio lhe disse:

– Sey certo que tam gram sanha ha Deus de ty por este pecado que to demandará e ao teu reyno por que o consentyo. E, por este pecado que tu fezeste, non fincará de ty filho que reyne no logar que tu reynas, mas ficará do linhagen de tua filha. E, daquy adeante, partete de mal obrar e non faças cousas por que Nosso Senhor tome de ty mayor sanha. (1344b: IV, 281-83)

Ainda mais drástica é a situação enfrentada pelo rei Garcia de Portugal:

Et auie estonces el rey don Garcia un consegero por quien se guyaua et con quien partie todos sus fechos et sus poridades, et este consegero era contrallo a todos los omnes buenos de la tierra, et contrallauales todo lo que ellos querien. Los ricos omnes ueyendo el grand danno que les uinie por el conseio daquel omne, rogaron al rey et pidieronle mercet quel quitasse de si. El rey non los quiso oyir nin fazer ninguna cosa de quanto ellos demandauan. Et quando ellos uieron el mal et el danno en que por el cayen, matarongele delante. El rey fue muy sannudo por ello et ouo ende muy grand pesar et touosse por muy desonrrado porque gele assi mataran delant, et fue muy irado contra ellos, et acalonnogelo mucho, et apremiolos en sus fechos muy mas afincadamientre que non fazie antes et menazolos que nunca aurien su graçia nin su amor. Et ellos temiendo las sus menazas et las desorras que les fazie, quitauanse del unos a unos, et yuansele. (PCG: II, 499a-b)

Este sucesso é contado uma única vez na PCG, sendo aqui enquadrável, seja no âmbito da crítica de que, tanto Garcia, como os seus súbditos são alvo, seja no contexto da necessidade de harmonia entre soberano e vassalos para que não se verifiquem cisões. Já a *Crónica de 1344* duplica o acontecimento[281] e parece usá-

[281] É curioso verificar que a 1344b duplica esta situação. Este facto deve-se, talvez, a descuido pois esta crónica refere o acontecimento primeiro no local onde a tradição da PCG, da *Crónica de Castilla* e da *Traducción Gallega* o apresentam e depois repete-o, de acordo com a versão da Cr20R (que frequentemente redistribui a cronologia dos acontecimentos), o que provavelmente se deverá a uma duplicidade de fontes. Mais curioso ainda é notar que, ao apresentar a reiteração no local onde a Cr20R apresenta o acontecimento, a 1344b está a contrariar a 1344a que também reitera o facto, fazendo-o no

lo, também, como elemento de acentuação da falta de sintonia que parece ter havido entre o soberano e as elites autóctones. Sempre que se relatam embates entre estas duas forças, o texto português procura desculpar o grupo dos magnates, sendo vincadas as suas eventuais razões, nomeadamente, neste caso, quando não hesitam em matar, na presença do rei, o conselheiro que supostamente teria sobre Garcia uma influência "nefasta", o que aqui é entendido como "contrária aos interesses dos grandes do reino". As posteriores retaliações de Garcia sobre os seus nobres vão, por sua vez, e de certa forma, justificar o abandono do rei por parte dos súbditos.

O entendimento de esta narrativa como um aviso genérico contra uma forma de governar baseada na prepotência e na contradição dos súbditos também encontra paralelos em trechos da *Estoria de Espanna*. Tanto no período romano[282], como no domínio godo[283] são relatados casos de revoltas e assassinatos provocados pelo descontentamento que um mau soberano provoca. Verifica-se, ainda, um caso bastante dúbio onde valores muito fortes surgem em confronto, uma vez que se se sacrifica a lealdade devida a um rei em prol da união e da independência do reino godo[284]. A justificação de estas situações pontuais parece, no entanto, ser fortemente motivada por simpatias e antipatias concretas, de base religiosa e/ou étnica. Com efeito, e como a *General Estoria* confirma, a posição ideológica que, por uma questão de coerência, predominará nos trechos mais próximos da mentalidade afonsina, privilegiará as situações que ilustrem e promovam uma submissão incondicional, mesmo nas situações mais difíceis:

---

entanto num ponto diferente da narrativa (1344a: cap. 413). Ainda sobre a questão do "mau aconselhamento" e do seu uso tópico por parte destas crónicas, ver Isabel de Barros Dias, (1999c).

[282] Caso das revoltas contra o mau Nero (PCG: I, 126 – cap. 177), o mau Calígula (PCG: I, 117 – cap. 166), o mau Cómodo (PCG: I, 157 – cap. 228-29) ou Aurélio Antonino (PCG: I, 161 – cap. 253). Note-se, no entanto, que, subjacente às críticas contra estes Imperadores, encontra-se a questão religiosa que provavelmente não será inocente na aceitação e justificação de estas revoltas.

[283] Caso do rei Teodisclo, morto pelos altos do reino (PCG: 257 – cap. 455).

[284] Quando Atanagildo toma o reino a Agila, os Godos, com medo de desavenças (que poderiam ocasionar uma invasão romana), matam Agila e dão-se a Atanagildo, o que aqui é apresentado como um sacrifício pela união e independência dos Godos (PCG: I, 258 – cap. 458, reiterado no cap. 459).

> E dixo Dauid a Abisay, segunt cuenta Josefo: «Mucho es cosa tortyçera de matar ninguno al rey ordenado de Dios, maguer que el sea malo; ca si malo fuere, su pena le see condesada que le dara a su tiempo aquel que le dio el reyno» (GE: II, 2/2, 332a)

Deduz-se que, uma vez instituído, o poder monárquico pode, e deve, manter-se, independentemente de eventuais queixas dos seus súbditos[285], como se afirma, mais uma vez, na *General Estoria*, com o forte suporte do aval bíblico:

> Sabed que el derecho que aura el rey que reynare sobre vos sera este:
>
> »Leuar vos ha a vuestros fiios, e poner los ha en sus torres para guardar las, e tornar los a sus sieruos. E a los otros fara carreteros para traer sus carretas con las cosas que quisiere. E metera los caualleros a menester de escuderos e fazer les ha yr ante sus carros ante si. E estableçera para su pro e sus seruiçios los otros; e porna dellos a los vnos sobre treynta vasallos que aya de veer, e a los otros sobre çiento. E a los otros fara labradores por pan, a los otros por vino, a los otros ferreros, a los otros carpenteros, e otrosi de todos los otros menesteres. E las fijas seran espeçieras, ca las casaran con sus alfaquies e con sus espeçieros, para vender vnguentos las vnas, e las otras cozineras, las otras panaderas con los çatiqueros, las otras moleran a las muelas, las otras lauanderas.
>
> »E sobresto tomar vos an los reyes las mas preçiadas heredades que vos fallaren, vinnas e azeytunas las mas mejores que ouierdes, e dar lo an a sus seruientes. E dezmar vos an las mieses e las rentas de las vinnas para dar las a los sus castrados e a los otros sus priuados. E toller vos an vuestros siruientes e vuestros mançebos, sy uos los vieren buenos, e meter los an a cauar sus vinnas e a labrar lo suyo. E asi a los otros a cada vnos de los menesteres que fueren otrosi vos dezmaran vuestros ganados.
>
> »E vos mismos seredes sus sieruos de guisa que vos, nin los vuestros, nin ninguna de vuestras cosas non sera vuestra. Nin podredes vos estar, nin osaredes que los non ayades a obedeçer en lo que vos mandaren, e fazer su mandado en todo, e seruir los commo conprados por preçio; sinon, matar vos an por ello si quisieren, si por mesura non fincare. E llamaredes aquel dia que esto fuere, e daredes bozes ante las fazes de los reyes que escogeredes e tomaredes para vos, e querellar vos hedes. E non vos oyra Dios ese dia por que pedistes rey. E auredes todas estas premias, que vos yo he dichas que vos faran, por que las quesistes vos de vuestro.» (GE: II, 2/2, 241a-b)

---

[285] Sobre estas questões, ver José Manuel Nieto Soria (1988), que refere diferentes concepções e definições de tirania bem como a teoria e prática das respostas por parte dos respectivos súbditos onde, de acordo com a primeira, a maioria dos testemunhos defende a aceitação e a passividade, mas as evidências da segunda acentuam o ponto de vista punitivo (pp. 183-196). Ver igualmente Joseph Canning (1996), p. 113.

Veja-se ainda uma situação onde os súbditos, confrontando-se com um soberano louco, têm uma reacção que é apresentada como exemplar:

> E aquestos, desquel fallaron tal, e uieron que non auie sentido pora regnar, mas pero que era todo complido pora fazer heredero, ouieron su acuerdo e dixieron entresi unos a otros: «Por fazer nos agora por poco tiempo que puede durar, que fijo de nuestro sennor natural e de nuestra sennora e nuestro sennor natural el, e que nos puede dar fijo heredero e que sera nuestro sennor natural, otrossi de non le sofrir, e non le esperar, e aun ayudar le pora ello, serie grand desmesura de nos, e grand nemiga; e uassallos mesurados e leales bien deuen sofrir a su rey e su sennor natural uida de un omne, si malo fuesse maguer aun que uisquiesse mas que los que oy aqui somos; e la uida del omne poca es e poco dura, e la bien estança mucho e finca en los que uienen despues; e mas ligera cosa es pora nos e mayor bien estança de esperar, e aun asi, como sin sennor, uida de un rey, que non desfazer nuestro sennorio natural. De mas, que si Dios quisiere, que uerna del buen heredero, e enpos aquel otros muchos; ca Dios, que da salut alos reyes e ala otra yente quando lo meresçen, assi lo ordeno todas las mas uezes segund llo aprendimos de nuestros ancianos, que por un rey que uenga malo o minguado en alguna guisa, como es agora este nuestro sennor, da El empos aquel muchos buenos reyes e complidos si quier por mostrar y el su poder e la su merced, que de malo puede salir bueno como qui es poderoso en todas las cosas; de mas, que finca el regno enel nuestro aluedrio e enel nuestro ordenamiento; e nos seamos le como buenos uassallos, e buenos ayos e fieles, e mantegamos le el regno en iusticia e en paz, e non le dannemos y nada nin fagamos por quel minguen ningunas cosas de sus derechos, ca si el sentido ouiesse complido el nos lo farie fazer como lo fizieron aquellos dond el uiene. [...] E desta guiza palzra a Dios este fecho, e fara aun a nuestro rey mucho bien e mucha merçed, e anos con el, e so el su sennorio por la guisa que y fiziemos, et aun fallaredes que por esta lealdad nos ternan las otras yentes por meiores, e nos temeran, temiendo que terna Dios connusco por ello, como lo fara.» (GE: I, 106a-b)

Em concomitância, esta historiografia também apresenta múltiplos trechos que podemos classificar como pequenos *specula principorum*. São questões que surgem um pouco por todo o lado mas, à semelhança de outras características, também é aqui possível verificar uma maior densidade nos textos mais recentes, logo, e como temos vindo a salientar, aqueles que foram redigidos mediante uma

ideologia pró-senhorial, consequentemente, menos favorável a uma desmedida centralização régia[286].

Vemos assim, mais uma vez, como estratos díspares contrastam e coexistem nesta historiografia. Verificamos, ainda, como, face às narrativas que apresentam situações de aviso relativamente a eventuais excessos dos soberanos, podemos, também, encontrar momentos onde se tenta justificar a centralização régia, quase com uma certa aura de infalibilidade real, frequentemente construída à custa do *topos* do mau aconselhamento[287]. É certo que, nestes trechos, não desaparecem as cenas onde os vassalos fazem prova do seu poder e/ou influência[288]. No entanto, constata-se a recorrência de situações onde alguns conselheiros são apresentados como demasiado cautelosos, ambiciosos ou mesmo desleais, constituindo uma má influência sobre o soberano que era suposto ajudarem e apoiarem. Decorre destas cenas a noção geral que um rei não pode agir mal, dada a "bondade" do sangue que lhe foi transmitido pelos seus antepassados[289]. Assume-se aqui que os soberanos são intrinsecamente bons. Os problemas surgem quando se deixam aconselhar pelas pessoas erradas. Estas procuram manipulá-los em proveito próprio, o que sucede, sobretudo, quando os reis são ainda crianças, como Henrique I, ou particularmente crédulos, como Vermudo II.

---

[286] Como exemplo, é possível referir a *Crónica de 1344* que amplifica, de sobremaneira, os conselhos do rei Teuderigo a seu neto Amalarigo (1344b: II, 168 – cap. CVIII) comparativamente ao texto da *Estoria de Espanna* (PCG: I, 250 – cap. 443), ou a inserção de mais um conjunto de aconselhamentos no trecho das partições de Fernando I (1344b: III, 346-7 – cap. CDLXXII).

[287] Que ocorre, por exemplo, nas narrativas sobre Afonso Henriques (1344b: IV, 216, e também na Cr20R, LLCDP, III e IV Cr.Br). Para um estudo mais geral ver Isabel de Barros Dias (1999c).

[288] Para dar alguns exemplos, de entre os muitos possíveis, podemos referir como, por vezes, um rei ou um líder acede aos pedidos dos conselheiros para libertar um prisioneiro, aprovar um casamento ou controlar a sua ira, como na PCG: II, 374 (cap. 655), 416 (cap. 714), 481 (cap. 800), 508 (cap. 833) ou 646 (cap. 965). Encontramos ainda nobres que apaziguam a ira régia nas narrativas sobre Afonso Henriques 1344b: IV, 228 (cena que também surge na Cr20R, III e IV Cr.Br). Em outras ocasiões, um rei pode decidir fazer exactamente o que lhe é dito (PCG: II, 422 – cap. 720). Alguns líderes são apresentados como governando em harmonia com os seus vassalos (PCG: II, 507-8 – cap. 832; 527-29 – cap. 855 ou 591-2 – cap. 921) e alguns vassalos correm para salvar o seu senhor sempre que necessário (ex: PCG: II, 414 – cap. 712 ou 420 – cap. 718). Mas também não é impossível encontrar casos onde os súbditos decidem que o soberano não está a governar correctamente e contradizem-no, chegando mesmo a depô-lo (PCG: II, 646- 47 – cap. 965-66).

[289] Quanto à questão das virtudes reais e da sua transmissão pelo sangue, ver Ernst H. Kantorowicz, *op. cit.* ou Colette Beaune (1991).

Ainda no seio da lógica da construção de modelos de actuação positivos e negativos e independentemente de algumas referências mais concretas a um conselheiro determinado, acontece que, de um modo geral, estas figuras têm tendência para serem apresentadas sob um foco negativo e de acordo com determinadas características, razoavelmente tipificadas, como se verá adiante, nesta II Parte, ponto 2.2. A construção de estas personagens, sob esta luz, permite salvaguardar a figura do rei que, ao cometer um erro, pode sempre encontrar desculpa no argumento do mau aconselhamento. Neste âmbito, as tramas engendradas pelos maus conselheiros são inevitavelmente desmascaradas, seja por vassalos leais, seja, em última análise, por Deus[290].

O extremo deste tema, de acordo com o qual é função dos conselheiros assumir as culpas de eventuais erros e omissões dos reis, é atingido na cena protagonizada por D. Diogo, que aceita a responsabilidade de ter aconselhado Afonso VIII de Castela a pedir aos nobres um tributo que eles recusam[291]. Para evitar uma rebelião e libertar o rei de quaisquer acusações, este fiel vassalo estabelece a ficção da sua própria culpa. O rei finge uma zanga e exila D. Diogo, confiscando-lhe as terras. Seguidamente, os outros nobres, tal como previsto, pedem o perdão do rei e o vassalo é reintegrado com todas as honras, uma atitude que só encontra paralelos nos sacrifícios dos aios pelos seus "criados", como já foi anteriormente verificado.

Este *topos* também se manifesta, com alguma frequência, nas cenas onde um rei reúne cortes ou quando junta os seus guerreiros para se lhes dirigir. Aqui, costuma sobressair um vassalo que assume a função, estruturalmente muito útil, de porta-voz da posição tida como "errada", o que serve de incentivo à exposição, por parte do líder, das razões que estão na base daquela que será a sua actuação[292]. Este sai assim valorizado do encontro pois, graças ao ambiente de

---

[290] Por vezes um milagre denuncia onde está o certo e o errado, como no caso do touro que salva o arcebispo de Santiago (PCG: II, 443 – cap. 745); ou a seca, fome e visões que obrigam o rei Vermudo II a libertar o bispo de Oviedo (PCG: II 450-51 – cap. 756-57); ou o anjo que liberta uma princesa cristã incorrectamente dada em casamento a um mouro (PCG: II, 452 – cap. 761); ou o duelo que estabelece a inocência de uma rainha falsamente acusada de adultério (PCG: II, 474-75 – cap. 791).

[291] 1344b: IV, 298-305.

[292] Ex: PCG: II, 392 (cap. 688) ou 398 (cap. 696). Este assunto será retomado adiante na II Parte 2.2.

discussão, cria-se um trecho bastante vivo, onde o líder se apresenta de forma heróica e como detentor dos argumentos "certos" que angariam o apoio incondicional dos seus homens.

Obviamente que nem todas as cenas são tão lineares. Este tipo de situação complexifica-se, por exemplo, sempre que algum vassalo se opõe ao que considera uma perfídia que o seu próprio senhor pretende empreender, como se verifica com D. Simão a quem a mulher do conde Julião acusa, por seu turno, de deslealdade:

> Ouvyde, dom Symõ. Nũca Deus mande que vos sejades desonrrado ca, se o fossedes, muito dariades o consselho doutra guisa. Mas nõ queira Deus que ende sejades creudo. Oo homen bõo! E nõ avedes vergonça do que dissestes, que guardasse lealdade contra el rei dom Rodrigo, que tanta deslealdade lhe fez, seendolhe elle sempre tam leal e tanto seu amigo? Oo varon! E nom sabedes vos quanto affã e trabalho avedes tomado e quantas espadadas e seetadas avedes levadas por nũca el rei Rodrigo aver dampno per esta parte? E desto vos direi mais: que ante eu queria seer tam pobre de quãto no mundo ouvesse e nõ me ficasse solamente em que me mantevesse e ante queria andar pelo mundo pedindo ca nõ fazer todo meu poder por me vingar. Senhor dom Ilham, por Deus e por mercee, leixade este feito a mỹ ca tam grande feuza hei eu em aquella beenta Maria, por que eu cobrei mynha fe e leixei meu padre e mynha madre e meus bõos irmãaos e meu grande aver e todallas outras cousas que eu avia ẽ minha terra, que ella nõ querra que eu moira, que primeiro nõ veja prazer daquelle que tam vilmente escarneceu aquella boa mynha filha que era spelho de bondade e aquella que avia melhoria en bondade sobre todallas molheres daalem e daaquem mar. (1344b: II, 320)

E, no entanto, tudo o que a condessa pede é vingança, no fundo, como sucedera com as duas D. Sanchas, em situações anteriormente referidas (II Parte: 1.1.). Acresce ainda que os seus argumentos, segundo os quais um vassalo não deve lealdade a um suserano que o traiu, não distam muito dos usados por Fernão Gonçalves contra o rei de Leão, sendo talvez até menos discutíveis do que o discurso que este conde dirige aos seus vassalos.

Também Garcia de Cabra recusa aconselhar Sancho II quanto à guerra fratricida onde o rei quebraria o juramento anteriormente imposto pelo pai, pelo que este soberano o acusa de mau aconselhamento:

> Quando esto oyo el rey don Sancho, fue mui yrado por ello contra el conde don Garcia, et dixol sannudamientre: «tolletme uos delante, ca ya por uos non sere bien consseiado». (PCG: II, 497b)

Duas actuações de sinal negativo serão ainda aquelas onde uma traição é perpetrada contra alguém que já está a cometer ou cometeu uma deslealdade[293]. Por paradoxal que pareça, estas personagens, apesar de indignas, acabam por ter uma actuação positiva, na medida em que favorecem o lado tido como positivo. Esta postura é, por vezes, compreendida e explicitada, mesmo pelos agredidos, que mantêm a consciência das suas culpas anteriores[294]. Continuando o paradoxo, ser fiel servidor de quem é desleal ou comete traição, também pode não trazer, necessariamente, recompensa, mas culpa[295], excepção feita, claro está,

---

[293] Para dar alguns exemplos, podemos referir o caso de Emiliano, que se revolta e faz-se imperador à força, sendo posteriormente morto pelos seus (PCG: I, 166-67 – cap. 266). O mesmo tipo de situação ocorre na PCG: I, 170 (cap. 277). Teuderico, que matara o irmão mais velho, é, também ele, morto por um irmão (PCG: I, 238 – cap. 416 e 241 – cap. 423). O rei Viterigo é morto à mesa pela espada com que também matara o inocente rei Liuva – posteriormente é enterrado vilmente e sem honra (PCG: I, 267 – cap. 481). O Imperador Constantino é envenenado pelo patriarca Pirro e pela sua madrasta Martina ficando esta e seu filho Eraclona senhores do Império. No entanto, sobrevem Constante, filho de Constantino, que corta o nariz a Eraclona, a língua a Martina e exila-os (PCG: I, 276 – cap. 497). Por sua vez, o patrício Leo revolta-se contra o Imperador, a quem corta o nariz e a língua, e o desterra. Depois dá-se nova revolução e é a este que é cortado o nariz e que é preso. Finalmente, o antigo Imperador (Justiniano) foge do degredo, consegue ajudas e recupera o Império. Então decapita aqueles dois (Leo e Tibério), que tinham tomado o Império à força (PCG: I, 302-3 – caps. 543, 45 e 46). Já o Imperador Constante, que matara o seu irmão Teodosio, e que não era amado pelos súbditos, é morto no banho, pelos próprios vassalos. Mais suave é o castigo de Andeca, que tomara o reino à força do rei suevo Ervígio, colocando-o num mosteiro, e tem a mesma sorte, o que é considerado correcto por causa do que fizera ao seu rei, sem razão PCG: I, 261 (cap. 467). Podemos ainda referir a atitude dos Asturianos e Gascões do exército do revoltoso Nepociano que abandonam o seu líder (PCG: II, 358 – cap. 628) ou a dos Portugueses que abandonam o seu rei Garcia, provocando a derrota deste (PCG: II, 502 – cap. 823).

[294] Caso do rei Teudio que morre a morte que merecera, à traição, mas, ao morrer, faz jurar aos vassalos que não matem quem o matara porque o que este fizera estava certo na medida em que ele próprio matara o seu senhor (PCG: I, 250 – cap. 453) ou ainda de Sancho II que, morto à traição por Velido Adolfo, não negando a culpa do assassino, também assume a sua parte: "et bien tengo que esto fue por mios pecados et por las soberuias que fiz a mios hermanos, et passe el mandamiento que fiz a mio padre et la yura que fiz que non tolliesse a ninguno de mios hermanos ninguna cosa de lo suyo»." (PCG: II, 512a).

[295] Para um estudo sobre como não compensa ser fiel a um senhor traidor (no caso, o próprio Diabo) ver Colette Stévanovitch, "Trahison par fidélité: le paradoxe de la *Genèse B* vieil-anglaise", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 179-88. Defende-se aqui a teoria

aos casos onde o senhor teoricamente desleal ultrapassa essa condição para se elevar ao estatuto heróico.

Estamos pois perante um Mundo de fronteiras particularmente frágeis onde as possibilidades de inversão entre valorizações positivas e negativas são múltiplas. Várias são as figuras apresentadas frontalmente como *exempla a contrário*. Provocando o caos, estes elementos têm que ser devidamente castigados para que a sempre tão desejada ordem possa, de novo, instalar-se e reinar. No entanto, o tratamento dado a personagens excessivas mas, igualmente, de excepção, pode variar consoante os interesses em jogo. Nestas situações, os próprios actos susceptíveis de serem entendidos como provocadores de desordem e passíveis de punição podem ser sublimados, justificados pela anuência de uma ordem superior que os legitima ao permitir o seu sucesso.

Assim, apesar de teoricamente apresentarem polaridades opostas, é possível constatar uma série de semelhanças entre figuras de "traidores" e de "heróis" bem como a facilidade com que se pode transitar entre estes dois estatutos, consoante o ponto de vista adoptado por quem redige o relato em causa[296]. Com efeito, o que parece caracterizar tanto uns como outros é a excepção e o excesso que fazem com que se destaquem do fundo homogéneo da restante humanidade. Trata-se assim, de certa forma, de mais uma manifestação do eterno embate entre o "eu" individual e a sociedade organizada, que o limita, mas que também o protege. Consoante os casos, o indivíduo de excepção, ou se poderá destacar gloriosamente e transformar-se em figura de proa dessa sociedade, ou poderá incorrer em faltas reprovadas como gravíssimas e tornar-se um proscrito ou um excluído. Cabe, no entanto, ainda relembrar que, se os traidores são frequentemente degredados, os heróis não se encontram menos isolados, dada a sua desadequação de fundo relativamente à humanidade, de onde

---

segundo a qual a fidelidade a um suserano infiel não traz recompensa mas culpa na medida em que a falta destes vassalos consiste na escolha errada que inicialmente fizeram, afirmado-se ainda que: "La fidélité qui accompagne la trahison ne l'excuse pas: la loyauté des anges rebelles envers Satan n'atténue en rien leurs torts envers Dieu et Adam [...] La trahison par fidélité n'en est pas moins trahison" (p. 188).

[296] No que respeita a esta questão ver, por exemplo, o curioso artigo de Nicole Chareyron, "Qui a vendu Calais pour vingt mille écus? (1349)", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du

sobressaem, sem, no entanto, a ultrapassarem. A angústia que decorre de esta situação de limbo será a grande impulsionadora do esforço destes heróis que não podemos deixar de qualificar como "épicos". A sua grande derrota consistirá na incapacidade de atingirem algum Olimpo, permanecendo, por isso, na mera exemplaridade. Simetricamente, o traidor, sendo excluído ou banido da sociedade humana e mesmo tratado como um animal, nem por isso se torna efectivamente animal, mantendo sempre traços da sua condição humana.

Esta situação, que consiste numa suspensão entre estados, é descrita, de forma muito feliz, por Dante, na *Divina Comédia*, quando apresenta as punições dos diversos tipos de traidores, progressivamente imersos em gelo, até à submersão total:

> Già era, e con paura il metto in metro,
> là dove l'ombre tutte eran coperte,
> e trasparien come festuca in vetro.
> Altre sono a giacere; altre stanno erte,
> quella col capo e quella con le piante;
> altra, com'arco, il volto ai piè rinverte. ("Inferno": XXXIV, 10-15)

Voltando à questão da convicção de que o castigo deverá espelhar a falta cometida, esta congelação / calcificação, enquanto forma radical de suspensão, conjuga-se em absoluto com a atitude terrena do exílio que, de acordo com esta representação, prosseguiria assim pela eternidade.

Continuando a relembrar a forma como Dante construiu o seu "Inferno", é importante salientar que podemos aí reencontrar uma questão que nos ocupou no início desta II Parte e que consiste na proximidade entre a traição civil e a religiosa. Com efeito, se no mais fundo do poço reina, como figura central, Lúcifer, aquele que tentou derrubar o seu Deus, o nono e último círculo, onde se encontram os traidores, é, significativamente, ladeado, no seu extremo superior, pelos gigantes, ou seja, aqueles que, na antiga mitologia Greco-latina,

---

C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 481-90 onde é apresentada uma situação narrada com acentos por vezes diametralmente opostos consoante os pontos de vista e as simpatias de cada cronista.

procuraram derrubar os deuses para tomarem o seu lugar[297]. Se com Lúcifer encontramos as figuras de proa das traições que o autor consideraria como as mais importantes ao nível civil e religioso, como já foi referido, pelo outro lado, entre os gigantes, sobressaem Nemrod, Efialto e Anteu que, o primeiro na tradição bíblica e os outros na mitologia Greco-latina, se caracterizam, primordialmente, pelo seu aspecto arrogante e excessivo[298]. Do mesmo modo que os gigantes, na cosmogonia Antiga, se rebelaram contra o Olimpo e ousaram atacar os deuses, também Nemrod é um soberbo que procura dominar o homens (na Babilónia, é ele o primeiro soberano do primeiro dos quatro reinos do Mundo) e chegar a Deus (dada a iniciativa de construir a torre de Babel), Cuja ira e consequente castigo provoca (o esquecimento e a divisão das línguas)[299].

Já Maomé, é colocado por Dante no círculo anterior, onde se encontram os fraudulentos, ou seja os que praticaram a traição a um nível eventualmente menor, ou, pelo menos, sem cometer assassinatos ou violências físicas, o que nos conduz a uma outra dimensão do excesso que se centra, agora, na palavra e na retórica.

Como já foi amplamente verificado, a integração pela historiografia das personagens desmesuradas que têm vindo a ser referidas deu-se por meio da aplicação de uma série de ferramentas retóricas que as adaptaram aos textos de acolhimento. Este procedimento, mesmo se discutível, se visto na perspectiva da conservação dos testemunhos, por outro lado, revela-se precioso na medida em que, em diversos casos, obstou a que muitas de estas figuras caíssem no

---

[297] Esta situação é apontada, por exemplo, por Marie-Octavie Georges-Carreras, "L'*exemplum* historique de la félonie chez les chroniqueurs florentins du XIVe siècle et le châtiment des trahisons dans l'*Enfer* de Dante", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 491-98 que acentua a posição dos traidores entre os Titãs rebeldes contra os deuses falsos e Lúcifer com Judas, Bruto e Cássio, que não reconheceram o verdadeiro Deus, e, no caso dos dois últimos, não reconheceram o poder imperial, instituído por Deus. Finalmente, todos são culpados e vítimas do seu orgulho desmesurado. O castigo pelo gelo é interpretado da seguinte forma: "En résumé, les traîtres sont tous punis dans et par la glace, où ils deviennent de la matière inerte, une anti-matière. Le châtiment des traîtres montre que la trahison est en quelque sorte punie par elle-même, par un reniement, celui de la matière." (p. 495).

[298] Sobre este assunto ver Alexander S. Murray, *Who's who in mythology*, London, Studio editions, 1988, pp. 52, 209, 262.

esquecimento, juntamente com as fontes tradicionais que inicialmente as terão veiculado.

Vimos, igualmente, como estes textos, dado o seu carácter intrinsecamente ambíguo e equívoco, convidaram à manipulação e foram, efectivamente, retrabalhados, de modo a servir fins díspares. Com efeito, o que em determinados passos uns textos elidem outros podem exibir e acentuar, o que uns criticam outros podem usar para desculpabilizar uma atitude ou justificar uma situação. Acresce ainda que as modificações e adaptações podem coexistir com alguns traços ideológicos próprios dos seus anteriores modelos, inclusivamente quando os desviam ou denegam, dando assim origem a narrativas riquíssimas pelo conjunto das vozes que aí se fazem ouvir e que oferecem outras tantas possibilidades de leitura e de manipulação.

Na sequência de esta linha, estudaremos, a seguir, em maior pormenor, o(s) modo(s) como estas narrativas põem em cena e consideram algumas formas de desmesura linguística e textual, bem como alguns procedimentos e atitudes que nos podem levar a suspeitar que as próprias crónicas em análise, mormente os textos afonsinos, são igualmente susceptíveis de enfermar do excesso que, por vezes, tanto criticam.

---

[299] Nemrod é das figuras mais referidas nos primeiros livros da *General Estoria*, sendo aí mencionado, quer o seu gigantismo, quer a sua ligação à Babilónia (como primeiro rei) e à torre de Babel (ex. GE: I, 42-43 ou 74).

2. A retórica do excesso

Como já foi referido, Dante, no "seu Inferno", integra os traidores propriamente ditos no círculo mais profundo, sendo este antecedido pelo oitavo círculo, onde se encontram os enganadores ou fraudulentos. A maioria dos exemplos aqui apresentados centra-se, predominantemente, mesmo se em graus variáveis, mais do que em atitudes físicas, em actos discursivos enganosos, o que, de certo modo, poderá ser entendido como uma forma menos drástica de traição. Vemos, assim, surgir, neste círculo, vários casos de enganos associados a extorsões, sejam elas do foro civil e laico (caso da quinta fossa onde concussionários e prevaricadores se encontram submersos em pez fervente[300], ou da sétima onde os ladrões coabitam e se misturam, em terríveis metamorfoses, com serpentes[301]), sejam elas do foro religioso (na terceira fossa os simoníacos estão plantados de cabeça num solo ardente[302]). É ainda possível encontrar alcoviteiros e sedutores que, na primeira fossa, são açoitados por diabos[303]. Na segunda fossa, os aduladores estão mergulhados em esterco[304]. Já os adivinhos e os feiticeiros (como, por exemplo, Tirésias), na quarta fossa, têm os membros desordenados: as cabeças estão viradas ao contrário e andam para trás, não conseguindo, significativamente, olhar para a frente[305]. Os hipócritas[306] carregam pesadas capas de chumbo e os conselheiros de fraude, como Ulisses ou Diómedes, estão condenados às chamas nas quais se enrolam[307]. Quanto aos semeadores de discórdias (como Bertrand de Born) e de cismas e heresias (como

---

[300] Dante, *op. cit.*, cantos 21-22.

[301] *Idem*, *ibidem*, cantos 24-25.

[302] *Idem*, *ibidem*, canto 19.

[303] *Idem*, *ibidem*, canto 18.

[304] *Idem*, *ibidem*, canto 18.

[305] *Idem*, *ibidem*, canto 20.

[306] *Idem*, *ibidem*, sexta fossa, canto 23.

[307] *Idem*, *ibidem*, oitava fossa, cantos 26-27.

Maomé ou frei Dolcino), encontram-se mutilados[308] e os falsificadores[309] têm castigos diferentes consoante se trata de alquimistas (carregam as crostas provocadas por sarna ou lepra), de simuladores (implicados em lutas ferozes), de falsificadores de moeda (deformações) ou de simples mentirosos (febre e exaltação).

O que parece unir os múltiplos exemplos deste extenso grupo é, efectivamente, o engano, ou seja, o facto de, por actos e/ou, mais frequentemente, por palavras, terem construído ilusões falaciosas. Este tipo de atitude também pode ser e tem frequentemente sido considerado como uma forma de traição:

> Dos son los significados con que se utiliza traición en la Edad Media. En el vivir del pueblo traición significa todo engaño, todo fraude que se comete violando la confianza general existente entre los hombres. El concepto jurídico es mucho más restringido: la traición se limita únicamente a la ruptura del vínculo de fidelidad establecido entre personas determinadas, a la violación grave de la lealtad debida.[310]

O facto da noção de traição conter esta duplicidade de vertentes está intimamente ligado com a confluência de tradições que desemboca na ideia genérica de perfídia e que deu origem a fronteiras semânticas variáveis e múltiplas ambiguidades[311]. Apesar de se afastar um pouco dos sentidos mais estreitos do termo, cristalizados, regra geral, num acto concreto e físico

---

[308] *Idem*, *ibidem*, nona fossa, canto 28.

[309] *Idem*, *ibidem*, décima fossa, cantos 29-30.

[310] Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), p. 251 que, adiante, refere ainda: "Pero si desde el punto de vista jurídico no se tomaba en cuenta la forma de comisión del delito, no ocurría lo mismo en la conciencia popular, la cual si consideraba traición la ruptura de un vínculo de fidelidad, también, idebidamente, calificaba de traición el engaño, la deslealtad que era cometida por quien, pese a no estar unido por una relación de fidelidad con la víctima, sin embargo en su comportamiento violaba la lealtad que, según la conciencia popular, debía observarse entre los miembros de una determinada comunidad." (pp. 252-53).

[311] Sobre estes assuntos ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971). Apontando múltiplas variações e ambiguidades relativas à noção de "traição", este autor insiste, no entanto, na diferenciação inicial entre traição e perjúrio, argumentando que não se pode fundamentar a primeira no segundo pois apesar de por vezes as duas faltas coincidirem, essa analogia não é completa nem se verifica sempre (pp. 130-140). Porém, constata ainda que, no decurso de uma modificação política fundamental (a monarquia que passa de electiva a hereditária), a fidelidade vê desvirtuar-se a sua função de base da convivência política. Como numa estratégia de compensação, verifica-se então uma tendência para a acentuação da deslealdade e do carácter enganoso subjacente às traições (pp. 178-184).

determinado, o engano encontra-se presente sempre que se procura delimitar e pormenorizar os campos possíveis da deslealdade.

É precisamente no âmbito de este entendimento mais alargado que passaremos agora em revista algumas situações paradigmáticas patentes no *corpus* historiográfico que temos vindo a trabalhar. Posteriormente, consideraremos outro(s) tipo(s) de excesso(s) ou de traição(ões) igualmente centrado(s) em questões relativas à palavra, à linguagem e ao seu uso, mormente no campo do saber, e que as próprias crónicas em questão podem exemplificar na medida em que o texto que veiculam parece, por vezes, também enfermar de alguns desses excessos. Com efeito, se a desmesura é facilmente verificável nos comportamentos e nos actos menos moderados ou nas dimensões de excepção de muitos heróis (que se aproximam, ou que são apresentados como sendo, efectivamente, gigantes, como é o caso de Hércules, nas crónicas em análise), esta característica também pode ser identificável em alguns traços inerentes a determinadas formas discursivas. Referimo-nos, concretamente, à ânsia de exaustividade, uma meta descomedida que Afonso X terá perseguido. É possível verificar que, a par das preocupações com a medida, já referidas na I Parte (em particular no seu início e no ponto 1.2.), as narrativas veiculadas por esta historiografia não deixam de transcrever abundantes digressões, amplificações, repetições, listas... Porém, o que poderá parecer um paradoxo encontra uma justificação se considerarmos a fluidez da distinção que classifica a *prolixitas* de um texto com base, não tanto na quantidade do discurso produzido, mas na presença ou não de conteúdos significativos válidos. Torna-se assim particularmente difícil "medir" a abundância das narrativas afonsinas e pós-afonsinas dada a sua enorme carga ideológica. No entanto, também não é possível negar as evidências que apontam no sentido de uma ambição manifesta, talvez desmedida, que sonha com a construção de uma súmula do saber.

2.1. As faces de Judas

Do mesmo modo que, como vimos anteriormente, actos semelhantes podem ser entendidos como traições tremendas ou como atitudes de extremo heroísmo, também os termos e os discursos empregues para designar e qualificar estes assuntos parecem estar marcados por uma ambiguidade endémica.

À semelhança de uma qualquer matéria a ser tratada retoricamente, a amplitude semântica que o termo "traição" cobre pode ser abreviada até uma expressão mínima, como é possível verificar, por exemplo, no seguinte discurso de defesa jurídica, presente numa interpolação de cariz nitidamente novelesco da *Crónica Fragmentaria*:

> Et Gaydon finco los ynojos ante el e dixo esta rrazon contra ellos: Señores almirales e vos todos de la corte avedes dado juyzio contra el ynfante nuestro señor e dezides que fazedes justiçia, lo qual non es assy, ca justiçia non es si non aquella que se cumple con derecho; et commo al ynfante non fallades vos en culpa por que deua morir, si non por que vedes a vuestro señor que se siente del poco yerro que fizo e entendedes que ha sabor de lo matar, e por le fazer a el plazer dezides que fizo trayçion e non judgades el derecho e jugades las vuestras voluntades... Otrosi por que dezides que Flores es traydor, non es traydor si non faze trayçion en vna de tres maneras: o matar a su señor o alçarse con su castillo que tenga del o yazer con muger de su señor. E, loado sea Dios, el infante non fizo ninguna destas cosas, ca si el rrey dize que el querie casar con Blanca Flor, el casamiento non era avn fecho nin era avn su mugier...»[312]

Pode igualmente ser amplificada a fim de abarcar o factor que, em cada momento, se considere pragmaticamente mais pertinente, como se verifica nos discursos de Fernão Gonçalves que afirma, em situações diversas:

- Et digouos de lo mio que yo cuedo fazer: maguer que ellos me quieran prender a uida, antes me mataria yo mismo, que darme a prision. Et por ende a mester que fagades una postura entre uos: que tod aquel que fuxiere del campo o se diere a prision por miedo de muerte, que sea traydor; et quando muriere, que yaga con Judas dentro en los ynfiernos (PCG: II, 401b)

[312] *Crónica Fragmentaria*, *apud* Diego Catalán (1992), p.169.

- Amigos et uassalos, oydo auedes ya lo que uos he mostrado, et si uos otro conseio sabedes meior que este, ruegouos que me lo digades, ca si yo errado fuere, uos en grand culpa yazedes. Et la cosa que a sennor mas cumple es buen consegero, ca mucho uale mas que aquel que bien lidia, porque en el consegero yaze bien et mal; et el sennor ase de conseiar mucho a menudo por que non le ayan los omnes en quel trauar, et puede por mal consegero tomar tal yerro, que nunqua por lidiar que faga le puede desfazer. Et el buen consegero non deue auer miedo nin uerguença al sennor, mas dezirle toda la uerdad et lo que entiende que es derecho. Mas algunos a y que en logar de ser consegeros son losengeros, et non quieren o non osan conseiar al sennor sinon lo que entienden quel plaze, et dizenle que aquello es lo meior; et estos tales non se pueden saluar que muy grand culpa non an en esto, ca se puede perder un grand omne por mal consegero. Mas el que bien quiere conseiar a sennor deue primero uer et pensar tod el fecho que es o a que puede recodir fasta la postremeria, et deue guardar en si mismo que non sea uandero, et non se deue uencer nin por miedo nin por uerguença nin por grand enemizdad nin por grand amor nin otrossi por grand desamor nin por dar nin prometer, si conseio derecho quiere dar a sennor. Tod esto uos digo por que non menoscabedes del buen prez que auedes; ca si por alguna falla huuiades del descender, apenas puede ser que lo nunqua podades cobrar. Et amigos, sobretodo a mester que guardedes lealdad, ca maguer que muere la carne, la maldad que omne faze nunqua muere, et fincan dell sus parientes con muy mal heredamiento. (PCG: II, 419a-b)[313]

As possibilidades são concomitantes e, de certo modo, tanto decorrem de, como concorrem para uma certa indefinição dos campos semânticos, inclusivamente os associados aos múltiplos termos que coexistem na área ideológica da "traição". Para além de eventuais núcleos duros relativamente consensuais também se verificam, com alguma frequência, interferências que, na sua maioria, se centram na distinção entre o que pode ser classificável como "traição"[314] ou como "aleive"[315], os termos mais comummente usados para

[313] O facto de se considerar que, quando os conselheiros erram, cometem traição surge igualmente na legislação afonsina (S*iete Partidas*). Sobre este assunto ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), pp. 214-215. Cabe, no entanto, ainda notar como as posições teóricas que Fernão Gonçalves defende, no que respeita ao binómio traição / fidelidade, contrastam com as atitudes que toma na disputa pelo poder entre Ordonho III e Sancho I (PCG: II, cap. 703 sgts.), relatos provenientes de uma fonte distinta da "gloriosa" corrente épico-lendária e com a qual não se parece harmonizar da melhor forma.

[314] Para uma discussão do aparecimento do termo "traidor" (na sua acepção semântica medieval) a partir do par "traditio" / "proditio", ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971): "El término traición no apresenta dificuldad alguna desde el punto de vista etimológico para ser relacionado con el latino *traditio*. Es difícil,

designar este tipo de perfídia e que Afonso X tenta distinguir com a ajuda da tradição legislativa romana:

> Ley .i. que cosa es trayçion & onde tomo este nonbre & quantas maneras son della.
>
> Lese maiestatis crimen. tanto quiere dezir en romançe commo yerro de trayçion que faze onbre contra la persona del rey. E trayçion es la mal vil cosa & la peor que puede caer en coraçon de onbre E nasçen della tres cosas que son contrallas ala lealdad & son estas. tuerto. mentira. & vileza. estas tres cosas fazen al coraçon del onbre atan flaco que yerra contra dios & contra su señor natural & contra todos los onbres faziendolo que no deue fazer. ca tan grande es la vileza & la maldad delos onbres dela malaventura que tal yerro fazen que no se atreuen atomar vengança de otra guisa delos que mal quieren sino encubierta mente & con engaño. E trayçion tanto quiere dezir commo traer vn onbre a otro so semeiança de bien amal. & es maldad que tira de si la lealdad del coraçon del onbre. E caen los onbres en yerro de trayçion en muchas maneras segund demuestran los sabios antiguos que fizieron las leyes. La primera & la mayor & la que mas fuerte mente deue ser escarmentada es si se trabaia algund onbre de muerte de su rey. o de fazerle perder en vida la onrra de su dignidad trabaiandose con enemiga que sea otro rey. o qual señor sea desapoderado del reyno. La .ij. manera es si alguno se pone con los enemigos por guerrear o fazer mal al rey o al reyno o les ayuda de fecho o de consejo. o les enbia carta o mandado por que los aperçiba de alguna cosa con el rey & adaño dela tierra. La .iij. es si alguno se trabaiase de fecho o de consejo que alguna tierra o gente que obedesçiese a su rey se alçase con el o que le no obedesçiese tan bien commo solia. La .iiij. es quando algund rey o señor de alguna tierra que es fuera de su señorio quisiere al rey dar la tierra donde es señor & oboedesçerlo dando le parias o tributo. & alguno de su señorio lo estorua de fecho o de consejo. La .v. es quando el que tiene castillo o villa o otra fortaleza por el rey se alça con aquel lugar. o lo da alos enemigos & lo pierde por su culpa o por algund engaño quel fazen & eso mismo yerro faria rico onbre o cauallero & otro qualquier que basteçiese con vianda o con armas algund lugar fuerte para guerrear contra el rey o contra la pro comunal dela tierra. o si trayese otra çibdad o villa o castillo maguer non lo touiese por el. La sesta es si alguno desanparase al rey en batalla. o se fuese alos enemigos a otra parte. o se fuese dela hueste en otra manera sin su mandado ante del tienpo que deuia seruir o derrancase o començase alidiar conlos enemigos engañosa

---

sin embargo, explicarse que sea la palabra latina *traditio* y no *proditio* la que sirva de base a traición. *Proditio* seria el termino que, en todo caso, servia en el mundo romano para aludir a la entrega con ruptura de un vínculo de fidelidad." (p. 85).

[315] Para uma consideração das possíveis origens do termo "aleive" ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971) cap. III, ponto 8.

> mente sin mandado del rey o sin su sabiduria porque los enemigos les fiziesen arrebatada o la mente algund daño o alguna desonrra estando el rey segurando o se descubriese alos enemigos los secretos del rey en daño del. La setena es si alguno fiziese bolliçio o a leuantamiento enel reyno faziendo iuras & cofradias de callaueros o de villas con el rey de que nasçiese daño o a el o ala tierra. La otaua es si alguno matase alguno delos adelantados mayores del rey o delos consejeros onrrados del rey o delos caualleros que son estableçidos para guardar su cuerpo. o delos iudgadores que han poder de iudgar por su mandado en su corte. La nouena es. quando el rey a segura algund onbre señalada mente o la gente de algund lugar o alguna tierra o aotros de su señorio & quebranta aquella segurança quel dio matando o feriendo o desonrrandolos contra su defendimiento. fueras ende si lo ouiese fecho amiedos tornando sobre si o sobre sus cosas. La .x. es quando algunos onbres dan por rehenes al rey & alguno los mata todos o alguno dellos o los faze foyr. La .xj. es quando algund onbre es acusado o reptado sobre fecho de trayçion & otro alguno lo suelta o le agrauia porque se vaya. La .xij. es si el rey tira el ofiçio al adelantado o a otro ofiçial delos mayores y establesçe aotro en su lugar y el primero es tan rebelde que no quiere dexar el ofiçio o las fortalezas conlas cosas que les pertenesçen ni reçebir al otro enel por mandado del rey. La .xiij. es quando alguno quebranta o fiere o derriba maliçiosa mente alguna ymagen que fue fecha y endereçada en algund lugar por onrra o por semeiança del rey. La .xiiij. es quando alguno faze falsa moneda o falsa los sellos del rey. E sobre todo dezimos que quando alguno delos yerros sobre dichos es fecho contra el rey o contra su señorio o contra pro comunal dela tierra es propia mente llamado traydor. & quando es fecho contra otros onbres es llamado aleuoso segund fuero de españa.[316]

Esta tentativa de Afonso X para restringir a traição à figura real enquadra-se no esforço levado a cabo por este soberano com vista à criação de uma linguagem tão precisa quanto possível, mormente no campo jurídico[317]. No entanto, em diversos passos da sua obra legislativa, nomeadamente quando recolhe leis anteriores, ainda se verificam vários pontos onde a confusão entre estes termos é uma constante. Nas codificações anteriores às afonsinas, o uso indistinto de diversos vocábulos no campo semântico da perfídia provocou uma tendência para o alargamento destas noções que se dispersaram por uma multidão

---

[316] Cynthia Wasick (transcr.), Rolando Cossio, Vicens Colomer (corr.), Alfonso X, *Siete Partidas*, Admyte (1994), VII partida, título II, lei I (fol. 370r-v). Foi nossa a opção de omitir o aparato da transcrição diplomática a fim de facilitar a leitura do excerto.

[317] Evidente numa afirmação anteriormente transcrita, na nota 14 da I Parte.

de actos, uns mais graves do que outros e que, consequentemente, exigiam penas mais e menos duras, independentemente da designação com que eram denominados em cada momento. É esta indistinção, eivada de influências diversas que, por vezes, ainda surge em algumas obras e trechos afonsinos mais próximos da tão frequentemente confusa e dispersa legislação anterior[318].

Esta coexistência evidencia bem como, no âmbito legal, à semelhança do que se verificava em múltiplos outros domínios da sociedade, era complexo e multifacetado o clima mental que se vivia durante este período. Reencontramos aqui as duas correntes que, em termos genéricos, são habitualmente tidas como preponderantes. No caso concreto desta área jurídica, trata-se do filão popular, consuetudinário, face ao qual se vão impondo correntes de normatividade mais erudita, decorrentes do estudo e comentário de fontes legais romanas. No entanto, é difícil falar em linhas evolutivas inabaláveis com a substituição progressiva da primeira corrente pela segunda, dadas as influências mútuas e os ressurgimentos de trechos ambíguos, como se pode verificar na seguinte observação acerca de legislação posterior mas dependente da afonsina:

> Tras citar literalmente las leyes relativas al desafío y al riepto, y el procedimiento llevado a cabo para este último, nuestro autor expone los catorce casos de traición (Partida 7, ley 2, título 1) y los casos de menos valer. La traición siempre es un atentado contra el Rey y sus intereses. Cuando se atenta contra un hijodalgo es un caso de aleve. Asimismo, es alevoso el hijodalgo que mata, prende, hiere, corre o deshonra a otro hijodalgo sin haberlo desafiado previamente (Partida 7, ley 3, tít. 3; Fuero Real, ley 21, tít. II; Ord. Alcalá, ley 32, tít.7). Aunque M. Diego no lo define, de las Partidas se extrae que menos valer significa no poder reptar, acusar ni lidiar con otros (Partida 7, título 5, ley 1). Los casos por los que un hombre «vale menos» son expuestos por Mosén Diego siguiendo fielmente las Partidas. El manuscrito Res. 125 se desvía del texto alfonsí e incluye entre los casos de menos valer algunos considerados de traición y aleve.[319]

---

[318] Sobre estes assuntos, ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), caps. III e IV e, em particular, pp. 110, 112, 116 ou 253-54. No que respeita à produção afonsina, é interessante sobretudo a distinção que o autor estabelece entre a Partida II, onde ainda se verifica o uso indistinto de "traição" e "aleive" para designar a infidelidade contra o rei, por contraste com a Partida VII, onde, mormente no trecho acima citado, se estabelece a distinção entre os dois termos com base na tradição romana (pp. 225-227).

[319] Lourdes Simó, "*El Tractado de los Rieptos e Desafios* de Mossen Diego de Valera: Notas para una Edición Crítica", Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro (eds.), *Literatura Medieval. Actas do*

Podemos, pois, constatar que, apesar dos esforços normativos de Afonso X, a indefinição tem tendência a instalar-se e a perdurar em usos indiscriminados que se reflectem nas definições possíveis destes termos, nomeadamente nas de "traição" [320] e de "aleive" [321].

Acresce ainda à indefinição, o "esclarecimento" dado (precisa e ironicamente) na *Primera Crónica General* e que entende a expressão "aleivoso" não na esfera dos actos nem de acordo com uma distinção social mas essencialmente no âmbito da palavra, espelhando assim uma indecisão anterior[322]:

> et si lo non fizieres, seras assi como dizen a fuero de Castiella 'aleuoso' et al fuero de Francia 'bauzador et engannador'. (PCG: II, 563a)

A confusão deste universo aumenta ainda extraordinariamente se considerarmos algumas expressões vizinhas que tantas vezes se substituíram aos termos mais genéricos e mais usuais. Nesta esfera alargada, é possível referir o uso de palavras como "desleal"[323], "renegado"[324], "perjuro"[325], "bauzador"[326],

---

IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval, Lisboa, Cosmos, 1993, vol. III, pp. 283-91 (p. 286).

[320] "TRAIDOR, -RA [...] adj. s. XII al XV. Que comete traición. [...] 2. s. XII. Quien mata a su señor, le hiere o le prende." *in* Martin Alonso, *Diccionario Medieval Español*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, 1986, p. 1601.

[321] "ALEVOSO, -SA [...] adj. s. XII al XV. Díc. de la persona que comete alevosía"; "ALEVOSÍA (de alevoso). f. s. XIII al XV. Traición, perfídia"; "ALEVE [...]. adj. s. XV. Que comete alevosía [...] 2. s. XV. Alevoso [...] 3. m. s. XI al XV. Alevosía traición", Martin Alonso, *op. cit.*, pp. 227-228.

[322] "¿Será posible, sin embargo, deducir de este texto cidiano una tendencia a reservar aleve para las infidelidades cometidas contra otros hombres? Si no olvidamos que aleve es un delito típico de los caballeros, podería pensarse que ya se reservaba también a la infidelidad señorial. Sin embargo no puede deducirse mucho de este texto cidiano. No sólo porque parece incorrecta la equiparación llevada a cabo entre bausia y aleve – si lo entendemos en sentido técnico –, sino también porque al rechazar haber realizado tal acto, el Cid devuelve la acusación. Aquel que es probado en tales traiciones, aquel lo hizo. Me auten falsissime deludendo dixisti, quod feci *aleue* ad forum Castelle, aut *bauzia* ad forum Gallie, quod sane proprio ore plane mentius es. Nunquam enim feci tale quid: ipse autem fecit istud, qui iam probatus est in talibus traditionibus, quem tu bene cognoscis, et plures tam christiani quam pagani talem qualem ego dico, esse proculdubio cognoscunt. (*Historia Roderici* 942-943) salvo que entendamos que el Cid tras de utilizar el tecnicismo jurídico apropiado, caiga en la manera común de hablar." Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), p. 117n.

[323] "DESLEAL. adj. s. XII al XV. Que obra sin lealtad, que falta a la fidelidad debida", Martin Alonso, *op. cit.*, p. 925

"losengero"[327], "mesturero"[328], "falso"[329], "fingido"[330], "malo"[331], "enemigo"[332], "artero"[333] ou ainda "engannar"[334], "mentir"[335]...

Encontramo-nos, pois, perante uma das características básicas da linguagem que tantas questões tem levantado e provavelmente (senão desejavelmente) nunca deixará de levantar, ou seja, a ambiguidade. Este traço, até certo ponto inerente a toda a linguagem, constituiu igualmente um elemento central do pensamento e das preocupações de muitos eruditos do período medieval. Facto genericamente aceite era a noção que, uma vez passado o

---

[324] "RENEGADOR, -RA. adj. s. XV. Que reniega, blasfema o jura frequentemente", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1556.

[325] "PERJURO". m. s. XIII. Delito de jurar en falso", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1492.

[326] "BAUZADOR, -RA [...]. adj. s. XIII. Traidor; embaucador", Martin Alonso, *op. cit*, p. 508; "EMBAUCAR [...]. tr. s. XV. Engañar, alucinar, prevaliéndose de la inexperiencia del engañado", Martin Alonso, *op. cit*, p. 989.

[327] "LOSENGERO – LOSENJERO, -RA. adj. s. XIII. Lisonjero, adulador", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1323.

[328] "MESTURAR. tr. s. XIII al XV. Revelar, descubrir o publicar uno el secreto que se le ha confiado. [...] 2. s. XIII al XV. Denunciar o delatar. 3. s. XIII y XIV. Revolver y cizañar, chismear, denunciar [...] 4. s. XIII. Descubre [...] 6. prnl. s. XIII. Declararse, manifestarse"; "MESTURERO, -RA [...]. adj. s. XIII al XV. Que descubría, revelaba o publicaba el secreto que se le había confiado o debía guardar [...] s. XII al XIV. Cizañero, malsín [...] s. XIII. Embaucador", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1389.

[329] "FALSO, -SA [...]. adj. s. XII al XV. Engañoso, fingido, simulado [...] 2. s. XIV. Incierto y contrario a la verdad [...] 3. s. XIV. Falsario, embustero", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1122.

[330] "FINGIDO, -DA [...]. adj. s. XV. Que finge, falso"; "FINGIMIENTO. m. s. XV. Simulación, engaño o aparencia con que se intenta que una cosa parezca diversa de lo que es"; "FINGIR [...]. tr. s. XIV. Presentar como cierto o real lo que es imaginario o irreal [...] 2. s. XV. Simular, aparentar", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1148.

[331] "MALO, -LA [...]. adj. s. XIV y XV. Que carece de la bondad, utilidad u otra condición que debe tener conforme a su destino [...] 2. s. XIV y XV. Que se opone a la razón o a la ley [...] 3. adj. s. XII. Inconveniente, adverso [...] 4. s. XII. Injusto [...] 5. s. XII. Falso, desleal [...] 6. s. XII. Acaso cobarde [...] 7. s. XII. Insignificante, despreciable [...] 8. s. XIV y XV. Que es de mala vida y costumbres", Martin Alonso, *op. cit*, p. 1345.

[332] "ENEMICO. m. s. XIII. Enemigo, el que perdía la paz del concejo, siendo arrojado de él y abandonado a las asechanzas de sus perseguidores"; "ENEMIGO, -GA [...]. adj. s. XII al XV. Contrario [...] 2. m. y f. s. XIV y XV. El que tiene mala voluntad a otro y le desea o hace mal [...] 3. s. XV. Hostil, malévolo, funesto [...] 4. m. s. XV. El contrario en la guerra"; "ENEMIGA. f. s. XIII. Enemistad, injuria, odio, oposición [...] 2. s. XIII. Maldad, vileza", Martin Alonso, *op. cit*, pp. 1019-20.

[333] "ARTERÍA [...]. f. s. XIII al XV. Amaño, astucia que se emplea para mal fin"; "ARTERO, -RA [...]. adj. s. XIII al XV. Mañoso, astuto. Se toma a mala parte", Martin Alonso, *op. cit*, p. 396.

[334] "ENGAÑAR y ENGANNAR [...]. tr. s. XIII al XV. Inducir a tener por cierto lo que no lo es, defraudar, embaucar"; "ENGAÑO y ENGANNO [...]. m. s. XIII y XV. Falta de verdad en lo que se dice, ardid, falsedad, dolo, artimaña", Martin Alonso, *op. cit*, pp. 1025-26.

[335] "MENTIR [...]. intr. s. XII al XV Dar a entender lo que no es verdad; dar por cierto deliberadamente lo contrario de lo que se tiene por verdadero [...] 2. s. XIII. Mentir, engañar"; "MENTIRA [...]. f. s. XI al XV Expresión o manifestación contraria a la verdad", Martin Alonso, *op. cit*, pp. 1381-82.

período adâmico, descrito pela *Bíblia*, quando se verificava uma identidade perfeita ente a designação verbal e a "coisa" ou o "ser" designados, a linguagem nunca mais deixou de se corromper, desviando-se dessa confortável ligação primeira. O fosso então criado continuou a acentuar-se com o decorrer da evolução linguística. Assim, se o hebraico, porque mais antigo, era considerado como uma língua mais próxima da de Adão, já o grego ou, seguidamente, o latim, afastavam-se numa progressiva decadência que conhecia o seu auge com a diversidade e dispersão das cada vez mais corruptas línguas vernáculas. Estando o Homem perdido num Mundo raramente evidente, é praticamente impossível que o entendimento das coisas e dos factos possa constituir-se como um processo transparente. Um exemplo flagrante desta situação será o facto do próprio nome de Judas, sendo, por um lado, a designação de um dos maiores traidores e, por extensão, uma denominação possível para qualquer traidor, também vai nomear Judas Macabeu, um modelo de cavaleiro dos mais positivos[336]. Paralelamente, e como verificámos, os múltiplos termos da área semântica da "traição" e do "excesso" podem adaptar-se à designação de toda uma panóplia de situações passíveis de serem integradas num leque que se abre ou fecha de acordo com os momentos e situações a que se aplicam.

No entanto, e concomitantemente, muitas das teorias medievais sobre a linguagem também aceitaram a origem social e convencional dos signos verbais[337]. Emotivamente, porém, o fascínio pelas origens e a nostalgia de

---

[336] Um herói bíblico muito popular na Idade Média dado que protagonizou múltiplas aventuras em diversos textos literários. Sobre este assunto ver Gillette Tyl-Labory e Anne-Françoise Labie-Leurqin, "Judas Machabée (Poème sur et Chevalerie de)", Robert Bossuat, Louis Pichard e Guy Raynaud de Lage (eds.), Geneviève Hasenohr e Michel Zink (rev.), *Le Moyen Âge*, Cardinal Georges Grente (dir.), *Dictionnaire des Lettres Françaises,* Fayard, 1992, pp. 873-74.

[337] Naturalismo e nominalismo são as duas correntes que, na Idade Média, absorveram a antítese que apontamos. No entanto, os raciocínios dos diversos intelectuais que se debruçaram sobre estas questões raramente se assumem como partidários absolutos de uma de estas correntes. Independentemente dos conflitos inevitáveis entre as duas posições, diversos foram os autores que procuraram uma relativa conciliação. Sobre este assunto ver Howard Bloch, *Étymologie et généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Age français*, Paris, Seuil, 1989, pp. 60-63 que refere, por exemplo, Isidoro de Sevilha, que, tendo uma posição (evidentemente) mais naturalista, não deixa de considerar que enquanto as nomeações primeiras o terão sido por natureza, as subsequentes foram-no por decisão humana. Já João de Salisbúria ou Abelardo, apesar de acentuarem o convencionalismo da linguagem, não deixam de o fazer de um modo moderado. Ver ainda Suzanne Reynolds, *Medieval Reading. Grammar, Rhetoric and the Classical Text*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996 (sobretudo ponto 4) ou Irène Rosier (1994), que

reencontrar ou, pelo menos, de procurar uma aproximação dos significados primordiais e intrínsecos das palavras não deixou de fascinar inúmeros intelectuais, levando-os nomeadamente à prática extensiva da etimologia[338]. Este procedimento baseia-se precisamente na convicção que, independentemente da corrupção permanente a que a linguagem foi sujeita ao longo dos tempos, as palavras ainda vão mantendo fragmentos da essência original do seu referente. Deste modo, a etimologia assume um carácter de estratégia de retorno ao passado na medida em que, ao inverter o processo da evolução linguística, procura chegar, desejavelmente, ao sentido mais puro e original das palavras, numa nostalgia permanente de retorno ao período anterior a Babel, um assunto ao qual voltaremos em maior detalhe (ponto 2.3. de esta II Parte).

Constituindo uma das formas mais usadas para perscrutar a(s) "Verdade(s)" que eventualmente se pudessem esconder por detrás dos termos linguísticos, a etimologia integra-se no conjunto das ferramentas de que cada um se deverá servir, melhor ou pior, de acordo com os seus conhecimentos e agudeza de espírito, para bem interpretar o que lê.

No caso concreto da historiografia que temos vindo a observar, é possível isolar situações concretas onde se procura chamar a atenção para a necessidade de uma boa exegese. Com efeito, se o Mundo é, teoricamente, um livro aberto à espera de ser descoberto, a sua "boa" leitura pressupõe a capacidade para o "ler" correctamente[339]:

---

estuda diversas discussões e pontos de vista medievais sobre o Verbo, a questão dos significados e do poder operativo de algumas palavras e enunciados.

[338] Sobre este assunto é interessante consultar Howard Bloch (1989) nomeadamente pp. 60 ou 69. Neste livro, o autor apresenta um trabalho de "antropologia literária" onde assume um modelo segundo o qual história e gramática são passíveis de serem representadas em termos genealógicos. Pressupondo que o modelo familiar (genealógico) vai dominar o modelo gramatical (etimológico), é aqui defendida a posição em como a estrutura social evolui em sintonia com a superestrutura ideológica, aparente esta última nomeadamente na medida em que se projecta em diversas formas literárias. Sobre algumas tipologias e reflexões medievais sobre a relação palavra / significados ver Umberto Eco, "Denotation", Umberto Eco e Costantino Marmo (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1989, pp. 43-77.

[339] Sobre os métodos e as formas da leitura e interpretação no período medieval, ver James J. Murphy, *Rhetoric in the Middle Ages. A History of Rhetorical Theory from St. Augustine to the Renaissance*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1981 (particularmente o cap. II onde são referidos os primeiros passos do processo de convergência entre retórica e cristianismo); Rita Copeland (1995); ou Suzanne Reynolds (1996).

Onde fallamos un exiemplo desto en un libro que fue fecho en India, et a nombre Calida e Dina. Et diz que un rey de Persia que fallo en sus libros que auie montes en India en que nascien yeruas, que qui las cogiesse, e las maiasse, et sacasse el çumo dellas, e untasse los muertos con el, que uiurien. Et quando el rey esto oyo plogol mucho, cuydando que assi era de llan en llano como los libros dizien; e llamo un so philosopho que dizien Barzeuay, e mandol que fuesse a India e que prouasse aquello, e diol grand auer e cartas pora los reyes daquellas tierras quel dexassen andar por sus regnos et coger las yeruas que ouiesse mester. Et fue el sabio, e dio las cartas alos reyes, e aellos plogo les con ellas, e mandaron le guiar e guardar de todo estoruo por todas tierras. E el fue, e subio en los montes, e cogio las yeruas, assi como mandauan los sabios en aquel libro, e aduxo las al rey daquella tierra, e saco dellas el çumo, e pusol sobre los muertos antel rey e non resuscito ninguno.

Quando el esto uio, touo que eran mintrosos los escriptos, e quiso se tornar alli sin todo recabdo. Essora los reyes daquellas tierras demandaron le por ques yua, e si fallara recabdo delo que demandara, o porque se yua assi. Et el conto les tod aquello que quisiera por lo que auie passado; et ell un rey daquellos, que era mas sabio quelos otros, dixol que lo tenie por marauilla del rey de Persia, que tan sabio uaron era, comol enuiara assi sobre aquella razon. Et tenie quel auie y enuiado como por escarnio dellos, o por que el non entendie los libros; et a esto respuso Berzeuay e dixo que el rey de Persia non fiziera esto por escarnio dellos, mas por que cuidaua que era uerdad lo que en los libros fallara escripto. Estonces respuso el rey: «Ell entendimiento delos libros tal deue seer como te yo agora departire: por los montes deuen se entender los sabios, ca assi como los montes son mas altos que todos los otros logares, assi son los sabios sobre todos los otros omnes en el entender. Et por lo que dize de India entiedese que al tiempo en que somos, que en esta tierra se uusca el saber delas naturas mas que en otra. Lo al que dize que coian las yeruas, e que las magen e saquen ende el çumo, esto se deue entender que coian e ayunten las palabras e los entendimientos delos libros delos sabios, e quelas magen en sus coraçones estudiando por ellos et mostrando lo que quieren dezir; et aquell entendimiento que dellos sale es el çumo con que untan alos que non saben, que son tales como muertos, e salen daquella nesçiedad en que estan, e son estonces tales como que resusçitassen de muert a uida». (GE: I, 197b-198a)

Capacidade esta que, existindo, poderá ser aplicada indistintamente, seja a textos escritos, seja a atitudes e/ou a imagens que (como já foi referido na I Parte 1.), podem não só completar, mas mesmo substituir, inteira e eficazmente, qualquer discurso:

> La reyna tomo el panno, e appartosse sola sennera en su camara, et desboluio aquellos uestidos, ca assi lo dize Ouidio, e uio toda la estoria cuemo seye alli pintada: ca en la manera que la forçara Thereo en aquel gesto lo pinto alli Philomena, et de la guisa quel taio la lengua, e andaua corta bulliendo por tierra, e como la leuara Thereo despues rastrando a aquella casa del pastor todo en aquella misma manera lo lauro alli Philomena; et lo uno por las ymagenes que eran y, lo al por letras de lo que margomara y Philomena a logares, entendio la reyna tod el fecho e el mal. (GE: II, 1/2, 254a)

Para a correcção da interpretação também concorrem eventuais boas ou más intenções subjacentes, como se encontra patente nos seguintes trechos da "Lenda dos sete infantes de Lara / Salas":

> Et yendo ellos fablando unos con otros, llegaron a un pinar que auie y en el camino, et a la entrada del mont, ouieron aues que les fizieron muy malos agueros. Et Munno Salido que yua y con ellos, su amo, era muy buen aguerero, et departie muy bien agueros; et con el grand pesar que ouo de aquellas aues que le parescieron tan malas et tan contrallas, tornose a los inffantes et dixoles: «fijos, ruegouos tornedes a Salas, a uuestra madre donna Sancha, ca non uos es mester que con estos agueros uayades mas adelant, et folgaredes y algun poco et combredes et beuredes alguna cosa, et por uentura camiarseuos an estos agueros» [...] «fijos, bien uos digo uerdad que non me plaze por que esta carrera queredes yr, ca yo tales agueros ueo que nos muestran que nos nunqua mas tornaremos a nuestros logares; et si uos queredes crebantar estos agueros, enuiad dezir a uuestra madre que cruba de pannos VII escannos, et pongalos en medio del corral, et lloreuos y por muertos» (PCG: II, 436a-b)

Esta leitura é seguida, pouco adiante, por outra interpretação, assumida como "falsa", na medida em que se encontra marcada pelas intenções traidoras do seu autor:

> Ellos contaronle estonces tod el fecho de como les acaesçiera con ell sobrel departimiento de los agueros. Roy Blasquez, quando les aquello oyo, començoles de loseniar et dezir: «fijos, estos agueros mui buenos son, ca dan a entender que de lo ageno ganaremos grand algo et de lo nuestro non perderemos nada; [...] Respondiol essa ora Munno Salido: «don Rodrigo, yo non ando con nemiga, mas con uerdad; et digo a quien quier que diga que los agueros que nos ouiemos que eran buenos pora ganar con ellos, que miente como aleuoso et non dixo en ello uerdad, mas que tiene ya traycion conseiada et bastecida» (PCG: II, 437a-b)

Ainda de salientar, nestes últimos trechos, a aceitação, sem grandes reticências, da leitura interpretativa dos agoiros, independentemente de se tratar de um hábito de raiz pagã. Reencontramos aqui o propósito, já referido, da relativa aceitação genérica de fontes e relatos mesmo se estes, por vezes, ou até certo ponto, transcrevem atitudes consideradas como duvidosas. A anuência relativamente a estes trechos só pode basear-se, precisamente, no pressuposto do "bom" uso e/ou na interpretação "correcta" a que estes elementos deverão ser sujeitos. Com efeito, estas crónicas parecem sublinhar não tanto a importância dos acontecimentos em si mas sobretudo a sua razão de ser, a sua explicação[340].

A ambivalência e as diversas interpretações possíveis de um mesmo facto são questões que se encontram constantemente subjacentes a estes textos. Da mesma maneira que, na história dos "Sete infantes de Lara / Salas", os mesmos augúrios podem ser interpretados de acordo com as conveniências e a honestidade das duas personagens, uma fábula, por mais superficial que pareça, também é passível de encerrar um fundo de verdade. Dado este pressuposto, uma *intentio auctoris* cujos fins se reclamem louváveis e que saiba direccionar o leitor para a "boa" interpretação do que expõe, terá liberdade para referir assuntos que, em outros contextos, seriam mais facilmente criticáveis. Graças a esta postura, é salvaguardada e justificada a presença de qualquer assunto nestes textos historiográficos[341]. Vamos assim ao encontro de algumas das características básicas que marcam as obras decorrentes do trabalho levado a cabo no *scriptorium* afonsino e que já foram anteriormente consideradas (I Parte 1.3. e

---

[340] Contrariando assim algumas observações e conclusões de Bernard Guenée que serão apontadas no início da III Parte. No que respeita aos assuntos que seguidamente serão tratados ver Isabel de Barros Dias, "Les lecteurs de signes", *Senefiance*, 42 (*Magie et illusion au Moyen Age*), 1999, pp. 113-121 pois vários pontos aqui expostos e exemplificados consistem numa revisão dos tratados neste artigo. Para um estudo acerca da presença do maravilhoso, mesmo se restrito à *Crónica de 1344*, ver Fernando Manuel Alves Martins de Figueiredo, "O Maravilhoso na *Crónica Geral de Espanha de 1344.* Tipologia e implicações narratológicas", Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa apresentada ao departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995. Para um estudo acerca da presença do maravilhoso na cultura e sociedade medievais ver Jacques Le Goff (1989), particularmente pp. 17-35 ("O maravilhoso no Ocidente medieval").

[341] Sobre esta questão ver a dicotomia apontada por Edgar De Bruyne, *op. cit.*, que opõe argumento a integumento, sendo o primeiro equacionado com o verosímil e o segundo com a verdade figurada ou parabólica que se esconde sob a mentira (ver nomeadamente vol. II, pp. 565-567 e 621).

1.4.). Referimo-nos, concretamente, ao objectivo de relatar "verdades" bem como ao omnipresente cunho didáctico. Com efeito, a finalidade desta historiografia não se esgota numa vontade de *delectare*, muito pelo contrário, procura, sobretudo, a crer nos prólogos, *docere*. Por esta razão, tudo o que é relatado pode ser defendido com o argumento da "utilidade", que se centra no desejo de educar e esclarecer o público. Neste âmbito, o que de eventualmente mais suspeito possa integrar estes textos justifica-se, em última análise, pela sua dimensão *a contrario*.

A naturalidade com que a interpretação dos agoiros é mencionada faz ainda adivinhar que se trataria de um costume relativamente usual, facilmente reconhecível pelas audiências. À semelhança desta, outras práticas, dado o seu uso, quando não quotidiano, pelo menos comum, ou porque a sua referência se encontrava autorizada pela presença em textos anteriores, são mencionadas pela narrativa com naturalidade. Assim, se alguns soberanos decidem expulsar feiticeiras, adivinhos, encantadores e mesmo filósofos, esses factos são integrados no fio historiográfico. Simultaneamente, se os mesmos soberanos que decidiram expulsar esses elementos reconsideram, essa atitude também é contada sem inibições[342].

É, no entanto, conveniente não deixar que estas narrativas, mesmo porque se podem considerar como presença ocasional neste *corpus* historiográfico, ofusquem a importância básica e omnipresente que se confere a uma "orientação de leitura" sempre que esta é, de alguma forma, atribuída a Deus. Trata-se de ajudas importantíssimas para o estabelecimento da "Verdade", conduzindo os Homens, seja por sinais, seja por palavras, à interpretação "correcta" dos acontecimentos que testemunham, como sucede com o cavaleiro que, cumprindo um costume piedoso, permanece numa igreja durante a batalha de Vau de

[342] Caso do imperador Tibério, que expulsa adivinhos e encantadores, mas aceita-os de volta quando estes lhe pedem perdão e prometem não reincidir (PCG: I, 111 – cap. 157). Sobre a adivinhação e a leitura / interpretação de signos em geral e suas contingências ver Walter Leszl, "I messaggi degli dei e i segni della natura", Giovanni Manetti (ed.), *Knowledge through signs. Ancient semiotic theories and practices*, Bologna, Brepols, 1996, pp. 43-85.

Cascajares, sendo aí substituído por um anjo que, obviamente, faz "maravilhas" contra os mouros[343]:

> Desque el conde torno de la fazienda, demando por aquel cauallero que tan bienandante auie seydo en aquel dia, et nol pudo fallar en todo el canpo; et desi sopo en como aquel so uassallo en cuya figura aquel pareçiera, que estauaençerrado en la eglesia con uerguenna que auie de que se non açertara en aquella fazienda. Et quando el conde sopo todo el fecho en como auie pasado, et uio el et los otros que todas las feridas que los moros dieran a aquel que andaua por el en el canpo, que todas las tenie en el perpunte et en la loriga et en el cauallo, et sopieron que non fuera y, entendieron et conosçieron que esto que por Dios uiniera et por la deuoçion que aquel cauallero auie en el et en los sacrifiçios de las misas, et que por esso quisiera el enuiar el so angel en su figura que lidiasse por el; et dieron loor et gracias al Nuestro Sennor et a Santa Maria su madre por este miraglo que auie fecho. (PCG: II, 426b-27a)

Em termos gerais, a origem de uma ilusão ou de um facto extraordinário qualquer, ou tem uma explicação natural, ou tem uma causa sobrenatural que pode ser, ou divina, ou diabólica. Deus usa frequentemente sonhos, visões, aparições e outros sinais[344] para comunicar aos seres humanos as Suas decisões, vontades e julgamentos. As mensagens enviadas por Ele aos Homens, nomeadamente a propósito do futuro, por intermédio daqueles que, sendo seus eleitos, demonstram o poder de produzir profecias, revelam-se infalivelmente correctas[345]. Em oposição, as tramas e ilusões produzidas pelo diabo ou pelos seus seguidores são tidas como sem poder ou, mesmo se causam alguns

---

[343] É curioso constatar que este "milagre de Vau de Cascajares" é integrado de forma diferente no relato da *Primera Crónica General* e no da *Crónica 1344* (nas suas duas versões). Enquanto que na primeira (bem como nas restantes crónicas consideradas) as narrativas deste milagre, das aventuras do conde Garcia Fernandes ("Condessa Traidora") e da "Lenda dos sete infantes de Salas / Lara" se sucedem sequencialmente; nas segundas verifica-se o encaixe de estas três histórias, o que denota uma construção narrativa mais elaborada.

[344] Caso das secas, chuvas diluvianas, fomes, tremores de terra, eclipses, cometas e outros elementos que pontuam os textos em questão e que servem, geralmente, para manifestar a cólera de Deus contra procedimentos errados tidos pelos Homens. Sobre esta característica que consiste na aproximação entre o ser humano e o Cosmos, ver Benoît Lacroix, O. P., *op. cit.*, 1971, pp. 104-105, 176-77 ou 187-89.

[345] Como se pode verificar, por exemplo, na PCG: I, 255 (cap. 452), 277 (cap. 500), II, 393-94 (cap. 690), 400-401 (cap. 698), 487 (cap. 807), 493 (cap. 812), 524 (cap. 852), 633 (cap. 952), 660 (cap. 981), 673 (cap. 994) ou ainda 1344b: III, 303-304 (cap. CDL).

dissabores, acabam por se revelar inoperantes[346]. Neste contexto, as intervenções da divindade servem, frequentemente, para repor a ordem no Mundo: objectos e/ou acontecimentos[347] "falam" para desvendar faltas que, de outra forma, permaneceriam desconhecidas e, por conseguinte, irreparáveis, bem como inúteis porque não assumiriam a salutar dimensão de exemplos.

Porém, a ambiguidade é uma constante do Mundo que acaba, impreterivelmente, por se revelar, subvertendo, deste modo, um confortável mas impossível maniqueísmo. Recuperando o que foi anteriormente referido acerca da presença de referências a situações e/ou procedimentos menos ortodoxos, reafirmamos aqui a impossibilidade de traçar fronteiras absolutas, o que se torna aparente, por exemplo, quando elementos integrantes da religião católica reiteram conclusões anteriormente decorrentes de práticas pagãs que se revelam assim como correctas. Referimo-nos, concretamente, à história do Cid, onde se verifica outro caso de interpretação de agoiros (PCG: II, 523 – cap. 851), logo seguido da visão de um anjo (PCG: II, 524 – cap. 852) que anuncia ao herói o bom futuro que este já lera, anteriormente, no comportamento dos animais. Paralelamente, encontramos interpretações de acontecimentos levadas a cabo por leigos mas que nem por isso estão erradas[348].

O mesmo se verifica com outro elemento habitualmente adscrito a tradições pagãs e que consiste na interpretação de sonhos. Já Macróbio classificava as fábulas e os sonhos de acordo com um critério estreito onde opunha a verdade à mentira[349]. No entanto, as fronteiras que estabelece também nem sempre são absolutamente claras. Com efeito, se Macróbio excluía as

---

[346] Caso do dragão que aparece aos homens de Fernão Gonçalves (PCG: II, 402 – cap. 699) ou das tramas da rainha de Leão (PCG: II, 409 e sgts. – cap. 709 e sgts.).

[347] Como o crucifixo que, tendo sido atingido por um judeu, sangra (PCG: I, 258 – cap. 459), as igrejas e túmulos que se quebram por "desgosto" (PCG: II, 411 – cap. 709 ou 1344b: IV, 207 – cap. DCC) ou a docilidade inesperada de um touro (PCG: II, 443-44 – cap. 745). Sobre a naturalidade com que os milagres são integrados no discurso historiográfico cristão mais antigo ver Pedro Juan Galán Sánchez (1994).

[348] Como se verifica com a interpretação que é dada para o caso da criança acabada de nascer que volta para o ventre materno (PCG: I, 17 – cap. 20) ou da água que, brotando, anuncia a morte de Afonso VI (PCG: II, 645 – cap. 964).

fábulas que só tinham como finalidade o prazer ou que eram mentirosas, aceitava, no entanto, aquelas que, baseadas na verdade, se desenvolviam como ficção. No que respeita aos sonhos, Macróbio fala concretamente de *visio*, aceitando assim a existência de sonhos proféticos que revelam factos a ter lugar no futuro[350], como é o caso, entre outros[351], do sonho de D. Sancha que, na *Crónica de 1344*, anuncia a chegada de Mudarra:

> – Senhor, sabede que, agora cõtra a manhãa, eu sonhava como eu e vos siiamos ẽ hũa muy alta serra e eu via vĩir de contra Córdova hũu açor voando. E pousavame ẽna mãao e abria suas aas; e a mỹ semelhava que era tam grande que a soombra delle cobrya a mỹ e vos. E levantavasse voando e hyasse pousar enno ombro de Roy Vaasquez, o treedor, e apertavao tam fortemente cõ as mãaos que lhe tirava ho ombro do corpo. E a mỹ parecia que per elle corryã rios de sangue; e eu punha os gyolhos em terra e bevya do sangue delle.
>
> E entom deu hũu sospiro dom Gõçallo e disse:
>
> – O sonho que sonhastes seera verdadeiro, ca de Cordova verra algũu de nosso linhagẽ que, como nos o açor cobrya das aas, assy nos cobrira de muyta honrra; e averemos em elle grande emparamento e defenssom. (1344b: III, 156-57)

Estamos pois perante mais uma situação de duplicidade, onde elementos provenientes de origens diversas se confundem e, até certo ponto, se completam e/ou sobrepõem. Neste contexto, é essencial referir uma personagem que, independentemente do facto de surgir de forma por vezes esporádica e fugaz, assume um papel fundamental na medida em que indica como múltiplas situações devem ser interpretadas. Com efeito, se as explicações são centrais na apresentação dos factos, essa importância terá que ser extensível àqueles capazes de ler e interpretar os elementos dispersos com que deparam. Por isso, os

---

[349] Henri Descamps, N. A. Dubois, Laass D'Aguen e A. Ubicini Martelli (ed. e trad.), "Commentaire de Macrobe sur le Songe de Scipion", *Oeuvres de Macrobe*, Paris, Panckoucke, 1847, tomo III, pp. 167-593 (pp. 173-195).

[350] *Visio* é o termo empregue para designar um sonho cujo conteúdo profético se realiza. Sobre este assunto ver Claude Lecouteux, "Paganisme, christianisme et merveilleux", *Annales*, 37e année, 1982, pp. 700-716 que distingue as cinco categorias de sonhos referidas por Macróbio no seu comentário ao sonho de Cipião (pp. 702-3). Ver ainda Jacques Joset, "Sueños y visiones medievales: razones de sinrazones", *Atalaya*, VI, 1995, pp. 51-70.

[351] É possível referir outros sonhos que se revelam correctos, como é o caso do de Júlio César em Sevilha (PCG: I, 9 – cap. 6) ou do do rei de Toledo relativamente ao futuro Afonso VI (PCG: II, 504 – cap. 827).

"estreleiros" que desempenham para o período Antigo as mesmas funções que eremitas e receptáculos de comunicações divinas preenchem, na era cristã. dificilmente serão aqui condenados. Algumas das figuras mais importantes da Antiguidade, como Hércules ou Júlio César, são acompanhadas e apoiadas por adivinhos, os "astrónomos" que interpretam, geralmente de modo correcto, os sinais recebidos, ou que aconselham os seus senhores a deixar novos elementos na cadeia dos sinais que aproximam diversos heróis (de que já falámos na I Parte 1.3.) e que se revela fundamental para a estruturação profunda do relato afonsino.

Mediante o que temos vindo a discutir, é possível verificar que, independentemente de uma eventual oposição primária e estreita entre "verdade" e "mentira", para o espírito enciclopédico de Afonso X, as "verdades" podem ter as origens mais díspares, pois os mistérios de Deus são insondáveis e o Mundo está cheio de mensagens que só esperam ser devidamente lidas e compreendidas. Os adivinhos e encantadores, mesmo que sejam, por vezes, associados a seres "diferentes" ou "menos humanos"[352], também têm um lugar e uma utilidade, nomeadamente enquanto desvendadores ou explicadores, leitores ou tradutores de sinais para ilustração daqueles que, perdidos na floresta do Mundo, procuram orientações. Com efeito, num Universo entendido como projecção da divindade, todos os seres e todos os acontecimentos têm, forçosamente, que ter uma razão de ser. No entanto, a clarividência necessária para descortinar estas razões é apanágio de alguns, os exegetas que dispõem das ferramentas necessárias para interpretar a complexidade semântica que se esconde sob estes signos que são as ficções, as ilusões, as visões, os sonhos, em suma, as realidades "outras" que podem surgir em qualquer local e em qualquer momento.

Esta postura articula-se também com a atitude subjacente à aceitação do fundo cultural greco-latino relativamente ao qual se considera lícito, quando não

---

[352] Como se pode verificar, nomeadamente, na narrativa acerca da origem dos Hunos: "ffallo entre su pueblo unas mugieres sabideras de encantamientos et de fechizos, et llamauan las en el lenguage de los godos *alirunnias*; et temiendo que farien algunos fechos malos en su gente, fizo las echar de la hueste et sagudar much alexos, assi que se fueron pora las montannas et pora los yermos. E ellas andando alli cuemo desarradas fallaron las los omnes montesinos que son llamados satiros et faunos ficarios. [...] E estos tales quando fallaron aquellas mugieres de los godos, yoguieron con ellas et fizieron fijos et fijas, de que se leuanto el linage de los hugnos. [...] Et eran gente menuda de cuerpos, et negros et crespos et delgados, assi que apenas semeiauan omnes;" (PCG: I, 226a).

aconselhável, ou mesmo fundamental, a aplicação de uma leitura exegética, à semelhança da empregue na Bíblia[353]:

> queremos uos contar aqui dellas segund las cuentan los auctores delos gentiles, e desi diremos en cabo lo que quieren dezir, ca fallamos que tan bien dixieron los gentiles palabras e razones que dizen uno e dan al a entender, como lo fazen los nuestros Testamentos, el de la nueua ley e el dela uieia, que andudo siempre en figura, lo que non faze tanto el nueuo, que anda ya enel fecho dela cosa (GE: I, 155a-b)

Lê-se mais adiante:

> non lo tenga ninguno por fabliella, por que es delas razones de Ouidio, ca el que las sus razones bien catare e las entendiere fallara que non ay fabliella ninguna, nin freyres predigadores e los menores que se trabaian de tornarlo en nuestra theologia non lo farien se assi fuesse, mas todo es dicho en figura e en semeiança de al (GE: I, 163a)

Torna-se, portanto, necessário um trabalho hermenêutico que, na prática, resulta em exegeses que podem ser alegóricas (no sentido mais acentuadamente medieval do termo)[354]:

> e fizieron ende sus libros en que pusieron razonnes estrannas e marauillosas e de solaz, mas non que acuerden con estoria menos de allegorias e de otros esponimientos; (GE: I, 369a)

As mesmas podem ainda surgir com o seu sentido actual, mais generalizado[355]:

---

[353] Afonso X assume aqui uma posição favorável à aceitação e integração do fundo greco-latino pagão por meio da exegese. Opõe-se assim a posturas mais estreitas de desconfiança relativamente à cultura sobrevivente da Antiguidade clássica e que defendiam a aplicação dos métodos exegéticos exclusivamente às Sagradas Escrituras.

[354] Entenda-se aqui "alegoria" como um dos níveis da leitura exegética. Este consiste numa interpretação de tipo metafórico onde, em termos gerais, uma narrativa é aceite e entendida como figurada, dizendo uma coisa mas significando outra, assimilável esta última a verdades superiores a descortinar. Sobre o entendimento da alegoria durante o período antigo e medieval, ilustrado com citações de definições dadas por diversos autores, ver Martin Irvine, *The Making of Textual Culture. 'Grammatica' and Literary Theory 350-1100*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 230-31 ou 244-271.

[355] Referimo-nos aqui à variante da personificação alegórica: "Uma variante da realização da alegoria é a «personificação» (*fictio personae*, [...], *prosopopoeia*; [port. *prosopopeia*]), que consiste na introdução de coisas concretas [...], assim como de noções abstractas e colectivas [...], como pessoas que aparecem a falar e a agir [...]." Heinrich Lausberg, *Elementos de Retórica Literária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 251.

> Et unos departieron esta razon desta guisa. Otros ennadieron aun, e entraron mas entendudamientre por ella e dizen assi: que Phorco quiere dezir pesadumbre e flaqueza de coraçon, et que el coraçon flaco siempre anda espantado; et Stenio, aquella su fija de Phorco, quiere otrossi dar a entender tanto como flaqueza; e Euriale, ancheza e cosa fonda o cuedar muchas cosas e non seer estable en ellas, e desto uiene desesperar; et Medusa, tanto como oluidança de bien. Et assi como Phoco ouo estas tres fijas: Stenio, et Euriale, et Medusa, assi el coraçon del pauor a estas tres cosas: flaqueza de coraçon, e desesperança de las cosas, e oluidança de bien que nasce de la flaqueza e de la desesperança. (GE: II, 1/2, 278b)

Explicações mais marcadamente evemeristas surgem, por exemplo, no excerto seguinte[356]:

> Onde fallamos que dizen enel latin Deus por nuestro sennor Dios, e que non a otro quelo sea nin a quien este latin digan con derecho si non a El solo; deos dezimos otrossi en latin por los dioses delos gentiles, que nin son dioses nin lo fueron, mas que fallamos que fueron omnes buenos poderosos e mas sabios quelos otros al su tiempo; diuos dizen otrossi los latinos por dioses, mas estos son dichos por los emperadores e por los reyes, que son sennores e dioses delos otros omnes enel mundo en uez de Dios (GE: I, 409b-410a)

A par do facto dos deuses pagãos serem referidos frequentemente sob um ponto de vista evemerista, também se verifica que, o que parece adivinhação, pode ser explicado como o resultado de uma sabedoria enorme que permite a interpretação de sinais inacessíveis ao comum dos mortais, como sucede com o já referido rei Rotas que, dada a sua sabedoria, parecia adivinhar o futuro[357].

No entanto, os textos nem sempre procuram racionalizar e/ou explicar as situações que reportam. Por vezes, a tomada de posição relativamente a sucessos ambíguos é deixada em suspenso, como se verifica com o imperador Domiciano que expulsa de Roma filósofos e "estrelleros" mas não resiste a consultar um e,

---

[356] Ver ainda Isabel de Barros Dias, (1998), pp. 198-99. Neste artigo são aduzidos vários exemplos de etimologias explicativas, nomeadamente evemeristas, bem como casos de racionalização de narrativas mitológicas em metatextos hermenêuticos, feitos de explicações mais ou menos naturais ou verosímeis de tom meio metafórico, meio alegórico. No entanto, os exemplos de procedimentos de desmistificação aqui expostos reportam-se exclusivamente às narrativas da história de Hércules.

[357] Conforme se pode verificar num trecho já citado na I Parte 1.1 (PCG: I, 12b-13a).

apesar dos esforços do imperador para contrariar as previsões que escutara, estas acabam por realizar-se:

> E echo otra uez Domiciano de la cibdat de Roma todos los philosophos et los estrelleros. [...] Auie entonce en Roma un estrellero a que llamauan Ascletarion, et era muy sabidor a grand marauilla, et preguntol Domiciano, que pues el sabie por la arte de las estrellas lo que auie de uenir, quel dixiesse que muerte morrie; e Ascletarion dixo: «No durara mucho que me despeçaran todo canes». Entonce Domiciano, por mostrar que no era nada aquel saber, mandolo matar et soterrar muy fondo por que lo non pudiesse descobrir ninguna cosa; mas non ualio nada tod aquello, ca uino a soora una grand tempestad, et abrio la tierra, et dessoterro el cuerpo, et depeçaron lo todo canes. (PCG: I, 140a-b)

Trata-se de mais uma situação que sublinha a aceitação de relatos menos ortodoxos mas que põem em relevo as diversas facetas da humanidade e da sua busca de saber, contrariando ainda (mesmo se, como já apontámos, só até certo ponto) a postura mais "estreita" segundo a qual a única "magia" admissível é a dos ritos, palavras e mensagens avalizados pela religião católica.

É evidente que, como já foi salvaguardado, se for necessário optar entre a magia e o cristianismo, a questão nem se coloca. Quando a narrativa refere os encantadores que prejudicavam os cristãos com os seus ídolos e sortilégios[358] ou as más influências que Maomé terá tido por parte do "judio estrellero" e os sortilégios que teria levado a cabo para difundir a nova religião[359], então as acusações de mentira e de aliança com o diabo para conhecer o futuro e fingir milagres não se fazem esperar. Além das situações de colisão mais frontal com a ortodoxia católica, também é possível encontrar críticas sempre que as práticas em questão são consideradas isoladamente e em si mesmas[360]. As censuras surgem, igualmente, de modo explícito quando o texto, por vezes, refere

---

[358] Como por exemplo na PCG: I, 167 (cap. 267) ou 186 (cap. 316).

[359] PCG: I, 261 (cap. 467), 262 (cap. 469), 263 (cap. 472), 266 (cap. 478), 267-68 (cap. 483), 270-71 (cap. 488-89), 274 (cap. 494).

[360] Caso dos agoiros, que são incluídos na tipologia que se estabelece na *General Estoria* a propósito dos diversos tipos de magia, onde são considerados como sendo das crenças que mais se afastam de Deus, porque associados à cobiça e/ou à vontade de saber além do permitido: "E otrosi de aqui se leuantan otras creençias e vanidades commo catar agueros e yr a adeuinos; pero fazenlo los omnes toda via por razon de saber mas de sus faziendas e parar las mejor." (GE: II, 2/2, 342a). Ainda sobre a prática dos agoiros e as suas representações literárias, ver Ramón Menéndez Pidal (1959), pp. 32-34.

feiticeiras[361] ou acusa uma personagem de corromper o saber que deveria ter aprendido, produzindo explicações falsas, geralmente ao serviço de um inimigo, seja ele herege, muçulmano ou ambos[362]. No entanto, mesmo se as capacidades exegéticas dos "inimigos" nem sempre parecem ser as melhores[363], também se verificam situações onde sábios, nomeadamente muçulmanos, realizam interpretações correctas[364].

Podemos pois reiterar como, na sua maior parte, este *corpus* historiográfico procura não apresentar os factos menos ortodoxos exclusivamente de um ponto de vista estreito e maniqueísta. Independentemente de assumir e defender uma relativa ortodoxia, quando a comunicação de sinal positivo com o divino (por intermédio de membros da Igreja, de profetas ou de sonhos) não tem lugar, também não exclui, chegando mesmo a admitir, outros recursos, como sucede com o rei Saul na *General Estoria*[365]. É certo que todos estes elementos poderão já constar das fontes usadas, em termos idênticos, ou semelhantes. No entanto, cada integração por parte de novos compiladores é sempre fruto de uma

---

[361] Como por exemplo na PCG: I, 362 (cap. 631) ou 2344b: IV, 282 (cap. DCCXLI).

[362] "E desi fizo echar dell arçobispado de Seuilla por sentencia del concilio all arçobispo Theodisto por esta razon: este Theodisto era natural de Grecia, et sabia fablar muchos lenguages, e en la palabra que el dizie et demostraua semeiaua muy blando et muy manso, mas dentro en el coraçon era lobo uerdaderamientre que yazie so piel de oueia, assi como lo el demostro despues; e libros que fiziera san Esidro et compusiera muy fremosamientre, et que non eran aun leydos nin oydos, que fablauan de las naturas et de la natura de la fisica et de la sciencia que llaman notoria, corrompiolos el como en razon de fe, et tiro dellos las cosas uerdaderas, et escriuio y las falsas, e fizo las otras trasladar de latin en arauigo a uno que auie nombre Auiscennian. E pues en esto et en otras cosas muchas seyendo el falso et mintroso a Dios, et sabiendo lo ya todos, et seyendol prouado que era contrallo et torticiero en los articulos de la fe et herege, fue echado de la dignidad del arçobispado; ca el dizie que Nuestro Sennor Ihesu Cristo de souno con el Padre et ell Spirito Sancto non era un Dios uerdadero, mas era como por fiio. Pues que este Theodisto fue echado dell arçobispado, assi como dixiemos, paso la mar et fuesse pora los alaraues, et touosse a la secta de Mahomat, et predigo muchas falsas cosas." (PCG: I, 278b-79a).

[363] Como se pode verificar no caso do surgimento de um ser em figura de pastor que aparecia e desaparecia enquanto chorava a derrota de Almançor. Os sábios muçulmanos conseguem interpretar o significado da sua presença e dos seus lamentos mas não chegam a consenso quanto à sua natureza: PCG: II, 449-50 (cap. 755).

[364] Como se pode verificar na PCG: II, 504-505 (cap. 827), 658 (cap. 979) ou na 1344b: II, 367 (cap. CCXXX).

[365] Que expulsa os adivinhos mas depois, perante o silêncio da divindade, vê-se obrigado a consultar "una muger que aya el fito" (GE: II, 2/2, 334b).

escolha e de uma anuência pelo que cada elemento veiculado pode e deve ser também entendido de acordo com esta dimensão[366].

A par dos casos já referidos, cabe ainda mencionar outras figuras que se revelam bastante auto-suficientes, necessitando de muito pouca ou mesmo de nenhuma orientação, na medida em que são elas que, incondicionalmente apoiadas pela divindade, ditam as suas próprias regras. Trata-se, uma vez mais, de Afonso Henriques e de Fernão Gonçalves, duas personagens tão fortes que podem assumir por si só a "Autoridade" da exegese que apresentam:

> E, despois que el rey e o cardeal ouveron todo seu preyto firmado, e ao tempo que lhe avia de mandar a carta, como ja ouvistes, desvestyosse el rey de suas vestiduras e disse:
>
> – Querovos mostrar, dom cardeal, em como eu som herege.
>
> E entom lhe mostrou todas as feridas que ouvera em seu corpo, dizendo e assignando quantas e quaaes feridas ouvera nas batalhas e quaaes nos combatos e quaaes nas entradas das villas que tomara aos mouros.
>
> – E pera esto levar adiante, disse el rey, vos tomo este aver porque som muy pobre e heyo mester pera mỹ e pera meus fidalgos. (1344b: IV, 229)

Um episódio interessantíssimo, sobretudo quando integrado no contexto alargado da tradição tópica de valorização do significado das cicatrizes dos heróis. Entendidas como "escrita paralela", as cicatrizes valem aqui pela história ou pelo percurso combativo do herói. À semelhança de outros casos, onde a expressão plástica completa ou substitui o discurso, o herói "marcado" traz assim em *abbreviatio* extrema o seu "livro pessoal", escrito "a ferro e fogo" no próprio corpo e do qual, pelo menos no caso presente, é a própria personagem que assume a chave interpretativa para a leitura correcta das suas "marcas"[367].

---

[366] Sobre esta questão ver Suzanne Fleischman, "On the representation of history and fiction in the Middle Ages", *History and Theory*, XXII (3), 1983, pp. 278-310: "Moreover, in the case of Alfonso and of most medieval chroniclers, the determining criterion for what to include and what to omit was not so much a desire for objective and comprehensive reporting, but rather the function of the work – typically propaganda and/or panegyric – coupled with what Brandt calls "the principle of interest", that is, telling a good story" (p. 301).

[367] É por isso que as cicatrizes são, com tanta frequência, entendidas como significativas, nomeadamente ao associarem-se ao *topos* do reconhecimento de uma personagem, como sucede, por exemplo, com Yvain que, no romance que narra as suas aventuras, mesmo depois de, num acesso de loucura, se ter esquecido de si e assumido as características de um selvagem, ainda é, no entanto, reconhecido por uma

Também Fernão Gonçalves assume o poder exegético. Por um lado, este pode concretizar-se, de um modo mais superficial, com a mera glosa, como no relato que faz aos seus homens das comunicações superiores de que fora alvo,

- tanto na sua forma mais abreviada:

> El conde conto estonces a sos uassallos como le contesciera con aquel frayre que fallara, et comol diera buena posada. (PCG: II, 394a)

- como amplificada (repetida em maior pormenor):

> «Amigos, ruegouos por Dios que me oyades, ca me non repiento de lo que fiz; et quando lo sopieredes, non ternedes que erre en ello tanto. Yo fui a la heremita de San Pedro por uer a mio amigo frey Pelayo; et quando y llegue, dixeronme como era muerto et mostraronme el logar do yazie enterrado. Desi entre en la eglesia et fiz mi oracion, et en faziendola, adormecime; et ueno a mi aquel monge do yazia durmiendo, et dixome assi: «espierta, amigo, ca ora es et sazon». Et yo esperte et cate, et non pud uer ninguna cosa. Et oy una grand uoz del cielo, segund el mio entender, que dixo assi: «conde Fernand Gonçalez, leuantate et ue tu uia, ca deste tercer dia uençras a Almançor et a todo so poder», et que fazia mal en tardar tanto, ca aquel por cuyo amor yo lidiaua me ayudarie. Et en aquella hermita fuy otra uez bien conseiado del monge frey Pelayo, ca por su conseio uenci a Almançor, et por esso le fuy agora uuscar, pora auer mio conseio con el et por aguardar a uos todos, que por mingua de mi non cayessedes en yerro: Et mester nos ha conseio de Dios et de los omnes, ca nunqua Almançor tan grand poder ayunto como agora tiene ayuntado. (PCG: II, 401a-b)

Por outro lado, é ainda possível observar um nível mais profundo, apoiado, no entanto, pelo aval e pelo incentivo superiores[368] com a explicação dos fenómenos

---

cicatriz, como está patente no texto de Chrétien de Troyes, *Le Chevalier au Lion* (ed. de Mario Roques), Paris, Champion, 1965, pp. 88-89.

[368] Na medida em que esta exegese já é anunciada a Fernão Gonçalves nas palavras do monge Pelaio: "Et ante de tercer dia seras en muy grand cueyta, ca ueras toda tu yente muy espantada por un signo muy fuerte que ueran, et non aura y tan esforçado que desmayado non sea; mas conortalos tu luego lo meior que pudieres, et departirles as tu otrossi el signo lo meior que tu sopieres; et ellos perderan luego todo el miedo." (PCG: 394a).

que marcam os seus embates contra os mouros; ambos aparentemente negativos[369], mas que o conde consegue "ler" de uma forma favorável,

- tanto antes da batalha de Lara:

> Et acaescio alli aquella ora el signo quel monge dixiera al conde; ca un cauallero de los suyos, omne arreziado et muy ualiente, caualgaua un muy buen cauallo ligero et fermoso, et diol de las espuelas por salir adelante, et abriose la tierra et sumiose el cauallo con el cauallero. Estonces fueron todos muy espantados et dixieron: «por nuestros pecados fue esto que assi contescio agora, et bien semeia que Dios nos a desamparados; et fizieramos meior seso si nos ouieramos tornados, ca por oio lo uemos que Dios quiere ayudar a los moros; pues ¿como podremos nos yr contra ellos?» Dixoles estonces el conde: «amigos, non lo fagades assi, nin querades ganar en poco mal prez por siempre, nin desmayedes sin feridas, nin demostredes en uos tal couardia como esta; ca departiruos quiero yo lo que muestra este signo et lo que quiere ser: sabet que pues que uos fazedes somir la tierra ante uos, que es tan dura et tan fuerte ¿quales cosas otras uos podran sofrir? Et uos todos sodes omnes de alta guisa, et ueo agora uuestros coraçones enflaquescer contra yentes que non son sinon como sombra. Et uos non deuedes por esto auer ningun miedo, ca yo este dia cobdiciaua uer et ser en tal affuenta con Almançor en el campo. Et agora uere de como los castellanos sabedes guardar sennor» (PCG: II, 394b-95a)

- como antes da batalha de Fazinas:

> Et desque ennochecio uieron una serpient yrada que uinie por el aer sangrienta et como rauiosa, et daua tan fieros siulos, que non ouo y ninguno que non fuesse espantado; et tan grandes fuegos echaua por la boca, que todos los de la hueste se ueyen unos a otros. Et espertaron al conde que yazie durmiendo; mas quando el fue espierto et leuantado, passada

[369] Mas, de sobremaneira, o primeiro, que, na tradição clássica, se associa à punição de uma personagem negativa, como é relatado na *General Estoria*: "Et assi quiso Dios que alli o era la mayor priessa de la batalla que se abrio aquel ora la tierra duna grant auertura e fonda fasta en los auismos; e assi acaesçio que cayo dentro el obispo Amphiarao con so carro e so cauallo quel trayen, et muchos otros de los que estauan cerca del cayeron alli. Despues desto tornos la tierra a so lugar, e ayuntos, e parosse como antes era. Et Amphiarao descendio uiuo al infierno; et, segunt cuenta aqui la estoria, esto fue por deslealdat grant ademas que auie en el, ca diz que en los dias de su uida auie seruido a los ydolos e paladinamientre a los diablos." (GE: II, 1/2, 378a-b). A este acontecimento segue-se o medo dos combatentes e o retirar da batalha, exactamente o contrário do que Fernão Gonçalves leva os seus homens a fazer. Já de ressonância Bíblica será o episódio relatado, igualmente na *General Estoria*, onde os Filisteus, ao atacarem os Judeus, são engolidos pela terra (GE: II, 2/2, 238). O segundo fenómeno também encontra possíveis associações na tradição bíblica onde é relatado o momento quando, na corte do Faraó, as cobras ou dragões produzidos pela magia dos encantadores e feiticeiros do Egipto são engolidos pela cobra de Moisés. Esta situação é igualmente contada na GE: I, 334.

> era aquella serpiente. Et el conde quando se leuanto, uio todo su pueblo muy espantado de aquella uision que uieran, ca tenien que era sennal de ser uençudos. El conde, quando lo sopo et lo entendio, mando llamar a todos los de la hueste et dixoles assi: «Amigos, los moros son omnes que saben muchos encantamentos, et llaman los diablos con sus espiramientos que fazen; et algun moro astroso que sabe fazer estas cosas, fizo aquella uision uenir por ell aer por espantarnos con esta arteria. Mas uos, como sodes omnes entendudos, bien deuedes saber que el diablo non nos puede fazer ningun mal, ca le tollo el poder Nuestro Sennor Jhesu Cristo. Et nos acomendemosnos a aquel sennero Dios que fizo todas las cosas del mundo et que es poderoso de dar et de toller a quien el quiere, et non demos nada por tales cosas. (PCG: II, 402a-b)

Estas duas personagens, tanto quanto os "estreleiros" ou os eremitas exegetas, também podem, até certo ponto, ser entendidas como figurações do próprio poder do cronista e da possibilidade que este detém de manipular os factos que conta. Para além da justificação primeira baseada no pragmatismo didáctico, o cronista, pode "compor" o seu discurso de forma a "guiar" o leitor na interpretação que mais lhe convier. Assim como os adivinhos e os mágicos eram os hermeneutas eleitos que podiam desvendar o futuro, o historiador é o intermediário por meio do qual o futuro poderá ser preparado. No que respeita a esta questão, é curioso constatar que a imagem que Afonso X deixou aos cronistas que continuaram o trabalho que ele próprio iniciara é precisamente a de um sábio inclusivamente na arte da astronomia, dada a obra produzida neste campo:

> E foy rey muy sabedor e fez escrepver muytos livros e treladar de latym ẽ lynguagẽ. E dizẽ que espiçalmente soube muyto ẽ estronomya e se deu a ysso cõ grande cuydado e diligẽcia, ẽ tanto que cõpos dessa ciençia algũus livros. (1344b: IV, 513 – cont. do ms. P)

O cronista será, pois, aquele que conhece os factos positivos e negativos do passado, dos quais escolhe alguns que, graças ao seu texto, se salvam do esquecimento. Com estes elementos leva a cabo uma composição onde ordena acontecimentos e personagens do modo que lhe parece melhor para reflectir o Mundo de acordo com a ordem e o sentido que lhe atribui e que, como tem vindo

a ser verificado, poderá variar de acordo com a evolução das intenções de cada "senhor do texto". Os exemplos escolhidos no passado têm, no presente, um valor de preparação para o futuro no qual se projectam enquanto possibilidade. O cronista assume, portanto, a função de regulamentar os valores mentais do seu público e, implicitamente, da sociedade que integra. Será, também ele, e ao mesmo tempo, um leitor e um descodificador dos signos do passado, mas, igualmente, um elaborador e incentivador à descoberta ou, pelo menos, à procura de novos graus de conhecimento.

2.2. O Verbo atraiçoado

Lisonjeadores, maldizentes e caluniadores são figuras tradicionalmente odiadas[370]. Omnipresentes nas diversas manifestações literárias, com particular incidência na lírica e no romance cortês, estas personagens concentram em si o veneno das palavras enganosas e traiçoeiras de que se servem.

No *corpus* historiográfico em questão, este modelo é encarnado, maioritariamente, na figura do mau conselheiro, dos lisonjeadores de corte ou de simples caluniadores que influenciam mal os reis suficientemente crédulos ou ingénuos para lhes darem ouvidos[371]. São figuras que fazem o contraponto relativamente aos aios e/ou restantes vassalos fiéis e que se sacrificam pelos seus senhores. No entanto, nem sempre a distância que separa estes dois pólos é abissal, à semelhança da proximidade entre alguns traidores e outros heróis, já constatada (II Parte, sobretudo pontos 1.3., 1.4. e 1.5.).

---

[370] Para um estudo sobre as múltiplas críticas e considerações tecidas por diversos autores, durante o período medieval, contra estas e outras características ver Carla Casagrande e Silvana Vecchio, *op. cit.* De entre os diversos usos viciosos da língua analisados por estas autoras salientam-se os seguintes: *blasphemia*; *murmur*; *mendacium*, *periurum*, *falsum testimonium*; *contentio*; *maledictum*; *contumelia*, *convicium*; *detractio*; *adulatio*; *iactantia*, *ironia*; *derisio*; *turpiloquium*, *scurrilitas*, *stultiloquium*; *multiloquium*; *verbum otiosum*, *vaniloquium*; *taciturnitas*. Ver ainda Jesus Montoya Martínez (1993), sobretudo cap. VIII, acerca das críticas contra a difamação, as injúrias, a adulação, o escárnio...

[371] Sobre a função dramática dos maus conselheiros neste *corpus* historiográfico, ver Isabel de Barros Dias, (1999c) pois vários dos argumentos presentes neste artigo são igualmente aduzidos à problemática tratada neste ponto. Ver igualmente Adalbert Dessau (1959), p. 26.

A um nível bastante evidente, os maus conselheiros preenchem uma importante função dramática neste *corpus* historiográfico. Quando um rei erra, somos, frequentemente, confrontados com o argumento do mau aconselhamento, como sucede com o rei Vermudo II ou com Sancho II de Portugal:

- En este anno este rey don Vermudo, luego que começo a regnar, confirmo las leys de los godos, et fizo guardar bien los establecimientos de los santos padres. Et maguer que el era assaz cuerdo et entendudo, non dexaua de escuchar mucho losengeros et omnes maldizientes, (PCG: II, 443b)

- Mas el rey don Vermudo, como quier que se emendasse de muchas cosas que fiziera contra Dios, non dexo todauia de oyr et ascuchar omnes losengeros, (PCG: II, 450b)

- E este en começo de seu regnado, começou de seer muy boo rey. Mas ouve maaos consselheiros e leyxou de fazer justiça, en tal guisa que desperecia a terra e hia todo ẽ perdiçom, ca roubavã os caminhos e faziã todo dãpno na terra e elle nõ tornava a ello nẽ hũa cousa. (1344b: IV, 238)

Estes excertos parecem integrar-se numa estratégia retórica relativamente óbvia, geralmente usada com vista à protecção da imagem da figura real. Como já foi apontado anteriormente (II Parte 1.5.), graças ao *topos* do mau aconselhamento, eventuais culpas por atitudes menos correctas ou menos populares, por parte de um soberano, podem ser facilmente adscritas a figuras menores que se transformam assim num importante sustentáculo da instituição régia.

De um modo genérico, sempre que um soberano está à beira de cometer um acto errado (provocado, obviamente, por mau aconselhamento), os seus vassalos leais ou, em última análise, o próprio poder divino, agindo por sinais suficientemente explícitos, intervêm, impedindo o rei de cometer uma injustiça[372]. Verificam-se alguns casos mais complicados, já referidos, onde um

[372] Como se verifica com o touro perante o arcebispo de Santiago: PCG: II, 443-44 (cap. 745); com a seca, fome e visões que obrigam o rei D. Vermudo II a libertar o bispo de Oviedo (PCG: II, 450-51 – cap. 756-57); com o anjo que liberta uma princesa cristã dada erradamente em casamento a um mouro (PCG: II, 452 – cap. 761), ou ainda com o estabelecimento da inocência da rainha D. Elvira falsamente acusada de adultério (PCG: II, 475 – cap. 791).

vassalo é acusado de dar maus conselhos quando procura, simplesmente, desviar o seu líder de atitudes que considera erradas[373]. Porém, a maioria das ocorrências de casos de mau aconselhamento consiste, sobretudo e efectivamente, na difamação de alguém, esse sim, marcado com a chancela da lealdade. Estas acusações injustas são, regra geral, entendidas precisamente como actos de traição ou de aleivosia, o que é corroborado no *corpus* legislativo afonsino onde é estabelecido um paralelo com a traição física, de morte, uma vez que se considera que difamar equivale a matar, no caso, a matar a (boa) fama de alguém, mormente a de um rei:

> Ley quarta como deue el pueblo auer plazer con la buena fama del rey & pesar le dela mala.
>
> Gostar es el quarto sentido del alma sentidor. & este puso dios enla boca & señaladamente enla lengua Ca assi como el gostar departe las cosas dulçes delas amargas & pagase delas que bien saben & aborreçe las otras & la lengua es prouador & medianera de todas cosas. otrosi asemeiante desto deue el pueblo saber bien la buena fama de su señor & dezir la con las lenguas & retraer la. E las palabras que fuesen aensañamiento del no las querer dezir nin retraer en ninguna manera & muy menos asacarlas nin buscar las de nueuo. Ca el pueblo que desama asu rey diziendo mal del porque pierda buena prez & buena nonbradia por quelos onbres lo ayan de desamar & aborreçer faze traycion conoscida. bien assi como si le matasen. Ca segund dixieron los sabios que fizieron las leyes antiguas dos yerros son como yguales matar al onbre o enfamar lo de mal porque el onbre despues que enfamado. maguer no aya culpa muerto es quanto al bien. & ala onrra deste mundo. & demas tal podria ser el enfamamiento que mejor le seria la muerte quela vida. Onde los que esto fiziesen deuen auer pena como sile matasen quanto ensus cuerpos & en otros sus bienes. Pero sin tan grand merçed le quisiere fazer quel dexasen la vida deue le cortar la lengua con quelo dixo de manera que nunca conella fable[374].

---

[373] Caso do conselho de D. Simão, contestado pela mulher do conde Julião ou do vassalo que aconselha Sancho II a não prosseguir com as lutas fratricidas, situações já referidas na II Parte 1.5.

[374] Cynthia Wasick (transcr.), Rolando Cossio, Vicens Colomer (corr.), Alfonso X, *Siete Partidas*, Admyte (1994), II partida, título XIII, lei IV (fol. 94r). Foi nossa a opção de omitir o aparato da transcrição diplomática a fim de facilitar a leitura do excerto. Este trecho também é citado, se bem que com propósitos diferentes, por Inés Fernández-Ordóñez (2000a), onde, além do referido passo, a autora cita ainda versões semelhantes presentes tanto no *Fuero Real* (I, 2, 2) como no *Espéculo* (II, 1, 10) (pp. 273-4). Sobre a condenação medieval da difamação e da maledicência, nomeadamente enquanto formas de semear a discórdia, ver Carla Casagrande e Silvana Vecchio, *op. cit.*, pp. 239-252; para a aproximação entre maledicência e homicídio, *idem*, *ibidem*, p. 247.

Em alguns dos casos relatados por estas crónicas, é possível identificar situações e personagens concretas e históricas que estarão subjacentes a determinadas figuras de conselheiros. As invectivas do conde de Barcelos contra Gomes Lourenço, na *Crónica de 1344*, têm por base um caso bastante individualizado de inimizade declarada[375]. No entanto, também não é menos frequente a apresentação de nomes que, mesmo se no momento tivessem referentes concretos, com o tempo, estes ter-se-ão diluído em prol de um estatuto de raridade ou de ficcionalidade:

> et acaescio estonces assi que tres sieruos que eran de la companna de la eglesia de Santyague, que auien nombre ell uno Çadon, ell otro Cadon, et el tercero Ansilon, que acusaron de grand culpa contral rey a Athaulfo su arçobispo (PCG: II, 443b)

Ao que acresce ainda o facto da situação mais comum consistir em alusões difusas a uma má influência ou a um mau aconselhamento, como:

- unos omnes malos et auoles et de mala parte, segunt dize ell arçobispo, queriendo meter mal et desabenencia et desamor entrell emperador don Allffonsso et don Loys rey de Francia (PCG: II, 656a)

- Este rey don Fernando de Leon, assi como cuentan las estorias, buen rey fue, piadoso et rey de misericordia et de buen alma; pero, assi como cuenta ell arçobispo don Rodrigo, oye de ligero dichos de losenias et de meçclas, et a los quel andauan murmuriando destas cosas tales et de tuertos et de nemigas. Et aquellos losenieros quel esto dizien querien turuiar los comienços del su regnado, et dixieronle algunos dellos por murmurios mal de algunos sus condes et rycos omnes, et meçclaron y con el al conde don Ponç et a otros de los buenos omnes. (PCG: II, 665a)

[375] 1344b: IV, 253 ou 256. Acerca do antagonismo entre D. Pedro Afonso e Gomes Lourenço, contra quem o conde também escreveu uma canção de escárnio, ver Luís Filipe Lindley Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol. I (Introd), pp. CLIX-CLII ou *idem*, "D. Pedro, conde de Barcelos, Gomes Lourenço de Beja e a autoria da *Crónica Geral de Espanha de 1344*", *Boletim de Filologia*, XVI, 1956-57, pp. 137-39.

Estas alusões podem também assumir o aspecto de uma chamada de atenção genérica contra a possibilidade do mau aconselhamento, surgindo, neste caso, geralmente integradas na enumeração dos agora bons conselhos dados a soberanos ou, mais frequentemente, a príncipes à beira de se tornarem reis. Estes ensinamentos são fornecidos, seja por preceptores dedicados, seja pelos próprios pais que, nos seus leitos de morte, tentam dar aos filhos as regras básicas pelas quais estes deverão orientar o seu governo, como sucede com a interpolação amplificativa do diálogo entre Teuderigo e o seu neto Amalarico quando o primeiro entrega ao segundo o governo das Espanhas, na *Crónica de 1344*:

> – Meu filho, vos sodes em tal ydade que ja saberedes reger reyno; e porẽ eu querovos dar os reynos que foron de vosso padre. E comprevos saber as condiçõoes que deve aver o rey: ca o rey deve seer sabedor, franco, liberal e nobre de coraçom; deve de seer bem acustumado, tenperado e ygual a todos, justiçoso e boo governador e seer sem cobiiça senom de honrra e de senhorio e seer de muy boo consselho e muy forte e esforçado ẽnas batalhas e amador do seu poboo e acrescentador de sua terra. Porẽ vos rogo, meu filho, que aprendades esto que vos digo e que ajades sempre ẽ vosso conselho homẽes de boas conciẽcias e sabedores e fidalgos e boos conselheiros e de grandes coraçõoes, ca taaes compre ao rey aver em seu conselho, por que, quando lhes demandar conselho em os grandes feitos, que lho possam e saybam dar. Nunca cheguedes a vos e a vosso conselho homẽes de baixo sangue e vyl condiçon, ca taaes como estes nom ham bõo conselho em feyto d'armas nem som pera grandes feytos, ca estes nõ sabem consselhar os reys senom ẽ tirãnya do poboo e desavenças dos fidalgos e todos maaos costumes e esto por fazerem de sy grandes e ricos, a qual cousa elles nõ ham de sua natureza; ca nom pode o rey aver mais perigosos ẽmigos que maaos conselheiros. Grande myngua he ao rey cõversar com homẽes viis. E porende vos, meu filho, regeevos segundo o que vos hey devysado. E prezade e hõrrade os fidalgos. E amade e regede bem os poboos. E a todos geeralmente fazede dereyto e justiça e assy seeredes amado e temudo. (1344b: II, 168-69)

Estes pequenos *specula principorum*, independentemente de poderem, por si só, constituir narrativas independentes e autónomas, são frequentemente integrados nesta historiografia, com alguma predominância nos textos portugueses (como já foi referido na I Parte 4.). Coligindo exemplos e/ou máximas direccionadas para a orientação dos governantes, estes passos incluem, frequentemente, chamadas

de atenção relativamente à necessidade de manter a boa justiça entre os súbditos e/ou críticas contra as más influências de conselheiros indignos. Dado o carácter teórico e normativo destes textos, a figura do mau conselheiro atinge aqui níveis bastante altos de indefinição e generalização, só ultrapassados quando as invectivas e as críticas sociais são apresentadas sob a forma de animizações, personificações ou alegorias[376].

Independentemente de quem possam ter sido ou do que poderão efectivamente ter feito; independentemente dos seus nomes serem reais ou fictícios, os maus conselheiros, de um modo geral, ajustam-se a uma série relativamente limitada de características[377]. Em primeiro lugar, encontramos a capacidade para produzir palavras "más" e "enganosas"[378]. Em concomitância, e apesar de, na lenda do Cid, surgir o paradigma oposto, pois aí são os membros das velhas linhagens que, por inveja, intrigam contra o herói castelhano[379], outro traço que sobressai, com bastante frequência, é o de um estatuto social subalterno, sendo referido geralmente ou a condição de servo ou o nascimento vil[380]:

---

[376] Além das conhecidíssimas narrativas francesas que popularizaram o astuto "Renart", também na Península é possível encontrar uma obra do mesmo tipo, datada de fins do séc. XIII, pelo que seria mais ou menos contemporânea de Afonso X, e que também não poupa as invectivas contra os maus conselheiros, exemplificadas nas intrigas que a raposa tece contra o leão. Referimo-nos à obra de Ramon Llull, *Llibre de les bèsties* (intr. de Jordi Rubió e Armand Llinarès), Barcelona, edicions 62, 1995 e que não deixa dúvidas de interpretação no seu *explicit*: "Finit és lo *Llibre de les Bèsties*, lo qual Fèlix aportà a un rei per tal que veés la manera segons la qual, en ço que fan les bèsties, és significat com lo rei dega regnar e es dega gordar de malvat consell e de falses hòmens." (p. 100).

[377] Uma posição semelhante é defendida por Ruth Morse, *Truth and Convention in the Middle Ages. Rhetoric, Representations and Reality*, Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney, Cambridge University Press, 1991 que defende que, na historiografia, há experiências, de facto, mas estas são expressas de acordo com convenções, com uma tradição textual preexistente que era absorvida desde o ensino escolar, com leituras e exercícios compositivos. Ainda segundo a autora, esta convencionalidade atinge o seu auge precisamente no caso do imaginário alegórico.

[378] Das quais uma dimensão de intriga política raramente se encontra ausente, quer se trate de maledicências, quer de lisonjas (ex: PCG: II, 677 – cap. 997). Sobre estes procedimentos, ver Carla Casagrande e Silvana Vecchio, *op. cit.*, pp. 239-263, nomeadamente. "La flatterie mine en effet l'ordre des rapports humains: non seulement elle change l'amitié en son contraire, ainsi qu'on l'a déjà signalé, mais très souvent elle ne respecte même pas l'ordre social, se révélant un moyen très efficace de contester la distribution de biens et du pouvoir." (pp. 258-59).

[379] Relativamente aos paradigmas sociais subjacentes às narrativas sobre a vida e feitos do Cid e que advogam a possibilidade de ascender socialmente graças ao esforço e mérito próprios ver o estudo de Joseph J. Duggan (1989).

[380] Caso, por exemplo, das referências que surgem na PCG: II, 443 (cap. 745), 668 (cap. 988) ou na 1344b: III, 407-8 (cap. DXI). Este traço também se verifica em algumas canções de gesta francesas onde se pode detectar uma ofensiva contra o aumento do poder das classes mais baixas, pelo que esta situação

> Yssem auie un alguazil que era mas poderoso que ell que era sennor, et era muy cruel omne contra los de la çibdad; et porque era omne uil et de uil linnage demostraua toda uileza en todos sus fechos, et non se acordaua en catar que omne era nin de que sangre uinie, ca tenie el que meior omne era que todos los de la uilla et que mas ualie, assi que ninguno non acordaua con el nin el con otre, (PCG: II, 466a)

A actuação destas personagens provoca vários tipos de males, de onde salientamos a perda de terras e/ou desacordos entre os reis mal aconselhados e os seus nobres ou mesmo membros da própria família real, como se pode verificar na seguinte chamada de atenção, em tom didáctico-sentencioso, da *Crónica de 1344*:

> Aqui som de notar duas cousas: a primeira em como Issem, rey de Cordova, perdeo o reyno por maao oficial e vil e cruel e de vil linhagem; (1344b: III, 231)

De notar ainda como, à semelhança do que sucedia com os traidores já referidos na II Parte 1.1., os maus conselheiros também podem formar linhagens próprias nas quais reincidem estas perfídias. Acresce ainda o facto de nestas linhas familiares se poderem verificar, tanto os enganos verbais (enquanto maus aconselhamentos), como as traições físicas anteriormente apontadas[381].

Verifica-se assim como a apresentação destas figuras se adapta a um modelo nitidamente pré-concebido onde acções e palavras se coadunam na criação de tipos literários conformes a uma estratégia retórica que, *a priori*, e na sua dimensão mais óbvia, aponta para o suporte de uma ideologia realista. Estas figuras, estando muito longe de qualquer protagonismo, tornam-se, no entanto,

---

também pode ser vista como não incompatível com o tom pró-aristocrático. Sobre este assunto ver Jean Flori, "L'idéologie aristocratique dans *Aiol*", *Cahiers de Civilisation Médiévale,* 27, 1984, pp. 205-221.

[381] O caso de Álvaro Nunes será porventura dos mais ilustrativos destas tendências, como se pode verificar no trecho citado na nota 47 de esta II Parte (1344b: IV, 517). Ver igualmente as situações referidas na nota 45, também de esta II Parte. De salientar ainda como, por exemplo, o bispo Oppa tem "palabras mansas et falagueras pero engannosas," (PCG: II, 322b), o usurpador Mauregato era "omne de buena palabra", ou seja loquaz, com capacidade para convencer os outros (PCG: I, 345a) e Rui Vasques tem "palabras enfinnidas et falssas," (PCG: I, 434b).

essenciais para, em interacção e por antítese, acentuarem uma imagem mais positiva dos respectivos reis.

No fundo, estamos aqui perante uma função em tudo idêntica à dos vassalos que, numa assembleia, apresentam, como em *anticipatio*, eventuais objecções às acções que os seus líderes pretendem levar por diante, dando-lhes assim a oportunidade de se defenderem, acusando esses vassalos, para logo de seguida recolherem os louros do apoio generalizado dos súbditos, como se verifica com Fernão Gonçalves:

> Esto dicho, escogieron un cauallero, que dizien Nunno Llayn, que dixiesse al conde aquello que auien acordado. Et Nunno Llayn fue, et dixo al cuende assi: «Sennor, si lo uos por bien touiedes, nos en esto acordamos aca todos: que estedes quedo fasta que sanedes et seades guarido, et non querades por mala cobdicia caer en grand yerro; ca non sabemos omne en el mundo que pudiesse durar la uida que nos fazemos; et la uuestra grand cobdicia uos faze oluidar lo que serie mesura. Et, sennor, las cosas non estan siempre en un estado, et deue omne auer mui grand seso en ell lidiar; si non, puede perder por y todos sus buenos fechos. Onde a mester que folguedes uos et uuestras yentes fasta que seades sano dessa ferida que tenedes. Et entretanto yran llegando uuestras compannas, de que son aun muchos por uenir, et despues yremos lidiar con el conde de Tolosa et uencerlemos, si Dios quisiere. Et non tengades, sennor, que uos esto dezimos por couardia ninguna, mas porque uos querriemos guardar assi como a nuestras almas et a nuestros cuerpos». Pues que Nunno Llayn ouo acabada su razon, respusol el conde desta guisa: «Don Nunno Llayn, buena razon auedes dicha et departiestes muy bien las cosas assi como son; mas pero non me semeia guisado de allongar nos esta lid, ca un dia que omne pierde, nunqua iamas puede tornar en el; et si nos tenemos buen tiempo et queremos atender otro, por uentura nunqua tal le cobraremos. Et ell omne que quiere estar uicioso et dormir et folgar, non quiere leuar al deste mundo; et del omne tal como este muerense sos fechos el dia que el sale deste mundo. Et el uiçioso et el lazrado amos an de morir, et non lo puede escusar ell uno nin ell otro; mas buenos fechos nunqua mueren, et siempre es en remembrança el que los fizo. Todos los omnes que grandes fechos fizieron passaron por muchos trabaios, et non comieron quando quisieron nin cena nin yantar, et ouieron a oluidar los uicios deste mundo et de la carne. Non cuentan de Alexandre, las estorias nin los buenos omnes, los dias nin los annos, mas retraen et dizen dell los buenos fechos et las cauallerias que fizo; otrossi de Judas Machabeo, que fue obispo et buen cauallero darmas et muy grand lidador et lidio muy bien et defendio muy bien de los enemigos el regno de Judea en quanto el uisco; et otossi de Carlos ell emperador et de otros

> muchos buenos uarones, que por los sos fechos granados et buenos que fizieron seran ementados et contados fasta la fin del mundo. Et los que fueron malos et auoles et se echaron a los uicios del mundo, non fablan dellos mas que si non fuessen nasçidos. Et por ende a mester de catar en que despendemos nuestro tiempo, et contar los dias et los annos, ca los que se passan de balde nunqua los podremos cobrar». Quando el conde Fernand Gonçalez ouo acabada su razon, touieron todos que dixiera muy bien, et que aquello era lo meior, et dixieron que farien todo quanto les el mandasse et touiesse por bien. (PCG: II, 398a-b)[382]

Este jogo entre uma situação de tensão e a sua resolução também surge, por exemplo, na história de Hércules, no relato mais dramatizado e romantizado da *Crónica de 1344*:

> e teverõ que o homem que em tam pouco tiinha Hercolles que em todo o mũdo era temudo e que, pois em tam pouco o tiinha querendo cõ elle aver batalha mãao por mãao, nõ podia seer que nõ era homẽ de grande esforço e forte e ligeyro.
>
> E por esto diseron a Hercolles:
>
> – Nos bẽ entendemos que homẽ que esta letera mandou esforçado he; e poren, de nosso conselho, tu nõ entraras com elle em campo soo hũu por outro; ca nos nõ partimos contigo de Grecia por estar esguardando as batalhas que tu fezesses mas por nos avermos parte dos teus grandes feytos e morrermos e vyvermos ante ti; ca, se os deusses por nossos pecados e aventuyra nos fossem ẽ contrairo e tu morresses ẽno campo sen nos, esto nos seerya grande confuson; ca muyto melhor he a nos morrer ante ty que tu ante nos, ca tu podes cobrar muytos e bõos cavalleyros melhores que nos e nos nũca podemos cobrar tal senhor e amigo come ty, ca o rrey ou senhor pode cobrar muitos e boos cavalleyros e elles aadur podem cobrar boo rey se o perden. E poren te dizemos que nos nom praz de entrares ẽ batalha soo con Gedeon. (1344b: II, 24)

O facto dos vassalos de Hércules não quererem que o seu senhor enfrente Gedeon sozinho tem uma funcionalidade discursiva bastante concreta. Com efeito, o episódio acentua a coragem do herói quando este decide lutar sozinho, bem como o valor da sua vitória, o que, em conjunto, resulta na projecção e

[382] Este tipo de situação é recorrente na história de Fernão Gonçalves, como se pode verificar na PCG: II, 392-3 (caps. 688-89), além de diversas outras situações onde as explicações ou as opiniões do líder castelhano influenciam ou convencem decisivamente os seus homens como já foi apontado nesta II Parte 1.5..

engrandecimento da sua heroicidade. O facto de, nestas cenas, predominar o diálogo, como já foi apontado (II Parte 1.5.), é ainda um elemento de acentuação das situações, que ganham assim em vivacidade, o que desperta uma maior atenção por parte do leitor ou do ouvinte. Este procedimento é uma técnica retórica de uso bastante generalizado[383]. No ensino, a *disputatio* era um dos exercícios mais comuns, procurando, com base no método dialéctico, mostrar as diversas facetas de um problema[384]. Tratando-se de uma forma de pesquisa e de raciocínio, este tipo de exposição consiste igualmente num processo literário vulgarizado, nomeadamente, em peças líricas dialogadas ou em "debates" sobre assuntos variados (particularmente corteses ou morais).

Os maus conselheiros funcionam assim como *dramatis personae* em discursos retoricamente operantes para a protecção e manutenção do bom nome de alguns reis cujos erros são absorvidos por estes satélites que, ao contrário dos seus soberanos, nunca se conseguem eximir de culpas, procedimento que atinge o seu zénite com a já referida atitude de D. Diogo Lopes[385].

Na complexidade do discurso historiográfico, é ainda interessante verificar que, também nos textos que temos vindo a considerar como fruto de uma postura mais pró-nobiliárquica, não se deixa, por isso, de salvaguardar a figura régia, inclusivamente quando são lançados avisos mais sérios contra eventuais abusos de poder. Relativamente a este ponto, é bastante elucidativa a já aludida (ainda nesta II Parte: 1.5.) cena onde os vassalos do rei Garcia da Galiza matam o mau conselheiro do seu senhor na presença do próprio soberano. Este ataque, podendo ser entendido como uma chamada de atenção contra um governo que se antagoniza com a nobreza, também pode ser lido como um ataque contra a faceta

---

[383] Sobre esta técnica ver Ruth Morse, *op. cit.*, que refere igualmente que o diálogo e a inserção de comentários e/ou argumentos a favor ou contra uma questão são procedimentos que acrescem os textos de dramatismo e vivacidade, sendo Froissart um dos seus grandes utilizadores (p. 113).

[384] Sobre este assunto ver Olga Weijers, *La 'disputatio' à la Faculté des arts de Paris (1200 – 1350 environ). Esquisse d'une typologie*, Turnout, Brepols, 1995 ou James J. Murphy, "Rhetoric and Dialectic in *The Owl and the Nightingale*", *idem* (ed.), *Medieval Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1978, pp. 198-320, particularmente pp. 202-211.

[385] Como já foi referido nesta II Parte 1.5., D. Diogo propõe ao seu rei uma ficção segundo a qual o soberano imputaria ao vassalo as culpas de uma má decisão que tomara e que a generalidade dos seus vassalos não aceitara (1344b: IV, 298-305- caps. DCCL e DCCL bis).

mais escura do próprio rei. Se entendermos os maus conselheiros como personagens, em grande parte, fictícias nas quais os soberanos, para evidenciarem a sua face luminosa e positiva, projectam o seu lado mais escuro, estas criações acabam por funcionar quase como extensões ou prolongamentos do próprio rei, membros mais chegados, ou mais importantes do seu "corpo"[386]. Ao matar o mau conselheiro de Garcia, na sua presença, os senhores galegos poderão estar a simular um ataque ao próprio rei[387], o que, no fundo, acaba por acentuar a justificação das atitudes agressivas posteriormente tomadas pelo rei. Com base nesta leitura, verificamos precisamente que, mesmo quando não nos encontramos perante um texto que defenda uma ideologia de centralização régia, o *topos* do mau aconselhamento continua a manter a sua faceta de protector inabalável das más decisões régias. Podemos inclusivamente constatar que, no caso do exemplo agora aduzido, mesmo após o assassinato do alterego negativo, os erros continuam a não ser declaradamente adscritos ao rei:

> E conta a estorya que, depois que el rei dom Garcia foi solto e se foi pera Portugal, que, se ante maaos cõsselheiros avya, que tornou a avellos depois bem tã maaos. E começou de trager mal aos seus fidalgos e outrossy aos concelhos, fazendolhes mal, em tal maneira que

---

[386] Sobre esta questão, ver Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), pp. 212-213 que refere a obrigatoriedade da protecção dos guardas e conselheiros do rei sendo aleivosia matá-los, como se pode verificar na definição de Afonso X acima citada (II Parte 2.1. – *Siete Partidas*, VII Partida, tit. II, lei I). Ver ainda S. H. Cuttler, *op. cit.*, que refere: "There was another Roman law, the *lex Quisquis*, from which the later medieval French law of treason drew much of its content. Originally promulgated by the emperors Arcadius and Honorius in 397, it appeared in the *Codex Theodosianus* and was incorporated without abridgement in the *Codex Justinianus*. It stressed that the assassination of the emperors' councillors was treason, 'for they are a part of our body' (*nam et ipsi pars corporis nostri sunt*)" (p. 7). Esta questão deve ainda ser articulada com a muito difundida concepção orgânica da realeza enquanto cabeça do corpo social. Sobre este assunto ver Ernst H. Kantorowicz, *op. cit.*.

[387] Além das questões ligadas com a concepção orgânica da realeza segundo a qual qualquer ataque contra o "corpo" constitui, por metonímia, um ataque contra a "cabeça" e vice versa, é interessante ainda referir como esta noção englobante do que pode ser entendido como um ataque contra a "figura" real pode estender-se aos mais variados domínios. Exemplo disso será igualmente a importância dada aos ataques e violências levados a cabo contra as efígies reais, o que levou a que este tipo de atitudes fossem integradas no rol das perfídias, como é possível verificar na definição afonsina anteriormente citada (II Parte 2.1. – *Siete Partidas*, VII Partida, tit. II, lei I) que refere não só atentados conta a figura do rei mas também a falsificação de moeda ou do selo real. Sobre este assunto, ver igualmente Aquilino Iglesia Ferreiros (1971), p. 169 ou S. H. Cuttler, *op. cit.*, p. 47 que refere como ir contra as insígnias do rei também pode ser considerado traição. A associação entre a pessoa e a sua imagem é ainda patente na história de Fernão Gonçalves cujos vassalos, na ausência do senhor, constróem uma sua imagem à qual prestam homenagem e que colocam à frente das suas forças (PCG: II, 414 – cap. 712). Este assunto é tratado em maior profundidade em Isabel de Barros Dias, "O mundo paralelo dos «simulacra»" (2001a).

> elles se hyam da terra hũus e hũus pera el rei dõ Afomso que vehera ja aaquella sazon de Tolledo. (1344b: III, 407)[388]

Este trecho, assim como outros acima citados, aponta para uma das características fundamentais que marcam estas personagens tão denegridas que são os maus conselheiros. Com efeito, as suas intrigas e difamações resultam, frequentemente, em dissensões que, não raras vezes, se convertem na divisão de forças anteriormente unidas, de onde resulta a inevitável fraqueza e a exposição aos possíveis inimigos. Este ponto vai, pois, ao encontro das criticas, já referidas (II Parte, 1.1.), que condenavam os actos de traição e de excesso com base no argumento de estes provocarem cisões.

Porém, no caso do engano "verbal", a divisão funciona ainda a outros níveis. Com efeito, ao falar falso, ou, como também podemos encontrar referido, "por má verdade", o enganador provoca múltiplas cisões com o real. À degenerescência natural das línguas, já apontada, soma-se a criação de realidades fictícias. O incómodo fosso da ambiguidade endémica da linguagem, em permanente afastamento da sua limpidez primeira, é, desta forma, acentuado e alargado desmesuradamente[389].

Enquanto que, teoricamente, e como já foi referido (II Parte 2.1.), os relatos ficcionais e/ou os menos ortodoxos eram frequentemente aceites sempre que, por meio de um procedimento exegético, se podia daí extrair algum proveito ético e/ou moral, este outro tipo de discurso deve ser entendido como duplamente enganoso na medida em que não corresponde a qualquer realidade do tipo mais literal nem acarreta quaisquer verdades escondidas. Esta duplicidade da mentira é caracterizada, de modo bem eloquente, por uma exclamação de Pero Vermudes que, no *Cantar de mio Cid*, se refere à falsa valentia de um dos condes de Carrión cujas vanglorias não correspondiam a nada:

---

[388] O trecho que refere o mau conselheiro do rei Garcia bem como o seu assassinato ocorre na PCG: II, 499 (cap. 819) e é citado nesta II Parte 1.5..

¡Lengua sin manos, quomo osas fablar? (v. 3328)

Na medida em que sempre que se fala com engano e dissimulação se cria um mundo duplo e de aparências, este procedimento pode ser entendido como equivalente da outra ilusão que é a magia e/ou os encantamentos onde o que se observa não consiste numa realidade ou num ser, mas no seu simulacro. Fernão Gonçalves não hesita em associar estas práticas ao mal (PCG: II, 402- cap. 699, um trecho já citado nesta II Parte 2.1.). A *General Estoria*, também reconhece e refere este tipo de magia, integrando-a na sua tipologia:

> Departen aqui los sabios que a las obras de la magica de las ymagines que perteneçen los fechizos e los encantamientos, e todo esto a todas maneras de obrar para trasformar e demudar vnas cosas en semejança de otras (GE: II, 2/2, 341a)

Pouco adiante, a questão é retomada num passo que sobressai pela boa consideração em que estes procedimentos são tidos, obviamente, caso evoluam na "boa" direcção[390]:

> Onde dizen asi aquellos sabios que de la magica de las ymagines recudio despues a las gentes el saber e las obras de conoçer a Dios, e a los çielos, e a los elementos, e a los santos, e aorar los en las voluntades e por palauras, donde les fizieron ymagines en que les aoraron. E dizen que de aqui fueron despues asacando los omnes lauores de cal, e de canto, e de fuste, donde fizieron casas de oraçion e puentes, e desi torres, e muros, e castillos, e otras cosas; e

---

[389] Sobre as múltiplas questões inerentes ao mau uso da palavra, ver Carla Casagrande e Silvana Vecchio, *op. cit.* ou ainda Carlos C. Carreto, *Figuras do silêncio. Do inter/dito à emergência da palavra no texto medieval*, Lisboa, Estampa, 1996.

[390] Sobre as questões do ser e do parecer, equacionadas no âmbito dos enganos e aparências, presentes em romances (casos de aparições, desaparecimentos, fantasmas, metamorfoses, almas que incarnam, projecções, e outras ilusões várias), e a sua articulação com algumas questões subjacentes à problemática da traição ver, por exemplo, Jean-René Valette, "Merveilleux et trahison dans le *Lancelot* propre", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 357-83 ou Christine Ferlampin-Acher, "Les *deceptions* dans *Perceforest*: du fantosme au fantasme", Marcel Faure (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 413-30. Estes artigos procuram acentuar a alteridade básica inerente, tanto à traição, como ao maravilhoso e seus simulacros. No que respeita aos interesses de Afonso X pela magia, pela astrologia e pelo oculto em geral, ver Alejandro García Avilés, "Alfonso X y la tradición de la magia astral", Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El*

> otrossi obrar de metales, e tajar pannos e cabellos, e fazen las otras menestralias tales commo estas. [...] E segunt departen los sabios, la magica de Diana e las obras que a ella pertenesçen catan por Dios e por las almas mas que ninguna de las otras. (GE: II, 2/2, 341b e 342a)

Numa sociedade onde a escrita se mantém apanágio de poucos, gesto e palavra detêm, forçosamente, uma posição fundamental na manutenção da ordem e do equilíbrio entre os seus membros, cada um, teoricamente, no seu lugar e cumprindo com as suas funções. Decorre daqui, em boa parte, o peso atribuído a estas "traições de palavra". Acresce ainda o facto de, como já foi referido no início da II Parte 2., o nível mais concreto da traição física ser tão frequentemente associado ao da perfídia verbal. Nomeadamente no caso da fidelidade senhorial, que se baseava num contrato onde a palavra e o gesto eram elementos fundamentais, a sua quebra pode ser vista como equivalente a um atentado criminoso contra uma edificação tida quase como "sagrada"[391].

Mesmo nos termos mais gerais, "falar falso" é entendido como um crime contra o valor e a ética que deveriam estar subjacentes a todo e qualquer discurso. Da mesma maneira que o engano primordial da cobra a Eva e, por extensão, a Adão, provocou a sua expulsão no jardim do Edem, separando a humanidade da ordem perfeita que Deus preparara, também os maus conselheiros e aduladores afastam os soberanos de uma regência salutar. À semelhança de qualquer traição física, o fomentar de discórdias ou a divulgação de difamações pedem vingança e correcção. As palavras falsas de sedutores, maldizentes e difamadores são atentados permanentes contra a sociedade e contra a paz. À semelhança das múltiplas situações de excesso que se articulavam com casos concretos de traições, subvertendo assim a teoricamente tão prezada estabilidade social, também a mentira perverte o discurso no sentido de o afastar ainda mais do momento edénico onde palavra e referente coincidiam. A situação do Homem que, desde a expulsão do Paraíso, se encontra condenado à condição de *homo*

Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María», Madrid, Editorial Complutense, 1999, pp. 83-103.

[391] Sobre a questão do valor do juramento e da importância da sua quebra num mundo baseado na palavra e no gesto, ver, por exemplo, Armand Strubel, "Renart le «traïtor» et ses narrateurs", Marcel Faure (ed.),

viator, num mundo já de si caótico, é assim "desmesuradamente" piorada. No entanto, e ironicamente, o desejo de contrariar os procedimentos tidos como "adulteradores do Verbo" também nem sempre conseguiu evitar eventuais excessos ou manter o rigor das suas intenções teóricas, como seguidamente procuraremos salientar.

2.3. Em demanda da transparência...

Em oposição à mentira e ao engano dos que falam com falsidade e traição, as narrativas podem procurar a maior limpidez e clareza possíveis. É neste âmbito que devem ser enquadradas as alusões que enaltecem os discursos fáceis e compreensíveis, habitualmente denominados *sermo simplex* ou *humilis*, por oposição aos relatos elaborados, ornamentados e, consequentemente, vistos como difíceis de entender[392]. No fundo, trata-se de uma dualidade um pouco equivalente à que opôs cistercienses e cluniacenses, a propósito do uso de imagens e de ornamentações nas igrejas. Enquanto que os primeiros viam o uso de figuras como um apoio à reflexão e à meditação, os segundos insurgiam-se contra qualquer retórica visual, advogando o maior despojamento possível. Acresce ainda o facto dos procedimentos de ornamentação do discurso também poderem ser entendidos, com alguma facilidade, como formas de alargar o desvio

---

Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, 1997 (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 135-51, nomeadamente p. 137.

[392] O *topos* onde se exalta o ideal da *brevitas* surge igualmente (mesmo se de forma implícita) sempre que se manifesta a vontade de contar algo de modo sucinto. Exemplos de estas atitudes encontram-se na PCG: I, 93 (cap. 117) – citado na I Parte 1. – ou 150 (cap. 204). Segundo Bernard Guenée (1980, pp. 215-16) recomendava-se o estilo simples e sem jogos retóricos, em especial, para a historiografia, para os sermões e para as hagiografias com vista a uma compreensão melhor e mais alargada e ainda porque se defendia que este tipo de discurso estaria mais próximo da verdade. Ver ainda Barry Taylor, "La brevedad como ideal estilístico en la prosa temprana", Juan Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1995, vol. IV, pp. 373-381 que transcreve diversos trechos da obra de Afonso X e de D. Juan Manuel sobre o assunto.

inevitável da degenerescência provocada pela natural evolução linguística relativamente à idealizada clareza verbal edénica[393].

No que respeita à historiografia, o ideal de simplicidade cristaliza-se no elogio de uma linearidade factual e acrítica defendida teoricamente pela noção que a história deveria consistir exclusivamente no mero relato caótico dos factos testemunhados por um autor. Só a um segundo nível é que estas narrativas poderiam ser retrabalhadas poeticamente, um processo durante o qual se procederia à reconsideração dos acontecimentos com vista a salientar os seus significados mais profundos. Porém, a simplicidade ou a imparcialidade constituem metas praticamente inexequíveis. Inclusivamente porque os discursos mais simples funcionam, frequentemente, como uma forma de camuflar procedimentos manipuladores[394]. Com efeito, e como já foi notado para um

---

[393] Esta terá sido, efectivamente, uma forma de combater o paradoxo que dá relevo ao facto da linguagem, sendo o meio pelo qual o mundo exterior é captado e interiorizado pelos indivíduos, também contém em si o germe e a capacidade para ser ambígua e falaciosa. Sobre a questão da desvalorização do discurso ornamentado ver Howard Bloch (1989) que refere: "La grammaire du haut Moyen Age est la «science du littéral» - de la locution droite et correcte -, tandis que le trope équivaut à un «discours circulaire» ou à une circonluction." (p. 158). Este autor acentua ainda que a norma retórica pode ser entendida como definições dos múltiplos desvios relativamente ao que seria o discurso simples. Visto assim, o ornamento retórico deixa de ser um mero vizinho para passar a constituir mais uma forma dos também codificados vícios da linguagem. Deste modo, o discurso elaborado, bem como os sentidos figurados explorados por algumas formas literárias poderão igualmente ser interpretados como autênticas perversões linguísticas (p. 156). Sobre estes assuntos ver igualmente Gabrielle M. Spiegel, *Romancing the Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France*, Berkeley / Los Angeles, University of California Press, 1995, que também refere a desconfiança, frequentemente manifestada, relativamente ao literário, à ficção, ao ornamento e sobretudo à poesia, equacionada com noções como o desvio e a mentira. No que respeita à historiografia, estas reticências são tanto mais espantosas quanto este tipo de literatura não se coíbe de usar múltiplas técnicas e estratégias retóricas. Ver também John O. Ward, "Classical Rhetoric and the Writing of History in Medieval and Renaissance Culture", Frank McGregor e Nicholas Wright (eds.), *European History and its Historians*, Adelaide, Adelaide University Union Press, 1977, pp. 1-10.

[394] São diversas as formas de manipulação que podem coexistir com os discursos mais simples e mais breves como seja o caso de omissões, elisões, resumos ou amalgamas de fontes diversas, que podem sempre decorrer de visões mais parciais dos acontecimentos e de que temos vindo a apontar alguns exemplos para a historiografia peninsular. Sobre este assunto ver Nancy Joe Dyer, "Alfonsine Historiography: The Literary Narrative", Robert I. Burns, S. J. (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, pp. 141-158 que refere diversas formas de manipulação usadas nesta historiografia. Será, no entanto, interessante citar ainda um exemplo de propaganda que inclui a fuga a um problema de mudança dinástica, em França, referido por Bernard Guenée, 1981 (19: "Les généalogies entre l'histoire et la politique: la fierté d'être capétien, en France, au moyen-âge", pp. 341-357). No âmbito de este estudo, há que ressalvar o ponto importante que consiste na consciencialização aguda da ambiguidade do termo "genealogia" que pode também significar o que hoje denominamos como um "catálogo" ou uma "sucessão", o que implica que a sucessão dos reis possa ser entendida como não coincidente com uma sucessão familiar: "Dans l'esprit d'un Français cultivé de la fin du Moyen Age, le mot «généalogie» est donc parfaitement ambigu: il couvre à la fois ce que nous appelons une généalogie et ce que nous appelons un catalogue. Une généalogie des rois de France a moins pour but de faire apparaître la famille

corpus de crónicas mais antigas, é virtualmente impossível criar discurso absolutamente neutro[395]. Por esta razão, o que pode parecer uma finalidade da maior inocência, é, na realidade, também uma convenção, uma forma de apresentação retórica, passível de mascarar múltiplas questões e paradoxos. Neste tipo de texto, procura-se dar a ideia de que o narrador se afasta do relato para deixar que os factos falem por si. No entanto, a escolha dos sucessos apresentados e a preterição dos esquecidos raramente é inocente. Acresce ainda o facto do discurso simples ser associado, com relativa facilidade, ao ideal da *brevitas*, o que, no que respeita à historiografia, provoca, geralmente, a anulação ou a redução de eventuais explicações ou excursos que quebram os fios narrativos mais frustes. No entanto, e pela mesma razão, este tipo de texto pode também ser tão obscuro quanto uma narrativa dominada pela *prolixitas*[396].

---

des rois que leur succession. Et puisque la succession à l'office royal a pour caractère propre d'être fondée sur l'hérédité, ce qui a dû être est plus important, plus vrai que ce qui a réellement été. La succession héréditaire des rois de France n'est peut-être pas une verité de la lettre, mais c'est une vérité en esprit. Ce n'est peut-être pas une vérité dans l'ordre de l'histoire, mais c'est une vérité dans l'ordre de la foi." (p. 357.). Ainda sobre casos de manipulação de genealogias a fim de "mascarar" mudanças dinásticas ver Elisabeth M. C. van Houts (1995), p. 23 ou José Manuel Nieto Soria (1997), pp. 403-440 (cf. igualmente a citação transcrita no fim do ponto 1.3. da I Parte – GE: I, 200-201).

[395] Sobre este assunto cabe referir o estudo de Pedro Juan Galán Sánchez, *op. cit.*, que, tendo proposto o estilo simples, impessoal e acrítico como característico das crónicas da época visigoda, também acaba por admitir e referir exemplos de como essa característica não era sempre seguida à risca, dado que os relatos não deixam de veicular trechos um pouco mais rebuscados e/ou pontos de vista nitidamente partidários e empenhados. Ver ainda Hayden White, *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore / London, The Johns Hopkins University Press, 1989: "The de-rhetoricization of historical thinking was an effort to distinguish history from fiction, especially from the kind of prose fiction represented by the romance and the novel. This effort was, of course, a rhetorical move in its own right, the kind of rhetorical move that Paolo Valesio calls «the rhetoric of anti-rhetoric»." (pp. 65-66).

[396] Sobre o ideal da brevidade ver Ernst Robert Curtius, *op. cit.*, pp. 682-691. No que respeita a considerações afonsinas relativas, seja ao ideal da brevidade e da simplicidade (referido nomeadamente na PCG: I, 93 – cap. 117, um trecho já citado na I Parte1.), seja, preferencialmente, a um ideal de meio-termo onde as palavras não deverão ser nem demais nem de menos nem inconvenientes, ver Charles Faulhaber, *Latin Rhetorical Theory in Thirteenth and Fourteenth Century Castille*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1972, pp. 72-74. Sobre estas mesmas questões (procura de um compromisso entre brevidade *vs* superabundância e clareza *vs* obscuridade) mas agora em Brunetto Latini e em D. Juan Manuel ver Guillermo Serés, "La diversidad retórica en *El conde Lucanor*", Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro, *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, 1993, vol. III, pp. 55-61 ou ainda as recomendações de Horácio na sua *Ars Poetica*, *op. cit.*, pp. 452-53. Para uma análise mais genérica ver Barry Taylor (1995). Há no entanto que salvaguardar que o ideal de brevidade não implica necessariamente uma menor extensão textual (o que teria graves consequências para a consideração de múltiplas obras produzidas durante o período medieval, como seria o caso, nomeadamente, da *General Estoria*): trata-se sim de acentuar a capacidade de ser claro e sintético no que se transmite. Na sequência da oposição clássica entre *loquax* e *eloquens*, independentemente de se dizer muito ou pouco, o importante é não cair na verbosidade supérflua. Sobre estas questões ver Carla Casagrande e Silvana Vecchio, *op. cit.*, pp. 291-301 ("*multiloquium*").

No âmbito de estas questões, há ainda que considerar o binómio *sapientia* / *eloquentia*, duas qualidades que, desejavelmente, deveriam estar unidas. No entanto, quando se encontram separadas, a preferência é obviamente concedida à sabedoria, ao conteúdo, à iluminação espiritual em detrimento da capacidade comunicativa e de persuasão, como se pode verificar no trecho que, na *Estoria de Espanna*, põe em cena a disputa entre um filósofo e um católico crente e virtuoso mas simples:

> A estas palauras el philosopho no sopo que contradezir, ni pudo fablar ninguna cosa; ante se paro much espantado por la uertud dellas, et tal cuemo mudo. E acabo de pieça respuso que assil semeiaua, et que no auie otra uerdat sino aquella. E dixol entonce el uieio: «Si crouiste que assi es aquesto que yo dix, leuantate et sigueme, et recibe el baptismo, que es la sennal del Nuestro Sennor et daquesta fe». E tornosse entonce el philosopho contra sus desciplos et contra los otros philosophos que uinieran a aquella disputacion, et dixo les: «varones sabios, sepades que en quanto disputaron comigo por palauras, defendime por palaura; et lo que me dizien, contradix lo por arte de dezir. Mas desque salio de la boca del que fablaua uertud en lugar de palaura, no pudieron las palauras contrallar la uertud, ni ell omne no pudo yr contra Dios. E por ende, si alguno de uos sintio lo que yo senti en aquestas palauras, crea en Ihesu Cristo, et siga aqueste uieio en quien fablo Dios». (PCG: I, 191b-192a)

Um dos argumentos mais fortes da defesa do discurso breve e simples consistiu numa certa aproximação com o nível de verdade mais elementar presente no discurso bíblico, como salienta Bernard Guenée:

> Histoire vraie, mais aussi simple histoire, qui entend d'abord être crue à la lettre. [...] Dès lors, un esprit chrétien fut dressé à distinguer dans la Bible, puis dans tout texte, la lettre de l'esprit, le sens littéral de l'interprétation allégorique. Or, ce sens littéral, c'est ce que toute la culture médiévale appelle son sens historique. L'histoire prend les choses pour ce qu'elles sont et donne aux mots leur sens premier. [...] L'historien a pour simple ambition de donner le récit littéral de ce qui s'est passé.[397]

[397] Bernard Guenée, 1980, p. 19. Ainda sobre a questão da distinção entre um estilo simples (mas, evidentemente, sem concessões no que respeita ao falar bem e adequadamente) e um discurso mais subtil dirigido a entendidos, ver Jesús Montoya Martínez (1999b), particularmente, pp. 288-290.

No entanto, e como veremos adiante em maior detalhe, a historiografia, à semelhança de outras formas textuais leigas, foi igualmente integrando os múltiplos níveis interpretativos. Independentemente de, numa primeira fase do processo de adaptação das tradições retórica e exegética clássicas, se terem verificado múltiplas reticências e desconfianças relativamente à cultura Antiga, pagã, os intelectuais cristãos aceitaram esta corrente, integraram-na e não se eximiram de exemplificar numerosas figuras retóricas com trechos sagrados a fim de salientar como esses elementos se encontravam igualmente no "livro total"[398].

Também a historiografia, mormente nos seus relatos mais extensos, apresenta evidentes preocupações formais, apesar da frequente falsa modéstia que leva os seus autores aos tão tipificados lamentos no que respeita às suas incapacidades[399]. Estas salvaguardas são, no entanto, compreensíveis se tivermos em conta a forma como a retórica do ocidente cristão entendeu a divisão dos discursos em três estilos, associando-os à maior ou menor dignidade social das personagens intervenientes nos relatos, em detrimento de uma classificação centrada nas características formais e temáticas da própria elocução[400]. Dada esta

---

[398] Ao que acresce ainda o paradoxo apontado por S. Jerónimo e referido por Henri de Lubac, *Exégèse Médiévale. Les quatre sens de l'écriture*, Paris, Aubier, 1959, p. 120 (I Parte, I) segundo o qual, quanto mais as Escrituras parecem simples e fáceis nas suas palavras, tanto mais profundas são "na majestade dos seus sentidos". Ver ainda Kalvin B. Kendall, "Bede's *Historia ecclesiastica*: The Rhetoric of Faith", James J. Murphy (ed.), *Medieval Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1978, pp. 145-172 que refere "But figures could be found everywhere, and St. Augustine argued that the study of tropes was essential for a mature understanding of the Bible (*De doctrina christiana* III. xxix)." (p. 149), salientando ainda como, no caso de Beda, a história política é inseparável da eclesiástica e os textos historiográficos deste autor evidenciam uma prática retórica, ao que não será estranho o facto de Beda ter igualmente produzido obra nesta área.

[399] Como se verifica, nomeadamente, com Lucas de Tui ou Rodrigo de Toledo, que nos prefácios das suas histórias se reclamam ignorantes e indignos de executar a obra que lhes fora solicitada. Sobre as inúmeras posturas que diferentes cronistas medievais assumiram nos prólogos das suas obras entre ironias, acusações, desculpas ou pedidos, ver os múltiplos exemplos apresentados por Benoît Lacroix, O. P. (1971), pp. 221-246.

[400] Sobre este assunto, ver Edmond Faral, *op. cit.*, pp. 86-89 ou Douglas Kelly (1991), pp. 71-76. No que respeita à aplicação de estes princípios ao discurso historiográfico, ver Benoît Lacroix, O. P. (1971), pp. 105-131 que salienta eventuais compromissos no que respeita à adaptação do discurso à matéria apresentada, ao nível cultural do público visado ou ao género literário em que o texto se filia; acentuando ainda a diversidade de estilos que podem existir em obras que se baseiam em múltiplas fontes mais ou menos manipuladas consoante os casos. No que respeita ao conhecimento destes preceitos no ambiente cultural afonsino, cabe salientar como a questão dos três estilos é abordada na *Ars Dictandi* de Godofredo de Eversley estudada e parcialmente editada por Valeria Bertolucci Pizzorusso (1968), uma obra adiante considerada em maior detalhe (III Parte 4.). Este autor, no livro II (dedicado ao estilo) refere os três

tónica, a elaboração da narrativa dos feitos dos grandes senhores, como sucedia na historiografia, deveria ser feita de acordo com o estilo mais elevado e grandiloquente, o que poderia provocar algumas inseguranças aos cronistas.

Assim, independentemente de eventuais preconceitos contra um estilo demasiado ornamentado terem, efectivamente, podido provocar algumas resistências ao uso de técnicas mais sofisticadas de elaboração textual, estes preconceitos também não foram suficientemente influentes para banir as preocupações formais da composição historiográfica. Apesar de, numa primeira fase o rigor factual de simples registos de acontecimentos poder ter sido entendido como a função primordial da história, este constituiu um ideal pouco atraente, mormente a partir do séc. XII[401]. Com efeito, uma boa parte da historiografia do período medieval, nomeadamente aquela que tem sido objecto deste estudo, apresenta uma franca tendência para ultrapassar o nível mais factual do simples registo de acontecimentos e, numa atitude nitidamente ciceroniana, entender a história na sua dimensão didáctica e exemplar de "*magistra vitae*".

Da mesma maneira que, para chegar a um público leigo e mais vasto, diversos autores decidiram abandonar o latim, teoricamente mais próximo da

---

estilos e acentua, concretamente, que não se deve falar humildemente de coisas grandiosas (p. 32). A questão da adequação do discurso às personagens também é abordada por Horácio na sua *Ars Poetica*, *op.cit.*, pp. 458-461.

[401] Sobre este assunto, ver Janet Colemen (1992) que opõe duas posições básicas relativamente à história. Por um lado, refere a noção sustentada, nomeadamente por Aristóteles, segundo a qual a história se deve limitar a fazer a narrativa fiel e caótica dos factos testemunhados sem qualquer embelezamento moral, retórico ou interpretativo. Só subsequentemente o poeta, o retórico ou o exegeta é que poderiam extrair a interpretação exemplar (universal e atemporal) desses acontecimentos (ver sobretudo pp. 277-79). A esta posição opõe-se a postura sustentada, nomeadamente por Cícero, segundo a qual a história deve servir para veicular exemplos cuja função será a de guiar o público com vista a um comportamento virtuoso. Esta noção ciceroniana é seguida, na Idade Média, por autores como Guilherme de Malmsbury ou João de Salisbúria (ver sobretudo pp. 46-47, 298-300 ou 311-15). Ainda de acordo com esta autora, durante o período medieval, terá existido uma primeira fase onde se procurava levar a cabo uma história isenta de julgamentos ou interpretações morais e que revestiria a forma de anotações literais das experiências do narrador. No entanto, esta forma depressa evoluiu, no renascimento do séc. XII, para uma historiografia literal mas exemplar, que visava encontrar verdades universais (independentemente das particularidades históricas) e uma edificação atemporal (em detrimento da mera colecção de curiosidades do passado), útil em cada presente (pp. 285-86 e 324). No que respeita aos princípios defendidos por Aristóteles, relativamente à historiografia, ver a sua *Poética* (ed. de Eudoro de Sousa), Lisboa, I.N.-C.M., 1986, p. 115 (onde se distingue poesia de história com base no facto da primeira se referir ao universal e a segunda ao particular, bem como no facto do historiador narrar o que sucedeu enquanto o poeta narra o que poderia ter acontecido, ou seja, o verosímil) e p. 139 (onde o autor distingue a estrutura da épica da da história na medida em que a primeira se norteia por uma acção enquanto que a segunda se deve ater ao fio temporal no qual múltiplos eventos se sucedem, uma distinção que não deixa de recordar a dicotomia, anteriormente apontada (I Parte: 1.2.), entre narrativas entrelaçadas ou apresentadas em bloco).

linguagem divina, e adoptar o vernáculo, como se verificou precisamente com a historiografia em análise, também não deixaram de usar uma linguagem mais elaborada, sempre que isso facilitou o veicular dos pontos que consideravam mais importantes, inclusivamente quando, por vezes, também se preocuparam em denegar essas mesmas características, como veremos adiante em maior detalhe (III Parte). Por outro lado, é precisamente nesta preocupação de acentuar as questões tidas como fundamentais que reside uma das particularidades mais interessantes do entendimento medieval da historiografia. Esta questão pode ser sintetizada na distinção que Gervásio de Canterbury apresenta entre *memorabilia* e *memoranda*:

> As Gervase of Canterbury said, there is a distinction to be drawn between memorable events (*memorabilia*) and those worth remembering (*memoranda*). Only the latter were worthy of retention and should be recorded. His aim, like other historians, was to convey to posterity a deliberately created and rigorously selected version of events for the use of the present and future reader. The *gesta temporum*, the deeds of the past, were to be recorded because they were acts performed by a morally responsable 'someone' who could be imitated. Only events judged worthy of being remembered and imitated are *notabilia facta*.[402]

Ao assumir uma dimensão de literatura exemplar, a historiografia inscreve-se automaticamente sob a chancela da retórica, uma vez que o modo mais eficaz para veicular a instrução é, indubitavelmente, a persuasão que um discurso agradável acarreta, como refere D. Juan Manuel num trecho sobejamente conhecido:

> Por ende, yo, don Iohan, [...] fiz este libro conpuesto de las mas apuestas palabras que yo pude, et entre las palabras entremeti algunos exienplos de que se poderian aprouechar los que los oyeren. Et esto fiz segund manera que fazen los fisicos, que quando quieren fazer alguna melizina que aproueche al figado, por razon que natural mente el figado se paga de las cosas dulçes, mezclan con aquella melezina que quieren melezinar el figado açucar o miel o alguna

[402] Janet Coleman (1992), pp. 299-300. Acerca de este tipo de postura segundo a qual a história é vista como a combinação de factos e de liberdade de invenção, ou seja como um género retórico que usa o passado com vista a uma intervenção no presente, Janet Coleman observa que "This kind of 'historical' author is not retrieving the pastness of the past. He is rigorously selecting events and deeds which he believes ought to be transmitted to the future because of their exemplary value for the present." (p. 298).

> cosa dulçe; et por el pagamiento que el figado a de la cosa dulçe, en tirando la para si, lieua con ella la melezina qual a de aprouechar. Et esso mismo fazen a qual quier mienbro que aya mester alguna melezina, que sienpre la dan con alguna cosa que natural mente aquel mienbro la aya de tirar a si. Et a esta semeiança, con la merçed de Dios, sera fecho este libro, et los que lo leyeren si por su voluntad tomaren plazer de las cosas prouechosas que y fallaren, sera bien; et avn los que lo tan bien non entendieren, non podran escusar que, en leyendo el libro, por las palabras falagueras et apuestas que en el fallaran, que non ayan a leer las cosas aprouechosas que son y mezcladas, et avn que ellos non lo deseen, aprouecharse an dellas, asi commo el figado et los otros mienbros dichos se aprouechan de las melezinas que son mezcladas con las cosas de que ellos se pagan.[403]

Neste âmbito, é importante referir o papel desempenhado pelas amplificações textuais, nomeadamente as digressões, que consistem numa manifestação bastante concreta de um discurso que não afirma directamente mas por desvio[404]. Como já foi referido (I Parte 1.2.), esta prática pode ser entendida como uma força de resistência contra outra das características que a historiografia, mormente a cronística (uma distinção à qual voltaremos na III Parte) assumem como intrínseca e que consiste no esforço por manter e seguir a ordem natural dos acontecimentos[405].

A digressão contrasta assim com este desejo de linearidade, quebrando o discurso "cronologicamente direito"[406]. No entanto, é nestas paragens momentâneas que se acentuam actos e acontecimentos tidos como importantes e que se veiculam pontos ideologicamente assumidos como essenciais, bem como

---

[403] José Manuel Cacho Blecua (ed. de D. Juan Manuel, "El conde Lucanor"), *op. cit.*, p. 28.

[404] Sobre este assunto ver Howard Bloch (1989), que aponta como o uso de uma linguagem figurada, nomeadamente na poesia, com os seus múltiplos jogos linguísticos, pode ser entendido como um falsear do sentido, provocando roturas. No que respeita às técnicas e teorizações medievais sobre a amplificação ver Edmond Faral, *op. cit.*, pp. 61-85. Este autor refere-se à digressão em particular, considerando-a como uma entre as diversas formas de *amplificatio* (p. 74).

[405] Sobre a questão da *ordo naturalis vs ordo artificialis* ver Edmond Faral, *op. cit.*, pp. 55-60 que refere diversas teorizações, observações e recomendações acerca deste ponto da disposição textual. De salientar a tendência medieval para identificar a ordem natural com o encadeamento histórico, linear ou cronológico e não com a ordem do raciocínio retórico ou com a maior verosimilhança do discurso. A distinção é também referida por Afonso X, igualmente em termos cronológicos, na GE: II, 2/2, 49a, um trecho já citado na I Parte 1.2..

[406] Segundo Howard Bloch (1989) pp. 127-145, a canção de gesta é o modelo discursivo que combina ordem dinástica e ordem textual. É possível constatar que o mesmo se verifica com a historiografia ou com os "Livros de Linhagens" que, dada a nitidez da sua dominante cronológica podem ser igualmente considerados como formas literárias a integrar neste tipo de narrativa.

exemplos de bom e de mau comportamento, sendo graças a estas paragens que a historiografia melhor pode preencher a sua função didáctica. Por esta razão, a "atracção pela digressão", apesar de, no fundo, se constituir em pontos de fuga relativamente aos trechos cronísticos mais esquemáticos, também não deixa de ter sentido, nomeadamente enquanto elemento privilegiado para a formação ética. Neste âmbito, torna-se lícito, por exemplo, o uso de cores retóricas caso contribuam para melhor veicular aqueles exemplos do passado que se consideram suficientemente importantes para a edificação do público. Na realidade, é graças à inserção de estas digressões, na sua grande maioria, trechos de carácter mais marcadamente literário, que são fornecidos modelos de comportamento suficientemente impressionantes para sublinhar momentos ou personagens considerados da maior importância, de forma a não abandonarem a memória de quem os conheça[407].

Podemos, assim, voltar aqui a acentuar a tendência da historiografia em análise para insistir na reiteração de exemplos que, apesar de distintos entre si, servem, no entanto, para ilustrar princípios idênticos, numa retórica que se baseia, em grande parte, neste procedimento da reiteração e do eco. Este "excesso" repetitivo, cujos fins didácticos são inegáveis, pode ser identificado com bastante clareza na obra afonsina, nomeadamente, na constituição de linhas de exemplos positivos e negativos. Do mesmo modo que mau sangue engendra mau sangue e contagia quem se aproxima em demasia, também as figuras positivas se ligam seja por linhagens heróicas seja por ligações mais subtis[408]. Com efeito, e como já foi referido (I Parte 1.3.) é possível discernir, na *Estoria de*

[407] No que respeita a esta questão, cabe relembrar, por exemplo, a posição de Ruth Morse (1991), que defende como, na historiografia medieval, o reclamar em como se diz a verdade é concomitante com o embelezamento e a intertextualidade. Tanto a composição e recomposição da herança historiográfica anterior como a elaboração de novos trechos obedeciam a estruturas narrativas convencionais e reconhecíveis nas quais eram moldados os eventos históricos. Esta posição, que salienta uma estratégia comum a diversas formas literárias medievais, enquadra-se igualmente nos princípios defendidos por Roger Dragonetti, *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris, Seuil, 1987 que salienta precisamente os múltiplos jogos de construção de fontes ou de autores / autoridades que marcam a literatura medieval. Sobre estas questões ver ainda Wayne C. Booth, *A retórica da ficção*, Lisboa, Arcádia, 1980 onde, apesar do estudo incidir sobre a obra de autores modernos, são referidas diversas estratégias usadas para fomentar o realismo, a objectividade, a imparcialidade ou o distanciamento.

Espanna, a constituição de ligações entre figuras essenciais da história peninsular que deixam sinais, mensagens ou profecias que se concretizam com personagens da história futura as quais se tornam assim equivalentes (preferencialmente para melhor) dos seus antecessores heróicos. A partir desta perspectiva, Afonso X, ao encontrar formas diferentes de expressar os mesmos significados está, em certa medida, a ser o que, um pouco na sequência da distinção apresentada no início deste ponto, ele próprio também classifica como "poeta":

> los auctores delos gentiles, que fueron poetas, dixieron muchas razones en que desuiaron de estorias; e poetas dizen enel latin por aquello que dezimos nos en castellano enffennidores e assacadores de nueuas razones, e fueron trobadores que trobaron enel letin, e fizieron ende sus libros en que pusieron razones estrannas e marauillosas e de solaz, mas non que acuerden con estoria menos de allegorias e de otros esponimientos; (GE: I, 369a)

Ao variar os ensinamentos por uma multiplicidade de situações, a historiografia, mais que relato circunstancial, passa a assumir uma função que partilha com determinadas fábulas na medida em que, para além das "verdades" factuais que teoricamente veicula, passa a fixar-se também em outras "verdades". Estas últimas situam-se para além dos factos narrados, devendo ser absorvidas pelo entendimento de cada leitor. Vamos pois aqui, novamente, ao encontro da posição que defende que a "verdade" pode surgir nos pontos mais recônditos e inesperados onde espera pelo leitor adequado que saiba interpretar correctamente os sinais expostos.

Do mesmo modo, os sinais deixados por cada figura da antiguidade só esperam a personagem equivalente que os decifre, criando isotopias onde os feitos dos heróis anteriores carregam em si a prefiguração ou o anúncio dos que estão para vir. À correcção da leitura exegética dos sinais deixados pelos antecessores, por parte de cada herói equivalerá, também, e em última instância, a leitura correcta destas histórias por um público que se deixe cativar pelos valores propostos. No entanto, e como foi possível verificar na I Parte (sobretudo

---

[408] No caso concreto de Afonso X coincidem nele tanto a linhagem heróica de deuses e imperadores como o facto de se considerar o receptáculo de sinais proféticos, como se pode verificar nos trechos citados no

no ponto 4), as *translationes* do *corpus* historiográfico afonsino estiveram longe de se deixar "cativar" pela ideologia afonsina. A somar ao afastamento progressivo das línguas mais puras, límpidas e perfeitas, esta historiografia foi reelaborada incessantemente no seio da multiplicidade das línguas vernáculas onde se adaptou, não só a novas formas linguísticas, como também ideológicas. Estas "traições" e/ou "más leituras", longe de constituírem lapsos inocentes revelam, pelo contrário, segundo pensamos ter demonstrado na I Parte (ponto 4), uma pluralidade de recepções activas e conscientes de relatos que, à semelhança de um camaleão, se moldaram aos interesses dos seus distintos receptores.

Cabe ainda salientar como estes procedimentos se coadunam com as práticas comummente aceites. Com efeito, e como referimos acima, o que se conta não pretende ser tudo o que aconteceu, mas sim tudo o que cada autor considera digno de lembrança com vista a uma acção educativa no presente. Nestes termos, o interesse pelo passado torna-se uma noção de sobremaneira fluída uma vez que tudo se encontra submetido a interesses pragmáticos coevos[409].

É este o espírito que terá igualmente presidido à maior ou menor aceitação de alguns autores que se têm como fontes mais ou menos fiáveis ou ainda à eventual valorização de documentos falsos, desde que elaborados de modo a simularem uma realidade de forma suficientemente aceitável para as exigências coevas e que servissem convenientemente os propósitos desse presente, uma característica que marca de modo indelével a alteridade do período medieval relativamente à actualidade[410]:

---

fim da I Parte 1.3.

[409] Como refere, mais uma vez, Janet Coleman (1992): "What these chronicles tell us is what their compilers valued and thought worthy of remembrance, whether or not what they re-recorded from previous recorders like Bede – who did not, for the most part, record what he experienced – ever happened or not!" (p. 285). Sobre este assunto ver ainda os exemplos apresentados por Benoît Lacroix, O. P. (1971), nomeadamente p. 20.

[410] Sobre este assunto ver Bernard Guenée, 1981 (15: "«Authentique et approuvé». Recherches sur les principes de la critique historique au Moyen Age", pp. 265-277). Neste artigo, é tratada a questão da existência de crítica histórica na Idade Média, mesmo se em termos distintos dos actuais, uma vez que neste período a distinção entre verdadeiro e falso era secundária relativamente à diferença entre apócrifo e autêntico, aprovado ou autorizado. Autênticos eram todos os documentos escritos por alguém com autoridade, logo, dignos de fé, ao que se opunham os textos Apócrifos. Os autores mais antigos estavam autorizados pela tradição; os mais recentes precisavam de uma autoridade (nomeadamente de uma

> Je me demande s'il n'y a pas lieu d'observer d'abord que le problème du vrai et du faux n'a pas au Moyen Age la même importance qu'aujourd'hui. Car l'opposition fondamentale est entre l'authentique et l'apocryphe. Or, si un acte faux ne peut devenir vrai, un texte apocryphe peut devenir authentique et digne de foi: il lui suffit d'être approuvé par une authorité. Le «faussaire» médiéval n'est parfois, peut-etre, après tout, qu'un érudit qui met toute sa science à composer un acte ou un récit qu'il sait apocryphe mais dont il espère qu'une autorité le rendra, un jour, authentique.[411]

Neste contexto, também pode ser recordada a questão da concordância / divergência entre as diversas fontes usadas por um autor. Como já foi visto anteriormente (I Parte: 1.4.), a sintonia entre os distintos testemunhos é valorizada uma vez que este facto é entendido como sinónimo de verdade. Paralelamente, em caso de desacordo, verifica-se a necessidade de uma intervenção crítica exegética que espelhará a maior ou menor consideração em que as diversas fontes são tidas[412].

A procura desta harmonia torna-se tanto mais essencial quando se tentam extrair lições universais a partir de momentos históricos particulares. Por isso, podemos entender a necessidade de disputas entre as diversas fontes ou a elisão desses mesmos confrontos como características decorrentes desta carência e que

---

autoridade pública) que caucionasse, aprovasse e, por conseguinte, autenticasse a obra. Daí a preocupação dos diversos autores em usar fontes autorizadas (tanto quanto possível, as mais creditadas), fazer dedicatórias (o que implica a colocação sob uma autoridade superior) e finalmente, o mais evidente, a elaboração de histórias oficiais patrocinadas e, consequentemente, caucionadas por um príncipe ou por uma cidade (no último caso, verificando-se a aprovação pelas autoridades urbanas, o texto oficial era guardado numa biblioteca ou arquivo público). O zénite de este modo de encarar e de validar textos ocorre quando uma falsificação é aprovada por uma autoridade. Estes assuntos também são discutidos em *idem* (1980), cap. IV, I. Igualmente sobre a questão do falso ver Roger Dragonetti, *La vie et la lettre au moyen-âge. Le conte du Graal*, Paris, Seuil, 1980 nomeadamente p. 47 ou sobretudo *idem* (1987), onde o autor salienta o aspecto performativo da composição literária, nomeadamente da historiográfica, onde, manipulações e invenções são veiculadas mediante estratégias que promovem a sua credibilidade, constituindo-se assim em persuasivas construções ou ficções de "verdade". Ver igualmente Peter Linehan, "The Toledo forgeries c. 1150-c.1300", *Fälschungen im Mittelalter. Internationaler Kongreß der Monumenta Germaniae Historica*, Hannover, Hahnsche Buchhandlung, 1988, pp. 643-674 para algumas ocorrências peninsulares deste tipo de procedimento, ou Aron Gurevitch, *op. cit.*, que considera os falsos como os representantes de "verdades ideais" (p. 208). Ainda sobre os diferentes parâmetros que estarão na base da distinção entre o discurso historiográfico e o ficcional na Idade Média ver Suzanne Fleischman (1983).

[411] Bernard Guenée (1981), p. 277.

[412] Esta questão é apontada também por Bernard Guenée (1980), p. 132 ou por Janet Coleman (1992), pp. 293, 317 ou 322.

tentam encaminhar o discurso na direcção da procura de uma visão única (e oficial) dos acontecimentos. Neste âmbito, é possível considerar a tendência incessante para a revisão e para a redução textual, que atinge o seu zénite na "versão crítica" (onde tem sido interpretada como um vector direccionado para uma visão mais estreita e mais dogmática), como fruto deste esforço em direcção a um aperfeiçoamento que se deseja extremo. Neste percurso, as dúvidas provocadas por versões concomitantes teriam, forçosamente, que ir desaparecendo, em prol de um texto que, à medida que se aproximava da "Verdade", ia perdendo a dispersão das dúvidas para se concentrar numa *abbreviatio* cada vez maior.

Retomando a distinção acima referida entre *memorabilia* e *memoranda*, torna-se, pois, evidente que, neste contexto ideológico, a manipulação do passado com vista à sua adequação aos interesses do presente é uma questão inelutável e *de facto*.

No caso da historiografia afonsina e pós-afonsina, como temos vindo a referir, são diversos os casos de manipulações que ressaltam com alguma evidência. Como exemplo, podemos relembrar a numeração sequencial de reis contemporâneos, na história do período da Reconquista, de forma a tentar mascarar uma inultrapassável e efectiva, se bem que indesejável, divisão territorial. Do mesmo modo, é de forma subtil que Afonso X procura, nos primeiros capítulos da *Estoria de Espanna*, sobrevalorizar a importância da *Hispania* no seio do Império Romano ou que a *Crónica de 1344* vai advogar a divisão territorial da Península em diferentes reinos. Estas não são estratégias retóricas incomuns. Pelo contrário, parece ser frequente o uso de elisões e de diferentes outras ferramentas manipuladoras com vista a uma "falsificação" autorizada e desejada do passado que, nestes casos concretos, não se liga tanto a questões de exemplos éticos mas sim à justificação e/ou manutenção de uma situação política presente ou que se pretende defender ideologicamente.

Em concomitância com este trabalho de "composição", é possível constatar a necessidade de afinação permanente das ferramentas exegéticas a pôr em prática com vista a uma sempre melhor interpretação dos factos e prodígios

do passado. Contrariamente ao que à primeira vista poderia parecer, manipulação e exegese não se opõem necessariamente, pelo contrário, trata-se de dois procedimentos que podem dar-se as mãos com vista ao descortinar e à exposição do que se entende como "verdade".

Na base de estes métodos encontra-se a linguagem, tida como elemento essencial para a preservação e acesso aos mais variados conhecimentos, como se afirma no Prólogo das "histórias" em estudo:

> Los sabios antigos, que fueron en los tiempos primeros et fallaron los saberes et las otras cosas, touieron que menguarien en sos fechos et en su lealtad si tan bien no lo quisiessen pora los que auien de uenir como pora si mismos o pora los otros que eran en so tiempo; e entendiendo por los fechos de Dios, que son espiritales, que los saberes se perderien muriendo aquellos que los sabien et no dexando remenbrança, porque no cayessen en oluido mostraron manera por que los sopiessen los que auien de uenir empos ellos; et por buen entendimiento connoscieron las cosas que eran estonces, et buscando et escodrinnando con grand estudio, sopieron las que auien de uenir. Mas el desden de non querer los omnes saber las cosas, et la oluidança en que las echan despues que las saben, fazen perder malamientre lo que fue muy bien fallado et con grand estudio; et otrossi por la pereza, que es enemiga del saber et faz a los omnes que non lleguen a el ni busquen las carreras por quel connoscan, ouieron los entendudos, et quel preciaron sobre todas las otras cosas el touieron por luz pora alumbrar los sos entendimientos et de todos los otros que lo sopiessen, a buscar carreras por o llegassen a el yl aprendiessen, et despues quel ouiessen fallado, que nol oluidassen. E en buscando aquesto fallaron las figuras de las letras; et ayuntando las, fizieron dellas sillabas, et de sillabas ayuntadas fizieron dellas partes; e ayuntando otrossi las partes, fizieron razon, et por la razon que uiniessen a entender los saberes et se sopiessen ayudar dellos, et saber tan bien contar lo que fuera en los tiempos dantes cuemo si fuesse en su sazon; et por que pudiessen saber otrosi los que depues dellos uiniessen los fechos que ellos fizieran, tan bien como si ellos se acertassen en ello; et por que las artes de las sciencias et los otros saberes, que fueron fallados pora pro de los omnes, fuessen guardados en escripto, por que non cayessen en oluido et los sopiessen los que auien de uenir; [...] Onde si pararemos mientes al pro que nasce de las escripturas, connoscremos que por ellas somos sabidores del criamento del mundo [...] (PCG: I, 3a-b)

As palavras, sendo o elemento essencial para a criação de discurso, são igualmente a matéria prima da exegese, que procura "a" interpretação correcta,

graças, nomeadamente, à prática da etimologia, uma ferramenta que também constituiu uma característica determinante da cultura erudita medieval[413]. Popularizada sobretudo graças ao trabalho marcante de Isidoro de Sevilha, um dos autores mais lidos e utilizados no período medieval, as etimologias, frequentemente de carácter bem fantasioso, também surgem, periodicamente, nas obras historiográficas afonsinas,

- seja na *General Estoria*:

> E estos fueron alos que dixieron gigantes, e ouieron este nombre de ge que dizen en griego por tierra, e geniti en latin por engendrados; onde segund esto, gigantes quiere dezir tanto como engendrados de tierra, e non por que ellos de tierra nasciessen, mas por que querien seer sennores de toda la tierra e de todo lo al, e seguir lo terrennal, e que a tuerto e a derecho ninguno otro non ouiesse y sennor si non ellos; (GE: I, 26b)

- seja na *Estoria de Espanna*:

> e metios por la costera de la mar fasta que llego a un logar o es agora poblada Lixbona, e fue despues poblada que Troya fue destroida la segunda uez; e començara la a poblar un nieto dUlixes que auie aquel mismo nombre, e por que el no la uuio acabar ante de su muert, mando a una su fija, que auie nombre Buena, que la acabasse, y ella fizo lo assi, e ayunto el nombre de su padre y el suyo, e pusol nombre Lixbona (PCG: I, 9b)[414]

---

[413] Sobre o uso e a importância da prática da etimologia no pensamento do período medieval ver Ernst Robert Curtius, *op. cit.*, pp. 692-699. Ver igualmente Bernard Guenée (1980), pp. 182-95 (sobre as diversas formas de desenvolver etimologias e o sucesso destas práticas) e sobretudo Howard Bloch (1989). Nesta última obra, o autor acentua várias facetas do peso que a etimologia teve na cultura medieval. Ao procurar estabelecer correspondências entre a ordem social e a ordem na linguagem, Howard Bloch considera que o modelo linguístico, onde umas palavras engendram outras, se assemelha ao modelo linhagístico dado que o processo genealógico, ao traçar as sucessões humanas, reflecte igualmente o papel do processo etimológico na linguagem em busca, também ela, das suas origens primeiras, onde os nomes exprimem a natureza das coisas. Apesar de Isidoro de Sevilha ser das figuras mais importantes na formação e difusão de um espírito etimológico, durante o período medieval, já S. Jerónimo, no seu labor de tradução, entendia a etimologia como princípio de exegese (p. 76) e, na retórica clássica, onde a etimologia é um dos raciocínios tópicos a utilizar, o termo grego foi significativamente traduzido pela expressão "veriloquium" (p. 70).

[414] Outras explicações de tipo etimológico ou semelhante ocorrem ainda, na PCG, por exemplo em I, 7 (cap. 4): Hércules, 35 (cap. 53): Cartago e seus primeiros nomes, 37 (cap. 55): Cartagena, 89 (cap. 113): César, 90 (cap. 114): Imperador, 99 (cap. 125): dinheiro, era etc, 102 (cap. 135): Augusto, 104 (cap. 137): bárbaros ou 136 (cap. 183): aríetes. Já na PCG: II, é possível referir, por exemplo, as p. 366 (cap. 642), 446 (cap. 748) e 449 (cap. 754): termos médicos, 368 (cap. 644): França, 379 (cap. 661): Samora, 395 (cap. 691), 429 (cap. 734) e 445 (cap. 747): termos árabes, 449 (cap. 755), 454 (cap. 764) ou 479-80 (cap. 798): nomes de lugares, 485 (cap. 804): magno, 665 (cap. 986): feudo ou 671-72 (cap. 991): fé / lealdade.

Como já foi referido a propósito da questão da ambiguidade (II Parte, 2.1.), a dispersão dos homens e das línguas, na sequência do castigo imposto aos edificadores da torre de Babel, terá provocado fissuras inelutáveis na linguagem e, consequentemente, também na sociedade humana, conforme se pode verificar no seguinte passo:

> que nuestro sennor Dios danno el lenguaje en tal guisa ques non entendien unos a otros, e por esta razon solamientre fueron departidos en los lenguajes, mas aun en las uoluntades, de manera que non quisieron morar unos con otros. (PCG: I, 4b)

Este trecho é tanto mais interessante quanto nos permite recordar os estudos de Howard Bloch sobre a prática da etimologia. De acordo com este autor, o uso da ferramenta acima referida é isomorfo do estabelecimento de genealogias[415], na medida em que, nos dois casos, se procura caminhar no sentido contrário ao de uma evolução já verificada. Os dois procedimentos constituem, por isso, formas de oposição à degenerescência e à dispersão operadas pelo tempo[416]. Ao tentar neutralizar as ambiguidades da linguagem

---

Estes excertos e/ou outros semelhantes recorrem nas múltiplas crónicas em análise, afonsinas ou pós-afonsinas.

[415] "D'une signification originelle univoque sort la multiplicité des langues, et de l'unité du couple originel, la multiplicité des races humaines. L'histoire et la grammaire, affectées l'une et l'autre par la perte et la dispersion aspirent nostalgiquement à revenir à leurs origines, et mettent pareillement en oeuvre des stratégies ontologiques du retour.", Howard Bloch (1989), p. 58.

[416] Com efeito, há que lembrar como a etimologia não deve ser entendida como um fim em si, mas como um meio. Com efeito, no triângulo da relação entre linguagem, lógica e realidade, é possível constatar como a última é frequentemente a mais valorizada. Como exemplo, podemos referir Santo Agostinho a quem foi não raras vezes apontada uma certa desconfiança relativamente aos signos verbais, patente, em particular, nas obras da sua juventude. Partidário da simplicidade contra as elaborações retóricas, este autor não deixava, no entanto, de considerar o estudo da linguagem como essencial uma vez que todos os signos contribuem para mediatizar a relação entre o homem e Deus, servindo para orientar o crente para as verdades superiores. Manifesta-se, porém, contrário a uma sobrevalorização das palavras. Independentemente do conhecimento das coisas (*res*) ser levado a cabo através das palavras (*verba*), uma atenção excessiva a estas últimas poderia provocar um desvio relativamente ao conhecimento de Deus e das coisas divinas. Acentua ainda a necessidade de conhecer as coisas a que as palavras se referem para que a linguagem não seja vazia. De acordo com este ponto de vista, o papel dos signos consiste, essencialmente, na activação da memória relativamente àquilo que esta já deve conhecer de facto, uma postura que, de certa forma, também vem justificar o entendimento da historiografia como um relato direccionado para o presente. Sobre estas questões ver, Janet Coleman (1992), pp. 80-111; Howard Bloch (1989), pp. 64-65; Jacques Le Goff, "Pourquoi le XIIIe siècle a-t-il été plus particulièrement un siècle d'encyclopédisme?", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, pp. 23-40 (p. 32) e Peter von Moos, "L'*exemplum* et les *exempla* des prêcheurs", Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion,

comum a fim de atingir a significação unívoca que permite chegar à essência última e mais verdadeira das coisas, à sua verdade primordial, a etimologia aspira atingir qualquer resquício do hebreu, tido como a língua sagrada com que Adão impôs os nomes originais às "coisas", o que implica, conseguir uma aproximação ao período da Criação, e, consequentemente, também a Deus.

Tal ousadia, diríamos quase "excesso", não é falha de paralelos discursivos na historiografia em análise. Uma primeira questão foi já apontada por Howard Bloch relativamente à literatura linhagística, sendo igualmente aplicável à historiografia. Com efeito, o facto da etimologia procurar remontar o mais longe possível, em busca da unidade perdida entre "coisa" e denominação, assemelha-se à finalidade que a historiografia também comunga e que consiste em tentar esclarecer a humanidade no que respeita às suas origens, recuando até aos tempos mais recônditos da sua existência. Ainda neste âmbito, a preocupação afonsina em fomentar uma língua vernácula o menos ambígua e o mais clara possível também é um elemento passível de ser integrado nesta lógica uma vez que quanto maior for a adequação entre a expressão e o referente tanto mais esta linguagem se aproximaria da sua congénere primordial[417].

Por outro lado, também podemos relembrar a questão, já aludida, do desejo de atingir a opinião ou a versão única e oficial e entendê-la como outro paralelo possível, mesmo se mais subtil, no âmbito desta procura de retorno à unidade. Acresce ainda a identidade que se pode estabelecer entre a noção do desenvolvimento da linguagem enquanto processo cumulativo, como referido nos prólogos, nomeadamente no trecho acima citado, e a forma como os próprio textos, neste caso os historiográficos, eram construídos, ou seja, pela acumulação

---

1998, pp. 67-81 (pp. 78-79) bem como a síntese de Maria Bettetini, "Agostino d'Ippona: i segni, il linguaggio", Giovanni Manetti (ed.), *Knowledge through signs. Ancient semiotic theories and practices*, Bologna, Brepols, 1996, pp. 207-272. Para alguns elementos mais gerais sobre o pensamento de Santo Agostinho (354-430) e a sua influência no período medieval ver ainda David Luscombe, *Medieval Thought*, Oxford / New York, Oxford University Press, 1997 ou, sobretudo, Etienne Gilson, *La philosophie au Moyen Age. Des origines patristiques à la fin du XIVe siècle*, Paris, Payot, 1986, pp. 125-138, 167-170 e 586-588.

[417] Acerca de estas questões, cabe referir o paradoxo apontado por Georges Martin, 1997a ("L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)", pp. 43-56), a propósito da relação entre *res* e *verba*: "Ces conceptions [...] faisaient fi de la préocupation qui hantait la réflexion théologique sur le signe, laquelle se résume à quelques mots: *les choses, que le langage humain*

de autoridades numa *collatio* de versões trabalhadas e retrabalhadas, lentamente, num caminho paulatino em direcção à tão desejada versão "única" e "verdadeira"[418].

É ainda graças às palavras que se transmitem os exemplos edificantes, tidos como centrais para esta historiografia. Estes casos, apesar de modelares, constituem-se, igualmente, como factos concretos e visíveis do mundo sensível (*visibilia*), e é a partir deles que se pode procurar atingir, as realidades mais altas (*significatio invisibilia*). Estamos pois aqui a lidar com níveis distintos de significação, graças aos quais a historiografia se pode aproximar, de forma mais completa, do seu modelo primordial: a própria Bíblia cujo reflexo terreno fundador, na cultura cristã medieval, será o texto de Eusébio-Jerónimo que os múltiplos historiadores medievais procuraram, constantemente, actualizar. No seu patamar mais elementar, a Bíblia pode ser entendida como "O" livro de história primordial a partir do qual decorrem todos os outros uma vez que Deus continua a "escrever o Mundo" pelas acções e acontecimentos que permite que aí tenham lugar[419]. Paralelamente, o sentido literal ou histórico é considerado como o nível mais simples de leitura e análise do texto sagrado, ao qual se sobrepõem os sentidos alegórico, tropológico e anagógico[420], sentidos estes que também não

---

a pour fonction de signifier, sont le langage de Dieu. La notion de profondeur gouvernait la pratique scolastique; la théologie, pour sa part, mettait l'univers en tension sémiotique." (p. 48).

[418] É interessante equacionar esta questão com as reflexões de Georges Martin, 1997a ("L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)", pp. 43-56), que, ao apontar a existência de um hiato referencial entre a significação da palavra humana e o Verbo divino, bem como as consequências que esse facto tem para a escrita da história enquanto continuação da narrativa bíblica, refere a figura real como um garante, uma forma de resolução do referido impasse: "C'était dans les choses elles-mêmes, dans l'ordre des événements eux-mêmes [...] qu'il fallait trouver l'instance sémiotique médiatrice où coïncideraient Verbe et langage et qui donnerait lieu à un *signe transitif congru, à la fois référent et signe, à la fois signe et symbole*. Toute la sémiotique médiévale tourne sur l'axe de la découverte – ou de l'institution – de telles instances de la signification, en dernier ressort christiques. Dans le cadre de l'historiographie des royaumes l'instance sémiotique de médiation dominante fut le *roi*.

Vicaire de Dieu dans le monde, le roi le signifie. Exemplairement ou par contraste, car ce qui importe du roi n'est pas ce qui le singularise mais sa façon singulière d'illustrer l'*ordre divin de la royauté* par quoi l'histoire témoigne du Verbe. Or l'ordre royal est un ordre de langage, codifié dans les signes de l'homme. En soi, conjointement, l'ordre royal organisateur mondain du monde et symbole de l'ordre véritable du Verbe signifie le monde et Dieu – la vérité du monde en Dieu. En figurant en son récit l'ordre royal (qui devait être celui) du phénomène, l'historien résolvait l'hiatus référentiel" (pp. 53-54).

[419] Sobre a dignidade inerente ao trabalho historiográfico, em grande parte decorrente da convicção nas origens divinas do seu Modelo primordial, ver Benoît Lacroix, O. P. (1971), pp. 147-160.

[420] Enquanto o sentido dito "histórico" seria o mais conforme à realidade dos acontecimentos narrados, os outros sentidos já conferem ao discurso outras dimensões. Assim, e em termos genéricos, eventualmente

deixaram de ser aplicados a múltiplas formas textuais, entre as quais precisamente a historiografia.

O facto do primeiro nível da exegese bíblica ser constituído pela leitura histórica implica que este texto podia ser lido e entendido meramente no seu nível mais básico de narrativa de eventos. Daí que seja igualmente possível, e aceitável, a integração dos acontecimentos bíblicos em textos historiográficos, como se verifica na *General Estoria*, de forma bastante extensa. Prosseguindo com a narrativa das atribulações do género humano na sua caminhada para a salvação, na perspectiva da universalidade cristã, a historiografia torna-se uma forma textual contígua à obra bíblica uma vez que avança com o relato da continuação e da permanência da acção de Deus no Mundo:

> Distinguons d'abord nettement l'historien – le moine, par quoi il commence d'être – du théologien ou du maître. L'*humilité* de son statut, l'étroite surveillance dont il fait l'objet de la part de l'abbé ou du monarque, lui interdisent toute aventure spirituelle dans la profondeur des choses qu'il transcrit, l'asservissent, en théorie, à la fonction du scribe. Celle-ci ne laissait pas, néanmoins, d'être vertigineuse: la matière que l'historiographe avait charge de recueillir n'était autre que l'aventure divine du monde, le Verbe dans son procès d'actualisation. Le texte de l'historien était *continuatio* de la Bible. L'historien lui-même

---

mais simplistas, o sentido alegórico, apoiado, regra geral, no método tipológico, procura estabelecer relações entre cenas do *Novo* e do *Antigo Testamento*. Este procedimento torna-se muito importante para a análise da historiografia afonsina na medida em que pode concorrer para sustentar a nossa observação acerca das ligações entre diversas figuras mais salientes por intermédio de sinais e outros indicadores. Já o sentido tropológico procura, a partir da realidade visível, descortinar verdades morais superiores e o sentido anagógico, indo um pouco mais além, parte igualmente da realidade mundana mas que agora é entendida como representação das realidades celestes e da vida futura. De salientar ainda como esta organização pode variar seja na ordem seja no número dos seus elementos, podendo apresentar fórmulas tanto triplas como quádruplas. Sobre estes assuntos ver, nomeadamente, a obra clássica de Edgar de Bruyne, *op. cit.*, I, pp. 682-3 ou o estudo monumental de Henri de Lubac, *Exégèse Médiévale. Les quatre sens de l'écriture*, Paris, Aubier, 1959 (I Parte, I e II), 1961 (II Parte, I) e 1963 (II Parte, II) que refere múltiplas formulações, evoluções, mutações e arrumações que esta estrutura exegética apresentou. O sentido literal ou histórico é abordado, primordialmente, na I Parte, II, pp. 425-487 (cap. VII), onde é igualmente relacionado com a historiografia. Quanto aos restantes sentidos, Henri de Lubac equaciona a alegoria com a fé, a tropologia com a mística e a anagogia com a escatologia. De salientar ainda as curiosas e ilustrativas fórmulas mnemónicas referidas por este autor como seja "Littera gesta docet, quid credas allegoria, / Moralis quid agas, quo tendas anagogia." (Intr., p. 23) ou "Dicitur historicus quem verba ipsa resignant, / Et allegoricus priscis qui ludit in umbris; / Moralis per quem vivendi norma tenetur, / Quid vero speres anagogicus altius offert." (Intr., p. 24). Para uma análise que equaciona os níveis de leitura com o imaginário semiótico da historiografia, ver Georges Martin, 1997a ("L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)", pp. 43-56).

> était lisière et hiatus: son propre discours se scindait comme médiateur de deux langages, devenait *mystère*, happé par l'ordre spirituel, aliéné à sa Sémiologie.[421]

Com efeito, ao relatar o actos humanos, a historiografia está, em última análise, a narrar a acção omnipotente de Deus que se dá a conhecer pelos feitos dos Homens. Assim, se ao nível do comportamento exemplar de algumas figuras de excepção a história pode fornecer normas éticas para o comportamento humano, no seu patamar mais alto, permitirá ainda o acesso a verdades eternas e imutáveis, assumindo-se, deste modo, como um texto passível de ser lido de acordo, também, com os níveis exegéticos superiores.

Acresce ainda a esta potencialidade, como refere Ruth Morse (*op. cit.*, p. 178), o facto da procura de significados para além do literal constituir um hábito de leitura inculcado em todos aqueles que tinham acesso à instrução, inclusivamente à mais básica[422]. Este facto não terá certamente sido estranho ao alargamento dos métodos hermenêuticos a textos não sagrados bem como à sua importância para o pensamento medieval em geral. Levando ao extremo esta tendência, reencontramos a possibilidade de absorver narrativas com todo o tipo de origem sem que isso seja tido como ilícito, uma questão já amplamente

---

[421] Georges Martin, (1997a), p. 51 ("L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)", pp. 43-56). Cabe ainda salientar que, a partir da consideração da cisão inultrapassável entre a linguagem humana (cuja significação não pode ir além das coisas nem atingi-las) e a divina (o Verbo criador das coisas que apontam para as realidades místicas e mais verdadeiras), Georges Martin reencontra o já referido ideal da escrita mais simples e transparente (mesmo se ao nível superior onde o mais límpido corresponderá igualmente ao mais denso de significações): "Face à l'hiatus sémiotique du référent en *signifié humain vs signifiant divin*, la tâche de l'historien était d'atteindre la plus grande transparence entre le symbole universel qui était son percept et le signe linguistique par lequel il était condamné à le transcrire, d'être le moins possible *auteur*, a fin de ne pas concurrencer le souverain *Auteur* qui trace son message dans le cours des choses, d'assurer depuis son propre langage le transit de l'ordre spirituel *en rétablissant la congruence du référent comme signe, en s'efforçant d'atteindre l'identité s1=s2 dans un écrit où la signification émanerait de la chose-signifiant divin, de façon que la vérité qu'elle renfermait se diffusât comme par-dessus les mots*". (p. 52).

[422] Ruth Morse (1991), p. 178. Sobre este assunto ver ainda Georges Martin (1997a), p. 51 ("L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)", pp. 43-56), que refere como, no ensino, se optou por um sistema mais simples e mais flexível só com três categorias, às quais correspondiam os três tempos da *lectio*: *littera* (o significante morfológico, sintáctico e expositivo do discurso), *sensus* (sentido próprio, manifesto, fácil) e *sententia* (sentido profundo, derivado, imanente).

referida no que respeita ao seu entendimento e à sua utilização no ambiente cultural promovido por Afonso X[423].

2.4. A colecção dos tempos diversos[424]

Algumas das características que observámos no ponto anterior podem igualmente ser verificadas no caso particular da forma como as crónicas em estudo apresentam as datações com que situam os diversos acontecimentos que narram. Como pensamos ter vindo a tornar patente, o excesso, sendo óbvio em determinadas situações mais claras e evidentes, apresenta igualmente facetas mais ambíguas, mormente no que respeita ao complexo domínio da linguagem. Se neste âmbito também se verificam noções e figuras que congregam em si a maior quantidade de elementos assumidamente negativos, como é o caso dos intriguistas e dos maus conselheiros, outros pontos e atitudes revelam-se tanto mais interessantes quanto se manifestam como particularmente equívocos e se insinuam indelevelmente no *corpus* historiográfico em consideração.

Com efeito, é nos próprios procedimentos da escrita da história que o excesso por vezes se faz sentir. Um dos domínios mais marcantes da desmesura a que aqui nos referimos e que caracteriza os relatos cronísticos é a obsessão pela datação, pelo cálculo das distâncias temporais, pelas cronologias, um traço que parece ter marcado a investigação historiográfica medieval[425].

---

[423] Sobre este assunto ver Milada Buda, *Medieval History and Discourse. Toward a Topography of Textuality*, New York / Bern / Frankfurt am Main / Paris, Peter Lang, 1990 que acentua como Santo Isidoro também considera dois tipos de verdade: a factual que equaciona com a história (entendida no seu sentido estreito de mera narração de factos) e a superior que pode surgir mesmo nas fábulas falsas (pp. 33-35). Uma posição que, como temos vindo a verificar, é seguida e acentuada por Afonso X.

[424] Relativamente a este ponto ver Isabel de Barros Dias, "Sincronismos de história antiga em Afonso X, o Sábio", *Evphrosyne*, XXVIII, 2000, pp. 259-270. Muitos dos elementos e conclusões deste ponto coincidem com os expostos no artigo referido que aqui é ligeiramente revisto e adaptado.

[425] Sobre a questão da obsessão pela passagem do tempo, ver Bernard Guenée, 1980, nomeadamente pp. 147-65 ou *idem*, 1981 (14: "Temps de l'histoire et temps de la mémoire au moyen âge", pp. 253-263) onde o autor refere diversos modelos de periodização bem como a sua sorte e desenvolvimento no período medieval. Ver ainda Aron Gurevitch, *op. cit.*, particularmente pp. 115-179, que salienta as múltiplas formas como o tempo era entendido e medido no período medieval ou ainda Benoît Lacroix, O. P. (1971), pp. 84-98.

Como esclarece a explicação dada por Isidoro de Sevilha, o próprio termo "Crónica" carrega no seu sentido etimológico a noção de tempo como "compilação" ou "série" de vários cômputos[426]. A cronologia foi, igualmente, o eixo estrutural ao longo do qual a historiografia cristã tradicionalmente se organizou desde os trabalhos fundadores de Eusébio-Jerónimo[427]. Nesta literatura, a humanidade como um todo espelha o percurso das vidas individuais na medida em que tanto aquela como estas constituem existências que se desenvolvem ao longo de uma linha temporal finita seja ela o período fugaz que separa o nascimento da morte ou a longa duração que medeia entre o Génesis e o Apocalipse[428].

A partir destes primeiros textos que se impuseram face à anterior e prestigiada historiografia latina pagã, desenvolveu-se a longa e complexa tradição das Crónicas Universais. Por outro lado, à medida que se desvanecia a necessidade de provar tanto a "Antiguidade" como a "Verdade" da cultura Judaico-cristã, a historiografia vai proceder, com uma certa frequência, a circunscrições mais ou menos generalizadas – umas vezes ao nível cronológico, mais habitualmente ao nível geográfico[429]. Esta tendência poderá dever-se, seja à dificuldade em manusear a maior quantidade de informação disponível para os períodos mais recentes, de forma desejavelmente idêntica para os diversos reinos do Mundo conhecido, seja aos interesses de cada cronista ou dos seus patronos, que procuravam levar os trabalhos historiográficos elaborados sob a sua égide a

---

[426] "Chronica Graece dicitur quae Latine temporum series appellatur, qualem apud Graecos Eusebius Caesariensis episcopus edidit, et Hieronymus presbyter in Latinam linguam convertit. Χρόνος enim Graece, Latine tempus interpretatur." *Et*: V, 28.

[427] Sobre este assunto, mas com um enfoque particular na produção ibérica mais antiga, ver Pedro Juan Galán Sánchez (1994), particularmente I Parte, cap. II.

[428] Será importante referir aqui a importância da medida humana e a forma como esta frequentemente se articula com as diversas periodizações em análise. Com efeito, na historiografia, a cronologia é um princípio organizador fundamental mas que surge igualmente em função das genealogias, cuja sucessão vai seguindo ao longo do tempo, donde, por exemplo, os tão frequentes marcadores de início e de fim de reinados. Inclusivamente no caso de periodizações mais alargadas, como seja as Idades do Mundo, foram estabelecidas analogias com o processo da vida humana como refere Bernard Guenée, 1981 (14: "Temps de l'histoire et temps de la mémoire au moyen âge", pp. 253-263), p. 255.

[429] Esta tendência para estreitar o universalismo é visível logo a partir da própria tradução/ refundição/ continuação da obra de Eusébio de Cesareia por S. Jerónimo. Sobre este assunto, ver Pedro Juan Galán Sánchez (1994), pp. 53-54.

concentrarem-se no seu território, na sua linhagem ou em ambos, geralmente a fim de justificar eventuais pretensões familiares e / ou territoriais.

No que respeita ao *corpus* historiográfico hispânico, o projecto da *General Estoria* distinguia-se do da *Estoria de Espanna* basicamente no que respeita à amplitude geográfica. Quanto à temporal, a *General Estoria* ambicionava abarcar a narrativa da duração humana no Mundo inteiro, desde o seu começo até à actualidade coeva[430]. Por seu turno, a *Estoria de Espanna*, apesar de procurar caracterizar-se por uma (discutível) vontade de circunscrição espacial ao território ibérico, não se distingue por aspirar a qualquer limite temporal significativo[431].

Acresce ainda que, nomeadamente no caso de esta última, é possível verificar que o esforço para coligir elementos de todos os tempos também pode ser visto como mais um indício de excesso, sobretudo se tivermos em conta outros traços já identificados. É o caso, por exemplo, da acumulação exaustiva de fontes que, independentemente de constituir um *topos* bastante comum (e que ocorre nestas crónicas, nomeadamente nos prólogos), também reflecte uma preocupação e uma atitude concretas que, até certo ponto, terão sido possíveis no âmbito das condições do *scriptorium* afonsino, onde múltiplos intelectuais trabalhavam para um mesmo fim[432]. Concomitante com este trabalho, podemos ainda recordar e acentuar a vontade de redução das diversas versões transmitidas pelas fontes a uma confortável concórdia. Finalmente, há que integrar nesta vontade de reelaboração centrípeta de dados também a manifestação de um

---

[430] "e fiz ende fazer este libro, e mande y poner todos los fechos sennalados tan bien delas estorias dela Biblia, como delas otras grandes cosas que acahesçieron por el mundo, desde que fue começado fastal nuestro tiempo." GE, I, 3b. No que respeita às diversas periodizações combinadas na GE ver as considerações que a este respeito tece Francisco Rico (1984) sobretudo "Idea de la *Estoria*" (pp. 65-120).

[431] Como se pode verificar no prólogo desta História, citado na I Parte: 1.1 (PCG: I, 4a).

[432] Com efeito, a realização de um trabalho de semelhantes dimensões só se torna exequível num *scriptorium* onde trabalhe um número razoável de intelectuais. Como refere Diego Catalán, no estudo que encerra a reedição da *Primera Crónica General* (1977), p. 852, independentemente da intervenção chegada e directa do rei, o *scriptorium* afonsino integrava não só uma quantidade numerosa de eruditos como procedia mesmo à sua divisão por especialidades: "trasladadores", ou seja tradutores que traduziam os livros seleccionados; "ayuntadores", redactores ou compiladores encarregues de retomar textos traduzidos a fim de os entrelaçar numa renovada exposição da matéria; e finalmente "capituladores", incumbidos de dividir a obra nas suas partes expositivas e de as rotular. A falta desta estrutura terá sido uma razão de peso para que o trabalho e as reelaborações subsequentes, falhas de um apoio régio efectivo,

acentuado desejo de apropriação de tempos múltiplos. Esta preocupação concretiza-se, sobretudo, no esforço por sincronizar cronologias, uma característica que marca com bastante regularidade os inícios dos capítulos, atingindo as formas mais completas, aquando dos momentos considerados mais importantes no desenvolvimento da Humanidade, como seja

- o do nascimento de Jesus Cristo:

> A los quaraenta et dos annos en que se cumplieron sietecientos et cinquaenta et uno de la puebla de Roma, e que andaua la era en treynta et nueue, et el regno de Herodes en treynta et dos, [...] E sabet que en este anno en que el Nuestro Sennor Ihesu Cristo nascio, fue acabada la quinta edat et se començo la sexta. Mas por que fasta aqui no auino razon en este libro de fablar de las edades, por ende cuenta aqui la estoria dellas, et muestra que cosa es edat, et quantas son. Los sanctos padres et los reyes et los grandes sabios, quando acaescie en el mundo algun grand fecho et estranno et que numqua aun acaesciera, fazien en el departimiento de tiempo, et llamauan edat al tiempo passado et edat a lo por uenir; e a aquellos tiempos tales assi departidos, no los llamauan edades por que sean eguales, ca lo no son, ca en unos a mas et en otros menos, mas por que duraua cada una grand tiempo, et por los grandes fechos et sennalados que contescien en el departimiento dellas. E de tales acaescimientos granados auinieran ya cinco ante dest anno en que el Nuestro Sennor nascio, et por ende eran passadas cinco edades; [...] Mas cuemo quier que digan los unos et los otros, todos los mas acuerdan que se començo esta sexta edat en el dia de la nascencia de Nuestro Sennor, et dalli conto siempre la eglesia despues aca todos los fechos granados et las cosas que de contar ouo; e otrossi esta estoria daqui adelante todauia pone este cuento en los fechos de cada anno dessouno con los otros que de suso oyestes. E sabet que aqueste anno en que Nuestro Sennor Ihesu Cristo nascio et en que se començo la sexta edat, fue a cinco mil et nouaenta et nueue annos que el mundo fue criado et Adam fecho et se començo la primera edat, e a dos mil et dozientos et cinquaenta et cinco que fuera el diluuio et escapara Noe en ell archa, e a mil et nueuecientos et ochaenta et tres dell apartamiento de la ley que se començo en la circumcision de Abraam, e a nueuecientos et quaraenta et tres que el rey Dauid començo a regnar, e a quatrocientos et sessaenta et nueue que el rey Sedechias fue leuado catiuo a Babilonna con todo el pueblo de Israel et se començo la quinta edat, e del

---

se revelem mais modestas seja na dimensão das intervenções seja no *corpus* de fontes considerado, um assunto que é considerado por Georges Martin nomeadamente em (1997b), p.239.

regno de Octauiano et de Herodes et de la era a tantos cuemo dessuso oyestes en el comienço deste capitulo. (PCG: I, 108a-109b)

- ou o da formação do Império Romano:

Despues que Julio Cesar ouo muerto a Ponpeyo et uencidos sus enemigos et conquistas las gentes et las tierras et fechas todas estas cosas que auedes oydas dessuso, alçaron lo los romanos por emperador de Roma et metieron en su mano su poder todo et su sennorio; e esto fue a cinco mil et ciento et cinquaenta et dos annos que el mundo et Adam fueron fechos et se començara la primera edat; e a dos mil et nueueçientos et diez que fuera el diluuio et Noe escapara en ell archa et se començara la segunda edat; e a mil et nueueçientos et sessaenta et ocho que Abraam nasciera et el rey Nino et la reina Semiramis regnaran en Egipto et se començara la tercera edat; e a mil et ochocientos et tres annos del prometimiento que Dios fizo a Abraam cuando fablo primero con ell, e a mil et seyscientos et ocho que se començara el regno de Athenas en el tienpo que Cicrops regno y primero; e a mil et quatrocientos et sessaenta et ocho que Moysen sacara el pueblo de Israel de catiuo de tierra de Egipto, e a mil et ciento et treyenta et quatro annos que Troya fue destroyda, e a mil et sessaenta et ocho que se començara el regno de Judea, e a mil et XXVIII que Dauid fuera alçado rey della et se començara la quarta edat, e a nueuecientos et sasaenta et quatro que Salomon començara a fazer el templo de Iherusalem, e a sietecientos et XXVIII annos que fuera fallado primeramientre el cuento de las Olimpias en el segundo anno del regno de Eschilo, rey de Athenas, e a sietecientos et quatro que Roma fuera poblada et començara y a regnar Romulo el rey primero, e a quinientos et quarenta et dos que el rey Nabuchodonosor leuara catiuo a Babilonia el pueblo de Israel en el tiempo de Sedechias, rey de Judea, en que se començara la quinta edat, e a quatrocientos et cinquaenta et cinco annos que el grand Alexandre, fijo del rey Philipo, començara a regnar en Grecia, e que andaua el comienço dell emperio de Roma en un anno que era aquel primero de Julio Cesar, e el regno de Alexandra, reyna de Judea, en XIX, e el de Cleopatra, reyna de Alexandria, en tres. (PCG: I, 92a-b)

Esta preocupação em sincronizar as mais diversas formas de medição do tempo e de acontecimentos parece ser uma característica original introduzida aquando do trabalho das fontes no *scriptorium* afonsino e reflecte o labor comparativo aturado levado a cabo. Com efeito, nem sempre terá sido fácil sincronizar uma quantidade tão grande de medidas como o esquema das idades,

os anos do povoamento de Roma, a era hispânica[433], os anos dos diversos Imperadores romanos, a datação cristã, os anos dos múltiplos reis bárbaros, Godos e soberanos da Reconquista e mesmo a datação muçulmana. Este trabalho de sincronismo de cronologias e distribuição dos acontecimentos pelas diversas datas terá continuado por toda a vida do rei Sábio dado que a "versão crítica", que é a última versão afonsina da *Estoria de Espanna*, manifesta uma preocupação notória pela revisão destes elementos. Esta persistência poderá dever-se ao facto de, inclusivamente, no texto régio afonsino se constatarem diversas incongruências. Como já foi referido anteriormente (I Parte 1.2.), verificam-se remissões para trechos inexistentes e a ordenação dos elementos relativos às diversas periodizações não apresenta sempre a mesma forma, de modo homogéneo, nas múltiplas listagens de sincronias. O facto desses pontos terem continuado a ser retrabalhados com vista à sua maior afinação, como é patente na "versão crítica"[434], constitui outro vector que pode apoiar a posição que já anteriormente defendemos e que advoga a possibilidade das múltiplas revisões do texto da *Estoria de Espanna* procurarem encaminhar-se na direcção do que seria, simultaneamente, uma síntese e uma súmula do anteriormente produzido. Assim, tanto no que respeita às diversas narrativas dos factos sucedidos como à sua identificação com o tempo em que tiveram lugar, a historiografia afonsina procura ininterruptamente chegar à "síntese concordante" dos múltiplos testemunhos que anteriormente acumulou.

A procura de sincronia entre as diferentes formas de medir o tempo não atinge dimensões idênticas nas fontes usadas por Afonso X, nomeadamente nas mais próximas como seja a *Historia de Rebus Hispanie* do arcebispo de Toledo[435] ou o *Chronicon Mundi* do bispo de Tui[436]. O mesmo se poderá dizer para as crónicas anteriormente produzidas na Península Ibérica. Apesar de, por

---

[433] A origem do termo "era" é explicada na PCG, I, 99b.

[434] Sobre este assunto ver o estudo de Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, que salienta múltiplas modificações e correcções ao nível da cronologia levadas a cabo pelo autor da "versão crítica".

[435] Este autor baseia o seu relato prioritariamente na sucessão dos diversos reis no poder.

[436] Este relato baseia-se nas idades do Mundo e, para os períodos mais recentes, na era e no imperador ou rei então no poder.

vezes, apresentarem, seja contagens do tempo, seja sincronias entre algumas datações diferentes, não chegam ao nível cumulativo que se verificará com Afonso X[437], uma característica igualmente verificada por Georges Martin:

> Pero es en la Estoria de España donde encontramos el sistema más permanente (aunque no constante), coherente y novedoso. En éste se añade al año de reinado del señor de España: primero, la era hispánica (cómputo territorial unitario), luego, el año de la encarnación (cómputo cristocéntrico), luego el año del imperio. Estos cómputos, a su vez, están completados, a principios de cada reinado, con el año del papado, el año de reinado del rey de Francia (destacado vecino, pariente del rey Alfonso y unido a él, desde 1266, por el matrimonio de una hija suya con el infante heredero castellano), el año del emir de los musulmanes (gran Otro histórico, lo hemos visto, y ahora vasallo, de los reyes neogóticos), y por fin el año de la Hégira (es decir de la otra gran religión con dominio político en España, ahora avasallada). Todos estos datos proceden, desde luego, de una u otra fuente que manejaban los historiadores alfonsíes; algunos de ellos – nunca todos, sin embargo – estaban ya asociados en ellas. Pero salta a la vista que el conjunto nuevo que forman encuadra la historia de los reyes de Castilla en el marco de los principales actores de una deseada hegemonía imperial a la vez hispánica y occidental.[438]

Graças ao afã deste rei em datar com a maior precisão todo e qualquer acontecimento verifica-se pois que a sua obra procura reunir as mais diversas medidas temporais anteriormente aduzidas, uma atitude em tudo concordante com a acima referida postura geral de acumulação de "Autoridades".

Por outro lado, os textos posteriores que foram reelaborando a historiografia afonsina parecem, de novo, preocupar-se menos com as sincronias

---

[437] Com efeito, e contrariando, de certa forma, a importância das cronologias nos textos de Eusébio-Jerónimo, verifica-se, nas obras dos autores visigodos, uma tendência para a restrição do universalismo e para uma menor importância do elemento cronológico. O interesse por estes elementos parece no entanto ressurgir na compilação historiográfica de Isidoro de Sevilha, o que remete para o espírito enciclopedista e para a consciência etimológica deste autor. Sobre estes assuntos ver Pedro Juan Galán Sánchez, 1994 (sobre o interesse de Isidoro de Sevilha pelo elemento cronológico, pp. 176-180). Para uma visão genérica e imediata de algumas crónicas hispânicas anteriores ao séc. X ver Kenneth Baxter Wolf, *Conquerors and Chroniclers of Early Medieval Spain*, Liverpool, Liverpool University Press, 1990. Nestas Crónicas também surgem sincronias entre periodizações diversas mas a uma escala bastante inferior à apresentada por Afonso X que congrega na sua obra as múltiplas variantes que ocorrem nos textos mais antigos.

[438] Georges Martin, 2000, p. 29.

cronológicas pois optam, frequentemente, por omiti-las, como sucede com a *Traduccion Gallega* ou com a *Crónica de 1344*.

Com efeito, mesmo quando a *Crónica de 1344* segue mais de perto a narrativa da "versão crítica" / *Crónica de Veinte Reyes*[439], o texto português tende a retocar o mais antigo, no sentido de o abreviar, o que por vezes implica a omissão ou redução drástica das sincronias. É o que sucede no seguinte episódio da história do Cid onde a *Crónica de Veinte Reyes* narra:

> En el veynte e siete años del rreynado del rrey don Alfonso, que fue en la era de mill e çiento e veynte e siete años, quando andaua el año de la encarnaçión en mill e ochenta e nueue, e el del inperio de don Enrrique en quarenta e vno, el Çid, estando en Çaragoça, enbiáronle dezir la rreyna, muger del rrey don Alfonso, e los otros sus amigos que queríe el rrey yr lidiar con los almoráuides porquel dixeron que avían presa Granada e Murçia e otra tierra mucha, e que sy viniese en su ayuda que ge lo gradesçerie el rrey e quel perdonaríe por ende. (Cr20R: 229a)

Contudo, a segunda redacção da *Crónica de 1344*[440] resolve emendar e abreviar:

> Andados XXIX ãnos do reynado del rei dõ Afomso, estando o Cide em Saragoça, mãdoulhe dizer a raynha e outros seus amigos ẽ como el rei dom Afonso queria hyr lidar cõ os Almohades e que, se vehesse em sua ajuda, que lho gradeceria muito e que lhe perdoaria porẽ (1344b: IV, 56)

Na *Estoria de Espanna* afonsina, pelo contrário, é possível encontrar o extremo oposto, como sucede em casos onde uma razoável sincronia de dados cronológicos enquadra acontecimentos plenamente datados, sendo inclusivamente atribuído à datação um maior espaço textual do que o conferido à referência aos factos em si. Disso são exemplo os passos seguintes:

---

[439] Sobre a dependência da *Crónica de 1344* relativamente à *Crónica de Veinte Reyes* ("versão crítica") ver Cintra (ed. Cr. 1344), *op. cit.*, vol. I (Introd.), pp. CCXCII-CCXCVIII.

[440] O texto da primeira redacção não apresenta nem a modificação das datas nem a redução / omissão das sincronias: 1344a: fl.266b.r. - cap. 494.

- A los treynta et cinco annos que se cumplieron sietecientos et quaraenta et quatro de la puebla de Roma, e que andaua la era en treynta et dos, ffallamos en las estorias que murio Oratio, omne muy letrado et muy sesudo a grand marauilla, et que fizo muchos buenos libros de castigos et de sesos. (PCG: I, 107b)

- En el seteno anno, que fue en la era de dozientos et ueynt et cinco, fizo ell emperador Comodo toller la ymagen que estaua en somo de la cabeça del Coliseo, et puso y otra fecha a figura de si. (PCG: I, 156b)

Esta preocupação em apontar o sincronismo entre diferentes medidas temporais[441] é assim concomitante com uma série de traços mais gerais que marcam a obra de Afonso X. Neste caso, uma das características em causa será certamente a já aludida vontade de situar os diversos acontecimentos com o maior rigor histórico possível. Como já foi referido na I Parte (ponto 1.4.) e acentuado no ponto anterior, uma das noções que habitualmente surge de forma discreta, quase subliminar, na *Estoria de Espanna* afonsina é a que faz coincidir a verdade com a concordância entre o maior número de fontes utilizadas e cuja figuração arquetípica desta "perfeição" é, sem dúvida, a tradução da Bíblia pelos "Setenta". A um nível menos elevado, verifica-se como a preferência é sistematicamente atribuída às versões em que concordam o maior número de testemunhos o que, por vezes, dá origem a expressões do tipo:

> Algunos dixieron que la puebla de Carthago fue fecha en tiempo del rey Salomon, e otros que en tiempo del rey Dauid, so padre; otrossi dixieron algunos que fue poblada en tiempo de Jair, que fue iuez de Israel yaquantos annos antes que Paris, fijo del rey de Troya, levasse de Grecia Elena, muger del rey Menelao. Y en esto se acuerdan los mas que fablaron en estas estorias, e semeia cosa mas con guisa [...] (PCG: I, 50b)[442]

---

[441] Com efeito, os elementos das sincronias chegam a ser determinados em detalhe no correr do próprio texto cronístico: "E cuemo quier que fasta aqui fue ordenada esta estoria por el cuento dell anno que fue fecha la puebla de Roma, daqui adelante ordenasse en tres maneras: la una por esta era sobredicha, la otra por los annos de la puebla de Roma, la tercera por ell anno en que nascio nuestro sennor Jhesu Cristo, et esto del tiempo de la su nascencia adelante." (PCG, I, 100a).

[442] Mais referências à convicção que a concordância é sinónimo de verdade surgem na PCG, I, 101 (cap. 130), 109 (cap. 151), 155 (cap. 220) e 217 (cap.387). Ver ainda o que já foi dito sobre estas questões na I Parte, ponto 1.4..

De modo semelhante ao que se verifica com os elementos já apontados, a concordância entre as diversas medidas concorre para acentuar a "Verdade" do narrado bem como o rigor com que essa narração é feita. No fundo, esta pretensão de realizar a súmula das medidas do tempo poderá ser considerada como isomorfa da eterna nostalgia pela reparação do castigo de Babel. Com efeito, a vontade de sincronismo entre os diferentes tempos dos diversos povos não se distingue significativamente do desejo de reunião das línguas dispersas. Tanto num caso como no outro, o alcançar, seja da linguagem única, seja da medida universal do tempo converge em direcção à (re)aproximação ou mesmo à obtenção de uma "verdade" que, por ser una, é mais pura e mais próxima do período edénico.

Por outro lado, é ainda importante referir que a ordenação das sincronias não obedece a um simples escalonamento aleatório, verificando-se, também aqui, implicações subtis ao nível ideológico. Com efeito, a forma como as sincronias são veiculadas reflecte intenções bem concretas de valorização de alguns dos povos que senhorearam a Península Ibérica. A disposição ordenada vai, assim, fazer sobressair aqueles que conseguiram unificar e, efectivamente, dominar o território:

> E por ende daqui adelante la estoria, fastal sennorio de los godos, todauia sigue la orden de los annos de los reyes de los sueuos, por que ellos sennorearon Espanna; e pero pone breuemientre dessouno con ellos los cuentos de los reyes de los vuandalos fastal tiempo que se acaba el su regno, por razon del sennorio que ouieron y fasta aquel anno, bien cuemo pone los de los emperadores de Roma. (PCG: I, 212b)

A estes sucedem-se os Godos, o "povo eleito" para o governo da Península[443]:

> E por que este Theuderico fue el primer godo que ouo el sennorio dEspanna, por ende torna aqui la estoria a su orden a contar del sexto anno dell imperio de Marciano, que fue el primer

[443] De salientar, no entanto, que esta valorização dos Godos já se verifica em textos anteriores, nomeadamente em João de Bíclaro (séc. VI), que, na sua obra de continuação historiográfica, dá à *Hispania* Goda um relevo considerável. No que respeita às cronologias, este autor, aduz ao ano do

> emperador en cuyo tiempo los godos regnaron en las Espannas, e ua por el cuento de la era et por el de los annos de los emperadores, et en contando de los godos cuenta dessouno con ellos de los sueuos et de los vandalos et de los vgnos fastal tiempo que fallecieron sus regnos. (PCG: I, 238a)

Com a sequência dos povos que vão unificando e dominando a Península cria-se ainda uma outra medição do tempo, ou seja, a organização por senhorios[444]. Apresentando um cariz mais mítico e de longa duração, esta forma de balizar a duração participa de uma mentalidade idêntica à que terá estado subjacente à disposição da história segundo as idades do Mundo ou os quatro Impérios[445]. As idades do Mundo não obedecem a espaços temporais pré-definidos, dependem sim de acontecimentos suficientemente grandiosos para marcar o curso da história, como é explicitado na própria *Estoria de Espanna*, num trecho acima citado. Do mesmo modo, a sucessão dos quatro Impérios mundiais que é referida na *Estoria de Espanna* e que norteia fortemente a *General Estoria*[446], também depende da maior ou menor duração desses mesmos Impérios.

A integração deste tempo universal na narrativa "espacialmente circunscrita" da *Estoria de Espanna* é isomorfa da integração da própria história

---

Imperador Romano o ano do rei Godo e não é parco na quantidade de notícias sobre os acontecimentos que ocorreram na *Hispania*. Sobre este assunto ver Pedro Juan Galán Sánchez (1994), Parte Segunda, A.

[444] Sobre este assunto, ver Inés Fernández-Ordóñez, (1992) sobretudo Parte I: "El 'Imperium', base de la organización de la historia alfonsí". Ainda no que respeita a esta questão, é interessante recordar como Georges Martin, ao comentar o trabalho de Inés Fernández Ordóñez, refere que a seriação segundo os senhores de Espanha já se encontra no Toledano (Georges Martin, "Une digne disciple de Diego Catalán: Inés Fernández-Ordóñez", *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 18-19, 1993-94, pp. 427-30, mais concretamente p. 429). Porém, o mesmo autor, em 2000, não deixa de salientar como a estrutura base das histórias afonsinas assenta na sucessão de senhorios (pp. 26-29). Também Diego Catalán (1992, cap. I: "Alfonso X historiador", pp. 11-44) acentua a cronologia e os senhorios como princípios organizadores da historiografia afonsina (pp. 25-26 e 31-35). Parece-nos ainda importante salientar que a obra do arcebispo de Toledo omite o período romano na narrativa da história Peninsular, um momento que Afonso X recupera de forma bastante significativa para a sua seriação de "senhorios".

[445] Estas duas formas de medir o decurso do tempo já se encontram nos textos mais antigos da historiografia cristã. No entanto, a ideia da sucessão dos quatro Impérios (e a decorrente noção de *translatio imperii*) constitui um paradigma da periodização pagã adoptado por Eusébio de Cesareia. Sobre este assunto ver Pedro Juan Galán Sánchez (1994), p. 19. Sobre a introdução e desenvolvimento do esquema agostiniano das idades do Mundo ver pp. 20, 47, 190 e 201.

[446] O tema ocorre na GE, de forma explícita, com uma certa frequência, como sucede, por exemplo, na GE, I, 40, 79 ou 81. Para além destas menções à sucessão dos quatro Impérios é esta a longa duração que permanece subjacente à organização da história universal. Sobre este assunto ver I Parte 1.1. onde inclusivamente é citado o trecho da EE que refere esta questão (PCG: I, 15b).

de Roma e do seu Império na narrativa dos acontecimentos Peninsulares, para a qual é fornecida uma explicação singela, já citada na I Parte, ponto 4 (PCG: I, 84b).

Tendo ainda em conta os esforços do rei Sábio para valorizar a *Hispania* no seio do Império romano, no qual ela não passava de uma entre várias províncias[447], é forçoso recordar outra das intenções que marcaram a obra historiográfica de Afonso X, ou seja as suas pretensões ao trono do Sacro Império. Com efeito, na *Estoria de Espanna* verifica-se uma sábia construção textual graças à qual Afonso X aproveita a ideia do Império Romano ser o último dos quatro Impérios mundiais, que se continuava no Sacro Império quando a derradeira imperatriz do Oriente se revela indigna de manter essa honra[448]:

> Esse anno otrossi cobro Erena, la emperadriz, por su sabiduria ell imperio que su fijo Costantin le auie tomado; et priso a ell et sacol los oios, et echol de tierra, et murio en desterramiento. Et regno ella sola tres annos. Mas el papa Leo quando esto uio, enuio por Carlos, rey de Ffrancia, e alçol por emperador de Roma. E esto fizo el papa con conseio de los romanos, ca se tenien por desonrrados et maltrechos de assennorearlos mugier que tan mal fecho fiziera en cegar assi a su fijo. E por ende loaron ellos mucho los fechos de Carlos, et dizien que merescie bien de seer emperador. E pues que ell ouo ell imperio recebido, mantouol bien et en paz, et mato todos los malfechores del regno, et enderesço todas las cosas dell imperio, et llamaronle todos Carlos et augusto; e aun touieron por bien los romanos de dar el regno de Italia a su fijo Pepino. E daqui adelant dexa la estoria el cuento por los emperadores de Costantinopla et trael por los reys de Ffrancia que regnaron en Alemanna et en Ffrancia. (PCG: II, 348b-349a)

---

[447] Sobre este assunto ver Isabel de Barros Dias (2000b). É ainda de referir como este esforço é uma constante, verificável já nos textos de autores hispânicos de períodos mais antigos, como Hidácio ou Orósio, que não deixam de valorizar a *Hispania* no seio do Império Romano. Sobre este assunto ver Pedro Juan Galán Sánchez, *op. cit.* (sobre Hidácio de Chaves, pp. 61-76) ou ainda José Eduardo López Pereira, *O primeiro espertar cultural de Galicia – cultura e literatura nos séculos IV e V*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, pp. 145-148 (Orósio) e 155-158 (Hidácio).

[448] "en estos dos principados de los Cesares et de los emperadores desque començaron duro el sennorio del imperio de Roma fastal nuestro tiempo" (PCG, I, 86b). Esta noção pode ser ainda encontrada nas listagens iniciais da primeira redacção da *Crónica de 1344*, mais concretamente no cap. VII ("Del ynperio de los rromanos.") onde a listagem dos Imperadores romanos segue sem interrupção com os do Sacro-Império 1344a, pp. 5-10.

Um Império que, de acordo com a profecia já citada na I Parte (ponto 1.3.), estaria destinado ao próprio Afonso X. Com efeito, as narrativas iniciais da *Estoria de Espanna* parecem construir a base de vectores lógicos que, como defende Charles F. Fraker[449], a concretizarem-se as pretensões políticas do rei Sábio e a ter-se terminado o trabalho de redacção da sua crónica, provavelmente resultariam na junção do Sacro Império e do Império Peninsular na pessoa de Afonso X. Na sequência de esta ordem de ideias, se compor uma Crónica é, de certa forma, trazer a (ou alguma) memória do passado para o presente e construir, assim, o futuro, é precisamente isso que o rei Sábio faz ao relatar, em simultâneo, a história de Roma e a história peninsular. Do mesmo modo que o tempo do Império Romano é continuado pela duração do Sacro Império no seio da lógica dos quatro Impérios mundiais, também se sucedem os tempos dos vários senhorios hispânicos até aos reis da Reconquista, entendidos como continuadores directos dos reis Godos que são, por sua vez, apresentados sob uma perspectiva de assimilação com Roma[450], o que, de uma forma que dificilmente pode deixar de ser inocente, constitui o terceiro ou quarto (consoante se considere o domínio Grego como senhorio ou não), em todo o caso, o último senhorio assinalado na *Estoria de Espanna*. Assim, mesmo que na ordem pela qual as diversas datas são apresentadas se verifique uma valorização da linha gótica e neo-gótica, como

---

[449] Sobre este assunto ver Charles F. Fraker (1996), 113 e 155-169, bem como o referido na I Parte: 1.3 e nas notas 80 e 125, ambas da I Parte.

[450] Seja pelos casamentos, que procuraram unir as duas raças (caso de Placidia: PCG, cap. 408, 409), pelas alianças e amizade que terão, frequentemente, unido os líderes de ambos povos (PCG, cap. 399 ou 406, por exemplo), pelos espaços que ambos dominam, ainda que em tempos sucessivos, como sucede com Roma (PCG, cap. 408), seja finalmente por apresentarem uma antiguidade equiparável à das tradições Greco-latinas (PCG, cap. 386-391) onde até participa um filho de Hércules, o que não deixa de insinuar uma ténue ligação com a Península, uma vez que, segundo a historiografia afonsina, o seu primeiro unificador terá sido, precisamente, Hércules. De notar ainda que esta forma de apresentar / valorizar os Godos já se verifica, nomeadamente, em João de Bíclaro ou em Isidoro de Sevilha. Sobre o primeiro e a especial atenção que dá à questão da unificação religiosa e política do reino Godo, que se assume como continuador / equivalente do poder romano sobre a Península, ver a análise de Pedro Juan Galán Sánchez, *op. cit.*, sobretudo pp. 167-172. Quanto ao segundo, são diversos os elogios feitos aos Godos em geral e, em particular, aos reis Recaredo (responsável pela conversão ao Catolicismo) e Suintila (apresentado o unificador territorial por excelência, elevando-se assim estrategicamente face ao ariano Leovigildo). Este texto foi editado por Cristóbal Rodríguez Alonso, *Las historias de los Godos, Vandalos, y Suevos de Isidoro de Sevilla: estudio, edición crítica, y traducción*, Léon, Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro", 1975. Note-se ainda que este texto foi posteriormente integrado na obra de Lucas de Tui.

constatou Georges Martin[451] (um procedimento que não será, certamente, alheio ao facto da *Estoria de Espanna* procurar acentuar a vertente do Império peninsular), a ideia da convergência dos dois Impérios não deixa, por isso, de estar presente. A junção final de estes dois poderes, dissociados na maior parte do tempo[452], de acordo com as aspirações de Afonso X, teria lugar precisamente durante o seu próprio reinado.

No entanto, é ainda curioso constatar outro pormenor, uma vez que, depois de referir os "senhorios" dos "Almuiuces", dos de África e dos Romanos, a *Estoria de Espanna* passa à "estoria" dos diversos povos bárbaros seguida pela "estoria" dos Godos. Tendo em conta a lógica dos quatro Impérios mundiais e a sua importância no seio do pensamento afonsino, talvez não seja completamente impensável colocar a hipótese de uma vontade de dar um tratamento semelhante ao domínio da *Hispania*, onde o último senhorio, o dos Romanos, entroncaria no poderio Godo, que, por sua vez, seguiria com os soberanos da Reconquista. Assim, o neo-goticismo sucessivo dos reis asturianos, leoneses e, finalmente, castelhanos poderia ainda ser completado por um certo "neo-romanismo" godo.

Deste modo, o que, à primeira vista, poderia parecer como uma simples série de pontos de fuga narrativa, acaba por participar na construção de um vector de integração de tempos e espaços "outros" que, teoricamente, convergiriam para uma apoteose ibérica, momento esse que, por seu turno, daria sentido ao facto dos outros trechos terem sido, anteriormente, narrados na "Estoria de Espanha".

Fruto da vontade de ordenar, enquadrar e escalonar uma virtualmente impossível totalidade informativa, a obra historiográfica de Afonso X acabou, no entanto, por não chegar a constituir a palavra final que a ânsia centrípeta que parece ter estado na sua origem faz adivinhar. Por um lado, pelas razões concretas, amplamente conhecidas, que fizeram com que, à morte do rei sábio, as

---

[451] Georges Martin (2000): "La segunda novedad es que los autores de la *Estoria de España*, invertiendo la ordenación del Biclarense, antepusieron rápidamente al año del imperio el año del reinado gótico y luego neogótico; lo cual sea quizá indicativo del caminar del imperio hacia España, pero es por lo menos, en aplicación de la ley anterior, exaltación del señorío hispánico relativamente al imperio." (p. 28).

[452] Com efeito, enquanto que a linha do Império romano prosseguiu pelo oriente e depois pelos soberanos do Sacro-Império e a linha Goda pelos reis peninsulares, Afonso X terá visto na sua pessoa a hipótese de restaurar a união fracassada e estéril de Placidia com Ataulfo.

diversas partes e versões do trabalho levado a cabo sob a sua égide se dispersassem por uma multidão de crónicas, não obstante terem constituído peça importante para a construção da autoridade de que Afonso X gozou, já no período imediatamente posterior. Por outro lado, pelo paradoxal, irónico ou mesmo frustrante que será procurar construir uma súmula final numa obra historiográfica. Essa vontade é, por definição, impossível uma vez que a história prossegue em incessantes reelaborações (como, de facto, sucedeu com este *corpus* historiográfico) enquanto a temporalidade se mantiver, excepção feita só no caso, bem arrojado, em que o fim dos tempos também participasse da planeada apoteose que consistiria na junção do quarto e último Império universal com o Império hispânico, momento em que também outro elemento mítico importantíssimo, o da *translatio imperii*, atingiria o seu ponto mais ocidental, à imagem do ocaso solar, uma vez que a *Hispania* constitui o ponto final do Ocidente.

2.5. O frenesi da exaustividade centrípeta

O centralismo que terá dominado a teoria imperialista de Afonso X implica, pois, uma série de posturas e ideais que se projectaram na sua obra, nomeadamente na historiográfica, como refere Georges Martin ao comentar o trabalho de Inés Fernández-Ordóñez:

> Plusieurs de ses renseignements confirment mes propres convictions quant au règne d'Alphonse X. D'abord, la place véritablement centrale qu'au savoir et à l'enseignement prétendit faire le projet politique alphonsin. Ensuite, quant à la production de ce savoir: son regroupement jaloux autour de la couronne – Alphonse ne fut pas un grand promoteur de l'université – et son extrême fractionnement – distribution du travail en équipes parfois complémentaires et souvent concurrentes, division des tâches au sein de ces équipes -, la dissolution de l'autorité technique laissait le roi seul maître d'oeuvre. Et de ce point de vue: la nature profondément politique des oeuvres produites, l'architecture idéologique profonde et systématique, délibérément orientée par le souci de former gouvernants et gouvernés. Enfin, dans la simultanéité de conception d'une histoire péninsulaire et d'une histoire

> universelle, le désir, certes, de placer l'Espagne au débouché historique des empires du monde, mais surtout le souci d'Alphonse – au moment où, partout en Occident, les royautés s'affirmaient aux dépens de l'empire – d'appuyer sa quête impériale sur un royaume solidement tenu, dont il fallait gagner les élites à la nécessité, perçue à chaque pas de l'humanité, de l'ordre monarchique.[453]

Com efeito, o facto de, de acordo com a organização do *scriptorium*, cada intelectual se limitar a uma parte do trabalho, com poucos conhecimentos do que seria a obra total, como a crítica textual tem revelado, leva forçosamente a fazer sobressair o ideólogo que, deste modo, marca mais profundamente o texto final, em detrimento dos executantes que se apagam[454].

Concomitantemente, é possível constatar como também decorre da obra do rei Sábio um marcado desejo de exaustividade que passa muito além da vontade de acumular opiniões de autoridades ou de controlar a passagem do tempo. Afonso X terá imprimido, nomeadamente à historiografia saída do seu *scriptorium*, o desejo de não deixar nada de fora da sua súmula que se pretendia tão totalizante quanto possível[455].

O espírito racionalista e enciclopédico de este rei procurou construir uma ordem do Mundo onde tudo teria um lugar. No contexto de esta visão alargada, quase "açambarcadora", do Mundo, até a magia, como já foi referido (II Parte: 2.1.), tem entrada como facto historiável. Na *General Estoria* (II, 2/2, 335-43), a magia é organizada e classificada de acordo com diversos parâmetros como seja o tipo (de imagens, de poções ou de sortes), as matérias-primas utilizadas (pedras, ervas ou palavras) e as feiticeiras mais famosas de cada "especialidade" (Diana, Circe e Medeia). Este espírito racionalista irá até à criação de uma ordem de proximidade (ou afastamento) da divindade, uma vez que a magia de Diana, que se baseia em imagens, procuraria Deus e as almas mais do que qualquer

---

[453] Georges Martin (1993-94b), pp. 429-30.

[454] Esta questão é tratada em maior profundidade por Georges Martin em 1997b.

[455] Sobre esta questão, ver Francisco Rico (1984), sobretudo "El saber de Alfonso el Sabio" (pp. 121-188) onde o autor acentua como Afonso X, na G.E., demonstra encarar o saber como uma unidade ou uma totalidade, postura que transparece no panorama que dá do *trivium* e do *quadrivium* ou da *translatio studii*, bem como na sua ânsia em recuperar os saberes antigos, mesmo se com base numa perspectiva coetânea.

outra. A magia de Circe, concentrada em ervas e que tem como finalidade a saúde dos corpos, estaria a meio caminho, enquanto que a pior espécie seria aquela que não procura senão riquezas e vaidades, tentando saber mais do que deve, uma vez que aqueles que consultam os adivinhos ou que procuram os augúrios fazem-no a fim de melhorar as suas vidas.

No âmbito de esta postura de acumulação e de aceitação vão assim coincidir, lado a lado, a análise severa e racional de versões díspares com a referência a fontes dúbias, com base no argumento que, também elas, podem veicular verdades.

Remetemos aqui, mais uma vez, para as já apontadas ocasionais manifestações de dúvida ou de desacordo relativamente a uma narrativa, estabelecendo-se diálogos polifónicos que apresentam os diversos pontos de vista, frequentemente, logo seguidos pela formulação que se pretende oficial e que é proposta como verdadeira. Nestes casos, a "verdade" é apresentada em concomitância com a sua denegação na medida em que as outras hipóteses, se bem que negadas, são, no entanto, igualmente referidas. Concomitantemente, e como já propusemos, esta estrutura também pode ser entendida como uma forma racional e escolástica de caminhar no sentido de uma maior certeza nas "verdades" que se transmitem e que, para a actividade ideóloga de Afonso X, teria atingido o seu ponto mais agudo com a "versão crítica".

Simultaneamente, e apesar da(s) interpretação(ões) a que estes elementos possam ser submetidos, coexistem trechos onde se admite a subjectividade interpretativa e se aceita a diversidade do Mundo e das opiniões uma vez que, como se afirma na *Estoria de Espanna*:

> et el ydolo respondioles que auie de durar fasta que pariesse uirgen. E en este logar departen las estorias et dizen que los espiritos que estauan en los ydolos, pero que eran espiritos de mentira, muchas uezes dizien uerdat en las cosas por premia dell espirito de la uerdat que gelo fazie dezir, bien cuemo en fecho deste templo segund que adelant oyredes. (PCG: I, 107a)[456]

[456] Outro caso onde um elemento associado ao mal prevê verdades ligadas com a sua própria destruição surge ainda na PCG: I, 164 (cap. 262).

Esta tradição de abertura e de aceitação parece caracterizar uma grande parte dos textos historiográficos provenientes, mais ou menos directamente, do *scriptorium* afonsino. O acolhimento de personagens "menos ortodoxas" na narrativa historiográfica, assim como a transcrição polifónica de versões diferentes acerca de um mesmo acontecimento, são elementos que convergem para acentuar uma postura onde a vontade cumulativa de conhecimentos não colide, ou, pelo menos, não colide de forma decisiva com princípios selectivos demasiados rígidos na sua ortodoxia. Com efeito, independentemente das suas origens, os diversos materiais poderiam sempre ser aduzidos ao raciocínio dialéctico e racional que opunha as diversas fontes a fim de extrair as "verdades" últimas a "oficializar".

Efectivamente, no que respeita a Afonso X, seria mais fácil a omissão de fontes que fossem contrárias à sua ideologia política ou aos seus decorrentes princípios éticos, do que de conhecimentos genéricos porque provenientes de fontes não cristãs. Este traço torna-se evidente quando se considera a diversidade da obra do rei sábio, quer a patrocinada, quer aquela obra ou própria ou seguida mais de perto e onde as suas intervenções foram mais frequentes. No que se refere à historiografia, os melhores exemplos surgem na *General Estoria* que procura harmonizar as heranças culturais mais diversas. Apesar das críticas a alguns textos não estarem ausentes, estes não deixam de ser absorvidos e/ou adaptados ou explicados de forma a poderem integrar o fluxo de conhecimento cumulativo que ali se procurava construir.

Subjacente a estes procedimentos e princípios, existe uma ambição e um excesso inegáveis que atingem o seu paroxismo com a definição afonsina de autoria, já citada no início da I Parte (GE: I, 477b), mas que, dado o contexto em que se integra, pressupõe uma comparação com o próprio Deus:

> Dell escriuir destas palabras auedes oydo enel començamiento deste capitulo, como dixo nuestro Sennor que El las escriuirie, e aqui dize, en el xxxiiij^{o} capitulo dell Exodo, quelas mando escriuir a Moysen, e auredes otrossi enel libro que a nombre Deuteronomio, que es el postrimero destos .v. libros de Moysen, o se cuentan de cabo todas estas leyes, que diz que

> nuestro Sennor que El mismo las escriuio; e semeia que son contrallas estas razones. E sobresta contralla fabla maestre Pedro e departe la desta guisa: diz que todo es bien dicho, et que podemos entender e dezir que compuso nuestro Sennor las razones delos mandados, e que ouo ell auctoridad e el nombre dend, por quelas mando escriuir, mas quelas escriuio Moysen, assi como dixiemos nos muchas uezes: el rey faze un libro, non por quel el escriua con sus manos, mas por que compone las razones del, e las emienda, et yegua, e enderesça, e muestra la manera de como se deuen fazer, e desi escriue las qui el manda, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro. (GE: I, 477a-b)

De salientar, também, a alusão pouco modesta que é possível encontrar, no *Setenario*, na sequência de um conjunto de reflexões acerca dos nomes de Deus:

> Onde la A con rrazón demuestra, ssegunt de ssuso dixiemos, que Dios es comienço, et la O ffin; non porque Dios ouo comienço en ssí nin puede sser acabado, mas porque él da comienço e acabamiento a todas las cosas que él ffizo. [...]
>
> Et por ende nos don Alffonso, fijo del muy noble e bienauenturado rrey don Ffernando e de la muy noble rreyna donna Beatrís; e ssennor heredero, primeramiente por la merçet de Dios, e después por derecho linaie, de que heredamos los rregnos de Castiella, de Toledo, de León, de Gallizia, de Seuilla, de Córdoua, de Murçia, de Jahén, e de Badaioz, e del Algarbe; cuyo nonbre quiso Dios por la ssu merçet quiso que sse començasse en A e sse ffeneçiesse en O, en que ouyesse ssiete letras, ssegunt el lenguaie de Espanna, a ssemeiança del ssu nonbre.[457]

Tal paralelo é ainda ecoado na benção dupla com que se conclui a I Parte da *General Estoria*:

> En este lugar acabamos el Penthateuco e nos desembargamos de todas las razones delos cinco libros de Moysen. E sea bendicto e ensalçado por ende el nombre de nuestro sennor Dios, que biue e regna por siempre jamas. Amen.
>
> E biua e regne por muchos annos e buenos, e venza siempre atodos sus enemigos el dezeno don Alfonso, por la gracia de Dios rey de Castilla, de Toledo, de Leon, de Galizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murcia, de Jahen e del Algarue, que lo fizo fazer. (GE: I, 768b)

---

[457] Kenneth H. Vanderford (ed. e intr.) e Rafael Lapesa (est. prelim.), Alfonso el Sabio, *Setenario*, Barcelona, Crítica, 1984, p. 7. Já mais comedida será a aproximação que Afonso X estabelece entre a sua relação com seu pai Fernando III (pretenso co-autor do *Setenário*, no que poderá ser uma ficção de origens, semelhante às apontadas por Roger Dragonetti, 1987) e o par bíblico formado pelo rei David e Salomão, sendo este último tido como o protótipo da sabedoria. Esta questão é apontada por Georges Martin (1993-94a), pp. 96-100.

Há que considerar a presença de uma indiscutível base tópica subjacente, nomeadamente, a esta última formulação, bem como todo o carácter místico e/ou mágico que pode ser considerado como uma dimensão da escrita[458]. No entanto, é igualmente possível associar estes trechos à postura de aceitação de fontes menos ortodoxas por Afonso X, independentemente das críticas e/ou adaptações a que, frequentemente, eram submetidas. Acresce ainda a(s) tradição(ões) de oposição ao rei Sábio e à sua descendência que, apesar da sua inspiração assentar em interesses políticos e dinásticos[459], terão, por um lado, aproveitado e, pelo outro, aumentado uma corrente já volumosa que confluiu na criação de um conjunto de curiosos testemunhos que marcaram este soberano para a posteridade. Estas questões surgem, inclusivamente, no texto continuado da própria obra historiográfica em cuja origem se situa o labor de Afonso X e que, teoricamente, deveria marcar e defender as suas ideias e ideais numa súmula perfeita de conhecimento.

Referimo-nos à tradição da blasfémia do rei Sábio, profetizada por uma grega à mãe do futuro soberano e que, estando obviamente ausente dos textos mais antigos, é reportada, pela *Crónica de 1344*, de uma forma que não deixa de fazer recordar um romance cortês:

> E o iffante dom Afonso tomou a copa e servyo a seu padre e a sua madre, dandolhes o vinho muy apostamente. E a raynha pos os olhos en el, esguardandoo con grande femença, e deu hũ

---

[458] Por analogia com o livro da Humanidade, escrito pelo Criador. Ainda sobre a dimensão sagrada da escrita na sua função básica de fixação do Verbo divino pelo monge / escriba que copia os livros sagrados, e que se reflecte, concretamente, na consideração pelo poder esotérico atribuível ao alfabeto, no respeito pelos materiais da escrita ou ainda no cerimonial que pode rodear o acto da escrita, ver Jacques Stiennon (1995).

[459] Sobre os diversos aproveitamentos e manipulações sofridos por esta lenda, ver Leonardo Funes, "La blasfemia del rey sabio: itinerario narrativo de una leyenda (Segunda parte)", *Incipit*, XIV, 1994, pp. 69-101 onde são referidos múltiplos usos da(s) tradição(ões) lendárias contrárias a Afonso X e à sua dinastia, nomeadamente no contexto das questões que opuseram a instituição régia à nobreza, a fim de valorizar a posição de D. Juan Manuel como representante de uma linhagem bendita (por oposição à linha real, amaldiçoada a partir de Fernando III) ou de justificar o fim da linhagem de Sancho IV e a legitimidade da dinastia Tastâmara, entre outros usos. Ver ainda Rafael Ramos, "Don Juan Manuel y las leyendas sobre la muerte de Fernando III el Santo", Juan Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1995, vol. IV, pp. 105-111 ou J.-P. Jardin, "La figure du roi Alphonse X chez quelques chroniqueurs du XVe siècle", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 20, 1995, pp. 75-96.

u grande sospiro e começou de chorar. E el rey, quando tal sospiro vyo, nõ o teve en pouco. E, depois que o iffante e todollos outros foron fora da camara, preguntou el rey aa rainha por que dera aquelle sospiro quando vira seu filho o iffante servir de copa. E a rainha disse que o non fezera por outra nenhũa cosa se nõ por que lhe veera assi aa voontade. E el rey disse que aquello non podia seer, mas que a rogava que en toda guisa lho dissesse, se non que tomarya della tal sospeita que non seria sua prol. E a raynha, quando vyo que a el rey assi afficava, disse que lho dirya, pois sua voontade era de o saber. Entom começou sua razon en esta guisa:

– Senhor, eu seendo moça en casa de meu padre e outra minha yrmãa que avya menos hũ u ãno que eu e avya nome dona Margarida, chegou hy hũa molher natural de Grecia donde era mynha madre que foy filha de Costantino, emperador de Grecia. E era molher muy sabedor e preguntavaa minha madre muyto amehude por cousas de sua fazenda e de meu padre. E ela lhe dizia cousas muy certas. E eu e minha yrmãa, quando esto ouvymos, apartamolla e rogamoslhe que nos dissesse algũa cousa de nossa fazenda e que esto nõ soubesse nossa madre. E ella nos disse que se temya de a descobrirmos por que eramos muy moças. E nos lhe prometemos de a non descobrir. E ella dissenos que non sofressemos ataa hũ u dya certo a que viinrya a nos. E quãdo veo aquel dya, chegou ella a nos a hũa camara e dissenos primeiramẽte que nosso padre avya de morrer ante que nenhũa de nos ouvesse casamẽ to. E depois per tempo prelados honrrados do occidente viiriam a me demandar pera casamento per hũu rey desta terra que seria o mais honrrado e poderoso que nunca fora en Espanha, depois que a os Godos perderõ. E disseme que avya d'aver delle seis filhos barõoes e duas filhas. E disse que o primeiro filho que avyamos d'aver que avya de seer das fremosas criaturas do mundo. E disse mais que aquel rey con que eu avya de casar avia de viver longa vida e morrer morte honrrada e que, despois da sua morte, aquel primeiro filho avya de seer rey e que seria ainda mais poderoso e honrrado que seu padre; e assi durarya gram tempo; e que, por hũa palavra de soberva que diria contra Deus, averya de seer deserdado de toda sua terra, salvo de hũa cidade en que avya de morrer. E todallas cousas, senhor, per que eu ataa hora passey daquello que me ella disse, todo foy verdade, ca foron por myn vossos messegeiros e trouverõme pera vos que sooes rey no poente e ouve de vos os filhos que ella disse. E agora, senhor, vejo que soon prenhe e cuydo que hey de morrer como me ella disse. E, quando hora vy dom Afonso, nosso filho, servir ãte nos tam apostamẽte e assi fremoso como he, nembroume como avya de seer deserdado por hũa palavra. E por esto foi dado aquel sospiro que ouvistes. (1344b: IV, 379-81).

Tal profecia concretiza-se, sendo a sua gravidade ainda confirmada e acentuada por visões e signos que o rei ignora, obstinadamente, antes de se render às evidências:

> E, por que saibades quaaes forom aquellas pallavras que el rey dom Afonso disse, per que encorreo en sanha de Deus, queremovollo aquy dizer por que convẽ en este logar. Onde devees de saber que, depois que este iffante dom Afonso foy rey, dizia muytas vezes palavras de grande soberva, antre as quaaes disse que, se elle con Deus estevera ou fora seu conselheiro quando elle criara o mundo, que algũas cousas, se o Deus creera, foron melhor feitas que como elle fezera.
>
> E depois a grande tempo que el rey dom Afonso reynava, aconteceo que hũu cavaleiro de Panpigra, que avya nome Pero Martîiz e criara o iffante dõ Manuel, vyo en vison hũu homẽ muy fremoso en vestiduras brancas e disselhe como no ceeo era dada sentença per que morresse el rey dom Afonso deserdado e ouvesse maao acabamento. E o cavaleiro lhe preguntou por que era esto que Deus delle tal sanha avya. E aquelle homẽ que lhe apareceo lhe disse: dom Afonso, estando em Sevilha, disse em praça que, se elle fora com Deus quando fazia o mundo, que muitas cousas emendara em que se fezera melhor que o que se fez e que por esto era Deus yrado contra elle. E o cavaleyro lhe preguntou se avya hy maneira algũa per que Deus perdoasse este pecado. E o homẽ lhe disse que, se se arrependesse do que disseraa, que logo a sentença seria revogada e que lhe farya Deus mercee.
>
> E o cavaleiro, depois que foy manhãa, partiosse de Pampigra e foisse a Pena Fiel onde o iffante dom Manuel estava, e contoulhe todo o que vyra e ouvyra. E o iffante mandoulhe que o fosse dizer a el rey que era en Burgos. E o cavaleiro foy alla e, depois que contou a el rey todo o que lhe acontecera, disse el rey que assy era verdade que o dissera e o dizia ainda que, se elle fora con Deus na criaçom do mundo, que muytas cousa emendara e corregera, que se fezerã muy melhor que o que estavã.
>
> E logo a poucos dias depois desto, andando el rey dom Afonso pella terra, chegou a Segoyva e avya hy hũu frade meor, homen de santa vida, ao qual Deus revelara aquella meesma vison que fora mostrada ao cavaleiro. E veo a el rey e disselhe que fezesse peendença dos pecados que avya feytos e farya sua prol e estremadamẽte daquellas malditas e escomũgadas palavras, compridas de muyta soberva, e ditas com grande presunçom e vaidade, as quaaes dissera muitas vezes en praça, dizendo que, se fora conselheiro de Deus quando fezera o mundo e o quisera creer, que o fezera melhor que o fez se nõ que non duvidasse que Deus sobr'elle nom mostrasse o seu poder. E el rey respondeulhe con vultu yrado e palavra de sanha e disse:

– Eu digo verdade no que digo e, por o que me vos dizees, tenhovos por neiçio e sen saber.

E o frade partiosse d'ant'ele e foisse. E, logo essa noite seguinte, envyou Deus tam gram tempestade de torvõoes e lampados que foy gram maravilha. E, enna camara onde el rey jazia con a raynha cayu hũu corisco que queymou as toucas aa raynha e gram parte das outras cousas que estavam na camara. E, quando el rey e a raynha esto vyrõ, se elles ouverom grande medo, esto non he de preguntar, ca sayrõ da camara tam espantados que de todo pensarõ seer mortos. E el rey começou de dar grandes vozes e dizer que lhe fossem por aquelle frade. Mas a tempestade era tam grande que nõ avya hy homẽ que ousasse sayr da casa. E hũa das guardas del rey cavalgou em hũu cavallo e foilhe por elle. E o frade nõ queria viir. E o guardyam lhe mandou que veesse. Mas en todo esto nõ quedava a tempestade. E depois que o frade chegou a el rey, apartousse com elle a fallar de confisson. E, assi como se el rey hya arrependendo e tomando peendença, assi se hya o ceeo çarrando e quedadndo a tempestade. En outro dya, cõfessou el rey pubricamente aquele pecado de brasfemya que dissera contra Deus. E tal medo ouve el rey daquella tempestade que, por fazer emenda de seus pecados, envyou aalẽ mar seus messegeiros cõ grande aver por lhe tragerem o corpo de Sancta Barbora; pero nõ o pôde aver.

E en este anno que esto aconteceo, se começou a el rey dom Afonso todo seu mal ataa que morreo, segundo ouvyredes en sua estorya. (1344b: IV, 382-84)

Independente do facto de na base da criação e do desenvolvimento de esta tradição terem estado algumas finalidades ideológicas e políticas com vista à defesa e legitimação de direitos linhagísticos e sucessórios de famílias e de soberanos, é também evidente a forma como ela se articula com características que parecem ter, obviamente, marcado a figura do rei sábio. De racionalista a blasfemo, com efeito, a distância nem sempre era enorme[460], e o desejo de saber, sendo um traço que caracterizou este soberano, tem igualmente sido, desde os relatos bíblicos mais remotos, entendido como uma forma de soberba, um modo

[460] A ligação entre esta tradição e o espírito racionalista de Afonso X é apontada por Francisco Márquez Villanueva (1995), p. 206. Este autor associa ainda esta característica do rei Sábio ao seu primo, o imperador Frederico II: "Federico II solía decir, bajo declarada influencia averroista, que él podría legislar un sistema de fe y moral superior a los dados por los tres impostores, Jesús, Moisés y Mahoma (Giovanni di Napoli, "Il Rinascimento e la morte di Dio", *Divinitas* 13 [1969], 119-162 [p.123])." (pp. 206-7). Ver ainda Diego Catalán, 1992 (cap. I: "Alfonso X historiador, pp. 11-44) que refere não só a tradição da blasfémia de Afonso X como também a noção que o homem se pode aproximar de Deus pelo saber e pelo estudo (p. 18).

de exceder o lugar e os limites impostos por Deus aos Homens e, por conseguinte, uma atitude passível de desencadear um castigo divino.

A soberba básica dos gigantes que queriam chegar fisicamente a Deus pode ser considerada isomorfa da falta de Adão e de Eva que procuraram obter o conhecimento e a sabedoria que os tornariam iguais à divindade. À semelhança de estas ousadias, outro ponto de contacto pode igualmente ser encontrado, nos relatos afonsinos, entre a edificação de Babel e um caso que, por aí se procurar a preservação do conhecimento para além de uma eventual anuência divina, pode ser aproximado do pecado original. Com efeito, as atitudes reportadas nos dois excertos são atribuídas ao desejo humano de "escapar" aos ditames de Deus:

- Otra agudeza e sotileza fallamos que fizo aun este Jubal empos esto, segund lo cuenta mahestre Pedro enla Estoria Escolastica sobre este logar: que aprendiera este Iubal de sos mayores, que dixiera Adam asos fijos e nietos muchos, e grandes conpannas que se fazien, e quelo conto como prophetando gelo a todos, que el mundo auie de auer dos fines e seer destroydo dos uezes. E que la una fin auie de seer por agua que cubririe toda la tierra e matarie todas las cosas biuas si non muy pocas; el otra fin serie por fuego, que destroyrie las cosas e non sola mente las biuas mas aun las otras que non auien almas, quemando las todas e non dexando ninguna. Et este Iubal por aquel saber del arte dela musica que el auie fallado que se non perdiesse enla fin, mas que fincasse pora los que uiniessen despues del e dessa fin, e otrossi por que maguer que sopiera esto delas fines e non aprendiera qual dellas serie primero, pero pora guarda de todo e que non falleçiesse el delo uno o delo al, fizo dos pilares ell uno de ladriellos e ell otro de piedra. E escriuio en cada uno dellos tod aquel saber de aquel arte dela musica que el fallara e sabie: enel delos ladriellos por que si uiniesse la fin del fuego e quemarie la piedra, e se perderie dalli el saber, que non quemarie el delos ladriellos que eran de tierra e fincarie alli el saber guardado pora los de despues, e quel fallarien y; et si fuesse la fin del agua que desatarie e desfarie por uentura el pilar delos ladriellos, que eran tierra, e que fincarie el della piedra. E por qual quier destas maneras que por el una o por ell otra que se non perderie el saber. Et el pilar delos ladriellos perdio se enel diluuio de Noe, e el dela piedra finco. (GE: I, 13b-14a)[461]

[461] A sabedoria inscrita nestes pilares será ainda completada com a inscrição dos conhecimentos acerca das artes mecânicas e liberais, como adiante é descrito pela GE. "Destos linages de Seth cuenta Iosepho, que ouieron ell ensennamiento delas cosas celestiales, dela astrologia, e delos otros saberes liberales, e de Dios, e ell apostura dellos, lo uno por lo que aprendieron de sos padres, lo al que estos saberes destas cosas ouieron ellos por que fueron sotiles e amadores de Dios, que gelos dio a saber, e quelos fallaron

- Et esta torre punnauan ellos en fazer la tan alta, non tan solament pora amparar se enella del diluuio, mas por llegar tanto al cielo que pudiessen alcançar por y los saberes delas cosas celestiales. E aun, segund cuenta Ouidio enel primer libro delos quinze del su Libro Mayor quelos llamaua y gigantes, su voluntad era de echar ende alos dioses, fascas alos angeles, e seer ellos ende sennores, pero sobre todo, por que si diluuio uiniesse que non alcançasse a ellos nin pudiesse Dios con ellos e se pudiessen ellos alli defender dEl, e esta era la su grand locura (GE: I, 42b)

Na base tanto de uma como de outra situação é possível discernir uma afronta a Deus na medida em que, subjacente às duas iniciativas, se encontra um desejo de resistência à vontade divina na medida em que se procura, de alguma forma, não obviar castigos mas criar, graças ao engenho humano, maneiras de resistir à natureza e preservar seja os próprios seres humanos, como, na sua simplicidade, pretendiam os gigantes, seja, de uma forma mais subtil, os conhecimentos e os saberes. Com efeito, ultrapassar a possibilidade do castigo, subsistindo a eventuais calamidades com que Deus poderia castigar os homens é, sem dúvida, exceder, igualmente, quem detém esse poder na medida em que comanda as calamidades naturais que castigam os homens. No entanto, apesar das duas edificações procurarem subtrair-se a uma calamidade divina terão sortes

---

ellos primero por Dios e desi por su sotileza, e ellos primera mente que otri. E ellos lo escriuieron en aquellos pilares que auemos dicho por que se non perdiessen, pero por que quepan aqui todas las razones quelos sabios dixieron delos de Caym e destos de Set, departimos nos assi: que esto pudo seer quelos del linage de Caym fallaron primera mente los saberes e las mahestrias delos meesteres delas cosas seglares o terrennales, donde son los saberes a que llamamos mecanicos, assi como auemos dicho de Jabel que assaco las mahestrias de criar los ganados, e caçar e pescar; e Thubal su hermano los estrumentos de cantar e labrar de fuste pora ellos, donde uino despues con todas sus sotilezas la carpenteria de labrar de fuste, e de piedra, e aun de huesso, e de al silo ya; et Thubalcayn, hermano destos, la ferreria sobre cobre e fierro, e el entallar, e el pintar, como es dicho; e de aqui uino despues la orebzia de labrar plata e oro, e fazer y todas las sotilezas delos fechos que se oy fazen y; e aun tenemos que de aqui se leuanto el saber de labrar la tierra, como ollas e cantaros, e lo al que se ende faze, e otrossi los uidrios del felecho, que quien bien lo quisiere catar fallara quelos del linage de Caym assacaron primero todas las sabidurias, e las menestralias delas cosas terrennales. E como tomo de luego Caym su padre la tierra, e dexo a Abel su hermano la guardia delos ganados, trabaiaron se ellos delas cosas terrennales, donde son los menestrales todos qui los labran.

E los que descendieron de Seth, que assi como lo començaron a aprender de su padre Seth e de Adam, que gelo contaua como lo aprendiera de Dios, que fallaron el saber delas estrellas, e de todo el cielo, e de todos los siete saberes liberales, e del saber dela fisica, que es el saber que ensennan las naturas delas cosas, e dela methafisica, que es el saber otrossi que muestra connosçer a Dios e alas otras creaturas espiritales. E estos fueron los saberes quelos de Seth escriuieron en aquellos pilares de ladriellos e de piedra, donde uos dixiemos que dize Josepho, que el pilar dela piedra que es aun en Siria, mas dezimos aun sobresto que puede seer quelos de Caym fizieron sus pilares pora escriuir y sus saberes. (GE: I, 20b-21b).

distintas, uma vez que a primeira, talvez porque mais evidentemente fruto da soberba humana, é destruída, enquanto que a segunda, mais subtil, parece persistir, uma vez que não é impossível estabelecer uma ligação entre estes pilares e os que estariam na base dos "livros totais" do rei Rotas, já referido na I Parte 1.1.[462] ou de Hermes, também denominado Tat, filho de Hermes Trimegisto ou Mercúrio (segundo a GE: II, 1/2, 34), em trechos que parecem reunir elementos provenientes das duas situações acima referidas:

- dize que fallo un libro de Hermes, el grant philosopho que uos auemos dicho, e non entendie en el ninguna cosa nin podie auer quil diesse recabdo del, nin quien le ensennasse que querie dezir aquello que en el seye escripto, fasta que fallo una mugier de Caldea que gelo fizo entender; (GE: II, 1/2, 35b)

- Dixo Esculapio el philosopho a la uieia: «Falle un libro de Hermes, en que auie muchas figuras departidas las unas de las otras, de guisa que non se semeiaua.» Et desi contol comol ploguiera mucho con el, e que se marauillo de las cosas que en el fallaua, cal semeiauan que eran cosas de los saberes antigos e muy nueuas de uista, e que se pagaua mucho con la su uista, que mas non por aquella razon que fallamos que dize la palabra del sabio: toda cosa nueua plaze. Et empos esto contol otrossi como fiziera demandar, e aun demandara ell mismo daquellas figuras por muchas tierras, que querien dezir, ca el non las entendie.

  Et dexa agora aqui Esculapio de razonarse con la muger, e fabla cuemo aquellos a quien cuenta la razon, e diz que non pudo fallar quil dixiesse ningun recabdo del saber daquellas figuras daquel libro, si non una mugier de tierra de Caldea, que dizen que era de la natura de los gigantes, e quel dizien Goghgobon por su nombre proprio, et fuera sobrina de Nenproth el gigant, que fiziera la grant torre de Babel por miedo del diluuio; [...] Et dize Esculapio adelant en su razon que quando el se fallo con aquella mugier, que fablo con ella muchas uezes e mucho, assi como fabla omne con su compannero, et demandol muchas poridades e de muchas cosas antigas, asmando que las sabie como era mugier de luengo tiempo; [...] et desque fueron entrando en aquellas razones mostrol aquel libro de Hermes que traye, e começol a preguntar que figuras o que letras eran aquellas que ell auie falladas alli, ca el non las entendie nin sabie y dar recabdo a ellas, pero que entendie algo de los saberes; et ella, luego que las uio, respusol e dixol: «Estas figuras letras fueron de los gigantes, mios

[462] Note-se, no entanto, que os pilares referidos na *Estoria de Espanna* num trecho já citado na I Parte, ponto 1.1. (PCG: I, 12b-13a) diferem na medida em que são setenta (trinta de latão e quarenta de

parientes, de cuyo linage yo uengo; et estas figuras son tales que por una que yo ueo sola en ellas se fazen muchas obras, e ençierran se en ella muchas palabras, et dezimos le nos que es figura de saber, e de poder e de muy grand uertud.» (GE: II, 1/2, 35b-36b)[463]

Independentemente de uma eventual origem menos ortodoxa destas tradições[464], o que pretendemos aqui salientar é como, mais uma vez, se verificam dois níveis de crítica e de aceitação de atitudes basicamente semelhantes. Com efeito, o acto voluntarioso dos gigantes que procuram proteger-se relativamente ao poder da divindade é apelidado de orgulhoso e severamente castigado. Pelo contrário, a procura de preservação já não de uma integridade física mas de um saber que é significativamente assumido como derivado de Deus, sobrevive eficazmente. No entanto, é impossível classificar estas atitudes como radicalmente distintas. Parece decorrer de estes exemplos, independentemente de uma identidade de motivações, que optar por soluções

---

mármore) mas também exibem as narrativas de todos os saberes e factos, o que o rei Rotas copiou para o seu livro.

[463] E o texto continua com a descrição que a giganta faz dos seus parentes, sua civilização, seus conhecimentos... E no que respeita às letras que compunham o livro e que conseguem a tão desejada *abbreviatio* extrema de significação, a sua origem é, significativamente, cósmica, permitindo conhecer seja o passado seja o futuro: "desi rogo la quel dixiesse algo del que fiziera aquellas letras, o cuemo las fallara, o como se deuien poner unas con otras, o que poder auien, o que saber auie en ellas, o que uertud; a estol respuso Goghgobon: «Las nuestras letras fueron sacadas de los mas altos cielos, en que estan las muchas estrellas e de muy estrannas figuras, e en que a grant departimiento de las unas a las otras, et sacaron las desta guisa: catauan las mayores, e mas claras e mas luzias estrellas, e si ueyen que auien estrellas pares cerca de si, ponien puntos pares, et si nompares ponien puntos nompares, et esto fizieron por medida de uara a dos ordenes: [...]

Desi contol que por aquello que es suso en los cielos e da lumbre aca a nos, que pusieron ellos punto por ello, et que conpusieron, daquellas ueynte e quatro sennales, saberes atales por que podie omne entender e saber lo que auie de uenir e lo que fuera, segunt que lo daua la gracia de los cielos, et que tod esto se formaua e se fazie segund la uista de las estrellas pora fazer punto par e nompar, como uos auemos dicho." (GE: II, 1/2, 39a-b).

[464] Sobre este assunto, ver Charles F. Fraker (1996) nomeadamente "A Hermetic Theme in the *General estoria*" (pp. 190-202) e "The *General estoria*: Material Culture and Hermeticism" (pp. 203-221) onde o autor coloca a hipótese de, tanto o tema dos pilares da sabedoria, como o do livro do conhecimento total, poderem ser associados a uma influência hermética decorrente de fontes islâmicas. No entanto, há ainda que salientar como a referência aos gigantes ou aquela aos pilares, associada à tentativa de resistir a eventuais destruições do Mundo, surge já na historiografia anterior a Afonso X, e de que este rei é subsidiário: "Tunc consilio Nembrot conuenerunt praedicti duces in campum Sennaar: & timmentes diluuium caeperunt aedificare turrim, que pertingeret vsq; ad celos," (Chr.Mun: 8) ou, na versão em vernáculo, "entonçes Menbroth y los sobredichos caudillos, de vn consejo, venieron al campo de Senar, e, temiendo el diluuio, començaron edificar la torre que alcançase fasta los cielos," (Cr.Esp: 23) e "Tum Cham qui Zoroastes filius Noe magicam artem reperit: & septem liberales artes in quatuordecim columnis scripsit, scilicet in septem aeneis & septem lateritiis cõtra diluuium & contra ignem." (Chr.Mun: 8) ou, na versão em vernáculo, "En ese tiempo Cam, que es Sor[o]astes, fijo de Noe, falló la arte musica y escriuio las siete artes liberales en quatorze collupnas, conuiene a saber: en siete de ladrillo y siete de alambre, contra el diluuio y contra el fuego." (Cr.Esp: 25).

mais subtis, valorizando a subsistência intelectual em detrimento da física e efectiva, é o caminho apontado para o Homem subsistir para além das contingências da vida que a divindade lhe impôs. A convicção na sobrevivência e transmissão do conhecimento total e original (na medida em que decorrente de Deus), também permite o anelo de, algum dia, e de alguma forma, poder voltar a reencontrar esse ponto original, num retorno às origens em tudo semelhante à prática das etimologias, à preocupação, tão evidente na *General Estoria*, em indicar os inventores de este ou de aquele artefacto ou quem primeiro praticou determinado tipo de acto, ou ainda, à procura da versão total, única e verdadeira que pensamos ser evidente na obra do rei Sábio.

Este contexto poderá não ter sido inocente à formação e divulgação da imagem equívoca e ambivalente de Afonso X segundo a qual este rei teria sido não só um sábio e uma autoridade mas, simultaneamente, soberbo e blasfemo no excesso que terá impresso à sua sede de saber. Esta noção estará certamente subjacente a uma outra alusão, presente na continuação do ms. P, mesmo se sob a forma ambígua da denegação:

> E algũus querẽ dizer que este rey fez criar hũu bicho per tal arte e costolaçõ que, cõ sua grandeza e peçonha avya de destruyr a Espanha e que este bicho foy morto, tirandolhe da vyanda pouco e pouco ataa que desfaleçeo de todo. Mas isto se cree fabulosamente seer contado. (1344b: IV, 513 cont. do ms. P)

Estaremos aqui perante uma imagem ou uma alegoria que, à semelhança da cobra que, no Paraíso, desviou Adão e Eva, procura representar a monstruosidade em que era tida a tentação provocada pelo desejo de sabedoria? No caso de uma resposta afirmativa, o texto pode afirmar que tal animal morreu à míngua, no entanto, pelo menos no que respeita à obra historiográfica, o *corpus* que temos vindo a analisar manifesta, pelo contrário, um enorme desenvolvimento, difundindo-se em inúmeras metamorfoses.

Historia vero testis temporum, lux veritatis,
vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis,
qua voce alia, nisi oratoris immortalitati commendatur?
Cicero, *De Oratore*, II., 9, 36

III PARTE

OS FIOS DE PENÉLOPE

O embaraço inerente ao esforço para estabelecer quaisquer fronteiras que delimitem, de forma minimamente estanque, as representações modelares dos casos de excessos e de traições que anteriormente vimos, encontra um paralelo na dificuldade em designar limites para as múltiplas formas textuais que se cruzam neste campo complexo da historiografia medieval em geral e na afonsina e pós-afonsina em particular. A crescente "contaminação" das narrativas analísticas por relatos que podemos classificar como de cariz mais acentuadamente literário trouxe à historiografia uma maior vivacidade emotiva, presenteando-a com a possibilidade de se expandir, cativando um público que anteriormente lhe seria alheio. Concomitante com este processo, como anteriormente apontámos, verificou-se um aumento da ambiguidade, um traço inerente à produção literária e que passa a insinuar-se na historiografia de forma progressivamente mais acentuada, nomeadamente no que respeita aos textos que temos vindo a analisar.

De entre as diversas manifestações desta fluidez, o tema duplo do excesso / traição é dos mais fecundos na medida em que toca pontos ideologicamente essenciais para a sociedade medieval. Porém, ao apostar em relatos literariamente mais atraentes, a historiografia afonsina absorve igual e inevitavelmente a já referida tendência para a ambiguidade, sobretudo porque as narrativas que integra não deixam de carregar o que poderíamos denominar como "fissuras", ou

seja, traços de anteriores e, eventualmente, múltiplos significados que, uma vez integrados na historiografia, resultam em atraentes convites a posteriores manipulações e recuperações, como efectivamente se verificou do decurso do desenvolvimento do *corpus* em estudo, uma situação que esperamos ter exemplificado de forma clara (I Parte: 3 e 4). Cabe ainda, no entanto, salientar como, independentemente do facto de os textos ibéricos aqui estudados constituírem um exemplo assaz ilustrativo de este tipo de processo, situações semelhantes têm sido identificadas no âmbito de outras produções historiográficas, como se pode verificar, por exemplo, nas análises e conclusões de Gabrielle Spiegel:

> Each text achieves a particular meaning and authority within the social space from which it is articulated, a meaning completely different from what it had possessed in the hands of its original Latin authors, and from what it would come to signify when finally incorporated into royal history. That meaning, therefore, is relational, not stable or inherent within the text itself; it emerges only when the text is situated within a local environment of social and political networks that it seeks to shape and that are being organized around it. The earlier, discarder meanings of the chronicle, moreover, are never wholly lost, but linger on beneath the defeated discourses and suppressed resonances, potentially recoverable given the right circunstances, a never entirely lost legacy from the past.
>
> From this perspective, the contested nature of the past is crucial not only to the formation of a historical canon, which itself represents merely one move in the struggle for control over the voices on the past, but remains a permanent aspect of all historiographical structures of meaning, in which suppressed meanings and voices always threaten to break through, to reopen the contest and overcome the silences that history inevitably imposes. One is even tempted to conclude that the very rigidity of historiographical canons is a symptom of the vulnerability of all historical discourse to precisely this fracturing of meaning and reappropriation of lost terms on the part of new groups, whose changing social conditions and needs endlessly generate the demand for new kinds of history and for access to earlier structures of significance. Against the canon, social reality always stands as a certain pressure, a destabilizing force in cultural production. In that sense, any canon of history contains within it an already contested past and potential and is, by its very nature,

> the product of a continuing negotiation among competing interests, values, and ideological aspirations[1].

O processo de alargamento e diversificação da absorção de relatos provenientes de fontes distintas, pela historiografia afonsina e pós-afonsina, é assim, igualmente, concomitante com uma miscigenação entre formas literárias que a teoria dos géneros, desde o período clássico, procurou destrinçar, nem sempre com os maiores sucessos.

Nenhuma época foi alheia a tentativas de "classificação" da produção literária. No caso da historiografia, é possível encontrar múltiplas tipologias, sendo de salientar a divisão que, desde a Antiguidade, opunha "cronologia" a "história", valorizando uma e outra de forma bem diferente[2]. No entanto, a cronologia, relativamente pouco considerada na historiografia pagã, passou a constituir a linha orientadora, tirânica e perene, da produção historiográfica do Ocidente medieval, conforme já tivemos oportunidade de referir. Mas, independentemente do fio temporal ser um traço que, em termos gerais, era comummente partilhado pelas diversas produções historiográficas medievais, a maior ou menor preponderância (nomeadamente no que respeita ao espaço

---

[1] Gabrielle M. Spiegel, (1999) p. 210-211. Sobre esta questão ver sobretudo o cap. 11 ("Medieval Canon Formation and the Rise of Royal Historiography in Old French Prose", p. 195-212) onde a autora continua a salientar o poder da historiografia enquanto veiculadora de ideologias: "Ideology seeks to revive lost dreams of glory, to vindicate motives, and to mantle the discomfort that the contemplation of unwanted or adverse change germinates. Because success and failure are rooted in historical transformations, the past becomes the repository of those dreams and desires, both because it can offer up a consoling image of what once was and is no longer, and because it contains the elements by which to reopen the contest, to offer an alternative vision to a new unpalatable present. Historical writing is a powerful vehicle for the expression of ideological assertion, for it is able to address the historical issues crucially at stake and to lend to ideology the authority and prestige of the past, all the while dissimulating its status *as* ideology under the guise of a mere accounting of "what was". The prescriptive authority of the past makes it a privileged locus for working through the ideological implications of social changes in the present and the repository of contemporary concerns and desires. As a locus of value, a revised past holds out for contemporaries the promise of a perfectible present. At the heart of all historiographical contests lies a competition not merely for control over the voices of the past but, more important, for value, which is to say, for control over the meaning of human history itself." (p. 211-212).

[2] "Dans tout l'empire, une histoire plus austère était portée par une élite politique de vieille tradition culturelle qui comptait sur elle pour garder vivante la mémoire du passé romain. Celle-là était servie par les héritiers de deux traditions fort anciennes: par des chronographes dont l'humble érudition s'attachait simplement à situer les événements dans le temps; et par des auteurs qui, utilisant essentiellement des témoignages oraux, les critiquant avec toute l'indépendance de leur jugement, écrivant à partir d'eux des récits qu'embellisait une savante rhétorique et que ponctuaient de splendides discours, étaient fiers de se dire historiens.", Bernard Guenée (1980), p. 357.

textual) concedida ao relato dos acontecimentos ou, em termos mais extremos, o maior ou menor respeito em que a narrativa é tida relativamente aos seccionamentos que a cronologia pode provocar, foi considerada, pelos próprios testemunhos coevos, como pertinente para demarcar "crónica" de "história", como afirma Bernard Guenée:

> Inspirés par l'exemple d'Eusèbe et la phrase de Cassiodore s'ajoutant aux définitions d'Isidore, tous s'accordaient finalement à dire que les chroniques devaient offrir des évènements, dans un ordre rigoureusement chronologique, année après année, voire jour après jour et heure après heure, un récit succint. Il était facile d'en conclure que les histoires devaient offrir des récits plus détaillés, traitant la matière à fond, *ad plenum*, comme dit Bernard Gui. D'autre part, l'historien devait, dans une certaine mesure, tenter d'échapper à la tyrannie chronologique qui pesait sur le chronographe et l'obligeait à suivre exactement l' "ordre des temps". Dès le Xe siècle, certains auteurs étaient soucieux de lier dans leurs récits les semblables. Par la suite, nombreux furent ceux qui, probablement inspirés par une phrase d'Isidore qu'ils connaissaient bien, choisirent de raconter les événements non par année, mais par règne. Ils savaient que c'était cela surtout qui les distinguait des annalistes ou chronographes. A la tyrannie de l'année avait succédé la tyrannie du règne. De celle-ci également Bernard Gui voulut se libérer et, donnant aux mots de Rufin toute leur valeur, il substitua à la notion de règne la notion plus souple de sujet: l'historien, selon lui, doit faire le récit de ce qui s'est passé dans l'ordre chronologique, mais en traitant à fond chaque sujet l'un après l'autre ("rerum gestarum historiam et ordinem ad plenum per singula conscribere").[3]

Independentemente de múltiplas situações de indistinção, ainda segundo o mesmo autor, a diferenciação entre "crónica" e "história" cristaliza-se numa definição que tem por base as duas obras fundamentais de Eusébio de Cesareia, segundo a qual, "crónica" consiste num relato mais sucinto que obedece rigorosamente a uma ordem cronológica, enquanto que o relato "histórico" constitui uma narrativa detalhada com menores preocupações cronológicas[4]. Os

[3] Bernard Guenée (1981), p. 288-89 (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298).

[4] "Dans les premiers siècles du Moyen Age, les définitions que les théoriciens donnaient d' «annales», de «chronique» et d' «histoire» étaient loin d'être claires, et beaucoup employaient les trois mots l'un pour l'autre, comme de parfaits synonymes. D'autres, cependant, percevaient nettement les différences qui les

múltiplos exemplos dados sustentam esta distinção, e sugerem assim, atractivamente, uma comparação com vista à sua maior ou menor adequação também à família cronística aqui considerada.

Reforçando a prudência com que Bernard Guenée apresenta as suas conclusões, dissuadindo qualquer tentativa mais leviana de generalização ou transposição simples para campos distintos, a consideração dos textos afonsinos e pós-afonsinos, revela características mistas, o que aliás não parece ser um traço raro na produção historiográfica medieval:

> Les deux moules eusébiens de l'histoire et de la chronique n'étaient pas tombés dans l'oubli. Mais les historiens n'y coulaient plus que rarement leur oeuvre. Tout leur effort tendait à dépasser les limites qu'ils leur imposaient, à créer une seule forme historique, mixte en quelque sorte, qui combinât l'exactitude de la chronique, en précisant les dates, et la beauté de l'histoire, en soignant le récit. En somme, la rhétorique antique avait créé l'histoire, qui était surtout discours. Puis, aux III^{e} et IV^{e} siècles de notre ére, l'érudition antique, soucieuse de préciser les temps, avait créé la chronique. Eusèbe de Césarée avait cultivé les deux genres, et en avait transmis les modèles à ses successeurs. Ceux-ci s'y conformèrent longtemps. Mais par la suite ils refusèrent de choisir entre histoire et chronique. Ils en arrivèrent à couler leur oeuvre dans un moule où se réconciliaient rhétorique et chronologie. A cet ample récit ponctué de dates, à cette synthèse de l'histoire et de la chronique, à cette création originale où leur effort avait abouti, les historiens du Moyen Age ne surent quel nom donner. Ils dirent parfois «histoire», souvent «chronique». Mais le plus souvent «chroniques et histoires», «histoires et chroniques» revinrent comme cliché. Et ce cliché cent fois repris marquait à la fois la confusion qui régnait dans les esprits les moins avertis, et la synthèse à quoi tendaient les historiens les plus réfléchis.[5]

Com efeito, esta confusão terminológica parece constituir um dos maiores óbices à compreensão de eventuais distinções que se pretendam efectuar entre uma historiografia mais esquemática e outra mais elaborada, o que vem, no

---

séparaient. Pour bien distinguer la chronique et l'histoire, il leur suffisait de reprendre les deux oeuvres d'Eusèbe de Césarée, dans leurs traductions latines, qui figuraient dans toute bonne bibliothèque historique, son *Histoire ecclésiastique* et sa *Chronique*. L'*Histoire* privilégiait le récit; la *Chronique* privilégiait la chronologie. L'*Histoire* était «un récit tout à fait complet»; la *Chronique* était «un abrégé» qui résumait l'histoire du monde en tableaux chronologiques." Bernard Guenée (1980), p. 203. Sobre este assunto, ver igualmente Benoît Lacroix, O. P. (1971), p. 34-45.

[5] Bernard Guenée (1980), p. 207.

fundo, ao encontro da oposição já referida anteriormente (II Parte 2.3.) entre um discurso simples e uma composição com preocupações retóricas. Acresce ainda à debilidade destas fronteiras, como constatou Bernard Guenée, as oscilações no que respeita à forma como os textos se auto-designam enquanto "história" ou "crónica", nomeadamente nos prólogos das diferentes obras, característica que será de relacionar, segundo este investigador, com a valorização, em diferentes épocas, da retórica ou da fiabilidade como marca da excelência do discurso historiográfico[6]. No entanto, e tendo em consideração que a escolha de um estilo mais simples é, igual e efectivamente, uma opção retórica, o facto de, em determinadas épocas, os autores classificarem como "crónicas" as suas obras também pode constituir uma estratégia de legitimação, ou seja, uma forma de fazer passar por essencialmente factual um texto que pode não o ser. Estamos aqui perante um procedimento a cujo resultado Roland Barthes chamou "effet de réel"[7].

O facto de se ter igualmente procurado estabelecer fronteiras em diferentes pontos de esta gradação elaborativa deu origem ainda a maiores ambiguidades na medida em que os mesmos termos foram, por vezes, usados para designar diferentes tipos de distinções. Como será referido adiante em maior detalhe (III Parte: 1.), os "anais" serão a forma mais fruste de registar os acontecimentos, seguidamente, a "crónica", apesar de procurar estabelecer uma ordenação menos caótica, encontra-se, teoricamente, ainda dominada pela "ditadura cronológica", um quadro mental que deu origem a que estas duas designações fossem frequentemente consideradas como meras variantes de uma mesma estrutura-base. Já distinta será a "história", quando considerada como redacção mais elaborada de acontecimentos.

Porém, e de acordo com o que foi referido anteriormente (II Parte: 2.3.), o termo "história" também serviu para designar precisamente os relatos mais

---

[6] Sobre esta questão, ver Bernard Guenée, "Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen âge", Daniel Poirion (ed.), *La chronique et l'histoire au moyen-âge*, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1984, p. 3-12.

[7] Roland Barthes, "Le discours de l'histoire", *Social Science Information / Information sur les Sciences Sociales*, VI (4), 1967, p. 65-75 (p. 74).

despojados e caóticos (identificáveis aqui aos anais[8]) por oposição à "poesia" como relato amplo de consideração e desenvolvimento dos sucessos ocorridos. Cria-se, pois, uma confusão metalinguística na medida em que um mesmo termo tem sido usado para designar pontos distintos de uma única cadeia gradativa. Concomitantemente, o termo desta progressão elaborativa corresponde a textos que comungam amplamente características da historiografia e da literatura. Prosseguindo com a gradação de que temos vindo a falar, poderíamos mesmo classificar estas últimas formas como historiografia retoricamente elaborada ou literatura historicamente ancorada. Com efeito, estamos aqui perante um ponto de charneira, onde, consequentemente, se abre a possibilidade de considerar a produção textual aí situada de modo diverso consoante o ponto de vista adoptado. Talvez devido a estas ambiguidades, foi possível que obras hoje tidas como exemplos acabados de literatura clássica, como a *Ilíada*, a *Odisseia*, a *Eneida* ou *As Metamorfoses*, no período medieval, fossem consideradas mediante a valorização do seu aspecto mais factual e/ou referencial, e, consequentemente, cristianizadas e integradas no fluxo historiográfico, um processo de que a *General Estoria* de Afonso X será o exemplo mais evidente na produção historiográfica peninsular.

No entanto, o que parece aqui importante salientar é precisamente a proximidade entre as diversas formas referidas e a consequente necessidade, não de impor inúteis biombos de pano roto, mas sim de ter a noção da existência de uma gradação elaborativa onde cada texto se situará, podendo chamar a si, em maior ou menor grau, características múltiplas de essa mesma escala. Com efeito, independentemente de se aproximarem ou de se afastarem dos estilos mais ou menos elaborados, qualquer produção historiográfica não deixa, por isso, de ser discurso, e, como tal, representação, construção, como salienta John O. Ward:

[8] Que não deixaram, no entanto, de se miscigenar com outras formas textuais como as genealogias, narrativas retoricamente mais elaboradas ou a poesia. Sobre este assunto ver André Crépin, "Étude typologique de la chronique anglo-saxonne", Daniel Poirion (ed.), *La chronique et l'histoire au moyen-âge*, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1984, p. 137-148.

> This range of attitude towards history mystifies and maddens the modern historian: the annal is factual but "stupid" and "random"; the history is fluent and sometimes critical but "misguided", "rhetorical", "unfactual". This confusion on the part of moderns results from a failure to face the first principle of rhetorical historiography, that history is a "language-construction" rather than a critically ordered and communicated sequence of more or less verified facts.[9]

A vantagem em considerar as características textuais não em termos de existência ou de inexistência mas de acordo com uma escala que estabeleça uma presença maior ou menor dos diferentes traços, pode ser exemplificada pela questão das explicações das causas que poderiam ter estado subjacentes aos diversos acontecimentos. A ausência de explicações foi referida, em mais do que uma ocasião, por Bernard Guenée, que vê nesta prática uma limitação provocada pelas características inerentes ao género historiográfico medieval, mormente aos textos mais antigos. No entanto, também não deixa, de certa forma, de entrar em contradição quando também apresenta exemplos que se opõem em absoluto a este traço[10]. Com efeito, em épocas mais recentes da Idade Média, é possível verificar que os cronistas procuram e apresentam justificações mais elaboradas. No entanto, o facto de num determinado período uma característica surgir com maior intensidade, não significa, necessariamente, a sua ausência nos outros momentos[11].

Deste modo, apesar de se verificarem, com uma certa frequência, relatos mais secos, é de duvidar que a ausência de explicações possa ser considerada como um traço distintivo absoluto, sobretudo se entendermos esta questão de um

---

[9] John O. Ward, "Some Principles of Rhetorical Historiography in the Twelfth Century", Ernst Breisach (ed.), *Classical Rhetoric & Medieval Historiography*, Kalamazoo, Medieval Institute Publications / Western Michigan University, 1985, p. 103-165 (p. 106).

[10] A questão é tratada por Bernard Guenée em 1981, nomeadamente nos artigos "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age" (p. 279-298) e "Y a-t-il une historiographie médiévale?" (p. 205-219), sobretudo p. 206-7 ou em 1980, p. 35-37 ou 208-9.

[11] Por exemplo, Orósio (séc. V), que foi uma autoridade no período medieval, afirma: "Et superiore iam libro contestatus sum et nunc necessarie repeto secundum praeceptum tuum de anteactis conflictationibus saeculi: nec omnia nec per omnia posse quae gesta et sicut gesta sunt explicari, quoniam magna atque innumera copiosissime et a plurimis scripta sunt, scriptores autem etsi non easdem causas, easdem tamen res habuere propositas: quippe cum illi bella, nos bellorum miserias evolvamus.", Orosio, *Le Storie contro i pagani* (ed. de Adolf Lippold), *op. cit*, vol. I, p. 164. Ainda sobre a crítica das fontes no período medieval, ver Benoît Lacroix, O. P. (1971), p. 69-84.

ponto de vista suficientemente lato para englobar tanto explicações mais emotivas e baseadas na fé religiosa de um autor como raciocínios mais elaborados, de base científica ou pseudo-científica, e desenvolvimentos lógico-dedutivos ou mesmo a forma como diversas fontes são aceites e dispostas ou, pelo contrário, esquecidas e abandonadas[12]. Com efeito, nomeadamente o evemerismo ou as racionalizações graças aos quais muitos relatos pagãos foram "convertidos" ao catolicismo (e de que vimos alguns exemplos do modo como foram absorvidos pela historiografia afonsina na II Parte: 2.1.), constituem, efectivamente, formas de procurar interpretar e compreender os relatos acessíveis do passado mediante as formas de raciocínio e os valores coevos. Torna-se assim difícil não nos interrogarmos sobre até que ponto a ausência ou presença de explicações pode ser tida como distintiva dado que se trata de uma característica tão sistematicamente atraiçoada. Parece-nos, pois, muito mais proveitoso entender, também este traço, como um elemento que surge de diferentes modos e com um peso variável.

Por outro lado, cabe ainda referir que o termo "Crónica" com que as produções historiográficas afonsinas e pós-afonsinas foram sendo baptizadas, tem vindo, nos últimos tempos, a cair progressivamente em desuso. Este facto deve-se, em boa parte, aos trabalhos de Diego Catalán e da sua escola que fizeram sobressair o valor das "versões" em detrimento do que convencionalmente se denominava como "crónicas" (textos constituídos, na sua grande maioria, a partir das primeiras e, regra geral, sem procederem a um trabalho reelaborativo ou crítico substancial)[13]. No entanto, esta questão também é, até certo ponto, discutível uma vez que, como já referimos, o próprio processo de escolha dos trechos a veicular e/ou a abandonar constitui, igualmente, uma forma de trabalhar criticamente os materiais recebidos e, se esse labor foi praticamente nulo ou inexistente em alguns casos, não terá sido assim em vários outros. Ainda na sequência dos trabalhos filológicos da escola de Diego Catalán,

---

[12] Esta questão do estabelecimento de uma hierarquia de fontes bem como a crítica àquelas que se tinham como menos fiáveis já foi abordada na I Parte 1.4. e na II Parte 2.3..

[13] Sobre este assunto ver Diego Catalán, sobretudo 1962, 1992 e 1997.

verifica-se também uma preocupação em recuperar e privilegiar a designação coeva de "história" que era como os próprios textos parecem preferir auto-designar-se, como se verifica, nomeadamente, no ms régio: "aqui se comiença la Estoria de Espanna" (PCG: I, 3)[14].

Neste âmbito, é de salientar que a utilização do termo "estória" em situações bastante concretas de titulação de obras diversas também provocou deslocações e/ou oscilações do seu valor semântico, o que terá dado azo, ainda na Idade Média, a um período onde a denominação mais valorizada era a de "crónica", uma situação de que a própria *Estoria de Espanna* é, igualmente, testemunho, como refere Fernando Gómez Redondo:

> De la *General estoria* a la cita del *Amadís* más de doscientos años han transcurrido, dos siglos en que se ha verificado el desplazamiento semántico, antes apuntado entre los términos «estoria» y «crónica», por el cual «estoria» deja de significar obra historiográfica para convertirse en sinónimo de narración, de cualquier orden y sobre cualquier tema. [...]
>
> La traslación semántica operada entre «estoria» y «crónica» es equivalente a la que se produce entre «crónica general» y «crónica real»: en los dos casos una visión conceptual de la realidad sustituye otra. El mejor ejemplo de la modificación oferece la *Estoria de España* alfonsí, que comienza siendo «estoria» para acabar convertida en «crónica». [...]
>
> Esta modificación terminológica se consuma cuando «estoria» comienza a designar la materia narrativa expuesta, perdiendo, por esta causa, la exclusividad en referirse a la obra entera. Se introduce, entonces, en un cauce formulístico del que ya no podrá salir y que favorece además la aclimatación del cliché en las obras de ficción. De esta manera, *estoria* aparecerá en titulaciones de «romances» prosísticos (*Estoria del rrey Guillelme*) desplazando al sustantivo *libro*, que acometía la misma función (*Libro del Cauallero Zifar*). También, cuando *crónica* extendió su uso lo suficiente, prestó su acepción de «relato verosímil» a la manera narrativa (*Crónica de los muy notables caualleros Tablante de Ricamonte y de Jofré*). En ambos casos, se evidencia el modo en que la prosa de ficción descubre sus resortes narrativos al hilo de la constitución de la teoría historiográfica.[15]

---

[14] Ver Fernando Gómez Redondo, "Terminología genérica en la *Estoria de España* alfonsí", *Revista de Literatura Medieval*, I, 1989, p. 53-75, que salienta: "Si el término *estoria / estorias* aparece en cuatrocientas sesenta y una ocasiones, el concepto de *crónica/-s* o *corónica/-s* lo hace en diez solamente." (p. 63), apontando de seguida a valorização subsequente do termo "crónica" (sécs. XIV-XV).

[15] Fernando Gómez Redondo (1989a), p. 7-8. No que respeita ao testemunho da *Estoria de Espanna*, o autor refere-se concretamente à denominação do segundo tomo do códice régio, formado em tempos de Afonso XI, como "coronica de Espanna" (p. 7n). Sobre as estratégias de que a literatura de ficção se serve

Concomitantemente, e sem esquecer a oposição destacada por Bernard Guenée a partir do *corpus* historiográfico que trabalhou, é impossível não ter em consideração o peso e a variedade que a estrutura cronológica apresenta, sobretudo nos textos mais próximos do *scriptorium* afonsino, e que só se vai diluindo nas narrativas posteriores ou, como no caso da obra afonsina, quando a exiguidade de fontes a isso obriga (o que sucedeu sobretudo na narrativa da história mais remota). Por outro lado, e como já foi igualmente assinalado, a própria narrativa auto-nomeia-se como "estoria", um termo que não deixa de adquirir uma certa ambiguidade na medida em que o vemos ser utilizado, no mesmo texto, indiscriminadamente, para também referir, entre outros, os diversos tipos de fontes usadas, sejam elas livrescas e eruditas ou veiculadas pela tradição oral[16].

No que respeita à narração "plena" dos acontecimentos, essa intenção também se encontra na produção afonsina. Com efeito, cabe aqui relembrar a tensão que se revela nos textos em análise entre o "superego" cronológico e a tentação da digressão (como já foi referido na I Parte: 1.2. ou na II Parte: 2.3.). O facto de se contar de forma menos completa uma matéria é atribuído à sua menor

---

a fim de dar "autoridade" e/ou um aspecto de "veracidade" aos textos ver, particularmente, Roger Dragonetti (1980 e 1987).

[16] Além da referência inicial já citada, a expressão completa "esta Estoria dEspanna" volta a surgir, por exemplo, na PCG: I, 88 (cap. 111). Quanto às múltiplas ocorrências de "estorias", é possível mencionar, e só para os textos iniciais, um número considerável de exemplos – PCG: I, 25 (cap. 36), 27 (cap. 39), 29 (caps. 45 e 47), 48 (cap. 65), 54 (cap. 74), 60 (cap. 84), 64 (cap. 89), 68 (cap. 94), 70 (cap. 96), 74 (cap. 99), 76 (cap. 100), 87 (cap. 109), 104 (cap. 137), 112 (cap. 157), 125 (cap. 176), 138 (cap. 186), 141 (cap. 190), 143 (cap. 192), 249 (cap. 441)... Sobre este assunto, ver ainda o artigo de Louis Chalon, "De quelques vocables utilisés par la *Primera Crónica General de España* (Cantar – Crónica – Cuento – Escriptura – Estoria – Fabla – Romanz)", *Le Moyen Âge*, 77 (1), 1971, p. 79-84, que salienta como, no *corpus* parcial que analisou, o termo "crónica" raramente ocorre, ao contrário de "estoria", muito mencionado, mas com acepções e referentes diversos, desde a auto-designação, passando pela narração dos acontecimentos, as fontes (tanto latinas como em vernáculo), ou os próprios acontecimentos, sendo ainda usado em várias fórmulas (caso das de transição ou das que remetem para outras passagens). Ainda sobre esta questão ver Peter Damian-Grint, "Estoire as word and genre: meaning and literary usage in the twelfth century", *Medium Aevum*, LXVI (2), 1997, p. 189-206 que, ao estudar a definição e evolução do termo "estoire", defende a sua quase exclusividade, nomeadamente no séc. XII, em contexto historiográfico, o que já não se verifica no séc. XIII, quando o termo começa a ser usado na ficção, como forma de assegurar a verdade das fontes. Ver igualmente Alan Deyermond, "De las categorías de las letras: problemas de género, autor y título en la literatura medieval española", María Isabel Toro Pascua (ed.), *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, Biblioteca Española del siglo XV / Departamento de Literatura Española e Hispanoamericana, 1994, vol. I, p. 15-39, que considera que a nomenclatura genérica medieval, apesar de ser vaga, é relativamente estável.

importância para o território ibérico[17]. Simultaneamente, o que de alguma forma é considerado como tendo alguma relevância para o desenvolvimento da história ibérica é objecto do devido desenvolvimento:

> Mas por que nos fizimos aqui remembrancia de los longobardos – de los que dexamos a contar, ca no uuiamos aun por el tiempo en que teniemos de dezir desta estoria en que somos, et por esto no lo quisiemos meter en oblido – mas daqui adelante queremos el cuento dellos traer, et poco et poco punnaremos de demostrar la estoria dellos complidamientre. (PCG: I, 242b)

Mesmo as preocupações estéticas, de que Bernard Guenée encontra exemplos no séc. XII mas cuja determinância considera que se revela sobretudo após 1400[18], estão patentes na obra afonsina em geral, constituindo a fase última de revisão textual, eventualmente atribuída ao próprio rei[19]. Nos textos posteriores, esta preocupação não deixou de continuar a manifestar-se, inclusivamente em observações teóricas explícitas sobre a necessidade de utilização de ferramentas retóricas como a *abbreviatio* e a *amplificatio* na redacção dos textos historiográficos[20].

Considerando os diferentes factores acima aduzidos, bem como a quantidade de traços que se verifica poderem coexistir nos dois tipos de narrativa historiográfica mais frequentemente contrapostos ("crónicas" *vs* "histórias"), parece-nos mais correcto optar por uma reaproximação ao termo que os próprios textos propõem, ou seja "história". Saliente-se, no entanto, que esta designação deve ser entendida num sentido lato, contemplando as diversas facetas autorizadas pela ambiguidade do termo, cuja expressão mais radical seria a de "estoria(s)" que, dada a grafia utilizada pelos próprios textos, não deixa de ser uma hipótese defensável. Visto, no entanto, o carácter misto que o peso das cronologias impõem à obra afonsina e que, mesmo quando se atenuam não

---

[17] Esta postura é aparente, por exemplo, num trecho já citado na II Parte: 2.4. (PCG: I, 212b).

[18] Bernard Guenée, 1981, (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298), p. 293-94.

[19] Este assunto já foi abordado no início da I Parte, onde salientamos a citação aí transcrita (GE: I, 477b).

deixam de marcar as obras posteriores, o termo mais sedutor será talvez a elucidativa nomenclatura proposta por Jean Froissart, pois a expressão "cronique historiée", que poderíamos traduzir como "crónica historiada", contempla tanto o carácter cronológico como o aspecto do desenvolvimento textual, com os seus respectivos *apports* literários. No entanto, e contrariando a opinião de Bernard Guenée segundo a qual a distinção de Bernard Gui entre "crónica" e "história" se encontra "exactement décalquée" nas expressões crónica "historiée" e "non pas historiée", haverá que salientar o facto da expressão de Froissart ser muito mais rica em cambiantes que reflectem, de forma bastante feliz, o carácter "misto" ou "impuro" subjacente à grande maioria das produções medievais[21]. Este carácter compósito é igualmente constatado por Bernard Guenée que o encara, no entanto, com laivos de crítica:

> Si la frontière reste tellement indécise, au XIVe siècle, entre histoire et chronique, c'est au fond que jamais Bernard Gui, Jean de Saint-Victor ou Froissart n'ont mis entre elles une différence de nature, mais une simple différence de degré.[22]

No entanto, é precisamente esta situação de "gradação" que nos parece ser intrínseca à produção historiográfica, seja à afonsina e pós-afonsina em particular, seja no que se refere a outros *corpus* já estudados[23]. Este estado de relativa indefinição ou de "caos primordial" que terá antecedido e que se terá mantido subjacente às primeira tentativas de estabelecimento de tipologias poderá ser, efectivamente, "o" traço distintivo de uma grande parte da produção

---

[20] PCG: II, 737 (cap. 1051). Este e outros trechos são citados e discutidos adiante (III Parte: 4.).

[21] "Jean Froissart, par contre, ne prétend point traduire Bernard Gui et ne le nomme même pas. Cependant, dans un passage du livre III de ses Chroniques qu'il rédige en 1390, il s'en inspire très directement et son français développe avec bonheur la concision de son modèle latin: «Se je disoie, écrit-il, 'Ainsi et ainsi en avint en ce temps', sans ouvrir ne esclarcir la matere qui fut grande et grosse et orrible et bien taillie d'aler malement, ce seroit cronique non pas historiée, et se m'en passeroie bien, se je vouloie; or ne m'en vueille pas passer que je n'esclarcisse tout le fait ou cas que Dieu m'en a donné le sens, le temps, le memoire, et le loisir de cronissier et historier tout au long de la matiere.»" Bernard Guenée (1981), p. 289 (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298).

[22] Bernard Guenée (1981), p. 290 (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298).

literária medieval, na qual se deverá inserir, entre outras, a produção historiográfica.

Esta indeterminação encontra-se patente nas próprias bibliotecas onde, até bastante tarde, na ausência de secções específicas, os textos historiográficos se encontravam dispersos entre uma diversidade de obras[24]. Também não será inocente para esta situação a posição subalterna que a história terá tido durante bastante tempo relativamente a outras áreas do saber[25] ou, finalmente, o facto de estas narrativas apresentarem múltiplas intersecções com várias outras formas que, por seu turno, também surgem com relativa frequência, seja de modo autónomo, seja integradas em outros géneros, como será adiante considerado em maior detalhe (nomeadamente no ponto 3. de esta III Parte).

Salientamos assim como este hibridismo inerente à historiografia medieval ganha em ser ponderado nos termos de uma posição que se aproxime da hipótese proposta por Hans-Robert Jauss num artigo hoje tornado clássico mas

---

[23] Caso, por exemplo, do *corpus* francês estudado por Gabrielle M. Spiegel (1995 e 1999) ou ainda Ruth Morse, *op. cit.*, entre outros.

[24] "L'histoire a donc son objet propre, mais ce n'est pas une discipline majeure. Pendant longtemps, dans les bibliothèques médiévales, les livres d'histoire sont dispersés au milieu des livres de théologie, d'hagiographie, de grammaire, de rhétorique, de poésie, de philosophie, ou de droit." Bernard Guenée (1981), p. 208 (11: "Y a-t-il une historiographie médiévale?", p. 205-219) mas, adiante: "Et l'histoire se faisait moins modeste. [...] Dans les bibliothèques, histoires et chroniques gagnaient leur authonomie, se regroupaient sur des rayons qui leur étaient réservés. Dès 1338, le catalogue de la bibliothèque de la Sorbonne avait une section d'*Histoire* et une section de *Cronice*. Mais la première regroupait simplement les nombreux exemplaires de l'*Histoire scolastique* de Pierre le Mangeur que possédait le collège de théologie, et la seconde les oeuvres hagiographiques comme la *Légende dorée* de Jacques de Voragine. Par contre, dans le catalogue que les frères augustins d'York dressaient de leur bibliothèque en 1372 apparaissaient bien, à côté de sections classiques comme *logicalia et philosophia*..., *grammatica*, *rhetorica*, des sections nouvelles qui marquaient les progrès de l'histoire*: Hystorie scolastice* où l'on trouve trois exemplaires de l'oeuvre de Pierre le Mangeur, mais aussi *Historie gencium*, *Hystorie et cronice*." (p. 216-17).

[25] Sobre este assunto, ver Bernard Guenée, 1981 (11: "Y a-t-il une historiographie médiévale?", p. 205-219) ou *idem*, 1980, nomeadamente p. 345. Este autor defende pois, em diversas ocasiões, que a historiografia, apesar de possuir um objecto próprio não foi durante muito tempo, uma disciplina maior, tendo, pelo contrário, servido a teologia, a moral, o direito e finalmente o poder político. Estabelece ainda fases onde a posição da historiografia como ciência auxiliar se associa predominantemente a diferentes áreas. Se numa primeira fase, a história monástica é vista como um subproduto da religião, já no séc. XII, passa a servir predominantemente os poderosos, donde resulta uma relativa decadência, na erudição genérica, a par de uma certa tendência para a vulgarização e para uma maior manipulação textual, dada a vontade dos cronistas em agradar aos patronos e ao público em detrimento da atenção relativamente ao que teria sido a "verdade" dos factos. A história torna-se aqui um subproduto da literatura. Um terceiro tipo de narrativas, situadas nos sécs. XIV-XV, afastando-se quer dos mosteiros quer das cortes, vai sedear-se nas cidades e ao serviço de alguns príncipes. Detentores de cargos administrativos e de uma cultura razoável, estes intelectuais fazem subir o nível da produção historiográfica que, neste momento, se

que não deixa de manter a sua actualidade[26]. Nesta análise é proposta uma noção bastante aberta de "género"[27]:

> Il s'agit de saisir les genres littéraires non comme genera (classes) dans un sens logique, mais comme groupes ou familles historiques. [...] Les avantages d'une telle définition qui aborde les caractères généraux des genres littéraires non plus d'un point de vue normatif (ante rem) ou classificateur (post rem), mais historique (in re), c'est-à-dire dans une «continuité, où tout ce qui est antérieur s'élargit et se complète par ce qui suit», sont évidents. Par là, l'élaboration de la théorie est affranchie de l'ordre hiérarchique d'un nombre limité de genres sanctionnés par le modèle des anciens et qui ne devraient pas s'entremêler, ni se multiplier.[28]

Contra uma concepção fechada e estreita de géneros bem delimitados, Jauss propõe um sistema em constante evolução e modificação, feito de equilíbrios periclitantes e fugazes. De acordo com esta postura, em cada época, cada texto joga com as características que sincronicamente definem as múltiplas formas textuais que lhe são coetâneas, bem como com a tradição diacrónica do género em que, eventualmente, se filiará. O horizonte de espera que o cruzamento de estes dois vectores cria, constitui um dos pólos do compromisso

---

concentra na justificação do poder de um príncipe e na exaltação do orgulho do seu povo. A história torna-se aqui um subproduto da política.

[26] Hans-Robert Jauss, "Littérature médiévale et théorie des genres", *Poétique*, 1, 1970, pp. 79-101. Nesta obra, o autor procura encontrar um ponto de compromisso entre uma tónica no singular e no carácter estético representado pela aproximação filológica tradicional ("Il n'est pas rare que la formation d'une théorie soit liée, sans que l'on s'en rende compte, au genre et au champ de l'objet à partir duquel elle fut élaborée ou auquel elle doit être appliquée. Ceci vaut particulièrement pour la thèorie des genres littéraires. Les philologues la développèrent surtout à partir d'exemples tirés des époques classiques de la littérature,", p. 79) e a acentuação do colectivo e da função prática ou social da literatura pelo estruturalismo ("A ces considérations qui visaient l'individualité de l'oeuvre, l'approche structuraliste a opposé une théorie qui s'est développée principalement à partir de genres primitifs tels que le récit mythique ou le conte populaire, a fin de dégager à l'aide de ces exemples non artistiques et sur la base d'une logique narrative, les structures, fonctions et séquences les plus simples, constitutives des différents genres et les différenciant les uns des autres", p. 79).

[27] Isto independentemente de referir esquemas de classificações possíveis, como os herdados da Antiguidade clássica: "La rhétorique et la poétique des Anciens ont fourni au Moyen Age quatre schèmas de classement qui pouvaient de différentes façons servir à la théorie des genres en tant que modalités du discours (*genus demonstrativum*, *deliberativum*, *iudicialis*), du style (*genera dicendi*: *humile*, *medium*, *sublime*), de la forme de la représentation (*genus dramaticum*, *narrativum*, *mixtum*) et des objets (*tres status hominum*: *pastor otiosus*, *agricola*, *miles dominans*)." (p. 92) prosseguindo o autor com o comentário à sorte e ao(s) desenvolvimento(s) medievais de estas classificações, referindo ainda outras possibilidades elaboradas durante o período medieval (pp. 92-95).

[28] Hans-Robert Jauss (1970), p. 82.

que cada obra (particularmente a obra de arte) estabelece, e cujo outro pólo reside, precisamente, nas inovações que o seu valor artístico aduz. Assim, esta inter-relação constante, literatura e sociedade evoluem, não em roturas constantes, mas com o dinamismo e a complexidade que lhes são inerentes. De acordo com Jauss, a literatura, não constituindo um espelho da sociedade, não deixa, por isso, de ser condicionada pelos valores e correntes que marcaram cada época. Sucessivamente, o horizonte de espera evolui em constantes modificações graças aos novos elementos textuais que vão surgindo e, pelas suas inovações, contrariando eventuais estereótipos e noções mais fechadas de género. Decorre de este processo uma imagem essencialmente fluída do sistema dos géneros literários, dadas as constantes alterações e reorganizações, um processo facilmente ilustrável pelas formas literárias do período medieval, onde sobejam os casos de assimilação, integração, fusão ou de desenvolvimento para um género novo.

Contrariamente ao que à primeira vista poderia parecer, o sistema exposto por Jauss não é incompatível com as constatações de Bernard Guenée relativamente à historiografia medieval. Com efeito, se este último refere, por um lado, a consciencialização e demarcação de uma taxinomia, pelo outro lado, também menciona a enorme indefinição subjacente às distinções medievais entre as diversas formas historiográficas. Esta indeterminação parece manter-se, como se pode constatar na primeira circular da "Medieval Chronicle Society" (Março 2000) onde se podia ler:

- Finally, I take this opportunity to raise a question that has remained unanswered even after two conferences:

  what makes a text a chronicle?

  In fact, our two conferences have clearly shown that it is nearly impossible to reach a definition of the phenomenon and the genre *chronicle*, because chronicles combine so many genre aspects and historical influences. And yet, all participants of the conferences were certain that their papers were about chronicles, and their audience agreed with them. This implies that there must be a kind of common denominator underlying the several ideas about what makes a chronicle a chronicle. (p. 2)

- All present agreed that one point of discussion should be avoided at present, that of *the definition of the chronicle as a genre*, as the current state of research does not yet allow for such definitions to be made. (p. 5)

Dada a constância das indecisões, há pois que tomar consciência da complexidade inerente a esta forma textual multifacetada. É certo que uma determinada ambiguidade e impureza genéricas são traços que, em linhas gerais, poderíamos considerar como comuns à literatura medieval e, provavelmente, também à própria literatura em geral, cujas obras-primas mais apreciadas tendem, constantemente, para a quebra das regras que procuram espartilhar os géneros[29]. Mediante esta situação, Paul Zumthor terá optado por obviar a questão, graças à utilização de termos e expressões como "formas de discurso", "modelos de escrita", "registos" ou "códigos"[30]. Também Claude Bremond põe em perspectiva a capacidade para definir ou entender as classificações genéricas com exactidão:

> Mais comment définir et nommer cette classe de messages que sont les genres, littéraires ou non? Quels sont ses caractères distinctifs? En avons-nous une idée claire et distincte, ou seulement une vague intuition?[31]

---

[29] Será aqui importante salientar a possível e útil diferenciação entre "géneros" (ex: lírico, dramático, cómico, épico...) e "tonalidades" (lirismo, dramatismo...), onde os primeiros representam os traços dominantes, e as segundas são passíveis de coexistir em qualquer tipo de texto. Este assunto é tratado por Dominique Combe, *Les genres littéraires*, Paris, Hachette, 1992, nomeadamente p. 18-22 ou ainda 157 (sobre o desejo de recusa e transgressão).

[30] Paul Zumthor (1972): "Une question préalable: les hommes du moyen âge eurent-ils l'idée ou le sentiment que les textes poétiques se rangeaient en ensembles génériques?" (p. 157) e adiante: "L'étude de la tradition nous a amenés à discerner, au niveau systématique, une certaine pluralité: l'existence de ce que, provisoirement, j'ai nommé les sub-traditions. Celles-ci pourraient se définir, en gros, par des différences dans la distribution des types. Il apparaît en effet, historiquement, qu'à mesure qu'ils se constituèrent les divers types eurent tendance à s'engendrer les uns les autres en s'organisant en ensembles, plus ou moins bien structurés du reste, que, dans des Publications antérieures j'ai désignés par le terme de «registres»." (p. 161) ou: "Le registre est donc un ensemble de conventions communicatives dont on est obligé de postuler l'existence pour expliquer la transmission d'une espèce très particulière de messages. En cela, on pourrait le dénomer code" (p. 239). Ver ainda *idem* (1983) II.

[31] Claude Bremond, "L'*exemplum* médiéval est-il un genre littéraire?", Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, 1998, pp. 21-28 (p. 22).

Estas ambiguidades serão tanto maiores na historiografia quanto esta forma tenta, por vezes, reclamar o seu afastamento da literatura, cujas ferramentas de composição e de análise não se inibe, no entanto, de usar. Trata-se aqui de um procedimento em tudo semelhante ao da denegação, que encontra os seus equivalentes retóricos em figuras como a *praeteritio* ou a *denegatio*, e que parece marcar os textos em análise de várias formas e a vários níveis, complexificando-os consideravelmente.

Sendo esta historiografia um discurso fragmentado e disperso, sempre interrompido e sempre continuado, ao qual se vão continuamente acrescentando novos excertos, podemos ainda verificar que a tendência totalizante, anteriormente apontada, pode ser colmatada com a integração, mais ou menos massiva, de trechos e de elementos que, em si mesmos, dificilmente poderiam ser classificados como "historiográficos". Torna-se pois interessante verificar a forma como textos que, considerados na sua totalidade, se filiam num determinado género são, simultaneamente, constituídos por inúmeras tonalidades de outros tipos.

Assim, mesmo que, por um lado, se procure encontrar propostas e referências a traços que, em princípio, constituiriam categorias genéricas distintivas (logo essenciais a uma forma textual, diferenciando-a, por conseguinte, das formas vizinhas), por outro lado, é inegável a não exclusividade generalizada dos diversos traços. Por isso, tentar reduzir ou isolar características como determinantes ou fundamentais constitui um processo muito arriscado[32].

---

[32] Como faz, estranhamente, Bernard Guenée (1981), no final do seu artigo "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age" (p. 279-298): "Mais dans la seconde moitié du XVI^{e} siécle, l'histoire était enfin libérée des sentiments d'infériorité que lui inspiraient la dialectique et la théologie. Elle était désormais décidée à non plus simplement raconter les faits, mais aussi à les expliquer. Elle entendait à nouveau, après tant de siècles, l'appel d'Aulu-Gelle. Elle était maintenant prête à toutes les ambitions. Elle pouvait allors mettre entre elle d'une part, les annales et les chroniques de l'autre, une nette et profonde différence de nature: les annalistes et les chroniqueurs fourniraient les matériaux à partir desquels le génie des historiens reconstruirait les civilisations disparues." (p. 298). Estas afirmações são tanto mais estranhas quanto Bernard Guenée se revela como um autor empenhado em fazer ressaltar continuidades entre o período medieval e o Renascimento, acentuando características que, tendo por vezes sido entendidas como exclusivas do período mais recente, já se verificavam anteriormente, como é o caso, precisamente, da questão das preocupações em explicar as causas dos acontecimentos, um assunto já frequentemente considerado. Assim, não podemos concordar com esta postura que considera que se passa aqui de uma diferença de grau para uma de natureza. Na medida em que defendemos uma tendência geral para o hibridismo, bem como a existência da característica em causa, também, em épocas anteriores, é difícil aceitar que se verifique aqui uma rotura distintiva "de

Seguidamente, vamos observar, em maior detalhe, alguns dos elementos e características que apontámos acima. Tanto factores com base nos quais se procurou delimitar a área da historiografia, como também alguns casos de contaminações e hibridismos. São estes múltiplos e díspares elementos que, como os fios de uma trama em permanente construção e desconstrução, constituem, delimitando e abrindo, os textos historiográficos que temos vindo a considerar. Como numa trança de inumeráveis fios, são múltiplas as tradições que se cruzam neste campo comum e de impossível pureza. De acordo com o ponto de vista pelo qual se opte, será precisamente no confronto e/ou na coexistência de estes diversos factores que reside, seja a vida, seja a morte de esta historiografia.

natureza", mas sim, eventualmente, uma maior incidência de um traço, o que não constituirá senão mais uma distinção "de grau".

1. Franjas: o presente projectado no passado e no futuro

Na sequência da distinção e subsequente ultrapassagem dessa mesma divisão entre "crónica" e "história", é possível considerar dois géneros particularmente próximos e distantes do discurso historiográfico. Referimo-nos a "Anais" e "Profecias", duas formas narrativas cujo percurso se revela particularmente curioso quando observado a partir das relações que estabeleceram com a historiografia medieval.

Entre "Anais" e "Crónicas" parece ter existido uma diferença qualitativa básica assimilável, por exemplo, à que poderá distinguir um coleccionador de um mero acumulador de peças curiosas:

> Des annales étaient tout à fait autre chose. Les premières annales apparurent vers les VII[e]-VIII[e] siècles. C'était alors de brèves notes écrites une année après l'autre, dans les marges des tables pascales, grâce auxquelles une communauté entendait garder la mémoire du ou des événements marquants d'une année. Peu à peu, les annales se libérèrent des marges; elles furent directement écrites sur des feuilles blanches. Autonomes, leur texte put s'amplifier; les simples notes devinrent parfois bref récit. Mais, de toutes façons, des annales se distinguaient toujours par deux traits fondamentaux: les événements y étaient consignés au fur et à mesure qu'ils avaient été connus; ils étaient inscrits sous le numéro de l'année pendant laquelle ils avaient été connus. En somme, ces notations annuelles que sont des annales sont la matière première de l'histoire mais peuvent être le fait de n'importe qui: ce n'est pas un travail d'historien.
>
> Tel n'est pas le cas de la chronique. Une chronique est l'oeuvre consciente et élaborée d'un historien qui, suivant et prolongeant l'effort d'Eusèbe de Césarée, tente de reconstruire la chronologie du passé. Le seul point commun entre les annales et la chronique est que, dans la chronique aussi, les événements sont notés à la suite, chacun sous l'année qu'une recherche érudite a calculée pour eux. Deux démarches très différentes aboutissent ainsi à des formes assez semblables.[33]

E no entanto, apesar desta diferença qualitativa, o termo "anais" foi não raras vezes confundido com o de "crónica" e mesmo com o de "história" o que,

entendido em termos mais rígidos, constituiria uma desvalorização qualitativa considerável[34], eventualmente paralela à que o termo de "história" terá igualmente sofrido em consequência da dissolução do seu significado na ambiguidade de uma série de usos múltiplos e díspares[35]. Para esta confusão poderá ter contribuído, de sobremaneira, a obra de Isidoro de Sevilha, dada a extensa divulgação das suas *Etimologias*, onde se pode ler, entre outras, a seguinte distinção, baseada exclusivamente na unidade mínima temporal (dia, mês, ano ou épocas) segundo a qual os acontecimentos são apresentados:

> Genus historiae triplex est. Ephemeris namque appellatur unius diei gestio. Hoc apud nos diarium vocatur. Nam quod Latini diurnum, Graeci ephemerida dicunt. Kalendaria appellantur, quae in menses singulos digeruntur. Annales sunt res singulorum annorum. Quaeque enim digna memoriae domi militiaeque, mari ac terrae per annos in commentaris acta sunt, ab anniversariis gestis annales nominaverunt. Historia autem multorum annorum vel temporum est, cuius diligentia annui commentarii in libris delati sunt. (*Et*: I, 44, 1-4)

Ao que se segue uma distinção etimológica entre "historia" e "anais" que recupera uma noção que fora expressa na Antiguidade clássica, tendo já então sido insistentemente ignorada e ultrapassada[36]:

---

[33] Bernard Guenée (1980), p. 203-4.

[34] Sobre esta questão das múltiplas e variadas confusões entre os termos referidos, ver Bernard Guenée, 1981 (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298).

[35] Como verificámos no início de esta III Parte, o termo "história" foi usado com os mais diferentes significados. Esta ambiguidade é sintetizada por Bernard Guenée (1981): "L'*histoire*, c'est à la fois ce qui s'est passé, le récit de ce qui s'est passé, n'importe quel récit. Trop de richesse nuit.", p. 285 (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298).

[36] Para alguns exemplos de historiadores romanos que entendiam o termo "história" no seu sentido etimológico de "testemunho", pelo que o género se referiria, exclusivamente, à narrativa de acontecimentos contemporâneos, e como esta noção foi igualmente desrespeitada ver, por exemplo, Bernard Guenée (1981), p. 281 (16: "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Age", p. 279-298). Ver ainda os exemplos de autores medievais que referem a noção etimológica de história (como fruto de um testemunho ocular) aduzidos por Benoît Lacroix, O. P. (1971), p. 45-49. Cabe ainda aqui referir como, também na Antiguidade, as "leis" gerais que governavam a produção literária eram geral e frequentemente ignoradas ou ultrapassadas, como refere Joseph J. Hughes, "*Inter tribunal et scaenam*: comedy and rhetoric in Rome", William J. Dominik (ed.), *Roman Eloquence. Rhetoric in Society and in Literature*, London / New York, Routledge, 1997, p. 182-197: "Moreover, a strict *lex operis* governed Greek and Roman authors alike, constructing strict boundaries of theme and form around genres. Necessarily the *lex operis* was violated constantly from Greek times onward, as oratory took on theatrical tones and vice versa; even so, the authors seldom if ever called attention to such deviation." (p. 183).

> Inter historiam autem et annales hoc interest, quod historia est eorum temporum quae vidimus, annales vero sunt eorum annorum quos aetas nostra non novit. (*Et*: I, 44, 4)[37]

Também no período medieval, esta noção parece ter sido pouco considerada, mesmo pela pouca flexibilidade que lhe estaria inerente, dado o carácter cumulativo próprio do conhecimento historiográfico. Com efeito, por esta ordem de ideias, se a colecção livresca dos conhecimentos do passado[38] fosse tida como "anais" em oposição à narrativa dos acontecimentos testemunhados (entendida como "história"), tornar-se-ia frequentemente incómodo lidar com situações inevitáveis dado o devir temporal associado aos métodos de trabalho subjacentes à elaboração da narrativa historiográfica durante este período. Assim, vista a frequência com que se procedia à associação de relatos do passado com testemunhos do presente, uma grande parte da historiografia medieval teria que ser considerada "obra mista", parcialmente "anais" e parcialmente "história". Por outro lado, cada nova actualização de um relato anterior, ao aduzir novos factos "testemunhados" implicaria uma reconsideração genérica da obra no que respeita à parte a considerar como "anais" e àquela a ter como "história" [39].

---

[37] Esta noção de história como escrita do que se testemunha por oposição ao que se "ouve dizer" é ainda reafirmada nas *Et*: I, 41, 1-2.

[38] Que, pelo menos, em determinada época, parece ter constituído a base do conhecimento historiográfico. Sobre este assunto, ver Bernard Guenée, 1980, p. 50, 77-128 ou 1981, p. 213-215 (11: "Y a-t-il une historiographie médiévale?", p. 205-219). É aqui referido o carácter eminentemente livresco da cultura historiográfica medieval, mormente da produção monástica mais antiga sediada em *scriptoria* dedicados à cópia e à composição textual e erudita, bem como as difíceis condições de trabalho do historiador medieval, dada a raridade do que se poderia considerar uma "boa" biblioteca histórica. Outras fontes possíveis também se revelavam problemáticas, como é o caso das fontes orais, relativamente às quais era frequente a manifestação de uma desconfiança básica, só matizada pela apetência do sucesso que esses relatos poderiam trazer a uma obra historiográfica, o que aliás já foi sobejamente apontado também no âmbito do *corpus* aqui em estudo. Bernard Guenée refere ainda o surgimento das primeiras teorizações explícitas (na obra de Giovanni Nanni, igualmente conhecido como Annio de Viterbo) contra o uso de fontes orais: "Et la troisième règle: les historiens ne doivent pas suivre les personnes privées qui n'enregistrent que des ouï-dire et des opinions, à moins qu'elles ne soient pas en désaccord avec l'histoire officielle»." (1980), p. 139.

[39] De acordo com a definição veiculada pela antiguidade clássica e recuperada por Santo Isidoro, há que opor *modernitas* enquanto tempo da memória, ou seja, o presente visto e testemunhado *vs* os acontecimentos que escapam à memória do presente e de que se tem conhecimento graças às fontes escritas. No entanto, o próprio leque temporal do que poderá ser "testemunhado" por um indivíduo pode variar consideravelmente, acrescido ainda das disparidades verificáveis no que se refere a noções como "antigo" ou "contemporâneo" / "moderno". Sobre este assunto, ver Bernard Guenée, 1981 (14: "Temps de l'histoire et temps de la mémoire au moyen-âge", p. 253-263) onde são referidas diferentes noções de

Esta distinção só poderia ser mantida de forma mais ou menos incontestável no caso da sua atribuição a obras que versassem exclusivamente os tempos passados mais longínquos ou que relatassem meramente experiências pessoais vividas. No entanto, mesmo nestes casos, a nomenclatura só poderia ser mantida enquanto a sua tradição fosse transmitida de forma relativamente fiel. A partir do momento em que os textos que relatassem acontecimentos efectivamente testemunhados fossem reelaborados ou utilizados como fontes para a constituição de novas narrativas, o seu estatuto mudaria, necessariamente, mesmo se na obra mais recente se verificassem transcrições completas e fiéis do texto base.

No entanto, esta distinção adquire alguma pertinência quando verificamos, sobretudo para o fim do período medieval, como a tendência para uma restrição temporal cada vez maior evolui no sentido da redacção de crónicas que se limitam a relatar os acontecimentos que tiveram lugar durante o reinado em curso ou durante o dos reis imediatamente anteriores, relativamente aos quais o cronista teria um conhecimento directo ou de que ainda seria possível encontrar testemunhos. Esta tendência da historiografia poderá dever-se a múltiplos factores, como seja o facto da narrativa dos tempos mais remotos ter sido considerada como "acabada" ou "perfeita" (no sentido medieval do termo). Também é possível que a divulgação progressivamente mais alargada dos textos anteriores dificultasse eventuais manipulações (o que, no entanto, nunca deixou absolutamente de se verificar). Os soberanos também podem ter meramente sentido a necessidade de actualizar a narrativa dos acontecimentos passados com a integração do sucedido durante o seu reinado ou durante os reinados imediatamente anteriores e acerca dos quais não fora ainda elaborada qualquer narrativa. O entendimento da história como "relato do testemunhado" atinge o seu zénite com o surgimento das "memórias", uma forma textual caracterizada

---

modernitas, baseadas em oposições como, por exemplo, entre tempos pagãos *vs* tempos cristãos; entre a antiguidade até aos primeiros tempos dos Padres da Igreja *vs* os tempos modernos; entre os tempos mais antigos da Igreja *vs* os tempos modernos... podendo ainda surgir outros cortes dependendo, nomeadamente, do país ou da região onde o relato é escrito.

pela incompletude e pela parcialidade, como se pode verificar no caso concreto da obra de Commynes[40].

Importante será ainda notar que, tanto nas memórias, como na história livresca dos períodos mais remotos, a ambiguidade nunca deixa de estar presente, permanecendo impreterivelmente centrada nos interesses e nas posições defendidas pelos respectivos autores. Deste modo, cumpre não esquecer que a narrativa do passado, seja este mais ou menos distante, é sempre feita em função do presente do seu autor. Acresce ainda o facto das preocupações existentes se poderem, igualmente, projectar no futuro, seja devido a intenções didácticas e moralizadoras, seja mesmo devido a eventuais interesses concretos que o autor poderia procurar obter com a redacção da obra.

Este último ponto permite estabelecer uma ligação relativamente à outra forma textual que nos propusemos aqui considerar, ou seja, a "profecia". Actualmente considerada como absolutamente distinta da historiografia, este tipo de narrativa apresentava, no período medieval, vários pontos de contacto com o relato dos tempos idos.

Com efeito, no seio da lógica temporal segundo a qual, a historiografia cristã medieval, em oposição à anterior concepção cíclica característica dos relatos pagãos, defendia uma linearidade que progredia da Criação até ao fim do Mundo, a profecia constitui a continuação lógica da historiografia, como se pode depreender do seguinte trecho do Prólogo da Primeira Parte da *General Estoria*:

> Natural cosa es de cobdiciar los omnes saber los fechos que acahescen en todos los tiempos, tan bien enel tiempo que es passado, como enel otro que ha de uenir. Pero destes tres tiempos non puede omne seer cierto fueras da quel que es passado; ca si es del tiempo que ha de uenir, non pueden los omnes saber el comienço nin la fin delas cosas que y auernan, e por

[40] Commynes, como defende Jean Dufournet (1997), poderá ter redigido um texto de charneira sobretudo dada a força com que aí assume e expressa a sua personalidade, em confronto, seja com indivíduos que denigre ou louva, seja com situações que escamoteia ou embeleza, pondo as suas múltiplas capacidades retóricas ao serviço assumido de interesses e finalidades pessoais. No entanto, tendo em conta as noções que aduzimos, podemos igualmente considerar que este autor terá "reencontrado" e "reactualizado" uma forma que tinha sido negligenciada e caído em desuso. Sobre esta questão ver ainda Joël Blanchard, "Nouvelle histoire, nouveaux publics: les mémoires à la fin du moyen âge", Jean-Philippe Genet (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'europe médiévale (XIIIe-Xve siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 41-54.

> ende nonlo saben çierta mientre; et si es del tiempo en que estan, maguer saben los comienços delos fechos que enel se fazen, por que non pueden saber la fin qual sera tenemos que non lo saben complida miente. (GE: I, 3a)

A estreita contiguidade entre as duas formas também não impede a sua distinção, baseando-se esta na impossibilidade de datação dos factos futuros:

> Il n'y a pas de différence de nature entre histoire et prophétie. D'ailleurs, dans les bibliothèques anglaises, à la fin du Moyen Age encore, livres d'histoire et prophéties sont le plus souvent groupés ensemble. A rigoureusement parler, pour un historien chrétien, il n'y a bien qu'un temps.
>
> Il y a cependant une différence fondamentale entre les choses passées et les choses à venir. C'est que, ces choses à venir, même lorsque Dieu a levé un voile sur leur déroulement, personne ne peut dire *quand* elles arriveront. [...] Il y a donc une grande différence entre les événements passés, dont la date est assurée, et les événements à venir, dont la date, pour ne parler que d'elle, est incertaine. Résigné, l'historien distingue, dans le cours uniforme du temps, le passé et l'avenir. L'avenir est le domaine du prophète, mais l'historien a dans le passé son royaume.[41]

No entanto, e dado que tanto profecias como história se situam no decurso de um mesmo espaço linear, à medida que se vão realizando, as profecias transformam-se em história. Por isso, não será estranho constatar como o discurso historiográfico, nomeadamente o afonsino e pós-afonsino, se encontra semeado de múltiplas profecias, frequentemente sob a forma de sonhos, cujo sentido é decifrado, geralmente por adivinhos ou por eclesiásticos, uma vez que o seu discurso, habitualmente obscuro, só é acessível a poucos[42].

Com efeito, a profecia também se caracteriza pelo carácter ambíguo do seu discurso, pelo que, mal lida, pode suscitar eventuais enganos, o que também permite a sua articulação com formas que podem atingir graus de obscuridade

---

[41] Bernard Guenée (1980), p. 20-21. Este assunto também é abordado, em termos idênticos, em *idem*, 1981, p. 254 (14. "Temps de l'histoire et temps de la mémoire au Moyen Age", p. 253-262).

[42] Sobre esta questão da exegese ver II Parte: 2.1., sendo ainda de salientar a possível articulação da valorização de esta capacidade exegética com a faculdade de "ler" os sinais que as diversas personagens vão deixando para os seus sucessores, de acordo com os procedimentos e as estruturas apontados na I Parte: 1.3.

mais acentuada, por oposição às que procuram exibir uma maior linearidade, como salienta Howard Bloch:

> Les deux livres de Merlin incarnent les deux principaux modes poétiques qui, nous l'avons vu, sont associés aux modèles conflituels de la famille. La narration historique des événements, qui est de l'ordre de la représentation et s'organise, d'une manière interne selon l'ordre de succession linéaire, est une puissante illustration du discours épique, forme littéraire de la généalogie. [...] De son côté, le livre autonome des prophéties est beaucoup plus proche du discours exclamatif du chant courtois. Les paroles obscures du prophète, comparables au «style fermé» du *trobar clus*, contrecarrent la représentation, le sens et la séquence narrative que nous avons identifiée avec la progression généalogique.[43]

No entanto, e mesmo se de certa forma um pouco paradoxalmente, a profecia constitui uma forma textual autorizada na medida em que a Bíblia, tida como "O" livro de história primordial e por excelência, também apresenta relatos dessa natureza, nomeadamente no livro de Daniel e no Apocalipse. Por isso, nada mais natural que a historiografia, à semelhança do seu Modelo ideal, integrar igualmente profecias, sobretudo dada a utilidade manifesta de esses relatos, como é possível verificar, por exemplo, pelo uso subtil que as narrativas afonsinas apresentam ao estabelecer as já referidas ligações entre figuras de excepção, um processo que culminaria com a realização do vaticínio que anunciava Afonso X como imperador, como já foi amplamente referido e documentado anteriormente (I Parte: 1.3.).

A referência a profecias no decurso do relato historiográfico é uma forma de exaltação de figuras e/ou situações tidas como importantes para as ideologias defendidas no presente coevo. Quer se trate da projecção dos desejos políticos de um soberano ambicioso, como é o caso de Afonso X, quer se trate de situações que, tendo sido previstas anteriormente, já tiveram lugar, em qualquer de estas situações é evidente a preocupação em salientar determinados momentos e/ou personagens. Esta estratégia, que consiste, igualmente, numa forma de manipular o passado pela sobrevalorização de certos pontos pode inclusivamente socorrer-

[43] Howard R. Bloch (1989), p. 293.

se de referências às predições bíblicas. Como exemplo, podemos referir a forma como é acentuado o aval divino à sucessão dos quatro Impérios mundiais, patente no passo a seguir citado, um excerto que também mostra, de modo evidente, a proximidade que existe entre a profecia e a história uma vez que se refere a um momento em que a primeira se transforma na segunda:

> E por que sabié el obispo Jado cómo era Alexandre natural de Grecia, tomó el libro de Daniel en que seyé prophetado e escripto que uno de los reys griegos abrié a quebrantar e conquerir el poderio de los perssianos e mostró'l a Alexandre. E Alexandre, pues que aquello vio alli escripto, fue muy alegre por ello teniendo qu'él era aquel griego. (GE: IV, Alex, 87 e 89)

No entanto, o conhecimento do futuro não se esgota nas profecias. Com efeito, e ainda segundo os testemunhos recolhidos pelos compiladores afonsinos, há que estabelecer a ligação entre a sabedoria e a capacidade, seja para decifrar, seja para prever o futuro, como se verifica com o rei Rotas e, consequentemente, com qualquer sábio que conseguisse reunir novamente o conhecimento total das coisas[44]. Reencontramos aqui o ponto de viragem que bordeja o excesso e a queda, dada a inerência entre conhecimento total e transgressão, uma vez que a mera aspiração à sua obtenção pode ser já entendida como manifestação e sintoma de uma ousadia ilícita. Mesmo aqueles a quem é atribuído esse conhecimento, não deixam de apresentar traços mais ambíguos, como é o caso do mago Merlim, cujo saber do passado e do futuro pode ser associado a uma dupla filiação, divina e diabólica, onde, curiosamente, é a história do passado que é equacionada com a ascendência obscura:

> Si Merlin contrôle sur le mode visionnaire les relations de paternité, c'est parce que, saint patron des lettres, il est expert en calcul écrit. Rien ne le distingue en outre de l'auteur du texte qui porte son nom. C'est ici que la relation du magicien à l'écriture devient plus intéressante. Car les pouvoirs poétiques de Merlin sont également liés à la question de son

[44] Este assunto já foi abordado na II Parte 2.5., onde foram aduzidos vários exemplos de registos do saber total, conhecimentos que geralmente também implicam a capacidade de, por sabedoria, descortinar os acontecimentos futuros, nomeadamente através da arte da astronomia ou da matemática: "Compeçó

ascendance. Le maître calculateur des généalogies a, en réalité, deux pères, qui lui confèrent chacun un type particulier de connaissance. Du Diable, son père biologique, Merlin reçoit la vision parfaite du passé; et de Dieu, son père spirituel qui usurpe la vraie paternité après la confession de sa mère, il obtient la perception du futur. En outre, ces deux principes paternels se présentent, dans le texte, sous la forme de deux ordres différents de discours humain qui impliquent chacun la possibilité d'un livre. Les deux modes de connaissance qui caractérisent les deux pères de Merlin – celle des *choses faites* et celle des *choses à venir* – sont l'objet d'écrits distincts[45]

estonces Neptanabo, assi como la estoria dizié, a contar por el arte mathemática, que es el saber del adevinar," (GE: IV, Alex, 51).

[45] Howard R. Bloch (1989), p. 290.

2. A teia tripartida

A divisão entre *historia*, *fabula* e *argumentum* é outra distinção clássica igualmente ecoada por santo Isidoro de Sevilha:

> Item inter historiam et argumentum et fabulam interesse. Nam historiae sunt res verae quae factae sunt; argumenta sunt quae etsi facta non sunt, fieri tamen possunt; fabulae vero sunt quae nec factae sunt nec fieri possunt, quia contra naturam sunt. (*Et*: I, 44, 5,)

No entanto, também esta divisão, que à primeira vista poderia parecer linear e evidente ao classificar as narrativas consoante o seu grau de verdade, de verosimilhança ou de ficção (fabuloso inverosímil), também não se encontra isenta de ambiguidades.

Uma vez afastada do contexto clássico onde esta distinção classificava diferentes formas de prova retórica[46], os diversos níveis vão apresentar inúmeras intersecções e, de um modo geral, terão tendência para se fundirem numa oposição dupla de acordo com os binómios verdade / história *vs* mentira / ficção:

> La rhétorique classique avait distingué l'*historia*, qui dit le vrai, l'*argumentum*, qui dit non le vrai mais le vraisemblable, et la *fabula* dont le récit n'est ni vrai ni vraisemblable. Cette triple distinction n'a pas été oubliée au Moyen Age. Mais, dans leur ensemble, les auteurs du Moyen Age n'ont retenu que l'opposition fondamentale entre «l'histoire, qui s'efforce à la vérité, et la fable, qui tresse des fictions», entre la vérité historique et la fiction, entre l'histoire et la poésie.[47]

---

[46] Sendo ainda possível colocar a questão sobre até que ponto a distinção de Isidoro de Sevilha, acima referida, não estará ainda dependente dos parâmetros da retórica Clássica, como faz Peter Damian-Grint (1997) que defende uma posição segundo a qual esta definição poderá decorrer não de uma tipologia de géneros literários, mas de considerações acerca do estatuto dos argumentos, de acordo com a retórica da Antiguidade, que estabelece uma distinção entre os exemplos verdadeiros (*historia*), hipotéticos (*fictio*) e inverosímeis (*fabula*). O autor baseia a sua proposta no facto da primeira menção de "história" surgir numa lista de *partes orationis* e de Santo Isidoro, nas *Differentiae*, afirmar claramente "exemplum historia est" (p. 204). No entanto, independentemente de Santo Isidoro poder ter referido a "história" ainda de acordo com os termos retóricos referidos, cabe perguntar se é só na actualidade que a frase tem sido mal entendida, como uma classificação de formas narrativas, ou se essa má leitura não se verificaria já nos sécs. XIII-XIV.

[47] Bernard Guenée (1980), p. 19.

No entanto, e como já foi referido anteriormente (na II Parte: 2.3 e no início de esta III Parte), as múltiplas tentativas para traçar fronteiras estanques entre historiografia e literatura, pelo menos para a produção do período medieval, têm-se revelado, no mínimo, problemáticas. Com efeito, dado que a historiografia não hesitou em absorver fontes de cariz mais literário nem em usar ferramentas retóricas para elaborar de forma estilisticamente mais atraente os seus relatos, também não pode pretender uma separação de fundo relativamente aos relatos que revelam, com maior nitidez, o seu carácter fictício[48].

A historiografia em estudo critica e desvaloriza, com uma certa frequência, algumas fontes de cariz épico[49], que, no entanto, não deixa de utilizar e incorporar, sendo mesmo possível constatar que, nos relatos mais recentes, se verifica uma tendência para uma integração massiva, quando não, mesmo gratuita, de este tipo de relatos.

No que respeita às narrativas clássicas pagãs, já é possível verificar como estas crónicas apresentam uma postura, por vezes, ambivalente. Por um lado, constata-se a defesa intransigente da supremacia dos textos cristãos:

> Sobresta razon cuenta un auctor en un libro que compuso delas estorias dela nuestra ley e delas fabliellas delos gentiles – e aduze las estorias contra las fabliellas, como desputan las unas contra las otras, e uencen las estorias a las fabliellas; (GE: I, 134a-b)

Pelo outro lado, a algumas narrativas clássicas, tenta-se, pelo contrário, obviar o seu estatuto ficcional. Este processo baseia-se, habitualmente, no argumento segundo o qual esses relatos só têm uma aparência de ficção pois, uma vez lidos de acordo com os procedimentos exegéticos correctos, a verdade que carregam

---

[48] Sobre este assunto ver Monika Otter, *Inventiones. Fiction and Referentiality in Twelfth-Century English Historical Writing*, Chapel Hill / London, The University of North Carolina Press, 1996 (sobretudo p. 160-161), onde a autora defende que, na historiografia que analisou, a ficção é usada conscientemente e em graus diversos, coexistindo pacificamente com a referencialidade.

[49] Referimo-nos concretamente à oposição entre as fontes poéticas, em vulgar, designadas geralmente como romances, cantares ou fabulas, e as crónicas e livros de histórias, em latim, ou seja, fontes historiográficas, tidas como mais confiáveis. Este assunto já foi referido na I Parte 1.4..

surge inevitavelmente, como se pode ver com bastante clareza em alguns trechos, sobretudo da *General Estoria*:

> Et son estas razones todas de reyes e de fijos de reyes e de fijos e nietos de reyes, et fablan de costumbres e de emendar las malas e las dannosas e tornar las en buenas, et por ende nos, por non dexar en la estoria las otras muchas e buenas razones que uienen y e son estorias, e non las perder por los mudamientos que los autores aduzen y, que semeian cuemo fabliellas pero que lo non sean, contar uos emos las razones todas cuemo las contaron los gentiles e las dexaron en sos libros e segund que las retraen los nuestros sabios que contescieron, e desi, departir uos hemos daquellos mudamientos en que guisa fueron e que quieren dar a entender, e los pros e los ensennamientos que y uienen, assi como lo departen los nuestros sabios otrossi (GE: II, 1/2, 149a)[50]

Esta postura é apoiada, inclusivamente, pelo texto do próprio Isidoro de Sevilha que, ao apontar os vários tipos de fábula, entra parcialmente em contradição com a distinção que também veicula e que citámos no início de este ponto[51]:

> Fabulas poetae a fando nominaverunt, quia non sunt res factae, sed tantum loquendo fictae. Quae ideo sunt inductae, ut fictorum mutorum animalium inter se conloquio imago quaedam vitae hominum nosceretur. [...] Fabulas poetae quasdam delectandi causa finxerunt, quasdam ad naturam rerum, nonnullas ad mores hominum interpretati sunt.(*Et*: I, 40, 1 e 3)

Na sequência de esta divisão, Isidoro de Sevilha, ao caracterizar cada tipo de fábula, define assim o terceiro modelo:

> Vnde et Aesopi tales sunt fabulae ad morum finem relatae, vel sicut in libro *Iudicum* (9,8) ligna sibi regem requirunt et loquuntur ad oleam et ad ficum et ad vitem et ad rubum; quod totum utique ad mores fingitur ut ad rem, quae intenditur, ficta quidem narratione, sed veraci significatione veniatur. (*Et*: I, 40, 6)

---

[50] O mesmo tipo de afirmação surge também, por exemplo, na GE: I, 162, 276 ou II, 1/2, 275.

[51] Esta contradição é igualmente salientada por Martin Irvine (1994), p. 237-241.

De acordo com esta postura, vemos como se procede aqui a uma mudança radical que leva a que o traço determinante para considerar um relato como verdadeiro ou falso deixa de residir na sua maior ou menor ficcionalidade para se sediar na *intentio lectoris* que, numa teoria da recepção "avant la lettre" se sobrepõe a uma possível *intentio auctoris* para estabelecer a verdade e a validade de cada relato[52]. Por esta razão, uma fábula escrita por um pagão, anteriormente à revelação cristã, pode ser aceite e integrada na cultura medieval sempre que seja possível interpretá-la de forma a que concorde com a ortodoxia religiosa vigente. No fundo, estamos aqui perante mais uma variação do tema, anteriormente apontado, segundo o qual os espíritos do mal podem ser forçados a dizer verdades por causa do espírito do bem: à sua semelhança, um texto ficcional, aparentemente falso, pode, por força de uma leitura exegética "correcta", revelar que, efectivamente, guardava mensagens significativas e autênticas.

Outro ponto de contacto que apontámos como responsável pelo estreitar das relações entre história e ficção centra-se no próprio modo como os relatos são compostos. Retomando a oposição entre as duas formas textuais herdadas das duas obras historiográficas de Eusébio de Cesareia, à primeira vista pode parecer que as narrativas mais abreviadas e frustes não deveriam constituir objecção à distinção acima exposta. No entanto, mesmo a formulação mais simples pode ser considerada como "um" estilo, pelo que não se pode considerar como absolutamente isenta das características habitualmente apontadas para os relatos mais elaborados, completos e detalhados. Com efeito, uma aparência simples e

---

[52] Na sequência de este ponto, é interessante chamar a atenção para o raciocínio de Georges Martin, 1997a ("L'hiatus référentiel (une sémiotique fondamentale de la signification historique au Moyen Âge)", p. 43-56), que articula estas questões com o ideal de transparência acima referido: "Telle était, au plus profond, la «vérité historique» dont j'ai rappelé l'exigence en début d'étude. Non tant interprétation véritable du monde, non tant lecture inspirée de l'écriture divine du monde, que récit ouvert au-delà de lui-même, transparent au récit phénoménal de la vérité spirituelle, «*vera narratio*» dont le signe véridique ne pouvait être que le référent du signe premier. Là résidait fondamentalement la différence entre *histoire* et *fable* (ou *poème*): les choses que la signification littérale de la fable feignait de dénoter n'étaient que pur produit de langage. «Dans le poème fabuleux tu n'as que le son de la voix, mais sans signification aucune», écrivait Conrad de Hirschau: signifiant sans signifié, c'est à dire sans le relais nécessaire du référent comme signifiant second. Enfermées dans le signe linguistique les *choses* fondées par la fable *ne signifient pas*; les *choses* denotées par l'histoire – pourvu que le langage les transcrive avec la plus grande transparence, qu'il s'efface devant elles – se dégagent de la lettre pour se projeter dans l'ordre spirituel où elles prennent leur signification véritable." (p. 52).

realista não pode ser entendida, de forma simplista, como garante de "verdade" pois, não raras vezes, mesmo meras listagens podem apresentar pequenos e grandes "esquecimentos" ou "confusões" significativas para o contexto em que foram elaboradas. Com efeito, independentemente da forma que cada texto possa apresentar, há que ter em conta a quantidade de precedentes e outras influências que poderão ter confluído em cada narrativa e influenciado a sua forma de expressão:

> I hope to demonstrate how pervasive 'literary' habits of embellishment were, that 'realism' is a constantly shifting style which is constantly remade, not a guarantee of a true depiction, and that however convincing, charming, fresh, or intelligent an account, it may be no more (but no less) than a *plausible* construction which refers to known patterns of human character, behaviour, and event. The styles chosen by historians involve multiple reference: to the particular past narrated; to earlier models of writing history; to other, early literary models (like epics or fictions, or poems of many kinds); and to over-arching (or perhaps underpinning) eschatological ideas of human history[53].

No entanto, e em termos bastante gerais, parece ser possível apontar uma maior proximidade entre a literatura e a historiografia patrocinada por grandes senhores. Estes cronistas procuravam levar a cabo o panegírico dos seus mecenas em textos cuja leitura deveria, igualmente, ser recebida como aprazível em ambiente de corte, razão pela qual se esforçavam por recolher e integrar múltiplos relatos, nomeadamente tradições orais, mais vivas e atraentes, mesmo se isso se verificasse em detrimento das fontes tidas como "mais sérias"[54]. Porém, cabe salientar que a finalidade, de ressonância retórica, que consiste no deleite provocado por um relato agradável nunca deixou de se fazer sentir, inclusivamente em ambiente monástico:

---

[53] Ruth Morse (1991), p. 95.

[54] Esta historiografia é referida por Bernard Guenée, nomeadamente em 1981 (11: "Y a-t-il une historiographie médiévale?", p. 205-219) e 1980, p. 48-65. Desenvolvendo-se sobretudo no séc. XII, este modelo é apresentado pelo autor como contrastando com a historiografia monástica, sua antecessora, dado que se caracteriza por uma menor erudição, por uma procura de vulgarização e uma maior manipulação com vista a servir desígnios políticos, ideologias e/ou ambições determinadas.

> Quintilien demandait à tout récit qu'il leur fût une distraction et un divertissement. Au XIIe siècle, à Ardres, les jours de pluie, trois vieux chevaliers se relayaient à dire des récits historiques» pour l'amusement de leurs auditeurs», «*ad aurium delectationem*». Au début du XIVe siècle, à Saint-Denis, l'abbé et les moines demandaient à leur frère Yves d'écrire «aucun traité ou aucune bele estoire qui (leur) soient plesant à oïr»; avant et après lui, nombreux furent les moines dont l'intention était, écrivant l'histoire, d'offrir une «récréation», «recreatio», à ceux qui cessaient un moment de travailler et de prier. [...] L'histoire n'est pas si loin de la littérature.
>
> Mais comme le récit historique raconte ce qui s'est réellement passé, l'histoire est en même temps beaucoup plus sérieuse; elle est moins proche de la littérature que de la science. Disant la vérité première des choses, elle est même, si l'on croit Hugues de saint-Victor, «le fondement de toute science», «*fundamentum omnis doctrinae*».[55]

O mesmo tipo de finalidade também ecoa na historiografia afonsina:

> Todo omne que alguna razon quiere contar de guisa que ayan ende sabor e aprendan y los quelo oyeren, deue fazer enel comienço sobrella todas aquellas maneras de departimientos que sopiere, por quelos omnes la puedan entender meior, (GE: I, 492b)

É certo que muita de esta elaboração retórica se auto-justificava, como faz D. Juan Manuel, num trecho do *El Conde Lucanor*, já citado (II Parte 2.3.), com o argumento da pertinência didáctico-exemplar. No entanto, o recurso mais ou menos indiscriminado a quase todo o tipo de narrativas terá, eventualmente, dado origem a situações, por vezes, bastante complexas[56], às quais não serão certamente estranhas as tradições que promovem definições mais estéticas da historiografia em oposição àquelas que se inclinam, preferencialmente, para questões éticas, pragmáticas ou factuais.

---

[55] Bernard Guenée (1980), p. 25-26.

[56] "'Historical', though, might be thought of as an exemplary narrative based upon events which had occurred at some point in the past, told in order to move and persuade its audience to imitate the good and eschew the evil, a 'true tale about the past' which included a vast range of what modern readers would regard as invented material and inappropriate, if implicit, moralizing. [...] In the different conceptual space of the Middle Ages, 'true' might mean 'in the main' or 'for the most part' true, or even, 'it could have happened like this'. The problems of factuality were not resolved by medieval writers, even late-medieval legal writers, and the constant elaboration towards fiction created tensions between some recognizable, even extractable, central claims and narrative methods of conveying the author's sense of

A aceitação e compreensão do carácter eminentemente textual e, igualmente, literário da historiografia deu origem, por exemplo, a tipologias que referem este tipo de discurso como uma entre as múltiplas formas literárias possíveis, como sucede com a de João de Garlândia:

> La théorie des trois formes de représentation se conformant au système du grammairien Diomède (*narrativum* lorsque l'auteur parle en son nom, *dramaticum* lorsque les personnages parlent, *mixtum* lorsque auteur et personnages prennent la parole alternativement) a atteint une efficacité particulière au Moyen Age grâce à Bede et Isidore. La tripartition de Diomède, qui part de la cractéristique formelle la plus externe, a semé plus de confusion sur la fonction des genres antiques [...] qu'elle n'a créé de distinctions fécondes. C'est Jean de Garlande qui a rétabli l'ordre dans cette tradition. Sa *Poetria*, qui est une synthèse des *Artes dictaminis* et des *Artes poeticae*, intègre la division en trois dans une somme nouvelle des genres littéraires, articulée systématiquement suivant quatre points de vue: 1º suivant la forme verbale (*prose* ou *mètre*, la première divisée en quatre genres: technographique ou scientifique, historique, épistolaire, rythmique et mise en musique); 2º suivant la forme de la représentation (*quicumque loquitur*: la tripartition de Diomède); 3º suivant le degré de réalité de la narration (trois *species narrationis: res gesta* ou *historia, res ficta* ou *fabula, res ficta quae tamen fieri potuit* ou *argumentum*); 4º suivant les sentiments exprimés dans les oeuvres (de *differentia carminum*, articulation en quatre qui développe une distinction en *genera tragica, satirica, mimica*, mentionnée par Diomède et le *Tractatus coislinianus*). On peut supposer que le système des genres de la *Poetria* de Jean de Garlande ne s'est pas constitué de façon purement déductive, mais que ce dernier a tenté – avec son abondance de définitions concernant le contenu – de mettre de l'ordre dans la littérature, telle qu'elle s'était formée dans la réalité du XIIIe siècle.[57]

Já de sinal contrário será a corrente que faz de Heródoto o pai das mentiras, qualificando como *fabricator* tanto historiadores como poetas[58]...

---

how the past was to be interpreted. In this sense history was a broad church, teaching by precept and example." Ruth Morse (1991), p. 6.

[57] Jauss (1970), p. 92-93. Sobre a obra retórica de João de Garlândia ver ainda Edmond Faral, *op. cit.*, I Parte, cap. V e III Parte, cap. IX.

[58] "To Cicero (*De legibus* I. i.5), Herodotus was both the father of history and the father of lies, and no one seems to have found this contradictory until Petrarch." Ruth Morse (1991), p. 86.

3. A impureza congénita dos tecidos

É ainda possível levar um pouco mais adiante a questão das ambiguidades e confusões genéricas que marcam o discurso historiográfico, nomeadamente aquele produzido na Península Ibérica, em vernáculo, durante os sécs. XIII e XIV, considerando agora casos de intersecções e/ou de inclusões efectivas no que respeita a outras formas textuais. Um processo de este tipo não pode parecer estranho perante as questões que temos vindo a apontar, nesta III Parte. Acresce ainda o carácter totalizante que estas obras manifestam. Com efeito, ao tentar "abarcar o Mundo", é normal que o texto historiográfico procure captar, igualmente, múltiplas formas textuais, contaminando-se amplamente, um resultado inevitável da voracidade omnívora de que dá provas[59].

Assim, a crónica será tanto mais "historiada" quanto integre, em quantidades cada vez maiores, textos "outros" que passam, deste modo, mesmo se por diferentes razões, a poder ser considerados como próximos. No caso concreto dos textos em análise, independentemente de continuarem a auto-denominar-se "história" ou "crónica", estas narrativas absorveram inúmeros relatos, nomeadamente os épico-romanescos, eventualmente, mais ou menos romanceados[60], chegando mesmo a integrar um ou outro trecho de carácter lírico, como no caso na narrativa da infelicidade do rei Garcia de Portugal e da Galiza, na *Crónica de 1344*.

---

[59] Para algumas reflexões sobre o aspecto compósito da historiografia (nomeadamente da portuguesa) que, aliás, não constitui propriamente excepção no seio das formas literárias do período medieval, ver Teresa Amado, "Os géneros e o trabalho textual", Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira (coord.), *O género do texto medieval*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 9-28.

[60] Sobre a crescente novelização que se verifica nas crónicas pós-afonsinas, ver Diego Catalán, 1992, particularmente o cap. VI: "Poesía y novela en la historiografía castellana de los siglos XIII y XIV" (p. 139-156) que salienta como, com o desvanecer dos métodos mais rigorosos da escola afonsina, se desenvolveram novas formas de historiar completamente seduzidas pela retórica, oratória, novela e anedotismo ao que se aliou uma manipulação mais livre das fontes e a valorização da autoridade das narrativas épicas. Sobre o carácter histórico, doutrinal, didáctico ou fictício das personagens presentes nesta historiografia, ver Fernando Gómez Redondo, "La función del "personaje" en la "Estoria de España" alfonsí", *Anuario de Estudios Medievales*, 14, 1984, p. 187-210. Ver ainda Nancy Joe Dyer (1990).

Esta tendência centrípeta para absorver relatos de múltiplas origens poderá ser vista como isomorfa da propensão para considerar que a verdade pode ser encontrada em qualquer lugar. A partir deste pressuposto, praticamente qualquer relato pode ser entendido como matéria historiável, desde que se refira a um ponto determinado do devir histórico ou desde que, de alguma forma, se procure garantir a sua veracidade[61]. Dada esta polivalência, não se pode estranhar as confusões genéricas que temos vindo a apontar pois a historiografia medieval, nomeadamente aquela em análise, manifesta uma clara tendência para se transformar num género omnívoro que, como um buraco negro, parece procurar congregar em si mesma uma totalidade também ao nível das formas discursivas.

A reflexão sobre esta questão pode ser despoletada pela referência a mais um sentido possível do ambíguo termo "história" que aponta, neste caso, para uma situação bem concreta:

> Depuis le IX^{e} siècle, les liturgistes enferment histoire dans un sens technique précis; ils appellent *historia* un récit qui s'attache essentiellement à dire la vie d'un saint et sert de base à la composition de *repons* qui seront dits à l'office de ce saint.[62]

Bernard Guenée, por seu turno, esforça-se por estabelecer uma distinção basilar entre historiografia e vidas de santos, independentemente de eventuais interferências:

---

[61] No que respeita a esta questão, ver Jeanette M. A. Beer (1981) que salienta o carácter literário inerente inclusivamente às fórmulas que procuram garantir a verdade da narrativa. De acordo com a autora, esta ferramenta é usada no âmbito de uma retórica da persuasão com vista, regra geral, a garantir precisamente os elementos mais dúbios, ou as invenções mais incríveis. Esta estratégia inclui, por exemplo, no que respeita às narrativas religiosamente mais empenhadas, testemunhos que garantem a veracidade de uma visão ou de um milagre determinados. No que respeita ao filtrar de histórias antigas, este tipo de fórmula serve, frequentemente, de capa a manipulações, como no caso da abreviação de trechos mais duvidosos, logo seguidos da afirmação do que se considera como sendo a versão "verdadeira", um procedimento ao qual já tivemos oportunidade de nos referir no que respeita às crónicas em análise (nomeadamente na I Parte: 1.4.). Dado o modo como são usadas, as fórmulas que garantem a veracidade podem funcionar como indicadores de pontos de conflito. Estas fórmulas também são usadas em obras assumidamente de ficção onde podem admitir mais claramente a sua dimensão de convenção, constituindo terreno fértil para jogos literários.

[62] Bernard Guenée (1980), p. 18.

> Une oeuvre hagiographique se distingue d'une oeuvre historique en ce qu'elle néglige les dates, est plus soucieuse de ce qui a dû être que de ce qui a réllement été, multiplie les enseignements et les exhortations, et fait constamment intervenir des forces surnaturelles qui sont, en général, dans les écrits historiques, beaucoup plus discrètes. [...] Hagiographie et histoire sont deux genres distincts; mais notre moine aura une tendance trop naturelle à tremper sa plume historique dans son encre hagiographique, ou même à carrément utiliser dans son récit historique des morceaux hagiographiques qu'il connaît trop bien. De même les mots, le style, des phrases entières des historiens du Moyen Age sont-ils issus des textes bibliques, patristiques ou liturgiques qui leur étaient familiers. L. Arbusow dit à juste titre qu'en bonne méthode l'éditeur d'un historien médiéval devrait retrouver non seulement les phrases qu'il a empruntées à d'autres historiens, non seulement celles qu'il a tirées de la Bible et des Pères, mais aussi toutes celles qu'il faudrait aller chercher dans les textes liturgiques qu'il pratiquait quotidiennement. Si savante et érudite qu'elle soit, l'histoire monastique est, comme le dit A. Grandsen, un sous-produit de la religion.[63]

A tendência para uma certa contaminação entre estes dois géneros compreende-se bem, tendo em conta que a historiografia, sobretudo nos sécs. XI-XII, tal como a descreve Bernard Guenée, consistia numa actividade quase exclusiva de monges, para os quais era, regra geral, e igualmente, um interesse secundário.

A hagiografia contava vidas de santos quando a história pretendia relatar a existência e os feitos de reis, de príncipes e/ou de outros senhores poderosos. No entanto, o cunho hagiográfico, obra, possivelmente, de estes historiadores monásticos, não deixou de continuar a exercer o seu fascínio, mesmo em textos posteriores, redigidos por leigos. Milagres, orações e comunicações com o divino, apesar de eventualmente surgirem com uma densidade menor, eram

---

[63] Bernard Guenée (1981), p. 209-210 (11: "Y a-t-il une historiographie médiévale?", p. 205-219). Também Janet Coleman (1992) aproxima e distingue história de hagiografia ao apontar como, por um lado, ambas formas se assemelham nas intenções: edificar com testemunhos e para que casos particulares de indivíduos de excelência (mais do que tipos, preferencialmente assimiláveis aos *exempla*) não sejam esquecidos. No entanto, e pelo outro lado, segundo esta autora, a história difere da hagiografia na medida em que a a-historicidade se opõe à historicidade; acrescenta ainda que as duas formas textuais apontam para públicos diferentes e aplicam maneiras distintas de coligir os factos (p. 300-303). Cabe ainda mencionar o caso concreto de Etienne de Bourbon, referido por Bernard Guenée (1980, p. 54), que parece dar provas de uma consciência razoavelmente nítida no que respeita à classificação de textos, de acordo com os géneros a que pertenceriam, uma vez que, ao referir as suas fontes, distingue com precisão histórias, crónicas e ainda vidas, paixões e milagres de santos. Ver ainda Fernando Gómez Redondo (1989b), que enumera múltiplas referências a formas literárias que surgem na *Estoria de Espanna* (p. 65-75).

entendidos como matéria historiável importante, indelevelmente integrados nas convicções e mentalidade do público da época. Outro traço, igualmente verificável na historiografia afonsina, será a forma como são descritos alguns caracteres e vivências, caso dos relatos consagrados aos diversos imperadores romanos que podem ser entendidos como uma sucessão de "Vidas", independentemente de se referirem a personagens pagãs[64]. Também a questão da intemporalidade não é estranha à historiografia que, como temos vindo a referir, apesar das preocupações cronológicas, não deixa de procurar transmitir valores perenes.

No entanto, é importante referir que a maior parte dos relatos de cunho ou de inspiração mais marcadamente hagiográfica, que encontramos integrados nos textos em análise, já se encontrava nas fontes historiográficas anteriores, em latim, obra de clérigos, como é o caso do relato da entrega em casamento, por Afonso V, de uma irmã a um mouro. Um relato atenuado pelo já referido *topos* desculpabilizante do mau aconselhamento (nomeadamente na II Parte: 1.5.), mas que ecoa, nos seus traços gerais, narrativas das vidas de algumas santas e mártires dadas a pagãos como mulheres[65]:

> mas pero demientre que era ninno, en el comienço del so regnado como dixiemos, dio con poco seso a su hermana donna Teresa por mugier a Abdalla, rey de Toledo, por razon quel ayudasse contral rey de Cordoua. Pero dize don Lucas de Tuy en su estoria de latin que compuso destas razones, que lo non fizo esto el rey don Alffonso por si solo, mas por conseio de los altos omnes del regno; et fizieronlo ellos por fazer al rey don Alffonso auer paz con aquel moro Abdalla rey de Toledo, et de la otra parte que aquel rey Abdalla fazie semeiança que era cristiano, pero encubiertamiente, et auie yurado ya et prometido al rey

---

[64] Com efeito, apesar de se verificar uma acentuada tendência para a aplicação do termo "Vida" ao relato do percurso de santos ou de figuras predominantes ligadas ao culto religioso, a expressão não lhes é exclusiva. Foi aplicada igualmente ao relato (quantas vezes imaginário) da existência de diversos trovadores provençais, um conjunto de indicações e de traços que procuram sintetizar o essencial do carácter, do percurso e da obra daquelas figuras, no fundo, relatos, de certa forma, semelhantes às narrativas afonsinas referidas.

[65] Com efeito, a recusa do casamento, mormente se se trata de um esposo não católico, não é traço ausente da paixão de algumas santas. Como exemplo, podemos referir "A vida de Santa Susanna virgem", Maria Clara de Almeida Lucas (ed.), *Ho Flos Sanctorum em Lingoagẽ: os Santos Extravagantes*, Lisboa, INIC, 1988, p. 101-110. No caso do excerto acima transcrito, cabe apontar que a narrativa do mau casamento da irmã de Afonso V surge já, tanto no Chr. Mun: 89, como no DeRH: V, xviii.

> don Alffonso de ayudarle contra los otros moros a quequier quel fosse mester. Pero este fecho daquel casamiento non fue con plazer de donna Teresa, cal peso mucho; et pues que la ouieron leuada a Toledo et el quiso passar a ella como uaron a su mugier, dixol ella: «yo so cristiana et tu eres moro; digote que me non tangas, ca non quiero auer tal ayuntamiento con omne de otra ley; ca bien sepas tu que si me tanxieres, que te matara ell angel de mio Sennor Ihesu Cristo en que yo creo et fio». El rey moro non dio nada por lo que ella dizie, et aun touolo por escarnio, et trauo della et por fuerça cumplio y su uoluntat; et luego all ora le firio ell angel de nuestro Sennor Dios de que cuedo el ser muerto de tod en todo. Et llamo luego sus omnes, et dioles de oro et de plata et de panos preciados et de otras noblezas muchas con ellos, et mandolo poner en sus bestias, et enuiolas cargadas de mucho algo con donna Teresa, et que la leuassen a su hermano el rey don Alffonso. Et esta inffante donna Teresa, pues que fue con el rey don Alffonsso su hermano, tomo abito de monia, ca non quiso otro; et esta uida fizo despues. (PCG: II, 452a-b)

Também é possível detectar passos onde relatos hagiográficos poderão ter servido de fonte de inspiração para a construção de certas sequências narrativas, como poderá ser o caso de alguns trechos da história de Fernão Gonçalves[66]. Esta última situação torna-se tanto mais curiosa quanto aí se verificam contaminações várias na medida em que um suposto relato épico jogralesco terá sido reformulado de acordo com um ponto de vista erudito e clerical, sendo o seu resultado, posteriormente, prosificado e integrado na narrativa historiográfica da formação de Castela.

Ainda na sequência da alusão ao relato dos feitos de Fernão Gonçalves, há que referir como a épica foi outra forma textual que contribuiu largamente para situações ambíguas, ao integrar e contaminar a historiografia. Quando Isidoro de Sevilha qualificava a história como "a narração do que aconteceu" usa a expressão "Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur." (*Et*: I, 41, 1), sendo o termo "gesta" aqui usado na sua acepção de "feito" ou "acontecimento", ou seja, os eventos a partir dos quais a historiografia deveria elaborar o seu discurso. No entanto, o facto do mesmo

[66] Sobre este assunto, ver J. P. Keller (1955), que refere múltiplas semelhanças entre o episódio indicado e a lenda de santo Eustáquio, uma vida de santo muito conhecida e que teria servido de fonte de inspiração para a redacção de este trecho. Bernard Guenée também refere casos concretos de empréstimos entre

termo também ser usado para designar um género narrativo não favorece a separação de águas. Sobretudo porque, como já referimos (I Parte: 1.1.), a "canção de gesta" enquanto género narrativo pode ser entendida como uma espécie de "história consuetudinária" e a sua integração massiva pela historiografia afonsina e pós-afonsina testemunha a proximidade que efectivamente se verificava entre estas duas formas, ao ponto de poderem ser dadas como sinónimos, uma confusão patente nomeadamente no Prólogo à I Parte da *General Estoria*:

> Et fizieron desto muchos libros que son llamados estorias e gestas, en que contaron delos fechos de Dios, e delos prophetas, e delos sanctos, et otrossi delos reyes, e delos altos omnes, e delas cauallerias, e delos pueblos; e dixieron la uerdat de todas las cosas e non quisieron nada encobrir, tan bien delos que fueron buenos como delos que fueron malos. (GE: I, 3b)

Em princípio, a canção de gesta elabora o seu relato a partir de alguns dados mais ou menos "históricos" que serão, seguidamente, deformados ou mantidos. No entanto, já neste processo, não só de criação, mas igualmente de transmissão e de reelaboração, não são de excluir eventuais contaminações com outras formas textuais[67]. Por outro lado, as gestas, de um modo geral,

---

vidas de santos e a historiografia, bem como o facto de algumas bibliotecas misturarem estes dois tipos de obras (1980, p. 54-55).

[67] Sobre este assunto, cabe referir o trabalho de Rita Lejeune, *Recherches sur le Thème: Les Chansons de Geste et l'Histoire*, Liège, Faculté de Philosophie et Lettres, 1948 que, ao estudar a historicidade básica das canções de gesta, também refere semelhanças e relações entre esta forma textual e outros géneros, que a terão contaminado, como seja os anais, a hagiografia, a poesia... Por outro lado, aponta como a canção de gesta terá fornecido materiais à historiografia, assinalando concretamente o caso de Sigebert de Gembloux que, para escrever a sua crónica, terá recorrido a relatos de canções de gesta (p. 199 sgts). A autora afirma também que considera a confusão dos géneros como uma característica própria da Idade Média (p. 9). Sobre a questão de uma relativa historicidade inerente aos relatos das canções de gesta, ver ainda a obra de Ferdinand Lot, nomeadamente os seus *Études sur les légendes épiques françaises*, Paris, Champion, 1970, onde, de acordo com a sua "teoria das linhagens", propõe que várias gestas são canções baseadas em lembranças que teriam perdurado no seio de algumas famílias aristocratas, cujas cortes eram frequentadas por jograis. Neste âmbito, é ainda essencial referir os estudos de Ramón Menéndez Pidal, que acentua a maior historicidade da épica espanhola relativamente à sua congénere francesa, nomeadamente em 1959 p. 36-40 ou 1992, p. 179, 197-215 onde define o que entende por "verismo" no âmbito da sua teoria neotradicionalista: "El canto noticiero quiere ser veraz, pues los coetáneos, como tienen algún conocimiento de los sucessos y de los incidentes circunstanciales, no admitirían un relato con notoria deformación de lo ocurrido. Pero este freno falta en las refundiciones posteriores del primer canto, que no dirigiéndose ya a coetáneos, se pueden apartar más libremente de la realidad pretérita para obedecer a exigencias artísticas, o acaso políticas o circunstanciales, que hacen ver los sucesos pasados bajo nuevos aspectos. El poema ya no puede contener la *veracidad* de la noticia, sino un *verismo* poético, entendiendo por verismo el mayor ajuste posible de las ficciones poéticas a la verdad histórica que le dio

influenciaram a historiografia, não só porque vários relatos de tom épico foram por ela absorvidos[68], mas também na medida em que é possível encontrar influências do estilo épico em relatos que terão, verosimilmente, sido construídos pelos próprios cronistas[69].

Uma característica bastante curiosa desta influência parece ser o facto da historiografia mais tardia, no *corpus* utilizado, nomeadamente a *Crónica de 1344*, fazer, inclusivamente, referências, inter e intratextuais, à eficiência exortativa do relato das aventuras de alguns heróis épicos, cujas histórias são, igualmente, relatadas no próprio texto[70]:

> Mas os cristãos, como erã muy poucos, estavam muy temerosos e o medo os compreendia a toda parte.
>
> E quando dom Alvaro Perez os vyo assi acovardados, começou de os esforçar, dizendolhe muitos bõos exemplos de nobres cavalarias dos feitos antigos, tragendolhes aa memoria como os nobres cavaleiros godos muitas vezes, seendo poucos, venciam muytos e como outrossy o cõde Fernam Gonçalvez con seiscẽtos cavaleiros vẽcera Almãçor cõ todo seu poder e outrossy Ruy Diaz Cide como com poucos cavaleiros vẽcera muitos reys. Estos

origen." (p. 179). Ver igualmente Jean Frappier, *Histoire, mythes et symboles. Études de littérature française*, Genève, Droz, 1976 ou E. Michael Gerli, "Liminal Junctures: Courtly Codes in the *Cantar de Mio Cid*", Mishael M. Caspi (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature. Essays in Honor of Samuel G Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., 1995, p. 257-270, que acentua como o *Cantar de Mio Cid* ultrapassa os paradigmas da épica, encontrando-se contaminado por traços de cortesia próprios do romance ou da lírica.

[68] Um assunto muito estudado e relativamente ao qual se pode sempre continuar a referir os estudos lapidares de Ramón Menéndez Pidal que, mesmo se em alguns pontos já terão perdido a actualidade, encontram-se ainda longe de terem perdido completamente a sua pertinência, nomeadamente no que respeita ao modo extensivo como ilustram a amplitude da absorção de relatos épico-romanescos pela historiografia, como sucede em 1992. Cabe ainda recordar as situações referidas na II Parte 1, uma vez que o carácter de muitas das personagens das épicas constitui um terreno fértil para exemplos de traição e de excesso. Salientamos, nomeadamente, o cantar dos "Infantes de Lara ou Salas", "Fernão Gonçalves", "A condessa traidora", o cantar do "Infante Garcia", "Sancho II" (ladeado pela "Partição de D. Fernando" e pela "Jura de Santa Gádea"), o cantar do "Cid", as "Mocidades de Rodrigo" ou os relatos sobre "Afonso Henriques". Para um estudo geral, ver ainda Robert Guiette, "Chanson de geste, chronique et mise en prose", *Cahiers de Civilisation Médiévale*, VI, 1963, p. 423-440.

[69] Um processo semelhante terá tido lugar, igualmente, com as canções de gesta francesas. Sobre este assunto, cabe referir o estudo de Gérard Jacquin, *Le Style historique dans les récits français et latins de la Quatrième Croisade*, Paris / Genève / Lille, Champion / Slatkine / Atelier de thèses de l'Université de Lille III, 1986 que refere como a canção de gesta terá influenciado a historiografia nomeadamente no que respeita ao estilo da escrita (com anúncios, sínteses, transições...) ou ao carácter estereotipado de algumas personagens...

[70] Este diálogo é simultaneamente inter e intra textual porque, por um lado, a *Crónica de 1344* está a assumir a *Auctoritas* da sua própria família textual e de toda a tradição épica que lhe está subjacente. Por outro lado, uma vez que também este texto se integra nessa mesma família, narrando *grosso modo* as

> exemplos e outros muytos de grandes façanhas lhe disse dom Alvaro Perez, en tanto que os fez cobrar coraçõoes e seer muy esforçados, en tal guisa que nõ temyam nenhũa cousa os mouros, (1344b: IV, 396)

Além de este factor, cabe ainda acentuar que, como os relatos épicos têm tendência para surgir na historiografia de forma razoavelmente coesa, a integração de esta forma textual vai, igualmente, contribuir para que se verifiquem quebras periódicas nas preocupações cronológicas que dominam grande parte dos restantes relatos. Assim, a partir do momento em que estas histórias surgem, de forma mais ou menos autónoma, constituem-se momentos que tendem para a atemporalidade. Por um lado, diminuem ou desaparecem as referências cronológicas e os consequentes sincronismos. Por outro lado, o relato, pela sua vivacidade (decorrente, muitas vezes, do uso emocional do discurso directo, aliado a formas verbais no presente), cria um ambiente de proximidade, quase cénica, fomentando a ilusão de se desenrolar perante o olhar do público. Este tipo de narrativa bordeja a forma dos relatos míticos, evidentes, particularmente, nos rituais das sociedades "ditas primitivas"[71], um modelo narrativo que não estará muito longe da épica, nomeadamente no que respeita à sua utilidade enquanto elemento de coesão social, característica esta que a historiografia não terá hesitado em aproveitar com vantagens inegáveis[72].

A criação e/ou acentuação de mitos pela historiografia afonsina pode ser constatável em duas vertentes. Por um lado, verificamos o uso e a acentuação de momentos, conceitos e personagens anteriormente veiculados e consolidados em

---

mesmas histórias, também se está a referir aos acontecimentos que narrou anteriormente. Este assunto é considerado, em maior detalhe, em Isabel de Barros Dias (1997a).

[71] Sobre este assunto ver Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, onde o autor refere e estuda casos concretos de rituais e festas religiosas de reactualização periódica de acontecimentos primordiais de "história sagrada" (referentes a deuses, heróis civilizadores, antepassados míticos...), acentuando ainda a função mitológica que algumas formas de literatura podem e têm desempenhado em sociedades mais desenvolvidas.

[72] Sobre a criação de mitos de origem, no que respeita a exemplos francos, ver Marc Bloch, *Les rois thaumaturges – étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, Paris, Gallimard, 1983; Colette Beaune (1977 e 1991), Gabrielle M. Spiegel (1995 e 1999) ou ainda Rita Lejeune, *op. cit.*, p. 195. Para uma aproximação entre personagens mitológicas e heróis de epopeia, ver Italo Siciliano, *Les chansons de geste et l'épopée. Mythes – Histoire – Poèmes*, Genève, Slatkine, 1968. No que respeita à memória colectiva ibérica, os casos mais flagrantes aqui estudados são os de Fernão Gonçalves e de Afonso Henriques, que sustentam a legitimidade da independência dos seus territórios.

múltiplos textos e que, por isso, já constituíam elementos perenes do imaginário medieval, como é o caso da noção de *translatio imperii*, anteriormente referida (nomeadamente nos pontos 1.1. e 1.3. da I Parte), e que se articula com a divisão da história de acordo com os quatro grandes reinos mundiais. Por outro lado, também é possível constatar que esta historiografia procura construir uma mitologia própria ao ambiente peninsular, o que, no caso afonsino pode ser exemplificado pela já referida (I Parte: 1.3.) oposição que se estabelece entre os favoráveis períodos de unificação e as nefastas fases de desagregação e respectivos protagonistas. Acresce ainda o facto de as figuras proeminentes, sobretudo as dos períodos positivos, estabelecerem ligações nítidas entre si por meio dos sinais que as mais antigas vão deixando para as posteriores. Este tipo de comunicação promove uma concepção em espiral da evolução histórica, pois, independentemente da devidamente sublinhada sequência linear e numérica do correr dos anos, quando uma figura deixa um sinal para alguém que, posteriormente, dominará um período equivalente da história futura, está-se a assumir uma oscilação cíclica entre períodos negativos (associados ao desmembramento territorial) e positivos (de união e de força). As personagens que neste "eterno retorno" dominam os momentos de maior união concorrem para a constituição de um "mito do unificador", no caso presente, do unificador ibérico que assumirá o seu carácter mais perfeito sempre que à união de facto corresponda um título imperial.

Acresce ainda que, ao assumir um carácter mais emotivo, a historiografia também se aproxima de outras formas, à primeira vista relativamente distantes, mas que partilham o mesmo desejo de comover o público, como seja o caso do teatro (nomeadamente da tragédia) ou da poesia[73].

As narrativas que veiculavam histórias ocorridas na Antiguidade foram objecto de processos semelhantes de incorporação. Estas práticas já se tinham verificado em diversos momentos e distintos territórios, com especial destaque para as histórias da França ou da Grã-Bretanha e para o modo como integraram

alguns de estes relatos enquanto mitos de origem[74]. Com efeito, a absorção pela historiografia francesa e inglesa, da história de Tróia ou de Roma, com os seus respectivos heróis (tanto os consagrados pela literatura clássica como os adicionados durante o período medieval) proporcionou aos respectivos territórios origens tão ilustres e antigas quanto possível[75]. Do mesmo modo, a história de Hércules também foi usada para presentear a Península Ibérica com um passado suficientemente remoto e nobilitante[76]. Daí que este tipo de relatos, além de, à semelhança das canções de gesta, terem tido existências autónomas e independentes, também tenham sido considerados sob um ponto de vista historiográfico e, consequentemente, integrados em textos que, ao exibirem e acentuarem uma cada vez mais marcada impureza genérica, foram, igualmente, ganhando em capacidade de sedução e consequente eficácia ideológica.

Na historiografia afonsina, este procedimento pode ser exemplificado pela inserção da história de Alexandre Magno na *General Estoria*. Com efeito, trata-se de um relato ancorado numa personagem histórica de grande importância para o rei Sábio, na medida em que foi um Imperador que esteve à cabeça de um dos quatro grandes Impérios mundiais. No entanto, este relato, que também teve uma

---

[73] No que respeita ao teatro, ver T. P. Wiseman, *Historiography and Imagination. Eight Essays on Roman Culture*, Exeter, University of Exeter Press, 1994 que acentua a relação da historiografia romana com formas textuais orais, com particular incidência para as representações cénicas sobre o passado.

[74] Com efeito, tal como a canção de gesta, o romance antigo pode distinguir-se da historiografia por constituir uma forma textual que, apesar de remeter para a história, fá-lo em termos popularizantes. Sobre este assunto, e no que respeita, sobretudo, à historiografia francófona, ver Milada Buda, *op. cit.*, p. 50-57. Cabe aqui ainda referir a posição de Paul Zumthor (1972), que equaciona o "Romance Antigo" com a gesta e com a historiografia: "Le «roman», dans ses premières manifestations, semble bien provenir de la convergence de deux traditions: celle des chansons de geste et celle, plus ancienne, d'origine scolaire mais revigorée grâce à la «Renaissance du XIIe siècle», des historiographes" (p. 346). No que respeita ao *corpus* ibérico em estudo, é possível referir múltiplos casos de absorção de relatos antigos, mormente na *General Estoria*, mas igualmente presentes na *Estoria de Espanna*, caso da história de Hércules ou da de Dido e Eneias. Acresce ainda o facto, salientado nomeadamente por Dominique Boutet (1999), dos romances antigos usarem elementos históricos ou pseudo-históricos de modo anacrónico como forma de reflexão sobre questões e problemas actuais e pertinentes no momento da sua redacção, um empenho que é comum às canções de gesta bem como a diversas outras formas literárias, uma característica que não deixa de complexificar ainda mais as questões que temos vindo a abordar.

[75] Sobre este assunto, ver os estudos de Colette Beaune e Gabrielle Spiegel ou ainda Ian Wood, "Defining the Franks: Frankish Origins in Early Medieval Historiography", Simon Forde, Lesley Johnson e Alan V. Murray (eds.), *Concepts of National Identity in the Middle Ages*, Leeds, Leeds texts and Monographs, 1995, p. 47-57 ou Laurence Mathey-Maille (1997).

[76] Esta questão é colocada por Aires A. Nascimento, (1995), que defende uma hipótese segundo a qual a presença de Hércules em Rodrigo de Toledo não deve ser entendida enquanto juízo de valor mas como

existência autónoma, nomeadamente em Espanha[77], encontra-se igualmente eivado dos mais diversos e nítidos elementos ficcionais[78].

A inserção de estas narrativas, de origens díspares, atinge o seu zénite sempre que se verifica a absorção de relatos assumidamente romanescos que, como tal, estariam mais sujeitos a chocar de forma categórica com a pretensa "veracidade" do relato historiográfico. Enquanto que, no caso da "matéria antiga", ainda seria possível considerar que, mesmo quando consideravelmente romantizada, poderia manter uma certa base e/ou traços minimamente históricos, o mesmo já é mais difícil de defender, por exemplo, no caso da integração de trechos relativos ao rei Artur, absorvidos, nomeadamente, por Godofredo de Monmouth. Independentemente de estas tradições terem sido aceites, sem discussões, por muitos autores, como relatos "verdadeiros", como será o caso de D. Pedro Afonso, que as recolhe no seu *Livro de Linhagens*[79], outros autores, pelo contrário, mesmo se ainda com base em parâmetros medievais, revelaram-se chocados com a divulgação de tais narrativas pela historiografia[80].

---

um procedimento que visa a construção de um passado tão prestigioso quanto possível para a Península Ibérica.

[77] Sobre a vida própria de este relato antes e depois da sua tradução e integração na *General Estoria* afonsina, ver o que é dito sobre o assunto na introdução à respectiva edição. Ver ainda Pedro Sánchez-Prieto Borja, "La técnica de la traducción en la *General Estoria*: la Historia de Alejandro Magno", Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, 1993, vol. IV, p. 221-232. No que respeita à circulação autónoma em Espanha, referimo-nos concretamente ao *Libro de Alixandre* de Gonzalo de Berceo.

[78] Com efeito, esta narrativa apresenta múltiplos elementos incríveis, como seja o caso do relato do nascimento fabuloso de Alexandre, aproximável das narrativas dos romances arturianos, na medida em que, também aqui, a concepção de Alexandre é rodeada pelos motivos do engano e da metamorfose (GE: IV, Alex: 53-55). A esta semelhança acresce ainda o hábito cavaleiresco do herói, periodicamente, enviar alguém com notícias, o que consiste em contar seus feitos (GE: IV, Alex, 143 e 145 ou 215), ou o encontro com um rei que vive de incenso e bálsamo, relativamente semelhante ao rei do Graal (GE: IV, Alex, 197-98). O texto é ainda fértil em múltiplas referências a portentos e animais estranhos e hostis, cujas descrições são justificadas pela referência à vontade de Deus em mostrar as suas maravilhas ao príncipe (GE: IV, Alex, 173 e 175). Caberá ainda referir o encontro de Alexandre com umas árvores que dizem o futuro, com as Parcas e com Sosonchossis, o deus origem de tudo (GE: IV, Alex, 199-206) bem como o carácter totalizante do seu percurso uma vez que, ao chegar ao fim da Terra (p. 208), Alexandre ainda sobe aos céus (p. 210) e desce ao fundo do mar (p. 211).

[79] Referimo-nos concretamente ao tit. II cujo próprio titulo manifesta, com bastante evidência, uma grande miscigenação entre personagens históricos e fictícios: "Dos rex da Troia, como vem do linhagem de Dradanus que primeiro pobrou a Troia, e dos rex de Roma, e de Julius Cesar, e de Cesar Augustu, e de Brutus, que pobrou Bretanha, e de Costantim de Roma, e de rei Artur, ataa Cadualem, e Cavadies ataa Gormon" (LLCDP: 72).

[80] Sobre a consideração da historiografia em verso como "menos verdadeira" ver I Parte 1.4. Ainda sobre estas questões, é interessante escutar as observações de Janet Coleman (1992), acerca da consideração em

Além dos diversos casos acima apontados, podemos ainda referir a forma mais subtil como algumas características declaradamente fictícias também se associaram à narrativa historiográfica. Esta aproximação realiza-se de um modo porventura mais discreto mas, no entanto, bastante eficiente, cristalizando-se na circulação de pequenos motivos ou *topoi*, breves trechos que constituem verdadeiros elementos polivalentes da literatura, passíveis de surgir associados às mais variadas formas textuais.

Uma situação bastante comum será o caso do animal guia, tão recorrente na literatura cortês[81], mas que também não se encontra ausente de passos mais próximos de outro tipo de relatos, como se torna aparente num trecho da história de Fernão Gonçalves[82] ou na história do rei D. Sancho de Navarra:

> Este rey don Sancho seyendo en Castiella, corrie un dia mont, et acaescio que fallo un dia un puerco montes; et yendo empos el, metiosele en una çibdad que estaua estonces yerma – et es aquella a que agora dizen Palencia – et entro en una cueua que auie y fecha en guisa de eglesia, et en ella un altar fecho a onrra de sant Antolin martir – et ell altar es aquel que oy dia esta y aun muy onrrado et de grandes uertudes – et el rey quel quisiera matar dentro en aquel santo logar, fue ferido del Nuestro Sennor Dios por un miraglo quel contescio y: que assi como le el quisiera ferir con el uenablo, que se le torcio el braço diestro de guisa quel non pudo tanner. Et por este auenimiento finco el puerco quel non mato. Et el rey quando aquello uio, echosse luego a priezes en oracion, et rogo a la piadad de sant Antolin martir de todo coraçon quel ouiesse mercet et quel tolliesse aquel mal. Et el rey fue luego sano de su braço. Empos esto finco alli el rey don Sancho algunos dias, et poblo aquella çibdad muy bien, que estaua antes yerma; et fizo y una grand eglesia sobre la cueua, et establecio y

---

que foi, por vezes, tida a obra historiográfica de Godofredo de Monmouth: "Geoffrey of Monmouth had written his *Historia Regum Britanniae* to show his readers the cyclical nature of historical events: [...]. He raised the folklore of Britons to the status of national history. Like other 'historians' Geoffrey was a *fabulator*. But William of Newburgh reserved this as a term of opprobium for Geoffrey alone. William attacked Geoffrey because he believed he wrote false *historia* to William's true *historia*." (p. 321) e adiante: "Geoffrey must be making it all up because what he describes cannot be corroborated *by a reading of accepted authoritative texts*. Instead, Geoffrey must have drawn upon *fabulae Britannicae*. William will have nothing to do with these kinds of sources and instead sings the praises of Bede, [...] It is not that William unearths new facts in his own *History* but rather that he contrasts what he believes to be one authoritative text with another that is not. [...] This is clearly a dispute in the present between present partisan readings of lesser or greater authoritative texts. It is not a dispute over true and false history based on an examination of evidence beyond the literal text. It is an assertion about an examination of evidence beyond the literal text. It is an assertion about an unexamined authoritative source text in which a conservative writer has faith and another text without such authority." (p. 322).

[81] Caso dos *lais* franceses medievais, entre diversas outras formas textuais.

[82] PCG: II, 393 – cap. 690.

> obispo, et fizo la çibdad obispado, et dio all obispo et a la eglesia en donadio tod aquella noble çibdat et con todos sus terminos et con todo su sennorio, et que siempre fuesse libre de todo sennorio et de toda premia; et aun sobresto acresciol otras uillas et heredades muchas, porque es oy en dia muy rica et muy abondada aquella eglesia de Palencia. (PCG: II, 480b-481a)

Outros casos podem estar mais próximos do modelo leigo, como se verifica na seguinte passagem do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*:

> Este dom Diego Lopez era mui boo monteiro, e estando ũu dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouvio cantar muita alta voz ũa molher em cima de ũa pena. E el foi pera la e vio-a seer mui fermosa e mui bem vistida, e namorou-se logo dela mui fortemente, (LLCDP: 9A4)

A historiografia reagiu de forma ambivalente perante o carácter fabuloso de algumas de estas suas fontes, seja porque elas assumiam a sua ficcionalidade de forma clara, seja porque, mesmo quando o não faziam, o seu carácter era tão evidente que se tornaria fútil tentar negá-lo. Assim, a historiografia procurou, por vezes, mascarar o seu desejo com uma retórica do repúdio, o que nos conduz, mais uma vez, aos procedimentos da *denegatio*. Neste âmbito, cabe relembrar as acusações de que são alvo alguns relatos, épicos ou pagãos, tidos como fictícios e dos quais, por vezes, a historiografia se procura distanciar, mesmo se, frequentemente, mais por palavras que por actos[83]. Com efeito, sempre que lhes

[83] Nomeadamente contra os cantares fabulosos ou contra as fábulas dos Antigos, como já foi amplamente referido, nomeadamente na I Parte 1.4. ou na II Parte 2.1. e 2.3.. Dada esta ambiguidade, que reside no aparente repúdio do que efectivamente se pratica, afastamo-nos da posição apresentada por Rita Copeland (1995), não quando refere que a existência de esta figura anuncia constrangimentos narrativos particulares, mas quando aceita que o narrador manifesta um desejo efectivo de recusa: "In the legends themselves, the most obvious expression of this paradox is through the rhetorical devices of *occupatio* and *abbreviatio*. As Robert Frank and others have pointed out, the use of *occupatio*, a way of saying something in the very act of promising not to say it, serves as a mechanism for announcing the particular narrative constraints of the text and thus often for showcasing the narrator's desire to condense or abbreviate his sources. There are various ways in which *occupatio* and *abbreviatio* can be used locally in the individual tales of the *Legend of Good Women*, among them, of course, to play up the comic reluctance of the narrator-persona to conform to the structures imposed upon him. But the net effect of the devices is to raise and negotiate a paradox: these devices point to the immanent authority and controlling presence of sources, but also point to the way that the vernacular text can refuse and resist the authority of the sources in favor of a new *intentio auctoris*, that which is described in the *Prologue*. Moreover, while *occupatio* or *abbreviatio* announce the authority of Chaucer's classical sources over his translations, Chaucer's text constantly displaces those sources with medieval exegetical receptions [...], thus underscoring the vernacular control of this privileged academic tradition." (p. 197-98).

foi conveniente, os compiladores não hesitaram em servir-se de relatos de este tipo para justificar direitos e ambições, leigos ou religiosos, e/ou para criar ou fortalecer sentimentos nacionais ou nacionalizantes graças à acentuação e divulgação de algumas figuras que tentaram elevar à condição de mitos, como é o caso de alguns heróis fundadores. Por isso, as distâncias, mesmo quando teoricamente defendidas pelos próprios textos, dificilmente podem ser mantidas quando se observa a prática textual concreta. De esta forma, à semelhança do que se verifica com as preocupações com uma ordenação cronológica correcta, tantas vezes atraiçoada por relatos mais coesos, também o superego que impõe a exposição de "verdades" se retrai inúmeras vezes, atraído pela sedução da ficção. Curioso é ainda constatar como a historiografia encontra justificação para estes dois "desvios" precisamente num raciocínio que, aos olhos de algumas distinções fundamentalistas dos géneros, lhe deveria ser alheio. Com efeito, graças ao argumento segundo o qual a utilidade última da história consiste no veicular de exemplos para o ensino do presente[84], todas as assimilações acima referidas encontram-se plenamente justificadas e, ao mesmo tempo, abrem-se à historiografia as múltiplas possibilidades que, tradicionalmente, integram a literatura didáctica e sapiencial.

Com efeito, ao assumir uma dimensão de "retórica do exemplo", a historiografia coloca-se a par de *exempla* e *specula*, formas com que também amplamente se miscigena, mesmo se em dimensões variáveis[85].

---

[84] "Historiae gentium non inpediunt legentibus in his quae utilia dixerunt. Multi enim sapientes praeterita hominum gesta ad institutionem praesentium historiis indiderunt," (*Et*: I, 43). No que respeita à historiografia em análise, além da já citada intenção de ilustração, patente no prólogo (tanto no afonsino como nos de algumas das suas fontes e igualmente nos pós-afonsinos), também é possível encontrar pequenas justificações do tipo: "E estas pocas razones, de muchas que y a deste rey, contamos aqui del por razon de Ponpeyo sennor de las Espannas, que auie la contienda con el; e otrossi por el saber et la fortaleza et ell esfuerço deste rey Mitriades, por mostrar exiemplo en el," (PCG: I, 61a).

[85] Esta miscigenação é tanto mais curiosa se considerarmos o ponto de vista da retórica clássica que entendia a história como uma das formas possíveis de exemplo (os reais, por oposição aos fictícios / fabulosos ou verosímeis) a usar na retórica forense. Esta ligação mantém-se ainda, de certa forma, na medida em que os *exempla* tanto contemplam narrativas "reais" ou pretensamente "reais" como fábulas absolutamente fictícias. Será ainda interessante remeter para o artigo de Reinaldo Ayerbe-Chaux, "El uso de 'exempla' en la *Estoria de España* de Alfonso X", *La Coronica*, 7 (1), 1978, p. 28-33 que salienta como a EE apresenta uma densidade menor de *exempla* em comparação com algumas das suas fontes, omitindo uns e modificando outros no sentido de uma maior secularização da sua moralidade, optando por acentuar os pontos que, em cada narrativa, mais se coadunam com as questões que pretende salientar.

No que respeita aos textos em análise, verifica-se a integração de uma série de pequenos *specula principorum*, com particular incidência para as narrativas mais recentes, como já foi referido (I Parte: 4.). Aí são reiteradas, de forma normativa, séries de regras pelas quais o bom governante se deve nortear na sua interacção com o corpo social do reino. Os mesmos preceitos podem ser (e são-no) frequentemente apontados, de um modo um pouco diferente, mas muito mais atraente, que consiste na integração de *exempla*. "Formas simples"[86] que, apesar de, por vezes, serem agrupadas em recolhas onde surgem enquanto narrativas individualizadas, estas histórias, na grande maioria dos casos, encontram-se integradas em outros textos[87].

O tom exemplar, omnipresente nesta historiografia, terá constituído um campo favorável à inclusão de *exempla* concretos, de extensão variável, que ocasionalmente pontuam a narrativa, como o caso seguinte, que ilustra a liberalidade de Fernando I:

Cabe, no entanto, também sublinhar que a historiografia afonsina não deixa de integrar diversos *exempla* (mesmo se adaptados) nem de assumir o tom geral de literatura exemplar.

[86] Tal parece ser a opinião mais difundida perante a questão sobre se o *exemplum* é um género literário ou um procedimento funcional: "On conclura que l'*exemplum*, envisagé dans son essence, n'est peut-être pas à proprement parler un genre littéraire, mais tout au plus un genre de message, narratif et didactique, extra-littéraire." Claude Bremond (1998), p. 28. Esta posição é ainda defendida por Jacques Le Goff, "Introduction" (p. 11-17), ou Jean-Claude Schmitt, "Conclusion. Éditer, Indexer, Interpréter les *exempla*" (p. 403-411) todos *in* Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, 1998.

[87] De acordo com Claude Bremond (1998), o *exemplum* esteve em primeiro lugar ligado ao texto oratório, como ferramenta de persuasão auxiliar (integrado, esta forma não constitui um género mas sim um ingrediente retórico, um auxiliar facultativo do outro género). Depois verifica-se que o *exemplum* consegue autonomizar-se relativamente ao texto principal, até aceder ao estatuto de obra literária autónoma, ou seja, quando passa a apresentar uma existência independente nos catálogos. No entanto, mesmo aí, pode ser lido por si ou usado por um pregador que procura elementos para integrar nos seus sermões. Neste último caso, a recolha é recebida como um instrumento de trabalho (p. 25 e 27). Cabe ainda aqui referir a ambiguidade apontada por Jean-Claude Schmitt, *Prêcher d'Exemples. Récits de prédicateurs du Moyen Age*, Paris, Stock, 1985: "Le mot «exemplum» a au moins deux sens au Moyen Age. Le plus commun, hérité de l'Antiquité, est celui d'exemple à suivre, de modèle de comportement ou de vertu, que ce mot désigne une action ou un personnage «exemplaire», un saint ou le Christ lui-même. Parallèlement, un sens particulier du mot s'est dégagé progressivement dans l'histoire de la grammaire et de la rhétorique: l'*exemplum* comme type particulier de récit. En ce second sens, l'*exemplum* n'est plus centré nécessairement sur un personnage, fût-il «exemplaire» et héros de récit. Il n'est pas davantage la simple illustration d'une morale. Il est un genre narratif particulier et une technique rhétorique propre, un de trois moyens de persuasion dont use le prédicateur: les *auctoritates*, qui affirment la Vérité à coups de citations de la Bible et des Pères; les arguments scolastiques (*rationes*), qui font appel au raisonnement logique; et enfin l'*exemplum* qu'on s'est appliqué à définir de la manière suivante: «Un récit bref donné comme véridique et destiné à être inséré dans un discours (en général un sermon) pour convaincre un auditoire par une leçon salutaire»" (p. 10).

Et estando una uez a la mesa, diol ell abbat con su mano un uaso de uidrio, et cayo de la mano del rey, et crebo; et al rey pesol ende, et mando adozir luego una copa de oro con piedras preciosas engastonadas en ella, et diola al abbat por enterga del uaso de uidrio que quebrantara por su culpa. (PCG: II, 492a)

Ou o que procura exemplificar a justiça do imperador Afonso VII:

Este don Alffonsso, emperador de Espanna, era prinçep muy iusticiero, et de como uedaua los furtos et los males en su tierra puedese entender por esta razon que diremos agora aqui. Vn inffançon que moraua en Gallizia, et auie nombre don Fernando, tollio por fuerça a un laurador su heredat; et el laurador fuesse querellar all emperador, que era en Toledo, de la fuerça quel fazie aquel infançon. Et ell emperador enuio su carta luego con esse laurador all inffançon: que luego, uista la carta, quel fiziesse derecho de la querella que del auie; et otrossi enuio su carta al merino de la tierra, en quel mando que fuesse con aquell querellosso all cauallero, et que uiesse qual derecho le farie, et que gelo enuiasse dezir por su carta. Ell inffançon, como era omne muy poderoso, quando uio la carta dell emperador, fue muy sannudo, et començo de menazar al laurador, et dixo quel matarie, et non le quiso fazer derecho ninguno. Quando el laurador uio que derecho ninguno non podie auer dell infançon, tornosse all emperador a Toledo, con letras de omnes buenos de la tierra en testimonio de como non pudiera auer derecho ninguno daquell inffançon del tuerto quel fazie. Quando el emperador esto oyo, llamo sus priuados de su camara, et mandoles que dixiessen a los que uiniessen demandar por el, que era dolient et que estaua flaco, et que non dexassen a ninguno entrar en su camara; et mando a dos caualleros muy en poridad que guisassen luego sus cauallos et yrien con ell, et fuesse luego muy encubiertamientre con ellos pora Gallizia, que non quedo de andar de dia et de noche. Et pues que ell emperador llego a aquel logar do era ell inffançon, mando llamar al merino, et demandol quel dixiesse uerdad daquel fecho; et el merino dixogelo todo. Et ell emperador, pues que sopo todo el fecho, fizo sus firmas sobrello, et llamo omnes buenos del logar, et fue con ellos, et parosse a la puerta dell inffançon et mandol llamar et dezir que saliesse all emperador quell llamaua. Quando ell inffançon aquello oyo, ouo grand miedo de muerte, et començo de foyr; mas fue luego preso, et aduxieronle antell emperador. Et ell emperador razono tod el fecho ante los omnes buenos, et como despreciara la su carta et non fiziera ninguna cosa por ella. Et ell inffançon nin contradixo nin respuso contra ello ninguna cosa, et el emperador mandol luego enforcar de la su puerta misma. Estonces ell emperador andido descubierta et manifiestamientre por Gallizia toda, et paziguo toda la tierra; et tan grande fue ell espanto que todos los omnes de

> la tierra ouieron por este fecho, que non fue ninguno osado en toda la tierra de fazer tuerto a otro. (PCG: II, 659b-660a)

Trata-se da apresentação de casos específicos que pretendem dar uma forma concreta àquelas qualidades mestras que os *specula principorum* apresentam de modo teórico mas que os *exempla* conseguem veicular de uma maneira consideravelmente menos normativa e mais atraente. Assim se explica o seu uso intensivo na prédica (mormente dos mendicantes), podendo inclusivamente ser vistos como um dos primeiros fenómenos culturais de massas[88].

O *exemplum* caracteriza-se, em grande parte, por uma boa capacidade de se metamorfosear, o que permitiu e favorizou a sua inclusão em múltiplos géneros, a cujas necessidades argumentativas se soube adaptar:

> l'*exemplum* ne se cantonne pas dans le sermon; on le trouve dans les chroniques, dans les traités d'éducation, dans la rhétorique en général, là où l'appellent ses fonctions d'illustration concrète, de preuve, de distraction et d'édification. Et l'*exemplum* n'est pas le même selon ceux qui l'emploient, le lieu où ils l'emploient, les fins auxquelles ils l'utilisent.[89]

O seu sucesso liga-se, indubitavelmente, ao facto da argumentação por analogia ser uma ferramenta retórica que promove uma grande eficácia discursiva[90]. Acresce ainda, no que respeita o seu acolhimento pela

---

[88] Esta noção é defendida, nomeadamente, por Jean-Claude Schmitt (1985), p. 9-24. Para algumas reflexões sobre a difusão e circulação de este tipo de literatura, ver ainda Bronislaw Geremek, "L'*exemplum* et la circulation de la culture au moyen âge", *Mélanges de l'École Française de Rome* (Jacques Berlioz e Jean-Michel David (eds.), *Rhétorique et histoire. L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval*), tomo 92, 1980, p. 154-179.

[89] Jacques Le Goff (1998), p. 16.

[90] "Les historiettes ainsi transmises et constituées comme *exempla* appartiennent en gros à deux types différents.

Le premier use la métaphore, et rapproche donc le plus l'*exemplum* de la fable ou de la *similitudo*. [...]

Les autres *exempla* sont des types métonymiques, et ce sont les plus nombreux: ici, le cas particulier vaut pour le tout, la mésaventure d'un seul avare illustre la menace qui pése sur tous les hommes cupides." Jean-Claude Schmitt (1985), p. 21-22.

No que respeita à eficácia do carácter persuasivo dos *exempla* ver Jacques Berlioz, "Le récit efficace: l'*exemplum* au service de la prédication (XIIIe-XVe siècles)", *Mélanges de l'École Française de Rome* (Jacques Berlioz e Jean-Michel David (eds.), *Rhétorique et histoire. L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval*), tomo 92, 1980, p. 113-146 que aponta um conjunto de características marcantes de este tipo de narrativa. Saliente-se ainda como a argumentação, apoiada em

historiografia, o facto de o *exemplum* procurar frequentemente assentar nas sólidas amarras da veracidade histórica, assumindo um ar de autenticidade, nem sempre comprovável[91], mas que não deixa de surtir o seu efeito, senão veja-se:

> Selon un précepte de la rhétorique ancienne repris dans presque tous les traités de rhétorique médiévaux, et effectivement appliqué dans les ecrits médiolatins de toute sorte, l'*exemplum* se réfère non pas à des choses, mais à des hommes; non pas à des fables et à des fictions, mais à des événements «véridiques» qui sont réellement arrivés (ou qui auraient pu arriver) dans l'histoire humaine, ancienne ou récente; non pas à des inconnus, mais à des hommes, soit grands et renommés, soit petits mais connus par des témoignages fiables.[92]

O exemplo poderá, inclusivamente, assemelhar-se a um procedimento retórico[93]:

> L'homme, célèbre ou inconnu, donné en exemple, n'y est jamais présenté dans son unicité et altérité historique, mais comme une sorte de carrefour, de récipient, de noeud, de lieu (*topos* dans le sens aristotélicien) reliant les qualités qu'on peut lui attribuer aux idées qu'on veut défendre ou répandre.[94]

Daí a sua utilidade, como veículo, no âmbito de uma retórica pedagógica e de persuasão em situação de propaganda e doutrinação, como é o caso na historiografia em questão. Acresce ainda o facto de, na corte e no *scriptorium*

---

exemplos, é salientada e teorizada já por Aristóteles, na sua *Retórica*, (*op. cit.*), nomeadamente lv. I, 2 ou lv. II, 18-20.

[91] Caso, por exemplo, dos textos que inserem nas suas narrativas nomes mais ou menos célebres, consoante as necessidades. Sobre este assunto ver Peter von Moos (1998), p. 75. Ainda no que respeita ao valor narrativo / histórico dos *exempla* em concomitância com o seu valor retórico (pelo que pode funcionar tanto no campo do *probare* como do *movere*), ver Jean-Michel David, "*Maiorum exempla sequi*: l'*exemplum* historique dans les discours judiciaires de Cicéron", *Mélanges de l'École Française de Rome* (Jacques Berlioz e Jean-Michel David (eds.), *Rhétorique et histoire. L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval*), tomo 92, 1980, p. 67-86.

[92] Peter von Moos (1998), p. 74.

[93] Sendo possível sugerir, como faz Jean-Yves Tilliette, "L'*exemplum* rhétorique: questions de définition", Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, 1998, p. 43-65, que o *exemplum* procura menos provar uma verdade (que, na maioria dos casos, nomeadamente nos de religião e de fé, não carece de demonstração) do que torná-la mais atraente, pelo que pode ser entendido, não tanto como um argumento, mas mais como um ornamento.

[94] Peter von Moos (1998), p. 79.

afonsino, se poder identificar um certo interesse por *exempla*, interesse este ilustrado, inclusivamente, pelo seu uso intertextual explícito[95].

Dado o carácter aberto da historiografia que temos vindo a referir, é impossível estranhar este diálogo com o *exemplum*[96], que pode igualmente ser visto como um possível veículo de contaminação entre géneros:

> L'*exemplum* a servi a mettre en circulation une énorme masse de thèmes narratifs extraits de leurs genres littéraires originels et à les rendre disponibles, sous une forme excluant une élaboration littéraire trop poussée, pour une reprise par les mêmes genres ou par d'autres, mais avec un privilège accordé à des genres brefs, ou relativement brefs, qui tendent à reproduire le ton et les procédés de la narration orale[97]

É importante salientar que esta referência à *narratio brevis* não deve ser entendida como uma forma de distanciamento relativamente à historiografia, mais concretamente à que tem sido objecto deste estudo. Com efeito, apesar de constituir uma narrativa, no seu todo, bastante extensa, esta historiografia é feita

---

[95] Para um caso concreto, podemos referir *Calila e Dimna*, uma recolha traduzida do árabe por ordem de Afonso X, em 1251, e que fornece à *General Estoria* um exemplo de má exegese já citado (II Parte 2.1.). Sobre este assunto ver também Bernard Darbord, "Les *exempla* espagnols: présentation", Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, 1998, p. 177-189 que refere várias obras escritas ou atribuídas a familiares de Afonso X. Bastante interessante é ainda o artigo de María Jesús Lacarra, "Pour un *Thesaurus Exemplorum Hispanicorum*. Bilan de la critique au cours de la dernière décennie (1985-1995)", Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, 1998, p. 191-213, que ressalva que o facto da Península Ibérica ser relativamente pobre em recolhas de *exempla* (apesar da importante *Disciplina Clericalis* ter sido redigida pelo judeu converso espanhol, Pedro Afonso, no séc. XII) não pode ser encarado como uma falta de interesse, pois verifica-se uma grande dispersão onde os *exempla* se vêem incluídos por uma grande diversidade de géneros. Neste artigo, é ainda estabelecida uma distinção entre duas correntes de *exempla*, usados, predominantemente, em ambiente clerical (sobretudo contos piedosos e/ou ilustrativos de conceitos abstractos a veicular nos sermões), ou de corte (anedotas heróicas usadas por leigos na historiografia e nos espelhos de príncipes). No que respeita à historiografia, só é aqui referido um caso relativamente tardio (p. 205), pelo que convém salientar que, como temos vindo a verificar, a integração de *exempla* na historiografia ibérica já se verifica em épocas bem anteriores. Cabe ainda evidenciar como Jean-Claude Schmitt (1985) refere que a recolha espanhola de *exempla* por D. Juan Manuel se caracteriza por um aspecto misto: "Dans le domaine hispanique, *El conde Lucanor* s'apparente à la fois au recueil d'*exempla*, au *Mirroir des princes* et au livre de lectures édifiantes." (p. 19).

[96] Com efeito, se, por um lado, a historiografia integra *exempla*, é também um facto que, nomeadamente para criar o seu aspecto de verdade, a história é, igualmente, fonte de muitos *exempla*. Sobre este assunto ver Michèle Brossard-Dandré, "Le statut de l'*exemplum* dans la *Chronique* de Fra Salimbene de Adam", Jacques Berlioz e Marie Anne Polo de Beaulieu (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, 1998, p. 83-98.

[97] Claude Bremond (1998), p. 28.

de pequenas unidades textuais que se organizam em torno do eixo temporal[98]. Neste âmbito, o diálogo historiografia – *exemplum* pode e deve ser ainda acrescido com uma outra forma textual semelhante: a enciclopédica[99], que se radica, habitualmente, em volumes razoavelmente extensos, mas que, na realidade, são constituídos por pequenas unidades. É precisamente este carácter fragmentário que permite a aproximação com os *exempla* a que Jacques Le Goff, numa expressão bastante feliz e clara, se propõe denominar "enciclopédias às migalhas"[100].

Da mesma forma que o enciclopedismo se pode associar, de um modo bastante estreito, ao *exemplum*, a historiografia que temos vindo a analisar, bem como uma boa parte da historiografia do ocidente medieval, parece poder igualmente associar-se a esta confluência de formas textuais. Com efeito, se as

---

[98] Para uma transcrição, classificação e comentário de algumas narrativas presentes na *Crónica de 1344* ver Elisa Maria de Oliveira Gomes da Torre, "Ars e utilitas, a narrativa breve na *Crónica Geral de Espanha de 1344*", Trabalho de síntese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1993. Para um estudo mais geral sobre o conto na literatura medieval portuguesa ver Nuno Júdice, *O espaço do conto no texto medieval*, Lisboa, Vega, 1991.

[99] Cabe lembrar que o termo "enciclopédia" não era usado no léxico científico da Idade Média. Apesar do enciclopedismo ser a mentalidade e a perspectiva subjacentes à construção de inúmeras obras, estas não são tidas como enciclopédicas, sendo usados termos como *speculum*, *imago*, *tesaurus*, *summa*... Sobre esta questão ver Jacques Le Goff (1994), p. 27 ou Michelangelo Picone, "Il significato di un convegno sull'enciclopedismo medievale", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, p. 15-21, que equaciona estas nomenclaturas com uma possível má consciência do homem medieval que, ao procurar o saber, teme ofender Deus de novo. Este enciclopedismo teria, por seu lado, já relativamente pouco a ver com a noção latina de "enciclopédia". Sobre este assunto ver Bernhard Zimmermann, "Osservazioni sulla «enciclopedia» nella letteratura latina", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, p. 41-51 que refere, por exemplo, Quintiliano, que equipara "enciclopédia" a um sistema coerente de disciplinas com vista à educação nas artes liberais.

[100] "Je lance l'hypothèse qu'il y a eu aussi des encyclopédies «en miettes» et je les appellerais volontiers *exempla*.", Jacques Le Goff (1994), p. 37. Também Peter von Moos (1998), ao acentuar o carácter retórico dos *exempla*, dirá: "Il n'est surtout pas un genre littéraire, mais une méthode argumentative, un procédé de persuasion, même si les recueils d'*exempla* constituent un genre littéraire ou plutôt un sous-genre du vaste registre de la littérature encyclopédique." (p. 70). Sobre esta questão do diálogo entre textos enciclopédicos (geralmente de tom erudito) e *exempla* (caracterizados por uma maior tendência para a vulgarização), ver ainda o artigo de Jacques Berlioz e Marie-Anne Polo de Beaulieu, "Les recueils d'*exempla* et la diffusion de l'encyclopédisme médiéval", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, p. 179-212. É aqui acentuado como as recolhas de *exempla* usaram, em boa parte, dados provenientes da exploração de enciclopédias (nomeadamente dados acerca de alguns animais) que adaptaram e reescreveram de acordo com os seus interesses (geralmente para ilustrar um ponto determinado de doutrina ou de moral), tendo constituído um poderoso meio de divulgação de conhecimentos enciclopédicos, sendo mesmo possível considerar a existência de um "género" misto entre a recolha de exemplos e a enciclopédia. Este facto só terá sido possível graças às grandes afinidades estruturais entre as duas formas textuais. As narrativas mistas caracterizam-se por aliar

finalidades didáctica e exemplar são assumidas, nos próprios textos, como características principais, um terceiro elemento também poderá ser acrescentado: a tendência totalizante, que temos vindo a salientar, nos seus diversos cambiantes (I Parte, sobretudo, 1.1. ou II Parte, sobretudo, 2.3., 2.4., e 2.5.). Com efeito, o "espírito enciclopédico" pode precisamente ser caracterizado como um desejo de ordem e de aspiração à totalidade, um traço que pode ainda ser salientado como marcante e distintivo do séc. XIII, como refere Jacques Le Goff:

> Donc, si on nous montrait – ce qui est, vous le savez, mon intention, mon espoir – qu'une époque est marquée par l'esprit encyclopédique (dans mon cas le XIIIe siècle), il faudrait démontrer qu'elle était éprise de totalité et d'ordre et qu'elle voyait la promotion de nouveaux foyers d'enseignement et de vulgarization et l'emergence de nouveaux milieux avides de savoir: une époque qui connût en somme, pour employer notre jargon, une augmentation significative «d'offre et de demande» de savoir.[101]

E como exemplo do renovado interesse cultural que se vivia no séc. XIII, Jacques Le Goff refere particularmente os ambientes universitários e as bibliotecas, reunidas por certos príncipes, salientando dois nomes, precisamente Frederico II que considera como o iniciador do movimento enciclopédico[102] e Afonso X. Com efeito, e como já foi apontado, a obra do rei Sábio encontra-se marcada, precisamente, por uma ambição totalizante, identificável com o que Le Goff designa como "cet horizon de totalité ordonnée"[103]. Traços distintivos do espirito enciclopédico, como a preocupação com a ordem[104] e com mecanismos

---

conhecimentos enciclopédicos sobre um assunto preciso com a retórica da persuasão, fundada nos *exempla*.

[101] Jacques Le Goff (1994), p. 25. Jacques Le Goff defende ainda que, apesar de muitas "enciclopédias" já terem sido compostas anteriormente, o enciclopedismo foi particularmente importante no séc. XIII. De acordo com o autor, este espírito decorre do humanismo do séc. XII, quando o homem restaurou a confiança em si mesmo, o que terá preparado as bases para o eclodir do enciclopedismo, no séc. XIII, momento em que se reconhece a possibilidade de atingir um saber global (p. 28 ou 38-39).

[102] Jacques Le Goff (1994), p. 29-30 ou 39 onde refere a tradição segundo a qual Frederico II teria escrito "quero conhecer tudo o que há no universo".

[103] Jacques Le Goff (1994), p. 29.

[104] Sobre este assunto ver Michelangelo Picone (1994), que refere a importância da ordem na elaboração de uma enciclopédia, mencionando Vicente de Beauvais, que afirma que uma obra lhe pertence na medida em que foi capaz de a ordenar. É ainda aqui salientado como esta capacidade para ordenar pode ser entendida como um reflexo da ordem divina, em oposição à massa caótica das autoridades quando dispersas (p. 19).

de orientação do leitor[105] já foram apontados, na I Parte (nomeadamente no ponto 1.2.), para a obra historiográfica de este soberano. Com efeito, na charneira entre as tradições do Oriente, veiculadas pelos saberes traduzidos, e as do Ocidente cristão medieval, o *scriptorium* afonsino terá sido responsável pela integração de muitos materiais posteriormente absorvidos em recolhas enciclopédicas, bem como ponto de encontro de intelectuais marcados por este espírito[106]. Acresce ainda a tendência do enciclopedismo para invadir os mais variados domínios do conhecimento[107] e a possível interpretação, de cariz bem positivo, que encara a sede de saber enciclopédico como uma continuação da obra divina[108].

Do mesmo modo que a Bíblia foi considerada como o primeiro texto de história, também poderá ser considerada como a primeira "enciclopédia", ambas

---

[105] Sobre este assunto, ver Monique Paulmier-Foucart, "Une des tâches de l'encyclopédiste: intituler. Les titres des chapitres du *Speculum Naturale* de Vincent de Beauvais", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, p. 147- 162. Neste artigo, é referida uma preocupação de Vicente de Beauvais, que também coincide com a do seu receptor, Afonso X, e que consiste no esforço para facilitar o acesso do leitor à informação: "Chacun de ces *Specula* est divisé en livres, eux-mêmes divisés en chapitres, pour faciliter l'accès à l'information: «ut autem huius operis partes singule lectori facilius elucescant, ipsum totum opus per libros et libros per capitula distinguere volui»" (p. 148). Do mesmo modo, Afonso X refere algo idêntico, conforme uma citação já transcrita na nota 51 da I Parte (GE: I, 265a) e cabe ainda recordar como, no *scriptorium* afonsino, os últimos intervenientes na composição de uma obra eram os "capituladores" que tinham por função dividir o texto nas suas partes expositivas e rotulá-las, conforme refere Diego Catalán no estudo que segue a sua reedição da PCG (p. 852).

[106] Caso dos conhecimentos científicos árabes e/ou da antiguidade clássica, que foram traduzidos, ao que se alia o interesse e consequente elaboração de textos relacionados com os mais diversos ramos do saber... Cabe ainda aqui referir como uma figura bastante importante para Afonso X (na medida em que foi usado como fonte para diversas passagens da sua obra historiográfica) é Vicente de Beauvais, um autor do séc. XIII, marcado precisamente por uma nítida tendência enciclopédica. Sobre este autor, ver Monique Paulmier-Foucart (1994). Para um caso concreto (apesar de dúbio, no que se refere à forma, eventualmente dupla, como terá chegado ao *scriptorium* de Afonso X), ver Claude Bremond e Bernard Darbord, "Tawaddud et Teodor: Les enjeux ludiques du savoir", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, p. 253-273 que referem (p. 269) a origem oriental de um conjunto de perguntas e respostas que surge na *Estoria de Espanna* de Afonso X (PCG. I, 146-47 – cap. 196) e, igualmente no *Speculum Historiale* de Vicente de Beauvais, o que pode também ilustrar a complexidade das trocas de conhecimentos em curso. Finalmente, uma referência a outro autor, que frequentou a corte de Afonso X, e que é igualmente marcado pelo espírito enciclopedista: Brunetto Latini. Sobre este autor, ver Pietro G. Beltrami, "Appunti su vicende del *Tresor*: Composizione, letture, riscritture", Michelangelo Picone (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, 1994, p. 311-328.

[107] Nomeadamente o direito, a historiografia, a literatura didáctica (espelhos de príncipes...), como refere Jacques Le Goff (1994), p. 35.

[108] "L'idée s'impose que l'homme, fait à l'image de Dieu, devient, à sa modeste mais honorable place, le collaborateur de Dieu dans une création continuée par son travail. En définitive, l'esprit encyclopédique, c'est un regard sur le monde, l'univers, sur l'homme, sur le savoir qui permet de mieux réaliser ce salut ici-bas, ce *reditus*, ce retour au ciel dont parle Thomas d'Aquin (il faut quand même le citer) et qui commence ici-bas. En définitive, l'encyclopédie, c'est aussi une oeuvre de salut." Jacques Le Goff (1994), p. 39.

continuadas pelo homem numa construção infinita, sempre abertas e amplificáveis. O perigo, no entanto, não deixa de ser uma constante, pois, ao imitar o Deus *artifex*, o homem corre sempre o risco de deixar que o seu amor pelo saber caia em excesso, este já susceptível de punição. Na corrente da aspiração à totalidade, a vontade humana de integrar o Mundo num volume, apesar de se tratar de um *topos* relativamente usual[109], deve, no entanto, respeitar os limites da unidade máxima ideal, reservada à divindade:

> Oh abbondante grazia ond'io presunsi
> ficcar lo viso per la luce eterna
> tanto che la veduta vi consunsi!
> Nel suo profondo vidi che s'interna
> legato con amore in un volume
> ciò che per l'universo si squaderna:
> sustanze e accidenti e lor costume
> quasi conflati insieme, per tal modo
> che ciò ch'io dico è un semplice lume.[110]

[109] No que respeita às diversas metáforas que usaram a imagem do livro e da escrita, ver Ernst-Robert Curtius, *op. cit.*, p. 423-489 e, particularmente, no que se refere às aproximações entre livros e natureza (p. 448-457).

[110] Dante, *op. cit.*, "Paradiso", canto 33, vv. 82-90.

4. O tecer e o bordar dos panos

O carácter genericamente multifacetado da historiografia que temos vindo a analisar articula-se, de modo muito feliz, com a metáfora que associa o trabalho de composição textual à tecelagem[111]. Levando um pouco mais longe este paralelismo, poderíamos apontar uma eventual analogia entre o bordar, como trabalho posterior de embelezamento dos panos já tecidos, e a reelaboração retórica que, com as suas "cores" ou "flores", se responsabiliza por dar aos textos um tom mais atraente e cativante. Será este trabalho de "fixação final" que fornece a cada obra o seu carácter próprio uma vez que é por meio dos múltiplos procedimentos retóricos disponíveis que, em cada fase do longo processo de *translationes* que temos vindo a observar, se manipula e interpreta os materiais recebidos e, eventualmente, novos materiais recolhidos, de forma a adaptá-los aos princípios, intenções e ideologias de cada momento[112].

Este panorama poderá encontrar uma objecção na relativa escassez de obras retóricas de que temos notícia, na Península, durante os sécs. XIII e XIV[113]. No entanto, é inegável que o ambiente intelectual que se formou em torno de Afonso X também incluía uma vertente onde é possível identificar preocupações retóricas. Disso é prova, além da própria prática efectiva desses

---

[111] Sobre a presença de este tipo de metáforas, com respeito à elaboração de discurso historiográfico, ver John O. Ward (1985), sobretudo, p. 118.

[112] Para uma panorâmica geral das correntes existentes e da importância da retórica durante o período medieval, ver a introdução de James J. Murphy (ed.), *Three Medieval Rhetorical Arts*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1971 ("Introduction: The Medieval Background", p. vii-xxiii), onde o autor realça o pragmatismo inerente à absorção e à aplicação medieval de estas disciplinas: "The basic principle of medieval rhetoric is a frank pragmatism, making highly-selective use of ideas from the past for the needs of the present." (p. xiv). Para uma perspectiva genérica da retórica e das suas particularidades, no período medieval, ver ainda Edmond Faral.*op. cit.*; James J. Murphy, "The Arts of Discourse, 1050-1400", *Medieval Studies*, 23, 1961, p. 194-205; James J. Murphy (1981); Rita Copeland (1995); Suzanne Reynolds (1996); John O. Ward, *Ciceronian Rhetoric in Treatise, Scholion and Commentary*, Turnhout, Brepols, 1995; Douglas Kelly (1991); Marianne G. Briscoe, *Artes Praedicandi* e Barbara H. Jaye, *Artes Orandi*, Turnhout, Brepols, 1992 e Martin Camargo, *Ars Dictaminis, Ars dictandi*, Turnhout, Brepols, 1991.

[113] Sobre este assunto ver, na obra de Charles Faulhaber, (1972); *idem*, "Retóricas clásicas y medievales en bibliotecas castellanas", *Ábaco*, 4, 1973, p. 151-300; *idem*, "Las retóricas hispanolatinas medievales (s. XIII-XV)", *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*, 7, Salamanca, Instituto de Historia de la Teologia Española, 1979, pp. 11-65 ou ainda Julian Weiss, *The Poet's Art. Literary Theory in Castille c.1400-60*, Oxford, The Society for the Study of Mediaeval Languages and Literature, 1990.

procedimentos[114], as referências a livros de retórica em algumas relações de bibliotecas e noutros documentos[115], assim como nos próprios textos que se lhes referem enquanto fonte[116], as alusões a pontos teóricos de elaboração textual presentes nas obras afonsinas[117] e, finalmente, a existência concreta de obras associadas ao patrocínio e/ou ao ambiente da corte de este rei, nomeadamente as *artes dictaminis* que terão tido uma certa preponderância neste período[118].

---

[114] Para uma análise concreta da aplicação prática de preceitos retóricos pelos membros do *scriptorium* afonsino na narrativa historiográfica, ver Ann Garrison Moncayo (1996).

[115] Sobre este assunto, ver Charles Faulhaber (1972), cap. II; 1979 ou ainda 1973 onde salienta: "En primer lugar, podemos desechar las *artes poetriae* como influencia importante en Castilla durante la Edad Media. En cambio, para el siglo XIII debemos investigar, sobre todo, la preponderancia de la *Rhetorica ad C. Herennium* y el *De inventione*. También sobressale, en la segunda mitad del siglo, el *ars dictandi*, el cual parece dominar durante el siglo XIV; pero debe investigarse la possibilidad de que Aristóteles haya influido en las obras escritas a finales del XIII y principios del XIV. La literatura del siglo XV será, segun este esquema, de signo exclusivamente ciceroniano" (p. 159). A influência dominante do *De Inventione* de Cícero e da *Rhetorica ad C Herennium*, atribuída igualmente a Cícero (*Rhetorica vetus* e *nova* ou *rhetorica prima* e *secunda*), em detrimento de outros tratados é manifesta nomeadamente nos manuscritos sobreviventes em bibliotecas actuais, verificando-se mesmo exemplares do *De inventione* do séc. XI-XII. A tradução espanhola de esta obra foi editada por Rosalba Mascagna: Alfonso de Cartagena, *La retorica de M. Tullio Ciceron*, Napoli, Liguori, 1969. Ainda sobre estes assuntos ver L. Rubio Garcia (1985).

[116] Nomeadamente a *General Estoria,* que refere uma fonte que denomina genericamente como "Summa de la Rectorica" (ex: GE: II, 1/2, 57a), bem como a autoridade de Cícero ("Tullio"), como por exemplo no seguinte trecho: "e dize lo Eusebio en su Cronica e Tullio enel comienço dela su primera Rectorica," (GE: I, 76a). Sobre estas questões, ver Jesús Montoya Martínez (1995), que refere as diversas fontes que constituíram a norma retórica familiar ao ambiente afonsino, ou Hans-J. Niederehe (1987) que apresenta igualmente um elenco de fontes linguísticas afonsinas (p. 147 e sgts.).

[117] Além das citadas adiante, cabe referir o estudo, mais geral, de Charles Faulhaber (1972), cap. III, que apresenta múltiplas referências à retórica, presentes na obra de autores espanhóis da Idade Média, tanto em latim, como em vernáculo. No caso de Afonso X, considera que as ocorrências encontradas demonstram um interesse mais pragmático do que teórico ou estético, sendo a retórica referida, ou como uma das artes liberais (cf. a tradição que equaciona o *trivium* com a eloquência e o *quadrivium* com a sabedoria), ou como um instrumento válido na resolução de problemas administrativos (p. 96-97). Sobre estes assuntos ver ainda Jesus Montoya Martinez (1993), que aponta, igualmente, diversos conceitos e definições afonsinas de gramática e de retórica, referidas enquanto disciplinas integrantes do *trivium*, importantíssimas dada a sua natureza básica relativamente aos restantes conhecimentos das artes liberais.

[118] Caso do *Epistolarium* de Ponce de Provença (eventualmente dedicado a Afonso X como aluno de *ars dictandi*), da *Ars Epistolaris* de Godofredo de Everseley (dedicada ao rei Sábio) e do *Dictaminis Epithalamium* de João Gil de Zamora (que foi colaborador de Afonso X e tutor do seu filho Sancho IV), todos estudados por Charles Faulhaber (1972), cap. IV. Dada a preponderância de este tipo de tratados, este autor propõe ainda: "The Alfonsine works must be studied in the light of the *ars dictandi*, particularly for concrete evidence of the use of technical devices of *dictamen*." (p. 141) – e efectivamente, além de eventuais noções de composição narrativa e/ou princípios éticos que estas obras poderão veicular (caso, por exemplo, das preocupações pelo louvor das virtudes *vs* crítica dos vícios em Juan Gil de Zamora – p. 111 ou 120), a inserção de cartas é um procedimento comum, tanto no *corpus* afonsino, como nos textos que lhe são subsidiários. Sobre possíveis intercâmbios entre o *scriptorium* e a chancelaria afonsina, ver Anthony J. Cárdenas, "Alfonso's Scriptorium and Chancery: Role of the Prologue in Bonding the *Translatio Studii* to the *Translatio Potestatis*", Robert I. Burns, S. J. (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castile and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, p. 90-108. Foi igualmente colocada a hipótese do mecenas anónimo referido por Brunetto Latini no *Tresoretto* poder ser Afonso X, uma vez que a obra terá sido composta a seguir à estadia do autor na corte afonsina, durante o seu exílio em França. No entanto, são múltiplos os autores

Por exemplo, no caso da *Ars Dictandi* dedicada a Afonso X e elaborada por Godofredo de Eversley ou Gaufridus Anglicus[119], é curioso verificar como este autor procura sempre adaptar as suas fontes ao ambiente a que se destinava a obra, dando aos exemplos um tom espanhol e referindo Afonso X e a sua corte, mormente no que se refere aos procedimentos panegíricos[120], dos quais poderemos salientar um louvor em particular no qual recorrem muitas das personagens que Afonso X também exaltou na sua historiografia:

Orbis ad exem plum rutilans procedit honestas
Alfonsi regis, contulit ipsa sibi
Virtus quicquid habet, sapientia confluit in quo
Omnis et in ipso gratia queque sedet.
Mores hunc ornant, in eo fortuna triunphat,
Quevis nobilitas ditificavit eum.
Donando blanditur ei natura favoris
Prodiga donatis egere potest.
Huius strenuitas transcendit cuncta, potestas
Subiugat et iuste subdita queque regit.
Hic Cesar cedens pravos, hic semper adaugens
Augustus auctor vincere queque solens,
Firma fides Petrum radians dotrinaque Paulum
Hunc faciunt Priamum formaque posse David
Est et Aristotiles seu Plato rationis
Tullius eloquio consilioque Cato.
Hic pius Eneas et in hunc transfert Salomonem

---

que, ou colocam grandes dúvidas a esta hipótese, ou descartam-na por completo. Sobre estes assuntos ver, por exemplo, Pietro G. Beltrami (1994), particularmente p. 318.

[119] Um texto estudado e parcialmente editado por Valeria Bertolucci Pizzorusso (1968). Sobre a identificação do seu autor como um mestre inglês que terá ensinado em Salamanca, eventualmente entre 1267 e 1275, ver p. 21-26 e 30. Para um resumo do conteúdo do tratado, ver p. 31-39. No que respeita às fontes que terão sido usadas, são referidos os mestres da antiguidade e da época usados correntemente: a "primeira retórica" (ou seja, o *De Inventione*, de Cícero), a "segunda retórica" (a *Rhetorica ad Herennium*, correntemente atribuída também a Cícero), Prisciano, os epistolografos bolonheses como Buoncompagno e Guido Faba, Dominicus Gundisalvi (um toledano), Matthieu de Vendôme... sendo salientada a marca italiana, mais particularmente bolonhesa, do texto, bem como a vontade nítida de adaptação às realidades espanholas (p. 39-48). No que respeita a eventuais aspirações enciclopédicas deste trabalho e da sua possível articulação com a vontade do rei Sábio, que teria desejado uma *summa dictaminis*, ver Charles Faulhaber (1972), p. 103.

Vis discretiva iudiciique modus
Victor achilleicus vincendo maior Ulixem
Vincit Alexandrum dando, regendo Jovem.
Quis sermo, que mens, aut cives aerei qui
Sufficerent laudes enumerare suas?
Nam cuiusque boni fervescens ignis in ipso
Scintillat, ratio militat, ordo viget
Iusticia redolens est, voce modestus, honesti
Cultor, dispositor providus, orbis apex.
Condolet afflicto, miseri miseretur, anelat
Ad legem, reprimit crimina, iura fovet.[121]

No que respeita às referências retóricas presentes na obra de Afonso X, há que salientar como, de acordo com Charles Faulhaber[122], Afonso X, no *Setenário*, não sendo o primeiro a usar o termo, é, no entanto, o primeiro a dar uma definição formal de retórica, em castelhano vernáculo, no âmbito da sua explanação sobre as sete artes liberais:

Rrectórica llaman a la terçera partida destas tres, que sse entiende que enssenna a ffablar ffermoso e apuesto, e esto en siete rrazones:

color	fermosura	apostura	conueniente	amorosa	en buen son	en buen contente

Ca esto conuyene mucho al que desta arte husare, que cate que la rrazón que ouyere a dezir, que la colore en manera que paresca bien en las uoluntades de los que la oyeren. Et la tenga otrosí por ffermosa, para cobdiçiarla aprender e saberla rrazonar. Et que sse diga apuestamiente, non mucho apriessa nin mucho de uagar. Et que ponga cada rrazón allí do conuiene ssegunt aquello que quisiere ffablar. E que lo diga amorosamiente, non muy rrezio nin muy brauo nin otrossí muy fflaco; mas en buen sson mesurado, non altas bozes nin muy baxas. Et ha de catar que el contenente que touyere, que sse acuerde con la rrazón que

[120] Valeria Bertolucci Pizzorusso (1968), p. 53-54, que refere o uso de elogios ao monarca para ilustrar alguns procedimentos retóricos, como é o caso da *gradatio* e da *disiunctio*.

[121] Valeria Bertolucci Pizzorusso, *op. cit.*, p. 45-46.

[122] Charles Faulhaber (1972), p. 66.

> dixiere. Et desta guisa sse mostrerá por bien rrazonado aquel que rrazonare, e mouerá los coraçones de aquellos que lo oyeren para adozirlos más ayna a lo que quisiere.[123]

Uma definição que, como Charles Faulhaber também refere, aponta precisamente a capacidade do discurso retoricamente bem organizado para conduzir e influenciar o seu público, o que tem um interesse indiscutível no âmbito das características persuasivas e doutrinais da historiografia em estudo. Acresce ainda o facto de essa característica ser ecoada na definição da *General Estoria*, no âmbito de uma explanação sobre as sete artes liberais, e onde a retórica é, significativamente, apresentada como a forma de veicular os acontecimentos de modo verosímil, ou seja "com uma aparência de verdade":

> La rectorica otrossi es art pora affermosar la razon e mostrar la en tal manera, quela faga tener por uerdadera e por cierta alos que la oyeren, de guisa que sea creyda. Et por ende ouo nombre rectorica, que quiere mostrar tanto como razonamiento fecho por palabras apuestas, e fermosas e bien ordenadas. (GE: I, 194a)[124]

Também na obra historiográfica, mormente na *General Estoria*, é possível encontrar alguns trechos que se referem a pontos teóricos específicos da composição textual, como seja a alusão à oposição entre uma disposição segundo a ordem natural ou, pelo contrário, artificial[125] ou ainda uma referência à prática da *abbreviatio*:

> et por que es como fablilla non lo queremos aqui dezir todo de cuemo lo el dize, saluo ende tanto que por que se non pierda la razon de tod en todo, que diremos ende aquellas razones que el diz en aquellas menos palabras que nos pudieremos. (GE: II, 1/2, 64b)

---

[123] Kenneth H. Vanderford (ed. e intr.) e Rafael Lapesa (est. prelim.), Afonso el Sabio, *Setenario*, *op. cit.*, p. 30-31.

[124] O que já não acontece com a definição mais sucinta da *Estoria de Espanna*: "Et segund el latin nuestro et ell arte de la rectorica, que es el saber de fablar apuestamientre, dictator tanto quiere dezir cuemo dezidor, que dize mucho et todauia bien et apuesto." (PCG: I, 85b). Charles Faulhaber também refere estas alusões, nomeadamente em 1972, p. 77n e 91.

[125] De acordo com um trecho já citado na I Parte 1.2. (GE: II, 2/2, 49a).

Veja-se, agora na *Estoria de Espanna*, o mesmo processo:

> E sabet que este Justino fizo un libro en que abreuio todas las hystorias que escriuiera Ponpeyo Trogo, que fue natural dEspanna, que pusiera en ueynt et quatro libros todos los granados fechos que acaecieron por todas las tierras desdel tiempo de Nino, Rey de los assirianos, fastall emperio de Cesar, que fue sennor de tod el mundo. (PCG: I, 150b)

Atente-se ainda num alerta relativo a cortes que eventualmente possam provocar desequilíbrios textuais:

> ell emperador Octauiano Cesar Agusto mando a Varo et a tuca, dos sabios, que emendassen el libro que fiziera Virgilio de Eneas et de los otros cabdiellos de Troya, et castigo los que non annadiessen y ninguna cosa de suyo. E por esto a en aquel libro muchos uiessos en que non a si non los comienços, et en otros los medios, et en otros los cabos, segund que aquellos sabios los emendaron que tollieron ende aquello que y menguaua, mas no annadieron y nada de suyo bien cuemo ell emperador les mandara. (PCG: I, 106b)

Além de estas alusões que asseguram que o ambiente cultural afonsino também incluía um conhecimento teórico de práticas retóricas, nomeadamente por parte dos membros do *scriptorium* encarregues de redigir as histórias, também é possível constatar a presença de referências de este tipo, mesmo em trechos cuja composição já não será garantidamente afonsina, como é o caso do seguinte excerto que marca o fim da que fora a fonte principal da *Estoria de Espanna*, ou seja a crónica do arcebispo de Toledo, e o início da sua continuação, cuja citação repetimos:

> Manera es de los estoriadores et de todos quantos começadores de razones et de grandes fechos estorialmiente quisieron departir, de emendar sienpre en las razones pasadas – que fallaron daquellos que ante que ellos dixieron, sy les vino a punto de fablar en aquella misma razon – alguna mengua, et de escatimar y et complir lo que en las dichas razones menguado fue. (PCG: II, 737a)

Não sendo impossível que a reflexão se encontrasse num dos múltiplos cadernos dispersos aquando do encerramento do *scriptorium*, há, porém, que ter

em conta o facto de esta de se situar num ponto da narrativa onde a "autoria" / influência afonsina se torna já muito difícil de circunscrever[126]. O excerto é, no entanto, particularmente interessante, uma vez que, além de aludir de forma nítida aos processos retóricos da *amplificatio* e da *abbreviatio*, também assume, com bastante clareza, uma postura segundo a qual a intervenção do compilador na redacção da sua obra é apresentada como absolutamente lícita, e isto independentemente do que lhe chegava veiculado pelos textos das suas fontes.

Esta atitude poderá ser particularmente aceitável, por exemplo, no que respeita ao tratamento a dar aos relatos dos Antigos que, à semelhança das narrativas do Antigo Testamento, apresentam uma linguagem figurada que será necessário descortinar por meio de uma exegese correcta, como referido na *General Estoria*[127]:

- et en tienpo otrossi deste rey Boreas dizen Eusebio e Jheronimo que se começaron a fazer entre los gentiles las razones que son puestas en figuras e en semeianças de dezir uno e dar al a entender como contesce en la Santa Escriptura del Viejo Testamento. (GE: II, 1/2, 265b)

- E los sus clerigos sabio de los gentiles contarenlo despues en latin, e pusieronlo en libros que fizieron deso e de otras cosas: mas dixeronlo tan encubierta mente, e por tales razones e tan estrannas que semeja fablilla. E nos despues non pudimos pasar de lo non dezir, ca las fallamos en los fechos de Ercules. Queremos lo contar, e diremos primero aquel encubrimiento commo lo dixeron los autores de los gentiles; e despues departiremos segunt lo fallamos departido por los nuestros sabios que quieren mostrar, ca vno dize e al muestra. (GE: II, 2/2, 37a)

Curioso é ainda verificar como os prólogos das obras historiográficas afonsinas (ou talvez os das suas próprias fontes latinas, como é o caso do

---

[126] Sobre este assunto, ver Inés Fernández-Ordóñez (ed. "vers. crit."), *op. cit.*, apêndice 18 (p. 315-332) que refere como, a partir de Fernando I, dado o desaparecimento ou mudança do protótipo dos mss. que representavam a versão troncal, torna-se impossível agrupar os códices afonsinos em versões com a mesma segurança que anteriormente.

[127] Às citações aqui transcritas cabe somar outras já referidas anteriormente, caso da GE: I, 163a ou 197b-198a apresentadas na II Parte 2.1..

Toledano) foram lidos e aproveitados, de forma autónoma, enquanto textos teóricos sobre a escrita da história. Referimo-nos, concretamente, à sua reelaboração e integração no "Prologus Baenensis", o texto técnico que antecede um cancioneiro, da responsabilidade do poeta João Afonso de Baena[128].

A todos estes elementos, de carácter mais teórico, corresponde uma prática efectiva reveladora de conhecimentos absorvidos, certamente desde a escolarização mais precoce, que, mesmo se já bastante diferente da levada a cabo na antiguidade clássica, mantinha, ainda, no entanto, diversos traços significativos[129]:

> Medieval readers and writers did not have to inherit the actual education in rhetorical declamation which had been the achievement of antiquity in order to inherit some of the categories of thought and of composition which underlay, for example, the depiction or dramatization of direct speech which appeared in histories and poems. They inherited the literature which was written in those categories, and which came accompanied by commentaries which emphasized the achievement of great writers in such identifiable terms as metaphoric language, dramatic and persuasive speeches, and moving descriptions of many kinds. Christianizing imitations of the categories preserved them, however much they succeeded in substituting newer, and morally more acceptable, texts for the dangerous literature of pagan antiquity. As long as classical compositions survived, ambitious writers would return to them for models of inspiration; classical literature remained a challenge, problematic but undeniably *there*, suggesting – but not compelling – varieties of creation and interpretation.[130]

Com efeito, os hábitos mentais absorvidos na educação escolar não serão, com certeza, estranhos à redacção das crónicas em questão. De acordo com o modelo genérico de educação no Ocidente medieval, além dos manuais teóricos, diversos eram os textos dados a ler como modelos de redacção. Entre estes,

---

[128] "Prologus Baenensis", Francisco López Estrada (ed.), *Las Poeticas Castellanas de la Edad Media*, Madrid, Taurus, 1984. Para o que diz respeito às considerações acerca da historiografia, p. 29-34.

[129] Sobre o ensino da retórica em Espanha, ver Charles Faulhaber (1972), sobretudo p. 22-35 que refere a parca informação disponível, de acordo com a qual não há provas do ensino da retórica nas escolas. No entanto, "An examination of the literary and historical works produced in the thirteenth century and earlier reveals rhetorical and cultural traditions about which the documents are silent." (p. 51). O autor refere ainda que, contrariamente ao que sucedia, em termos gerais, com os estudos mais avançados, nos sécs. XIII e XIV as escolas elementares conheceram uma difusão considerável (p. 34).

contavam-se livros de história que integravam assim o conjunto básico dos textos considerados como adequados para guiar os alunos nos seus primeiros anos de instrução[131].

A língua latina era ensinada a partir de um número relativamente restrito de obras que serviam de base à aprendizagem da leitura, da gramática e da retórica. Posteriormente, os exercícios de invenção retórica constituíam uma plataforma para a composição de qualquer tipo de texto, o que inclui a historiografia. Veja-se como a filia Santo Isidoro:

> Haec disciplina ad Grammaticam pertinet, quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur. (*Et*: I, 41, 2)

Mais concretamente, os *progymnasta* eram exercícios retóricos que treinavam a elaboração das cenas mais comuns[132]. Aprendia-se assim a inventar e a embelezar um texto, a fazer uma biografia, descrevendo uma personagem sob

---

[130] Ruth Morse (1991), p. 5.

[131] Sobre este assunto, ver o clássico de Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge*, Paris, Seuil, 1985, que refere os traços mais preponderantes da cultura e do sistema escolar medievais. Bernard Guenée (1980), p. 300-331 ou *idem*, 1981, p. 208 (11: "Y a-t-il une historiographie médiévale?", p. 205-219), menciona, concretamente, as obras historiográficas de maior sucesso, resumindo o que considera como o "fundo comum da cultura histórica ocidental" e que consiste num misto de história sagrada, história romana, história troiana, história eclesiástica e história universal. Apesar do público instruído constituir, permanentemente, uma minoria (mormente no que respeita a conhecimentos e interesses historiográficos: neste caso, trata-se de uma minoria na minoria) o seu acréscimo não deixa de se verificar. Ainda sobre os fundamentos da educação e da cultura, no ocidente medieval, e o seu relacionamento com o modelo clássico anterior, com especial ênfase para a importância da gramática, enquanto disciplina estruturante de hábitos intelectuais e base essencial para o acesso à cultura, ver Martin Irvine (1994); James J. Murphy (1981); Rita Copeland (1995); Suzanne Reynolds (1996); Olga Weijers, *op. cit.* ou Vivien Law, *Grammar and Grammarians in the Early Middle Ages*, London / New York, Longman, 1997. Ver também A. J. Minnis, A. B. Scott e David Wallace, *Medieval Literary Theory and Criticism c.1100-c.1375. The Commentary Tradition*, Oxford, Clarendon Press, 1988, onde se salienta e ilustra amplamente diversas estruturas do pensamento e da educação do intelectual medieval; ou ainda Ernst Robert Curtius, *op. cit.*, III Parte ("Literatura y enseñanza"), p. 62-96 e Douglas Kelly (1991), p. 89-91 e 128-132. No que respeita à educação e ao nível intelectual da corte de Afonso X, ver Jesús Montoya Martínez (1993), sobretudo cap. VI ("La educación en la corte") ou *idem* (1999b). Ainda sobre estas questões, ver, por exemplo, Nancy F. Partner, "The New Cornificius: Medieval History and the Artifice of Words", Ernst Breisach (ed.), *Classical Rhetoric & Medieval Historiography*, Kalamazoo, Medieval Institute Publications / Western Michigan University, 1985, p. 5-59; John O. Ward, "From Antiquity to the Renaissance: Glosses and Commentaries on Cicero's *Rhetorica*", James J. Murphy (ed.), *Medieval Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, 1978, p. 25-67, que acentua a vitalidade do ensino da retórica na Idade Média ou, igualmente, John O. Ward (1985), estudos que acentuam como o modelo retórico absorvido se reflecte em múltiplos traços de inúmeras composições historiográficas.

[132] Estes assuntos são tratados, com bastante pormenor, por Ruth Morse, *op. cit.*

vários aspectos e de acordo com algumas regras, louvando os ilustres e vituperando os malvados, a imaginar um discurso exortativo às tropas, a fazer a *descriptio* e a *laudatio* de uma cidade ou de um território, a inserir cartas inventadas, a dramatizar situações com diálogos emotivos recheados de argumentos dialécticos de ataque e de defesa, a descrever batalhas, exércitos, mortes, prantos[133]... um conjunto de situações que, com alguma frequência, pontuam, igualmente, a historiografia que temos vindo a analisar e que Douglas Kelly refere em termos gerais:

> Recent work on medieval historiography suggests the usefulness of the arts of poetry and prose for the study of medieval histories, especially as to how historical events were identified and evaluated, and how laudation and vituperation were validated in the representation of historical figures and events. The treatises' emphasis on what should be included and what excluded in source material may bear on how sources of documentation were identified and selected, then evaluated and topically developed.[134]

É certo que estes hábitos de elaboração vão dar origem a narrativas que tendem para a tipificação, um facto particularmente evidente no que respeita à descrição de personagens, cujo retrato físico procura, frequentemente, espelhar as características morais a ressaltar. Torna-se por isso possível, com alguma facilidade, estabelecer tipologias, na medida em que a figura do bom ou do mau rei, do traidor ou do herói têm tendência para retratar um conjunto relativamente limitado de características que constituem outros tantos vícios, virtudes ou paixões mais ou menos tipificadas. Além de estes papéis convencionais, cabe ainda referir a herança da retórica epideitica que se concentrava na crítica ou no louvor, sendo usada, particularmente, no *encomium* que, geralmente nos funerais, se concentrava no louvor das qualidades de alguém.

---

[133] Para uma análise da ocorrência de diversos traços retóricos absorvidos pela *Crónica de 1344*, ver Elisa R. P. Nunes Esteves, *A Crónica Geral de Espanha de 1344: estudo estético-literário*, Évora, Pendor, 1997 ou *idem*, "A dimensão retórica na «Crónica Geral de Espanha de 1344»", *Colóquio – Letras*, 142, 1996, p. 103-109.

[134] Douglas Kelly (1991), p. 135. O autor refere ainda: "A discipline that reflects in a significant way the kind of composition taught in the treatises was medieval historiography. The writing of history in the Middle Ages, whether in verse or prose, was influenced by the same grammatical and rhetorical tradition

Podemos igualmente verificar que as ferramentas retóricas a que nos temos vindo a referir operavam em duas vertentes. Dado que estas técnicas se incluíam no sistema de referências comum a todos aqueles que tivessem tido contacto com o tipo de educação praticado, tanto autores como leitores partilhavam os mesmos códigos, daí a proximidade que sempre se verifica entre composição e exegese. De esta forma, aquilo que para alguns leitores actuais pode constituir um entrave à verosimilhança, como seja, por exemplo, a referência a números extraordinários na descrição de exércitos inimigos, pode, efectivamente, não passar da expressão consciente de uma convenção, com um carácter meramente simbólico e emotivo, isomorfa das expressões que comparam o número dos inimigos aos pingos da chuva, sendo recebida e entendida, do mesmo modo, pelo público coevo.

A leitura de textos de historiografia na educação escolar também se baseia, em grande parte, no argumento da sua utilidade ética, um argumento que se mantém no que respeita ao aconselhamento de este tipo de textos em qualquer idade, sendo tanto mais úteis e recomendáveis quanto mais alta for a posição de quem os deve ler:

> Onde de aqui se concluye que si todos los ommes naturalmente desean saber todas las cosas, mucho mas e con mayor rrazon pertenesçe a los manificos e altos enperadores e rreyes e prynçipes e grandes señores de amar e cobdiçiar de leer e saber e entender todas las cosas de los grandes fechos e de las notables fazañas passadas [...] E pues que las tan altas e tan manificas avissaçiones de las tan altas e tan notables cosas pertenesçe mucho de las tener e leer e saber e entender a todos comunmente, commo dicho es, pero en syngular mucho mas pertenesçe de las tener e leer e saber e entender a los sobredichos muy altos e magnificos enperadores e reyes e prinçipes e grandes sseñores, e les conuiene de ser avisados en todo ello, porque quando el semejante caso o casos les acaesçiere, que la su buena dispusiçion sea presta e aparejada para que puedan e sepan ser cabdillos e gouernadores, capitanes de grandes gentes, e que sepan con pura discreçion e con buen sseso gouernar e mandar a vedar e penar e asoluer e condenar e mantener e sostener en ordenada justiçia e buena dispusyçion e sabya ordenança todas sus gentes e huestes e batallas e conquistas e guerras, en tal manera, que la su Señorya e grand Rrealesa sea mas ensalçada, e las sus noblezas e altas cauallerys

---

as the more literary works, since both were often philosophical and moral in intent, but literary in form

> non fynquen oluidadas, mas antes que fynquen en memorya e por enxenplo muy cauelleroso (*sic*) a todos los otros grandes señores que lo vieren e lo sopieren e lo leyeren o oyeren[135].

Esta postura vai ao encontro da convicção segundo a qual a leitura de este tipo de narrativas fomentava o estabelecimento de um carácter sólido, abundantemente nutrido pelos exemplos de conduta recta e salutar que se pretendia transmitir. Por esta razão, diversos conhecimentos de história terão feito parte integrante da cultura dos mais instruídos, fossem eles leigos ou religiosos. Verifica-se ainda, no entanto, uma tendência por parte da aristocracia para os textos em vernáculo que liam, ouviam ler, patrocinavam e chegavam mesmo a redigir ou a participar na sua redacção, como se verifica com os casos peninsulares que temos vindo a considerar: Afonso X, D. Juan Manuel ou D. Pedro de Barcelos[136].

Não se deve assim estranhar o uso de diversas ferramentas retóricas de explicitação e de organização que dão aos excertos onde são aplicadas um tom quase escolar, como se pode verificar, por exemplo, com a preocupação em descrever um assunto de acordo com as perguntas das *circunstantiae*, vulgarizadas graças a muitos *accessus ad auctores*[137], ou com a própria construção textual em geral, repleta de reiterações, resumos, rememorações... Destas técnicas, cabe ainda salientar o procedimento que consiste em reiterar o mesmo sucesso tanto em *abbreviatio* como em *amplificatio*[138] ou as formas de

---

and manner of expression." (p. 114).

[135] "Prólogus Baenensis", Francisco López Estrada (ed.), *op. cit.*, p. 34, acrescentando-se adiante: "Pero con todo esso, mucho mayor viçio e plazer e gasajado e conportes rresçiben e toman los rreyes e prinçipes e grandes señores leyendo e oyendo e entendiendo los libros e otras escripturas de los notables e grandes fechos passados, por quanto se claryfica e alunbra el sesso e se despierta e ensalça el entendimiento e se conorta e rreforma la memoria e se alegra el coraçon e se consuela el alma e se glorifica la discreçion e se gouiernan e mantienen e rrepossan todos los otros sentydos, oyendo e leyendo e entendiendo e sabiendo todos los notables e grandes fechos passados, que nunca vyeron, nin oyeron, nin leyeron, de los quales toman e rresçiben muchas uirtudes e muy sabyos e prouechosos enxenplos, como sobredicho es." (p. 37).

[136] Juan Alfonso de Baena, *op. cit.*, (ed. de Francisco López Estrada), por exemplo, refere como a leitura deve ser um prazer cortesão, a par da caça ou dos jogos (p. 35).

[137] Como por exemplo, na GE: I, 494, onde são descritos e explicados os sacrifícios da lei de Moisés como respondendo às perguntas clássicas "o quê", "quem", "quando", "onde" e "porquê".

[138] Caso, por exemplo, da narrativa sobre as pragas do Egipto, contadas detalhadamente na GE: I, 334-345 e, pouco adiante, relembradas de forma resumida (GE: I, 364-65).

orientação do leitor, como é referido explicitamente e de um ponto de vista teórico:

> e assi fallamos quelo fizieron muchos sabios en los comienços de sus obras; e por ende nos, ante que entremos a contar la estoria como see en este libro, queremos uos departir, enel comienço del, dela materia e dela razon de que es fecho e en que manera, e delas cosas que eran mester pora aquello de que fabla en el, e delos nombres dellas. Ca tenemos que son estas cosas enderesçamiento poro sea muy bien llana la entrada et desi las razones del libro que uienen despues por tod el. (GE: I, 492b)

Em concomitância, não podemos deixar de, mais uma vez, acentuar o facto de estes autores insistirem nas dimensões moral e didáctica de este tipo de narrativa. No caso concreto dos textos em análise, verifica-se ainda que o uso ético de exemplos se cruza com preocupações de carácter propagandístico e apologético, como temos vindo a apontar. No que respeita à veiculação de estes ditames, ressurge a questão das preocupações de estilo. Na Antiguidade, o orador era entendido como alguém que intervinha em questões pertinentes para o momento. À sua semelhança, estes cronistas não se afastam tanto quanto se poderia pensar da oratória clássica, na medida em que, apesar dos seus textos serem escritos, mantêm preocupações pragmáticas e um empenho interventivo aproximável da retórica e da oratória forenses.

Estas características terão sido comuns a uma grande parte da historiografia redigida no período medieval, pois, como defende Bernard Guenée, se o passado era entendido como a melhor justificação do presente, logo, era natural que a história fosse o melhor argumento da propaganda e o melhor sustento do poder que, em cada presente, faz com que o passado o espelhe. Estes procedimentos atingem o seu auge quando facções adversas usam a historiografia para justificar os seus argumentos, como sucede nas *translationes* em análise ou como se verificou em algumas disputas, nomeadamente, as que opuseram Papas a Imperadores[139].

---

[139] Bernard Guenée (1980) p. 333 e 346 ou *idem*, 1981, p. 194 (10: "Les tendances actuelles de l'histoire politique du Moyen Age français", p. 177-202), onde o autor dá vários exemplos de usos

Raramente um discurso pode ser qualificado como gratuito, mormente o de estes textos, na medida em que procuram insistentemente modelar convicções e influenciar opiniões. Com efeito, o *corpus* historiográfico afonsino e pós-afonsino é um exemplo particularmente fértil de este tipo de situação uma vez que, ao lado das mais ou menos inalteráveis dimensões morais e estéticas, o entendimento do mundo e a percepção dos detalhes entendidos como dignos de atenção varia consideravelmente em tempos e espaços diferentes.

Afonso X encontra-se num ponto de charneira, quando o sistema cultural anteriormente dominado pelo latim começa, oficialmente, a ceder o espaço às línguas vernáculas. Por outro lado, no que respeita à tradição historiográfica, encontra-se em marcha o processo de desagregação da tendência universalista em prol de uma centralização cada vez mais regionalista. No âmbito de esta tendência, o rei Sábio vai procurar formar um público alargado num conjunto de valores que tem como essenciais, de acordo com as suas próprias aspirações políticas, culturais e éticas. A sua historiografia propõe um Mundo onde a Península Ibérica assume uma posição de liderança, de cabeça, relativamente ao resto da Europa, entendendo-se esta região como fim último da longa *translatio imperii* e, porque não, também *studii*, que, desde tempos imemoriais, vinham percorrendo o Mundo.

Posteriormente, esta visão do Mundo modificou-se, ao longo de reelaborações e traduções, não tanto no que respeita às esferas cultural e ética, mas certamente na esfera dos interesses políticos, como referimos amplamente (I Parte: 3 e 4). Com efeito, esperamos ter dado uma ideia de como o fundo teórico e conceptual com base no qual as diferentes crónicas construíram as suas visões do Mundo evoluiu e se alterou desde o trabalho praticado no *scriptorium* do rei sábio até ao momento em que os textos puderam, inclusivamente, vir a ser usados para argumentações contrárias às iniciais.

---

propagandísticos da redacção de histórias com vista à justificação de diversas situações, como uma guerra, a antiguidade de uma linhagem ou de uma instituição, os méritos de um príncipe, as origens comuns (e geralmente, gloriosas) de um povo... bem como algumas variantes dependentes do facto do texto ser mais ou menos oficial (caso dos textos encomendados) ou, pelo contrário, espontâneos, mesmo se posteriormente dedicados a alguém de poder (1980, p. 332-354).

Esperamos também ter ilustrado largamente o carácter entrelaçado e poroso que, mesmo se de modos diferentes, encontramos como inerente a esta historiografia. Com efeito, uma narrativa cronologicamente linear pode obrigar à segmentação dos acontecimentos mais prolongados pelos diversos anos em que ocorreram, entrelaçando-os com os outros eventos da época. A outro nível, um texto retoricamente mais elaborado, para melhor atingir os fins que se vai propondo, pode não hesitar em lançar mão a diversas formas de elaboração literária, passando, de este modo, também a constituir um discurso "genericamente entrelaçado", mesmo quando narra cada episódio na sua integralidade lógica.

A historiografia em análise pode, inclusivamente, ser entendida como uma construção babélica, sempre destruída e sempre retomada e continuada de forma semelhante e diferente. Os momentos de estabilidade de estas construções podem ser caracterizados pela existência dos testemunhos escritos, onde se integram os textos que considerámos. Cada uma de estas realizações surge-nos na sua integralidade, como final, na medida em que se trata do texto que, num dado momento, foi considerado como o que melhor satisfazia as necessidades do presente. Esta "perfeição" choca-se peremptoriamente com o inevitável decorrer da temporalidade que faz com que as obras se encontrem permanentemente em devir, o que suscita não só a mais inócua possibilidade de actualização mas promove igualmente a hipótese de manipulações que, de alguma forma, irão modificar as intenções anteriormente apresentadas.

Este traço, que se radica no facto da historiografia se encontrar permanentemente em construção, co-ocorre com outra característica que nos parece básica para o entendimento de esta forma textual: referimo-nos à tendência para a denegação, designável em termos retóricos como *praeteritio* ou *denegatio*[140]. Visível a diferentes níveis, esta característica assume uma

[140] Apesar de não destacar a preterição, cabe aqui relembrar a obra de Hayden White, que aponta quatro modos de discurso historiográfico consoante as figuras aí dominantes. Este aspecto é sintetizado por Wulf Kansteiner, "Hayden White's critique of the writing of history", *History and Theory*, 32 (3), 1993, p. 273-295, na análise que faz da obra de Hayden White bem como da sua evolução, em interacção com a crítica de que foi objecto: "In *Metahistory* White proposes a systematic study of the figurative aspects in historiographical writing in order to reveal the preconceptual layers of historical consciousness within the

importância fundamental quando se concentra na interacção da historiografia com textos assumidamente ficcionais. Da mesma maneira que anteriormente verificámos como estas narrativas apresentavam um discurso tanto de atracção, como de repúdio pelo excesso (II Parte), também evidenciam um misto de atracção e de repúdio pela ficção (III Parte).

Sendo a historiografia um discurso que se assume como garante da ordem, mormente da ordem social, graças aos exemplos que carrega, encontra-se, paradoxalmente, eivada de excessos, quer nas suas formas mais subtis, quer obviados por discursos elisivos ou desculpabilizantes. Quanto às críticas, essas reservam-se exclusivamente para quando os excessos surgem de modo mais óbvio, como é o caso das traições explícitas, repudiadas liminarmente.

É idêntico o processo como a historiografia se relaciona com outras formas textuais, mais ou menos assumidas como ficção. Se, por um lado, apresenta um desejo omnívoro de tudo incluir no seu discurso totalizante, por outro lado, fá-lo em permanente denegação da sua própria realidade. De aqui decorre o seu aspecto misto, onde coexistem, em permanência, a reclamação de uma especificidade própria, como uma textualidade que, conquistadora de outros discursos, se revela, de facto, irremediavelmente conquistada. Ao que acresce ainda a sua estrutura inacabada, à qual poderá sempre ser acrescentado algo mais ou, pelo contrário, ser desfeita ou reelaborada, como uma teia de Penélope que se constrói no devir de desconstruções permanentes e múltiplas, ou como uma torre de Babel mal assumida que, aspirando à totalidade e à unidade, repudia, no entanto, os próprios materiais que a elevam e que é, sucessivamente, modificada e reconstruída de forma semelhante e diferente, insistentemente dada como perfeita e inacabada.

---

very structure of the historiographical text. He argues for the primacy of four distinct tropes of consciousness which are intrinsic to our language and guide the various stages of the historian's work, from the initial research to the final text. White characterizes these four modes of historical consciousness through the different figures of speech which organize the semantic dimensions of the respective tropes. Metaphor, metonymy, synecdoche, and irony represent the basic categories which predetermine the secondary, conceptual level of the historian's representational framework." (p. 277). Para verificar a proximidade entre esta classificação e o pensamento de Foucault, ver Hayden White (1989), particularmente, "Foucault's Discourse: The Historiography of Anti-Humanism" (p. 104-141).

NOTA FINAL

Após este longo percurso por algumas características subjacentes ao discurso historiográfico da cronística afonsina e pós-afonsina, esperamos ter deixado claro que, independentemente de eventuais afirmações acerca do carácter verdadeiro, factual e inequívoco dos relatos transcritos, o uso que é feito de múltiplos recursos retóricos, sobre as fontes disponíveis, evidencia a astúcia e a subtileza dos intelectuais que contribuíram para a edificação de este extenso *corpus* textual.

À semelhança das tomadas de consciência que provocaram a crise do pós-modernismo[1], as reflexões medievais sobre o verbo, demonstram claramente a consciência de que o discurso não pode constituir senão um sistema de mediação relativamente aos objectos.

Independentemente dos esforços para, senão retornar, pelo menos reencontrar algum resquício do que teria sido a língua adâmica, onde nome e coisa coincidiam, o afastamento entre estas duas realidades não podia ser negado, conforme acentuava o ponto de vista mais racionalista que, ao entender a nomeação das coisas como decorrente do acordo humano (*ad placitum*), aceitava e propunha a noção da arbitrariedade do signo.

---

[1] "But postmodernism has shattered this confident assumption of the relation between words and things, language and extralinguistic reality, on the grounds, as she states [Nancy Partner], that language is the "very structure of mental life, and no meta-language can ever stand outside itself to observe a reality external to itself". To the degree that language is understood within a semiotic perspective as a closed system of signs in which meaning is produced by the relations between words themselves, rather than between words and their referents, an irreparable rupture between verbal signs and material referents is created and language is cut loose from any necessary or fixed system of representating the world of things. [...] Given this, it is impossible to argue that objective knowledge of the universe unmediated by language can be attained, since there is no way to reach reality except through discourse. Hence historiography, a subset of a larger linguistic community, cannot transparently reflect the world; [...] Such a view of the closed reflectivity of language – its radically intransitive character – necessarily jeopardizes historical study as normally understood.", Gabrielle M. Spiegel (1999), p. 46-47. Sobre este assunto ver igualmente todo o cap. 3 ("Towards a Theory of the Middle Ground", p. 44-56). Ainda sobre estas questões ver Hayden White (1989), que chama a atenção, de forma bastante nítida, para as questões linguísticas inerentes à exposição e interpretação do discurso histórico, procurando esbater as fronteiras que, teoricamente, isolariam este discurso do de ficção, ou ainda a síntese genérica de Roger G. Seamon, "Narrative Practice and the Theoretical Distinction between History and Fiction", *Genre*, XVI (3), 1983, p. 197- 218.

Apesar de não "serem" o que referem, as palavras detêm, no entanto, um poder indiscutível que, como os prólogos das crónicas analisadas não descuram de apontar, consiste na capacidade de preservar para o futuro os testemunhos das épocas precedentes. Como já referimos anteriormente (II Parte 2.5.), a escrita parece ser entendida, nestes textos, como a forma mais eficaz de combater a destruição física e/ou eventuais castigos divinos a que os seres humanos estarão sujeitos[2]. Sob este ponto de vista, a escrita em geral, mormente a escrita da história, pode ser entendida como uma forma de resistir à destruição de Babel, procurando mesmo, até certo ponto, reedificar essa construção em termos agora já não concretos, de "coisa física", mas ao nível do conhecimento humano[3].

No âmbito de esta lógica, é fácil entender o carácter centrípeto que constatámos ao analisar este conjunto de textos historiográficos, bem como a tendência enciclopédica que, com as suas "súmulas" e "espelhos", procurou reunir senão a totalidade, pelo menos uma "melhor parte", da sabedoria humana. O carácter excessivo e temerário de estas realizações, tão frequentemente concomitante com a reivindicação de uma ortodoxia e/ou de autoridades incontestáveis, coincide perfeitamente com as ambiguidades que verificámos existir aos mais diversos níveis.

O tratamento do excesso consiste, precisamente, num domínio privilegiado para a verificação das ambivalências inerentes aos textos que analisámos. Esta característica pode revelar-se em múltiplos âmbitos, concretizando-se em diversas atitudes que podem ir da traição concreta e efectiva a uma ambição desmedida pelo saber, passando por distintas formas de engano. Tratando-se de circunstâncias profundamente perturbantes para a sociedade

---

[2] De aqui decorre a enormidade da situação em que se verifica, não só o esquecimento das línguas, mas igualmente a perda da memória, como duas faces da mesma catástrofe: "Ca todas las conpannas de Noe asi como se esparzieron del canpo de Sennaar e con nueuos lenguages; assi tomaron nueuas costumbres; e fueron de luego muy nesçios todos los mas dellos, ca assi como oluidaron el lenguage que auien antes uno, assi oluidaron grand parte delas buenas memorias e delas buenas costumbres, si algunas auien buenas; e esparziendo se pora buscar logares de pueblas, perdiensse unos dotros, e andando errados por los montes trasfirien de tierra en tierra, e fincauan esparzidos e fascas solos; e muchos dellos, tan bien delas mugieres como delos uarones, se fincaron a andar se alla por los montes errados e fechos seluages, como las animalias brauas e mudas que andauan alli;" (GE: I, 71b).

[3] Para múltiplas e interessantes reflexões sobre as tradições e as representações associadas ou decorrentes do mito de Babel, ver a obra póstuma de Paul Zumthor, *Babel ou l'inachèvement*, Paris, Seuil, 1997.

medieval, constituem traços veementemente condenados. A historiografia, assumindo-se como veiculadora de bons e de maus exemplos com vista à edificação do seu público, critica asperamente diversas formas de excesso, propondo o seu refreamento como um meio eficaz para a construção de uma sociedade dominada pela paz e pela ordem.

Concomitantemente, as mesmas atitudes excessivas que são tão frequentemente motivo de dura reprovação, podem ser amplamente aceites e inclusivamente glorificadas, sempre que se associam a circunstâncias cuja exaltação se revela significativa no âmbito de uma postura ideológica determinada.

Esta ambiguidade (ou, mesmo, paradoxo) é paradigmática da subtileza e da mestria retóricas de aqueles que participaram na redacção dos textos em questão, conseguindo sublimar, numa altura, o que criticaram noutro momento. Estas atitudes revelam, frequentemente, os jogos de poder e os interesses que estimularam cada estruturação narrativa concreta, onde o passado é reescrito em prol do presente que, regra geral, se pretende legitimar ou, pelo menos, justificar, mormente em momentos quando, por alguma razão, o anterior *status quo* foi, de alguma forma, alterado. No caso dos relatos em análise, esta questão é particularmente interessante na medida em que se verifica um extenso processo de *translationes* ideológicas onde os diversos textos, em permanente diálogo intertextual, evoluem na defesa de ideologias díspares. Trata-se de múltiplas leituras que, à imagem da *lectio* medieval, se revelam particularmente activas na sua reflexão sobre os assuntos tratados, dando origem a manipulações que vão desviar os fios narrativos anteriores. Estes desvios são possíveis graças ao subtil aproveitamento de ambiguidades e equívocos, aliado a hábeis e significativas omissões que vão resultar em inegáveis consequências ao nível do acento ideológico que cada relato privilegia. Assim, à semelhança de palimpsestos, as diferentes manifestações de este *corpus* historiográfico evidenciam, sempre com maior nitidez, a última marca imposta, mesmo quando ainda deixam entrever os traços reconhecíveis dos desenhos anteriores.

Pouco diferente é a negociação e a consequente polifonia decorrentes da tensão e da ambivalência que presidem ao carácter omnívoro de esta historiografia. Sendo este um traço indiscutivelmente ambicioso e excessivo, a integração de relatos, procedentes das origens mais díspares, constitui, simultaneamente, uma atracção e um perigo a temer, o que obrigou os cronistas à subtilíssima habilidade retórica que consiste na crítica e na detracção de fontes e de características que não deixaram de absorver. Com efeito, independentemente de se procurar distanciar da ficção, a historiografia não hesita em integrar textos marcadamente ficcionais e/ou em usar técnicas e estratégias precisas que evidenciam conhecimentos retóricos óbvios, inerentes a qualquer intelectual do período medieval. Desde as preocupações afonsinas com o discurso "fermoso" e "apuesto" até às argúcias dos múltiplos desvios de estas narrativas, os textos são redigidos de acordo com os *topoi* de sempre, de entre os quais se destacam, precisamente, as formas de simular e/ou reclamar um certo realismo e que constituem mais um efeito de estilo[4] que, com a sua subtileza, integram amplamente esta forma textual na indefinição inerente à literatura e que Manuel Frias Martins designa como "matéria negra"[5].

A presença indelével de estes procedimentos retóricos levou-nos, pois, a considerar que esta historiografia se manifesta amplamente através de um discurso de denegação. À semelhança da figura de estilo respectiva que pretende omitir o que, na realidade, expõe, estas crónicas procuram recusar textualmente o que, efectivamente, integram de modo retoricamente muito hábil. Trata-se de uma forma de estruturação do discurso que acreditamos ser de salientar e de valorizar na medida em que nos parece ser estruturante e modeladora do discurso historiográfico estudado. Acresce ainda que diversas das ambivalências inerentes a esta atitude discursiva foram identificadas em trabalhos anteriormente referidos e que procuraram sublinhar o carácter retórico de diversos *corpora*

[4] Sobre esta questão cabe relembrar os estudos, já referidos, de Gabrielle M. Spiegel, Roger Dragonetti, Jeanette M. A. Beer ou Ruth Morse.

[5] Manuel Frias Martins, *Matéria Negra. Uma teoria da literatura e da crítica literária*, Lisboa, Cosmos, 1993. Para este autor a expressão "matéria negra" denomina o indefinido, o mistério que distingue a literatura.

historiográficos, mesmo quando não se procedeu aí à associação entre estas estruturas e um uso extensivo da macro-figura em questão.

No entanto, cabe ainda ressalvar que, à semelhança do que foi dito na III Parte acerca da evidente fluidez das fronteiras entre as múltiplas formas textuais, é importante acentuar que lidamos com gradações e não com limites minimamente definidos. Os textos decorrentes do trabalho iniciado no *scriptorium* afonsino recorreram à denegação como forma mais ou menos simulada de controlar a ambiguidade e a plurisignificação que constituem mas que também, ironicamente, se opõem à unidade e à totalidade desejadas. O paradoxo que consiste em integrar o germe de uma perda alargada do controle sobre a significação textual quando, pelo contrário, se procura atingir e veicular uma verdade indivisível, constitui um terreno fértil para a manifestação do procedimento da *occupatio* ou *praeteritio*. No entanto, esta estratégia retórica pode não ser tão nítida em outros textos igualmente historiográficos, mormente nos mais frustes, uma vez que os discursos desenvolvidos e elaborados são, obviamente, mais susceptíveis de desenvolver o discurso de acordo com estes parâmetros.

Porém, e na sequência do que referimos acima, pelo simples facto de também ser "grafia", logo, discurso, a historiografia, mesmo nas suas formas mais singelas, já carrega na sua própria denominação a partilha que, se por um lado a impede de ser "realmente história", por outro lado a mantém como vizinha, quando não prisioneira, do discurso ficcional. E é devido a esta dimensão de discurso humano que esta forma textual, independentemente do facto de se desenvolver com os olhos postos na História divina, ou seja, no Velho e Novo Testamentos, onde ecoa o Verbo, não consegue subtrair-se à imperfeição que nunca a deixa atingir a totalidade pecaminosamente sonhada.

Inerentes ao facto da historiografia ser discurso, inevitavelmente separado das "coisas" e dos "acontecimentos" que refere, encontram-se, pois, a ambiguidade e a parcialidade. Estas duas características, igualmente denegadas, constituem traços indeléveis das crónicas que analisámos, às quais se associa um terceiro elemento que consiste no pragmatismo. O próprio facto da herança

afonsina se ter multiplicado na "selva" textual que nos chegou e onde coexistem e dialogam as intencionalidades e as ideologias mais díspares constitui fruto e prova da acção concertada de estas três características.

A capacidade mutante inerente à "imperfeição" (no sentido medieval do termo) da historiografia em análise, permitiu que estes textos se adaptassem, pragmaticamente, a diversos valores ideológicos, bem como às suas respectivas evoluções, dando assim provas de uma abertura e maleabilidade que terão sido imprescindíveis para o sucesso de este tipo de literatura[6]. A leviandade da ligação que estas narrativas mantêm com cada presente coevo, relativamente ao qual manifestam um carácter interventivo e empenhado, obriga-nos a uma leitura que tenha em conta o que Gabrielle Spiegel chama a "lógica social" de um texto, e que consiste na noção que o discurso não se esgota necessariamente no seu significado simbólico, assumindo sentido(s) igualmente no seu aspecto de actividade social[7].

De acordo com o que acabamos de referir, o discurso cronístico analisado insere-se plenamente no que poderíamos entender como uma continuação da retórica forense, pois, independentemente do seu suporte ser o escrito, o seu empenho ideológico nas questões mais prementes de cada momento, ou em temáticas morais perenes, é igualmente profundo[8].

Com efeito, o carácter eminentemente retórico de esta historiografia deriva, na sua maior parte, das preocupações de intervenção ética no presente e

---

[6] Esta abertura pode integrar um conjunto muito grande de actividades de reinterpretação ou reescrita e que, segundo Ruth Morse (*op. cit.*, cap. 4), podem ser entendidas enquanto formas de *translatio*: "Language use that we think of as literature inspired translations, adaptations, and imitations of overlapping kinds. As we shall see, many activities could be thought of as 'translation', from interlineation to paraphrase, from amplification to redaction." (p. 184). A aplicação de estes procedimentos pode dar-se de forma mais ou menos manipulativa, produzindo diálogos textuais mais ou menos dinâmicos, consoante os interesses em jogo.

[7] Gabrielle M. Spiegel (1999), p. 28. Esta dimensão constitui um traço que consideramos de sobremaneira interessante porque foi com base em questões de intervenção social, pertinentes para um determinado período que colocámos a hipótese, não de uma nova datação, mas de uma possível maior circunscrição da data em que a segunda redacção da *Crónica de 1344* poderá ter sido redigida.

[8] De acordo com este ponto de vista, Isidoro de Sevilha integra, com toda a legitimidade, a historiografia na gramática. Acresce ainda o carácter também omnívoro de esta disciplina, no período medieval, como salientam Martin Irvine (1994), Suzanne Reynolds (1996), Rita Copeland (1995) ou Vivien Law (1997).

no futuro[9]. O facto de personagens e/ou atitudes poderem ser valorizadas ou desvalorizadas consoante os interesses de cada momento, a vontade de apresentar uma dicotomia (mesmo se por vezes falseada) de bons e maus exemplos, a seguir ou a evitar, ou ainda a acentuação preocupada de um ou outro tema mais premente numa determinada época, ou lugar, são características que não se afastam muito dos preceitos veiculados pela retórica clássica[10], mormente a ciceroniana, tal como esta terá sido recebida no período medieval[11].

Verificamos assim que, apesar dos textos analisados apresentarem múltiplos elementos que podemos considerar como próprios da historiografia medieval em geral, o facto de estes ocorrerem num determinado contexto, faz com que possam ser entendidos de diferentes modos. Vimos, inclusivamente, como trechos idênticos podem ser valorizados de forma diversa consoante se encontrem integrados em narrativas que procurem sublinhar distintos pontos de vista, um procedimento que se poderá aproximar do uso dos lugares-comuns por parte dos oradores mais hábeis. Daqui decorre, também e em grande parte, o carácter camaleónico e múltiplo de esta historiografia, que lhe permite apresentar

---

[9] Pelo que, apesar de ser mais frequentemente equacionada com a retórica epidíctica, ou seja, demonstrativa, usualmente vocacionada para o elogio ou para a crítica (como efectivamente se verifica nesta historiografia com a apresentação de *exempla* positivos e negativos), o empenho situacional de estas narrativas, que temos vindo a salientar amplamente, impede-as, no entanto, de estabelecerem um corte radical com as outras formas da retórica clássica, ou seja, a deliberativa (praticada perante assembleias, com vista a influenciar na tomada de decisões) e a judiciária (usada perante tribunais, seja para acusar, seja para defender).

[10] Igualmente aplicada ao discurso historiográfico, como salienta, por exemplo, Robert W. Cape, Jr., "Persusive history: Roman rhetoric and historiography", William J. Dominik (ed.), *Roman Eloquence. Rhetoric in Society and in Literature*, London / New York, Routledge, 1997, p. 212-228 ou Pablo Álvarez, "La Retórica como definición de la Historia Antigua. Las Armas Retóricas de Tito Livio", Antonio López Eire, Juan Miguel Labiano Ilundain e Antonio M. Seoane Pardo (eds.), *Retórica, Política e Ideología. Desde la Antigüedad hasta nuestros días*, vol I (Retórica Clásica y Edad Media), Salamanca, LOGO, 1998, p. 307-312.

[11] "The classical art of rhetoric served the Middle Ages more or less as the arts or sciences of advertising, journalism, political debate, "communications", prose and business composition, public and personal relations and even computer programming serve modern society. It provided guides and tips for the appropriate use of humour, on increasing memory capacity, on analysing legal issues, on acting and gesture, for oral and written style, conversation, letter-writing, or speech-making. With a little adjustment, it was made to fit every kind of situation requiring or benefiting from persuasive or effective communication. It was, indeed, a universal art of communication.", John O. Ward (1995), p. 10, e um pouco adiante: "The location of history and poetry, especially poetic history, firmly within the *genus demonstrativum* of oratory in antiquity might be construed in such way as to make a claim for history as a species of oratory or written rhetoric (since antiquity made no special claim that rhetoric taught a peculiarly "oral" art); indeed, in that the "genus (poetriae) ostentationi comparatum (est)", all poetry in

um “ar de família” comum e, ao mesmo tempo, diferenças ideológicas fundamentais que se constroem e desconstroem numa empresa, simultaneamente, babélica e polifónica, frequentemente terminada mas nunca acabada.

---

the middle ages could be classed, not only as exemplification of the rhetorical art, but in many cases as models for rhetoric teaching.” (p. 52).

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia que se segue é formada, na sua maior parte, pelos livros e artigos que foram sendo referidos ao longo do estudo efectuado. Surgem ainda algumas obras de tipo genérico e outras que, não tendo sido citadas, podem, no entanto, ser consideradas como inerentes à nossa formação, razão pela qual também estarão subjacentes ao trabalho realizado.

Uma vez que optámos, durante a dissertação, por basear as referências, predominantemente, na data da edição usada, decidimos organizar a bibliografia a partir do mesmo critério. Ainda no que respeita às remissões que surgem no texto, cabe salvaguardar que, quando considerámos uma única publicação de um autor, as referências a esse autor podem surgir, aleatoriamente, ou por data ou com *op. cit.*.

Salientamos ainda que, independentemente de, por vezes, aludirmos aos estudos introdutórios ou finais de algumas edições de textos, essas referências não são repetidas na secção da bibliografia reservada aos "Estudos", encontrando-se exclusivamente na secção "Textos", enquanto edições, sendo então necessário procurar pelo autor da obra ou pelo título do texto editado.

Limitamo-nos a indicar as datas das edições usadas. Frequentemente não se trata de primeiras edições. Uma vez que as editoras nem sempre referem a data da primeira edição ou da edição original (no caso das traduções) era demasiado difícil dar essa indicação com coerência. O mesmo se verifica no que respeita às colectâneas onde um autor agrupa um conjunto de artigos que anteriormente surgiram em outros locais: as datas que damos são sempre as do texto manuseado, que aliás, regra geral, se trata de um texto revisto. Procurámos, no entanto, dar, nas notas de pé-de-página a indicação do título com que cada artigo se apresenta. Finalmente, as colectâneas que reúnem artigos de diversos autores, não são referidas enquanto colectâneas excepto nos casos em que tal menção de conjunto também tenha surgido na dissertação. Nestes casos, regra geral, limitamo-nos a dar a referência dos artigos citados, de modo independente.

I. TEXTOS

1. Textos estudados

Estoria de Espanna

- *Primera Crónica General de España* (1977), Madrid, Gredos (ed. de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón e reed. de CATALÁN, Diego).

Estoria de Espanna / "versão crítica"

- *Crónica de Veinte Reyes* (1991), Burgos, Ayuntamiento de Burgos (transcr. de RUIZ ASENCIO, José Manuel e HERRERO JIMÉNEZ, Mauricio).
- *Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, (1993), Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid (ed. de FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés).

Crónica Abreviada

- D. Juan Manuel, (1983), "Crónica Abreviada", *Obras Completas*, II, Madrid, Gredos, pp. 507-815 (ed. de CACHO BLECUA, José Manuel).

Tradução Galega

- *La Traduccion Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla* (1975), Orense, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo" (ed. de LORENZO, Ramón)
- "Crónica de Castela (ms.8817 da Biblioteca Nacional de Madrid)" (1958), Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 3 vols. (ed. de BARBOSA, Jorge Manuel de Morais Gomes).

Crónica de 1344

- *I Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso* (1970), Madrid, Gredos (ed. parcial de CATALÁN, Diego e ANDRÉS, María Soledad de).
- Ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca (microfilme).
- *Crónica Geral de Espanha de 1344* (1954-1990) Lisboa, I.N.-C.M. (ed. de CINTRA, Luís Filipe Lindley).

2. Textos consultados

Afonso X (1930), *General Estoria, Primera Parte*, Madrid, Centro de Estudios Históricos (ed. de SOLALINDE, António G.).

_____ (1956 e 1961), *General Estoria, Segunda Parte*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto "Miguel de Cervantes", 2 vols. (ed. de SOLALINDE, António G., KASTEN, Lloyd A. e OELSCHLÄGER, Víctor R. B.).

_____ (1963), *General Estoria – Version Gallega del siglo XIV*, Oviedo, Universidad de Oviedo (ed. de MARTINEZ-LOPES, Ramón).

_____ (1984), *Setenario*, Barcelona, Crítica (ed. e intr. de VANDERFORD, Kenneth H. e est. prelim. de LAPESA, Rafael).

_____ (1982), *La História Novelada de Alejandro Magno*, Madrid, Universidad Complutense (ed. de GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás e SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, Pilar).

_____ (1994), *General Estória – Tercera Parte – Libros de Salomón*, Madrid, Gredos (ed. de SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro e HORCAJADA DIEZMA, Bautista).

_____ (1994) *Siete Partidas*, Admyte, Archivo Digital de Manuscritos y Textos Españoles, Micronet S.A., (transcr. de WASICK, Cynthia, corr. de COSSIO, Rolando e COLOMER, Vicens).

Alfonso de Cartagena (1969), *La retorica de M. Tullio Ciceron*, Napoli, Liguori (ed. de MASCAGNA, Rosalba).

"Annales Portugalenses Veteres", *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (1947), Lisboa / Paris, Portugália / Les Belles Lettres, pp. 257-340 (ed. de DAVID, Pierre).

Aristóteles (1986), *Poética*, Lisboa, I.N.-C.M., (ed. de SOUSA, Eudoro de).

_____ (1998), *Retórica*, Lisboa, I.N.-C.M. (ed. de JÚNIOR, Manuel Alexandre, ALBERTO, Paulo Farmhouse e PENA, Abel do Nascimento).

"A vida de Santa Susanna virgem" (1988), *Ho Flos Sanctorum em Lingoagẽ: os Santos Extravagantes*, Lisboa, INIC, pp. 101-110 (ed. de LUCAS, Maria Clara de Almeida).

Beato de Liébana (1995), *Obras Completas de Beato de Liebana*, Madrid, Estudio Teologico de San Ildefonso / Biblioteca de Autores Cristianos (ed. de GONZALEZ ECHEGARAY, Joaquin, DEL CAMPO, Alberto e FREEMAN, Leslie G.).

Bíblia Sagrada (1852, 1854 e 1857), Lisboa, Empreza da Livraria Popular e Histórica, 4 vols. (ed. latina com trad. de FIGUEIREDO, Padre António Pereira de).

Cantar de mio Cid (1976), Madrid, Espasa Calpe (ed. de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, prosif. moderna de REYES, Alfonso e Intr. de DE RIQUER, Martín).

Chrétien de Troyes (1965), *Le Chevalier au Lion* Paris, Champion (ed. de ROQUES, Mario).

"Chronicas Breves e Memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra", *Portugaliae Monumenta Historica*. *Scriptores* (1856), Lisboa, Academia das Ciências, pp. 23-32.

Cícero (1960), "De Inventione", *De Inventione, De optimo genere oratorum, Topica*, Cambridge / London, Harvard University Press, pp. 1-346 (ed. com trad. inglesa de HUBBELL, H. M.).

Contos Populares Portugueses (inéditos) (1986), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos / I.N.I.C., 2 vols (ed. de SOROMENHO, Alda da Silva e SOROMENHO, Paulo Caratão).

Crónica de Alfonso X (1998), Murcia, Real Academia Alfonso X el Sabio (ed. de GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel).

Crónica de Portugal de 1419 (1998), Aveiro, Universidade de Aveiro (ed. de CALADO, Adelino de Almeida).

Crónica d'Espayña de García de Eugui (1999), Pamplona, Gobierno de Navarra (ed. de WARD, Aengus).

Crónicas Asturianas

- *Chroniques Asturiennes (fin IXe siècle)* (1987), Paris, C. N. R. S. (ed. de BONNAZ, Yves).
- *Cronicas Asturianas* (1985), Oviedo, Universidad de Oviedo (ed. de GIL FERNANDEZ, Juan, MORALEJO, José L. e RUIZ DE LA PEÑA, Juan I.).

Crónica Seudo Isidoriana (1961), Valencia, ed. de autor (ed. BENITO VIDAL, Antonio).

Dante Alighieri (1986), *The Divine Comedy*, Oxford, Basil Blackwell (ed. e trad. inglesa de BICKERSTETH, Geoffrey L.).

Duarte Galvão (1995), *Crónica de El-rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, I.N.-C.M..

Eusebio de Cesarea (1997), *Historia Eclesiastica*, Madrid, B.A.C. (ed. de VELASCO-DELGADO, Argimiro).

Horácio (1991), "Ars Poetica", *Satires, Epistles and Ars Poetica*, Cambridge / London, Harvard University Press, pp. 442-489 (ed. com trad. inglesa de FAIRCLOUGH, H. Rushton).

Isidoro de Sevilla (1975), *Las historias de los Godos, Vandalos, y Suevos de Isidoro de Sevilla: estudio, edición crítica, y traducción*, Léon, Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro" (ed. de RODRÍGUEZ ALONSO, Cristóbal).

_____ (1982), *Etimologias*, Madrid, B.A.C. (ed. biling. de OROZ RETA, José e MARCOS CASQUERO, Manuel-A., introd. de DIAZ Y DIAZ, Manuel C.).

Juan Alfonso de Baena (1984), "Prologus Baenensis", *Las Poeticas Castellanas de la Edad Media*, Madrid, Taurus, pp. 29-34 (ed. de LÓPEZ ESTRADA, Francisco).

Juan Manuel (1983), "El conde Lucanor", *Obras Completas,* II, Madrid, Gredos, pp. 9-503 (ed. de CACHO BLECUA, José Manuel).

"Livro de Linhagens do Deão" (1980), *Livros Velhos de Linhagens – Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 61-214 (ed. de PIEL, Joseph e MATTOSO, José).

"Livro Velho de Linhagens" (1980), *Livros Velhos de Linhagens – Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 23-60 (ed. de PIEL, Joseph e MATTOSO, José).

Lucas de Tui (1608), "Chronicon Mundi Lucae Tudensis" *Hispaniae Illustratae*, IV, Frankfurt, pp. 1-116 (ed. de SCOTT, A.).

_____ (1926), *Crónica de España por Lucas, obispo de Túy*, Madrid, Tip. de la "Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos" (ed. de PUYOL, Julio).

Macróbio (1847), "Commentaire de Macrobe sur le Songe de Scipion", *Oeuvres de Macrobe*, Paris, Panckoucke, tomo III, pp. 167-593 (ed. e trad. de DESCAMPS, Henri, DUBOIS, N. A., D'AGEN, Laass e MARTELLI, A. Ubicini).

Miguel de Cervantes Saavedra (1952), "Don Quijote de la Mancha", *Obras Completas*, Madrid, Aguilar, S. A. ediciones, pp. 1026-1524 (ed. de PRAT, Angel Valbuena).

Orosio, *Le storie contro i pagani* (1998), Verona, Fondazione Lorenzo Valla / Arnoldo Mondadori Editore, 2 vols (ed. de LIPPOLD, Adolf).

Pedro Afonso, conde de Barcelos (1980), "Livro de Linhagens do Conde D. Pedro", *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências, 2 vols (ed. de MATTOSO, José).

Poema de Alfonso Onceno (1991), Madrid, Cátedra (ed. de VICTORIO, Juan).

"Poema de Fernán González" (1980), *Reliquias de la Poesia Épica Española*, Madrid, Gredos, pp. 34-153 (ed. de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón e reed. de CATALÁN, Diego).

Quintiliano de Calahorra (1997 e 1999), "Institutionis Oratoriae / Sobre la formación del orador", *Obra Completa*, Salamanca, Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca , 2 vols. (ed. de ORTEGA CARMONA, Alfonso).

Ramon Llull (1995), *Llibre de les bèsties*, Barcelona, edicions 62 (intr. de RUBIÓ, Jordi e LLINARÈS, Armand).

Rodrigo Jiménez de Rada (1987), *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*, Turnhout, Brepols (ed. de FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan).
_____ (1989), *Historia de los Hechos de España*, Madrid, Alianza (trad. de FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan).

"Rodrigo y el Rey Fernando" (= "Mocidades de Rodrigo") (1980), *Relíquias de la Poesia Épica Española*, Madrid, Gredos, pp. 257-289 (ed. de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón e reed. de CATALÁN, Diego).

Romanceiro Tradicional Português (1984), Lisboa, Comunicação (ed. de PINTO-CORREIA, João David).

Romancero (1994), Barcelona, Crítica (ed. de DÍAZ-MAS, Paloma).

Romancero Viejo (1987), Barcelona, Planeta (ed. de ALCINA, Juan).

Three Medieval Rhetorical Arts (1971), Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press (ed. de MURPHY, James J.).

Tractats de cavalleria (1947), Barcelona, Barcino (ed. de BOHIGAS, Pere).

II. ESTUDOS

ACKERLIND, Sheila R. (1990), *King Dinis of Portugal and the Alfonsine Heritage*, New York / Bern / Frankfurt am Main / Paris, Peter Lang.

ALONSO, Martin (1986), *Diccionario Medieval Español*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca.

ALVAR, Carlos e GÓMEZ MORENO, Ángel (1988), *La Poesía Épica y de Clerecía Medievales*, Madrid, Taurus.

ALVAR, Manuel (1985), "Didactismo e integración en la 'General Estoria' (Estudio del Génesis)", CARMONA, Fernando e FLORES, Francisco J. (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 25-78.
_____ (1996), "Alfonso X contemplado por Don Juan Manuel", ALVAR, Carlos e LUCÍA MEGÍAS, José Manuel (eds.), *La Literatura en la época de Sancho IV*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, pp. 91-106.

ÁLVAREZ, Pablo (1998), "La Retórica como definición de la Historia Antigua. Las Armas Retóricas de Tito Livio", LÓPEZ EIRE, Antonio, LABIANO ILUNDAIN, Juan Miguel e SEOANE PARDO, Antonio M. (eds.), *Retórica, Política e Ideología. Desde la Antigüedad hasta nuestros días*, vol I (Retórica Clásica y Edad Media), Salamanca, LOGO, pp. 307-312.

AMADO, Teresa (1997), "Os géneros e o trabalho textual", RIBEIRO, Cristina Almeida e MADUREIRA, Margarida (coord.), *O género do texto medieval*, Lisboa, Cosmos, pp. 9-28.

ARIES, Philippe, DUBY, Georges e BOTTERO, Jean (1991), *Amour et Sexualité en Occident*, Paris, Seuil.

ARMISTEAD, Samuel G. (1988), "Dos tradiciones épicas sobre el nacimiento del Cid", *Nueva Revista de Filología Hispánica*, XXXVI (1), pp. 219-248.

ARVALLE-ARCE, Juan Bautista (1971), "El Poema de Fernán González: clerecía y juglaría", *Philological Quarterly*, 51, pp. 60-73.

AYERBE-CHAUX, Reinaldo (1978), "El uso de 'exempla' en la *Estoria de España* de Alfonso X", *La Coronica*, 7 (1), pp. 28-33.

BABBITT, Theodore (1936), *La Crónica de Veinte Reyes. A comparison with the text of the Primera Crónica General and a study of the principal latin sources*, New Haven / London, Yale University Press / Humphrey Milford / Oxford University Press.

BALLESTEROS-BERETTA, António (1963), *Alfonso X el Sabio*, Barcelona / Madrid / Buenos Aires / Mexico / Caracas / Bogota / Rio de Janeiro, Salvat / C. S. I.C. / Academia "Alfonso X el Sabio" (Murcia).

BARROS, Clara (1993-94), "Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Primeyra Partida* de Afonso X", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, pp. 403-421.

BARTHES, Roland (1967), "Le discours de l'histoire", *Social Science Information / Information sur les Sciences Sociales*, VI (4), pp. 65-75.

BEAULIEU, Marie-Anne Polo de e BERLIOZ, Jacques (1994), "Les recueils d'*exempla* et la diffusion de l'encyclopédisme médiéval", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 179-212.

BEAUNE, Colette (1977), "Saint Clovis: Histoire, religion royale et sentiment national en France à la fin du Moyen Age" GUENÉE, Bernard (ed.), *Le métier d'historien au moyen-âge. Études sur l'historiographie médiévale*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 139-156.
_____ (1991), *The Birth of an Ideology – Myths and Symbols of Nation in Late-Medieval France*, Berkeley / Los Angeles / Oxford, University of California Press.

BEER, Jeanette M. A., (1981) *Narrative Conventions of Truth in the Middle Ages*, Genève, Droz.

BELLAMY, J. G. (1970), *The Law of Treason in England in the Latter Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press.

BELTRAMI, Pietro G. (1994), "Appunti su vicende del *Tresor*: Composizione, letture, riscritture", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 311-328.

BERLIOZ, Jacques (1980), "Le récit efficace: l'*exemplum* au service de la prédication (XIIIe-XVe siècles)", *Mélanges de l'École Française de Rome* (BERLIOZ, Jacques e DAVID, Jean-Michel (eds.), *Rhétorique et histoire. L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval*), tomo 92, pp. 113-146.

BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie-Anne Polo de (1994), "Les recueils d'*exempla* et la diffusion de l'encyclopédisme médiéval", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 179-212.

BETTETINI, Maria (1996), "Agostino d'Ippona: i segni, il linguaggio", MANETTI, Giovanni (ed.), *Knowledge through signs. Ancient semiotic theories and practices*, Bologna, Brepols, pp. 207-272.

BLANCHARD, Joël (1997), "Nouvelle histoire, nouveaux publics: les mémoires à la fin du moyen âge", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'europe médiévale (XIIIe-Xve siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 41-54.

BLÁZQUEZ, J. M. (1991), *Religiones en la España antigua*, Madrid, Cátedra.

BLOCH, Marc (1963), *Mélanges Historiques*, Paris, École Pratique des Hautes Études / Centre de Recherches Historiques.
_____ (1983), *Les rois thaumaturges – étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particilièrement en France et en Angleterre*, Paris, Gallimard.
_____(1987), *A sociedade feudal*, Lisboa, ed. 70.

BLOCH, R. Howard (1977), *Medieval French Literature and Law*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press.
_____ (1989), *Étymologie et généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Age français*, Paris, Seuil.

BOOTH, Wayne C. (1980), *A retórica da ficção*, Lisboa, Arcádia.

BOTTERO, Jean, ARIES, Philippe e DUBY, Georges (1991), *Amour et Sexualité en Occident*, Paris, Seuil.

BOUREAU, Alain (1988), "De la félonie à la haute trahison", *Le Genre Humain*, 16-17 ("La Trahison"), pp. 267-91.

BOUTET, Dominique (1999), *Formes littéraires et conscience historique aux origines de la littérature française (1100-1250)*, Paris, PUF.

BREMOND, Claude (1998), "L'*exemplum* médiéval est-il un genre littéraire?", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 21-28.

BREMOND, Claude e DARBORD, Bernard (1994), "Tawaddud et Teodor: Les enjeux ludiques du savoir", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 253-273.

BREZZI, Paolo (1991), "Chroniques universelles du moyen âge et histoire du salut", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 235-245.

BRISCOE, Marianne G. (1992), *Artes Praedicandi* e JAYE, Barbara H., *Artes Orandi*, Turnhout, Brepols.

BROSSARD-DANDRÉ, Michèle (1998), "Le statut de l'*exemplum* dans la *Chronique* de Fra Salimbene de Adam", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 83-98.

BUDA, Milada, (1990) *Medieval History and Discourse. Toward a Topography of Textuality*, New York / Bern / Frankfurt am Main / Paris, Peter Lang.

BURGUIÈRE, André, KLAPISCH-ZUBER, Christiane, SEGALEN, Martine e ZONABEND, Françoise (1986), *Histoire de la Famille*, Paris, Armand Colin.

BURNS, Robert I, S. J., (ed.) (1990a), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castile and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

_____ (1990b), *Los Mundos de Alfonso el Sabio y Jaime el Conquistador – Razón y Fuerza en la Edad Media*, Valencia, edicions Alfons el magnànim / Institució Valenciana d'Estudis i Investigació.

BURT, John R. (1982), "The bloody cucumber and related matters in the *Siete Infantes de Lara*", *Hispanic Review*, 50, pp. 345-352.

CAMARGO, Martin (1991), *Ars Dictaminis, Ars dictandi*, Turnhout, Brepols.

CANNING, Joseph (1996), *A History of Medieval Political Thought: 300-1450*, London / New York, Routledge.

CANO AGUILAR, Rafael (1989-90), "Los prólogos alfonsíes", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 14-15, pp. 79-90.

CAPE, Robert W., Jr. (1997), "Persusive history: Roman rhetoric and historiography", DOMINIK, William J. (ed.), *Roman Eloquence. Rhetoric in Society and in Literature*, London / New York, Routledge, pp. 212-228.

CÁRDENAS, Anthony J. (1990), "Alfonso's Scriptorium and Chancery: Role of the Prologue in Bonding the *Translatio Studii* to the *Translatio Potestatis*", BURNS, Robert I., S. J. (ed.),

Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and His Thirteenth-Century Renaissance, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 90-108.

CARMONA, Fernando e FLORES, Francisco J. (eds.) (1985), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia.

CARO BAROJA, Julio (1989), *Ritos y Mitos equívocos*, Madrid, Istmo.

CARRETO, Carlos C. (1996), *Figuras do silêncio. Do inter/dito à emergência da palavra no texto medieval*, Lisboa, Estampa.

CARRUTHERS, Mary J. (1992), *The Book of Memory. A study of memory in medieval culture*, Cambridge, Cambridge University Press.

CASAGRANDE, Carla e VECCHIO, Silvana (1991), *Les péchés de la langue. Discipline de la parole dans la culture médiévale*, Paris, Cerf.

CATALÁN, Diego (1962), *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos.
_____ (1992), *La Estoria de España de Alfonso X – creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid.
_____ (1995), "El *Mio Cid* y su intencionalidad Histórica (Versión Anotada)", CASPI, Mishael M. (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature. Essays in Honor of Samuel G Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., pp. 111-162.
_____ (1997), *De la silva textual al taller historiográfico alfonsi – Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid.
_____ (2000), "Monarquía aristocrática y manipulación de las fuentes: Rodrigo en la *Crónica de Castilla*. El fin de modelo historiográfico alfonsí", MARTIN, Georges, (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 75-94.

CHALON, Louis (1971), "De quelques vocables utilisés par la *Primera Crónica General de España* (Cantar – Crónica – Cuento – Escriptura – Estoria – Fabla – Romanz)", *Le Moyen Âge*, 77 (1), pp. 79-84.
_____ (1976), "Comment travaillaient les compilateurs de la *Primera Crónica General de España*", *Le Moyen Âge*, 82 (2), pp. 289-300.

CHAREYRON, Nicole (1997), "Qui a vendu Calais pour vingt mille écus? (1349)", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 481-90.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1951) "Sobre uma tradução portuguesa da 'General Estoria' de Afonso X", *Boletím de Filologia*, XII, pp. 184-91.
_____ (1956-57), "D. Pedro, conde de Barcelos, Gomes Lourenço de Beja e a autoria da *Crónica Geral de Espanha de 1344*", *Boletim de Filologia*, XVI, pp. 137-39.
_____ (1957), "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.168-215.
_____ (1964), *Crónica Geral de Espanha de 1344: A Lenda do Rei Rodrigo*, Lisboa, Verbo.
_____ (1989), "A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal (origens e evolução)", *ICALP Revista*, 16-17, pp. 64-78.

COLEMAN, Janet (1992), *Ancient and Medieval Memories. Studies in the reconstruction of the past*, Cambridge / New York / Port Chester / Melbourne / Sydney, Cambridge University Press.

COMBE, Dominique (1992), *Les genres littéraires*, Paris, Hachette.

COPELAND, Rita (1995), *Rhetoric, Hermeneutics, and Translation in the Middle Ages. Academic traditions and vernacular texts*, Cambridge, Cambridge University Press.

CORTI, Francisco (1999), "La guerra en Andalucía: aproximación a la retórica visual de las «Cantigas de Santa María»", MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús e DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 301-326.

CRÉPIN, André (1984), "Étude typologique de la chronique anglo-saxonne", POIRION, Daniel (ed.), *La chronique et l'histoire au moyen-âge*, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, pp. 137-148.

CUTTLER, S. H. (1981), *The Law of Treason and Treason Trials in Later Medieval France*, Cambridge / London / New York / New Rochelle / Melbourne / Sydney, Cambridge University Press.

DAMIAN-GRINT, Peter (1997), "Estoire as word and genre: meaning and literary usage in the twelfth century", *Medium Aevum*, LXVI (2), pp. 189-206.

DARBORD, Bernard (1998), "Les *exempla* espagnols: présentation", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 177-189.

DARBORD, Bernard e BREMOND, Claude (1994), "Tawaddud et Teodor: Les enjeux ludiques du savoir", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 253-273.

DAVID, Jean-Michel (1980), "*Maiorum exempla sequi*: l'*exemplum* historique dans les discours judiciaires de Cicéron", *Mélanges de l'École Française de Rome* (BERLIOZ, Jacques e DAVID, Jean-Michel (eds.), *Rhétorique et histoire. L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval*), tomo 92, pp. 67-86.

DAVIS, Gifford (1948), "National sentiment in the *Poema de Fernán González* and in the *Poema de Alfonso Onceno*", *Hispanic Review*, XVI, pp. 61-68.

DE BRUYNE, Edgar (1998), *Études d'Esthétique Médiévale*, 2 vols., Paris, Albin Michel.

DE CHASCA, Edmund (1953), "The King-Vassal Relationship in *El Poema de Mio Cid*", *Hispanic Review*, XXI, pp. 183-192.
_____ (1967), *El arte juglaresco en el "Cantar de Mio Cid"*, Madrid, Gredos.

DEFOURNEAUX, Marcelin (1949), *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siécles*, Paris, PUF.

DE LIBERA, Alain (1993), *La philosophie médiévale*, Paris, PUF.

DE MAN, Paul (1999), *O ponto de vista da cegueira*, Braga / Coimbra / Lisboa, Angelus Novus & Cotovia.

DESSAU, Adalbert (1959), "L'idée de la trahison au Moyen Âge et son rôle dans la motivation de quelques chansons de geste", *Cahiers de Civilisation M*édiévale, 2, pp. 23-26.

DE VISSER-VAN TERWISGA, Marijke (1994), "Oedipe, victime du destin, homme perverti ou prefiguration du divin?", BUSCHINGER, Danielle e SPIEWOK, Wolfgang (eds.), *Sexuelle Perversionen im Mittelalter – Les perversions sexuelles au Moyen Âge*, Greifswald, Reineke-Verlag, pp. 57-69.

DEYERMOND, Alan (1968), *Epic poetry and the clergy: studies on the 'Mocedades de Rodrigo'*, London, Tamesis Books.

_____ (1994), "De las categorías de las letras: problemas de género, autor y título en la literatura medieval española", TORO PASCUA, María Isabel (ed.), *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, Biblioteca Española del siglo XV / Departamento de Literatura Española e Hispanoamericana, vol. I, pp. 15-39.

_____ (1995), *La Literatura Perdida de la Edad Media Castellana. Catálogo y Estudio – I (Épica y Romances)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

DIAS, Isabel de Barros, (1996), "Pax, Lux, Lex, Rex", *Die Ritterorden im Mittelalter – Les ordres militaires au Moyen Âge*, Greifswald, Reineke-Verlag, p.31-45.

_____ (1997a) "Modelos Heróicos num fluir impuro", RIBEIRO, Cristina Almeida e MADUREIRA, Margarida (coord.), *O Género do Texto Medieval*, Lisboa, Cosmos, pp. 105-112.

_____ (1997b), "Exilés au royaume de Nabia", BUSCHINGER, Danielle e SPIEWOK, Wolfgang (eds.), *Hommes et animaux au Moyen Age*, Reineke-Verlag, Greifswald, pp. 1-9.

_____ (1998) "Le Duel des Géants", BRUSEGAN, Rosanna, ZIRONI, Alessandro, BERTHELOT, Anne e BUSCHINGER, Danielle (eds.), *L'Antichitá nella Cultura Europea del Medioevo*, Greifswald, Reineke-Verlag, pp. 195-205.

_____ (1999a), "Cantares de unificação e de partição", *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, 1, pp. 153-163.

_____ (1999b), "Modèles de dévotion", *Etudes Médiévales*, I, 1, pp. 287-294.

_____ (1999c), "On royal Infallibility", *Portuguese Studies*, 15, 1999, pp. 42-51.

_____ (1999d), "Les lecteurs de signes", *Senefiance*, 42 (*Magie et illusion au Moyen Age*), p.113-121.

_____ (2000a) "Dialogue et Confrontation Idéologique", BUSCHINGER, Danielle (ed.), *La Guerre au Moyen Age*, Amiens, Presses du Centre d'Études Médiévales: Université de Picardie – Jules Verne, pp. 47-54.

_____ (2000b), "«Romanos, senhores de toda a terra»?", MAGALHÃES, Isabel Allegro de, BARRENTO, João, LOPES, Silvina Rodrigues e MARTINS, Fernando Cabral (coord.), *.Literatura e Pluralidade Cultural. actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Lisboa, Colibri, pp. 527-537.

_____ (2000c), "Sincronismos de história antiga em Afonso X, o Sábio", *Evphrosyne*, XXVIII, pp. 259-270.

_____ (2000d), "Ares, Marte, Odin...", WARD, Aengus (ed.), *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Birmingham, The University of Birmingham Press, pp. 80-98.

_____ (2001a), "O mundo paralelo dos «Simulacra»", BRANCO, António (coord.), *Figura – Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Faro, Departamento de Letras Clássicas e Modernas – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, pp. 219-232.

_____ (2001b), "«Senhoras endiabradas» (reines endiablées) dans quelques chroniques ibériques des XIIIe et XIVe siècles", FAURE, Marcel (ed.), *Reines et Princesses au Moyen Age - Actes du cinquième colloque international de Montpellier – Université Paul-Valéry (24-27 novembre 1999)*, Montpellier, Publications de l'Université Paul-Valéry – Montpellier III, (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A. nº 5), vol. II, pp. 809-817.

_____ "Os Impossíveis Grilhões do Futuro", comunicação apresentada no "6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas", organizado pela A. I. L., pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal Fluminense e que teve lugar no Rio

de Janeiro, de 8 a 13 de Agosto de 1999. O texto encontra-se disponível na seguinte morada: http://www.geocities.com/ail_br/ail.html

DONTENVILLE, Henri (1986), *Mythologie française*, Paris, Payot.

DRAGONETTI, Roger (1980), *La vie et la lettre au moyen-âge. Le conte du Graal*, Paris, Seuil.
_____ (1987), *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris, Seuil.

DUBY, Georges (1988), *O cavaleiro, a mulher e o padre – o casamento na França feudal*, Lisboa, dom Quixote.
_____ (1989), *A Europa na Idade Média*, Lisboa, Teorema.
_____ (1995 e 1996), *Dames du XII^e siècle*, Paris, Gallimard (3 vols.).

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (1990), *Histoire des Femmes*, Paris, Plon.

DUBY, Georges, ARIES, Philippe e BOTTERO, Jean (1991), *Amour et Sexualité en Occident*, Paris, Seuil.

DUFOURNET, Jean (1997), "«Environ ce temps je vins au service du roi» (Philippe de Commynes, livre III, ch.XI)", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 469-480.

DUGGAN, Joseph J. (1989), *The 'Cantar de Mio Cid'. Poetic creation in its economic and social context*, Cambridge / New York / New Rochelle / Melbourne / Sydney, Cambridge University Press.

DU GRÈS, Micheline de Combarieu (1979), *L'idéal humain et l'expérience morale chez les héros des chansons de geste: des origines à 1250*, Aix-en-Provence / Paris, Université de Provence / Champion.

DUMÉZIL, Georges (1992), *Mythes et dieux des Indo-européens*, Paris, Flammarion.

DYER, Nancy Joe (1980), "Crónica de Veinte Reyes' use of the Cid epic: Perspectives, Method, and Rationale" *Romance Philology*, XXXIII (4), pp. 534-44.
_____ (1990), "Alfonsine Historiography: The Literary Narrative", BURNS, Robert I., S. J. (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 141-158.

ECO, Umberto (1989a), *Arte e beleza na estética medieval*, Lisboa, Presença.
_____ (1989b), "Denotation", ECO, Umberto e MARMO, Costantino (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 43-77.
_____ (1992), *Os limites da interpretação*, Lisboa, Difel.

ECO, Umberto, LAMBERTINI, Roberto, MARMO, Costantino e TABARRONI, Andrea (1989), "On animal language in the medieval classification of signs", ECO, Umberto e MARMO, Costantino (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 3-41.

ELIADE, Mircea (s/d), *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*, Lisboa, Livros do Brasil.

ESTEVES, Elisa R. P. Nunes (1995), "Relações entre as lendas de Fernão Gonçalves e Afonso Henriques", PAREDES, Juan (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la*

Asociación Hispánica de Literatura Medieval, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, vol. II, pp. 229-35.
_____ (1996), "A dimensão retórica na «Crónica Geral de Espanha de 1344»", *Colóquio – Letras*, 142, pp. 103-109.
_____ (1997), *A Crónica Geral de Espanha de 1344: estudo estético-literário*, Évora, Pendor.

FARAL, Edmond (1982), *Les Arts Poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*, Genève / Paris, Slatkine / Champion.

FAULHABER, Charles (1972), *Latin Rhetorical Theory in Thirteenth and Fourteenth Century Castille*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
_____ (1973), "Retóricas clásicas y medievales en bibliotecas castellanas", *Ábaco*, 4, pp. 151-300.
_____ (1979), "Las retóricas hispanolatinas medievales (s.XIII-XV)", *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*, 7, Salamanca, Instituto de Historia de la Teologia Española, pp. 11-65.

FERLAMPIN-ACHER, Christine (1997), "Les *deceptions* dans *Perceforest*: du fantosme au fantasme", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 413-30.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (1992), *Las Estorias de Alfonso el Sábio*, Madrid, Istmo.
_____ (1993) "La *Versión Crítica*. Presentación y Reconstrucción textual de una nueva versión alfonsí de la *Estoria de España*", Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro, *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, vol. III, pp. 91-96.
____ (1993-94), "La Historiografía Alfonsí y Post-Alfonsí en sus textos – nuevo panorama", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, nº18-19, pp. 101-132.
_____ (1997a), "El tema epico-legendario de *Carlos Mainete* y la transformacion de la historiografia medieval hispanica entre los siglos XIII y XIV", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 89-112.
_____ (1997b), "Los frutos del análisis discursivo: a propósito de una caracterización reciente del modelo historiográfico alfonsí", *Incipit*, XVII, pp. 249-53.
_____ (1999), "El taller historiográfico alfonsí. La *Estoria de España* y la *General estoria* en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio", MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús e DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 105-126.
____ (2000a), "Evolución del pensamiento alfonsí y transformación de las obras jurídicas e históricas del rey sabio", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 23, pp. 263-83.
_____ (2000b), "Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la *Estoria de España*", MARTIN, Georges (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 41-74.
_____ (2000c), "Antes de la *collatio*. Hacia una edición crítica de la *General estoria* de Alfonso el Sabio (segunda parte)", WARD, Aengus (ed.), *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Birmingham, The University of Birmingham Press, pp. 124-148.
_____ (2000d), "Apéndice – La transmisión textual de la «Estoria de España» y de las principales «Crónicas» de ella derivadas", FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (ed.), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp.219-260.

FIGUEIREDO, Fernando Manuel Alves Martins de (1995), "O Maravilhoso na Crónica Geral de Espanha de 1344. Tipologia e implicações narratológicas", Tese de Mestrado em

Literatura Portuguesa apresentada ao departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FLEISCHMAN, Suzanne (1983), "On the representation of history and fiction in the Middle Ages", *History and Theory*, XXII (3), pp. 278-310.

FLORES, Francisco J. e CARMONA, Fernando (eds.) (1985), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia.

FLORI, Jean (1984), "L'idéologie aristocratique dans *Aiol*", *Cahiers de Civilisation Médiévale,* 27, pp. 205-221.

FONTANIER, Pierre (1977), *Les figures du discours*, Paris, Flammarion.

FOURNIER, António (1996), "A primeira parte da Crónica Geral de Espanha de 1344: o texto e a sua construção", Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa Medieval, Lisboa, Universidade Clássica de Lisboa – Faculdade de Letras.

FRAKER, Charles F. (1996), *The Scope of History – Studies in the Historiography of Alfonso el Sabio*, Ann Arbor / The University of Michigan Press.

FRAPPIER, Jean (1976), *Histoire, mythes et symboles. Études de littérature française*, Genève, Droz.

FUNES, Leonardo (1992-93), "Alfonso el Sabio: su obra histórica y el 'fecho del Império'", *Exemplaria Hispánica*, 2, pp. 76-92.
_____ (1994), "La blasfemia del rey sabio: itinerario narrativo de una leyenda (Segunda parte)", *Incipit*, XIV, pp. 69-101.
_____ (1997a), *El modelo historiográfico alfonsí: una caracterización*, London, Department of Hispanic Studies / Queen Mary and Westfield College.
_____ (1997b), "Nuevas y viejas lecturas de la historiografía alfonsí", *Incipit*, XVII, pp. 255-273.

GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan (1994), *El género historiográfico de la chronica. Las crónicas hispanas de época visigoda*, Cáceres, Universidad de Extremadura.

GARCÍA AVILÉS, Alejandro (1999), "Alfonso X y la tradición de la magia astral", MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús e DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 83-103.

GAUCHER, Élisabet (1997), "Du bon usage de la trahison, dans l'historiographie des XIVe et XVe siècles", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 499-507.

GENET, Jean-Philippe (1997), "Histoire et système de communication au Moyen Age", *idem* (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 11-29.

GEORGES-CARRERAS, Marie-Octavie (1997), "L'*exemplum* historique de la félonie chez les chroniqueurs florentins du XIVe siècle et le châtiment des trahisons dans l'*Enfer* de Dante", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 491-98.

GEREMEK, Bronislaw (1980), "L'*exemplum* et la circulation de la culture au moyen âge", *Mélanges de l'École Française de Rome* (BERLIOZ, Jacques e DAVID, Jean-Michel (eds.), *Rhétorique et histoire. L'exemplum et le modèle de comportement dans le discours antique et médiéval*), tomo 92, pp. 154-179.
_____ (1989), "O marginal", LE GOFF, Jacques (ed.), *O Homem medieval*, Lisboa, Presença, pp. 233-248.

GERLI, E. Michael (1995), "Liminal Junctures: Courtly Codes in the *Cantar de Mio Cid*", CASPI, Mishael M. (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature. Essays in Honor of Samuel G. Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., pp. 257-270.

GILSON, Etienne (1986), *La philosophie au Moyen Age. Des origines patristiques à la fin du XIVe siècle*, Paris, Payot.

GODINHO, Hélder (1982), *O mito e o estilo. Introdução a uma mitoestilística*, Lisboa, Presença.

GOETZ, Hans-Werner (1991), "On the Universality of universal history", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 247-261.

GÓMEZ-MENOR, José (1985), *Alfonso X el Sabio un toledano, emperador de la cultura medieval*, Toledo, Diputación Provincial.

GÓMEZ MORENO, Ángel e ALVAR Carlos (1988), *La Poesía Épica y de Clerecía Medievales*, Madrid, Taurus.

GÓMEZ REDONDO, Fernando (1984), "La función del "personaje" en la "Estoria de España" alfonsí", *Anuario de Estudios Medievales*, 14, pp. 187-210.
____ (1989a), "Historiografía medieval: constantes evolutivas de un género", *Anuario de Estudios Medievales*, 19, pp. 3-15.
_____ (1989b), "Terminología genérica en la *Estoria de España* alfonsí", *Revista de Literatura Medieval*, I, pp. 53-75.
_____ (1992), "Géneros literarios en don Juan Manuel", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 17, pp. 87-125.
____ (1994), "La crónica particular como género literário", TORO PASCUA, María Isabel (ed.), *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, Biblioteca Española del siglo XV / Departamento de Literatura Española e Hispanoamericana, vol. I, pp. 419-427.
_____ (1997), "La voz y el discurso narrativo de la Estoria de España. Los trece primeros capitulos", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 145-164.
____ (2000), "De la crónica general a la real. Transformaciones ideológicas en *Crónica de tres reyes*", MARTIN, Georges (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 95-122.

GONZÁLEZ-CASANOVAS, Roberto Julio (1993), "La recepción ejemplar de Fernán González en Épica y Crónica", NASCIMENTO, Aires A. e RIBEIRO, Cristina Almeida (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, vol. IV, pp. 275-281.
_____ (1995), "Alfonso X's Concept of Hispania: Cultural Politics in the Histories", FORDE, Simon, JOHNSON, Lesley e MURRAY, Alan V. (eds.), *Concepts of National Identity in the Middle Ages*, Leeds, Leeds Texts and Monographs, pp. 155-170.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (1993), *Alfonso X el Sabio (1252-1284)*, Palencia, Diputacion Provincial de Palencia / La Olmeda S.L..
_____ (1999), "Alfonso X, rey de Castilla y León (1252-1284)", MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús e DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 1-15.

GROSSI, Paolo (1996), *El orden jurídico medieval*, Madrid, Marcial Pons.

GUENÉE, Bernard (1977), "En guise d'introduction: L'historien par les mots", *Le Métier d'historien au moyen-âge. Études sur l'historiographie médiévale*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 1-17.
_____ (1980), *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, Aubier-Montaigne.
_____ (1981), *Politique et Histoire au Moyen Âge. Recueil d'articles sur l'histoire politique et l'historiographie médiévale (1956-1981)*, Paris, Publications de la Sorbonne.
_____ (1984), "Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen âge", POIRION, Daniel (ed.), *La chronique et l'histoire au moyen-âge*, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, pp. 3-12.
_____ (1991), "Introduction", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, editions du C.N.R.S, pp. 13-18.
_____ (1993), *L'Occident aux XIVe et XVe siècles*, Paris, PUF.

GUIETTE, Robert (1963), "Chanson de geste, chronique et mise en prose", *Cahiers de Civilisation Médiévale*, VI, pp. 423-440.

GUREVITCH, Aron (1990), *As categorias da cultura medieval*, Lisboa, Caminho.

HEUSCH, Carlos (1993-94), "Les fondements juridiques de l'amitié à travers les *Partidas* d'Alphonse X et le droit médiéval", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, pp. 5-48.

HORRENT, Jules (1951), *La Chanson de Roland dans les littératures française et espagnole au moyen âge*, Paris, Les Belles Lettres.

HUETE FUDIO, Mario (1997), *La Historiografía Latina Medieval en la Península Ibérica (siglos VIII-XII). Fuentes y Bibliografía*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid.

HUGHES, Joseph J. (1997), "*Inter tribunal et scaenam*: comedy and rhetoric in Rome", DOMINIK, William J. (ed.), *Roman Eloquence. Rhetoric in Society and in Literature*, London / New York, Routledge, pp. 182-197.

IGLESIA FERREIROS, Aquilino (1971), *Historia de la Traición. La traición regia en Leon y Castilla*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela.

IRVINE, Martin (1994), *The Making of Textual Culture. 'Grammatica' and Literary Theory 350-1100*, Cambridge, Cambridge University Press.

JACQUIN, Gérard (1986), *Le Style historique dans les récits français et latins de la Quatrième Croisade*, Paris / Genève / Lille, Champion / Slatkine / Atelier de thèses de l'Université de Lille III.

JARDIN, J.-P. (1995), "La figure du roi Alphonse X chez quelques chroniqueurs du XVe siècle", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 20, pp. 75-96.

JAUSS, Hans-Robert (1970), "Littérature médiévale et théorie des genres", *Poétique*, 1, p.79-101.

_____ (1993), *A literatura como provocação*, Lisboa, Vega.

JAYE, Barbara H. (1992), *Artes Orandi* e BRISCOE, Marianne G., *Artes Praedicandi*, Turnhout, Brepols.

JEAY, Madeleine (1997), "Christine de Pizan: chroniques de la trahison", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 453-463.

JIMENEZ VICENTE, Mª Carmen (1993), *La razón de estado en Alfonso X el Sabio. Paulo Orosio en la Primera Crónica General*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones Universidad de Valladolid.

JOSET, Jacques (1995), "Sueños y visiones medievales: razones de sinrazones", *Atalaya*, VI, pp. 51-70.

JÚDICE, Nuno (1991), *O espaço do conto no texto medieval*, Lisboa, Vega.

KANSTEINER, Wulf (1993), "Hayden White's critique of the writing of history", *History and Theory*, 32 (3), pp. 273-295.

KANTOROWICZ, Ernst H. (1997), *The King's Two Bodies. A study in mediaeval political theology*, Princeton, Princeton University Press.

KASTEN, Lloyd (1990), "Alfonso el Sabio and the Thirteenth-Century Spanish Language", BURNS, Robert I, S. J., (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and his Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 33-45.

KELLER, Hans-Erich (1992), "La technique des mises en prose des chansons de geste", *Olifant*, 17 (1-2), pp. 5-28.

KELLER, J. P. (1954), "Inversion of the prision episodes in the *Poema de Fernán González*", *Hispanic Review*, XXII, pp. 253-63.
_____ (1955), "The hunt and prophecy episode of the *Poema de Fernán González*", *Hispanic Review*, XXIII, pp. 251-58.
_____ (1957) "The structure of the *Poema de Fernán González*", *Hispanic Review*, XXV, pp. 235-46.
_____ (1990), *The Poet's Myth of Fernán González*, Potomac, Scripta Humanistica.

KELLY, Douglas (1991), *The Arts of Poetry and Prose*, Turnhout, Brepols.

KENDALL, Kalvin B. (1978), "Bede's *Historia ecclesiastica*: The Rhetoric of Faith", MURPHY, James J. (ed.), *Medieval Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, pp. 145-172.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane (1989), "A Mulher e a Família", LE GOFF, Jacques (dir.), *O Homem Medieval*, Lisboa, Presença, pp. 193-208.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane, BURGUIÈRE, André, SEGALEN, Martine e ZONABEND,Françoise (1986), *Histoire de la Famille*, Paris, Armand Colin.

KROW-LUCAL, Martha G. (1995), "The Jezebel Paradigm: Construction of an Image for Doña Lambra and Doña Urraca", Mishael M. Caspi (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature.*

Essays in Honor of Samuel G Armistead, New York / London, Garland Publishing Inc., pp. 353-383.

KRUS, Luís (1993), "Crónicas Breves de Santa Cruz", LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 194.

_____ (1994a), *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / J.N.I.C.T.

____ (1994b), *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, Redondo, Patrimonia Historica.

LABIE-LEURQUIN, Anne-Françoise e TYL-LABORY, Gillette (1992), "Judas Machabée (Poème sur et Chevalerie de)", BOSSUAT, Robert, PICHARD, Louis e DE LAGE, Guy Raynaud (eds.), HASENOHR, Geneviève e ZINK, Michel (rev.), *Le Moyen Âge*, GRENTE, Cardinal Georges (dir.), *Dictionnaire des Lettres Françaises,* Fayard, pp. 873-74.

LACARRA, María Jesús (1998), "Pour un *Thesaurus Exemplorum Hispanicorum*. Bilan de la critique au cours de la dernière décennie (1985-1995)", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 191-213.

LACROIX, Benoît, O. P. (1971), *L'Historien au Myen Âge*, Montréal / Paris, Inst. d'Études Médiévales / Vrin.

LAMBERTINI, Roberto, ECO, Umberto, MARMO, Costantino e TABARRONI, Andrea (1989), "On animal language in the medieval classification of signs", ECO, Umberto e MARMO, Costantino (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 3-41.

LAUSBERG, Heinrich (1982), *Elementos de Retórica Literária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LAW, Vivien (1997), *Grammar and Grammarians in the Early Middle Ages*, London / New York, Longman.

LECOUTEUX, Claude (1982), "Paganisme, christianisme et merveilleux", *Annales*, 37e année, pp. 700-716.

LE GOFF, Jacques (1980), *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, Lisboa, Estampa.

_____ (1983 e 1984), *A civilização do ocidente medieval*, Lisboa, Estampa.

_____ (1985), *Les intellectuels au Moyen Âge*, Paris, Seuil.

_____ (1989), *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, Ed. 70.

_____ (1994), "Pourquoi le XIIIe siècle a-t-il été plus particulièrement un siècle d'encyclopédisme?", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 23-40.

_____ (1998), "Introduction", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 11-17.

LE GOFF, Jacques e LE ROY LAUDRIE, Emmanuel (1971), "Mélusine maternelle et défricheuse", *Annales*, 26e année, pp. 587-622.

LEJEUNE, Rita (1948), *Recherches sur le Thème: Les Chansons de Geste et l'Histoire*, Liège, Faculté de Philosophie et Lettres.

LE ROY LAUDRIE, Emmanuel e LE GOFF, Jacques (1971), "Mélusine maternelle et défricheuse", *Annales*, 26e année, pp. 587-622.

LESZL, Walter (1996), "I messaggi degli dei e i segni della natura", MANETTI, Giovanni (ed.), *Knowledge through signs. Ancient semiotic theories and practices*, Bologna, Brepols.

LINEHAN, Peter (1988), "The Toledo forgeries c. 1150-c.1300", *Fälschungen im Mittelalter. Internationaler Kongreß der Monumenta Germaniae Historica*, Hannover, Hahnsche Buchhandlung, pp. 643-674.

_____ (1996), "From Chronicle to History: Concerning the *Estoria de España* and its Principal Sources", DEYERMOND, Alan (ed.), *Historical Literature in Medieval Iberia*, London, Department of Hispanic Studies / Queen Mary and Westfield College, pp. 7-33.

LODARES, Juan R. (1993-94), "Las razones del «castellano derecho»", C*ahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 18-19, pp. 313-334.

LOPES, Maria Alexandra Rodrigues Gouveia (1995), "O discurso do chefe militar antes da batalha na cronística medieval portuguesa", Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo (1989), *O primeiro espertar cultural de Galicia – cultura e literatura nos séculos IV e V*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

LORENZO, Ramón (1993), "General Estoria" LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org. e coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 291-293.

LOT, Ferdinand (1970), *Études sur les légendes épiques françaises*, Paris, Champion.

LUBAC, Henri de (1959, 1961 e 1963), *Exégèse Médiévale. Les quatre sens de l'écriture*, Paris, Aubier (4 vols.).

LUSCOMBE, David (1997), *Medieval Thought*, Oxford / New York, Oxford University Press.

MACDONALD, Robert A. (1990), "Derecho y política: El programa de reforma política de Alfonso X", BURNS, Robert I., S. J. (ed.), *Los mundos de Alfonso el Sabio y Jaime el Conquistador – Razón y fuerza en la Edad Media*, Valencia, edicions Alfons el Magnànim / Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, pp. 179-232.

MADERO, Marta (1992), *Manos violentas, palabras vedadas – La injuria en Castilla y León (siglos XIII-XV)*, Madrid, Taurus.

MARISCAL, Beatriz (1995), "El Héroe Moderno: Actualización vs. Idealización", CASPI, Mishael M. (ed.), *Oral Tradition and Hispanic Literature. Essays in Honor of Samuel G Armistead*, New York / London, Garland Publishing Inc., pp. 401-414.

MARMO, Costantino, ECO, Umberto, LAMBERTINI, Roberto e TABARRONI, Andrea (1989), "On animal language in the medieval classification of signs", ECO, Umberto e MARMO, Costantino (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 3-41.

MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco (1995), *El Concepto Cultural Alfonsí*, Madrid Mapfre.

MARTIN, Georges (1991), "Cinq opérations fondamentales de la compilation: l'exemple de l'*Histoire d'Espagne* (étude segmentaire)", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 99-109.
_____ (1992), *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck.
_____ (1993), "Du récit héroique castillan. formes, enjeux sémantiques et fonctions socio-culturelles", *Les Langues Néo-Latines*, 286-287, pp. 15-28.
_____ (1993-94a), "Alphonse X ou la science politique (Sépténaire, 1-11)", *Cahiers de Linguistique Hispanique M*édiévale, 18-19, pp. 79-100.
_____ (1993-94b), "Une digne disciple de Diego Catalán: Inés Fernández-Ordóñez", *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 18-19, pp. 427-30.
_____ (1995), "Alphonse X ou la science politique. (Septénaire, 1-11)" (suite), *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 20, pp. 7-33.
_____ (1997a), *Histoires de l'Espagne médiévale. Historiographie, geste, romancero*, Paris, Publication du Séminaire d'études médiévales hispaniques de l'Université de Paris XIII / Klincksieck.
_____ (1997b), "Alphonse X et le pouvoir historiographique", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-Xve siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 229-240.
_____ (2000), "El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes", *idem* (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 9-40.

MARTÍN DUQUE, Ángel (1997), "Singularidades de la realeza medieval navarra", RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa (ed.), *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, pp. 299-345.

MARTINS, Manuel Frias (1993), *Matéria Negra. Uma teoria da literatura e da crítica literária*, Lisboa, Cosmos.

MARTINS, Mário (1950), "Fragmentos medievais portugueses", *Brotéria*, L (4), pp. 403-14.
_____ (1956), "Édipo e a lenda de Judas, num *Flos Sanctorum* em português de quatrocentos", *Brotéria*, LXIII, pp. 537-42.

MATHEY-MAILLE, Laurence (1997), "Mythe Troyen et Histoire Romaine: de Geoffroy de Monmouth au *Brut* de Wace", BAUMGARTNER, Emmanuèle e HARF-LANCNER Laurence (eds.), *Entre Fiction et Histoire – Troie et Rome au Moyen Âge*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp. 113-125.

MATTOSO, José (1985), *Portugal Medieval – Novas interpretações*, Lisboa, I.N.-C.M..
_____ (1987), *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa.
_____ (1988a), *A Escrita da História – teoria e métodos*, Lisboa, Estampa.
_____ (1988b), "Sangue e família no «Cantar dos Infantes de Lara»", *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 207-216.
_____ (1991), "Sur les sources du comte de Barcelos", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 111-116.
_____ (1992), "As Três Faces de Afonso Henriques", *Penélope*, 8, pp. 25-42.
_____ (1998), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos sécs. XI-XII*, Lisboa, Guimarães editores.

MELVILLE, Gert (1991), "Le problème des connaissances historiques au moyen-âge. Compilation et transmission des textes", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 21-41.

MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo (1951), "Cómo trabajaron las escuelas alfonsíes", *Nueva Revista de Filología Hispánica*, V (4), pp. 363-380.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1914), "Poesia popular y Romancero", *Revista de Filologia Española*, I, pp. 357-377.
_____ (1924), *Poesía Juglaresca y Juglares*, Madrid, J.A.E.I.C.-C.E.H.
_____ (1934), *La Leyenda de los Infantes de Lara*, Madrid, ed. Hernando S. A..
_____ (1943), *La España del Cid*, Buenos Aires, Espasa-Calpe.
_____ (1959), *La Epopeya Castellana a través de la literatura española*, Madrid, Espasa-Calpe.
_____ (1992), *La Épica Medieval Española*, CATALÁN, Diego e BUSTOS, María del Mar de (reeds.), *Obras Completas de R. Menéndez Pidal*, *XIII*, Madrid, Espasa-Calpe.

MILÀ Y FONTANALS, Manuel (1874), *De la poesía heróico-popular castellana*, Barcelona, Librería de Alvaro Verdaguer.

MINNIS, A. J., SCOTT, A. B. e WALLACE, David (1988), *Medieval Literary Theory and Criticism c.1100-c.1375. The Commentary Tradition*, Oxford, Clarendon Press.

MITRE FERNÁNDEZ, Emílio (1982), *Historiografía y mentalidades históricas en la Europa Medieval*, Madrid, Ed. de la Universidad Complutense.

MOEGLIN, Jean-Marie (1997), "Le pouvoir princier face au pouvoir impérial dans le Saint Empire à la fin du Moyen Âge", RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa (ed.), *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, pp. 373-401.

MONCAYO, Ann Garrison (1996), *The Use of Rhetoric in Biographical Portraits of the Twelve Roman Emperors in Alfonso the X's Primera Crónica General*, UMI – Dissertation Information Service (The University of Michigan, Ph.D., 1993).

MONTERO GARRIDO, Cruz (1994-95), *La Historia, Creación Literaria: el ejemplo del Cuatrocientos*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid (Fuentes Cronísticas de la Historia de españa, VIII).

MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús (1993), *La norma retorica en tiempos de Alfonso X, el Sabio*, Granada, Adhara S. L..
_____ (1995), "La norma retórica en la obra de Alfonso X", PAREDES, Juan (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, vol. I, pp. 147-170.
_____ (1999a), "El Scriptorium alfonsí", MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús e DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. ix-xii.
_____ (1999b), "El discurso retórico de Alfonso X", MONTOYA MARTÍNEZ, Jesús e DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, Ana (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, pp. 271-290.

MORSE, Ruth (1991), *Truth and Convention in the Middle Ages. Rhetoric, Representations and Reality*, Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney, Cambridge University Press.

MURPHY, James J. (1961), "The Arts of Discourse, 1050-1400", *Medieval Studies*, 23, pp. 194-205.
_____ (1978), "Rhetoric and Dialectic in *The Owl and the Nightingale*", *idem* (ed.), *Medieval Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, pp. 198-320.

_____ (1981), *Rhetoric in the Middle Ages. A History of Rhetorical Theory from St. Augustine to the Renaissance*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press.
_____ (1989), *Medieval Rhetoric. A Select Bibliography*, Toronto / Buffalo / London, University of Toronto Press.

MURRAY, Alexander S. (1988), *Who's who in mythology*, London, Studio editions.

NASCIMENTO, Aires A. (1995), "O Mito de Hércules: Etimologia e Recuperação do Tempo Antigo na Historiografia Medieval Hispânica", *Hvmanitas*, XLVII, pp. 671-684.

NIEDEREHE, Hans-J. (1985), "Alfonso el Sabio y la fisionomía lingüística de la Península Ibérica de su época", CARMONA, Fernando e FLORES, Francisco J. (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 415-435.
_____ (1987), *Alfonso X el Sabio y la lingüística de su tiempo*, Madrid, Sociedad General Española de Librería, S. A.

NIETO SORIA, José Manuel (1988), *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*, Madrid, Eudema.
_____ (1997), "El imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político", RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa (ed.), *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, pp. 403-440.

O'CALLAGHAN, Joseph F. (1990), "Image and reality: the king creates his kingdom", BURNS, Robert I., S. J. (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castille and His Thirteenth-Century Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 14-32.
_____ (1996), *El rey Sabio – el reinado de Alfonso X de Castilla*, Sevilla, Universidad de Sevilla.

OTTER, Monika (1996), *Inventiones. Fiction and Referentiality in Twelfth-Century English Historical Writing*, Chapel Hill / London, The University of North Carolina Press.

PARTNER, Nancy F. (1985), "The New Cornificius: Medieval History and the Artifice of Words", BREISACH, Ernst (ed.), *Classical Rhetoric & Medieval Historiography*, Kalamazoo, Medieval Institute Publications / Western Michigan University, pp. 5-59.

PATTISON, David G. (1983), *From Legend to Chronicle. The Treatment of Epic Material in Alphonsine Historiography*, Oxford, The Society for the Study of Mediaeval Languages and Literature.
_____ (1997), "Leyendas epicas en las cronicas alfonsies: enfoque de la cuestion", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles)*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 77-87.

PAULMIER-FOUCART, Monique (1994), "Une des tâches de l'encyclopédiste: intituler. Les titres des chapitres du *Speculum Naturale* de Vincent de Beauvais", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 147- 162.

PÉREZ DE GUZMÁN, Juan (1905), "La biblioteca de consulta de Alfonso X", *La Ilustración Española y Americana*, IX, pp. 131-134.

PERONA, José (1989-90), "Lenguas, traducción y definición en el scriptorium de Alfonso X", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 14-15, pp. 247-276.
_____ (1997), "Bilingüismo y traduccion en la Edad Media y en el Humanismo: España, de Alfonso X el Sabio a Antonio de Nebrija", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'histoire et les*

nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècles), Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 177-200.

PERROT, Jean-Pierre (1997), "La trahison et son imaginaire: le cas de Judas", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III, (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 9-20.

PERROT, Michelle e DUBY, Georges (1990), *Histoire des Femmes*, Paris, Plon.

PICONE, Michelangelo (1994), "Il significato di un convegno sull'enciclopedismo medievale", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 15-21.

PICOTO, Pedro (1996), "Espaço e Poder na Épica Medieval Portuguesa", *Colóquio – Letras*, 142, pp. 65-81.

PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci (1968), "Un trattato di Ars dictandi dedicato ad Alfonso X", *Studi Mediolatini e Volgari*, 15-16, pp. 9-88.

RAMOS, Rafael (1995), "Don Juan Manuel y las leyendas sobre la muerte de Fernando III el Santo", PAREDES, Juan (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, vol. IV, pp. 105-111.

RATCLIFFE, Marjorie (1995), "Urraca: de heroína épica a heroína romántica", PAREDES, Juan (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Universidad de Granada, vol. IV, pp. 113-122.

REILLY, Bernard F. (1982), *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca: 1109-1126*, Princeton, Princeton University Press.
_____ (1988), *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI: 1065-1109*, Princeton, Princeton University Press.

REYNOLDS, Suzanne (1996), *Medieval Reading. Grammar, Rhetoric and the Classical Text*, Cambridge, Cambridge University Press.

RICO, Francisco (1984), *Alfonso el Sabio y la 'General Estoria'. Tres lecciones*, Barcelona, Ed. Ariel S. A..

ROSIER, Irène (1994), *La parole comme acte. Sur la grammaire et la sémantique au XIIIe siècle*, Paris, Vrin.

RUBIO GARCIA, L. (1985), "En torno a la biblioteca de Alfonso X el Sabio", CARMONA, Fernando e FLORES, Francisco J. (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempo de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 531-551.

RYCHNER, Jean (1955), *La Chanson de Geste – essai sur l'art épique des jongleurs*, Genève / Lille, Droz / Giard.

SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro (1993), "La técnica de la traducción en la *General Estoria*: la Historia de Alejandro Magno", NASCIMENTO, Aires A. e RIBEIRO, Cristina Almeida (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, vol. IV, pp. 221-232.
_____ (1994), "La *General estoria* como obra de traducción (a propósito de GE3 Sab.)", TORO PASCUA, María Isabel (ed.), *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de*

Literatura Medieval, Salamanca, Biblioteca Española del siglo XV / Departamento de Literatura Española e Hispanoamericana, vol. II, pp. 923-931.

SARAIVA, António José (1979), *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, ICALP.
_____ (1998), *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva.

SCHEIDEGGER, Jean R. (1997), "Traître ou sauveur? Judas dans les traditions chrétiennes et juives du moyen âge", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 21-34.

SCHMITT, Jean-Claude (1985), *Prêcher d'Exemples. Récits de prédicateurs du Moyen Age*, Paris, Stock.
_____ (1998), "Conclusion. Éditer, Indexer, Interpréter les *exempla*", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 403-411.

SCOTT, A. B., MINNIS, A. J. e WALLACE, David (1988), *Medieval Literary Theory and Criticism c.1100-c.1375. The Commentary Tradition*, Oxford, Clarendon Press.

SEAMON, Roger G. (1983), "Narrative Practice and the Theoretical Distinction between History and Fiction", *Genre*, XVI (3), pp. 197- 218.

SEGALEN, Martine, BURGUIÈRE, André, KLAPISCH-ZUBER, Christiane e ZONABEND, Françoise (1986), *Histoire de la Famille*, Paris, Armand Colin.

SERÉS, Guillermo (1993), "La diversidad retórica en *El conde Lucanor*", NASCIMENTO, Aires A. e RIBEIRO, Cristina Almeida (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, vol. III, pp. 55-61.

SICILIANO, Italo (1968), *Les chansons de geste et l'épopée. Mythes – Histoire – Poèmes*, Genève, Slatkine.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da (1993), "Portugal no Reino de Leon. Etapas de uma relação (866-1179)", *El Reino de León en la Alta Edad Media. IV: La Monarquía (1109-1230)*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» / Caja España de Inversiones / Caja de Ahorros y Monte de Piedad / Archivo Histórico Diocesano, pp. 535-625.

SIMÓ, Lourdes (1993), "*El Tractado de los Rieptos e Desafios* de Mossen Diego de Valera: Notas para una Edición Crítica", NASCIMENTO, Aires A. e RIBEIRO, Cristina Almeida (eds.), *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Cosmos, vol. III, pp. 283-91.

SKOVGAARD-PETERSEN, Inge (1991), "Saxo Grammaticus: a national chronicler making use of the genre *chronica universalis*", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 331-340.

SOCARRÁS, Cayetano Julio (1990), *Alfonso X of Castile and the idea of Empire*, UMI – Dissertation Information Service (New York University, Ph.D., 1969).

SOLALINDE, António G. (1915), "Intervención de Alfonso X en la redacción de sus obras", *Revista de Filología Española*, 2, pp. 283-88.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (1991), "Vencer ou morrer. A batalha do Salado (1340)", BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação. Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro, 1987*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, pp. 505-514.

SPIEGEL, Gabrielle M. (1995), *Romancing* the *Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France*, Berkeley / Los Angeles, University of California Press.

_____ (1999), *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

STÉVANOVITCH, Colette (1997), "Trahison par fidélité: le paradoxe de la *Genèse B* vieil-anglaise", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 179-88.

STIENNON, Jacques (1995), *L'Écriture*, Turnhout, Brepols.

STRUBEL, Armand (1997), "Renart le «traïtor» et ses narrateurs", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 135-51.

TABARRONI, Andrea, ECO, Umberto, LAMBERTINI, Roberto e MARMO, Costantino (1989), "On animal language in the medieval classification of signs", ECO, Umberto e MARMO, Costantino (eds.), *On the medieval theory of signs*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 3-41.

TATE, Robert B. (1954), "Mythology in the Spanish Historiography of the Middle Ages and Renaissance", *Hispanic Review*, XXII (1), pp. 1-18.

_____ (1970), "La historiografía en la España del siglo XV", *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, Madrid, Gredos, pp. 280-296.

TAYLOR, Barry (1995), "La brevedad como ideal estilístico en la prosa temprana", PAREDES, Juan (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, vol. IV, pp. 373-381.

THEIS, Laurent (1977), "Dagobert, Saint-Denis et la royauté française au Moyen Age", GUENÉE, Bernard (ed.), *Le métier d'historien au moyen-âge. Études sur l'historiographie médiévale*, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 19-30.

TILLIETTE, Jean-Yves (1998), "L'*exemplum* rhétorique: questions de définition", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 43-65.

TODOROV, Tzvetan (1981), *Os géneros do discurso*, Lisboa, ed. 70.

TORRE, Elisa Maria de Oliveira Gomes da (1993), *Ars e utilitas, a narrativa breve na Crónica Geral de Espanha de 1344*, Trabalho de síntese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentado à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

TYL-LABORY, Gillette e LABIE-LEURQUIN, Anne-Françoise (1992), "Judas Machabée (Poème sur et Chevalerie de)", BOSSUAT, Robert, PICHARD, Louis e DE LAGE, Guy

Raynaud (eds.), HASENOHR, Geneviève e ZINK, Michel (rev.), *Le Moyen Âge*, GRENTE, Cardinal Georges (dir.), *Dictionnaire des Lettres Françaises,* Fayard, pp. 873-74.

VALDEAVELLANO, Luis G. de (1980), *Historia de España 2: De los origenes a la baja Edad Media*, Madrid, Alianza.

VALETTE, Jean-René (1997), "Merveilleux et trahison dans le *Lancelot* propre", FAURE, Marcel (ed.), *Félonie, Trahison, Reniements au Moyen Âge*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier III (Les Cahiers du C.R.I.S.I.M.A., nº3), pp. 357-83.

VANCE, Eugene (1987), *From Topic to Tale*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

VAN HOUTS, Elisabeth M. C. (1995), *Local and Regional Chronicles*, Turnhout, Brepols.

VECCHIO, Silvana e CASAGRANDE, Carla (1991), *Les péchés de la langue. Discipline de la parole dans la culture médiévale*, Paris, Cerf.

VERNET, A. (1989), "Les traductions latines d'oeuvres en langues vernaculaires au moyen âge", CONTAMINE, Geneviève (ed.), *Traduction et traducteurs au moyen âge*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 225-241.

VIÑA LISTE, José María (1991), *Cronología de la Literatura Española: I – Edad Media*, Madrid, Cátedra.

VONES, Ludwig (1991), "Historiographie et politique: l'historiographie castillane aux abords du XIVe siècle", GENET, Jean-Philippe (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S.N.R.S., pp. 177-188.

VON MOOS, Peter (1998), "L'*exemplum* et les *exempla* des prêcheurs", BERLIOZ, Jacques e BEAULIEU, Marie Anne Polo de (eds.), *Les Exempla médiévaux: Nouvelles perspectives*, Paris, Champion, pp. 67-81.

WALKER, Roger M. (1976), "The role of the king and the poet's intentions in the *Poema de mio Cid*", *Medieval Hispanic Studies presented to Rita Hamilton*, London, Tamesis Books, pp. 256- 66.

WALLACE, David, MINNIS, A. J. e SCOTT, A. B. (1988), *Medieval Literary Theory and Criticism c.1100-c.1375. The Commentary Tradition*, Oxford, Clarendon Press.

WALTER, Philippe (1992), *Mythologie Chrétienne*, Paris, Entente.

WARD, John O. (1977), "Classical Rhetoric and the Writing of History in Medieval and Renaissance Culture", MCGREGOR, Frank e WRIGHT, Nicholas (eds.), *European History and its Historians*, Adelaide, Adelaide University Union Press, pp. 1-10.

_____ (1978), "From Antiquity to the Renaissance: Glosses and Commentaries on Cicero's *Rhetorica*", MURPHY, James J. (ed.), *Medieval Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetoric*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press, pp. 25-67.

_____ (1985), "Some Principles of Rhetorical Historiography in the Twelfth Century", BREISACH, Ernst (ed.), *Classical Rhetoric & Medieval Historiography*, Kalamazoo, Medieval Institute Publications / Western Michigan University, pp. 103-165.

_____ (1995), *Ciceronian Rhetoric in Treatise, Scholion and Commentary*, Turnhout, Brepols.

WEIJERS, Olga (1995), *La 'disputatio' à la Faculté des arts de Paris (1200 – 1350 environ). Esquisse d'une typologie*, Turnout, Brepols.

WEISS, Julian (1990), *The Poet's Art. Literary Theory in Castille c.1400-60*, Oxford, The Society for the Study of Mediaeval Languages and Literature.

WHITE, Hayden (1989), *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore / London, The Johns Hopkins University Press.

WISEMAN, T. P. (1994), *Historiography and Imagination. Eight Essays on Roman Culture*, Exeter, University of Exeter Press.

WOLF, Kenneth Baxter (1990), *Conquerors and Chroniclers of Early Medieval Spain*, Liverpool, Liverpool University Press.

WOOD, Ian (1995), "Defining the Franks: Frankish Origins in Early Medieval Historiography", FORDE, Simon, JOHNSON, Lesley e MURRAY, Alan V. (eds.), *Concepts of National Identity in the Middle Ages*, Leeds, Leeds texts and Monographs, pp. 47-57.

ZIMMERMANN, Bernhard (1994), "Osservazioni sulla «enciclopedia» nella letteratura latina", PICONE, Michelangelo (ed.), *L'Enciclopedismo Medievale*, Ravenna, Longo editore, pp. 41-51.

ZONABEND, Françoise, BURGUIÈRE, André, KLAPISCH-ZUBER, Christiane e SEGALEN, Martine (1986), *Histoire de la Famille*, Paris, Armand Colin.

ZUMTHOR, Paul (1972) *Éssai de poétique médiévale*, Paris, Seuil.
_____ (1979), "Pour une poétique de la voix", *Poétique*, 40, pp. 514-524.
_____ (1982), "Le discours de la poésie orale", *Poétique*, 52, pp. 387-401.
_____ (1983), *Introduction à la poésie orale*, Paris, Seuil.
_____ (1984), *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale*, Paris, PUF.
_____ (1985), "Litteratus / illitteratus – remarques sur le contexte vocal de l'écriture médiévale, *Romania*, 106, pp. 1-18.
_____ (1987), *La lettre et la voix de la 'littérature' médiévale*, Paris, Seuil.
_____ (1990), "La glose créatrice", MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle e PLAISANCE, Michel (eds.), *Les commentaires et la naissance de la critique littéraire. France / Italie (XIVe-XVIe siècles)*, Paris, Aux Amateurs de Livres, pp. 11-18.
_____ (1997), *Babel ou l'inachèvement*, Paris, Seuil.